

**Universidade Federal de Juiz de Fora
Pós-graduação em Ciência da Religião
Doutorado em Ciência da Religião**

PAULO SÉRGIO QUIOSSA

O MORRER CATÓLICO NO VIVER EM JUIZ DE FORA: 1850-1950

**JUIZ DE FORA
2009**

Paulo Sérgio Quiossa

O Morrer católico no viver em Juiz de Fora: 1850-1950

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião, área de concentração em Ciências Sociais da Religião, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Volney José Berkenbrock

Juiz de Fora
2009

Quiossa, Paulo Sérgio.

O morrer católico no viver em Juiz de Fora: 1850-1950 / Paulo Sérgio Quiossa. -- 2009.
387 f.: il.

Tese (Doutorado em Ciência da Religião)-Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

1. Religião. 2. Catolicismo. 3. Morte. 4. Irmandade.

CDU 2

Paulo Sérgio Quiossa

O morrer católico no viver em Juiz de Fora: 1850-1950

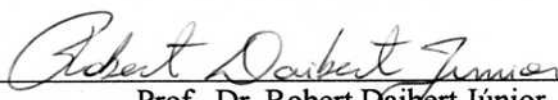
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, Área de Concentração em Ciências Sociais da Religião, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência da Religião.

Aprovada em 02 de dezembro de 2009.

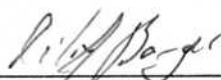
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Volney José Berkenbrock (Orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora



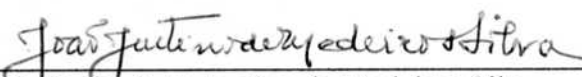
Prof. Dr. Robert Daibert Júnior
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Célia Aparecida Resende Maia Borges
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Cláudia Rodrigues
Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) – Rio de Janeiro



Prof. Dr. João Justino de Medeiros Silva
Centro de Ensino Superior (CES) – Juiz de Fora

A Deus, que me deu o dom da vida.
À minha família, que sempre me apoiou.
À minha esposa, Sônia, pelo carinho, amor e
paciência.

AGRADECIMENTOS

Ao iniciar os agradecimentos necessários para que esta tese se concretizasse, percebemos o quanto vivemos em coletividade e como a solidariedade de amigos e pessoas desconhecidas são vitais em nossa existência.

Agradeço, primeiramente, de maneira especial ao professor Dr. Volney José Berkembrock, meu orientador. Quão valiosas foram suas correções e opiniões, sem as quais não conseguiria chegar à meta final. Sua paciência em discutir as informações colhidas e as observações sempre precisas foram fundamentais para situar a problemática a respeito do entendimento da morte e do morrer entre os católicos de Juiz de Fora.

Aproveito também para agradecer a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, especialmente a professora Dra. Célia Borges e o professor Dr. Robert Daibert Junior por aceitarem discutir partes integrantes da tese na qualificação. Suas opiniões possibilitaram direcionar a pesquisa e rever algumas postulações sobre a temática.

Agradeço também aos meus pais e aos meus irmãos, sem os quais não teria uma formação moral e religiosa tão importante na minha história. À minha mãe (*in memoriam*), dedico uma prece de ternura e paixão: “Ave cheia de graça, Maria minha mãe, bendita és tu que permitiste que minha vida fosse gerada em seu ventre.” Ao senhor José, meu pai, por demonstrar uma coragem invejável nos seus 82 anos, obrigado pelo exemplo de vida.

À Sônia, minha esposa, um agradecimento especial, de todo coração. Afinal é ela que me possibilita vivenciar a partilha do amor, da ternura, do carinho, enfim, do viver. É ela também que, com suas opiniões sempre decididas, me incentivou para o ingresso no mestrado e no doutorado. A sua participação nas pesquisas em Mariana e em Juiz de Fora foi de grande valia para algumas questões levantadas na tese. Agradeço e peço desculpas pelas vezes que não pude estar presente em sua vida.

Outras pessoas foram importantes para o trabalho e aproveito para agradecer-lhes. Ao professor Galba Ribeiro Di Mambro, pela confiança e incentivo, e sempre pronto para uma conversa. Ao padre Viana (Pároco da Catedral) que abriu as portas de seus arquivos para mim. A todos os funcionários dos arquivos que frequentei, minha sincera gratidão pela disponibilidade e atenção.

Sou grato ainda aos confrades da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora pela confiança que depositaram em mim e possibilitaram minha pesquisa nos documentos da referida associação.

Ao amigo sincero, Antônio Carlos L. Monteiro, agradeço pelas vezes que conversou sobre o assunto e se prontificou a viajar comigo para a coleta de dados nas igrejas e nos cemitérios. Sua disposição e seu interesse pela História da região foram de grande importância para o enriquecimento da pesquisa.

Agradeço também aos colegas de trabalho da Escola Municipal Prefeito Dilermando Cruz Filho e do Colégio e Curso CAES Vestibulares pelo apoio, compreensão e incentivo. Também não podem ficar de fora os alunos, que souberam compreender minha ausência.

À Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, sou grato pela licença remunerada que me concedeu durante dois anos e meio para que eu pudesse dedicar exclusivamente a essa pesquisa.

RESUMO

Esta tese pretende elaborar um estudo a respeito da morte e do morrer na cidade de Juiz de Fora entre 1850-1950. O trabalho quer demonstrar que as atitudes da população católica perante o fim último tinham como princípio fundamental a busca do bem morrer, ou seja, aquela morte em que as pessoas se preparavam durante a vida para somente fazer seu passamento na velhice. Porém, nem sempre isso ocorria, pois a convivência com doenças e pestes ocasionava muitas mortes inesperadas. Mesmo assim, era comum a redação testamental com o objetivo de se alcançar a boa morte. No testamento o testador manifestava seus desejos em relação aos seus bens e ao descanso de sua alma. A Igreja procurava proceder o ritual de passagem para que a alma do defunto encontrasse o caminho até o Céu. Era ela também que celebrava as missas recomendadas pelo defunto antes da morte. Com isso, ela controlava a relação entre o mundo dos vivos e dos mortos, relação esta que foi abalada diante dos questionamentos científicos sobre os enterros nas dependências dos templos e a transferência dos mesmos para um cemitério público. A Igreja ainda foi a responsável pela divulgação da devoção aos santos, à Nossa Senhora e do culto aos mortos no Dia de Finados, práticas essas que contribuíam para que os católicos alcançassem uma boa morte.

PALAVRAS-CHAVE: Religião. Catolicismo. Morte. Irmandade.

RÉSUMÉ

Cette thèse a pour but d'étudier la mort et le mourir dans la ville de Juiz de Fora entre 1850-1950. Ce travail veut montrer que les attitudes de la population catholique devant la mort avaient la recherche du bien mourir comme principe fondamental, c'est-à-dire, quand les personnes se préparaient pendant toute leur vie pour mourir seulement de vieillesse. Toutefois, ce n'était pas toujours le cas à cause des maladies et des pestes qui provoquaient de nombreux décès inattendus. Quand même la rédaction du testament était courante en vue d'assurer une bonne mort. Le testateur exprimait ses désires sur ses biens et le repos de son âme. L'Église exécutait le rite de passage pour que l'âme du mort trouvait le chemin jusqu'au Ciel. C'était dans l'Église aussi où les messes ordonnées par le défunt avant son décès avaient lieu. Ainsi l'Église contrôlait la relation entre le monde des vivants et des morts. Cette relation a été heurtée devant les questions scientifiques sur les enterrements dedans les temples et les déplacements des défunts vers un cimetière public. Dans la même façon l'Église a été responsable de la diffusion de la dévotion aux saints et à Notre-Dame, et du culte aux morts dans la fête des morts. Ces pratiques contribuaient pour que les catholiques puissent assurer une bonne mort.

PALAVRAS-CHAVE: Religion. Catholicisme. Mort. Confrérie.

RIASSUNTO

Questa tesi ha come oggetto la morte e il morire nella città di Juiz de Fora nel periodo compreso fra gli anni 1850 e 1950. Il lavoro vuole dimostrare che l'atteggiamento della popolazione cattolica di fronte alla fine della vita aveva come principio fondamentale la ricerca del *morire bene*, ossia di quella morte per la quale le persone si erano preparate già durante la vita, sebbene il *passare a miglior vita* accadesse poi normalmente nella vecchiaia. Peraltro non era sempre questo il caso, visto che la peste e altre malattie furono causa di numerose morti premature. Malgrado ciò era comune l'uso di fare testamento allo scopo di ottenere una *buona morte*. Nel testamento il testante manifestava i suoi desideri a riguardo dei suoi beni ed in merito al riposo della sua anima. La Chiesa aveva il compito di curare il rito in modo che l'anima del deceduto trovasse la strada del Cielo. Essa aveva l'incarico di celebrare le messe che il morto aveva ordinato prima della sua morte. In tal modo essa manteneva un controllo sul rapporto tra il mondo dei vivi e quello dei morti. Questo rapporto fu turbato dalle nuove questioni scientifiche sorte attorno all'uso di seppellire i defunti all'interno delle chiese e quindi al trasferimento delle tombe nei cimiteri della città. Alla Chiesa si deve anche la diffusione della devozione ai santi, alla Madonna e del culto dei morti nel Giorno dei Defunti. Pure queste pratiche contribuivano a che i fedeli cattolici ottenessero una *buona morte*.

PALAVRAS-CHAVE: Religione. Cattolicismo. Morte. Fratellanza.

LISTA DE ABREVIATURAS

- ACMJF:** Arquivo da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora
- ACMAJF:** Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Juiz de Fora
- AINSG:** Arquivo da Igreja Nossa Senhora da Glória de Juiz de Fora.
- AEAM:** Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.
- AISSCM:** Arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Catedral Metropolitana (Matriz de Santo Antônio) de Juiz de Fora.
- AHPJF:** Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora
- AHUFJF:** Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora
- BMMM:** Biblioteca Municipal Murilo Mendes.
- CMIJF:** Centro de Memória da Igreja de Juiz de Fora.

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** – Casos de Cólera em Juiz de Fora e região: 1855-1856. **P. 32**
- Quadro 2** – Modelos de registros em livros de assentos de óbitos. **P. 55**
- Quadro 3** – Registros de assentos de óbitos. **P. 64**
- Quadro 4** – Receitas e despesas da Irmandade do Santíssimo Sacramento com a morte e o morrer. **P. 103**
- Quadro 5** – Relação de despesas com as vítimas do acidente em que morreu D. Luiz Lasagna e os seus sepultamentos – 1895. **P. 109**
- Quadro 6** – Valores dos caixões e dos carros da empresa funerária de Juiz de Fora – 1895. **P. 111**
- Quadro 7** – Valores das sepulturas de acordo com a empresa funerária de Juiz de Fora: 1890. **P. 113**
- Quadro 8** – Relatório anual do movimento religioso da Paróquia de Santo Antônio de Juiz de Fora sobre a frequência aos sacramentos (número de fiéis): 1910 – 1930. **P. 116**
- Quadro 9** – Termos de abertura dos testamentos com motivos religiosos. **P. 130**
- Quadro 10** – Termos destacando a fé na Igreja Católica. **P. 131**
- Quadro 11** – Motivos alegados para a redação dos testamentos. **P. 135**
- Quadro 12** – Testadores que revelaram sua idade em testamento (1850-1950). **P. 141**
- Quadro 13** – Profissão declarada pelos testadores em testamento (1850-1950). **P. 144**
- Quadro 14** – Testadores que pediram para serem enterrados com roupa mortuária específica. **P. 157**
- Quadro 15** – Testadores que deixaram escrito como queriam seu funeral. **P. 172**
- Quadro 16** – Testadores que pediram o acompanhamento de sacerdotes no seu enterro. **P. 174**
- Quadro 17** – Dívidas deixadas pelos testadores. **P. 199**
- Quadro 18** – Acertos em família. **P. 202**
- Quadro 19** – Destino dado aos escravos pelos testadores. **P. 204**
- Quadro 20** – As 10 igrejas mais contempladas com doações. **P. 227**
- Quadro 21** – Testadores que doaram parte de seus bens aos pobres. **P. 237**
- Quadro 22** – Testadores que mais fizeram doações. **P. 241**
- Quadro 23** – Epitáfios: textos simplificados. **P. 296**

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Números de testamentos em Juiz de Fora: 1901 a 1950. **P. 134**

Tabela 2 – Grau de parentesco e amizade entre testadores e testamentários / números e percentuais (1850-1950). **P. 139**

Tabela 3 – Testadores: ano de redação do testamento e ano da morte (1850-1950). **P. 140**

Tabela 4 – Visão geral sobre os sufrágios pedidos em testamentos. **P. 213**

Tabela 5 – Testadores e quantidade de missas por suas almas. **P. 214**

Tabela 6 – Testadores e sufrágios para almas de outras pessoas. **P. 214**

Tabela 7 – Bens arrolados nos testamentos. **P. 221**

Tabela 8 – Grau de parentesco entre testadores e herdeiros. **P. 224**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 O ESPAÇO DA MORTE NA VIDA	27
2.1 A fé que sobrevive no espaço insalubre.....	27
2.2 As reações contra a morte.....	37
2.3 O local dos mortos.....	47
2.4 Bem morrer, mal morrer.....	62
3 A VIVÊNCIA RELIGIOSA E A CAMINHADA PARA UM BOM PASSAMENTO	76
3.1 As irmandades: os preceitos do bem viver e do bem morrer.....	76
3.2 A fé e a solidariedade para o bem viver e o bem morrer.....	87
3.3 O preço da morte: os investimentos para o bem morrer.....	100
3.4 Os sacramentos da Igreja para o bem viver e o bem morrer.....	114
4 A MORTE: SEU ACONTECIMENTO E OS ACONTECIMENTOS À SUA VOLTA .	126
4.1 A redação de testamentos e o preparo da morte.....	126
4.2 A hora da morte, a hora do morto.....	145
4.3 Os últimos contatos com o defunto.....	155
4.4 No túmulo, o descanso eterno.....	168
5 POST-MORTEM: O LUTO E AS PRESTAÇÕES DE CONTAS	187
5.1 O significado do luto.....	187
5.2 As pendências de família.....	198
5.3 Os sufrágios encomendados.....	208
5.4 A distribuição dos bens e das esmolas deixadas pelos finados	221
6 CULTO E DEVOÇÃO PARA O BEM VIVER E O BEM MORRER	244
6.1 Os santos protetores para a boa morte.....	244
6.2 Maria, a intercessora na vida e na morte.....	263
6.3 A devoção ao Senhor Morto e o culto aos mortos.....	277
CONCLUSÃO	308
REFERÊNCIAS	313
ANEXOS	334

1 — INTRODUÇÃO

MORTE

É doce o pensamento da morte
Quando o corpo exausto de prazer ou de dor
Sofre os seus limites.
É doce o pensamento da morte
Quando o espírito enfraquecido pela revolta
Não se aplaca nem mesmo diante de Jesus.
Morte, suave música da morte,
Devolve-me ao sono inicial de antes do pecado.
Não quero os cantos celestes nem a palma da glória.
Talvez eu queira o nada absoluto:
Até mesmo o pensamento da morte ainda é vida.
(Murilo Mendes em “*A Idade do Serrote*”)

Refletir as circunstâncias a respeito da morte e do morrer foram os aspectos que me conduziram para a produção dessa pesquisa. Porém, o meu interesse pelo tema começou a se manifestar ainda quando estava cursando o mestrado em Ciência da Religião na mesma universidade. Naquele momento eu pesquisava sobre a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Catedral de Juiz de Fora. Percebi que uma das principais finalidades da referida associação se constituía no auxílio aos irmãos na hora da morte. Foi aí que pude perceber como seria interessante realizar uma pesquisa sobre a morte e o morrer em Juiz de Fora, procurando entender algumas questões que envolvessem a temática apresentada e, principalmente, associar nosso estudo às atitudes fúnebres dos católicos visando o bem morrer.

Estudar o referido tema, então inserido na abordagem da história cultural e do imaginário coletivo, só foi possível devido aos esforços iniciais empreendidos por um grupo de historiadores franceses a partir de 1929 — pertencentes à Escola dos Annales — para abrir os debates a fim de expandir os eixos temáticos e suas novas abordagens na História. Assim sendo, a morte e o morrer em nossa pesquisa ganha novo sentido:

A morte não é apenas um tema da demografia histórica ou da teologia e da didática eclesiástica. A morte é um dos parâmetros radicais do imaginário coletivo, e uma

vez que esta não permanece imóvel no curso da história, essas mudanças não podem deixar de se expressar também nos avanços da relação do homem com a morte.¹

O campo em que o tema da morte ganhou novas interpretações e novas abordagens se insere na história das mentalidades, campo de pesquisa muito divulgado na Europa nos anos 70 do século XX.

A história das mentalidades, afirmou Vovelle, é o estudo das mediações entre, de um lado, as condições objetivas da vida dos homens e, de outro, a maneira como eles a narram e mesmo como a vivem. A esse nível, as contradições se diluem entre os dois esquemas conceituais: ideologias de uma parte, mentalidades de outra. As mentalidades seriam mesmo, para Vovelle, um terceiro nível da estrutura social (ou do modo de produção), afirmando-se não como um território estrangeiro, exótico, mas como o prolongamento natural e a ponta fina de toda história social.²

Autores como Marc Bloch, Lucien Febvre — estes, situados nos primórdios dos *Annales*, dedicando-se ao estudo de sentimentos, crenças e costumes — Michel Vovelle, Jacques Le Goff e Philippe Ariès proporcionaram análises de grande interesse para o desenvolvimento da historiografia, libertando a pesquisa das amarras do positivismo sem, no entanto, desprezar sua parcela de contribuição anterior. A afirmação de Vovelle a respeito dessa nova abordagem aponta para uma diretriz diferente do que até então se produzia na história. Foi Vovelle também que ao invés de usar o conceito de *inconsciente coletivo*, optou pelo uso do termo *imaginário coletivo* associado ao conceito de mentalidades. Para ele esse conceito é:

mais operacionalizável e, sobretudo, menos suscetível a extrapolações temerárias do domínio da psicanálise. [...] Propôs, enfim, uma articulação entre o conceito de mentalidade e o de ideologia, entendida à moda marxista em perspectiva de dominação de classe. A história das mentalidades, afirmou Vovelle, é o estudo das mediações entre, de um lado, as condições objetivas da vida dos homens e, de outro, a maneira como eles a narram e mesmo como vivem. A esse nível, as contradições se diluem entre os dois esquemas conceituais: ideologias de uma parte, mentalidades de outra. As mentalidades seriam mesmo, para Vovelle, um terceiro nível da estrutura social (ou do modo de produção), afirmando-se não como um território estrangeiro, exótico, mas como o prolongamento natural e a ponta final de toda história social.³

Como evolução própria da história das mentalidades, surgiu nos anos 1980 uma outra linha historiográfica advinda das mentalidades: a chamada Nova História Cultural,

¹ GURIÉVITCH, Aaron. *A síntese histórica e a Escola dos Anais*. São Paulo: Editora Perspectiva S. A., 2003, p. 216.

² CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, pp. 140-141.

³ *Ibidem*.

Refúgio este sim mais consistente, posto que, em suas principais versões, procurou defender a legitimidade do estudo do ‘mental’ sem abrir mão da própria história como disciplina ou ciência específica — o que não é de somenos importância —, e buscando corrigir as imperfeições teóricas que marcaram a corrente das mentalidades do anos 70.⁴

Nessa linha, os trabalhos do antropólogo Clifford Geertz tiveram uma grande ascendência sobre a reflexão teórica dos novos estudos culturais, pois forneceram alguns pressupostos para se pensar o simbólico na história.

Nos estudos sobre a morte e o morrer devem ser considerados que o tempo de longa duração predomina sobre as mudanças rápidas. Fernand Braudel chamou essa referência de “história quase imóvel.”⁵ Não se deve desmerecer, no entanto, as mudanças rápidas, sensíveis e inerentes à convivência humana que acontecem no cotidiano da sociedade.

Se passarmos da história, do pensamento claro ou das culturas para os novos campos da história das mentalidades, que operam no domínio das atitudes, dos comportamentos e do que alguns chamam de “inconsciente coletivo”, é incontestável que o tempo longo se impõe.

Nele não há tormentas, rupturas, nem mesmo, propriamente falando, acontecimentos no sentido tradicional, na história da família, do amor, do casal, das atitudes em relação à criança, da sociabilidade coletiva ou da morte, para citar, quase fora de ordem, os novos campos abertos.⁶

Assim sendo, nossa pesquisa referente à morte e ao morrer, além de ser um objeto de estudo de longa duração característico da história das mentalidades, tem ainda uma ligação muito estreita a história cultural, campo onde a religião, a religiosidade, a devoção e o simbólico se apresentam como aspectos inseridos na cultura elaborada pelos homens através de suas relações e, por isso, produzem significados essenciais para a vida e para a morte.

A escolha de Juiz de Fora como recorte espacial para estudar a morte e o morrer se deve à necessidade de ampliar a produção historiográfica sobre a localidade para, assim, contribuir com novos estudos e novas abordagens a fim de que se construa uma história total.

Nossos estudos têm como princípio o ano de 1850, ano em que se criou a Freguesia de Santo Antônio do Paraibuna, inaugurando também a primeira paróquia sob a mesma denominação. Naquele ano tiveram início os registros paroquiais na cidade, desde então, com sua autonomia política. Nossa pesquisa se encerra em 1950. Esse é um ano que tomamos como referencial final para caracterizar nosso ponto de chegada em uma época em que a morte e o morrer passavam por algumas mudanças e adaptações da modernidade urbana. Há fortes indícios de que as atitudes fúnebres ganhavam novos contornos. Primeiramente,

⁴ Ibidem, p. 148.

⁵ BRAUDEL, Fernand. Apud: GURIÉVITCH, Aaron. Op. cit., p. 63.

⁶ VOVELLE, Michel. Apud: LE GOFF, Jacques. (Org). *A História Nova*. (Trad. Eduardo Brandão). 5.^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp. 100-101.

encontramos testadores redigindo seus testamentos nos hospitais. Isso significa que o local da morte começa a ser transferido para fora da casa. Não podemos dizer, entretanto, que isso já se constituía em um comportamento generalizado, como na Europa, porém, acreditamos ser suficiente para entendermos que a morte e o morrer não se configuravam como problemas somente da família, mas também dos médicos.⁷ Outro ponto de relevância, ainda com relação aos testamentos, é o fato de que seus textos apresentavam poucas referências de conteúdos religiosos, as redações testamentais ganhavam contornos mais laicos. Lembramos que já ocorria, desde a segunda metade do século XIX, um processo de minimização das cláusulas piedosas nos testamentos devido ao processo de secularização da sociedade e à laicização que atingiu o Estado. Essa afirmação pôde ser verificada no decorrer de nossa pesquisa. Podemos dizer ainda que o ano de 1950 é um referencial para apontarmos que as casas funerárias existentes em Juiz de Fora passaram a assumir funções mais abrangentes do que apenas vender urnas mortuárias. Elas vão se especializando, com o decorrer do tempo, na organização dos ornamentos para velório. Começam a surgir também funcionários com funções de preparar o corpo do defunto para ser enterrado. Isso demonstra que a família estava abandonando algumas atitudes perante a morte e o morrer, funções que no passado se encontravam no círculo familiar. Outro aspecto de relevância está no fato de que o ritual das exéquias estava sendo transferido do interior da Matriz de Santo Antônio (Catedral Metropolitana) para a casa da família do defunto ou até mesmo para o hospital. Diversos registros de óbitos oriundos da metade do século XX especificam essa afirmação. Por fim, a escolha da data cobre, como a pesquisa irá mostrar, justamente um período de uma certa “mentalidade” em torno da morte. Se a escolha da data inicial tem um marco histórico claro, a escolha de uma data final não está ligada a um fato histórico específico, mas a sinais do fim da vigência de uma determinada mentalidade, como os indícios mostram.

As fontes consultadas por nós para a elaboração desse trabalho se constituem em um dos principais aspectos na elaboração dessa tese. Nosso método de análise partiu, primeiramente, de uma consulta geral aos arquivos da cidade. A partir daí, procuramos vasculhar “tudo” que pudesse nos levar a entender as questões que envolvem essa pesquisa. Somente após essas observações criteriosas dos documentos é que partimos para a coleta dos

⁷ Entre 1930 e 1950, a evolução vai se precipitar. Esta aceleração é devida a um fenômeno material importante: o deslocamento do lugar da morte. Já não se morre em casa, em meio aos seus, mas sim no hospital, sozinho. Morre-se no hospital porque este tornou-se o local onde se presta os cuidados que já não se pode prestar em casa. Antigamente era o asilo dos miseráveis e dos peregrinos; primeiro tornou-se um centro médico, onde se cura e onde se luta contra a morte. Continua tendo essa função curativa, mas começa-se também a considerar um certo tipo de hospital como o lugar privilegiado da morte. Morre-se no hospital *porque* os médicos não conseguiram curar. Vamos ao hospital não mais para sermos curados, mas precisamente para morrer. Cf. ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente. Da Idade Média aos nossos dias*. (Trad. Priscila Viana de Siqueira). Rio de Janeiro: Ediouro, 2003, p. 85.

dados, seguindo uma estrutura definida por nós e conveniente ao tema. Em seguida, procuramos alocar os dados coletados nos capítulos ou itens em que os utilizaríamos. Por fim, procuramos confrontar os dados aos conteúdos teóricos estudados paralelamente, momento em que as questões foram se compondo para a produção da tese.

Uma vasta documentação contribuiu decisivamente para a produção dessa pesquisa. Distribuímos as fontes em quatro tipos, a saber: a)As de origem do Poder Público; b)As documentações eclesiais; c)As fontes de cartórios; d)Os periódicos.

As fontes originárias do Poder Público tornaram-se importantes para o entendimento da relação entre o referido poder e a sociedade no que se refere à morte e ao morrer. A partir delas pudemos perceber a Câmara Municipal abrindo os debates sobre a necessidade de se construir um cemitério público na cidade, obra que foi concluída em 1863. Consultamos alguns relatórios anuais em que são apresentados os números de sepultamentos, bem como, diversas correspondências relatando os conflitos envolvendo sacerdotes e o Poder Público. A questão principal que norteava tais conflitos era a respeito dos enterramentos. Fica evidente, para nós, que os religiosos sentiam a perda do controle sobre a relação entre vivos e mortos, mesmo sabendo que a Igreja ainda tinha autoridade no espaço destinado aos mortos. Notamos essa preocupação nas correspondências do Padre Tiago Mendes ao Agente do Executivo e ao Sr. Arcebispo de Mariana. Ali ele demonstrava sua insatisfação e reclamava os direitos de receber o percentual sobre os sepultamentos. Pudemos constatar ainda um conflito envolvendo o mesmo sacerdote e um sepultamento de indivíduo acatólico que foi encomendado por um ministro protestante. O representante da Igreja reclamava o monopólio do ritual das exéquias. Ainda nesse grupo, configuram-se diversas correspondências entre os inspetores de higiene e a Câmara Municipal relatando as condições sanitárias da cidade e encaminhando algumas diretrizes para melhorá-las, viabilizando obras de interesse público que contribuíssem para amenizar o problema.

As documentações eclesiais também se configuraram de modo bastante satisfatório em nossa tese. Elas deram ao nosso trabalho um suporte valioso para entender a morte e o morrer na visão da Igreja e da população católica. Pelos livros de tomo presentes nas paróquias pudemos constatar os registros das festas e os relatórios elaborados pelos sacerdotes sobre o número de fiéis que recebiam os sacramentos da Igreja. Nos assentos de batizados, pudemos ter uma noção sobre a influência religiosa sobre a escolha dos nomes das crianças. Ser devoto de um santo implicava, para algumas famílias, em homenageá-lo dando o seu nome aos filhos. A dinâmica da devoção consistia na contrapartida que o santo daria ao seu protegido na vida e na morte. Os assentos de óbitos constituíram-se em uma das mais importantes fontes dos nossos estudos. Eles são reveladores de diversos aspectos que

envolviam a morte e o morrer. Neles, os padres redigiam o nome do defunto, a idade, profissão, causa da morte, se o defunto recebeu os sacramentos, e quais foram eles, bem como se foi feito o ritual das exéquias. Ainda no grupo de fontes eclesiais, destacam-se os estatutos das irmandades, os livros de atas das reuniões das associações e os livros de receitas e despesas. Pelos estatutos, pudemos constatar a maneira sobre como os confrades tratavam a morte e o morrer. Aliás, o cuidar da morte constituía-se em um dos fundamentos das irmandades.

As fontes cartoriais que utilizamos restringiram-se particularmente aos testamentos. Após uma apreciação de 250 testamentos, selecionamos 105 para nossos estudos, procurando escolher aqueles que apresentassem no seu conteúdo cláusulas piedosas (Manifestação de devoções, invocação da proteção dos santos, vontades religiosas que envolviam a morte e o morrer, pedidos de sufrágios para a alma, dentre outras). Através de uma leitura criteriosa, pudemos extrair informações fundamentais no entendimento da morte, principalmente na ótica dos indivíduos católicos. A redação dos testamentos configurava-se em um dos preceitos mais importantes para se ter uma boa morte. Deles extraímos informações sobre atitudes fúnebres presentes entre a população católica da época estudada por nós. Pudemos constatar ainda como os testadores procuravam distribuir seus bens entre os herdeiros. Muitos indivíduos se preocupavam em deixar esmolas para a Igreja, para os pobres e para as instituições de caridade, isto era uma forma de garantir um lugar no Céu. As cláusulas piedosas se completavam com os pedidos de sufrágios para a alma e as indicações sobre como a pessoa pretendia ser enterrada, a escolha do vestuário, o tipo de caixão, a condução do enterro — se a pé ou de carro —, quem levaria o esquife até a sepultura e, por fim, o tipo de túmulo, bem como o local do sepultamento.

Os periódicos completam nossa lista de fontes. Os jornais que circulavam no período estudado por nós possibilitaram um entendimento sobre a importância das informações para a sociedade a respeito da morte e do morrer. A população da cidade tinha acesso, praticamente todos os dias, a notícias fúnebres. Além do mais, a família enlutada aproveitava o espaço jornalístico para noticiar e convidar a sociedade para as missas a serem celebradas em memória do finado. Os jornais ainda abriam discussões sobre temas relativos à morte, principalmente em épocas de celebrações religiosas especialmente dedicadas ao assunto. Destacam-se, nesse sentido, as notícias referentes à Paixão e Morte do Senhor e ao Dia de Finados, momento em que os católicos prestavam devoção aos mortos. A partir dos periódicos, pudemos ainda acompanhar o trágico acidente de trem em que morreu o Bispo de Trípoli D. Luis Lasagna. A população de Juiz de Fora se envolveu de maneira bastante emotiva com o fato.

A problematização teórica desta tese emerge da historiografia. Porém, há um amplo relacionamento com os estudos de Antropologia, Sociologia e Teologia. Nossa pesquisa se fundamenta de maneira mais sistemática na história das mentalidades e cultural. Para isso, recorreremos primeiramente aos estudos de Clifford Geertz, autor que desenvolveu alguns conceitos importantes em sua obra, *A Interpretação das Culturas*.⁸ O seu conceito de cultura tornou-se bastante apropriado em nosso trabalho. A esse respeito, ele nos diz que:

O homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. [...] Cultura é um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas e expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida.⁹

A cultura é, dessa forma, pública, porque o homem a tece em sua convivência social buscando os significados para fundamentar sua vida. As relações em cadeia que o homem constrói são fundamentais para sua vida e sua convivência. Procurar analisar essas teias que o próprio homem construiu no decorrer de suas relações produz significados muito precisos para uma interpretação dessas convivências.

Outro conceito bastante pertinente para fundamentar nossos estudos é o de religião. O mesmo Geertz nos dá a base teórica para isso.

Religião é um sistema de símbolos que atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e vestindo essas concepções com tal aura de fatorialidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas.¹⁰

Os símbolos são, assim, em Geertz, fundamentais para a compreensão da cultura e da religião. Para nós, o que é simbólico é também plausível de ser incorporado na análise social. Os símbolos “são formulações tangíveis de noções, abstrações da experiência fixada em formas perceptíveis, incorporações concretas de idéias, atitudes, julgamentos, saudades ou crenças.”¹¹

Outro autor ao qual vamos recorrer é Mircea Eliade. Seus estudos nos auxiliaram na compreensão do que vem a ser o sagrado e o profano. Para Eliade, o “homem toma conhecimento do sagrado porque este se *manifesta*, se mostra como algo absolutamente diferente do profano.”¹² Há uma oposição, portanto, entre o sagrado e o profano, é o princípio

⁸ GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1989.

⁹ Ibidem, pp. 15 e 103.

¹⁰ Ibidem, p. 105.

¹¹ Ibidem.

¹² ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o profano*. A essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 17.

para se entender as idéias de Eliade. Para indicar o ato da manifestação do sagrado, Eliade utiliza o termo *Hierofania*.

Este termo é cômodo, pois não implica nenhuma precisão suplementar: exprime apenas o que está implicado no seu conteúdo etimológico, a saber, que *algo de sagrado se nos revela*. Poder-se-ia dizer que a história das religiões — desde as mais primitivas às mais elaboradas — é constituída por um número considerável de hierofanias, pelas manifestações das realidades sagradas.¹³

Assim, quando analisamos a sociedade juizforana entre os séculos XIX e XX constatamos que, em meio ao espaço profano, o sagrado se manifestava de maneira ainda forte e capaz de influenciar comportamentos individuais e sociais no que diz respeito à morte e ao morrer.

Pierre Sanchis é outro autor de grande relevância neste trabalho. Suas idéias a respeito da secularização / re-encantamento do mundo nos possibilitaram buscar o fundamento sobre o que pensamos do assunto, tão vasto e aberto ao diálogo hoje. A secularização no Brasil ainda é um tema cheio de “brechas” para o debate. Buscamos em Sanchis um caminho para nos auxiliar a estruturar a idéia de que a morte e o morrer são aspectos da cultura de um povo ainda cheios de atitudes religiosas. O que postulamos não é a secularização da morte e do morrer, mas a secularização do local dos mortos, isto é, do cemitério. O controle institucional que a Igreja exercia sobre o espaço dos mortos cedeu lugar ao controle aberto por parte do Poder Público. Entretanto, os sacerdotes ainda continuavam benzendo os campos santos, exercendo o ritual de encomendação e rezando as missas pedidas em testamentos. Por isso, podemos falar de uma secularização ainda limitada pela força da religiosidade na sociedade. Temos a clara evidência de que a secularização da morte aconteceu no seu aspecto de controle institucional, mas não se pode afirmar o mesmo no aspecto da experiência pessoal: o encantamento e o simbolismo ainda permaneceram vivos no seio da sociedade, induzindo os indivíduos a terem comportamentos sagrados para conquistar a salvação da alma. “A rigor, a crença na vida após a morte não desapareceu. O que desapareceu foram a ingerência da Igreja Católica sobre ela e o aspecto atemorizante de culpabilização. [...] Efetivamente, a secularização da morte não assumiu uma feição descristianizadora.”¹⁴ A questão fundamental é que as pessoas buscam um sentido religioso para a morte e o morrer, só que em um ambiente com mais liberdade do que antes.

Sobre o processo ritual praticado em torno da morte e do morrer, buscaremos apoio em Van Gennep que desenvolveu um importante estudo sobre o assunto. Em seu livro “Os

¹³ Ibidem.

¹⁴ RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: o processo de secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Tese (Doutorado em História) — Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói: 2002, p. 350.

Ritos de Passagem” o autor nos revela uma maneira clara de interpretar os rituais em torno dos funerais, que ele denomina de ritos de separação. A morte separa o mundo dos mortos do mundo dos vivos. Porém, é necessário proceder os ritos fúnebres para definir plenamente a separação entre esses dois mundos e agregar, da melhor maneira, o defunto ao seu novo mundo. Caso contrário, corre-se o risco de não haver uma harmonia necessária à boa convivência entre os dois planos.

Os indivíduos para os quais não foram executados os ritos fúnebres, assim como as crianças não batizadas ou que não receberam nome, ou não foram iniciadas, são destinados a uma existência lamentável, sem poder jamais penetrar no mundo dos mortos nem se agregarem à sociedade aí constituída. São os mortos mais perigosos, porque desejariam reagregar-se ao mundo dos vivos, mas não podendo fazê-lo conduzem-se como estrangeiros hostis. Não dispõem dos meios de subsistência que os outros mortos encontram em seu mundo, e por conseguinte devem procurá-los à custa dos vivos. Além disso, estes mortos sem lar nem lugar sentem frequentemente um amargo desejo de vingança. Deste modo, os ritos dos funerais são ao mesmo tempo ritos utilitários de grande alcance, que ajudam a livrar os sobreviventes de inimigos eternos. A classe de mortos referida é diversamente recrutada conforme os diferentes povos. Além dos indivíduos citados nela figuram os que não têm família, os suicidas, os mortos em viagem, por um raio, pela violação de um tabu, etc.¹⁵

Em nossos estudos, estaremos diante de diversos rituais que antecedem a morte, perpassam sobre o velório e continuam após o sepultamento. Rituais estes que envolvem os mortos e os vivos. Há um envolvimento de uma boa parcela das pessoas na prática dos ritos da morte e do morrer, visto que eles acontecem na família, na Igreja e na sociedade de um modo geral.

Além desses quatro autores, outros das áreas da História das mentalidades, da Sociologia e da Antropologia foram de tamanha utilidade para nosso texto. Destacamos fundamentalmente os seguintes: na História das mentalidades, Philippe Ariès, Michel Vovelle, Jean Delumeau e Jacques Le Goff. Os dois primeiros se destacaram por seus escritos a respeito da morte e do morrer. Jacques Le Goff ganhou relevância com seus preciosos textos sobre a Idade Média. Jean Delumeau nos possibilitou entender as situações de medo presente no período medieval e, assim, alocar o respectivo medo da morte para sociedade juizforana dos séculos XIX e XX. Os temores da população não se restringiam à morte e ao morrer. Era visível o medo do fim do mundo, da guerra, do comunismo e dos fenômenos ligados à natureza, principalmente, em épocas de chuvas, onde os alagamentos e as enchentes mudavam completamente o ritmo de vida da população e alterava as relações familiares.

A esse respeito, Roberto da Matta nos possibilitou fazer uma análise de como os costumes das famílias desabrigadas sofriam mudanças e provocavam impactos em suas

¹⁵ GENNEP, Arnold Van. *Os ritos de passagem*. (Trad. Mariano Ferreira). Petrópolis: Vozes, 1978, p. 136.

convivências, pois a rua é o espaço da individualização, da bandidagem e do “cada um por si”. As famílias desabrigadas podiam sofrer ameaças à estabilidade. Habitar outro local que não fosse sua casa trazia insegurança e medo. Não se sabe com quem vai encontrar e ter que conviver sem a privacidade do lar. Por outro lado, costumava ser nesses momentos de dor e perda que o nível de solidariedade se manifestava com maior intensidade. Também em Da Matta vislumbramos uma análise do espaço das regiões periféricas como o mais propício à propagação de doenças e pestes. São os locais mais afastados das regiões nobres e são, por causa disso, singulares e referenciais para uma análise social.

Destacamos ainda de maneira relevante a obra de João José Reis, “A morte é uma festa”. Nela buscamos uma compreensão geral das atitudes praticadas pelos indivíduos em situações que envolviam a morte e o morrer. Reis trabalhou de forma brilhante a “cemiterada” que aconteceu em Salvador no século XVIII diante do processo de secularização dos cemitérios. Seu livro trouxe grandes contribuições para nosso trabalho, tanto no conteúdo quanto no processo metodológico.

Riolando Azzi produziu estudos de grande importância na área da religiosidade, da devoção popular e do catolicismo em geral. Buscamos em seus diversos livros a fundamentação de vários assuntos discutidos em nossa tese. Riolando Azzi trabalhou de maneira relevante o sentido do que vem a ser o Catolicismo Tradicional — ou Devocional. Assim, pudemos nos apoiar em seus estudos sobre as irmandades, o comportamento devocional dos católicos que se refletiam nas rezas, na oração do terço, nas romarias e no culto aos santos.

No grupo dos historiadores locais, destacamos o próprio Riolando Azzi que produziu um valioso estudo sobre o catolicismo praticado na Igreja de Juiz de Fora. Utilizamos ainda a obra “História de Juiz de Fora” de Paulino de Oliveira. Com anotações minuciosas a respeito da cidade desde os primórdios até 1950, esse autor preza pela descrição simples dos fatos históricos, porém, seu texto é de grande relevância para a comparação e embasamento dos nossos argumentos.

Destacamos ainda o valor dos memorialistas juizforanos que escreveram preciosidades sobre a primeira metade do século XX: Wilson de Lima Bastos e Pedro Nava trouxeram para nosso trabalho o diálogo com a vida cotidiana. Ressalta-se em seus trabalhos a narração dos acontecimentos com clareza e, por vezes, uma crítica sempre questionadora da realidade. Nestes autores buscamos as informações sobre a prática da religiosidade, sobre as festas, sobre a morte e o morrer e sobre como era o viver da população juizforana.

Nossa pesquisa tem por objetivo geral fazer um estudo analítico sobre as atitudes da população católica diante da morte e do morrer em Juiz de Fora entre 1850 e 1950.

Pretendemos também fazer uma analogia entre a morte e as devoções praticadas pelos fiéis a fim de se ter apoio espiritual na vida e, essencialmente, para se alcançar o bem morrer.

A tese está estruturada em cinco capítulos. Em cada um deles há a predominância de uma questão que advém do nosso tema central. Outros pontos circunstanciais aparecem no corpo da tese e servem de suporte para nossas afirmações.

O primeiro capítulo tem por objetivo analisar a maneira como a população da cidade enfrentou as pestes e a ameaça da morte. Destacaremos ainda a importância do Poder Público Municipal e das instituições assistencialistas para colocar em prática ações visando frear o avanço das doenças entre a população e diminuir os números de mortos. Nesse sentido, o Poder Público, a Igreja e a sociedade iniciaram os debates para a criação de um cemitério público a fim de dar fim aos enterramentos dentro dos templos. Na composição deste capítulo recorreremos, principalmente, às diversas correspondências encaminhadas à Câmara Municipal por representantes religiosos e públicos a fim de apresentar os problemas de ordem sanitárias na cidade e a vulnerabilidade dos cidadãos perante as circunstâncias das pestes e, logicamente, da morte. Utilizamos ainda os periódicos com o objetivo de apresentar as notícias sobre as más condições de higiene presentes na cidade. Assim, pudemos compreender o sentido do que vem a ser o bem morrer e o mal morrer.

No segundo capítulo, o objetivo é analisar a vivência religiosa dos católicos que, desde cedo, procuravam adotar comportamentos visando a preparação para a vida e para a morte. O bem viver e o bem morrer implicavam em, dentre outras atitudes, solidificar a espiritualidade através da frequência à Igreja e da práxis sacramental, e praticar a caridade para com os pobres. Tornava-se importante ainda a filiação a uma associação religiosa, como por exemplo, uma irmandade. Uma das principais finalidades da irmandade constituía na preparação para o bem morrer e prestar a assistência aos confrades no momento final de suas vidas, dando o conforto espiritual para a alma, auxiliando financeiramente com o enterro e mandando o sacerdote rezar as missas a que tinham direitos os irmãos falecidos. Neste capítulo, destacam-se a documentação das irmandades — estatutos, livros de atas, livros de receitas e despesas — de maneira fundamental para estruturar o ideal em torno do bem viver e do bem morrer. Recorreremos ainda aos relatórios nos livros de tomo para uma apresentação quantitativa dos números de católicos que freqüentavam os sacramentos, visando demonstrar a preocupação dos sacerdotes para com essa prática.

O capítulo terceiro tem por principal objetivo analisar a morte em si e buscar compreender o sentido do que vem ser a boa morte. Para ser alcançada, o indivíduo deveria providenciar o mais rapidamente possível a redação de seu testamento a fim de que a morte não chegasse de surpresa. No testamento, o testador deveria deixar todas as suas vontades

indicadas para que o testamenteiro as providenciasse após seu passamento. O testamento seguia uma forma geral na redação, e se constituía em um documento onde o testador deveria indicar os herdeiros de seus bens, definir as instituições que receberiam esmolas, reconhecer filhos extra-conjugais, pedir perdão por algumas faltas e ordenar seus desejos sobre como queria seu enterramento. A morte tornava-se um acontecimento que sensibilizava toda a família. Morrer envolto pelos familiares e amigos constituía-se um princípio fundamental para a boa morte. Após a morte, os familiares tomavam as providências para o funeral, que deveria estar em conformidade com os desejos do defunto. Os testamentos constituíram a base de análise deste capítulo. A partir deles pudemos apresentar diversas atitudes fúnebres que compunham o imaginário católico para a época estudada por nós. Eles também nos indicaram as mudanças significativas que ocorreram a partir da segunda metade do século XIX e, principalmente, no século XX devido ao processo de secularização da sociedade. Foram importantes ainda as obras dos memorialistas Wilson de Lima Bastos e Pedro Nava. Nelas, pudemos dar conta de como se comportavam as pessoas diante da morte de um ente querido e pudemos ainda analisar, através das descrições cheias de minúcias, os ambientes que compunham a vida das pessoas perante a morte e o morrer.

No quarto capítulo, o objetivo é procurar entender os acontecimentos que seguiam após a morte. A família procurava manter o luto fechado por longos dias, meses ou anos. O testamenteiro procurava dar seqüência à abertura do testamento para providenciar os pedidos do finado. Objetivava solucionar algumas pendências familiares, como as dívidas, o destino aos escravos, o reconhecimento de filhos e a distribuição dos bens. Importante também providenciar os pedidos de sufrágios pela alma do defunto, mandando celebrar as missas e doando as esmolas para os pobres, para a Igreja e para as instituições apontadas no conteúdo testamental. Também este capítulo tem como fundamentação documental a análise dos testamentos. A abertura deles tinha por objetivo colocar em prática os desejos expressos dos testadores. Ainda foram fundamentais as obras dos dois memorialistas citados para o capítulo anterior.

No quinto e último capítulo pretendemos apontar as devoções populares aos santos envolvidos, de alguma maneira, com o significado da boa morte. Analisaremos a prática do culto a São Sebastião, São Roque, São José e a Maria, procurando associá-los ao princípio do bem viver e do bem morrer. Queremos ainda entender o culto ao Senhor Morto exercido na Sexta-Feira da Paixão, evento que levava milhares de católicos até a igreja matriz para prestar reverência e beijar o corpo do Filho de Deus morto. No mesmo sentido, vislumbraremos o entendimento da prática do culto aos mortos que acontecia entre os católicos no dia de Finados. A freqüência aos cemitérios para orar pelos mortos tinha um caráter bastante

significativo para o fortalecimento dos laços que unem o mundo dos mortos ao mundo dos vivos. Os jornais constituíram nas fontes mais empregadas neste capítulo para entender a dinâmica da devoção entre os católicos da cidade. Neles pudemos entender a organização das festas religiosas e compreender a importância que a experiência do culto aos santos tinha na vida das pessoas que buscavam fortalecer os laços de união com o sagrado. Os jornais também foram fundamentais para analisar o sentido do culto aos mortos no Dia de Finados. As notícias das pessoas visitando os mortos nos cemitérios da cidade nos dão a certeza de que essa prática era disseminada entre os católicos e compunha sua cultura religiosa. Por fim, a pesquisa de campo que fizemos nos cemitérios a fim de coletar as redações dos epitáfios — através da fotografia — nos possibilitou analisar o que se pensava sobre a morte e o morrer no período em questão, contribuindo enormemente para entender o imaginário da sociedade.

2 — O ESPAÇO DA MORTE NA VIDA

2.1 – A fé que sobrevive no espaço insalubre

2.1.1 - O espaço da vida em movimento

Como em todos os povoados, vilas e cidades do século XIX, a população de Santo Antônio do Paraibuna vivia entre a vida e a morte, em meio ao espaço profano e em busca do sagrado que notadamente se manifesta como algo diferente.¹ O local delimitado para os vivos e para os mortos não gerava grandes transtornos no modo de viver. Era o que se esperava de uma cidade naquela época: vivos e mortos dividiam o principal templo da cidade. Os enterros aconteciam na Matriz de Santo Antônio — no seu interior ou no adro. Ali os vivos professavam sua fé para se livrarem das dificuldades da vida e, ao mesmo tempo, faziam uma oração para um parente ou um amigo que ali se encontravam sepultados e em busca da salvação eterna. Há que se destacar ainda que, viver em Juiz de Fora na segunda metade do século XIX, significava estar envolvido pelos sons da prosperidade. Este desenvolvimento se deve em boa medida ao nascimento do povoado que se deu às margens ou na confluência das estradas.² O Caminho Novo aberto em 1702 está na origem da localidade que, posteriormente, se tornou o principal pólo industrial de Minas Gerais.

A cidade de Santo Antônio do Paraibuna (que em 1865 passou a se chamar Cidade de Juiz de Fora) já apresentava, a partir de 1850, aspectos importantes de industrialização e

¹ Para entendimento da noção de Sagrado e Profano, conferir: ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o profano. A essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

² GOODWIN JÚNIOR, James Willian. *A “Princesa de Minas”: a construção de uma identidade pelas elites juizforanas, 1850 – 1888*. Dissertação (Mestrado em História, Universidade Federal de Minas Gerais). Belo Horizonte: 1996, p. 43; MATA, Sérgio da. *Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII-XIX*. Berlim: Wiss. Verl., 2002, p. 180.

urbanização. Com uma concepção peculiar e distinta das cidades barrocas que tiveram uma formação acalantada pelos sinos das igrejas, Juiz de Fora seguia pelos rumos dos apitos das fábricas e do barulho dos tamancos dos operários.³ Era uma época de grandes esperanças para a população que vivenciava o alvorecer de novos dias movidos pelo desenvolvimento econômico, político, social e cultural. Inauguravam-se empreendimentos que colocavam a cidade na vanguarda do progresso econômico: a Estrada União e Indústria, a Estrada de Ferro D. Pedro II, a Usina de Marmelos (a primeira da América Latina) e outros melhoramentos urbanos que, aos poucos, conduziam a cidade para o desenvolvimento.

Muito antes da República já não havia em Minas cidade que a ela se equiparasse sob qualquer aspecto, e principalmente sob o aspecto industrial, porque Juiz de Fora logo deixou para trás — a não ser no tradicionalismo, que constituiu depois a fama de algumas delas, como Ouro Preto e São João del Rei — todas as cidades e vilas da Província.⁴

Vê-se, portanto, que o espaço da cidade organizava-se em função do desenvolvimento econômico. Isso gerou alguns problemas em relação ao comportamento religioso dos cidadãos, principalmente os operários das fábricas, o que levou o Padre Júlio Maria a fazer um manifesto junto a eles nos seguintes termos:

Quantos são os operários que nesta cidade procuram a Igreja já não digo para a confissão e comunhão, mas simplesmente para a assistência à missa? De cada centena se pode tirar um? De fato os operários estão afastados da Igreja; nem sequer de espaço em espaço a procuram.

Jesus Cristo é o Deus dos pobres, dos miseráveis, dos proletários. É principalmente para atraí-los a Jesus Cristo que a Igreja não se cansa de lembrar o seu amor pela pobreza, a sua renúncia dos bens do mundo, a fome e a sede que sofreu... Quantos são os proletários que procuram a Igreja? Pelas ruas veremos muitos; na Igreja nenhum.⁵

Os trabalhadores, influenciados pelos imigrantes europeus e por suas doutrinas — no início século XX —, não cumpriam os preceitos sacramentais da Igreja de católicos praticantes. O afastamento da instituição, é evidente, não atingia toda a população, pelo contrário, era apenas o segmento da classe operária, a quem o Padre Júlio Maria dirigiu suas palavras. Podemos observar em vários estudos feitos até aqui por pesquisadores a presença do catolicismo tradicional⁶ no meio da população. A devoção aos santos, a reza do terço, as

³ CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *Europa dos pobres: a belle-époque mineira*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994, p. 10.

⁴ OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora*. 2. ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria Ltda., 1966, p. 201.

⁵ Pe. Júlio Maria. Apud. BEOZZO, José Oscar. *História da Teologia na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1981, p. 118.

⁶ **CATOLICISMO TRADICIONAL:** John Bossy fez um estudo minucioso do catolicismo pré-tridentino ao pesquisar a cristandade ocidental. O autor não chegou a definir o que vem a ser o catolicismo tradicional, mas apontou importantes características que clarificam a noção do termo. Ele descreve um cristianismo de práticas cotidianas exteriores e com poucos indícios de piedade interior. O culto aos santos era manifestação costumeira

irmandades de leigos e outras manifestações devocionais permaneciam vivas no decorrer do século XIX e do século XX, mesmo com a Reforma Católica empreendida naquele tempo na Diocese de Mariana, conseqüentemente também na Igreja de Juiz de Fora e região.⁷

As manifestações de religiosidade estavam presentes também nas procissões que transformavam as ruas em espaços para as ladainhas e para as cantorias sacras. Por vezes, os fiéis aproveitavam ainda os momentos sagrados para os bate-papos quase sempre descompromissados. Nas ruas aconteciam a Procissão de Corpus Christi, Procissão de Ramos, Procissão do Encontro, Procissão do Enterro, dentre outras em homenagens aos santos e a Nossa Senhora cultuados por católicos de diversos segmentos sociais.

2.1.2 - As doenças e as mortes

As doenças, as pestes⁸ e a proximidade com a morte deixavam a população, por vezes, amedrontada. Vivia-se o sentimento da desolação e da perda. Um vizinho, um amigo ou um parente moribundo eram condições para aprofundar-se nas rezas e nas devoções a um

da população européia. Os oragos eram os protetores particulares dos indivíduos, das Irmandades Religiosas e das cidades, havendo, pois, uma relação de intimidade muito grande manifesta, sobretudo, no culto e nas celebrações diversas como as festas, as procissões e as rezas. A ausência do clero, principalmente nos locais afastados dos centros urbanos, praticamente impossibilitava a vivência dos sacramentos. Esta experiência, quando ocorria, era acompanhada por rituais de significados pagãos. Padres e bispos, por vezes, eram considerados desnecessários pela maioria da população para a condução deste catolicismo. Cf. BOSSY, John. *A Crisandade no Ocidente (1400–1700)*. (Trad. Maria Amélia Silva Melo). Lisboa: Edições 70, 1985. O catolicismo tradicional pode ser caracterizado, segundo Riolando Azzi, a partir de cinco pressupostos principais: “é luso-brasileiro, leigo, medieval, social e familiar”. É *luso-brasileiro*, pois as instituições religiosas portuguesas foram transportadas para o Brasil, principalmente, através da atividade das ordens, como os jesuítas — atuando com o espírito reformador —, e dos leigos — atuando nas Irmandades —. Foram trazidos elementos oficiais e populares que, com a evolução histórica da colônia, ganharam contornos brasileiros. É *leigo* no aspecto das práticas cotidianas, pois é ele que introduz as devoções, constrói oratórios e ermidas, incentiva a fundação de Irmandades para a promoção do culto. É *medieval* ao refletir no Brasil uma religiosidade nascida na Idade Média e tradicionalmente vivida em Portugal. É *social*, pois o catolicismo praticado aqui estava marcadamente apoiado na vida da sociedade. As manifestações da vida pública estavam impregnadas do ideal religioso. Por fim, é uma religião de cunho *familiar*, já que em cada moradia estava presente um santo protetor, um oratório ou, até mesmo, uma capela, muito comum nas grandes fazendas. Cf. AZZI, Riolando. Elementos para a história do Catolicismo popular. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*. Vol. 36. Petrópolis: Vozes, 1976, pp. 96-103.

⁷ Sobre a Reforma Católica da Igreja de Juiz de Fora, cf. PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Católica Ultramontana da Igreja de Juiz de Fora: projetos e limites (1890-1924)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2002.

⁸ **DOENÇA**: Falta ou perturbação da saúde; moléstia, mal, enfermidade. / **PESTE**: Doença contagiosa grave; epidemia; pestilência; qualquer epidemia caracterizada por uma grande mortalidade. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira – Folha de São Paulo, 1995, pp. 228 e 502. Sobre as epidemias de cólera, febre amarela, febre tifóide, dentre outras que ocorreram em Juiz de Fora, cf. ZAMBELLI, Rita de Cássia Lima. *A cólera em Juiz de Fora: uma realidade presente no século passado*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora (Monografia), 1993.

santo ou a Nossa Senhora. O morrer rondava a população e, por vezes, tornava-se mais certo do que o viver, já que, em diversos anos a cidade e os povoados conviveram com epidemias que ainda não apresentavam estudos mais avançados para impedir seu avanço. Mesmo assim, o poder público e as instituições — de caridade ou não — procuravam tomar providências para amenizar a situação.

As epidemias que assolaram a zona urbana e as áreas rurais foram desestruturadoras por um lado e, por outro, reestruturadoras da convivência social. Nada que se compare à Peste Negra nos séculos XIV e XV europeu, onde morreu cerca de 1/3 da população. Mas os sentimentos de medo e horror, certamente, deixaram marcas profundas em diversas famílias. Tanto lá quanto aqui, a morte rondava e ceifava quem quer que estivesse sob sua sombra. A boa morte ficava para trás: o testamento, o velório, a caminhada do enterro, o luto, enfim, os rituais cediam lugar à pressa para poder se livrar o mais rápido possível do cadáver que podia contaminar as pessoas que ainda mantinham-se imunes. Segundo Jean Delumeau:

Comumente, a doença tem ritos que unem o paciente ao seu círculo; e a morte, ainda mais, obedece a uma liturgia em que se sucedem toaletes fúnebres, velório em torno do defunto, colocação em ataúde e enterro. As lágrimas, as palavras em voz baixa, a lembrança das recordações, a arrumação da câmara mortuária, as orações, o cortejo final, a presença dos parentes e dos amigos: elementos constitutivos de um rito de passagem que se deve desenrolar na ordem e na decência. Em período de peste, como na guerra, o fim dos homens se desenrolava, ao contrário, em condições insustentáveis de horror, de anarquia e de abandono dos costumes mais profundamente enraizados no inconsciente coletivo. [...]

A partir daí, já não se trata mais de pompas fúnebres para os ricos ou de uma cerimônia, mesmo modesta, para os pobres. Nada de toque de finados, nada de círios ao redor de um ataúde, nada de cantos e, muitas vezes, nada de sepultura individual. No curso habitual das coisas, dá-se um jeito para camuflar o aspecto horrível da morte graças a um cenário e a cerimônias que são uma espécie de maquiagens. O defunto conserva sua responsabilidade. Ele é a ocasião de uma espécie de culto. Em período de peste, ao contrário, considerando-se a crença nos eflúvios maléficos, o importante é livrar-se dos cadáveres o mais depressa. Depositam-nos apressadamente fora das casas, descem-nos até pelas janelas com a ajuda de cordas.⁹

De acordo com os moradores de um arraial em torno de Juiz de Fora, chamado São Domingos da Bocaina, um fato semelhante marcou a história desse povoado na transição do século XIX para o século XX. Uma epidemia de Bexiga¹⁰ provocou verdadeiros horrores naquela população a ponto de, antes de os doentes morrerem, mas já em estado terminal, a comunidade e o poder público tomavam providências imediatas e enterravam ainda vivos os

⁹ DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente (1300 – 1800)*. (Trad. Maria Lúcia Machado). São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 123-124.

¹⁰ **BEXIGA**: O mesmo que Variola. Recebe este nome popular devido aos sinais deixados por esta doença. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Op. cit., p. 93.

moribundos. Sem qualquer ritual católico faziam o enterro apressadamente, e mesmo com um sopro de vida que ainda lhes restava, nenhuma atitude poderia ser tomada para sua sobrevivência. Dessa forma, surgiu no arraial o “Cemitério dos Bexiguentos”, construído às pressas para providenciar os sepultamentos com a máxima urgência.¹¹

Os enterros sem rituais eram praticados para que não houvesse a propagação da doença aos recintos dos sobreviventes. Por vezes, faziam rapidamente a cerimônia à noite, sem a presença de vizinhos e amigos e, logo em seguida, seguiam para o cemitério, a última morada daquele que foi levado pela doença. O relato abaixo traduz bem o sentimento dos que conseguiam escapar:

Outro fato que me impressionou sobremaneira foi o enterro de Pulquéria, preta de meia-idade, magra, alta, que morava num barracão no mato que interceptava a Rua do Progresso, entre as Ruas Antônio Dias e Sampaio. O terreno, morro acima até a divisa com o cemitério, era propriedade do Dr. Francisco de Campos Valadares. Ao lado, isto é, bem próximo ao citado barracão, não distante dos fundos da Igreja do Rosário, fora construída uma casa toda caiada de branco, coberta com telhas coloniais, portas e janelas bem tratadas [...].

Pulquéria, atacada pela varíola e mantida em silêncio no barracão, tal o pavor do lazareto, morreu em dois ou três dias da terrível infecção. Para o atestado de óbito evidenciou-se o mal e, daí, até o enterro, foi um deus-nos-acuda. Realizou-se o sepultamento à noite, em baixo de chuva torrencial, e eu, do portão de casa, vi o carro fúnebre e o caixão de indigente, inteiramente pretos, ao atravessar a Rua Antônio Dias, em descendo pela Progresso. Naquela época era uma doença terribilíssima e ai de quem aparecesse com ela!¹²

O espectador, ainda uma criança com nove anos de idade — em 1924 —, se impressionava diante daquele fato, que foi um de seus primeiros contatos com a morte do outro. O autor não relata, mas é bem provável que não aconteceram os rituais previstos pela Igreja, pois o enterro foi providenciado rapidamente à noite, sob as trevas, e debaixo de muita chuva. Foi um “deus-nos-acuda”, porém, havia sempre alguém para observar tão terrível acontecimento. O medo se misturava ao ímpeto de curiosidade do ser humano.

Este tipo de morte não demonstrava ser novidade. A cidade e as áreas rurais do município eram por diversas vezes interceptadas pelas pestes que provocavam verdadeiros desequilíbrios na sociedade. Uma tragédia aconteceu nos anos de 1855 e 1856, quando a primeira epidemia de cólera¹³ atingiu ao município que, naquele período, apresentava péssimas condições de higiene. As principais vítimas foram escravos, imigrantes e a população pobre. Houve grande pânico entre os moradores. Em alguns casos, os sacerdotes

¹¹ Contos de morte em Juiz de Fora e região. In: Depoimento oral dos moradores de São Domingos da Bocaina.

¹² BASTOS, Wilson de Lima. *Badalo do sino*. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1987. (Memórias / 1), p. 149.

¹³ **CÓLERA MORBO:** Doença infecciosa aguda, contagiosa, que pode manifestar-se sob forma epidêmica, caracterizada, em sua apresentação clássica, por diarreia abundante, prostração e câibras. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Op. cit, p. 160.

recusavam-se a administrar os sacramentos aos infectados. Isso foi motivo de preocupação do Bispo que repreendia tal atitude e orientava os religiosos com mais rigor. Estes, a partir daquele momento, deveriam ouvir confissões, proporcionar sepulturas eclesiásticas aos seus mortos e ministrar a extrema-unção a todos os necessitados, mesmo que, para isso, colocassem em perigo suas próprias vidas. Aqueles que desobedecessem a essas diretrizes seriam severamente punidos com a suspensão da ordem.¹⁴ Essa primeira epidemia de cólera fez 26 óbitos no município e nas cidades vizinhas, como mostra o quadro a seguir:

QUADRO 1: CASOS DE COLERA EM JUIZ DE FORA E REGIÃO: 1855-1856

LOCALIDADE	QTE. CASOS COLERA	QTDE. CASOS COLERINA	Nº DE ÓBITOS
1. Distrito de Rosário	N.E.	N.E.	03
2. Distrito de Simão Pereira	Poucos casos	N.E.	—
3. Enfermaria da Câmara de Juiz de Fora	03	N.E.	—
4. Fazenda do Sr. Antônio C. Souza	40	N.E.	—
5. Fazenda do Sr. Candido F. Fonseca	N.E.	08	04
6. Fazenda do Sr. Domingos Antonio Ribeiro	09	N.E.	04
7. Rancheiro Estanislau P. Mandarin	N.E.	N.E.	01
8. Fazenda do Sr. Henrique C. Souza	N.E.	01	N.I.
9. Fazenda do Sr. Ildefonso J. G. Lage	N.E.	N.E.	01
10. Fazenda do Sr. João Gualberto	03	05	03
11. Fazenda do Sr. Cel. José C. Horta	N.E.	N.E.	01
12. Fazenda do Major José Caetano R. Horta	02	07	02
13. Fazenda do Sr. José Lopes da Cruz	N.E.	01	N.I.
14. Fazenda do Sr. Joaquim C. S. Pinto	Poucos casos	N.E.	03
15. Fazenda da Sra. Luiza Adelaide Gama	01	02	—
16. Fazenda de D. Mariana	01	N.E.	—
17. Fazenda Torrião	N.E.	N.E.	04
TOTAL	59	24	26

OBS: N.E: NÃO ESPECIFICADO PELOS MÉDICOS

FONTE: Este quadro foi elaborado pela pesquisadora Rita de Cássia Lima Zambelli em sua monografia sobre a cólera em Juiz de Fora. Cf. ZAMBELLI, Rita de Cássia Lima. Op. cit., pp. 21-22.

O quadro anterior deixa evidente que a cólera provocou muitas mortes na região, apesar de carecer de informações sobre outras fazendas e vilarejos. Falta-nos também dados concretos sobre os casos tratados nos domicílios e informações de médicos que deixaram de

¹⁴ ZAMBELLI, Rita de Cássia Lima. Op. cit., pp. 20-21.

notificar diversos outros, por isso, podemos afirmar que, o número de óbitos deve ter sido bem maior do que os dados apresentados anteriormente.¹⁵

Nos anos de 1894 e 1895 a epidemia de cólera outra vez atingiu a cidade. A primeira vítima se deu em dezembro de 1894, assim relatada pelo inspetor de higiene ao Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora: “[...] a 7 de dezembro faleceu sem assistência médica em um cortiço da rua Liberdade, uma criança filha de imigrantes, procedente da Hospedaria de Pinheiros, tendo de lá vindo, depois do aparecimento da epidemia [...]”¹⁶ Diante da situação em que ocorrera a morte da criança, o enterro foi providenciado rapidamente, bem como a higienização do local do óbito. “O cadáver foi envolvido em um lençol impregnado de ciclorureto de mercurius e enterrado. Também foi realizada a desinfecção no cômodo onde residiam e a incineração das roupas pertencentes à família. Como indenização, receberam 20 mil réis pelas roupas e 3 colchões novos.”¹⁷

A morte pelas epidemias entre os imigrantes, principalmente italianos, também se tornou constante, devido às más condições de higiene em que as hospedarias se encontravam. A Hospedaria Horta Barbosa — inaugurada em 1888 para abrigar os imigrantes recém-chegados e que funcionou até 1906 — apresentava péssimas instalações físicas e não proporcionava aos estrangeiros nenhum conforto. Os cuidados básicos de higiene ficavam sempre a desejar, pois sua capacidade poderia ser de até 600 pessoas, mas chegou a abrigar 2.000 imigrantes. Foram registrados vários momentos em que a Hospedaria fora assolada por epidemias de varíola, cólera, dentre outras, provocando diversas mortes.¹⁸ A situação foi comentada por um padre redentorista nos seguintes termos:

“[...] um tal edifício ‘Horta Barbosa’, com capacidade de abrigar não menos de 600 imigrantes, está à distância de meia hora de nosso convento. Das últimas semanas do ano passado mais de 2.500 foram recebidos, todos italianos, vítimas de sórdidos negociantes. Nos primeiros dias do corrente ano, 1.250 emigrantes vieram da Itália, e logo foram vítimas de horrível doença. Em uma certa tarde, um italiano residente aqui me contou que muitos de seus compatriotas estavam gravemente doentes na hospedaria e morrendo sem ajuda de sacerdote. Como conheço bem a língua

¹⁵ Ibidem. pp. 21-24.

¹⁶ AHPJF. Carta do Inspetor de Higiene ao Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora em 22/12/1894. Fundo Câmara na República, série 143.

¹⁷ AHPJF. Carta do Inspetor de Higiene ao Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora em 22/12/1894. Fundo Câmara na República, série 143.

¹⁸CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. Trabalho, enriquecimento e exclusão: italianos em Juiz de Fora (1870-1940). In: BORGES, Célia. (Org.). *Solidariedades e conflitos – Histórias de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de fora: EDUFJF, 2000, p. 132; OLIVEIRA, Paulino de. Op. cit., p. 159; FERENZINI, Valéria Leão. *A “Questão São Roque”: Devoção e Conflito. Imigrantes italianos e Igreja Católica em Juiz de Fora (1902 – 1920)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro. 2003, pp. 73-74.

italiana, no dia seguinte bem cedo fui vê-los. Quanta miséria, quanta confusão! Em grandes salas muitos grupos de homens, mulheres e crianças jaziam gravemente doentes. A casa que não poderia nem mesmo alojar tão grande multidão estava transformada em hospital. Faltavam enfermeiros, faltavam medicamentos, faltavam, ao menos por algum tempo, alimentos adequados para os doentes. Aqui jaziam agonizantes, ali os que sofriam fortes dores. Filhos viam os pais morrer, pais viam os filhos desmaiar em meio a dores e morrer em terra estranha [...] a creditar no médico: dos 1.250 emigrantes 5% faleceram; mas dos enfermeiros ouvi que dentro de um mês já haviam falecido 115 a 120 [...].”¹⁹

Três questões se evidenciam no relato do padre. Primeira, que muitos italianos estavam morrendo sem o acompanhamento de sacerdotes. Na falta dos rituais e dos sacramentos da Igreja, os doentes ficavam sem o apoio espiritual para a salvação de sua alma. Segunda, a inexistência de uma estrutura adequada — como médicos, enfermeiros e medicamentos — para cuidar dos moribundos; faltavam até mesmo alimentos. Terceira, o índice mortalidade era grande dentro daquele recinto, chegando a supor que cerca de 10% morreram pela cólera.

Outro agravante que contribuía demasiadamente para a disseminação de doenças e proliferação das epidemias era a existência de diversos cortiços no centro da cidade. Tais cortiços constituíam-se em habitações coletivas das classes menos favorecidas. Devido às más condições de higiene e as moradias serem ocupadas por dezenas de pessoas muito próximas umas das outras, rapidamente as doenças se manifestavam e alastravam. Sem água potável, canalização de esgoto e nem reservatório para os lixos, crescia o número de insetos e roedores que propagavam com mais facilidades as doenças e as mortes. Uma publicação do Diário Mercantil em 1915 pedia providências à Diretoria de Higiene para tal situação.

Os cortiços que infestam a cidade.

Que é da Higiene?

Existem em varios arrabaldes da cidade inumeras casinholas, de má construcção e sem hygiene alguma, onde residem dezenas e dezenas de pessoas, numa promiscuidade horrivel.

Esses cortiços, de onde exhala um fetido horrivel, são viveiros inesgotaveis de moscas e de microbios, prejudiciaes por completo, á saúde publica.

Ainda hontem, quando passavamos por varias dessas habitações, situadas no bairro denominado “Zinco”, na rua da Serra, tivemos occasião de constatar o que acima dissemos.

Cumpre á directoria de Hygiene tomar providencias a respeito.²⁰

¹⁹ Comentário do Padre Afonso Mathysen em visita à Hospedaria Horta Barbosa em 1895. In: FERENZINI, Valéria Leão. *Igreja Católica e imigrantes italianos em Juiz de Fora – A Questão São Roque*. Monografia (Especialização em História do Brasil) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora: 1999, p. 62.

²⁰ AHPJF. Diário Mercantil; Ano IV; Nº 939; 14/02/1915.

Porém, muito antes, em 1901, as autoridades já fiscalizavam e expediam pedidos de providências junto aos proprietários para as melhorias dos cortiços, e nem sempre elas eram tomadas, devido a motivos diversos. Vejamos a correspondência do Diretor de Higiene para o Presidente da Câmara:

DIRECTORIA DE HYGIENE.

Juiz de Fora, 29 de janeiro de 1901.

Exmo. Snr.

Communico a V. Exa. Que o predio nº 138, situado na rua Marechal Deodoro, pertencente ao Snr. Francisco José Moreira, acha-se desprovido de installações de agua e esgoto.

Achando-se ausente ha bastante tempo aquelle proprietario não foi até hoje cumprida a intimação enviada por esta Directoria para ser provido o mesmo predio dessas installações, o que não pode continuar a bem da saude dos respectivos inquilinos, que são numerosos, bem como das pessoas que habitam na vizinhança.

Por essa razão peço a V. Ex. mandar proceder essas obras por conta do referido proprietario, attendendo a necessidade de serem executadas com urgencia.

Saude e Fraternidade.

Illmo. Exmo. Snr. Dr. João d'Avila, D. D. Prezidente da Camara e Agente Executivo Municipal.

Dr. Leocadio Chaves.²¹

Como se vê bem, a intimação dada ao proprietário do cortiço não resolveu a situação de calamidade em que o mesmo se encontrava. Daí a necessidade de recorrer ao Agente Municipal para utilizar dos termos legais e mandar proceder às reformas.

Outras doenças e epidemias atingiram a cidade e os povoados vizinhos no decorrer do século XIX e início do XX. Febre amarela, varíola, sarampo, tuberculose, gripe espanhola, tifo, dentre outras. Morria-se também de morte natural, velhice, acidentes e outras moléstias. Destacam-se, nesse contexto, as epidemias de sarampo que ocorreram em Belmiro Braga (1883) e em Monte Verde (1865-1866). Temos notícias ainda da epidemia de gripe espanhola em Juiz de Fora e São José das Três Ilhas (1918) (Cf. ANEXO 2). Aliás, a gripe espanhola sucumbiu indivíduos em praticamente todo o Brasil. As áreas rurais de Juiz de Fora funcionavam como portas de entrada das doenças e pestes que impunham o horror de estar próximo da morte. Dessa forma, as ações do Poder Público, da Igreja e das instituições sanitárias visavam soluções imediatistas, porém, nem sempre elas eram satisfatórias.

A morte de um indigente ao relento também trazia preocupações para a população e para as autoridades, pois revelava um problema social antigo. A mendicância provocava nas ruas brigas, assassinatos e desordem. Morrer nesse estado lastimável significava fazer um mal

²¹ AHPJF. Correspondência do Diretor de Higiene ao Agente Executivo Municipal; 29/01/1901; Fundo Câmara na República; Caixa 145; Série 144.

passamento,²² pois, geralmente morria-se sem os últimos sacramentos e sem os rituais tradicionais. Porém, vale lembrar que Jesus Cristo sempre manifestou um carinho especial para com os pobres e abandonados.

Vejamos a notícia de jornal que fala sobre o assunto em Juiz de Fora:

MORTO AO RELENTO

A falta de assistência, nesta cidade, aos desherdados da sorte tem dado lugar a cenas commovedoras, tristissimas, que se vão reproduzindo com uma frequencia de causar espanto.

Ainda ha pouco noticiamos a morte de um preto Velho, na plataforma da Central, sem a minima assistencia e exposto ao frio como um cão abandonado.

Mais uma infeliz teve hontem a mesma sorte do precedente.É uma mulher de côr preta que amanheceu morta no Alto dos Passos, com os membros enregelados e duros, sendo o cadaver, por ordem da policia, removido para o necroterio publico.

É triste que em Juiz de Fôra, onde se cultúa a caridade com tanto fervor, dêem-se commumente desses factos, [...].

Organize-se quanto antes a Assistencia, e não teremos mais de presenciar quadros como este que se registram constantemente de infelizes mortos ao relento, por falta de um tecto onde possam abrigar se do rigor do frio.²³

O autor denuncia a falta de apoio do Poder Público e também da Igreja para com esses miseráveis. As cenas eram comoventes e tristes e, pelo que se lê acima, não eram raras as vezes que aconteciam. Chama a atenção o fato de as duas mortes ao relento serem de pessoas negras. Há também a denúncia de que em uma cidade que se cultuava a caridade com tanto vigor, deixava seus cidadãos morrerem daquela maneira.

Nos livros de registros de óbitos presentes nas paróquias e nos cartórios que foram consultados, estão presentes os diversos tipos de “*causa-mortis*” que figuravam entre a população da cidade e da zona rural. Podemos ver também a quantidade de óbitos entre os sexos, idade e cor. A percentagem de morte entre os escravos supera as demais. (Cf. ANEXOS 1 E 2)

Há variados relatos de memorialistas que viveram em Juiz de Fora sobre a morte e o morrer.²⁴ Os autores procuram narrar seus primeiros contatos com o defunto, com a morte de um “anjinho”, descrevem seus temores diante das pestes, o susto por uma morte repentina, um assassinato ou um suicídio. Enfim, são fatos que envolviam os indivíduos, em algum

²² Na historiografia religiosa é comumente utilizado o termo PASSAMENTO para referir-se ao morrer ou à morte de alguém que passou desta vida para a outra. Por isso, por vezes, vamos utilizá-lo em nossa tese. Cf. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Op. cit, p. 485.

²³ AHPJF. Diário Mercantil. Ano 1; N° 148; 14/07/1912.

²⁴ Cf. BASTOS, Wilson de Lima. *Dois Tempos*. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1979.; _____. *A Nordestina e outras crônicas*. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1968; _____. *Ao Troar dos canhões*. Juiz de Fora: Ed. Paraibuna, 1989; _____. *Badalo do sino*. Op. cit.; NAVA, Pedro. *Bau de ossos*. 7. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984 (Memórias 1); _____. *Balão Cativo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1977 (Memórias 2).

momento da vida, com a certeza da morte. A proximidade com os mortos se dava dentro de casa, no seio da família. Como diz o autor do texto abaixo:

Cresci, nos primeiros tempos, ouvindo minha mãe mencionar o nome de sua prima Zizinha Siqueira, lamentando sua morte prematura. Na flor da idade, inteligente, risonha, animadíssima, morreu vítima da espanhola. Foi um caso fulminante. Residia no bonito e confortável chalet, à frente de nossa casa, nº 596, onde de vez em quando, reuniam-se moças e rapazes de nossa melhor sociedade, em animados saraus. Era filha de Felicíssimo Siqueira, casado com uma prima de mamãe, Honorina de Almeida Siqueira, esta filha de prima Presciliana, das tradicionais raízes Almeida e Magalhães, de Formiga. A morte de Zizinha abalou a sociedade juizforana, e seus pais, desiludidos, mudaram-se de Juiz de Fora.²⁵

Zizinha Siqueira foi vítima da gripe espanhola como tantas outras pessoas. As epidemias — precisamente de cólera, varíola e febre amarela — fizeram com que o poder público e as instituições assistencialistas buscassem algumas metas para impedir o seu avanço na cidade, mesmo que não as atingissem por completo.

2.2 - As reações contra a morte

2.2.1 - O Poder Público Municipal

Diante de uma situação epidêmica tornou-se sistemática a preocupação do Poder Público para com seus habitantes.²⁶ As pestes que atingiram Juiz de Fora contribuíram em boa medida para que algumas reformas urbanas fossem providenciadas, juntamente com outras atitudes para limitar o melhor possível a área de influência das epidemias. Roberto da Matta em seus estudos apontou com clareza qual é o espaço mais propício para a propagação das doenças:

[aquele] que está relacionado ao paradoxo, ao conflito ou à contradição — como as regiões pobres ou de meretrício — fica num espaço singular. Geralmente são regiões periféricas ou escondidas por tapumes. Jamais são concebidas como espaços permanentes ou estruturalmente complementares às áreas mais nobres da mesma cidade, mas são sempre vistos como locais de transição: ‘zonas’, ‘brejos’, ‘mangues’ e ‘alagados’.²⁷

Para cada moléstia que ameaçava os diversos grupos sociais, existia um conjunto de medidas públicas para que a população ficasse protegida. Foi assim que, com a primeira

²⁵ BASTOS, Wilson de Lima. *Badalo do sino*. Op. cit.; p. 23.

²⁶ O Poder Público Municipal era representado pela Câmara dos Vereadores. O Presidente da Câmara era também o Agente Municipal, fazendo as vezes do Prefeito que, passou a existir oficialmente a partir de 1930.

²⁷ MATTA, Roberto da. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 45.

epidemia de cólera, em 1855-1856, algumas ações foram implementadas. Primeiramente, nomeou-se uma comissão para dirigir os trabalhos.

Logo que tiveram notícia de que a epidemia esta fazendo vítimas na Côrte, os vereadores Pedro Maria Halfeld, médico e Josué Antônio de Queiroz, boticário, levaram o fato ao conhecimento da Câmara, propondo medidas acauteladoras e sugerindo a nomeação de uma comissão para dirigir todos os serviços que nesse sentido fossem necessários. Essa comissão ficou constituída daqueles vereadores (24 de setembro de 1855), tendo sido depois nomeada pelo governo provincial uma outra, constituída pelos drs. João Nogueira Penido, Antônio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama e Pedro Maria Halfeld.²⁸

Naquele ano ainda não havia medidas eficazes que pudessem impedir totalmente a chegada da doença à cidade, pois as condições sanitárias de Juiz de Fora eram muito precárias. Até 1855, não havia na cidade água potável canalizada e a população utilizava as minas e as nascentes existentes em diversos pontos do município. As condições de higiene dentro de casa também não eram boas. Sem banheiro ou vaso sanitário, a população tinha que recorrer ao mato ou às fossas para suas necessidades pessoais. De esgotos também não se tem notícia. Foi justamente naquele ano de 1855 que a Câmara procurou instalar o primeiro chafariz público para servir água à população e, no ano seguinte, outro foi instalado.²⁹

Mesmo com tais providências, a moléstia atingiu o município de Juiz de Fora, fazendo suas maiores vítimas entre os escravos das fazendas, onde as condições de vida eram muito precárias e subumanas. O Comendador Paula Lima, Presidente da Câmara, relatou aos colegas da Casa o flagelo da chegada da cólera. E terminou dizendo assim:

Lembro a v. s. que devemos estar prevenidos para galharda e corajosamente **recebermos o flagelo com que aprouve castigar-nos a Divina Providência** e resignados e a pé firme devemos fazer todos os esforços para, quando não possamos quebrar, ao menos minorar e enfraquecer a fôrça do gigante que nos ameaça.³⁰ (Grifo nosso)

Fica claro que, por mais que a medicina estivesse pesquisando sobre a referida moléstia e encaminhando as conclusões plausíveis, o sentido religioso do pecado e do castigo enviado por Deus — A Cólera Divina — ainda permaneciam na mentalidade da população. Para o Presidente da Câmara, um homem religioso no seu tempo³¹, a Divina Providência era a

²⁸ OLIVEIRA, Paulino de. Op. cit., p. 30.

²⁹ Ibidem, pp. 35 – 37.

³⁰ Ibidem, p. 31.

³¹ Francisco de Paula Lima foi um dos fundadores da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio de Juiz de Fora em 1854. Foi sempre atuante na associação e praticava sua devoção ao Santíssimo Sacramento através das missas, orações, práticas de caridade e reuniões na igreja. Outros homens da elite política e econômica da cidade procuravam atuar na igreja através da mesma Irmandade. Cf. QUIOSSA, Paulo Sérgio. *Mistério da Fé: A Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio de Juiz de Fora (1854-1962)*. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2006.

responsável pelo flagelo social que a doença causaria. E corajosamente, sob a liderança das autoridades, a população a enfrentaria.

Foram tomadas outras medidas como a construção de um matadouro, a instalação de um novo cemitério para dar fim aos enterros na Matriz — este ficou pronto somente em 1864 —, calçamentos de ruas, inauguração de fontes de água potável, dentre outras ações que, no decorrer dos próximos anos, seriam efetivadas. Um hospital foi instalado na Casa da Câmara para o cuidado com os doentes. Providenciou-se ainda a contratação do pessoal necessário para a condução dos mortos e o seu enterramento. Todas essas ações públicas ajudaram a minimizar os horrores do cólera na cidade. Porém, ainda foi notificado um elevado número de vítimas, escravos na maioria, residentes na zona rural.³²

Na década de 1870 duas outras epidemias — tifo e varíola — atingiram Juiz de Fora. Posteriormente, no ano de 1894, mais uma epidemia de cólera provocava novos transtornos. Outras doenças como febre amarela, sarampo e difteria também faziam parte do cotidiano da população. Paralelamente a essas moléstias, o Poder Público procurava conduzir algumas mudanças na urbanização da cidade para poder enfrentar o mal com mais eficiência.

Uma ação interessante por parte das autoridades era que, a partir do momento em que a doença atingisse as cidades vizinhas de Juiz de Fora ou a zona rural, deveria ser feito um cordão sanitário para impedir o avanço para a cidade. Assim, por solicitação da Inspeção de Higiene, procurava-se interceptar o tráfego nas estradas. Ao mesmo tempo faziam-se vistorias nas residências, na estação ferroviária, em hotéis e na Igreja. Também a coleta de lixo nas ruas foi efetivada com mais rigor.³³

Um empreendimento público de grande valor para amenizar a epidemia de cólera no final do século XIX em Juiz de Fora foi a construção de um hospital de isolamento. Após a autorização do Presidente da Câmara, o Diretor de Obras Municipais mandou uma comunicação sobre o andamento das obras.

Juiz de Fora, 20 de abril de 1893.

O Director das Obras Municipaes

Ao Ilmo. Snr. Dr.

Presidente da Camara Municipal.

Snr. Presidente.

Conforme vossa authorização de 15 do corrente, em relação a construcção de um hospital de izolamento, me cumpre levar a vosso conhecimento, que ja havendo estudado o assumpto dei inicio a construcção do referido hospital, seguindo os planos adoptados.

Aceite Snr. Presidente os proptestos de minha alta estima e consideração.³⁴

³² OLIVEIRA, Paulino de. Op. cit., p. 32.

³³ ZAMBELLI, Rita de Cássia Lima. Op. cit., pp. 29-30.

³⁴ AHPJF. Correspondência do Diretor de Obras Municipais ao Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, em 20/04/1893. Fundo Câmara Municipal no Império; Caixa 103, Série 52.

O hospital era utilizado para o tratamento dos doentes com a cólera e, posteriormente, serviria também para o atendimento de casos de outras epidemias que atingissem o município.

O enterro de uma pessoa morta por cólera deveria ser bastante cauteloso. “A cova deveria estar aberta aguardando a chegada do cadáver e logo que chegasse deveria ser lançado imediatamente dentro da cova.”³⁵ Muitos fazendeiros procuravam providenciar o enterro também o mais rápido possível nos cemitérios particulares existentes em suas fazendas. Não se podia esperar muito tempo para a descida até a cova devido o perigo da contaminação. Este fato deixava os religiosos perplexos e sem poder de reação. O próprio Bispo de Mariana demonstrou-se preocupado e enviou uma carta ao Presidente da Província de Minas Gerais denunciando o “desamparo sobre as vítimas de cólera na Freguesia de São José do Rio Preto, então pertencente ao Bispado de Mariana.”³⁶

O Palácio da Presidência da Província de Minas Gerais expediu em 1855 alguns conselhos aos Agentes Municipais para impedir o avanço da epidemia de cólera naquele ano ou, pelo menos, tentar minimizar os danos que ela poderia causar caso atingisse o município.

Palacio da Presidencia da Provincia de Minas Gerais. 20 de setembro de 1855.
Convindo evitar se nesta Provincia por todos os meios a invasão da epidemia actualmente reinante em alguns pontos do Imperio, ordeno a vmces. que com urgencia expeção as precisas ordens, á fim de que em todas as povoações desse Municipio sejam adaptadas as seguintes medidas.

- 1ª. Em todas as povoações devera ser mantido o maior aceio possivel.
 - 2ª. Deverão ser caiados todos os edificios publicos e os particulares, sendo que devera essa Camara mandar prestar aos respectivos proprietarios que forem pobres, a cal que for necessaria para este fim.
 - 3ª. Os viveres e mais generos existentes nas casas de negocio serão inspeccionados, e não se venderão ao povo para sua alimentação os que estiverem corruptos.
 - 4ª. Quando haja probabilidade de invasão daquella epidemia, deverão vmces. fazer que nas povoações desse Municipio queimem se quaesquer substancias desinfectantes.
 - 5ª. Serão desinfectadas fora das povoações todos os generos que d’ora em diante para ahi vierem [...] para que nem uma tropa vinda da Côrte e conduzindo esses generos tenha ingresso nessas povoações sem o previo emprego desta medida.
 - 6ª. As malas do Correio directo estabelecido entre esse Municipio e a Côrte serão desinfectadas em lugar distantes das povoações.
- Para execução destas providencias, ou de outras que essa Camara julgar mais convenientes mandar adaptar nesse Municipio para evitar a invasão Daquella epidemia, podem vmces. contar com os meios pecuniarios, quando os cofres dessa municipalidade não possuem comportar essas despesas.

³⁵ ZAMBELLI, Rita de Cássia Lima. Op. cit., p. 19.

³⁶ Ibidem.

Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos.
Sres. Presidente e Vereadores da Camara Municipal da V^a. de Santo Antonio do Paraibuna.³⁷

Fica evidente a preocupação do Presidente da Província, principalmente com a Vila de Santo Antônio do Paraibuna (Juiz de Fora), pois está situada na fronteira com a Corte do Rio de Janeiro. Aqui era a porta de entrada da moléstia que assustava a todos. Também chama a atenção no documento acima o auxílio pecuniário que o Palácio disponibilizou para efetivar as medidas. A cólera trouxe aos cofres públicos muitas despesas. No final do século XIX, com a segunda epidemia, foram gastos, precisamente, 20:303\$688 (Vinte contos, trezentos e três mil seiscentos e oitenta e oito réis), uma quantia muito alta para o município na época. (Cf. ANEXO 4). Vemos que os gastos maiores foram com o pessoal especializado — médicos, enfermeiros, auxiliar do inspetor de higiene e encarregados de tratamento de coléricos —. Outro setor que pesou muito para o poder público foi com o serviço de transportes. Como havia muitos doentes fora da cidade, era necessário o aluguel de carro (diligência) para chegar à zona rural. Isso onerava bastante os cofres públicos.

Com relação à epidemia de varíola que atacou Juiz de Fora em fins do século XIX, para amenizar o seu avanço na cidade e nas redondezas do município, a Inspetoria Municipal de Higiene providenciou em 1895 a vacinação da população. Fez-se um contrato com o fornecedor do Rio de Janeiro para o recebimento mensal de 300 tubos da vacina.³⁸ Tornou-se uma solução eficaz, como fica evidente nas próprias palavras do inspetor que comunicou ao Presidente da Câmara Municipal a seguinte informação. “[...] Foram por mim vacinadas durante o mez de julho 300 pessoas e não falharam as inoculações em nenhum dos indyviduos vacinados pela primeira vez [...]”³⁹ A vacinação ocorreu em Juiz de Fora e em algumas zonas rurais do município, como São Pedro de Alcântara, Vargem Grande, Paraibuna, Cedofeita, Matias Barbosa e Retiro.

Com essas ações relatadas anteriormente, o Poder Público municipal pretendia cumprir seu papel na sociedade e resguardar a população diante de tamanhos problemas que as epidemias traziam e provocavam o mal morrer. Vamos ver agora como as associações assistencialistas procuraram dar sua contribuição.

³⁷ AHPJF. Correspondência do Presidente da Província de Minas Gerais à Câmara Municipal de Juiz de Fora, em 20/09/1855. Fundo Câmara Municipal no Império; Caixa 02, Série 34.

³⁸ AHPJF. Carta do Inspetor Geral de Higiene do Município de Juiz de Fora ao Presidente da Câmara Municipal comunicando a contratação de 300 tubos de vacina por mês. 27/08/1895; Fundo Câmara na República; Caixa 145; Série 143.

³⁹ AHPJF. Carta do Inspetor Geral de Higiene do Município de Juiz de Fora ao Presidente da Câmara Municipal comunicando a eficácia a ação da vacina. 31/07/1895; Fundo Câmara na República; Caixa 145; Série 143.

2.2.2 - A atuação das instituições assistencialistas

Para o enfrentamento das epidemias na cidade de Juiz de Fora, algumas instituições foram criadas ao longo dos anos. Uma boa parte dessas associações teve por fundadores personalidades públicas e indivíduos da elite econômica atuantes no município. Médicos, militares, comendadores, proprietários de terras, farmacêuticos, dentre outros que, com o esforço e o esmero, buscavam salvar vidas e livrar a população do terror que rondava suas casas. Tais corporações apresentavam, em seus estatutos, objetivos religiosos e caritativos. É o caso, por exemplo, da Santa Casa de Misericórdia, vinculada a uma irmandade católica de leigos.⁴⁰ Noutros casos, eram instituições exclusivamente científicas, como por exemplo, a Sociedade de Medicina e Cirurgia. (Cf. ANEXO 5).

A Igreja Católica também demonstrou preocupação diante das epidemias. Procurava ministrar a palavra de Deus, os sacramentos aos enfermos e realizar os rituais de encomendação do corpo daqueles que faleciam. Com relação à atitude para minimizar os focos da doença, em 1856, o sacerdote da Matriz de Santo Antônio mandou adquirir uma boa quantidade de cal para a caiação das paredes do templo, procurando assim, seguir algumas orientações das autoridades públicas. Em outros momentos, algumas pequenas reformas nos templos eram executadas para melhorar as condições de higiene. Para isso, os sacerdotes consultavam o Agente Municipal e solicitavam a permissão para a reforma, como vemos em um exemplo no texto a seguir.

Exmo. Snr. Dr. Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora.
O abaixo assignado, Cura da Egreja de N. S. da Gloria nesta cidade, requer a V. Excia. Para que lhe seja concedida licença de fazer ligação do mictorio publico, no adro da Egreja da Gloria ao esgoto da Avenida dos Andradas.
E. R. D.
Juiz de Fora, 9 de junho de 1927.
Pe. Vicente⁴¹

O problema nas proximidades daquela igreja era muito antigo. O Morro da Gratidão — hoje Morro da Glória — era habitado por uma população mais abastada e, por isso, o Poder Público tratava aquela região com maior interesse. Em fins do século XIX já contava com galerias de esgoto e chafarizes de abastecimento de água. De acordo com o parecer do Inspetor da Higiene Pública, relatado no documento a seguir, a questão não era de infraestrutura, mas de educação e orientação da população para com os princípios de higiene. Convém ressaltar também que, nas palavras do próprio Inspetor, o maior problema constituía

⁴⁰ Cf. QUIOSSA, Paulo Sérgio. Op. cit.

⁴¹ AHPJF. Carta do Pe. Vicente, Cura da Igreja N. S. da Glória de Juiz de Fora ao Presidente da Câmara Municipal. 09/06/1927. Fundo Câmara Municipal na República; Caixa 129; Série 225.

no cemitério existente ali, pois ele ficava mais elevado do que as residências e, assim sendo, a contaminação do espaço ocupado pelos moradores se fazia mais facilmente. Reproduzimos algumas passagens da correspondência emitida ao presidente da Câmara em 1897, em que há o relato do surgimento de uma epidemia de febre de mão. Omitiremos, no entanto, as passagens relacionadas ao cemitério, assunto que veremos mais adiante.

Juiz de Fora, 12 de julho de 1897.

Ilmo. Snr. Dr. Presidente da Camara.

Depois de um intervallo de 15 dias approximadamente, parecendo extincta a epidemia de febres de mão character do Morro da Gratidão n'esta cidade, reapareceram ellas no mesmo lugar, quando a temperatura baixa d'estes ultimos dias justificava a esperança do contrario.

[...]

Entre as causas provaveis da epidemia actual sobrelerão se incontestavelmente tres para as quaes chamarei especialmente vossa esclarecida attenção.

1º. A existencia de numerosos poços onde a população se abastece de água.

2º. A falta de latrinas na quase totalidade das casas, utilizando se a população, ora de fossas cavadas no solo, sem revestimento algum, ora de simples valetas onde as materias fecaes se accumulão na superficie da terra, de onde so são removidas pelas enxurradas nas occasiões de fortes chuvas. Estas fossas e valetas estão muitas vezes a poucos passos do poço de agua de beber.

[...]

Convem notar que este estado de cousas provem exclusivamente da falta de instrucção e do descuido dos habitantes, visto como todas as ruas estão já ali providas de galerias de esgoto e de agua canalizada do abastecimento geral da cidade.

[...].

Saúde e fraternidade.

O Inspetor de Hygiene.⁴²

Em 1900, O Pharol, um dos periódicos que circulava em Juiz de Fora, publicou uma notícia em que ressaltava a preocupação da Igreja na Itália com a higiene dentro dos templos em função da tuberculose. Com isso, pretendia que as igrejas de Juiz de Fora seguissem, da mesma maneira, o comportamento italiano, pois a tuberculose infectava também os moradores do município.

A HYGIENE NAS EGREJAS

O bispo Reggio Emilia, de Italia, respondendo ao conselho de hygiene local que pedia o seu auxilio para a lucta contra a tuberculose, respondeu enviando aos parochos da sua diocese uma pastoral em que se lê:

O maior dos bens naturaes que o homem póde gosar na terra é a saude physica e a conservação da vida; é preciso, pois, empregar todos os recursos de hygiene para evitar as enfermidades do corpo.

O Divino fundador passou pela terra fazendo bem a todos e dando saude aos que a tinham perdido.[...]

Cumpre estabelecer e realizar as seguintes praticas higienicas:

⁴² AHPJF. Correspondência do Inspetor de Higiene de Juiz de Fora ao Presidente da Câmara Municipal sobre a epidemia de Febre de Mão no Morro da Gratidão; 12/07/1897; Fundo Câmara Municipal (Império); Caixa 145; Série 143.

1º.Em todas as Igrejas, depois do dia de festa ou aglomeração extraordinária se procederá á desinfecção do solo com serrim empapado em uma dissolução de sublimado corrosivo de 3 por 1000. Nunca se varrerá sem regar previamente por causa do pó.

2º.Todas as semanas, e mais vezes, se fôr preciso, se limpará cuidadosamente o pó dos bancos e confessionarios, com esponja ou panno molhado.

3º.As grades dos confessionários lavar-se-ão a miudo, com agua a ferver e sabão.

4º.As pias de agua benta esvaziar-se-ão todas as semanas ou mais a miudo e lavar-se-ão com agua a ferver ou com sublimado corrosivo na proporção de 1 por 1000.⁴³

Não foi possível encontrar algum documento da Igreja local sobre o assunto. Porém, é bastante plausível que a notícia tenha provocado discussões entre os religiosos que pretendiam auxiliar no combate às doenças e promover a vida como maior bem natural concedido por Deus à humanidade.

Com referência à Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, ela foi um empreendimento fundado por alguns homens pertencentes à elite política e econômica do município, participantes ativos na sociedade, bem como na Igreja Católica, liderados por José Antônio da Silva Pinto — o Barão de Bertioga — que instalou a Irmandade de Nosso Senhor dos Passos em 6 de agosto de 1854, um ano antes da primeira epidemia de cólera.⁴⁴ Ressalta-se a participação também do primeiro pároco da Matriz de Santo Antônio, Tiago Mendes Ribeiro. De acordo com seu primeiro estatuto, “fica creada na Capella do Senhor dos Passos da Villa de Sancto Antonio do Paraybuna huma Irmandade do mesmo Senhor, a qual se propoem a promover o culto religioso e socorrer os Irmãos pobres.”⁴⁵ Esse foi o primeiro passo dado pelo Barão de Bertioga para, posteriormente em 1859, fundar uma Casa de

⁴³ BMMM. O Pharol; 01/11/1900; Ano XXXV; N° 45; p. 02.

⁴⁴ As origens das Santas Casas de Misericórdia fazem parte da história caritativa e religiosa em Portugal. Em 1498 foi fundada a Irmandade de Nossa Senhora Mãe de Deus (consagrada no dia 15 de agosto), aprovada pela Regente D. Leonor e confirmada por seu irmão, o Rei D. Manuel I, para auxiliar espiritualmente e materialmente aos necessitados. Essa foi a origem da Santa Casa de Misericórdia e se espalhou por todo mundo de língua portuguesa, chegando ao Brasil. Pobreza, fome e miséria se espalhava pela Europa na Idade Média: isso foi fator fundamental para o surgimento das Santas Casas. In: RUSSEL-WOOD, A. J. R.. *Fidalgos e filantropos. A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1775*. (Trad. Sérgio Duarte). Brasília: Editora da UNB, 1981. (Coleção Temas Brasileiros, 20), p. 1.

O primeiro hospital ou Casa de Misericórdia do Brasil foi fundado em 1543, por Brás Cubas, que lhe deu o nome de “Hospital de Santos”, lembrando o que havia em Lisboa com o mesmo nome. A denominação, em pouco, estender-se-ia à população e ao porto, terminando por ser a da própria cidade. Seguiram-lhe, em datas não muito precisas, a de Vitória, entre 1545 e 1555; de Olinda, em 1560; a de Ilhéus, em 1564; a da Bahia, entre 1549 e 1572; a do Rio de Janeiro, em 1582 e a de São Paulo, em 1680. Em Minas Gerais, o alvará de 16 de abril de 1738, concedeu licença para a construção da capela de Senhora Santana, padroeira da Irmandade e hospital da Misericórdia de Ouro Preto. Foi o primeiro passo para a instituição da casa de caridade da então capital da Província, o que se deu em 1740, a 2 de abril, com a Mesa de Consciência e Ordens, de Lisboa, aprovando o ato de sua criação, pelo Governador Gomes Freire de Andrade, depois Conde de Bobadela. Outros hospitais da Misericórdia surgiram noutras cidades mineiras no decorrer dos séculos XVIII e XIX. In: TRAVASSOS, Miriam. *Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: ESDEVA, 1993, pp. 13-14.

⁴⁵ CMIJF. Compromisso da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos da Freguezia de Santo Antonio do Paraybuna; cpítulo 1º; artigo 1º; 06/08/1854. Pasta Santa Casa de Misericórdia (Cópia). Sobre a referida Irmandade, Cf. QUIOSSA, Paulo Sérgio. Op. cit, pp. 43–44.

Caridade, ao lado da Capela de Nosso Senhor dos Passos, que deu origem à Santa Casa de Misericórdia, que tinha como objetivo socorrer os doentes e desfalecidos diante da pobreza e das epidemias que abalavam o município. A Casa da Caridade contava apenas com um pavimento, porém, procurava dar assistência aos doentes, conforto moral e espiritual, “para que ninguém viesse a falecer sem os sacramentos da religião.”⁴⁶ Morrer com os devidos sacramentos figurava como um dos mais importantes objetivos da agremiação junto à população católica.

Outra instituição que deu grande contribuição para o bem estar da população de Juiz de Fora foi a Sociedade de Medicina e Cirurgia. Um grupo de médicos resolveu fundar na cidade essa associação — sem fins religiosos — que pudesse discutir com a sociedade e com o poder público os problemas advindos das epidemias e, assim, buscar soluções cabíveis para os horrores da morte pelas pestes.

A cidade caminhava em direção ao progresso. Sua população crescia paralelamente ao desenvolvimento urbano e industrial. (CF. ANEXO 6). Porém, as condições de salubridade do município não eram agradáveis ao bem estar.

Seu clima causava terror. Dizia-se, com laivos de verdade, que era foco de tifo e varíola, porque as condições sanitárias favoreciam a propagação de tôdas as moléstias, e disso deram prova as epidemias de varíola e febre amarela, que, posteriormente, a assolaram. Sòmente o Alto dos Passos, onde a localidade surgira, oferecia boas condições de vida. O resto, [...] não passava de um pantanal.⁴⁷

A Câmara Municipal tornava-se impotente diante da realidade do município. Sem autonomia financeira e administrativa, as condições sanitárias da cidade ficavam relegadas a um segundo plano. A Engenharia apontava que para melhorar a situação seriam necessárias medidas onerosas e demoradas. “Seriam estas a solução direta do problema, mas, não podendo adotá-las, valeu-se de outra, indireta, por intermédio da Medicina, a ela patriòticamente oferecida.”⁴⁸

Foi com esta finalidade que surgiu, em setembro de 1889, a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, a cuja frente se colocou exatamente aquêle que, em 1855, chefiara a equipe médica nomeada para combater a epidemia de cólera morbo, o Dr. João Nogueira Penido, acompanhado de um grupo de médicos e farmacêuticos que com êle se dispuseram a colaborar. Sua primeira diretoria foi a seguinte: presidente, Dr. João Nogueira Penido; vice-presidente, Dr. Romualdo César Monteiro de Miranda Ribeiro; 1º secretário, Dr. Eduardo de Menezes; 2º secretário, Dr. José Cesário Monteiro da Silva; tesoureiro, farmacêutico Joaquim de Almeida Queiroz. [...].⁴⁹

⁴⁶ TRAVASSOS, Miriam. Op. cit., pp. 28-29.

⁴⁷ OLIVEIRA, Paulino de. Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora. In: *REVISTA*. Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF, Ano V, Nº 5, 1969, p. 95.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 97.

⁴⁹ *Ibidem*.

De acordo com o seu estatuto, suas finalidades, além de discutir assuntos da Medicina, eram “estudar as causas permanentes ou transitórias de insalubridade da cidade de Juiz de Fora e seu Município ou de qualquer outra localidade e aconselhar medidas provisórias ou definitivas para removê-las ou atenuá-las.”⁵⁰ A instalação da sociedade realizou-se solenemente a 20 de outubro do mesmo ano. A Câmara Municipal solicitou à entidade seu primeiro trabalho com o seguinte conteúdo: “Climatologia, Patologia, Demografia, causas de insalubridade e plano de saneamento de Juiz de Fora.”⁵¹ Dentro desta perspectiva, Juiz de Fora entraria na República com amplas perspectivas de melhoramentos urbanos. A entidade supracitada poderia dar enormes contribuições de estudos para a instalação de hospitais, asilos, construção de sistema de esgoto, canalização de água potável, dentre outros assuntos que colocariam a cidade no caminho do progresso urbano e da salubridade.

A Sociedade de Medicina e Cirurgia, ao longo de sua história forneceu à Câmara Municipal da cidade diversas orientações a respeito de melhorias que poderiam ser levadas adiante para favorecer as condições de vida da população. Encontramos diversos documentos que revelam que desde a sua fundação, a instituição procurou demonstrar interesse em orientar as autoridades e a população para minimizar os estragos das epidemias e tentar impedir o seu avanço. As principais orientações para o bem da saúde pública eram: promover o saneamento dos cortiços existentes na cidade, bem como, impedir a construção de novos e demolir aqueles que mais ameaçam a salubridade; adotar um plano de habitações higiênicas para a população pobre do município; promover o nivelamento de algumas ruas da cidade; promover a conservação das matas que circundam a cidade; punir exemplarmente os responsáveis por colocar fogo nas matas.⁵²

Noutro momento, vemos os médicos orientarem a respeito de uma epidemia de febre que atingiu o município em 1900. Seus conselhos eram: usar como preventivo água destilada e ácido arsenioso; boa alimentação, evitando-se alimentos indigestos e crus; evitar bebida alcoólica; evitar exposição prolongada ao sol e ao ar da noite; banhos diários frios ou mornos, trocando sempre a roupa; evitar aglomerações de pessoas num mesmo quarto; asseio rigoroso da latrina, limpando sempre o sifão; utilizar sempre água filtrada e fornecida pelo poder público; promover a remoção do lixo para longe das habitações; promover a remoção para o

⁵⁰ *Ibidem*, p. 98.

⁵¹ OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora*. Op. cit., p. 126.

⁵² AHPJF. Correspondência da Sociedade de Medicina e Cirurgia dirigida ao Barão do Retiro, então Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora. 05/01/1890; Fundo Câmara Municipal na República; Caixa 129; Série 223.

hospital de isolamento dos doentes que apresentarem vômitos e febre; desinfetar todos os objetos do paciente que apresentar a doença.⁵³

Vê-se que a importância da Sociedade de Medicina e Cirurgia para a cidade foi de grande relevância para a promoção de uma vida mais humanizada, buscando sempre apontar diretrizes para uma sociedade cada vez mais moderna e industrial, pretendendo afastar o medo das epidemias, que provocavam angústias na população de Juiz de Fora e os impossibilitavam de alcançar a boa morte.

2.3 – O local dos mortos

2.3.1 - Os cemitérios e o contato com a morte

O local dos mortos, desde o século IV na Europa Ocidental, constituía-se no interior dos templos católicos.

Por volta do ano 315 surge o exemplo mais antigo até agora conhecido do vínculo entre sepultura de mártires, recinto de culto e sepultura do patrono. Devido ao desejo de muitos cristãos de ser enterrados próximo aos mártires, as próprias grandes basílicas de cemitérios logo se tornaram grandes cemitérios cujo solo era todo coberto por sepulturas.⁵⁴

Foi no século V ou no final do século IV que teve início os primeiros sepultamentos *ad sanctus* — *Próximo dos santos* — nas igrejas das vilas e cidades européias. No século VI esse costume de construir cemitérios dentro das igrejas das cidades já estava amplamente enraizado e difundido. No final do primeiro milênio surgiram os primeiros regulamentos que autorizavam os enterramentos dentro ou próximo a uma igreja.⁵⁵

Os vivos sempre mantiveram uma convivência espiritual com os mortos. Porém, foi o cristianismo que introduziu uma relação de familiaridade entre o mundos dos vivos e o dos mortos. Quem vive não quer deixar para trás seus antepassados, seja por motivos religiosos ou culturais apenas. A partir do século IV, a concepção da Antiguidade da presença dos mortos entre os vivos “alcançou força de persuasão tornando-se espacialmente visível. [...] O estreito vínculo entre a povoação dos vivos e a dos mortos desde o final da Antiguidade pode servir como indicador da força da idéia da presença dos mortos que aí se exprimia.”⁵⁶

⁵³ BMMM. O Pharol; 28/04/1900; Ano XXXIV; N° 253; p. 01.

⁵⁴ BRAET, Herman; VERBEKE, Braet (eds.). *A morte na Idade Média*. (Trad. Heitor Megale; Yara Frateschi Vieira; Maria Clara Cescato). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. (Ensaio de cultura, 8), p. 58.

⁵⁵ *Ibidem*, pp. 58-59.

⁵⁶ *Ibidem*, pp. 59-60.

Simultaneamente, importantes transformações das estruturas sociais levaram a redefinir o lugar dos indivíduos em grupos e em comunidades que permaneciam solidárias depois do desaparecimento de cada um de seus membros: os grupos de parentesco, carnal ou espiritual, do mosteiro, da linhagem nobre, da paróquia, da confraria eram o quadro dessas novas relações entre os vivos, mas também entre os vivos e os mortos. Essas relações inscreviam-se nas realidades do espaço social, pela articulação da morada dos vivos — a aldeia o bairro — e a morada dos mortos: o cemitério. A proximidade das sepulturas e das casas sustentava e justificava a preocupação mais intensa que os vivos tinham com seus defuntos. [...] O morto podia aparecer a um parente ou amigo para reclamar-lhe os sufrágios de que tinha a maior necessidade e pedir-lhe que cumprisse em seu lugar as obras pias necessárias à sua salvação. Preocupada em afiançar e organizar a solidariedade dos vivos e dos mortos, a Igreja deu então ampla repercussão aos relatos de fantasmas [...].⁵⁷

Vê-se claramente duas questões importantes para podermos compreender como os vivos estruturaram a convivência com os mortos. Primeiro, a necessidade da solidariedade entre as duas partes visando o bem estar de ambos os lados, assunto que trataremos mais adiante; segundo, a interferência da Igreja para controlar essa convivência solidária a fim de manter seu poder de intermediária entre os dois mundos e, logicamente, se fortalecer e ampliar sua esfera de atuação.

A tradição de sepultar os mortos nas igrejas tornou-se uma prática comum que atingia todos os países católicos da Europa Ocidental ao longo da Idade Média. A partir de Portugal esse costume foi trazido para o Brasil com o processo colonizador. Porém, é importante ressaltar que, quem providenciava os sepultamentos, em grande parte, eram as irmandades ou confrarias. Essas associações também foram criadas na colônia — algumas sobrevivendo até hoje — como espelho do Estado português. Podemos defini-las, de maneira simplória, como instituições de caridade que congregavam leigos de todos os segmentos sociais e procuravam cuidar dos confrades tanto na vida como na morte. Na vida, com o apoio material e espiritual, na morte, através das responsabilidades assumidas por elas, incluindo desde a visitação em época de doença, as providências para o enterramento e as orações e missas para a salvação da alma.⁵⁸ Vê-se que sua principal missão constituía-se em tornar possível aos confrades alcançar a boa morte.

⁵⁷ SCHMITT, Jean-Claude. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*. (Trad. Maria Lúcia Machado). São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp. 18-19.

⁵⁸ Diversos autores já estudaram as irmandades na Europa e no Brasil. Buscaram suas origens, as finalidades, as devoções, as festas, enfim procuraram satisfazer em boa medida as informações sobre elas, incluindo algumas pesquisas regionais. Cf. LE BRAS, Gabriel. *L'Église et le village*. Paris: Flammarion, 1975; MARTÍN, Eliseo Serrano (Ed.). *Muerte, religiosidad y cultura popular – séc. XIII – XVIII*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”, 1994; VINCENT, Catherine. *Les Confrérie Médiévales Dans le Royaume de France XIIIe-XIVe siècle*. Paris: Albin Michel, 1994; COELHO, Maria Helena da Cruz. *As Confrarias medievais portuguesas: espaços de solidariedades na vida e na morte*. In: XIX SEMANA DE ESTUDIOS MEDIEVALES, 1992, Estella: Gobierno de Navarra, Departamento de Educación y cultura, 1992; REIS, João José. *A Morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991; RUSSEL-

Sepultar-se próximo dos santos e, mais ainda, sob a proteção de Jesus Sacramentado, tornou-se um desejo de todos os fiéis. Eles acreditavam que isso proporcionava, com maior rapidez, a chegada da alma no paraíso.

Assim como os cortejos fúnebres se identificavam com as procissões que tematizavam o enterro de Cristo, as sepulturas eram associadas com o local onde Cristo era Senhor. As igrejas eram a Casa de Deus, sob cujo teto, entre imagens de santos e de anjos, deviam também se abrigar os mortos até a ressurreição prometida para o fim dos tempos. A proximidade física entre cadáver e imagens divinas, aqui embaixo, representava um modelo da contigüidade espiritual que se desejava obter, lá em cima, entre a alma e as divindades. A igreja era uma das portas de entrada do paraíso.

Ser enterrado na igreja era também uma forma de não romper totalmente com o mundo dos vivos, inclusive para que estes, em suas orações não esquecessem os que haviam partido. Os mortos se instalavam nos mesmos templos que tinham freqüentado ao longo da vida.⁵⁹

No Brasil, o sepultamento *ad sanctus* também foi conduzido pela Igreja de maneira que ela não perdesse o controle sobre os mortos e, muito menos, sobre os vivos, apesar da permanência de um catolicismo marcadamente devocional e, em boa medida, conduzido pelos leigos diante da fragilidade e/ou da ausência do clero secular.⁶⁰

Parece que a pouca influência do clero católico não se efetivou na cidade de Juiz de Fora, um município que nasceu sob as andanças dos bandeirantes e cresceu sob a vanguarda do progresso e da urbanidade no decorrer dos séculos XIX e XX, momento em que “o episcopado passa a ter uma atuação verdadeiramente ativa na Igreja do Brasil.”⁶¹ Observa-se na história religiosa da localidade que, na verdade, frágeis eram as irmandades leigas,⁶² pois, existiram somente cinco associações na cidade. A Igreja sempre manteve no espaço citadino um clima de catolicismo misturado às fumaças das chaminés da modernidade secular. Aqui se ouviam, juntamente com os apitos das fábricas, os badalos dos sinos das capelas que anunciavam a presença do sagrado. Nesse espaço, onde o homem optava por uma vida mais profana, não se conseguia “abolir completamente o comportamento religioso.”⁶³ A Igreja constituiu-se em uma instituição que, de certa forma, mantinha o controle sobre os fiéis, sobre

WOOD, A. J. R. Op. cit.; AZZI, Riolando. *O Catolicismo popular no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1978; BEOZZO, José Oscar. Irmandades, Santuários e Capelinhas de beira de estrada. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*. V. 37, fasc. 146, dez/1977, pp. 741-758; SALLES, Fritz Teixeira de. *Associações religiosas no ciclo do ouro*. Belo Horizonte: UMG, 1963; QUIOSSA, Paulo Sérgio. Op. cit.; dentre outros diversos autores.

⁵⁹ REIS, João José. Op. cit., p. 171.

⁶⁰ Cf. AZZI, Riolando. *O Catolicismo popular no Brasil*. Op. cit.

⁶¹ AZZI, Riolando. *O Episcopado do Brasil frente ao catolicismo popular*. Op. cit., p. 11.

⁶² AZZI, Riolando. *Sob o báculo episcopal - A Igreja Católica em Juiz de Fora (1850-1950)*. Juiz de Fora: Templo Gráfica e Editora Ltda, 2000, pp.34-36.

⁶³ ELIADE, Mircea. Op. cit., p. 27.

a condução do catolicismo e sobre os enterramentos nos cemitérios existentes nos seus limites.

Voltando às origens da história de Juiz de Fora, foi no Morro da Boiada que surgiu, no início do século XVIII, a primeira capela do arraial e, com ela, o primeiro cemitério de que se tem notícia: o Cemitério da Boiada.⁶⁴ Não temos notícias se os enterramentos aconteciam no interior da capela, no adro ou nas proximidades, porém, isso não altera o sentido da convivência entre os vivos e os mortos nos primórdios desse povoado. É com relativa certeza que podemos falar da existência de um campo santo no Morro da Boiada, segundo a tradição e a devoção iniciada também naquele local em louvor ao padroeiro da cidade, o culto a Santo Antônio.⁶⁵

Os assentos de óbitos encontrados a partir da segunda metade do século XIX não deixam dúvidas sobre sua existência. Porém, não eram frequentes os enterros naquele cemitério, talvez por estar, no período acima referido, distante do centro de convivência social, ou ainda, pela preferência de se enterrar no principal cemitério da cidade, localizado na Matriz de Santo Antônio, com sede na Rua Direita, a mais importante via do município e, marcadamente, onde a religiosidade da população era praticada com maior efervescência. (Cf. ANEXO 1). Como se vê, no QUADRO SÍNTESE “A” dos óbitos registrados na Matriz de Santo Antônio, de um total de 689 mortes entre 1851 a 1871, apenas 12 (1,7% do total) foram enterrados no Cemitério da Boiada.⁶⁶ Na Matriz, foram enterrados 250 defuntos no adro ou interior (36,3% do total); no Cemitério Público, registrou-se 349 sepultamentos (50,7% do total); no Cemitério da Companhia União e Indústria (Atual Cemitério da Glória), foram feitos 19 registros (2,8% do total) e, por fim, noutros cemitérios (nas zonas rurais de Juiz de Fora, em fazendas, com seus cemitérios particulares e em cidades vizinhas), registraram-se 59 óbitos (8,5% do total). Há que se ressaltar que, o Cemitério Municipal recebeu seu primeiro defunto, de acordo com o livro de óbitos da Catedral de Santo Antônio, em 16/12/1863.⁶⁷

Vemos ainda que, dentre os mortos no período, foram 221 escravos (32,1% do total) para 468 livres (67,9% do total). Entre os sexos, registrou-se 396 mortos do sexo masculino

⁶⁴ Encontramos no Arquivo da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora as primeiras referências em livros de óbitos a respeito do Cemitério do Morro da Boiada. Não restam dúvidas de sua existência, no passado, na localidade que hoje conhecemos por Bairro Santo Antônio. Além do mais, há depoimentos orais de moradores do referido bairro sobre a existência do supracitado cemitério e da trasladação de restos mortais para o Cemitério Municipal. Cf. ACMJF. Livros de assentos de óbitos; 1851-1871.

⁶⁵ Cf. FERREIRA, Antônio Carlos Lemos. *A devoção a Santo Antônio em Juiz de Fora (O Santo Fugão)*. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2008.

⁶⁶ Sobre os óbitos apresentados em nosso trabalho, tivemos por base ainda a pesquisa de: COSTA, Fernanda Maria Matos da. *A morte e o morrer em Juiz de Fora: Transformação nos costumes fúnebres (1851-1890)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: 2007.

⁶⁷ ACMJF. Livros de assentos de óbitos 1851-1871.

(57,4% do total) para 287 do sexo feminino (41,6% do total). O quadro possibilita ainda percebermos que morriam mais pessoas entre 0-15 anos (19,3% do total) e entre 16-30 anos (20,3% do total) do que nas outras idades. Por outro lado, poucos morriam velhos e cerca da metade da população morria na idade adulta. Porém, em Juiz de Fora, como em todo resto do Brasil, a quantidade de óbitos na infância supera quaisquer números nas idades posteriores. As crianças tornavam-se mais vulneráveis às doenças de época e às epidemias.⁶⁸ Em Salvador, João José Reis nos informa uma alta taxa de mortalidade infantil no ano de 1836. “Mais de 32% dos que morriam não haviam alcançado a idade de onze anos.”⁶⁹ A infância tornava-se a idade de maior risco devido à própria fragilidade do organismo.

Destacamos ainda a existência de cemitérios particulares nas fazendas do município. Eles eram utilizados, principalmente, para enterrar pessoas pobres — sem a proteção de uma irmandade — que viviam nas terras arrendadas junto aos fazendeiros ou sepultar os escravos da propriedade ou da vizinhança.⁷⁰

Para a construção de um cemitério, deveriam ser tomadas algumas providências anteriores. Primeiro, escolhia um terreno adequado e, geralmente, alguma família abastada da localidade fazia a doação do lote. Em seguida, o sacerdote enviava uma carta ao bispo da diocese à qual pertencia, fazendo o pedido do Provimento (Licença) e da bênção para o referido cemitério. O bispo respondia dando a concessão e a bênção. Finalmente, uma pessoa responsável na igreja da localidade — geralmente, o Procurador — requeria junto à Câmara dos Vereadores a demarcação do terreno onde se construiria o cemitério. Reproduzimos abaixo a Carta de Provimento concedida por D. Silvério Gomes Pimenta, Bispo de Mariana, para o Cemitério de Humaitá.

Provimento de Cemitério e bênção.

“Silverio Gomes Pimenta, Presbytero Secular do Habito do S. Pedro, Vigario Capitular, Geral e Provisor do Bispado, pelo Ilmo. Revmo. Cabido. Sede Vacante etc.”

Aos fieis Cristãos – Saude e Paz.

Faço saber, que atendendo a Petição do Revmo. Vigario Antonio Francisco de Paula Dias, da freguezia de S. Francisco de Paulo do Rio Preto: Hei por bem conceder licença ao dito Rvdo. Vigario, ou Sacerdote seo delegado, para hindo ao lugar denominado Maritá da Conceição sendo ahi demarque terreno suficiente para Cemiterio, o qual estando cercado, com porta e chave, e plantando uma Cruz no

⁶⁸ Cf. ACMJF. Livros de assentos de óbitos, 1851-1950; ACMAJF. Livros de assentos de óbitos das seguintes paróquias: Paróquia de Sant’Ana (Belmiro Braga), 1874-1925; Paróquia de São Sebastião (Chácara), 1924-1950; Paróquia de Santa Bárbara (Santa Bárbara de Monte Verde), 1860-1936; Paróquia de Nossa Senhora da Conceição (Matias Barbosa), 1933-1935; Paróquia de Nossa Senhora da Glória (Simão Pereira), 1850-1923; Paróquia de São José (São José das Três Ilhas), 1872-1925; Paróquia de Nossa Senhora do Rosário (Rosário de Minas), 1837-1939; Paróquia de Nossa Senhora da Conceição (Rio Novo), 1850-1895.

⁶⁹ REIS, João José. Op. cit., p. 36.

⁷⁰ Cf. COSTA, Fernanda Maria Matos da. Op. cit., p. 49.

meio, estando tudo conforme prescreve o direito o possa benzer segundo o Ritual Romano, reservando um pedaço do Cemiterio sem benção de que se fará expressa menção. O que tudo assim feito se poderá sepultar os Corpos dos fieis, salvando-se sempre os Direitos Paroquiais e os da Fabrica. Muito recomendamos os impetrantes os assentos dos mortos para serem lançados no livro da Matriz. [...]

25 de abril de 1876.

Cidade de Marianna em o Paço Episcopal sob o sello da Mesa Capitular.

Silverio Gomes Pimenta.⁷¹

Dando seqüência às ações para a construção do cemitério, o próximo passo deveria ser o de providenciar a marcação do local através dos representantes do Poder Público. Vejamos como isso era levado adiante:

O procurador Benjamim Corrêa, logo que obteve esta provisão, requereu da Camara dos Vereadores de Juiz de Fora mandasse designar e marcar o lugar e terreno para o Cemiterio. Uma Comissão foi nomeada pela referida Camara Municipal [...] que demarcou e localizou o futuro cemiterio, fazendo minucioso relatório da sua missão apresentado em 23 de fevereiro de 1877 e aprovado na sessão de 11 de abril do mesmo ano – 1877.⁷²

Ressalta-se que no primeiro documento há uma petição de D. Silvério para reservar uma parte do cemitério — provavelmente fora dos muros — sem a bênção episcopal. Isso se devia ao fato de que a Igreja recusava a sepultura em local sagrado aos protestantes, aos suicidas, aos criminosos e aos indigentes.⁷³ Sepulturas eclesiásticas tinham como destino apenas os fiéis católicos, conforme a Lei Imperial de 1870.

Em Juiz de Fora, um grave problema começou a se manifestar em função da chegada dos imigrantes alemães de confissão luterana em 1856. Onde enterrar seus mortos numa cidade católica? Apesar de haver três cemitérios no município — Cemitério da Boiada; Cemitério da Matriz; Cemitério da Companhia União e Indústria, mais tarde chamado de Cemitério da Glória — todos eram benzidos e impossibilitavam o sepultamento de “cadáveres hereges.”⁷⁴ O Cemitério Municipal só foi inaugurado em 1864, e também ficou sob a jurisdição da Igreja Católica, dificultando ainda o enterramento dos acatólicos. Porém, “com o crescimento do número de protestantes, foram criados ‘anexos’ destinados a eles. Este fato pode ser observado em Juiz de Fora no anexo protestante do cemitério da Glória [...]. Antes da construção desse anexo, muitos foram enterrados junto à lagoa da Gratidão.”⁷⁵ E isso, certamente, afetou a relação entre vivos e mortos para os recém-chegados luteranos, pois

⁷¹ ACMAJF. Pequeno histórico do cemitério registrado no Livro de Tombo da Paróquia de São Francisco de Paula (Torreões), fl. 43-43v, 1926.

⁷² ACMAJF. . Pequeno histórico do cemitério registrado no Livro de Tombo da Paróquia de São Francisco de Paula (Torreões), fl.43v, 1926.

⁷³ REIS, João José. Op. cit., pp. 192-193.

⁷⁴ ARANTES, Luiz Antônio Valle. Caminhos incertos, conflitos religiosos e empreendimentos: a trajetória dos alemães na cidade. In: BORGES, Célia. (Org.). *Solidariedades e conflitos*. Op. cit., p.106.

⁷⁵ Ibidem.

perderam o local de referência onde foram sepultados seus antepassados. Futuramente a lagoa da Gratidão foi aterrada, dando lugar ao Largo do Riachuelo, uma praça na subida da Avenida dos Andradas.

Podemos dizer que, mesmo com os cemitérios regidos pelas leis do Estado, a Igreja ainda mantinha um controle, de certa maneira até rigorosa, sobre os sepultamentos. Em que medida, então, entendemos o processo de secularização⁷⁶ na sociedade juizforana? O aspecto de maior relevância, porém, é a afirmação de que a secularização da sociedade vem acompanhando o desenrolar da modernidade — ou da pós-modernidade. O caso brasileiro é bastante específico, como diz Sanchis, a América Latina — logicamente inclui-se o Brasil — escapa à onda de uma secularização conatural à modernidade. A religião e a religiosidade continuam integrando a cultura das ditas sociedades com modernização tardia, mesmo que seja uma análise de maneira generalizada. O encantamento da sociedade ainda é substancial. Estamos aquém do processo de secularização, ou em paralelo a este processo, conclui o autor.⁷⁷

Afirmamos ainda que a laicização do Estado brasileiro e a instauração da liberdade religiosa não retiraram alguns privilégios da Igreja Católica. Após a Proclamação da República, em 1889, a Igreja ainda ocupava espaços consideráveis nas áreas da saúde, educação, lazer e cultura. A instituição católica estendia seu poder para além dos templos, influenciando costumes e tradições presentes na sociedade.

[A Igreja] presidia à organização das festas e comemorações coletas (procissões, quermesses, etc), fazendo praticamente coincidir o calendário de festas e eventos religiosos com os momentos fortes de efusão coletiva e doméstica. A administração dos sacramentos, por sua vez, ritmava e sancionava os eventos-chaves do itinerário pessoal e familiar dos grupos dirigentes. Ungia os dirigentes das irmandades, os detentores de mandatos parlamentares e executivos, dispensava diplomas e

⁷⁶ **SECULARIZAÇÃO:** Por secularização entendemos o processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos. Quando falamos sobre a história ocidental moderna, a secularização manifesta-se na retirada das Igrejas cristãs de áreas que antes estavam sob seu controle ou influência: separação da Igreja e do Estado [...]. Quando falamos em cultura e símbolos, todavia, afirmamos implicitamente que a secularização é mais que um processo sociocultural. Ela afeta a totalidade da vida cultural e da ideação e pode ser observada no declínio dos conteúdos religiosos nas artes, na filosofia, na literatura e, sobretudo, na ascensão da ciência, como uma perspectiva autônoma e inteiramente secular, do mundo. [...] Embora a secularização possa ser vista como um fenômeno global das sociedades modernas, sua distribuição entre elas não é uniforme. Cada grupo da população tem sido atingido de modo diferente. Cf.: BERGER, Peter L. *O Dossel Sagrado. Elementos para uma teoria sociológica da Religião*. (Trad. José Carlos Barcellos). 3ª. ed. São Paulo: Paulus, 1985, pp. 119-120.

⁷⁷ SANCHIS, Pierre. Ciências Sociais e Religião. In: *Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre: Ano 3, nº 3, 2001, pp. 32-34.

certificados escolares, sacramentava formaturas, inaugurações, posses e acordos políticos, benzia obras públicas [Ex: cemitérios, praças, prédios...], residências, fazendas, fábricas, geria hospitais, dispensários, asilos, escolas, marcando presença em quaisquer dimensões da vida pessoal.⁷⁸

Vemos, pois, que após a separação oficial entre religião e Estado, a Igreja Católica ainda continuava “influenciando os processos sociais pelo fato de que sua estrutura simbólica manteve-se preservada na sociedade e nas instituições.”⁷⁹ E, de fato, ainda no início do século XX, a Igreja via a possibilidade de restabelecer-se na sociedade através do movimento da Restauração Católica, momento em que os dirigentes eclesiásticos pretendiam que a Igreja exercesse uma presença mais efetiva no âmbito social e um maior empenho para a colaboração entre ela e o Estado.⁸⁰ Os cemitérios continuavam recebendo a bênção episcopal; havia um controle muito rígido para que não sepultassem os não católicos ou os não batizados; no centro do cemitério mantinha-se uma capela, símbolo máximo da presença do sagrado e, principalmente, da Igreja Católica. Sendo assim, seria melhor falar em “secularização do espaço”, agora de domínio público, bem como as leis que regiam aquele espaço, sem perder, porém, a presença de atitudes religiosas no seu âmbito controladas pelo catolicismo.

Podemos constatar ainda em diversos registros de óbitos, até a metade do século XX, que os sacerdotes, mesmo não detalhando no texto — como no passado — relataram os números dos que “foram sacramentados,” sem revelar, no entanto, quais foram os sacramentos recebidos, e os dados não diferem muito daqueles do século XIX. Esta questão nos impele a argumentar que, de fato, um bom número de católicos ainda recorria aos sacramentos finais. Outro ponto que merece atenção para confirmar essa questão é o fato de que os sacerdotes continuavam a proceder ao ritual das exéquias nas paróquias, nas casas ou na capela do cemitério, benzendo o corpo e encomendando a alma a Deus. Por fim, os jornais da época divulgavam uma diversidade de registros todos os anos em que as famílias dos mortos anunciavam o passamento e convidavam parentes e amigos para a Missa de 7º Dia, 30º Dia e outros aniversários de falecimentos. Se compararmos os números entre os ANEXOS 8 e 9, veremos que há mais registros de sacramentos ministrados — extrema-unção e ritual das exéquias — do que registros de óbitos nos livros da Matriz. Isso significa que, mesmo a Igreja perdendo o controle do registro de óbitos para o Poder Público, ainda permanecia na sociedade o desejo de sacramentar e ritualizar a morte e o morrer.

⁷⁸ MICELLI, 1988: 28-29. Apud: ORO, Ari Pedro. Considerações sobre a liberdade religiosa no Brasil. In: *Ciência let.* Porto Alegre: Nº 37; jan-jun; 2005. p. 440.

⁷⁹ FONSECA, Alexandre Brasil. In: *Ibidem.*

⁸⁰ AZZI, Riolando. *Sob o báculo episcopal.* Op. cit., pp. 190-191.

Vejamos a seguir como eram feitos os registros de óbitos encontrados nos livros de assentos nas paróquias de Juiz de Fora e da zona rural do município.

QUADRO 2 - MODELOS DE REGISTROS EM LIVROS DE ASSENTOS DE ÓBITOS.

ASSENTOS DE ÓBITOS.	FONTE
1- Aos cinco de Fevereiro de mil oito centos e cinquenta e oito faleceu di enfermidade e sem Sacramentos Antonio Africano Livre de sesenta annos de idade pouco mais ou menos, agregado de Martiniano Peixoto de Miranda foi sepultado no Adro desta Matriz de Santo Antonio do Paraybuna. E para constar fiz este assento. Vig. Tiago Mendes Ribeiro	ACMJF. Livro de assento de óbitos da Matriz de Santo Antônio (Juiz de Fora), 1851-1871.
2- Aos dezeseite de Fevereiro de mil oito centos e cinquenta e oito faleceu Joselino innocente, sobrinho de Joaquim Luiz, foi sepultado no Adro desta Matriz de Santo Antonio do Paraybuna. E para constar fiz este assento. Vig. Tiago Mendes Ribeiro	ACMJF. Livro de assento de óbitos da Matriz de Santo Antônio (Juiz de Fora), 1851-1871.
3- Aos vinte e quatro de novembro de mil oito centos e cinquenta e oito faleceu repentinamente Alexandre Adão Francez de nação, cazado, foi sepultado no Cemitério da Companhia União e Industria aos vinte e cinco do mmo. Mez. E para constar fiz este assento. Vig. Tiago Mendes Ribeiro	ACMJF. Livro de assento de óbitos da Matriz de Santo Antônio (Juiz de Fora), 1851-1871.
4- Aos trez de Abril de mil oito centos e cinquenta e nove nesta Freguezia de Santo Antonio do Paraybuna faleceu de enfermidade tendo recebido os Sacramentos Eva solteira de vinte annos de idade pouco mais ou menos escrava do Cap. Antonio Dias Tostes. Foi sepultada no Adro desta Matriz aos quatro do mmo. mez. E para constar fiz este assento. Vig. Tiago Mendes Ribeiro	ACMJF. Livro de assento de óbitos da Matriz de Santo Antônio (Juiz de Fora), 1851-1871.
5- Aos dez de Março de mil oito centos e sessenta nesta Freguezia de Santo Antonio do Paraybuna faleceu Anna crioula de desessete annos de idade escrava da orfã D. Joaquina filha de D Luiza Emerencianna de Jesus. Foi sepultada no Cemitério da Fazenda do Tenente José Joaquim Monteiro. E para constar fiz este assento. Vig. Tiago Mendes Ribeiro	ACMJF. Livro de assento de óbitos da Matriz de Santo Antônio (Juiz de Fora), 1851-1871.
6- Ao primeiro de outubro de mil oito centos e sessenta nesta Freguesia de Santo Antonio do Prahybuna faleceu Maria Joaquina escrava da Fasenda da Fortaleza . Foi sepultada no Cemitério da Boiada. E para constar fiz este assento. Vig. Tiago Mendes Ribeiro	ACMJF. Livro de assento de óbitos da Matriz de Santo Antônio (Juiz de Fora), 1851-1871.
7- Hoje, 1º de fevereiro de 1924, <i>encomendei na forma do Ritual Romano</i> . o fallecido repentinamente Laurindo José, creoulo de 100 e tantos annos, boa pessoa, freqüentava de ves enquanto os sacramentos da confissão e comunhão. Teve bom acompanhamento e foi sentido a sua morte embora pobre e sem recursos. Repose em paz no eterno descanso. Vig. Francisco Tambury. (Grifo nosso)	ACMAJF. Livro de assento de óbitos da Paróquia de São Sebastião (Chácara), 1924-1950.
8- Hoje, 12 de outubro de 1927 encomendei Acacio da Costa Pinto viuvo de 85 annos, natural de Portugal e fundador deste Arraial de Chacara, passou sua vida quase sempre na [?], amasiado até poucos meses antes de sua morte final. Quando foi atacado de congestão cerebral ficou sem palavra, chamado nas ultimas horas de vida, <i>interroguei se tinha arrependimento de seus pecados e deu algum sinal de arrependimento, assim absolvi e administrei-lhe a extrema Unção</i> . Vig. Francisco Tambury. (Grifo nosso)	ACMAJF. Livro de assento de óbitos da Paróquia de São Sebastião (Chácara), 1924-1950.
9- Aos quinze de julho de mil oitocentos e setenta sepultou-se na Capella do Rozario d'esta matriz de Sta. Barbara o cadaver de José Lopes Pinheiro idade de 92 annos, viuvo de Anna Lopes Pinh. Hidropsia. E para constar fiz este assento. Vig. Raimundo de Souza Godinho	ACMAJF. Livro de assento de óbitos da Paróquia de Santa Bárbara (Santa Bárbara do Monte Verde), 1860-1874.
10- A vinte e quatro de outubro de mil novecentos e vinte e cinco, falleceu repentinamente Laurindo Ignácio, africano: com cento e seis annos d'idade filho de Ignácio de Tal e Ritta de Tal: era casado com Joanna Ignacia: para constar lavrei este que assigno. Vig. Pe. Antonio Abílio Gomes Costa.	ACMAJF. Livro de assento de óbitos da Paróquia de Santa Bárbara (Santa Bárbara do Monte Verde), 1915-1936.

11- Aos vinte e sete dias do mez de Dezembro de 1933 nesta Matriz encomendei Armando Pinto Monteiro. Casado, com 31 annos de idade com D. carmem Gomes fallecido no dia anterior em Paraybuna (Estação) não tendo recebido os ultimos sacramentos por não ter tempo [...] Causa-mortis desastre de trem na Central do Brasil. E para constar fiz este assentamento que assigno. Vig. Pe. Francisco Tavares.	ACMAJF. Livro de assento de óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição (Matias Barbosa), 1933-1935.
12- Aos vinte e um de Fevereiro de mil oitocentos sessenta e seis falleceu da vida presente Justiniano Peixoto de Sá, solteiro, na idade de sessenta e seis annos: seu cadaver foi sepultado no dia seguinte no Cemiterio desta Freguezia. E para constar faço este assento. Vig. João Batista de Miranda.	ACMAJF. Livro de assento de óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Glória (Simão Pereira), 1856-1892.
13- Aos 11 de Fevereiro de 1890 sepultou-se no cemiterio da Matriz da Freguezia de S. Jé. do Rio Preto o cadaver de José Honorato de Souza de 80 annos de idade, casado, Mineiro lavrador. Foi encommendado e acompanhado solennemente pelo parocho da Freguezia. Recebeu todos os socorros espirituaes. Falleceu naturalmente.	ACMAJF. Livro de assento de óbitos da Paróquia de São José (São José das Três Ilhas), 1872-1895.
14- Aos 26 de abril de 1907, foi sepultado no Cemitério d'esta freguezia o cadáver de Joaquim Gomes de Figueiredo. Foi encommendado. Ele morreu de morte natural e aos 125 annos de idade. É d'este districto. Do que, para constar, mandei fazer este assento. Vig. Agostinho de Souza.	ACMAJF. Livro de assento de óbitos da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário (Rosário de Minas), 1904-1939.
15- Aos 26 de Dezembro de 1851 sepultou-se no Adro da Capella do Divino Espirito Sancto do Piau, com solennidade, o finado José Roci valle, que falleceo de morte natural, tendo de idade cecenta e tantos annos, e hera casado com D. Anna Querubina de S. José. Foi interrado segdo. está disposto no seo testamto. Morreo com todos os sacramentos e aestirão ao interro o Pe. Manoel de Macedo Lima e o Pe. João Gh. De Oliveira. Vig. João Gh. De Oliveira.	ACMAJF. Livro de assento de óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição (Rio Novo), 1850-1862.

Percebe-se que, de uma maneira geral, os registros procuravam seguir um padrão, sob a determinação da Diocese, apesar de algumas diferenças no texto. Nos assentos, deveriam aparecer data da morte, nome do falecido, data do sepultamento, idade, filiação, estado civil, a causa da morte e se foram ministrados os devidos sacramentos da Igreja. Vemos, entretanto que, por conta do vigário, outras informações eram acrescidas, dependendo do grau de importância social, política e econômica do falecido ou de fatores pessoais. O óbito registrado no nº 7 chama a atenção por ser um crioulo de mais de 100 anos. Era boa pessoa e sua morte foi sentida, mesmo sendo pobre e sem recursos. No final, o sacerdote menciona um desejo seu para que descanse em paz na eternidade. No registro de nº 8, fica evidente a necessidade de que o sacerdote mencione ser o defunto o fundador do Arraial de Chácara. No assento de nº 13, o sacerdote enfatiza o acompanhamento solene do pároco no enterro, e que também aparece na escrituração do nº 15, porém, com a participação de dois sacerdotes — de acordo com o testamento. Chama a atenção no registro de nº 14, a idade do finado que morreu aos 125 anos. E, finalmente, apesar de não aparecer no quadro acima, é uma unanimidade nos livros de assento de óbitos, o registro de morte de crianças com o termo “ANJINHO” ou “INOCENTE”. Até mesmo nos jornais, utilizava-se o termo acima para noticiar a morte de uma criança. Foi assim que em 1912 o Diário Mercantil publicou a informação:

ANJINHO

Subiu hontem á mansão celestial o anjinho Milton, filhinho do Sr. Coronel João Gama.

Contava o pequeno apenas sete mezes de idade.

Seu enterramento effectuou-se hontem mesmo ás cinco horas da tarde, no cemiterio municipal, sendo grandemente concorrido.

A seus desolados paes apresentamos sentidas condolencias.⁸¹

2.3.2 - A segregação dos mortos

No século XIX as autoridades políticas, os profissionais da saúde e o clero iniciaram um debate no Brasil — que na Europa já vinha arrastando desde o século anterior — a respeito dos enterramentos *ad sanctus*. Isso provocou calorosas discussões, diversos conflitos e buscas de soluções para um problema que, segundo os médicos, era necessário pôr fim aos enterramentos dentro das igrejas ou mesmo em torno dela.

Tal tese era partilhada e mesmo proposta por médicos que defendiam a interdição destas práticas em prol da prevenção de doenças e da salubridade dos espaços públicos. Daí preconizarem o afastamento das sepulturas para locais afastados do convívio dos vivos. Estas idéias provenientes da campanha iluminista contra o sepultamento *ad sanctus apud ecclesiam*, ao longo do século XVIII, que, principalmente nos países católicos, defendiam uma “nova política da morte” e que, na França revolucionária, foi adotada como forma de controlar a gestão do destino dado aos cadáveres, com grande influência dos agentes médico-higienistas.⁸²

A doutrina dos miasmas⁸³ desenvolvida pela ciência médica no século XVIII foi o cerne das discussões a respeito da secularização dos cemitérios. Tais estudos defendiam a tese de que vapores danosos externavam das catacumbas das igrejas, infectavam o ar e, automaticamente, a freqüência dos vivos naquele ambiente contribuía para a disseminação de doenças. Os debates se exaltavam em épocas de epidemias, momentos de enormes turbulências para a população e, principalmente, para os católicos. Os médicos recomendavam aos fiéis uma vigilância olfativa constante nas igrejas. O resultado disso tudo foi que, na Europa católica, os enterramentos tiveram que mudar de lugar. Os governos construíram os cemitérios públicos fora das igrejas e do centro das cidades, portanto, longe da convivência social.⁸⁴

⁸¹ AHPJF. Diário Mercantil; 19/06/1912; Ano I; Nº 126.

⁸² RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: o processo de secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Tese (Doutorado em História) — Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói: 2002, pp. 143-144.

⁸³ **MIASMA**: Emanação mefítica do solo, tida como causa de várias doenças endêmicas. Fig. Influência deletéria; corrupção; podridão. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Op. cit., p. 432.

⁸⁴ REIS, João José. Op. cit., pp. 75-76.

Há que se destacar ainda que, não somente as questões médicas entraram em discussão. “O chão das igrejas, a terra saturada de cadáveres dos cemitérios, a exibição dos ossários violavam permanentemente a dignidade dos mortos. Reprovava-se a Igreja, por ter feito tudo pela alma e nada pelo corpo, por se apropriar do dinheiro das missas e se desinteressar dos túmulos.”⁸⁵ Portanto, a necessidade de segregar os mortos partiu de duas questões que acabaram por conduzir, tanto na Europa como no Brasil, a separação entre a cidade dos vivos e o espaço dos mortos. Estes deveriam habitar, a partir de então, os cemitérios públicos.

Assim, diversas cidades do Brasil aderiram ao ideal da secularização dos cemitérios.⁸⁶ Não foi uma ação simples e nem pacífica, pelo contrário, em muitas localidades aconteceram confrontos sérios envolvendo a população local, o clero e as autoridades médicas e políticas. A Corte imperial procurava fazer o seu papel, ou seja, normatizar o assunto e, em muitos casos, transferir o problema para as províncias e as cidades.⁸⁷

Em 1801 uma Carta Régia proibiu os sepultamentos no interior das igrejas e orientava os governos provinciais a buscarem soluções juntamente com os bispos para a construção de cemitérios fora das cidades. Em 1º de outubro de 1828, o Império promulgou a lei que obrigava as Câmaras Municipais construírem cemitérios em locais apropriados, distantes da convivência social. Em Minas, uma das primeiras cidades a abrir o debate foi Mariana. Em 1829 “já figuravam nas atas da Câmara de Mariana as questões sobre o cemitério.”⁸⁸

As discussões iniciadas pela Câmara Municipal de Juiz de Fora sobre a construção de um cemitério público tiveram repercussão somente com a notícia da chegada da epidemia de cólera, em 1855, portanto, quase três décadas após a Lei Imperial de 1828. Na verdade, “desde 1853 vinham os habitantes da vila reclamando a construção de um cemitério, pois o

⁸⁵ ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente. Da Idade Média aos nossos dias*. (Trad. Priscila Viana de Siqueira). Rio de Janeiro: Ediouro, 2003, p. 74.

⁸⁶ Há diversos estudos — pesquisas nas linhas de mestrado e doutorado — no Brasil a respeito da secularização dos cemitérios. Cf. COELHO, M. C. G. *Entre a terra e o céu: viver e morrer no Sertão do Seridó - séculos XVIII e XIX*. Natal, 2000; MORAES, D. B. *Bem nascer, Bem viver, Bem morrer: Administração dos Sacramentos da Igreja em Pernambuco 1650 a 1790*. Recife, 2001. 111 p. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal de Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte; RODRIGUES, Cláudia. Op. cit.. Mas temos que destacar as pesquisas pioneiras de João José Reis (Livro: *A morte é uma festa*) em Salvador, onde ele estudou os rituais de morte e a secularização dos cemitérios católicos, o que ocasionou revoltas dos religiosos e da população (*A Cemiterada*).

⁸⁷ Cf. REIS, João José. Op. cit. O autor desenvolveu em seu livro um capítulo específico sobre a legislação imperial para a civilização dos costumes fúnebres e as repercussões das referidas leis nas Câmaras Municipais da Bahia.

⁸⁸ VIEIRA, Luiz Alberto Sales. *Entre a vida e a morte: interesses populares, representações cristãs da morte e medicina social em Minas no século XIX*. Monografia (Bacharel em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto: 2002, p. 9.

desenvolvimento da localidade não permitia que continuassem os enterramentos na Matriz e na suas proximidades.”⁸⁹ As providências para a questão foram rapidamente conduzidas, pois o período compreendido entre a captação de recursos financeiros (que foi organizado em subscrição pública em 1853)⁹⁰, o parecer da comissão de vereadores para a escolha do local (25 de outubro de 1855) e a comunicação ao vigário da matriz (17 de dezembro de 1855) de que os enterramentos deveriam ser transferidos para o novo cemitério, foi de dois anos. A sessão da câmara resolveu então:

Que se comunicasse ao vigário desta vila que faça cessar os enterramentos no cemitério atual, visto o estado de epidemia que se manifesta nas imediações desta mesma vila; e que o deverá fazer dora em diante naquele que esta Câmara mandou erigir, novamente, conquanto não esteja completamente concluído; e que, no caso de qualquer obstáculo de sua parte, a Câmara os removerá perante S. Excia. O Sr. Bispo.⁹¹

Porém, na prática, a elevação do referido cemitério não se concluiu, pois, somente na década seguinte foi aberta a concorrência pública para a obra junto à Estrada União e Indústria. Foi proposta ainda a construção de uma capela no seu interior. Assim ficou redigido no edital:

... propõe que quanto antes se mande roçar, destoçar, bem pelo fundo, e limpar todo o terreno, bem como consertar o respectivo portão [...] a mesma Comissão julgando muito apropriado o lugar ao fim a que é destinado propões que nele se faça uma Capelinha, com as condições seguintes: 35 palmos de comprimento, 20 de largura, 22 de altura [...] com mais madeiramento de peroba e tablado de cedro com iguais grossuras [...] paredes de tijolos, areia e cal, caiada, oleada...⁹²

O primeiro sepultamento no Cemitério Público se deu em 16 de dezembro de 1863. E parece, contudo, que ele ainda não estava totalmente concluído para receber os defuntos, pois, nas próprias palavras do Padre Tiago Mendes Ribeiro, o “*corpo foi sepultado no lugar destinado para o cemitério público.*”⁹³ (Grifo nosso). A sua inauguração se deu em 02 de novembro de 1864 (O 1º. Regulamento do Cemitério Público encontra-se no ANEXO 7). Os enterramentos no Cemitério da Matriz de Santo Antônio foram diminuindo a partir de então.

⁸⁹ OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora*. Op. cit., p. 32.

⁹⁰ Numa subscrição pública de 1853 assinaram, então, com tal objetivo: comendador Silva Pinto, 500\$000; visconde de Uberaba, comendador Paula Lima, comendador Halfeld, tenente-coronel José Ribeiro de Rezende, capitão Antônio Dias Tostes, comendador Joaquim de Paula, José Anastácio, Domiciano Alves, José A. Rodrigues, Leandro Barbosa, Maria Carlota de Lima e José Ribeiro de Miranda, 100\$000 cada um. Total arrecadado, 1:700\$000 (Um conto e setecentos mil réis). Cf. *Ibidem*.

⁹¹ *Ibidem*, p. 33.

⁹² AHPJF. Edital para construção do Cemitério Municipal de Juiz de Fora, publicado em 21 de novembro e 1863. Série 104.

⁹³ ACMJF. Livro de assento de óbitos da Matriz de Santo Antônio, Juiz de Fora, 1851-1871.

Ainda registram-se 19 corpos no ano de 1864. Porém, em 1865, definitivamente, não haveria mais a tradição de sepultar os mortos dentro da igreja ou no seu entorno. (Cf. ANEXO 1).

Mas, algumas pendências e conflitos lograram a secularização dos cemitérios em Juiz de Fora.⁹⁴ Não chegou a ter uma *Cemiterada*,⁹⁵ como em Salvador, porém, não seria tão fácil conquistar a simpatia do Padre Tiago Mendes Ribeiro — último remanescente do Catolicismo Tradicional na cidade — em relação aos enterramentos no Cemitério Público.⁹⁶ Há alguns documentos que demonstram a insatisfação do sacerdote em relação à emissão de atestados de óbitos por parte das autoridades não religiosas, guias para sepultamentos emitidas por médicos e delegados de polícia e enterros de acatólicos sem os devidos rituais de exéquias.

Em 1866, por exemplo, o vigário enviou uma carta a D. Antônio Ferreira Viçoso, Bispo de Mariana, exigindo que tomasse providências sobre os direitos que ele ainda tinha na condução do sagrado em espaço público. Reclamava contra as posturas da Câmara Municipal que procurava esvaziar os direitos do sacerdote em relação aos sepultamentos, pois a mesma Câmara estava consentindo enterrar os cadáveres sem a devida ciência do padre, sem o seu consentimento e sem os rituais de encomendação do corpo. Reclamava ainda sobre a emissão do atestado de óbitos sem o seu devido visto. Em virtude disso, o bispo enviou uma moção à Câmara Municipal para que não esquecesse de que, em relação ao Cemitério Público, a Igreja ainda exercia — de acordo com as leis mineiras de 1844 — certa jurisdição com os devidos direitos paroquiais.⁹⁷

O Poder Público de Juiz de Fora ouviu as reclamações do Padre Tiago até as vésperas de sua morte. Uma das últimas referia-se ao sepultamento de um indivíduo que foi encomendado por um ministro metodista. Assim ele se dirigiu à Câmara em 1889:

[...] Para quem não abjurou suas crenças religiosas e se preza de ser filho da Igreja Católica, êste fato é grave, revela um acinte feito aos católicos e vai de encontro às determinações da Igreja Católica nas exéquias de seus filhos, porquanto ministro algum de qualquer seita dissidente da Igreja Católica pode exercer seu ministério nos lugares consagrados por aquela Igreja. Se o finado, segundo consta-me, não

⁹⁴ Um estudo sobre os conflitos envolvendo o Vigário Tiago Mendes Ribeiro, o Poder Público e a sociedade civil na questão da jurisdição do Cemitério Público de Juiz de fora pode ser conferido em: COSTA, Fernanda Maria Matos da. Op. cit., pp. 27-33.

⁹⁵ **CEMITERADA:** Termo utilizado por João José Reis para designar as revoltas populares que aconteceram na época da secularização por que passaram os cemitérios no Brasil. Ele relata o caso da revolta da população de Salvador em 25 de outubro de 1836 que destruiu um cemitério, recém-construído, para abrigar os defuntos fora das igrejas. Cf. REIS, João José. Op. cit.

⁹⁶ PEREIRA, Mabel Salgado. Op. cit., p. 44.

⁹⁷ AHPJF. Correspondência do Padre Tiago Mendes Ribeiro ao Bispo de Mariana pedindo providências sobre o descumprimento das leis mineiras de 1844, a respeito dos cemitérios públicos na cidade de Juiz de Fora; Correspondência do Presidente da Província à Câmara Municipal solicitando providências a respeito do pedido do Padre Tiago; Correspondência do Bispo à Câmara Municipal de Juiz de Fora pedindo providências para que respeitasse os direitos paroquiais no Cemitério Público em relação aos enterros, à autorização de sepultamentos e à emissão de atestados de óbitos. 06/02/1866; Fundo Câmara Municipal no Império; Caixa 01; Série 20.

pertencia à seita metodista, quem autorizou ao ministro dessa seita a invadir o cemitério católico usurpou a jurisdição paroquial, encomendando o cadáver de um velho que não pertencia-lhe, profanando destarte um lugar destinado para o repouso dos que morrem no grêmio da Igreja Católica. [...].⁹⁸

O administrador do Cemitério Público também enviou uma comunicação ao Presidente da Câmara relatando o fato, mas, procurando justificar algumas atitudes das pessoas que freqüentavam o espaço dos mortos:

Ilmº. Exmº. Snr. Presidente da Camra Municipal.

Em vista da Portaria de 12 do corrente mez, informo a Camara, sobre a queixa do Rvmº. Snr. Vigario, que no Cemiterio Catholico não foi sepultado Mettodista algum.

Os artºs. 205 e 206 mandão que sejam sepultados, mediante attestado de óbito passado por medico em 1º. lugar, o que tem sido cumprido, sendo sepultados os Mettodistas no Cemiterio dos Pagões. Quanto a irem lá pessoas encommendar, não posso prohibir; apenas posso prohibir os que são relatados no §9 do art. 209.

Na occasião dos enterramentos, entram pessôas bem trajadas, os quaes não conheço se são Mettodistas e nem comprehendo se é encommendação o q. lá rezão, pois não vejo ajudante nem agua benta e creio que é dado a qualquer pessoa rezar dentro do Cemitério na occazião de enterro.

Sei agora, serem Mettodistas os que lá entraram, pelo offº. Do Snr. Vigario remetido a Câmara.

É o que tenho e posso informar a Câmara, a qual decidirá como for justo.

Juiz de Fora, 13 de janeiro de 1889.

O Administrador do Cemiterio.

Victorino Braga.⁹⁹

Como se vê, o administrador procurou abrandar o conflito utilizando como argumento que o cadáver foi enterrado no Cemitério dos Pagãos — o espaço não abençoado da cidade dos mortos. Por outro lado, ele não tinha como impedir a entrada das pessoas no local e, nem sequer, podia saber se os que lá rezavam seriam ou não encomendadores de alma, pois não viu ajudante do sacerdote — sacristão — nem a água benta sendo aspergida.

Em fins do século XIX, mesmo com a secularização dos cemitérios já concluída na cidade, ainda havia reclamações da Inspeção Municipal de Higiene que associavam os sepultamentos à insalubridade. Nada que se remeta ao passado dos debates em relação aos miasmas dentro das igrejas, mas, uma epidemia de febre de mão foi condicionada, em parte, à existência do Cemitério da Glória no Morro da Gratidão. O inspetor enviou um parecer à Câmara Municipal sugerindo o fechamento do mesmo e indicando o Cemitério Público para receber todos os enterramentos.

⁹⁸ AHPJF. Correspondência do Pe. Tiago Mendes Ribeiro à Câmara Municipal de Juiz de Fora; 08/01/1889; Fundo Câmara Municipal no Império; Caixa 22, Série 116/4.

⁹⁹ AHPJF. Correspondência do Administrador do Cemitério Público de Juiz de Fora ao Presidente da Câmara por ocasião da reclamação do Padre Tiago na questão do enterramento de um metodista no lado católico do cemitério; 13/01/1889; Fundo Câmara Municipal (Império); Caixa 22; Série 116/4.

Ilmº. Snr. Dr. Presidente da Camara.

[...]

Entre as causas provaveis da epidemia actual sobreleirão-se incontestavelmente tres para as quaes chamarei especialmente vossa esclarecida attenção:

[...]

3º. A existencia do Cemiterio do Gratidão collocado no mesmo morro e em posição mais ellevada ao que a das casas, de modo que todas as aguas, quer as superficiaes, quer, e principalmente, as do sub solo, tendem a caminhar do cemiterio para o ponto habitado, onde, como disse já, a população quasi toda se abastece de agua em poços mais ou menos profundos, todos sem revestimento algum das paredes mais do fundo.

[...]

Faz-se pois necessario que o Poder Executivo Municipal tome a iniciativa de medidas promptas das quaes indicarei como muitas urgentes as seguintes:

[...]

4º. Condenação e fechamento do Cemiterio do Gratidão, fazendo-se todos os enterramentos no Cemiterio Publico da cidade, até que a Camara resolve se deve ou não abri outro para substituir o actual, e, no caso afirmativo, mande escolher para isso por profissionaes habilitados logar conveniente.[...] Parece-nos igualmente urgente a condenação do Cemiterio. [...].

Saúde e fraternidade.

O Inspetor de Hygiene.¹⁰⁰

Fica evidente para nós que a secularização dos cemitérios em Juiz de Fora seguiu à tendência de outras cidades do Brasil. Foi levada adiante pelo Poder Público Municipal, porém, com alguns leves atritos, onde o sacerdote da Matriz de Santo Antônio não abria mão de sua jurisdição. Mas mesmo assim, o lugar dos mortos foi transferido para fora das igrejas, sem, no entanto, colocar fim às questões religiosas que envolviam a morte e o morrer.

2.4 – Bem morrer, mal morrer

*“Mirar de frente a la muerte como a un dado de la própria existencia; acomodar nuestra vida, sobre tudo nuestro comportamiento para com otras personas, al limitado espacio de tiempo de que disponemos.”*¹⁰¹ Assim Norbert Elias captou o sentido da morte: morrer é uma consequência da própria existência. Foi sempre assim e assim será para todo e sempre. Ao nascermos, já iniciamos o processo do morrer no viver. Lentamente o corpo vai se desfalecendo e, biologicamente, as células se envelhecendo até que, no fim, o corpo cessa. A morte não pede licença, ela chega, cumpre sua missão e se vai. “Nenhum outro evento vital é capaz de suscitar, nos seres humanos, mais pensamentos dirigidos pela emoção e reações

¹⁰⁰ AHPJF. Correspondência do Inspetor de Higiene de Juiz de Fora à Câmara Municipal, dando um parecer sobre a “Febre de Mão” no Morro da Gratidão; 12/07/1897; Fundo Câmara Municipal (República); Caixa 145; Série 143.

¹⁰¹ ELIAS, Norbert. La soledad de los moribundos. México: FCE, 1989, p. 7. Apud: LUCENA, Ricardo de F. Elias, *solidão e morte*. Disponível em: www.unicamp.br/feff/publicações. Acesso em 12/03/2008.

emocionais que ela, seja no indivíduo que está morrendo, seja naqueles à sua volta.”¹⁰² A morte é, ao mesmo tempo, desafiadora e ameaçadora. Desafiadora, pois tem-se que “enfrentá-la” em algum momento da vida. E ameaçadora, pois, o viver é uma constante busca de se escapar dela.

Quando se fala em morte, especialmente nesta pesquisa, é preciso buscar entender o seu significado a partir de alguns pressupostos religiosos e culturais. Entendemos que a morte não é somente um fato biológico, mas um processo elaborado nas diversas dimensões que circundam a vida das pessoas. Fazer o passamento não era tão simples. Não se almejava uma morte repentina ou por acidentes, porém, buscava-se o alicerce para uma “boa morte”. Desejava-se que ela chegasse na velhice, fosse preparada anteriormente e que contasse com o amparo de alguma irmandade e da Igreja. Um dos maiores medos, porém, era morrer na solidão, sem a presença dos familiares.

A morte fazia parte do cotidiano das pessoas, convivia-se com ela e não era possível esquecê-la. Os homens sentiam sua própria limitação diante das dificuldades da vida: a chuva, a seca, o fogo, os animais, as epidemias, as doenças. Diante desses desafios, entre todas as respostas, a explicação religiosa era a que ocupava posição de destaque.¹⁰³

A religião fornecia às pessoas — e ainda fornece — algumas respostas de consolo diante dos percalços enfrentados no viver e, principalmente, no morrer. A Igreja orientava os fiéis, pelo menos, sob três princípios doutrinários para se ter uma boa morte: a freqüência aos sacramentos (principalmente o Batismo, a Eucaristia e a Penitência); a devoção a Nossa Senhora e o culto aos santos, intermediários e defensores das almas para chegar ao paraíso. A boa morte significaria que o fim não chegaria de surpresa para o indivíduo. Ele deveria, antes de morrer, fazer o seu testamento, orientando o testamenteiro e os familiares sobre as devidas atitudes a ser tomadas com seu cadáver, sua alma e seus bens terrenos.¹⁰⁴ “Uma boa morte era sempre acompanhada por especialistas em bem morrer e solidários espectadores. Ela não podia ser vivida na solidão.”¹⁰⁵ O grupo familiar e os amigos deveriam estar em solidariedade com o moribundo para se fazer uma boa passagem para a eternidade.

No que se refere aos sacramentos recebidos pelo moribundo, os relatos dos sacerdotes nos assentos de óbitos não deixam dúvidas de sua preocupação. Ao mesmo tempo,

¹⁰² BRETAS, José Roberto da Silva; OLIVEIRA, José Rodrigo de; YAMAGUTI, Lie. Reflexões sobre a morte e o morrer. In: *Revista da Escola de Enfermagem da USP*. V.40 (4), São Paulo: 2006, p. 478.

¹⁰³ MIRANDA, Beatriz V. Dias; PEREIRA, Mabel Salgado. *Memórias eclesiais: documentos comentados*. Juiz de fora: EDUFJF, 2000, p. 45.

¹⁰⁴ REIS, João José. Op. cit., p. 92.

¹⁰⁵ COE, Agostinho Junior Holanda. *A morte e os mortos na sociedade ludovicense (1820-1855)*. Monografia. (Curso de História). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2005, p. 19.

podemos ver a necessidade, por parte do fiel, em recebê-los para se ter uma boa morte. O quadro a seguir traz os registros de alguns assentos de óbitos que demonstram a preocupação dos padres da Igreja.

QUADRO 3 – REGISTROS DE ASSENTOS DE ÓBITOS

ASSENTO DE ÓBITOS	FONTE
1. Aos quatorze de Outubro de mil oito centos e cincoenta e oito <i>faleceo de enfermidade tendo confessado e recebido o Viatico</i> Antonia casada de trinta annos de idade pouco mais ou menos. Foi sepultada no Adro desta Matriz aos quinze do mmº. Mez. E para constar fiz este assento. Vig. Tiago Mendes Ribeiro (Grifo nosso)	ACMJF. Livro de assento de óbitos da Matriz de Santo Antônio (Juiz de Fora), 1851-1871.
2. Aos quatro de Agosto de mil oito centos e sesenta e tres nesta Freguezia de Santo Antonio do Paraybuna <i>faleceo de enfermidade tendo recebido os Sacramentos a Baroneza de Bertioga</i> casada de setenta e trez annos de idade pouco mais ou menos. Foi sepultada na em huma catacumba na Capella do Snr. dos Passos aos cinco do mmº. Mez. E para constar fiz este assento. Vig. Tiago Mendes Ribeiro. (Grifo nosso)	ACMJF. Livro de assento de óbitos da Matriz de Santo Antônio (Juiz de Fora), 1851-1871.
3. Aos vinte e oito de outubro de mil oito centos e sesenta e quatro nesta Freguezia de Santo Antonio do Paraybuna <i>faleceo de enfermidade tendo recebido os Sacramentos da Penitencia e Extrema unção Justino pardo escravo</i> do menor Paulo Caetano de Araujo. Foi sepultado no Adro desta Matriz aos vinte e nove do mmº. Mez. E para constar fiz este assento. Vig. Tiago Mendes Ribeiro. (Grifo nosso)	ACMJF. Livro de assento de óbitos da Matriz de Santo Antônio (Juiz de Fora), 1851-1871.
4. Aos dezesseis de Dezembro de mil oito centos e sesenta e quatro nesta Freguezia de Santo Antonio do Paraybuna <i>faleceo de enfermidade tendo recebido os Sacramentos o Pe. Joaquim Furtado de Mendonça</i> de quarenta e cinco annos de idade. Foi sepultado no Cemiterio da Companhia União e Industria no dia dezoito do mmº. Mez. E para constar fiz este assento. Vig. Tiago Mendes Ribeiro. (Grifo nosso)	ACMJF. Livro de assento de óbitos da Matriz de Santo Antônio (Juiz de Fora), 1851-1871.
5. Aos dois de Maio de mil novecentos e trinta e quatro, nesta Matriz <i>encomendei Thereza Marcolungo Baldiotti, italiana</i> , viuva, com setenta e oito annos de idade, fallecida no dia anterior, nesta villa as vinte e meia horas. <i>Causa – mortis, insuficiencia renal conforme attestado firmado pelo medico Dr. Antonio José Couto</i> . E para constar fiz este assentamento que assigno. (Foi sacramentada). O vigario Pe. Francisco Tavares. (Grifo nosso)	ACMAJF. Livro de assento de óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição (Matias Barbosa), 1933-1935.
6. Aos 4 de outubro de 1920, foi sepultado no Cemiterio parochial o cadaver de Jose Joaquim [?] <i>vulgo José Criolo, fallecido no dia anterior com 70 annos de idade, sendo a causa mortis hydropsia. (Confessou-se e Commungou alguns dias antes por ocasião da missa e bênção da Cruz, nos Garcia). Foi encomendado de accordo com o ritual romano</i> . Vig. Eduardo Francisco do Patrocínio. (Grifo nosso)	ACMAJF. Livro de assento de óbitos da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário (Rosário de Minas), 1904-1939.
7. Aos vinte e tres de Novembro de mil oito centos e sessenta e quatro, falleceu Cecilio, idade um ano <i>anginho</i> filho legitimo de Lucindo Pereira Lopes e Severina Mª. dos Anjos. <i>Sua alma foi encomendada solennemente</i> . O vig. França. (Grifo nosso)	ACMAJF. Livro de assento de óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição (Rio Novo), 1862 - 1895.
8. Aos vinte e sete de fevereiro de 1901 nesta Capella de São Vicente de Cel. Pacheco <i>na forma do Ritual Romano foi por mim encomendado com rito simples</i> o cadaver de Pedro, empregado da Fazenda Sta. Cecilia, casado, fallecido no dia 21 do mez corrente na idade de 70 e tantos annos. <i>Recebeu todos os sacramentos</i> . Pe. Rodolfo Kugelmeier. (Grifo nosso)	ACMJF. Livro de assento de óbitos do Distrito de Água Limpa, da Capella de São Vicente, pertencente a Freguezia de Santo Antonio de Juiz de Fora (Cel Pacheco), 1900 – 1916.
9. Aos quinze dias do mez de Novembro de mil novecentos e tres nesta igreja matriz de Santo Antonio <i>na forma do Ritual Romano foi por mim encomendado com rito solenne</i> o cadaver de Olimpia, casada, tendo a idade de 43 annos, fallecida hontem <i>tendo recebido todos os santos Sacramentos</i> . Juiz de Fora, 15 de novembro de 1903. Pelo Vigario, Pe. Rodolfo (Grifo nosso)	ACMJF. Livro de assento de óbitos da Matriz de Santo Antônio (Juiz de Fora), 1900-1924.

Algumas questões merecem ser levantadas a partir do quadro. Os exemplos acima demonstram como eram feitos os registros quando as pessoas recebiam os sacramentos (Penitência, Extrema-unção, Viático), uma das condições para se ter uma boa morte. Porém, não são todos os registros que trazem essas informações. Se conferirmos o QUADRO SÍNTESE “A” DO ANEXO 1, veremos que somente cerca de 37% dos mortos são registrados com a recepção dos sacramentos, apesar de não existirem menções para cerca de 46% dos registros. Mas isso não nos impede de demonstrar que uma boa parcela das pessoas era atendida pelos sacerdotes. Há outros assentos onde o próprio vigário descreve que o doente ou os familiares não o chamou para providenciar o bem morrer. Noutros casos, a própria ausência do sacerdote — devido a fatores diversos —, impedia-o de atender os moribundos antes da partida da alma. Outra questão que nos chama a atenção é o registro de nº. 3, um escravo que morreu de enfermidade e que foi atendido prontamente pelo padre. Essa causa-mortis aparece em quase todos os assentos de óbitos de escravos da Matriz de Santo Antônio.¹⁰⁶ De uma maneira geral, havia a preocupação por parte dos proprietários de convocar o representante da Igreja para o atendimento religioso aos escravos. Destaca-se, ainda, o registro de nº. 6 pela preocupação do sacerdote em escrever o apelido daquele que se foi — Vulgo José Criolo —, e observamos a preocupação dos padres em redigir que a encomendação do cadáver estava de “acordo com o ritual romano”. Essa informação específica sobre as exéquias passou a ser enfatizada após a Reforma Católica porque passou a Igreja de Juiz de Fora a partir de fins do século XIX.¹⁰⁷

Como se vê, os registros variam de acordo com os sacerdotes. Porém, o bispo ordenava que sempre registrassem por completo para não caírem na simplicidade, pois, futuramente, caso necessitasse de algum levantamento estatístico do movimento religioso da paróquia, os dados seriam mais precisos. Foi assim que, em 1895, em uma visita pastoral em Santa Bárbara do Monte Verde, D. Silvério Gomes Pimenta advertiu o sacerdote, orientando-o para que desse ênfase no registro dos sacramentos:

Visto em visita. Recomendo ao [?] vigário, cujo zelo muito louvo, que nos assentos dos obitos accrecente se o fallecido adulto recebeo os sacramentos todos, ou quaes; e quando não haja recebido, se declare a causa. S. Barbara do Monte Verde, 19 de novembro de 1895 + Silverio Bispo de Mariana, Auxiliar do Sr. Bispo diocesano.¹⁰⁸

¹⁰⁶ Cf. COSTA, Fernanda Maria Matos da. Op. cit., p. 51.

¹⁰⁷ Cf. PEREIRA, Mabel Salgado. Op. cit.

¹⁰⁸ ACMAJF. Livro de assento de óbitos da Paróquia de Santa Bárbara, Santa Bárbara do Monte Verde, 1891-1915.

É preciso afirmar ainda que, os registros de batismos, casamentos e óbitos feitos pela Igreja tinham valor jurídico no campo civil, como podemos observar na passagem abaixo:

Ao longo do período colonial e de todo Império, até por conta do padroado e do sistema de união entre Igreja e Estado, os registros religiosos de batismo, casamento e óbito faziam prova, perante a autoridade civil, daqueles três momentos da vida do indivíduo. Os atos praticados perante os representantes da Igreja possuíam, assim, efeitos jurídicos na área civil, sendo o único meio de prova viável nas diferentes circunstâncias civis e jurídicas [...]. Desde o período colonial, portanto, que havia uma simbiose entre o sistema político-administrativo e o religioso, na qual o modelo de organização eclesiástica predominava sobre o modelo de organização administrativa.¹⁰⁹

O mal morrer¹¹⁰ também se fazia presente entre a população de Juiz de Fora. Suicídios, mortes repentinas, acidentes e homicídios estão registrados em jornais, obras de memórias e em documentos da Igreja. Morrer nessas circunstâncias não era o desejo de nenhum indivíduo, porém, elas marcaram o viver de muita gente da cidade.

Assim foi que aconteceu em Juiz de Fora um terrível acidente de trem na Estrada de Ferro Central do Brasil em 6 de novembro de 1895, onde faleceu o Bispo D. Luis Lasagna, da Itália, e outros religiosos. *Terrível catástrofe* foi a denominação que a população da cidade deu ao fato. O acidente chocou todas as pessoas e, certamente, esteve na lembrança de muitas delas por anos e anos. Um periódico de circulação naquela época relatou assim o acontecimento:

HORRIVEL CATASTROPHE
MORTES E FERIMENTOS

Hontem, cerca de 4 horas da tarde, foi a população desta cidade dolorosamente surpreendida pela noticia rapidamente espalhada de uma grande catastrophe que se deu na estrada de ferro Central, entre as estações de Mariano Procopio e desta cidade, estações estas que guardam entre si mui pequena distancia.

Com 3 horas de atraso seguia hontem para Mariano Procopio o expresso do Rio, quando na curva da linha, junto aquela estação encontrou-se com o M 14 que dalli sahia; nesse encontro o carro do correio do trem S. 1, cavalgando um “Wagon” especial em que iam o exmo. Sr. Bispo de Tripoli, 12 irmãs de caridade, 10 padres salesianos e algumas mulheres de nacionalidade italiana, que supõem-se serem criadas, esmagou-o completamente, resultando do terrivel desastre muitas mortes cujo numero não podemos precisar por enquanto, visto como, até a hora em que

¹⁰⁹ RODRIGUES, Cláudia. Op. cit, p. 234. A autora faz um estudo minucioso sobre a retirada do registro eclesiástico e sua entrega à burocracia civil (Cf. cap. 4, item 4.3). Ela procura demonstrar a insatisfação da Igreja com a perda de sua jurisdição sobre os assentos de batismo, casamento e óbito. Esse debate teve início na década de 1870 quando o Império brasileiro mandou proceder ao recenseamento da população.

¹¹⁰ **MAL MORRER:** Utilizaremos essa expressão para definir algum tipo de morte que não se enquadra naquelas circunstâncias da boa morte, isto é: morrer repentinamente (de surpresa); morrer afogado, acidentado, suicídio, homicídio, epidemias e pestes. São as mortes em que o sacerdote não tem tempo de ministrar os últimos sacramentos e, geralmente, morre-se na solidão, sem a presença dos familiares e amigos. Nesses tipos de mortes a pessoa também não tem tempo de redigir o seu testamento, que é uma das principais características de procedência do bem morrer. Cf. REIS, João José. Op. cit.; ARIÈS, Philippe. Op. cit.; RODRIGUES, Cláudia. Op. cit.

damos esta tristissima noticia, ainda se procede ao serviço de desentulho dos destroços dos carros estragados.

Até agora foram verificados as seguintes mortes:

D. Luis de Lasagna, Bispo de Trípoli.

Padre Belarmino Villamit, secretario do Sr. Bispo de Trípoli.

A superiora geral das irmãs salesianas.

3 irmãs e 4 padres.

1 fogueira, que ficou esmagado entre as machinas.

O maquinista do S 1 ficou gravemente ferido.

Feridas, gravemente, 5 irmãs e levemente 2.

Salvaram-se milagrosamente 3 padres que conseguiram saltar.¹¹¹

Mais adiante a matéria do jornal atentava para os horrores que a população de Juiz de Fora fora submetida. Ressalta ainda a participação de diversas autoridades do município no socorro às vítimas, dando especial atenção ao trabalho do provedor da Santa Casa de Misericórdia.

Foi um espetaculo horrivel, cuja descrição, por mais viva, ficaria muito aquem da tristissima e commovedora realidade.

[...]

O espirito da população está dolorosamente impressionado, abstendo-se de qualquer commentario em relação ao desleixo da nossa estrada de ferro, para o qual não encontra qualificativo bastante adequado.

[...]

Logo que chegou a triste noticia ao conhecimento do capitão Antonio Pinto, digno Provedor da Santa Casa de Misericordia, partiu elle em um carro, e, chegando ao lugar, fez todos os offerecimentos, pondo a disposição os recursos da mesma Santa Casa, onde ordenou que fossem aparelhados os leitos e mais commodidades.

[...].¹¹²

Na cidade, o comentário era um só: o acidente que vitimou os religiosos. As atitudes das pessoas se manifestavam sobre três aspectos: curiosidade, tristeza e solidariedade. A frequência ao local do acidente era enorme e a comoção pelas mortes também. A solidariedade vinha de muitos que moravam próximos da linha férrea e, posteriormente, a manifestação no velório e no enterro, como veremos adiante.

HORRIVEL CATASTROPHE MORTES E FERIMENTOS NA CIDADE

Durante a noite de ante hontem e grande parte do dia de hontem, era enorme a afluencia de familias e pessoas de todas as classes ao local do desastre, notando-se em todos a profunda tristeza que o lugubre fato causou.

Logo que circulou a noticia, os sinos da matriz e das demais egrejas dobraram a finados até á hora em que baixaram á campa o illustre prelado D. Luis de Lasagna, Bispo de Tripoli e os seus piedosos comandados da santa cruzada da caridade que vinham para o nosso Estado em serviço do seu santo apostolado.¹¹³

¹¹¹ AHUFJF. Pharol. 07/11/1895; Ano XXIX; N°. 242.

¹¹² AHUFJF. Pharol. 07/11/1895; Ano XXIX; N°. 242.

¹¹³ AHUFJF. Pharol. 08/11/1895; Ano XXIX; N°. 243.

O jornal trouxe durante meses notícias sobre o referido acidente. Isso demonstra, certamente, como a sociedade juizforana, de alguma maneira, envolveu-se com o fato.

Diversos acidentes aconteceram na ferrovia nos anos seguintes. O historiador Paulino de Oliveira narrou em seu livro uma outra tragédia:

Em 1918, ocorria grave desastre com o noturno da Estrada de Ferro Central do Brasil, no quilômetro 175, em virtude da queda de uma ponte sobre o rio Paraíba. Ficaram feridas várias pessoas da cidade, que nele viajavam, procedentes do Rio de Janeiro, enquanto outras, entre as quais o cirurgião-dentista Lindolfo Barbosa, pereceram tragadas pelas águas.¹¹⁴

Naquele mesmo ano, ocorreu em Juiz de Fora — e em várias outras cidades do Brasil — uma grave epidemia de gripe espanhola que vitimou milhares de vidas, sem que nenhuma atitude pudesse ser tomada para o bem morrer. O inspetor de fiscalização relatou à imprensa a seguinte notícia:

O sr. Teodomiro Gumercindo de Campos, inspetor da Fiscalização, fornecia à imprensa, em nome da administração municipal, os seguintes dados sobre os óbitos ocorridos na cidade no período de 23 de outubro a 3 de dezembro, em que perdurou a “gripe espanhola”: sepultados no Cemitério da Rua Osório de Almeida, 499; no da Glória, 57; total, 556. A comunicação, que nada informou sobre os sepultamentos efetuados nos cemitérios da Gramma, Colônia de São Pedro, Barreira do Triunfo e dos distritos rurais, esclareceu que, do total citado, 423 pessoas foram vitimadas pela referida moléstia.¹¹⁵

Como podemos notar, 76% dos cadáveres sepultados naquele período tiveram como causa de morte a arrebatadora moléstia. Pode até ser que alguns foram socorridos com os sacramentos da Igreja, mas devido à grande possibilidade de contaminação, é bem provável que os sacerdotes até se recusassem ministrá-los, como alguns fizeram no passado, fato já foi relatado nessa pesquisa.

O vigário da Matriz de Santo Antônio de Juiz de Fora registrou algumas mortes, nos assentos de óbitos, provenientes de acidentes, afogamentos, suicídios, homicídios e morte repentina. Os exemplos abaixo demonstram que nenhum dos indivíduos mortos por tais motivos teve tempo para receber os devidos sacramentos da Igreja. A morte indesejada fazia suas vítimas entre escravos, imigrantes e outros indivíduos da sociedade juizforana.

¹¹⁴ OLIVEIRA, Paulino de. *Efemérides juizforanas (1698 – 1965)*. Juiz de Fora: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Juiz de Fora, 1975, p. 235.

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 234.

1. No primeiro de Dezembro de mil oito centos e setenta e um, nesta Freguezia de Santo Antonio de Juiz de Fora, falleceo em *consequencia de um desmoronamento de terra na estrada de ferro*, João, pardo de dezesseis annos de idade, escravo do Te. Cel. Joaquim Ignacio de Carvalho. Foi sepultado no Cemiterio Publico. E para constar fiz este assento. Vig. Tiago Mendes Ribeiro. (Grifo nosso)

FONTE: ACMJF. Livro de assento de óbitos da Matriz de Santo Antonio, Juiz de Fora. 1851-1871.

2. Aos vinte e nove de outubro de mil oito centos e setenta e um, nesta Freguezia de Santo Antonio de Juiz de Fora, falleceo *victima de uma facada* Jose Patricio Alvares, portuguez, solteiro. Foi sepultado no Cemiterio de Matias Barbosa. E para constar fiz este assento. Vig. Tiago Mendes Ribeiro. (Grifo nosso)

FONTE: ACMJF. Livro de assento de óbitos da Matriz de Santo Antonio, Juiz de Fora. 1851-1871.

3. Aos dez de Agosto de mil oito centos e sessenta e sete, nesta Freguezia de Santo Antonio de Juiz de Fora, falleceo em *consequencia de uma cutilada, q. recebo na cabeça*, Jose Mario, Praça do Corpo Policial, solteiro. Não recebo os Sacramentos. Foi sepultado no cemiterio desta cidade aos onze do mmº. mez. E para constar fiz este assento. Vig. Tiago Mendes Ribeiro. (Grifo nosso)

FONTE: ACMJF. Livro de assento de óbitos da Matriz de Santo Antonio, Juiz de Fora. 1851-1871.

4. Aos vinte e quatro de Novembro de mil oito centos e cincoenta e oito, *falleceo repentinamente* Alexandre Adão, Francez de nação, casado, foi sepultado no Cemiterio da Companhia União e Industria aos vinte e cinco do mmº. mez. E para constar fiz este assento. Vig. Tiago Mendes Ribeiro. (Grifo nosso)

FONTE: ACMJF. Livro de assento de óbitos da Matriz de Santo Antonio, Juiz de Fora. 1851-1871.

5. No primeiro de Novembro de mil oito centos e sessenta e nove *suicidou-se* Antonio Garcia de Mattos, de cincoenta e cinco annos de idade mais ou menos, casado, morador nesta Freguezia. Foi sepultado no Cemiterio Publico. E para constar fiz este assento. Vig. Tiago Mendes Ribeiro. (Grifo nosso).

FONTE: ACMJF. Livro de assento de óbitos da Matriz de Santo Antonio, Juiz de Fora. 1851-1871.

6. Aos onze de Dezembro de mil oito centos e setenta nesta Freguezia de Santo Antonio de Juiz de Fora *falleceo afogado* Francisco de dezesseis annos de idade, filho legitimo de Francisco de Paula. Foi sepultado no Cemitério Publico. E para constar fiz este assento. Vig. Tiago Mendes Ribeiro. (Grifo nosso).

FONTE: ACMJF. Livro de assento de óbitos da Matriz de Santo Antonio, Juiz de Fora. 1851-1871.

Os exemplos acima possibilitam o entendimento de que o mal morrer tornou-se uma condição tanto da população escrava como dos livres. Os acidentes aconteciam em maior proporção entre os escravos, pois, o trabalho pesado e constante fazia com que os negros entrassem em fadiga. Qualquer descuido, uma vida poderia ser ceifada. “Em termos proporcionais, a mortalidade de cativos era maior do que a de livres. Estar escravo significava viver em piores condições de alimentação, saúde e trabalho.”¹¹⁶ Em Juiz de Fora, cerca de 33% das mortes registradas nos livros de óbitos da Matriz de Santo Antônio eram de escravos. Como uma boa parte trabalhava na zona rural, em sítios e fazendas, é bem provável que muitos registros não eram feitos pelos fazendeiros junto à Igreja que, “na realidade não tinha

¹¹⁶ FARIA, Sheila de Castro. Família e morte entre escravos. In: *Anais eletrônicos do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*. 2007, p. 9.

condições de fiscalizar todos que morriam em áreas rurais e distantes do olhar eclesiástico.”¹¹⁷ Também, devido à existência de cemitérios particulares nas propriedades rurais, vários escravos eram ali enterrados sem que o clero soubesse.

Ainda sobre o mal morrer, a morte mais temida era por afogamento. O problema de não morrer em terra firme fundamentava-se na impossibilidade de encontrar o corpo e não poder providenciar os rituais necessários, bem como o enterro em local sagrado. “Morrer sem enterro significava virar alma penada.”¹¹⁸ Há variados relatos e contos de almas penadas e fantasmas que rondam as noites das cidades do Brasil. Reza-se para que elas não afugentem as pessoas e possam encontrar o caminho do descanso eterno.¹¹⁹

Casos de suicídios, assassinatos e desastres comoviam a população da cidade. O memorialista Wilson de Lima Bastos expressou a desolação das pessoas diante de dois acontecimentos em julho de 1930.

Logo no dia 03 de junho de 1930 ocorreu um desastre seríssimo na estrada de rodagem de Bicas, que enlutou a cidade com o falecimento do ilustre e jovem médico Dr. Joaquim Resende de Ribeiro de Oliveira. Estava muito mal um nosso primo, fazendeiro, residente naquela cidade, sem condições de poder vir para Juiz de Fora. O caso era de cirurgia e para lá seguiram os médicos Dr. João Ribeiro Villaça, seu primo Dr. Joaquim Resende Ribeiro de Oliveira e o Dr. Moacyr Teixeira Reis, em automóvel guiado pelo primeiro. Chovia muito e a estrada cheia de voltas, como meandros de rio, exigia um cuidado especial. De repente, o carro derrapa e, ao capotar, dá-se a tragédia. Enfrentaram o perigo para salvar a vida de um que estava à morte e ocorreu o sacrifício de um jovem médico, cheio de vida e de promessas de um brilhante futuro. Dias e dias se seguiam sob a impressão dolorosa do infausto acontecimento. [...]

O mês de julho estava azarado com acidentes e mortes que abalaram a cidade. Cinco dias depois do desastre referido, Mr. John Genelly, dos Estados Unidos da América do Norte, que residia no Hotel São João estabelecido à Rua Marechal Deodoro, fazia trágica opção pelo suicídio, disparando um tiro num dos ouvidos. Como havia deixado uma carta endereçada à Polícia, não houve suspeitas de assassinato com envolvimento de outras pessoas, o que facilitou o sepultamento.¹²⁰

Sobre desastre de automóveis, os acidentes já vinham ocorrendo desde a década de 1910. É um tipo de morte do século XX, talvez possamos falar em “morte da modernidade”, pois com a invenção do veículo motorizado, o trânsito nas cidades ficou mais perigoso. Em 14 de novembro de 1912, “ocorria o primeiro desastre de automóvel na cidade, em consequência do qual saiu gravemente ferido o motorista Júlio Franco, falecendo o seu ajudante, Horácio Antunes.”¹²¹

¹¹⁷ Ibidem.

¹¹⁸ REIS, João José. Op. cit., p. 171. Conferir também os estudos sobre fantasmas e almas penadas na Idade Média Ocidental. In: SCHMITT, Jean-Claude. Op. cit.

¹¹⁹ REIS, João José. Op. cit. p. 171.

¹²⁰ BASTOS, Wilson de Lima. *Ao troar dos canhões*. Op. cit., pp. 47-49.

¹²¹ OLIVEIRA, Paulino de. *Efemérides juizforanas*. Op. cit., p. 225.

Queremos aproveitar esse espaço — em que estamos falando de mal morrer — para relatar alguns outros medos que aterrorizavam a população de Juiz de Fora no período estudado. Além, é claro do medo das pestes e da morte, ainda permanecia no seio da sociedade o medo do fim do mundo e o medo da fúria da natureza, principalmente as enchentes que podiam dividir famílias e ceifar vidas. Aproveitaremos para procurar entender de que forma as pessoas buscavam vencer esses temores e como a Igreja atuava junto aos fiéis nesse sentido.

Na sua brilhante obra “História do Medo no Ocidente”, Jean Delumeau nos apresenta uma relação de temores que assombravam a população da sociedade medieval e moderna. Nesse estudo, o autor procurou revelar os pesadelos mais íntimos da civilização ocidental, quais sejam o mar, os mortos, as trevas, a peste, a fome, a bruxaria, o apocalipse, o demônio e seus agentes (o judeu, a mulher, o muçulmano). Assim sendo, o medo é um componente maior da experiência humana. “Não há homem acima do medo e que possa gabar-se a ele escapar.”¹²² O medo nasceu com o homem e morrerá com o último homem da terra. Não é por acaso que o homem usa amuletos, enquanto os animais não.¹²³ Porém, “o medo é ambíguo. Inerente à nossa natureza, é uma defesa essencial, uma garantia contra os perigos, um reflexo indispensável que permite ao organismo escapar provisoriamente à morte.”¹²⁴ Uma fuga, uma experiência, por vezes, horrível ou um passo a caminho da sobrevivência, o medo faz parte de todas as sociedades em todas as épocas. A diferença está nos tipos de temores que, no decorrer dos anos, tendem a mudar.

Os medos ligados aos fenômenos naturais e aos corpos celestes sempre acompanharam as civilizações. Há inúmeros relatos sobre eles. No início do século XX, mais precisamente, no ano de 1910, o Cometa Halley riscava o céu de Juiz de Fora. Parece que foi realmente um esplendor. Porém, nem todos assim achavam. Paulino de Oliveira relatou o seu sentimento com o acontecimento associando a uma visão escatológica.

A primeira vez em que ouvi falar em fim do mundo foi em 1910, quando apareceu o cometa Halley. Dizia-se: “O rabo dele vai crescendo, até encontrar-se com a Terra. Então, tudo estará arrasado e virá o fim do mundo.”

Levantava-me todos os dias de madrugada, para ver o cometa, e, vendo-lhe a cauda vez maior, chorava de medo. Depois desapareceu e ouvi que Mark Twain, nascido no dia em ele apareceu, setenta e tantos anos antes, havia morrido com a sua volta naquele ano. Não sabia quem era Mark Twain, mas gostei da história, porque me engabelaram dizendo que eu morreria mais velho do que meu bisavô paterno, que viveu cento e vinte anos. Não chorei mais.

¹²²Frase citada por um militar anônimo francês: *La peur et la panique dans l’histoire*, em *Mémoires et communications de la commission française d’histoire militaire*, I, junho de 1970, p. 98. Apud: DELUMEAU, Jean. Op. cit., pp. 18-19.

¹²³ Oraison, M. *Peur et religion*, *Problèmes*, abril-maio de 1961, p. 36. In. *Ibidem*.

¹²⁴ *Ibidem*.

Voltei a tomar conhecimento do fim do mundo quando, já crescido, li o Evangelho de São Mateus. Diz que haverá guerras e rumores, nação se levantará contra nação, reino contra reino e haverá fome e pestilências por toda parte. Tudo isso já vi, muita coisa mais, e o mundo não acabou.

Agora, mais uma vez, ouço falar do fim do mundo. Um folheto que li há dias, intitulado “Sinal dos Tempos”, diz que ele está próximo. Repete São Mateus, cita São Paulo (Rom. 2-24/32) e ensina o que devem fazer os que desejam salvar-se do inferno, onde haverá pranto e ranger de dentes.

Venho fazendo desde há muito o que o folheto ensina, mas vou esperar a volta do cometa. Quero imitar meu bisavô que, como dizia o major Cícero Barbosa, montava cavalo em pêlo aos cento e dez anos e saía a galope.¹²⁵

Tornou-se muito comum as pessoas associarem a passagem de um cometa ao fim dos tempos e à morte. A possibilidade do fim do mundo provocava um enorme pavor entre a população, não simplesmente devido ao fim da jornada humana, mas a associação que se faz com o sofrimento eterno nas chamas do inferno.

As notícias se espalharam pelos jornais de Juiz de Fora e do Brasil. Misturavam o medo ao espetáculo do brilho e da grandiosidade, uma vez que o cometa apresentava uma cauda magnífica.

Espalhou-se a crença que os gases da cauda eram venenosos ou inflamáveis, o que acabaria com a vida na Terra. Na época gerou-se grande pânico, algumas pessoas compraram máscaras antigas, garrafas de oxigênio, comprimidos milagrosos que protegiam do cometa e verificaram-se alguns suicídios. Nalguns países, muitos crentes acreditavam que era a vinda de Cristo. Na Guarda, o Bispo D. Manuel Vieira de Matos viu-se obrigado, em 4 de Maio de 1910, a enviar uma circular a todos os párocos para sossegarem os fiéis, salientado que o cometa era inofensivo. Algumas notícias dão-nos uma noção do impacto na época. O jornal A Guarda de 3 de Abril de 1910 noticia que [...] apesar do frio que tem feito, alguns [...] não tem podido resistir a saltar fóra da cama, às 4 horas da manhã [...] e eu então a medo deitei um olho de fora e vi-lhe o rabo [do cometa], mas enterrei-me logo outra vez na cama não me tocasse às vezes a cauda [...].¹²⁶

A idéia da passagem do cometa ao fim do mundo foi marcante, porém, a Igreja procurava orientar os fiéis — na pessoa do Bispo D. Manoel Vieira de Matos — para que ficassem tranqüilos diante da passagem do astro, pois ele era inofensivo.

Noutros relatos da época percebemos o encanto fabuloso de poetas que procuravam homenagear a chegada do cometa. Foi assim, distante do medo coletivo da época, que Murilo Mendes expressou seus sentimentos diante do fato:

PASSAGEM DO COMETA HALLEY
O cometa Halley vai passar
Toda a cidade acorda pra ver o cometa
Ele é enorme e fabuloso
Destrói idades e pensamentos de homem.

¹²⁵ OLIVEIRA, Paulino de. *Crônicas*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2001, [s.p].

¹²⁶ A GUARDA. *Semanário Católico Regionalista*. Edição 29/11/2007. Seção Memórias. São Paulo.

[...]
 O cometa me traz o anúncio de outros mundos
 e de noite eu não durmo
 atrapalhado com o mistério das coisas
 visíveis,
 No rabo imenso do cometa
 passa a luz, passa a poesia,
 todo mundo
 passa!¹²⁷

O autor demonstra sua poética de maneira leve e surpreendente, pois o temor diante de uma possível catástrofe — que realmente não aconteceria — não ficou sequer em sua memória — esse poema ele escreveu em 1929 aos 28 anos de idade. Parece que o único temor, se é que se pode dizer assim, era com o tempo que passava rapidamente seguindo o rabo do cometa.

O pânico coletivo que surgiu com o cometa não foi o único. Desde fins do século XIX e início do século XX temos notícias de enchentes catastróficas que atingiam a cidade em épocas de chuvas. O rio Paraibuna transbordava e alagava uma grande parte do município, deixando a população, quase sempre sem rumo, pois com a água podia vir também doenças e mortes (CF. ANEXO 20; FOTO Nº. 15). Além, é claro, da própria fúria das águas que alagavam as casas, levando a população a abandoná-las. Perdiam-se móveis, documentos e vidas. O espaço alagado não mais propiciava a convivência social, mas ele provocava o pânico diante da possibilidade das doenças e da má morte. Muitas vezes, porém, prevalecia a solidariedade entre os indivíduos. Contudo, ao saírem de suas casas, tinham que habitar outros espaços coletivos ou até mesmo as ruas da cidade.

Fora da casa o comportamento das pessoas tende a mudanças e adaptações nem sempre compreendidas no ciclo de suas vidas. Noutros ambientes — na rua, em alojamentos, em salões de escolas, etc. —, certas atitudes podem expressar modos inconvenientes, pois não há a privacidade que existe na casa. “Sabemos e aprendemos muito cedo que certas coisas só podem ser feitas em casa e, mesmo assim, dentro de alguns dos seus espaços. Devo comer na sala de jantar, posso comer na varanda no caso de uma festa, mas não posso mudar de roupa na sala de visitas.”¹²⁸ O ritual da família passa a ser o ritual das famílias em conjunto e sem a devida cumplicidade do recinto fechado. Nesse aspecto acontece uma ligação dramática da casa com a rua ou com o espaço coletivo. As pessoas se colocam “ ‘no olho da rua’ e, do mesmo modo, podem-se dizer ‘estamos (ou ficamos) na rua da amargura’ para designar a

¹²⁷ MENDES, Murilo. Arte e espiritualidade: O Discurso religioso na obra de Murilo Mendes. In: *Revista Magis — Caderno de fé e cultura* —. Rio de Janeiro: Nº 4, 1995, pp. 5-6.

¹²⁸ MATTA, Roberto da. Op. cit., p. 50.

solidão ou a ausência de solidariedade de um dado grupo social.”¹²⁹ Além do mais, “a rua é o local de individualização, de luta e de malandragem. Zona onde cada um deve zelar por si, enquanto Deus olha por todos, conforme diz o ditado tantas vezes citado em situações onde não se pode mais dar sentido por meio de uma ideologia da casa e da família [...]”¹³⁰ As pessoas que em suas casas viviam na tranquilidade familiar agora se dispersam pelos lugares tenebrosos.

Em todo caso, se a casa distingue esse espaço de calma, repouso, recuperação e hospitalidade, enfim, de tudo aquilo que define a nossa idéia de “amor”, “carinho” e “calor humano”, a rua é um espaço definido precisamente ao inverso. Terra que pertence ao “governo” ou ao “povo” e que está sempre repleta de fluidez e movimento. A rua é um local perigoso. Aliás sempre foi assim, e as descrições deste espaço como zona livre são copiosas.¹³¹

Assim sendo, todo espaço alagado pelo rio, com suas águas barrentas e insalubres, deveria ser deixado para trás. Em 1906 e 1940 o Paraibuna provocou uma grande desorganização do espaço vivido, principalmente, na região que hoje conhecemos por centro urbano. Os indivíduos ficaram de frente com as doenças e com a possibilidade da morte.

Mais uma vez, o Paraibuna transbordou em 1940, ocasionando desta feita, justamente na véspera do Natal, a maior calamidade de que há notícia nos anais da cidade, além de prejuízos calculados em algumas dezenas de contos de réis. Muito sofreram o comércio e a indústria localizados na parte baixa da urbe, tendo desabado total ou parcialmente 150 casas, entre elas vários casebres e cafúas, nos quais residiam 250 famílias [...], tendo sido superior a 2.000 o número de pessoas, entre homens, mulheres e crianças, que durante muito tempo foram abrigadas em prédios da União, do Estado e do Município ou em colégios, associações de beneficência, etc.

[...]

Na manhã de 25 de dezembro, depois de ficarem estacionadas por várias horas, as águas, que haviam atingido, pela rua Halfeld, a frente do Teatro Central, começaram a baixar. Mas os efeitos da inundação, com as ruas enlameadas, formando-se em vários pontos atoleiros de imundícies a propagar miasmas, ameaçavam ainda a saúde da população, que por muitos dias suportou o cheiro nauseabundo ocasionado pelo monturo.¹³²

O autor não fala em óbitos, mas, outra vez, abriram-se debates sobre as doenças que o rio trazia em épocas de chuvas. A solução para sanar o problema foi a retificação do rio e a sua dragagem. Uma obra que acabou colocando fim aos alagamentos e aos transtornos de outrora. O espaço urbano, enfim, pôde se organizar, e o medo que envolvia a população não mais se manifestou.

¹²⁹ Ibidem, p. 53.

¹³⁰ Ibidem, p. 55.

¹³¹ Ibidem, p. 57.

¹³² OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora*. Op. cit., pp. 287 – 289.

Diante do que foi exposto, não restam dúvidas de que a população precisava de uma assistência religiosa para vencer os temores das pestes e da morte. Nesse sentido, procuraremos no próximo capítulo, analisar a importância das devoções no seio das irmandades para a promoção do bem viver e do bem morrer. Veremos que elas forneciam, em boa medida, o apoio espiritual para uma população nem sempre atendida pelo poder público. Trataremos, ainda, de analisar a importância de atitudes solidárias e caritativas pelos indivíduos que almejavam o bem viver e, com isso, buscavam a salvação da alma na pessoa do pobre sofredor. É hora também de entender que havia uma preocupação tanto das irmandades quanto da população com os recursos financeiros a serem investidos na busca de uma boa morte. Por outro lado, vamos analisar ainda os investimentos espirituais através da frequência aos sacramentos da Igreja para uma boa vida e, logicamente, para o bem morrer.

3 — A VIVÊNCIA RELIGIOSA E A CAMINHADA PARA UM BOM PASSAMENTO

3.1 - As irmandades: os preceitos do bem viver e do bem morrer

3.1.1 – Os deveres espirituais para o bem viver

As irmandades leigas¹ foram fundadas entre os séculos IX e XI e tiveram uma atuação muito forte na Igreja Católica e na sociedade. Os leigos que as compunham procuravam, da melhor maneira possível, desenvolver o espírito de devoção e de solidariedade, tanto na vida como na morte. Aliás, cuidar para que os irmãos tivessem uma boa morte tornou-se um dos principais fatores de existência daquelas agremiações.

As confrarias, criadas para praticar todas as obras de caridade, vieram a considerar, nos séculos XV e XVI, a assistência às exéquias como uma de suas funções principais. Uma pessoa se torna membro de uma confraria por dois motivos: para beneficiar com as preces dos confrades o dia de sua própria morte e, em seguida, para assistir com suas próprias preces aos outros defuntos, assim como, em

¹ **ASSOCIAÇÃO RELIGIOSA / IRMANDADE LEIGA:** Organismo fundado para fins religiosos. Apresenta ordinariamente as seguintes características: estrutura orgânica e institucional, definida num estatuto; a adesão dos membros, que se dá por co-participação nos intentos e nas obrigações estatutárias; adesão formal por parte dos membros, com base nas normas estatutárias; estabilidade e autonomia (relativa) da associação enquanto associação, para além do variar dos membros; atribuição dos cargos associativos com base em critérios formais preestabelecidos pelo estatuto. In: SCHLESINGER, Hugo; PORTO, Humberto. *Dicionário Enciclopédico das Religiões*. V. I. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 265. As irmandades leigas tiveram uma grande atuação na Igreja Católica e na sociedade por se tratar de corporações que reuniam leigos de todos os segmentos sociais, como artesãos, mercadores, nobres e camponeses, com objetivos espirituais e materiais. Os primeiros grupos a surgirem no período medieval eram verdadeiros núcleos de apoio mútuo, não somente religiosos, mas também corporações de assistência à saúde e de profissionais. Seus fins eram os mais diversos, dentre eles destacam-se a celebração dos rituais sagrados, a devoção aos santos, a assistência material, a comunhão fraterna, a promoção do culto público e o preenchimento das necessidades espirituais. Cf. VINCENT, Catherine. Op. cit.; BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o poder: Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

particular, os pobres que são privados de todo meio material de adquirir intercessores espirituais.

As confrarias foram também – em muitos locais em que não havia corporações de papa-defuntos, como os pregoeiros em Paris – encarregadas das pompas fúnebres da paróquia. O hábito dos confrades, além do mais, se parece com a veste de luto, a veste longa com o capuz que prende sobre o rosto.

Assim, graças às confrarias, o enterro do pobre não mais escapava às honras da Igreja, que havia solenizado o dos ricos.²

As irmandades garantiam, em boa medida, a segurança e a tranqüilidade dos indivíduos que se associavam a elas. “O confrade adquiria as benesses e a segurança indispensáveis para os tempos de doença e invalidez e, no extremo, garantia seu próprio sepultamento.”³ Após o sepultamento as irmandades ainda providenciavam os sufrágios para as almas, cumprindo o que estava redigido no estatuto. Seriam celebradas as missas de acordo com o cargo que o irmão ocupava na associação. As agremiações demonstravam seu ímpeto de solidariedade aos vivos e aos mortos, porém, as “preocupações fúnebres e o sufrágio da alma dominam as confrarias.”⁴ Tais associações cumpriam, dessa forma, a piedosa tarefa de salvar vidas.⁵

As irmandades se espalharam por toda a Europa nos séculos seguintes e, no século XVI, foram trazidas para o Brasil com os colonos portugueses. A metrópole implantou na colônia uma estrutura política e religiosa já existente em Portugal, trazendo assim, as associações leigas presentes em praticamente todas as cidades portuguesas.⁶ Com a colonização de Minas Gerais no século XVIII, as agremiações foram fundadas pelos primeiros desbravadores com a finalidade de suprir a deficiência de sacerdotes na região. Essas associações foram também implantadas em Juiz de Fora a partir de meados do século XIX.⁷

Após essa apresentação rápida do que vem a ser as irmandades leigas, concentraremos, a seguir, nossa análise em seus estatutos, tendo por base os artigos que descrevem os deveres espirituais dos irmãos. Vamos analisar a estrutura de cinco irmandades

² ARIÈS, Philippe. Op. cit., p. 132.

³ BOSCHI, Caio César. Op. cit., p. 13.

⁴ COELHO, Maria Helena da Cruz. Op. cit., p. 161.

⁵ BOSSY, John. Op. cit., p. 48.

⁶ RUSSEL-WOOD, A. J. R. Op. cit., Prefácio, p. XIV.

⁷ Estudos mais detalhados sobre as irmandades leigas no Brasil, em Minas Gerais e em Juiz de Fora, podem ser conferidos nos seguintes trabalhos: AZZI, Riolando. *O Catolicismo popular no Brasil*. Op. cit.; BORGES, Célia. *Devoção branca de homens negros*. Op. cit.; BOSCHI, Caio César. Op. cit.; MENEZES, J. Furtado de. *Igrejas e irmandades de Ouro Preto. A Religião em Ouro Preto*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1942; OLIVEIRA, Anderson José Machado de. *Devoção e caridade: irmandades religiosas no Rio de Janeiro imperial (1840-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói: 1995; SALLES, Fritz Teixeira de. Op. cit.; SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1978; QUIOSSA, Paulo Sérgio. Op. cit.

que atuaram na Igreja de Juiz de Fora, procurando também compreender como se dava a prática da fé e da espiritualidade dos confrades para o bem viver e, logicamente, para o bem morrer. Vale lembrar que uma das principais finalidades das irmandades era garantir a proteção dos confrades tanto na vida como na morte.

No período estudado por nós, detectamos a presença de cinco irmandades de leigos atuando na Igreja de Juiz de Fora. A primeira associação desse modelo a surgir na cidade foi a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio, fundada em 30 de julho de 1854; depois aparece a Irmandade de Nosso Senhor dos Passos, criada em 06 de agosto de 1854; a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário foi criada em 22 de abril de 1888, provavelmente pela população negra da cidade; no início do século XX foram fundadas ainda a Irmandade de São Roque, em 08 de setembro de 1902 e a Irmandade de São Mateus, em 25 de agosto de 1907.

A Irmandade do Santíssimo Sacramento tinha por finalidade a promoção do culto a Jesus Sacramentado na Eucaristia.⁸ No capítulo 1º e artigo 6º de seu estatuto estava determinado que:

Todos os Irmãos devem prestar religiosa obediência as determinações da Mesa, respeitar os membros da Administração annual, e comparecer a todas as festividades, procissões e mais actos da Irmandade com ópas vermelhas, bem como acompanhar o sagrado Viático⁹, quando for levado aos enfermos.¹⁰

A obediência figurava como uma pré-determinação para a aceitação de um membro na agremiação. A exigência também do comparecimento aos eventos com suas opas vermelhas tornou-se preceito de um confrade assíduo e cumpridor dos estatutos. As vestes eram sagradas e, por isso, apresentavam grande poder simbólico sobre a irmandade, e somente deveriam ser usadas em ocasiões especiais e determinadas pelos estatutos. “O símbolo revela certos aspectos da realidade — os mais profundos — que desafiam qualquer outro meio de conhecimento. As imagens, os símbolos [...] respondem a uma necessidade e

⁸ As irmandades tinham um estatuto que, prevendo os objetivos da organização e a dinâmica de funcionamento, era conhecido como “Compromisso”. Os compromissos de todas as irmandades seguiam mais ou menos um modelo padrão, estabelecendo a organização interna, a hierarquia, as regras, dias de festas e as condições de contratação do capelão. In: BORGES, Célia. *Devoção branca de homens negros*. Op. cit., p.90.

⁹ **VIÁTICO:** Designação litúrgica dos auxílios espirituais ministrados aos enfermos e agonizantes. Inclui os sacramentos da confissão, comunhão e unção dos enfermos. O Concílio de Nicéia fala de uma lei antiga e canônica de socorrer espiritualmente os enfermos. É de lei divina e eclesiástica esta urgência em perigo de morte. O ritual romano prevê um formulário específico para estes casos. O único dia do ano litúrgico em que é interdito este ministério é a Sexta-feira Santa. In: SCHLESINGER, Hugo; PORTO, Humberto. Op. cit., p. 2624.

¹⁰ AISSCM. Estatutos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio, 1855. Cap. 1º., art. 6º.

preenchem uma função: revelar as mais secretas modalidades do ser.”¹¹ Vestidos com suas opas, os confrades se apresentavam para prestar culto a Jesus Sacramentado.

Além das celebrações semanais como a reza do terço, as missas dominicais e a adoração a Jesus Sacramentado, os irmãos do Santíssimo deveriam participar anualmente das festividades da Semana Santa e da festa do Corpo de Deus (*Corpus Christi*). Todos deveriam atuar paramentados, demonstrando seu fervor e sua fé. As celebrações das quais eles participavam eram as missas, procissões, orações próprias e sermões. Por outro lado, semanalmente,

em todas as quintas feiras se celebrará no Altar mór o Sacrosanto sacrificio da Missa com assistencia de Irmãos com suas ópas, thuribulo e toxas: no dia da commemoração dos fieis defuntos se dirão trez Missas, havendo no fim os responsorios, que marca o Ritual Romano, assistindo a este acto a Mesa e mais Irmãos.¹²

A participação na missa com comunhão tornou-se essencial na preparação dos confrades para a vida e para a morte. As celebrações contavam com a presidência do capelão da irmandade que era também o pároco da Matriz de Santo Antônio.

Detectamos no estatuto da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos que os seus deveres espirituais não se distanciaram daqueles dos confrades do Santíssimo Sacramento. A promoção do culto ao Senhor dos Passos era o principal objetivo. Por outro lado, os irmãos deveriam “comparecer todas as vezes q. forem convidados para qualquer acto da Irmandade, com os seus balandráos roxos.”¹³ A missa semanal também deveria ser um momento de grande participação. Anualmente, no primeiro domingo de maio, celebrava-se a Festa de Nosso Senhor dos Passos, onde se fazia a procissão cantada da imagem dos Passos e sermão com a maior solenidade.¹⁴ Procurava-se, dessa maneira, envolver todos os confrades que deveriam comparecer com suas opas e tochas para melhor brilhantismo das celebrações.

Os irmãos negros também deveriam ter seus deveres espirituais para com a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. “São actos desta Irmandade a celebração da festividade de Nossa Senhora do Rosario, de São Benedicto, São Elesbão e Santa Efigenia, e

¹¹ ELIADE, Mircea. *Imagens e símbolos: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*. (Trad. Sônia Cristina Tamer). São Paulo: Martins Fontes, 1991, pp. 8-9.

¹² AISSCM. Estatutos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio, 1855. Cap. 6º, art. 29-31.

¹³ CMIJF / AHPHOF. Estatutos da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos da Freguesia de Santo Antônio do Paraibuna, 1855. Cap. 1º, art. 6º.

¹⁴ CMIJF / AHPHOF. Estatutos da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos da Freguesia de Santo Antônio do Paraibuna, 1855. Cap. 6º, art. 30º.

bem assim os suffragios aos Irmãos falecidos.”¹⁵ Com relação à festa de Nossa Senhora do Rosário, ela “terá lugar no primeiro Domingo de Outubro, precedida de novena, constando a Festa de Missa Cantada, sermão ao evangelho, Procissão a tarde. Sermão e Te Deum na entrada da Procissão, o que tudo se fará com a pompa devida, segundo os recursos da Irmandade.”¹⁶ Porém, a “Festa de São Benedicto, São Elesbão e Santa Efigenia poderá ser feita no dia designado pela Mesa administrativa, reunindo-se em um só festejo os tres gloriosos Santos se assim for deliberado pela Mesa.”¹⁷ Esses três santos tornaram-se os mais cultuados pelos negros em Juiz de Fora, como no resto do Brasil.

Talvez a identificação epidérmica e a história de vida de alguns dos santos, e seus dons miraculosos, expliquem por que os negros das irmandades do Rosário os adotaram tão bem. A padroeira era branca e a quase totalidade dos santos de devoção negros. Talvez estes fossem mais confiáveis que os santos brancos. É sabido que para os brancos Santo Antônio era de grande ajuda para encontrar negro fugido. De modo que, tal como os brancos tinham os seus santos de predileção no mercado de bens simbólicos, os negros também reverenciavam os seus e os poderes de cada santo não se confundiam.¹⁸

Outro dever de ordem espiritual que auxiliava o devoto, tanto na vida como para se fazer uma boa passagem, era o de que todos os irmãos deviam rezar a Coroa de Nossa Senhora — O Rosário — diariamente. A reza do Terço aproximava o devoto da Santa Mãe de Cristo e da Igreja.

Em Minas foi grande a divulgação do rosário e seu poder de proteção. Adquirir um rosário devia significar muito para aquela população desejosa de proteção. Além disso, tratava-se de um objeto obrigatório nos cultos, principalmente nos serviços fúnebres, onde se rezava pelas almas dos irmãos. Em algumas irmandades havia reza semanal, comumente aos sábados, estipulada nos compromissos. O rosário ajudava o fiel nas adversidades. Carregar um rosário e recitar o terço passava por ser uma arma poderosa para aqueles que acreditavam na eficácia daquela prática.¹⁹

Com relação aos devotos de São Roque, que fundaram sua irmandade em 1902, a assistência espiritual para o bem viver resumia-se em dois atos: festejar o santo padroeiro anualmente e conservar e administrar a capela de São Roque ou outras benfeitorias do seu patrimônio.²⁰

¹⁵ CMIJF / AHPHOF. Estatutos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Freguesia de Santo Antônio da cidade de Juiz de Fora, 1888. Cap. 1º, art. 7º.

¹⁶ CMIJF. Estatutos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Freguesia de Santo Antônio da cidade de Juiz de Fora, 1888. Cap. 11º, art. 35º.

¹⁷ CMIJF. Estatutos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Freguesia de Santo Antônio da cidade de Juiz de Fora, 1888. Cap. 11º, art. 36º.

¹⁸ BORGES, Célia. *Devoção branca de homens negros*. Op. cit., pp. 184-186.

¹⁹ *Ibidem*, pp. 160-161.

²⁰ AINSG. Estatutos da Irmandade de São Roque de Juiz de Fora, 1905. Cap. 1º., art. 2º.

A Irmandade de São Mateus procurou também investir anualmente nos festejos do santo. Porém, a dita associação deveria organizar-se de maneira que futuramente pudesse construir uma igreja em homenagem ao referido orago. Era um dever prescrito no estatuto e que foi levado adiante por todos os irmãos, visto que, sem demora, um terreno foi adquirido e o templo foi erguido logo em seguida.²¹

Vale ressaltar que em todas as irmandades havia uma prescrição em seus estatutos sobre a participação dos confrades nas reuniões marcadas periodicamente — conforme a necessidade — para discutir assuntos referentes à mesma e deliberar sobre as atividades a serem exercidas. Todas também deveriam ter um capelão que, geralmente, deveria ser empregado da irmandade. Sua principal função deveria ser a de dar assistência espiritual para os confrades.

Em todas as irmandades as mulheres eram aceitas, porém, em três delas ficam evidentes que sua principal atividade para o engrandecimento espiritual consistia em prestar assistência na organização, limpeza do templo e conservação das alfaias. Geralmente elas não tinham assento na Mesa Administrativa, apesar da aceitação de suas frequências nas reuniões.²² Aliás, a participação em reuniões tornou-se um dos preceitos fundamentais para a convivência, a solidariedade e a sociabilidade dos confrades. O crescimento espiritual e o aprendizado para a vida ficavam em evidência, pois discutiam-se assuntos referentes à Igreja, à irmandade e ao cotidiano dos irmãos (família, namoro, amizade, espiritualidade, política, etc.). Estes deveriam apreender os ensinamentos do assistente espiritual — o capelão — e procurar vivenciá-los no seu convívio social.

3.1.2 – Os preceitos espirituais para uma boa morte

Uma das principais funções das irmandades consistia na proteção e na solidariedade aos confrades na hora da enfermidade e da morte. Muitos entravam para as corporações com o objetivo único de ganhar assistência em seus momentos finais, pois essa era a garantia de se ter um enterro digno e da salvação da alma através das orações e dos sufrágios. Aliás, esta se tornou a primeira estratégia de um indivíduo para obter a salvação, ou seja, ingressar em uma

²¹ AZZI, Riolando. *Sob o báculo episcopal*. Op. cit., p. 82

²² Cf. Estatutos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio de Juiz de Fora; Estatutos da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos da Freguesia de Santo Antônio do Paraibuna; Estatutos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Freguesia de Santo Antônio da cidade de Juiz de Fora.

agremiação e investir na organização cuidadosa de sua própria morte.²³ Em todos os estatutos das irmandades podemos encontrar em seus artigos os preceitos e os deveres dos confrades diante de uma doença a ser enfrentada por ele ou alguém próximo e perante à busca de se ter uma boa morte.

A visita aos enfermos tornou-se um dos preceitos de solidariedade ao próximo e também uma obrigação do devoto ao ingressar na Irmandade do Santíssimo Sacramento. A visita aos doentes, geralmente era acompanhada de um ritual. Através das reuniões, a Mesa Administrativa decidia quais os confrades acompanhariam o sacerdote junto aos familiares e ao moribundo. “Todos os Irmãos devem prestar religiosa obediência as determinações da Mesa, respeitar os membros da Administração annual [...], bem como acompanhar o sagrado Viatico, quando for levado aos enfermos.”²⁴ Esse princípio de solidariedade ao próximo seguia fielmente os ensinamentos de Cristo.²⁵ E isso era visto pelos católicos como um dos valores religiosos para se alcançar a vida eterna.

Também a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário apresentava em um dos artigos a seguinte orientação: “Quando a Irmandade tiver fundos suficientes e algum Irmão ou Irmã cair em estado de miséria, cegueira, enfermidade grave sem meios de manter-se lhe ministrará os socorros conforme o estado de seu cofre.”²⁶ Observa-se que a referida associação poderia socorrer um confrade em estado de miséria e doença, desde que os cofres satisfaçam as despesas. Essa atitude também consistia em uma demonstração de solidariedade ao próximo.

Os estatutos evidenciavam os deveres e direitos dos irmãos para que se alcançassem o bem morrer. Isso envolvia compromissos e atitudes para o bom andamento dos trabalhos da irmandade. Além de ter que freqüentar as reuniões periódicas, os confrades deveriam participar dos eventos paramentados com suas opas e prestar assistência espiritual aos indivíduos enfermos — irmão ou não —, desde que fossem convidados para tal.

Alguns membros da associação tinham funções bem definidas e deveriam estar atentos aos acontecimentos, pois lidavam diretamente com o viver e o morrer. É o caso, por

²³ REIS, João José. O Cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In.: SOUZA, Laura de Mello e (Org). *História da vida privada no Brasil – Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. V. 1. São Paulo: Cia. Das Letras, 1997, p. 101.

²⁴ AISSCM. Estatutos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio, 1855. Cap. 1º, art. 6º.

²⁵ Sobre a solidariedade ao próximo, ver: COELHO, Maria Helena da Cruz. Op. cit., A autora faz uma importante pesquisa sobre as confrarias em Portugal, e procura valorizar o significado da solidariedade dentro das associações, espaços próprios para esse comportamento.

²⁶ CMIJF. Estatutos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Freguesia de Santo Antônio da cidade de Juiz de Fora, 1888. Cap. 12º, art. 56.

exemplo, do capelão que, além de prestar auxílio espiritual aos irmãos, era “obrigado a dizer na quinta-feira de cada semana uma Missa no Altar-mór por tenção dos Irmãos bemfeitores dessa Irmandade [a do Santíssimo Sacramento], vivos e defuntos, assistindo a esta Missa dous Irmãos de ópas vermelhas com toxas.”²⁷ Da mesma forma, o sacristão ou andador — ajudante direto do sacerdote — deveria proceder da seguinte maneira perante uma situação de irmão enfermo ou de morte: “tocará o sino para sahir o Sagrado Viatico, para os enfermos, procedendo aviso, ou ordem do Rdº. Parocho, e fazer ao mais toques de estillo, e os dobres de enterro de forma que lhe for ordenada pelo Procurador [...]”²⁸ A função do procurador era a de “determinar e regular os signaes que se fiserem pelos Irmãos fallecidos, conforme a Constituição da Metropole: que sejam acompanhados pela Irmandade até o jasigo. Informar ao Provedor do estado de debito do Irmão fallecido, para que reconheça se está no direito de ser sufragado.”²⁹ Os mesmos cargos e funções eram apresentados também pelas outras irmandades que atuaram na Igreja de Juiz de Fora. Porém, deve-se destacar que a Irmandade de São Roque, composta basicamente por imigrantes italianos, ressaltava em seu estatuto a função do capelão nos seguintes termos:

Art. 40 — Ao capellão compete:

Paragrapho unico — Celebrar missa na capella de S. Roque em todos os domingos e dias santificados por intençaõ dos irmãos;

§2º. Administrar os socorros espirituaes aos enfermos que os queiram receber, ***empregando todos os esforços para que os mesmos não falleçam sem os socorros da religião*** (Grifo nosso);

§3º. Fazer quando for possivel encommendações dos que fallecerem, acompanhando o corpo da casa á capella e desta ao cemiterio.

[...]

Art. 42 — A irmandade, desde que receba aviso, nomeará uma commissão para acompanhar o enterro dos irmãos que fallecerem fora desta cidade, desde que seja possível.³⁰

Percebe-se a preocupação prescrita no estatuto para que os confrades não ficassem sem os socorros da religião, desde que eles quisessem. A encomendação do corpo visava fazer com que a alma do falecido tivesse um bom passamento e, por intermédio do santo de devoção — neste caso, São Roque —, a alma seria encaminhada ao Paraíso Celeste para o descanso eterno.

²⁷ AISSCM. Estatutos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio, 1855. Cap. 5º, art. 26.

²⁸ AISSCM. Estatutos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio, 1855. Cap. 5º, art. 27.

²⁹ AISSCM. Estatutos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio, 1855. Cap. 4º, art. 21.

³⁰ AINSG. Estatutos da Irmandade de São Roque de Juiz de Fora, 1905. Cap. 12., art. 40; Cap. 13, art. 42.

Uma maneira que as irmandades encontraram para confortar os irmãos foi a de estabelecer em seus estatutos os sufrágios pelas almas dos confrades já falecidos. Esta se tornou uma forma de prestar uma última ação de solidariedade e de homenagem aos mortos. Assim sendo, não podemos deixar de mencionar a íntima relação entre vivos e mortos no seio das irmandades. Rezar pela alma de um irmão traria conforto espiritual para aquele que ficou a espera de sua partida para a eternidade. A Irmandade do Santíssimo Sacramento definiu no seu estatuto que:

Por alma de cada Irmão que fallecer se dirão dez Missas, tendo sido Provedor, Thesoureiro, ou Procurador, cinco tendo sido Irmão de Mesa, ou Irman de Mesa, e seis pelos Irmãos que não tiverem ocupado cargos, tendo antes os seus herdeiros ou testamenteiros satisfeito o debito á Irmandade, no caso de o haver. Estando a Irmandade em boas circuntancias pecuniarias deverá por caridade mandar diser algumas Missas por alma desses Irmãos alcançadas p^a. com ella.³¹

A Irmandade de Nosso Senhor dos Passos fixou em vinte e cinco missas para o provedor; quinze se fosse escrivão, tesoureiro ou procurador; dez tendo sido consultor ou servos do Senhor; seis pelos irmãos que não tivessem ocupado cargos. Porém, assim como na Irmandade do Santíssimo Sacramento, os herdeiros ou os testamenteiros deveriam arcar com os débitos que porventura tenham sido deixados pelo finado.³²

O estatuto da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário diz o seguinte:

A Irmandade mandará dizer Missas pela alma de cada um dos Irmãos falecidos. Os que tiverem servido a cargo de Rei, ou Rainha³³ doze Missas, de juiz de juiza serão suffragadas com oito Missas. Os que tiverem ocupado o cargo de Secretario, thesoureiro e Procurador com seis Missas. Os Irmãos e Irmãs de Mesa com cinco Missas. Todos os Irmãos e Irmãs que não tiverem servido cargos com tres Missas.³⁴

A Irmandade de São Roque e a de São Mateus, ambas constituídas no início do século XX, não definiram em seus estatutos os sufrágios pelos irmãos falecidos. A de São Roque diz apenas que o capelão deveria celebrar todos os domingos na Capela de São Roque uma missa pelos irmãos que já fizeram o passamento. A Irmandade de São Mateus não determina nada em relação aos sufrágios. Isso se deve, provavelmente, ao fato de que ela foi

³¹ AISSCM. Estatutos da Irmandade do Santissimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio, 1855. Cap. 6º, art. 33.

³² CMIJF. Estatutos da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos da Freguesia de Santo Antônio do Paraibuna, 1855. Cap. 6º, art. 33.

³³ **REIS E RAINHAS:** Eleitos, eles desempenharam papel chave na organização fraternal. Controlavam os atos de tesouraria da irmandade, a organização das festas, das missas e dos funerais. Pertencia-lhes o voto definitivo em caso de empate nas votações da Mesa. In: BORGES, Célia. *Devoção branca de homens negros*. Op. cit., p.95.

³⁴ CMIJF. Estatutos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Freguesia de Santo Antônio da cidade de Juiz de Fora, 1888. Cap. 11º, art. 40.

criada não para socorrer os irmãos na vida e na morte, mas o fundamento da associação era prestar culto ao referido santo com suas festas e quermesses, angariando recursos para comprar um terreno na localidade — onde hoje é o bairro São Mateus — e construir uma capela em honra ao mesmo orago. Essa associação já não seguia os preceitos daquelas confrarias coloniais, mas com o espírito imbuído pela Reforma Ultramontana, procurava se adaptar aos novos tempos da Igreja no Brasil. Com esta reforma, a Igreja pretendia disciplinar a vivência religiosa e não perder o monopólio das questões que envolviam o sagrado, procurando vigiar mais de perto as manifestações do mesmo e controlar a participação dos leigos em seu âmbito.³⁵

Sobre os enterramentos, os estatutos também definiam como as irmandades deveriam proceder e tomar as devidas providências. Sabemos que, em meados do século XIX, tiveram início os debates para a construção de um cemitério público em Juiz de Fora devido às epidemias quase sempre constantes no meio da população. Em consequência disso, a Irmandade do Santíssimo Sacramento definiu que:

Ninguém ainda mesmo Irmão poderá ser sepultado dentro da Igreja: logo porem que houverem rendimentos sufficientes se fará em logar apropriado um decente cemiterio, ou catacumbas. Enquanto se não realizar a sua construção, os Irmãos serão sepultados no cemiterio municipal, precedendo accordo entre esta Irmandade, o poder publico e a fabrica [...] A meza fica authorisada a deliberar sobre a maneira mais conveniente de cumprir-se a disposição deste Artigo.³⁶

Bem que a Irmandade pretendia construir um cemitério particular fora do templo para sepultar seus confrades falecidos. O terreno escolhido foi o Morro de Santo Antônio, localizado acima da Igreja Matriz, onde a agremiação tinha propriedade de grande área — hoje, Praça do Cruzeiro. O pedido feito pela associação à Câmara Municipal para fazer uma análise da localização e sua viabilidade foi encaminhado em 1865. Porém, a Câmara Municipal não permitiu o empreendimento. Após fazer minucioso trabalho de análise do local, a comissão formada por médicos encaminhou ao Presidente as seguintes conclusões:

Prescindindo da apreciação da legalidade da medida, no cazo de ser deferida a pretensão dos peticionários (porque a Câmara Municipal sabe perfeitame. que não pode ser permittida a fundação de cemiterios no centro da cidade), passa a comissão a encarar a questão unicamente sob o ponto de vista hygienico.

[...]

Hoje, pois senhores, nenhum povo civilizado enterra seus mortos nos recintos dos templos, nem mesmo nos recintos das povoaçoens, por pequenas que sejam. Porque? Por causa da funesta influencia que ezerce na saude publica a atmosfera dos cemiterios, como passa a comissão a demonstrar.

³⁵ BORGES, Célia. *Devoção branca de homens negros*. Op. cit., p. 67.

³⁶ AISSCM. Estatutos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio, 1855. Cap. 6º, art. 34.

[...]

Concluindo finalmente seu trabalho, tem a comissão a honra d'informar á Camara que julga não dever ser deferida a pretensão:

1º. Porque, quando não fosse a lei, bastava o bom senso para prohibir os enterramentos no recinto da cidade.

2º. Porque a exposição do terreno a livre direção dos ventos tende a derramar sobre a população os productos de exalação putrida suspensos na atmosfera dos cemiterios.

3º. Porque a posição topographica do terreno, quando este venha a conter corpos putrefactos, prejudica a natureza e boa qualidade das aguas da serra, que alimentam as fontes e poços de muitas cazas.

4º. Porque a natureza chimica do terreno não se presta ao fim a que ele é destinado.

5º. Porque é um logar de difficil acesso, maximé no tempo das aguas.³⁷

Não foi, portanto, autorizada a construção do cemitério que a irmandade almejava para o conforto espiritual de seus confrades. Os médicos da comissão não demonstraram nenhum desejo de permitir a fundação de um campo santo próximo da igreja matriz, isto devido, principalmente, às idéias da ilustração que vigoravam entre a classe médica naquele momento.³⁸

Da mesma forma, a Irmandade de Nosso Senhor dos Passos proibia os enterramentos na igreja e, futuramente, deveria ser construído um “lugar apropriado, hum decente cemiterio, ou catacumbas.”³⁹ Sabemos, porém, que o referido cemitério não foi construído e os confrades eram enterrados no Cemitério Municipal. Exceção coube ao fundador da irmandade e à sua esposa — o Barão e a Baronesa de Bertioiga —, que foram sepultados em uma catacumba no interior da Capela de Nosso Senhor dos Passos.⁴⁰

As demais irmandades também dispuseram em seus artigos a vontade de se construírem cemitérios para seus confrades. Porém, em nenhuma delas, o referido desejo pôde se concretizar. Os irmãos eram encaminhados para o sepultamento no Cemitério Municipal.

Em todas as associações, os estatutos dispunham ainda sobre os irmãos pobres que viessem a falecer sem recursos para providenciar os enterramentos. Cabia ao capelão de cada agremiação providenciar os rituais do sepultamento. Todos os gastos saíam dos cofres das irmandades. Para isso, elas tinham um fundo de reserva recolhido ao longo dos anos.

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário foi a única que estabeleceu o acompanhamento à sepultura de indivíduos que não fossem associados. Assim ficou registrado em seus estatutos: “Se alguém pedir para que esta Irmandade acompanhe a

³⁷ AHPJF. Relatório da Comissão da Câmara Municipal de Juiz de Fora sobre o local escolhido para a construção do cemitério da Irmandade do Santíssimo Sacramento. Fundo Câmara Municipal (Império); Caixa 5, série 59/2.

³⁸ COSTA, Fernanda Maria Matos da. Op. cit., p. 74.

³⁹ CMIJF. Estatutos da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos da Freguesia de Santo Antônio do Paraibuna, 1855. Cap. 6º, art. 34.

⁴⁰ ACMJF. Livro de assento de óbitos, 1851-1871.

sepultura a um finado, que não seja irmão, será atendido, pagando de prompto a esmola de vinte mil reis. Para este fim somente poderá qualquer Irmão convocar os demais Irmãos.”⁴¹ O recebimento de vinte mil réis era uma esmola para os cofres da irmandade. Também era daí que saía o pagamento do capelão que deveria providenciar os rituais. Os confrades deveriam acompanhar o enterro com suas opas brancas.

3.2 – A fé e a solidariedade para o bem viver e o bem morrer

3.2.1 – A práxis da fé e da espiritualidade para a vida e para a morte

Ainda explorando os estatutos das irmandades, é possível ler em seus variados artigos os aspectos de manifestação de fé e de espiritualidade que exigiam dos confrades. A fé em Cristo e na Igreja impunha um seguimento firme em direção a Deus e ao projeto salvífico do Pai.

Crer, como seguimento de Cristo, implicará esses três aspectos: Primeiro, uma intimidade com o Pai, um agradecido reconhecimento de seu amor; sem essa intimidade não há fé cristã. Em segundo lugar, uma confiança sem limites; a vida do homem de fé inclui um êxodo rumo à terra prometida, cuja garantia é a palavra e o acompanhamento gratuito de Deus. Finalmente, crer significa um fiel compromisso com a vontade de Deus e seu projeto.⁴²

Nas irmandades, cujo objetivo principal era prestar culto a Deus, seguir Cristo e seus ensinamentos constituiu-se em uma proposta para que cada confrade abraçasse e obedecesse fielmente as regras de condutas. A intimidade com Deus se dava nas orações, nas práticas dos cultos e nas missas. A caminhada rumo aos ensinamentos do Salvador consolidava-se na fidelidade dedicada pelos membros e na confiança de que os trabalhos nas associações conduziam-se com a presença constante do Divino. O compromisso com a vontade de Deus manifestava-se diariamente tanto no viver como no morrer. Aguardar a “hora da partida” depois de anos e anos de atuação nas irmandades significava, no projeto dos confrades, o encontro com o projeto do Pai, isto é, a salvação da alma. A exigência da fé católica e dos princípios morais geralmente abria o conteúdo dos compromissos:

Fica creada em a Igreja Matriz da Villa do Santo Antonio do Parahybuna uma Irmandade do Santissimo Sacramento a qual se propõem a promover o culto religioso.

⁴¹ CMIJF. Estatutos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Freguesia de Santo Antônio da cidade de Juiz de Fora, 1888. Cap. 11., art. 46.

⁴² ESPEJA, Jesús. *Espiritualidade cristã*. (Trad. Ralfy de Oliveira) Petrópolis: Vozes, 1995, p. 209.

Todo o Cattolico e Apostolico Romano de um e outro sexo, de condição livre, e de reconhecida moralidade, e bons costumes poderá ser admittido a esta Irmandade, assignando no livro competente o termo de intrada e de obdiencia ao disposto neste Compromisso, cujo termo será lavrado pelo Escrivão da Irmandade.⁴³

A promoção do culto religioso fica clara no texto. É evidente que a manifestação da fé católica também não poderia deixar de ser abordada, porém, juntamente com ela, exigiam-se outras condições: que os membros não fossem escravos e que tivessem um comportamento capaz de condizer com a moralidade da época e os bons costumes. A obediência ao estatuto e, logicamente, à Igreja e aos seus ensinamentos tornaram-se condições básicas para a adesão ao grupo. Sobre a necessidade de ter que ser livre, não aparece agregada a ela a condição de ter que ser branco. Não sabemos, entretanto, se algum negro forro chegou a ingressar na Irmandade do Santíssimo Sacramento. Porém, é sabido que o capelão da referida associação era negro e nunca foi escravo.

Interessante, por outro lado, é ver que na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário não havia a distinção que vigorava na Irmandade do Santíssimo Sacramento. O conteúdo do texto deixa claro que:

[aquela] sociedade religiosa tem unicamente por fim o culto devido a Deos, por meio de Maria Santissima, e pratica das virtudes christãs. Serão admittidas como Irmãos todas as pessoas de um e outro sexo, sem distinção de cores, e condições sociais, ezigindose sómente que não estejam ligadas com censuras eclesiasticas e que não pertençam a sociedades prohibidas pela Igreja [...].⁴⁴

As censuras eclesiásticas e as sociedades proibidas listadas no texto dos estatutos referiam-se a algum pretendente que tivesse sido excomungado pela Igreja por motivos diversos ou que pertencesse, por exemplo, à maçonaria que, naquele período, encontrava-se em conflito com a instituição católica por motivos doutrinários, ideológicos e políticos.⁴⁵ Essa

⁴³ AISSCM. Estatutos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio, 1855. Cap. 1º, art. 1º. e 2º.

⁴⁴ CMIJF. Estatutos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Freguesia de Santo Antônio da cidade de Juiz de Fora, 1888. Cap. 1º, art. 2º. E 3º.

⁴⁵ **-BULA SYLLABUS (1864) — PAPA PIO IX —**: Seu fundamento era a “condenação sem apelação ao racionalismo absoluto ou moderado, o naturalismo, o indiferentismo latitudinarismo, a idéia da Igreja livre no Estado livre (i.e, a separação da Igreja e do Estado), o primado do poder civil, a idéia da dependência do poder eclesiástico, o liberalismo, o progresso, a civilização moderna, etc., numa contraoposição formal e absoluta entre a Igreja e a opinião moderna, declaradas incompatíveis. Em uma palavra, o *Syllabus* retoma a luta pela preponderância da autoridade espiritual da Igreja sobre a sociedade civil.” In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. v. 6., 3ª. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 326.

-MAÇONARIA: Associação caracterizada pelo espírito de fraternidade que, através de uma cadeia universal, liga entre si os maçons de todo o mundo. Sua origem, ao que tudo indica, remonta às corporações de mestres pedreiros construtores de templos e catedrais na Idade Média, sob a influência da Igreja [...]. A partir do século XVIII, a maçonaria difundiu-se pela Europa, moldando-se a cada sociedade. Na França, pelo movimento de transformações sociais profundas ela encontrou campo propício para a difusão dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. Os princípios básicos do iluminismo, como o liberalismo econômico e a liberdade de expressão, foram temas de reflexões e nortearam a ação política da maçonaria no Brasil. In: REIS, Liana Maria;

ponderação também aparece no compromisso da Irmandade de São Mateus, e ainda acrescenta: “[...] e si alguém depois de addmittido filiar-se nessas sociedades, ou morrer em alguma das motivações acima perderá todo direito e deixará de fazer parte da Associação.”⁴⁶ Portanto, era rígido o controle sobre os confrades que pretendessem ingressar no seio das agremiações. A punição pelo desrespeito à fé católica e à espiritualidade cristã consistia na expulsão e na perda dos direitos sobre o bem viver e o bem morrer.

De uma maneira geral, as irmandades tinham uma estrutura que buscava a vivência da fé e da espiritualidade, tanto no seu seio como na sociedade em geral, pois, em diversos eventos de cunhos religiosos e políticos, as associações eram convidadas a participar, momentos em que confrades deveriam vestir suas opas para o melhor brilhantismo e solenidade.

Assim, a vivência da fé em Cristo se dava nas reuniões internas para decidir sobre assuntos diversos relacionados à Igreja, à política e à sociedade em geral. Podemos ver nas atas das reuniões das irmandades, os registros desses temas. Foi o caso, por exemplo, dos assuntos discutidos na Irmandade do Santíssimo Sacramento, visando tanto melhorar o índice de frequência às reuniões, como o crescimento da fé e da espiritualidade do grupo. Podemos sintetizá-los em cinco eixos fundamentais: a) A doutrina da Igreja Católica: buscava-se com esses assuntos colocar os irmãos em sintonia com as verdades aceitas pela Igreja para uma formação ideológica e consistente diante dos perigos de outros grupos; b) Os sacramentos da Igreja: fazia-se um estudo dos diversos sacramentos e seus significados para o bem estar do corpo e da alma dos confrades, com ênfase no sacramento da comunhão; c) Valores familiares: diante de um mundo secularizado e dos perigos de um esfacelamento familiar, assuntos como fidelidade conjugal, castidade, importância do matrimônio e o divórcio eram tratados com bastante rigor e atenção; d) Formação de uma espiritualidade de introspecção: leitura de passagens bíblicas, leitura de livros (*Imitação de Cristo* e outros) e comentários para o bem estar da alma eram valorizados pela Irmandade; e) Assuntos políticos e os inimigos da fé católica: a importância do voto; o socialismo; a maçonaria; o espiritismo e o

BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário Histórico do Brasil (Colônia e Império)*. Belo Horizonte: Editora Dimensão, 1998, pp. 78-79.

-QUESTÃO RELIGIOSA: Nome pelo qual ficou conhecido um dos problemas que levaram ao fim da Monarquia e que contribuíram para a Proclamação da República. A Questão Religiosa ocorreu em 1864, quando o Papa Pio IX proibiu, pela *Bula Syllabus*, a ligação de católicos com a Maçonaria. A submissão da Igreja ao Estado, no Brasil, estava formalizada na Constituição de 1824, através do Padroado e do beneplácito que permitia ao governo acatar ou não as disposições papais, o que levou D. Pedro II a não aceitar a bula papal e ordenar, em 1873, a prisão dos Bispos de Olinda e Belém, D. Vital de Oliveira e D. Antônio Macedo Costa, que haviam mandado expulsar das irmandades os maçons. In: *Ibidem*, p. 200.

⁴⁶ AEAM. Estatutos da Irmandade de São Mateus da Freguesia de Santo Antônio do Juiz de Fora, 1908, Cap. 2, art. 3º.

protestantismo.⁴⁷ Aliás, as irmandades, a partir do final do século XIX e início do século XX, empreenderam uma luta incessante contra os chamados *inimigos da Igreja*, visando colocar em prática a fé do grupo e o crescimento espiritual a partir da necessidade de sobrevivência e manutenção da Igreja Católica. “A necessidade da união dos católicos era apregoada, sobretudo, como instrumento para vencer os inimigos da Igreja, principalmente os liberais, os protestantes, os maçons.”⁴⁸

O cargo de Presidente nas irmandades constituiu-se no mais importante no que diz respeito à condução da fé e da espiritualidade do grupo. Era ele que dirigia os trabalhos e exercia — como capelão — a orientação espiritual dos confrades. Presidia as reuniões, abrindo os ofícios e encerrando sempre com uma oração própria. Suas funções como líder religioso eram o aconselhamento, a pregação da Bíblia, o incentivo à prática dos sacramentos e a administração dos cultos, enfim, o desenvolvimento de uma verdadeira espiritualidade onde manifestasse a expressão do encontro e da relação entre os homens e Deus.⁴⁹ O modelo de homem tinha como fundamento o próprio Cristo e a sua boa nova. Assim se expressou o Pe. Leopoldo Pfad sobre Jesus em sua orientação espiritual aos irmãos: “[...] devemos olhar sempre para os exemplos do Homem Deus, na pessoa do Divino Mestre. A sua influencia sobre nós não actua somente no terreno espiritual, mas também nas nossas relações sociaes, de modo que é Elle o modelo por excellencia no céu e na terra [...]”⁵⁰ Vê-se o chamamento que o capelão faz para a influência que Jesus exerce nas pessoas em suas relações vividas no cotidiano. Isso era uma maneira de poder alimentar a esperança de se vivenciar a presença do sagrado em seus espaços de convivência, marcados por sofrimentos e conflitos. O bem viver com Cristo tornou-se a garantia de que os empecilhos seriam vencidos pelos confrades desde que mirassem nos ensinamentos do Mestre.

Em outro aconselhamento do capelão, há uma busca também pela vivência da paz e do amor. Não o amor dos homens, mas o de Cristo, amor verdadeiro que traz a vitória diante das aflições:

(...) diz o Revmo. Presidente que a verdadeira paz, o descanso acham-se ao lado do sacrario. Cita o Revmo. Presidente palavras da Sagrada Escripura: Vinde a mim todos que achaes atribulados e eu vos darei a paz. Não devemos trabalhar só

⁴⁷ AISSCM. Livros de atas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio de Juiz de Fora, 1941-1954; 1954-1963.

⁴⁸ Cf. AZZI, Riolando. *O Estado leigo e o Projeto Ultramontano*. São Paulo: Paulus, 1994. (História do pensamento católico no Brasil), V. 4, p. 63.

⁴⁹ ESPEJA, Jesús. Op. cit., p. 27.

⁵⁰ AISSCM. Livro de Atas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio, 1924 – 1933. Ata da sessão 153, 03-AGO-1924, fl. 4.

visando bens materiaes, mas dar ouvido a Jesus-Christo que Elle no tabernaculo nos chama e durante a missa recebemos o perfume da paz, o consolo das afflições. Espera que todos meditem nas palavras do Creador e faz votos cordiaes que com a assiduidade as sessões possam trabalhar para o engrandecimento da Irmandade.⁵¹

Vemos ainda no texto como o capelão enfatiza a necessidade dos irmãos do Santíssimo de prestar adoração a Jesus Sacramentado e freqüentar a missa. Por fim, ele encerra sua fala pedindo empenho na participação nas reuniões do grupo, que deveria ser na verdade um preceito fundamental para o bem viver dos irmãos e que todos pudessem trabalhar para o crescimento da associação. Somente com o seu fortalecimento — tanto na quantidade de membros como na espiritualidade — a referida irmandade poderia empreender uma conduta sólida para os irmãos em seu cotidiano marcado por temores, doenças e mortes.

Uma outra maneira de praticar a espiritualidade e procurar solidificar a fé em Cristo consistia nas romarias promovidas pelas irmandades nos locais sagrados. Esta prática, de origem medieval, chegou ao Brasil pela cultura lusitana e tornou-se importante para a dinâmica da devoção. Com a finalidade de expressar a fé e homenagear um santo, os romeiros peregrinavam por locais distantes para cumprir uma promessa, buscar uma graça espiritual ou material ou simplesmente agradecer ao santo por uma ajuda.⁵² Os confrades da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio tinham o costume de, anualmente ou em dias de festas nos centros de romaria, fazer suas peregrinações, cultuar os santos, pedir as graças desejadas, enfim, fortalecer sua espiritualidade impregnada de práticas ainda tradicionais e, num ato de fé, tornar pública sua crença no catolicismo.⁵³ Os principais centros de peregrinações eram o Santuário de Aparecida do Norte (Nossa Senhora Aparecida), Congonhas do Campo (Bom Jesus do Matosinhos) e o Santuário de Porto das Caixas (Bom Jesus Crucificado).

O sentido simbólico para os fiéis de uma romaria ou peregrinação em lugares sagrados — como santuários — está no fato de se praticar um sacrifício em honra a algum santo para que este possa reconhecer o ato em si e retribuir ao romeiro a graça pedida. Podemos imaginar esse ato como um ato de violência em busca do sagrado. Não a violência entendida no sentido literal da palavra, porém, as circunstâncias que conduzem o romeiro a abandonar sua terra, às vezes sua família, enfrentar horas e horas de viagem a pé, de ônibus ou trem, depois ter que expor seu corpo e seu espírito em sintonia com o dia, o cansaço, o

⁵¹ AISSCM. Livro de Atas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio, 1924 – 1933. Ata da Sessão 183, 3-ABR-1927, fl. 41.

⁵² AZZI, Riolando. *O Catolicismo popular no Brasil*. Op. cit., p. 73.

⁵³ *Ibidem*, p. 80.

desgaste; enfim, tudo isso é uma maneira de violentar a si mesmo para se chegar ao espaço sagrado. Noutra sentença, a violência se manifesta ainda em pagamentos de promessas, quase sempre provocando grandes traumas no corpo (joelho, cabeça, mãos, pés, etc.). Tais “atos violentos só são exorcizados pelos atos sacrificais.”⁵⁴ Esses atos se manifestam plenamente em centros de romarias ou peregrinações. Há, por assim dizer, um desejo de buscar o sagrado em outro microcosmo que, segundo a tradição, “tem o que poderíamos chamar um ‘Centro’, ou seja, um lugar sagrado por excelência. É nesse ‘Centro’ que o sagrado se manifesta totalmente [...]”⁵⁵

Um estudo interessante a respeito da natureza sagrada do sacrifício encontra-se em Roger Caillois. O texto a seguir expressa bem seu pensamento:

O indivíduo deseja ser bem sucedido nos seus empreendimentos ou adquirir as virtudes que lhe permitirão o êxito, evitar os infortúnios que o espreitam ou o castigo que a sua falta mereceu. [...] São tantas graças que o indivíduo ou o Estado têm de obter dos deuses, das potências pessoais ou impessoais de que se julga estar dependente a ordem do mundo. O suplicante não imagina então, para constranger aquelas a concederem-lhe essas graças, nada melhor que tomar ele próprio a dianteira fazendo-lhes uma dádiva, um *sacrifício*, ou seja, *consagrando*, introduzindo à sua custa no domínio do sagrado algo que lhe pertence e que ele abandona, ou que se encontrava à sua disposição e em relação ao qual ele renuncia a qualquer direito. Assim, as potências sagradas, que não podem recusar esta oferta usurária, tornam-se devedoras do donatário, ficam ligadas pelo que receberam e, para não continuarem em dívida, devem conceder o que se lhes pede: benefício material, virtude ou remissão de uma pena. A ordem do mundo encontra-se então restabelecida. Pelo sacrifício, o fiel passou a ser credor e espera que as potestades que ele venera liquidem a dívida que contrariam para com ele satisfazendo as suas súplicas.⁵⁶

O ato violento ou o sacrifício praticado pelo fiel que paga uma promessa ao seu santo num centro de peregrinação torna-se, assim, um ato para garantir sua recompensa e restabelecer a ordem antes desfeita por qualquer eventualidade. O santo passa a ser o devedor para com o crente que agora espera ansioso a satisfação de suas súplicas.

Ao retornar para casa, a fé e a espiritualidade estarão renovadas, fortalecidas para enfrentar os transtornos da vida e, um dia, a morte.

Existiam na cidade algumas entidades que promoviam tais romarias e, para a organização do evento, publicavam o roteiro para orientar os romeiros, desde a partida até o retorno. Observamos os fragmentos do texto a seguir extraídos de um jornal e reveladores dos

⁵⁴ GIRARD, René. A violência e o sagrado. São Paulo: Paz e Terra & UNESP. 1990, p. 9. In: PEREIRA, José Carlos. *A eficácia simbólica do sacrifício: Estudos das devoções populares*. São Paulo: Arte & Ciência, 2001, p. 17-18.

⁵⁵ ELIADE, Mircea. *Imagens e símbolos*. Op. cit., p. 35.

⁵⁶ CAILLOIS, Roger. *O homem e o sagrado*. (Trad. Geminiano Cascais Franco). Lisboa: Edições 70, 1988, pp. 27-28.

detalhes de uma romaria organizada pela Liga Católica até Congonhas do Campo, em que aparecem, o horário, as orações a serem proferidas em cada lugar, a hora da chegada, bem como o retorno.

NOTAS RELIGIOSAS

ROMARIA A CONGONHAS DO CAMPO

Publicamos, a seguir, o programma da romaria a Congonhas do Campo, a realizar-se no dia 5 do mez em curso:

I- Em Mariano Procópio – 1) No dia 4 de outubro, ás 9 horas da noite, reunião dos romeiros na igreja de Nossa Senhora da Gloria, para pedir a Maria S.S., pelo reزار do terço, a bençã sobre a viagem.

[...]

II- Durante a viagem – Ida: [...]

2- Logo que o trem partir da estação de Mariano, canta-se “A nós descei”, em seguida, reza-se em voz alta um terço, pela intenção geral da romaria.

[...]

4- Passando a estação de Palmyra, dobrado pela “Euterpe Mineira”; em seguida, reza-se em voz alta um terço, pela intenção particular da romaria.

5- Passada a estação da Lafayette, reza-se o terceiro terço por intenção de sua santidade Pio XI; em seguida, canta-se “Com minha mãe estarei”.

OBSERVAÇÕES:

a) Pedimos e confiamos que durante a viagem e os exercicios da peregrinação todos guardem o respeito e a ordem devidos ao carater religioso desta viagem.

[...]

d) Os romeiros que desejam commungar não se esqueçam de que devem ficar em jejum, desde a meia noite até o momento da S. Communhão, no Santuario de Congonhas.

III- Em Congonhas do Campo:

[...]

5- Depois desta segunda missa, tempo livre para o almoço, a veneração da imagem milagrosa e a visita das capellas.

6- Às 2 ½ horas da tarde, reunião dos romeiros no Adro do Santuario, para a bençã solemne. Durante a bençã, orações para ganhar as indulgencias do Jubileu.

[...]

IV- Volta

.Partindo da Estação de Congonhas do Campo canta-se o hymno do Bom Jesus do Mattosinhos; em seguida, reza-se o terço, em acção de graças pelos favores obtidos nesta romaria.⁵⁷

Participar da missa em Congonhas do Campo e venerar a imagem do Bom Jesus do Matosinhos constituíam-se o ápice da peregrinação. O encontro com a poderosa imagem, face a face com o simbólico permitia às pessoas deixarem ser tocadas pelo sagrado.⁵⁸ E ao serem tocadas, esperava-se que houvesse uma intervenção divina em suas vidas a fim de que seus pedidos fossem atendidos e suas vidas abençoadas. A romaria se encerraria por volta das 4

⁵⁷ AHPJF. Diário Mercantil; Ano XII; Nº 4008; 03/12/1924.

⁵⁸ Cf. MÜLLER, Wunibald. *Deixar-se tocar pelo sagrado*. Petrópolis: Vozes, 2004.

horas da tarde com bênção especial e orações para ganhar indulgências pelo Jubileu.⁵⁹ A chegada em Juiz de Fora seria no fim da noite, portanto, quase vinte e quatro horas de vivência espiritual na fé e na religiosidade. Dessa maneira, os católicos acreditavam estar preparando em vida a salvação futura de sua alma. O bem viver conduzia os católicos ao bem morrer, assim eles acreditavam.

3.2.2 – A solidariedade: na vida alheia se encontra a salvação

Se buscarmos nos escritos sagrados da Bíblia, encontraremos diversas passagens relatando vivências de solidariedade entre os personagens tanto do Antigo como do Novo Testamento. “Abrão, Moisés, Jacó, José, animados pelos sentimentos de Deus, são homens solidários com o povo, e essa mesma condição é característica dos profetas. [...]. O verdadeiro Deus é solidário com o povo. Escuta o clamor dos oprimidos e age para libertá-los.”⁶⁰ Nos Evangelhos, também verificamos belíssimos textos em que Jesus pratica a solidariedade, dando exemplo de como Ele percebia a necessidade do próximo que sofre.

A milagrosa multiplicação dos pães e dos peixes tem, sem dúvida, profundo significado teológico; talvez por isso Marcos apresente duas narrativas do milagre. Na primeira se faz notar o contraste: enquanto Herodes, por motivo de seu aniversário, dá um banquete ‘a seus magnatas, tribunos e principais da Galileia’, Jesus, compadecido da multidão faminta, no deserto, ‘ao ar livre’, dá pão aos pobres que não têm o que comer.⁶¹

Os excluídos constituíam os preferidos de Cristo: os coxos, aleijados, leprosos, cegos, surdos, enfim, os que, segundo o próprio Jesus, seriam os primeiros a entrarem no Reino dos Céus.⁶²

O sentido da solidariedade para o bem viver e para o bem morrer na localidade em que estamos estudando, também seguia na direção da ajuda ao próximo. E não é difícil de apontar que dentro das irmandades a vivência da solidariedade se tornava mais forte, pois, cada confrade procurava seguir os ensinamentos espirituais do orientador que apontava nessa direção.

⁵⁹ **JUBILEU**: Indulgência plenária concedida pelo Papa em várias solenidades. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Op. cit., p. 378.

⁶⁰ ESPEJA, Jesús. Op. cit., p. 62.

⁶¹ Ibidem, p. 244.

⁶² EDIÇÕES PAULINAS. *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulinas, 1985. Cf. Os Evangelhos narrados por Mateus, Marcos, Lucas e João trazem diversas passagens sobre a prática da caridade, da solidariedade por Jesus e suas mensagens de salvação. O pobre é o preferido de Cristo. O sentido da solidariedade para Jesus não é somente fazer milagres, mas, sobretudo, estar com o outro nos momentos difíceis: chorar com quem estiver chorando, sofrer com quem estiver sofrendo.

A caridade confraternal insere-se, de fato, muito dentro desta dinâmica convivial. O pobre é o próximo e nele o próprio Cristo humilhado. Socorrê-lo é a garantia de ouvir no Juízo Final a bem-aventurança [...] o ‘que fizestes a um dos meus pobres a mim fizeste’ e afastar a condenação final.”⁶³

Havia também nas irmandades a presença de uma solidariedade grupal orientada para a reciprocidade entre os confrades na busca de solidificar as responsabilidades e os interesses comuns, fortalecendo, dessa maneira, o grupo.⁶⁴

Por outro lado, o sentido da caridade pode ser entendido a partir da compreensão histórica do significado da pobreza. A Alta Idade Média Ocidental considerava que era dever da Igreja a ajuda aos pobres.

Em si mesma, a pobreza não era considerada um valor ou uma condição significante. Só durante os séculos XI e XII – na esteira da mensagem dos Padres da Igreja gregos e da actividade monástica oriental – é que a pobreza começa a ser vista como um valor espiritual. Por outro lado, as transformações ao nível das estruturas sociais obrigam os grupos possidentes a confrontar-se com uma pobreza que, no seu constante crescimento, toma foros de fenómeno social. É neste contexto que se desenvolve a actividade das instituições caritativas e das Ordens Mendicantes. Naturalmente inspirada, em grande parte, por sentimentos de compaixão e caridade, esta beneficência nem por isso está menos isenta de premeditação: ela constitui, em primeiro lugar, o meio mais seguro de obter a salvação e, em segundo, uma ocasião para o doador ostentar as suas riquezas e manifestar publicamente os seus sentimentos piedosos.⁶⁵

Paralelamente à evolução da doutrina da pobreza surgiu também uma outra que impetrou na sociedade novas atitudes individuais e coletivas, ou seja, o elogio da caridade.

A dádiva, instrumento universal de estreitamento das relações humanas e símbolo de uma vontade de aproximação entre os homens ou grupos, adquire no cristianismo um significado novo, tanto do ponto de vista espiritual como institucional. A esmola apresenta-se então como um instrumento que permite a remissão dos pecados e, nessa óptica, a presença dos pobres na sociedade cristã inscreve-se naturalmente no plano da salvação.

A doutrina da caridade deve materializar-se e não tardará a que o faça sob a forma de instituições beneméritas. O dever da caridade passa assim a determinar o comportamento individual dos cristãos na sua vida temporal, ao mesmo tempo que faz da Igreja a gestora da misericórdia social e procuradora dos pobres.⁶⁶

O exercício da caridade ganhou um novo sentido a partir de então, tornando-se a via de acesso à santidade. Com a renovação económica que aconteceu no Ocidente, a partir da evolução do capitalismo, assistiu-se também a uma revolução sistemática no sentido da caridade, configurando-se ao aparecimento de uma autêntica espiritualidade da beneficência.

⁶³ COELHO, Maria Helena da Cruz. Op. cit., p. 167.

⁶⁴ Cf. SCHLESINGER, Hugo; PORTO, Humberto. Op. cit., p. 2414.

⁶⁵ GEREMEK, Bronislaw. *A Piedade e a força. História da miséria e da caridade na Europa*. Lisboa: Terramar, 1986, pp. 25-26.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 29.

“Os atos de caridade tornaram-se freqüentes e eram realizados com um espírito diferente. A esmola acabara por se transformar num ato ritual.”⁶⁷ Ritual este que ganhava significado também dentro das confrarias e que surgiam em grande número naquele período.⁶⁸ Um ato ritual de merecimento da misericórdia Divina, assim esperavam aqueles que o praticavam, seja na vida ou após a morte, através das doações e esmolas deixadas por escrito em testamentos.

Dessa forma, entendemos por caridade um ato de auxílio material ao necessitado. Quando falarmos em caridade, estaremos nos referindo a essa doação de parte de um bem que alguém disponibiliza para saciar alguma necessidade de uma pessoa pobre: uma esmola, um pedaço de pão, um prato de comida, uma roupa, enfim, seguindo um pouco naquela orientação de Jesus ao pronunciar o Sermão da Montanha (Mt. 5).⁶⁹ Desprender-se dos bens materiais e ajudar os carentes; eis o cerne da caridade fraterna. Porém, tanto os gestos de solidariedade como de caridade se inserem nos ensinamentos da Igreja seguidora de Cristo para que, juntamente com a fé, as pessoas, no Juízo Final, possam se livrar da condenação eterna e ter sua alma conduzida diretamente para o Paraíso Celeste.⁷⁰

Havia ainda outros atos — para o bem viver e para o bem morrer — no cotidiano da cidade que procuraremos mostrar na seqüência dos nossos estudos. A exemplo disso, figuram as entidades assistencialistas de características religiosas — católicas ou não — e leigas envolvidas pela necessidade alheia, as ações de grupos independentes, dentre outros.

A Irmandade do Santíssimo Sacramento procurava enaltecer os valores da solidariedade e da caridade em seu interior. Em uma fala do Padre Leopoldo Pfad, orientador espiritual do grupo em 1925, ele procurou orientar os confrades nesse sentido, como podemos observar no registro da ata:

⁶⁷ VAUCHEZ, André. *A Espiritualidade da Idade Média Ocidental – séc. VIII-XIII*. Lisboa: Estampa, 1995, pp. 127-128.

⁶⁸ Em fins do século XI e no século XII muitos leigos atentaram para o problema do pobre e da insuficiência da caridade. Daí resultou, por todo o Ocidente, um extraordinário florescimento de fundações hospitalares e caritativas. Congregações religiosas como os Antonitas, ou Hospitalários de Santo Antônio, associação fundada em 1095 no Delfinado por um nobre e pelo seu filho, em ação de graças pela cura deste, que sofria de uma grave eripisela. Em Jerusalém, por volta de 1120, surgem os Hospitalários de São Lázaro que cuidam dos leprosos, e, cerca de 1180, em Montpellier, os Hospitalários do Espírito Santo que criaram hospitais em numerosas cidade do Ocidente. Confrarias leigas estabeleceram-se ao longo dos caminhos de peregrinação, com vista à construção e manutenção de pontes, bem como para o acolhimento aos viajantes. Finalmente, os Trinitários, instituídos por São João de Matha em 1198, procuravam libertar os prisioneiros e resgatar os escravos cristãos nos países muçulmanos. Cf. *Ibidem*.

⁶⁹ EDIÇÕES PAULINAS. Op. cit., p. 1845.

⁷⁰ Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz. Op. cit.

O Revm^o. Irm: Presidente, (...) diz que achando-se presentes a Diretoria, Mezaros e Irmãos, deseja de coração dirigir uma exortação em prol da alma — Santo Agostinho diz que a Eucaristia é o vínculo da caridade — O evangelho é hoje de caridade. Caridade que devemos ter no coração e praticar nas suas multiplas formas — “Deus é caridade” (...), devemos amar a Deus sobre todas as coisas e ao proximo como a nós mesmos — O Santissimo Sacramento nos instrue como devemos praticar a caridade para todos — ricos e pobres — A Santa Eucaristia é o reinado da caridade. (...) Tambem Maria Santissima nos deu o exemplo da caridade na encarnação (...) Mas caridade não quer dizer “estoicismo” e nem “tolerancia”. Jesus revoltou-se contra os mercadores do templo e contra os pharizeus – Amemos todos a Deus e ao proximo para alcançarmos a vida eterna. (...) Imitemos esta caridade de Nosso Senhor em nossas familias em nossos interesses, em tudo, afinal e ... na presença real na Santa Eucaristia.(...) “Eu estava com fome e me destes de comer, estava com sede e me destes de beber, andei nu e me vestistes”. (...) Peço a Nosso Senhor que vos conserve a caridade e o Amor ao proximo em toda a sua plenitude.⁷¹

Três questões importantes se destacam na fala do sacerdote: primeiro, a afirmação do amor a Deus e ao próximo. No amor incondicional, a fé se renova e fortalece as ações de solidariedade. Em seguida, observamos a importância que o orientador dá à Sagrada Eucaristia como centro de promoção da caridade. A prática dos sacramentos — como veremos mais adiante — era incentivada e, muitas vezes cobrada. A condição para se ter a vida eterna constituía-se no amor a Deus e ao próximo, independente da posição social dos indivíduos. Ter um bom descanso, após uma boa morte, implicava em seguir as orientações fundamentadas na teologia católica exigida pela Igreja. A eficácia do amor, explicada pela teologia escolástica, se manifesta na caridade como “uma virtude geral que rege todas as virtudes e as dinamiza.”⁷² Em 1Cor 13,4-7 encontramos uma bela síntese dessa idéia: “A caridade é paciente e bondosa. Não tem inveja, não é orgulhosa, arrogante, nem escandalosa. Não busca os próprios interesses, não se irrita, nem guarda rancor. Não se alegra com a injustiça, mas se rejubila com a verdade. Tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta.”⁷³

O espírito de caridade permanecia sobre os confrades, até mesmo se fosse por uma causa bem distante, como em 1922, quando um movimento interno aconteceu em favor das crianças famintas da Europa, para as quais a Irmandade contribuiu com 100\$000 (cem mil réis).⁷⁴ Ou quando, solidarizando-se também com o movimento de catecismo da Igreja Católica, ela fazia uma contribuição mensal de 10\$000 (Dez mil réis) para a Escola Paroquial

⁷¹ AISSCM. Livro de Atas da Irmandade do Santissimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio, 1924 – 1933. Ata da Sessão 162, 05-JUL-1925, fls. 17 – 18.

⁷² ESPEJA, Jesús. Op. cit., p. 234.

⁷³ EDIÇÕES PAULINAS. Op. cit., p. 2165 .

⁷⁴ AISSCM. Livro de Atas da Irmandade do Santissimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio, 1916 – 1923. Ata da Sessão 127, 07-MAIO-1922, fl. 71.

da matriz.⁷⁵ Esta Escola Paroquial, criada em 1912 sob a designação de Menino Jesus, foi um dos instrumentos que procurou inserir entre as crianças os novos rumos da Igreja tomados a partir da Romanização. O ensino do catecismo, no qual reafirmava-se a doutrina católica e os sacramentos, era conduzido pelos próprios vigários da paróquia. As catequistas ministravam aulas com o objetivo de preparação dos infantes para a primeira comunhão.⁷⁶

O socorro aos pobres e indigentes tornou-se uma prática das irmandades em todos os lugares em que elas atuavam. Em Juiz de Fora vale mencionar que a Irmandade do Santíssimo Sacramento também procurava socorrer material e espiritualmente esses excluídos socialmente. Constituíam-se em contribuições em dinheiro que os irmãos ofereciam, juntamente com outras associações de caridade para, providenciar a compra de remédios, alimentos e, inclusive, para organizar o enterro dos desprotegidos.⁷⁷

A proximidade da morte de um confrade ou de um membro de sua família, ou ainda de um amigo, fazia com que os irmãos organizassem uma comissão para proceder à visita, levando uma palavra de conforto e espiritualidade tanto ao doente quanto à família. Caso houvesse morte, todas as providências estatutárias eram tomadas rapidamente para colocar em prática um dos principais motivos da existência da irmandade, isto é, o socorro à família e ao membro na hora do passamento, enaltecendo sua característica de responsabilidades coletivas e estabilidade social.⁷⁸ Dessa maneira, a Irmandade do Santíssimo Sacramento pôde experimentar essa vivência em diversas ocasiões, como a que foi relatada em ata no ano de 1924:

[...] Cientificada em seguida á meza de que se achavam enfermos os irmãos João Baptista Nunes de Oliveira e Augusto Alvares Penna, foi pelo Revm^o. Presidente nomeada uma comissão para visitá-los, ao mesmo tempo que a comissão anteriormente nomeada para dar pezones a Nunes Valle pelo falecimento de sua veneranda progenitora participou o desempenho da inbumbência [...].⁷⁹

Vale ainda ressaltar que os confrades procuravam comparecer aos enterros dos irmãos falecidos para solidarizarem-se com a família enlutada. A seguinte ata escrita em 1930 apresenta a atitude da irmandade em conformidade com os estatutos vigentes no período:

⁷⁵ AISSCM. Livro de Atas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio, 1916 – 1923. Ata da Sessão 122, 06-NOV-1921, fl. 66.

⁷⁶ AZZI, Riolando. *Sob o báculo episcopal*. Op. cit., pp. 132–137.

⁷⁷ AISSCM. Livro de Atas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio, 1924 – 1933. Ata da Sessão 178, 07-NOV-1926, fl. 34.

⁷⁸ VINCENT, Catherine. Op. cit., p. 66.

⁷⁹ AISSCM. Livro de Atas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio, 1924 – 1933. Ata da Sessão 155, 05-OUT-1924, fl. 06.

[...] Sobre o falecimento de nosso irmão procurador João das Chagas Monteiro que todos os membros da Irmandade tiveram conhecimento, comparecendo grande numero ao enterro, comunicava que de conformidade com os Estatutos, mandou celebrar em sufragio de sua alma as 6 missas a que tinha direito.⁸⁰

O acompanhamento do enterro pela irmandade deveria se dar com a opa apropriada, pois, aquela era uma ocasião especial, o último encontro com um companheiro de caminhada e, por isso, ali se daria a despedida e as orações pelo descanso de sua alma. O traje marcava, portanto, a presença de uma instituição que, em certa medida, procurava também atrair outros membros para o seu interior. E, por fim, o ato de estar com a família enlutada era um gesto cristão de demonstrar, não só a solidariedade, mas também a espiritualidade que fortalecia o grupo para continuar seus trabalhos posteriores. A fé na ressurreição de Jesus e na ressurreição dos santos sintetizava-se naquele momento de perda e dor, que se transformava em alegria pela crença na ressurreição de um irmão que, mesmo morto, procurava crer no Cristo Salvador.⁸¹

A prática da caridade saía do círculo das irmandades e ganhava o meio social. A dinâmica cristã do auxílio ao próximo se concretizava em atos de doações de diversos gêneros alimentícios e em dinheiro para instituições que abrigavam crianças órfãs e mendigos. As pessoas, assim, buscavam preparar uma passagem tranqüila para a vida eterna, acreditando estar libertando sua alma de todas as armadilhas terrenas, como o egoísmo, a vaidade e o orgulho. Doar uma parte de seus bens garantiria a segurança da salvação.

A esmola apresenta-se então como um instrumento que permite a remissão dos pecados e, nessa óptica, a presença dos pobres na sociedade cristã inscreve-se naturalmente no plano da salvação. [...] O dever da caridade passa assim a determinar o comportamento individual dos cristãos na sua vida temporal, ao mesmo tempo em que faz da Igreja a gestora da misericórdia social e procuradora dos pobres. [...] O modelo de vida que parece ser o mais recomendado, porque concerne a maioria da população rica, é o que consiste em procurar a salvação por pios contributos: apoio à Igreja, fundação de novos templos, doações a favor das instituições de misericórdia.⁸²

O Asilo de Mendigos de Juiz de Fora, uma associação mantida pelo Poder Público, recebia quase que diariamente donativos para seu sustento. Assim, todos os meses o diretor do asilo mandava publicar nos jornais o movimento dos mendigos que ocupavam aquela instituição e as doações recebidas.

⁸⁰ AISSCM. Livro de Atas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio, 1924-1933. Ata da Sessão 219, 04-MAIO-1930, fl. 77.

⁸¹ Cf. BOFF, Leonardo. *A Ressurreição de Cristo, a nossa ressurreição na morte*. Petrópolis: Vozes, 1983.

⁸² GEREMEK, Bronislaw. Op. cit., pp. 29-30.

ASYLO DOS MENDIGOS DE JUIZ DE FORA

No decurso do mez de abril ultimo, verificou-se o seguinte movimento no Asylo de Mendigos de Juiz de Fóra:

Existencia no dia 1, 92 asylados, sendo 57 homens e 35 mulheres; entrou um homem e sahiram quatro; entraram duas mulheres, sahiram duas e faleceu uma.

A existência no dia 30 era de 88, sendo 54 homens e 34 mulheres.

O asylo recebeu os seguintes donativos: 123\$ de um anonymo, 40\$ de outro anonymo, 20\$ do sr. Leopoldo de Souza, 25\$ do sr. Jaime Junqueira de Andrade, 10\$ do sr. Reinor Sobreira, 120\$ do sr. Manoel Venancio Sobrinho, 7\$ do sr. José Ludolf de Melo, 20 kilos de banha de porco do sr. Dr. Pio Villela Pedras, um sacco de fubá do sr. Geraldo Rezende, dous saccos de café do sr. Dr. José Procópio Teixeira, cinco kilos de toucinho do srs. Valentin Colsera & Irmão, 15 kilos de farinha de mandioca dos srs. Beghelli & Irmão, oito kilos de pão da Padaria Riachuelo, 10\$ em pães dos srs. Falci & Comp., e miudos de porco, diariamente, dos srs. Costa Irmão & Comp.⁸³

As pessoas que doavam para o asilo pertenciam à elite econômica e política de Juiz de Fora. As doações aparecem outras vezes por diversos anos nos jornais e, quase sempre, alguns nomes repetiam nessa prática da caridade, demonstrando um certo comportamento espiritual seguindo talvez aquela linha pregada por São Paulo e outros apóstolos de Cristo, para os quais “a fé sem obras é morta.”⁸⁴ Aparecem também na lista o anonimato, pessoas mais comedidas e que não faziam a menor questão de se destacarem para a sociedade, mas, com certeza, acreditavam que Deus lhe daria sua paga pelo seu ato de reconhecimento para com aqueles que sofrem as injustiças sociais.

3.3 – O preço da morte: os investimentos para o bem morrer

Tanto viver quanto morrer em Juiz de Fora tinha o seu preço. De um modo geral, quase todas as pessoas se preocupavam em investir recursos financeiros na morte para que pudessem fazer o seu passamento de maneira mais tranqüila e cômoda. Procuraremos fazer uma análise dos gastos que se tinha que fazer para morrer, incluindo, quando possível, os custos aferidos com a compra de uma cova no cemitério, a urna mortuária, as roupas, o velório, o carro para o transporte do cadáver — quando era uma pessoa rica —, enfim, tudo aquilo que envolvia a morte e o morrer.

⁸³ AHPJF. Diário Mercantil; Ano XII; N° 3882; 09/05/1924.

⁸⁴ EDIÇÕES PAULINAS. Op. cit., p. 2266. / OS DOADORES E SUA CONDIÇÃO SOCIAL, POLÍTICA E ECONÔMICA: Dr. Pio Villela Pedras, pertencente à família de tradição econômica e política na cidade; Geraldo Rezende (Coronel Geraldo Filgueiras de Rezende), Foi presidente da Câmara Municipal e Agente do Executivo Municipal; Dr. José Procópio Teixeira, vereador, fazendeiro e chefe do Executivo Municipal entre 1916 a 1927; Beghelli, família de tradição religiosa na cidade. Vê-se ainda que alguns doadores eram comerciantes em Juiz de Fora, pois aparecem os nomes de seus estabelecimentos.

Sabemos que a Igreja tinha o poder de controlar a morte e o morrer na sociedade brasileira desde a época colonial. Isso só terminou, em parte, diante do processo de laicização pelo qual passaram os cemitérios no período imperial, o que acabou por transferir responsabilidades para a esfera do Poder Público. Porém, sustentamos que algumas atitudes ainda continuavam nas mãos dos sacerdotes da instituição católica, como por exemplo, o ato de benzer os cemitérios, o ritual das exéquias, a celebração de missas nas capelas dos cemitérios e o acompanhamento dos enterros.⁸⁵

Queremos apresentar, antes de entrar em detalhes sobre os investimentos ou os gastos em torno da morte, um conflito que aconteceu em Juiz de Fora por causa do monopólio dos enterros, que geravam alguns recursos financeiros para os sacerdotes. O vigário da Matriz de Santo Antônio — Padre Venâncio Café — monopolizava todo o procedimento sobre os enterros que aconteciam na cidade. Isso parece que teve início em 1891, ano da morte do Padre Tiago Mendes Ribeiro. Tudo indica que Padre Café fez um acordo com o armador funerário, o senhor Paulo Gomes para que o comunicado sobre a morte de alguém fosse feito diretamente ao reverendo. Era ele que deveria permitir o procedimento do enterro, comandar o ritual das exéquias e acompanhar o féretro até o cemitério. Tudo isso, porém, desagradava um outro sacerdote da cidade; o Padre João Emílio Pereira da Silva que, ficando excluído dos lucros sobre a morte e o morrer, em 1895, dirigiu-se ao Bispo da Diocese de Mariana nos seguintes termos:

MOTIVOS DE OPPOSIÇÃO

[...] A tanto que, ha quase quatro annos tenho sustentado para oppor alguma existencia a intolerancia e tyrannia do reverendo senhor vigario de Juiz de Fora, tem sua origem numa celebre portaria, producto da vaidade do reverendo senhor vigario, muito susceptivel de ser offendida.

[...]

O PROCEDIMENTO DO VIGARIO

Primeiro, quanto aos enterros. Desde que nossas relações se quebraram, que o reverendo vigario tomou a si todos os convites p/ os enterros.

No tempo do Vigario Tiago e mesmo quando eu por algum tempo occupei o cargo de vigario, era director da empresa funeraria que a pedido da familia do morto se encarregava dos convites. Este comprehendendo que os padres aqui residentes precisam de viver convidava ora um ora outro sacerdote para os enterros. Hoje em

⁸⁵ Alguns documentos referem-se aos cemitérios públicos, porém, os sacerdotes católicos são ainda chamados para benzer o campo santo, como foi o caso do Cemitério Municipal de Juiz de Fora e outros da região; Há ainda a reserva de um local separado para enterrarem os não-católicos e os que cometiam suicídios; pedidos de permissão enviados pelos sacerdotes ao bispo da diocese para celebrar missas na capela do cemitério. Cf. ACMJF. Livros de Tombo da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora, 1901-1950.

dia, até para os enterros de primeira classe so comparece o vigario e as vezes acompanhado de algum padre que por acaso esteja hospedado na sua casa. Juiz de Fora, 28 de Dezembro de 1895. Pe. João Emilio Pereira da Silva.⁸⁶

Vê-se claramente o descontentamento do Padre João Emílio diante do fato de haver monopólio sobre os lucros dos enterros em Juiz de Fora. Não é de se estranhar esse fato, pois, uma boa parte das despesas com a morte revertia-se para a Igreja. Temos assim, além do pagamento aos padres pelo acompanhamento dos enterros, os gastos com as missas e aquelas despesas pagas às irmandades ao longo da vida de cada membro. Podemos dizer, então, que havia dentro da instituição católica uma comercialização sobre a morte e o morrer. A morte tornava-se, ao mesmo tempo, um negócio dispendioso para a família do finado, porém, um mercado lucrativo para os sacerdotes.⁸⁷

3.3.1 – As contas das irmandades com a morte

Partindo para uma análise mais detalhada, começaremos pelas contas das irmandades despendidas com a morte. Assim que um confrade recebia a notícia do passamento de um irmão, ele deveria imediatamente comunicar ao funcionário responsável pelas atitudes a serem tomadas que, nesse caso, cabia ao Provedor. Este, como Presidente, e por possuir o mais elevado cargo da hierarquia, deveria passar a informação ao Procurador para que regulasse “as insígnias feitas ao confrade falecido para que a Irmandade o acompanhasse até o jazigo, bem como proceder ao reconhecimento do estado de débito do irmão para verificar ou não o direito de ser sufragado.”⁸⁸ Também o Capelão seria informado com o objetivo de tomar as providências cabíveis, isto é, registrar o assento no livro de óbitos, proceder o ritual das exéquias, celebrar as missas de direito do finado e acompanhar o enterro até o cemitério. O Andador providenciava o toque do sino, anunciando que uma alma se dirigia para Deus.⁸⁹

As despesas das irmandades para com a morte não eram pequenas, por outro lado, elas recebiam os pagamentos das jóias de entrada e das anuidades para os devidos gastos quando necessário, afinal de contas, não era todo dia que morria algum associado. Essas despesas com a morte de um membro tornavam-se, então, esporádicas. Lembremos, no

⁸⁶ AEAM. Carta do Padre João Emilio Pereira da Silva ao Bispo de Mariana D. Antônio Maria Correa de Sá e Benevides. 1895.

⁸⁷ REIS, João José. Op. cit., pp. 228-244.

⁸⁸ QUIOSSA, Paulo Sérgio. Op. cit., p. 59.

⁸⁹ Ibidem, p. 62.

entanto, que uma das principais finalidades das irmandades era socorrer os irmãos na hora da morte.⁹⁰

Através dos livros de receitas e despesas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio, pudemos constatar alguns dados interessantes sobre os gastos da mesma para com a morte e o morrer. Não nos foi possível abarcar todo o período estudado, pois a falta de documentos deixa algumas lacunas e, por outro lado, há muitas imprecisões nos registros observados por nós. Porém, pelo menos, podemos ter uma visão muito próxima da realidade vivenciada pela referida associação. Para isso, configuramos no quadro a seguir uma relação das principais receitas e despesas e, a partir de então, realizaremos uma leitura dos gastos com a morte.

QUADRO 4 - RECEITAS E DESPESAS DA IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO COM A MORTE E O MORRER

RECEITA	RELAÇÃO DAS DESPESAS GERAIS	VALORES GASTOS COM A MORTE E O MORRER
-Jóias pagas na entrada -Anuidades -Doações e esmolas -Títulos da dívida pública -Loterias / Sorteios	-Compra de livros de registros -Selos -Tecidos -Cordões e emblemas -Cera -Velas -Flores -Tochas -Missas -Opas -Banda de música -Pagamento aos funcionários: capelão, sacristão, andador, organista, cantoras -Aluguel de carros -Anúncios em jornais -Empresa funerária -Convites para missas e enterros -Caixão -Fogos -Gastos gerais com festas -Sacerdotes pregadores -Reformas na igreja -Serviço de armador	-MISSAS: Cada espórtula por uma missa era em torno de 15\$000 -CARRO PARA VISITAS A ENFERMOS E FAMILIARES: 30\$000 -CERA PARA VELAS: 50\$000 -BANDA DE MÚSICA: 50\$000 -ANÚNCIOS (CONVITES) DE MORTES, ENTERROS E MISSAS NOS JORNAIS: 5\$000 -EMPRESA FUNERÁRIA: 40\$000 -CAIXÃO: Varia de 25\$000 A 350\$000 -ACOMPANHAMENTO DE ENTERRO PAGO A SACERDOTES: 50\$000

⁹⁰ Diversos estudiosos fizeram essa observação em suas pesquisas. Cf. BEOZZO, José Oscar. Irmandades, Santuários e Capelinhas de beira de estrada. Op. cit.; BORGES, Célia. *Devoção branca de homens negros*. Op. cit.; BOSCHI, Caio César. Op. cit.; MENEZES, J. Furtado de. Op. cit.; RUSSEL-WOOD, A. J. R. Op. cit.; SALLES, Fritz Teixeira de. Op. cit.

	-Ajudantes na Matriz -Obra de socorro aos enfermos -Assinatura de “O Lampadário” -Gastos com hotéis -Serviço de tipografia -Serviço de correios e telégrafos	-COMPRA DE COVAS OU TERRENOS NO CEMITÉRIO: Varia de 9\$000 A 500\$000 -VIGÁRIO/CAPELÃO: 100\$000 POR ANO
--	---	---

FONTE: Livros de Receitas e Despesas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio de Juiz de Fora, 1910-1940.

Os serviços funerários atraíam diversos profissionais que se tornavam especialistas nos trabalhos com a morte e o morrer: “coveiros, pedreiros, carpinteiros, armadores, campeiros, cirieiros, comerciantes de tecidos, alfaiates, músicos, padres, frades, sacristãos, sineiros.”⁹¹ Podemos acrescentar ainda os proprietários de carros para levar o caixão e os jornais que publicavam os anúncios da morte, do enterro e da missa para o finado. Constituíam-se em um mercado amplo que proporcionava uma boa lucratividade aos envolvidos nas atividades.

Vamos então analisar as despesas como mostra o quadro anterior. Primeiramente, os gastos com as missas. Cada uma custava em torno de 15\$000, no início do século XX, mas não temos os valores pagos no século anterior. A título de comparação, em Salvador, no século XIX, uma missa custava em torno de 240 réis a 320 réis.⁹² Já no Rio de Janeiro saía em torno de 400 réis.⁹³ A Irmandade do Santíssimo pagava por, pelo menos, quatro a cinco missas por mês, como exigiam os estatutos, totalizando, então, entre 60\$00 e 75\$000. Quando morria algum irmão, mandava celebrar outras tantas quantas fossem necessárias, seguindo as orientações prescritas nas normas estatutárias. “A família do morto encontrava na realização das missas profundo consolo pela morte do mesmo, assegurando-lhe o máximo de felicidade na outra vida.”⁹⁴ Embora o preço de uma missa era baixo, se levarmos em conta outros gastos funerários, na verdade, ela se tornava uma despesa muito elevada, pois os católicos acreditavam que uma só celebração não era o bastante para se conseguir a salvação da alma. Na Bahia, por exemplo, as irmandades deveriam mandar dizer dezenas ou centenas de missas pela alma de um confrade que deixou seu pedido no testamento. Por isso, os próprios estatutos já se referiam à perda dos sufrágios caso o confrade estivesse em dívida com a agremiação após sua morte, o que geraria uma despesa a mais para os cofres das irmandades.⁹⁵ Essa referência também foi constatada nas associações leigas em Juiz de

⁹¹ REIS, João José. Op. cit., p. 228.

⁹² Ibidem, p. 229.

⁹³ RODRIGUES, Cláudia. Op. cit., p. 26.

⁹⁴ SALLES, Fritz Teixeira de. Op. cit., p. 74.

⁹⁵ REIS, João José. Op. cit., p. 229.

Fora.⁹⁶ Porém, em nossos estudos testamentais não encontramos nenhum testador pertencente a alguma irmandade que exigisse um maior número de sufrágios do que os definidos nos estatutos.

A cera era outro componente que não podia faltar aos velórios e enterros. As despesas atingiam cifras muito altas, principalmente se o enterro fosse à noite, como deveria ser no século XIX. Mensalmente a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio gastava em torno de 50\$000 com a cera para velas. Quando morria algum confrade esse valor podia dobrar, dependendo da pompa do funeral, apesar de não haver registro específico sobre esse fato.

Também a música tornou-se um componente importante no funeral de um associado. Contratar uma banda não saía por menos de 50\$000. Os músicos tocavam em casa e na igreja. Quanto mais tempo no velório, maior a despesa. Por isso, essa não era uma prática constante na irmandade, exceto para os confrades mais abastados. Parece que os músicos eram contratados com mais frequência em épocas de festas e procissões celebradas pela associação na Matriz.

Os anúncios em jornais comunicando a morte e convidando para o enterro e a missa também constituíam-se em gastos incluídos nos funerais. Não eram caros tais anúncios, giravam em torno de 5\$000 cada um deles. Geralmente traziam mensagens curtas e objetivas, como o exemplo a seguir:

Dr. Luiz Andrés

A Irmandade do Santissimo Sacramento faz celebrar amanhã, 21, ás 8 horas, na Matriz, uma missa por alma do DR. LUIZ ANDRÉS, e para assistil-a convida a todos os membros da Irmandade, assim como a família do finado e a todos os seus amigos.⁹⁷

A Participação no velório, no féretro ou na missa de um indivíduo trazia a possibilidade do encontro com parentes e amigos, proporcionando ainda momentos de solidariedade. Eram eventos tristes, mas que agregavam as famílias e outras pessoas da sociedade que há muito não se encontravam. Nesse enlace, as conversas e as lembranças possibilitavam a elaboração de comportamentos bastante enraizados na cultura. Era uma teia de relações produzida ao longo da vida, onde os sentimentos e as emoções emergiam e aproximavam os indivíduos de variados segmentos sociais. Para a família, os parentes e os amigos que ficaram, o sofrimento tornava-se um problema religioso. E a religião tem uma

⁹⁶ Cf. Estatutos da Irmandade do Santissimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio; Estatutos da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos; Estatutos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

⁹⁷ AHPJF. Diário Mercantil; Ano IV; N° 989; 20/04/1915.

função específica nesse caso, isto é, ensinar “como sofrer, como fazer da dor física, da perda pessoal, da derrota frente ao mundo ou da impotente contemplação da agonia alheia algo tolerável, suportável, sofrível.”⁹⁸

Como a religião ancora o poder de nossos recursos simbólicos para a formulação de idéias analíticas, de um lado, na concepção autoritária da forma total da realidade, da mesma forma ela ancora, no outro lado, o poder dos nossos recursos, também simbólicos, de expressar emoções — disposições, sentimentos, paixões, afeições, sensações... Os símbolos religiosos oferecem uma garantia cósmica não apenas para sua capacidade de compreender o mundo, mas também para que, compreendendo-o, dêem precisão a seu sentimento, uma definição às suas emoções que lhes permita suportá-lo.⁹⁹

No início do século XX encontramos registros nos livros de receitas e despesas da Irmandade do Santíssimo Sacramento de gastos com a funerária. Foram feitos à empresa dois pagamentos nos anos de 1917 e 1918 nos valores de 41\$000 e 101\$000 respectivamente. A referida empresa era a Funerária de Juiz de Fora, que foi fundada em fins do século XIX, no ano de 1889. Ela tinha responsabilidade direta na organização do velório e de outros afazeres com o morto e o morrer. Suas funções constituíam-se na confecção de caixões e de coroas de flores, o aluguel de carros para transportar o defunto e a venda de cera para velas. Na verdade ela monopolizava todo o trabalho.¹⁰⁰ Assim sendo, a irmandade procurava contratar seus serviços para a promoção do enterro no seu todo ou somente para alguns serviços mais especializados, como a compra de uma coroa de flores, o aluguel de caixões ou a aquisição de cera para velar o defunto.

As irmandades podiam ainda ganhar com a doença e a morte de algum indivíduo. Nos estatutos das agremiações estavam previstos o ingresso de qualquer pessoa gravemente enferma ou simplesmente o acompanhamento de um enterro pelo pagamento de uma cifra considerável e que sempre engordava os cofres das associações. Os estatutos procuravam ser bem claros com relação ao fato acima. Vejamos como a Irmandade do Santíssimo Sacramento regulamentava essa questão:

Se alguma pessoa gravemente enferma por sua devoção quiser ser admittida á esta Irmandade, tendo as qualidades exigidas no artigo segundo deste Capitulo, se aceitará mediante a quantia de cincuenta mil réis, que se obrigarão a pagar o testamenteiro, ou herdeiro do dito infermo, ficando extensivo a este artigo a disposição final do artigo antecedente.¹⁰¹

⁹⁸ GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p.119.

⁹⁹ *Ibidem*, pp. 119-120.

¹⁰⁰ AHPJF. Diário Mercantil; Ano I; Nº 34; 03/03/1912.

¹⁰¹ AISSCM. Estatutos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio, 1855. Cap. 1º, art. 5º.

A Irmandade de Nosso Senhor dos Passos também exigia o pagamento de 50\$000, seguindo os mesmos termos do Santíssimo.¹⁰² Por outro lado, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário era a que exigia uma quantia menor, talvez por ser uma associação que congregava, em sua maioria, escravos e pretos libertos, indivíduos menos favorecidos economicamente. De acordo com os seus estatutos, “se alguma pessoa gravemente enferma quizer pertencer a esta irmandade pagará no acto da entrada alem da jóia estipulada no artigo 26 [5\$000], mais a quota de trinta mil réis.”¹⁰³ Totalizava, assim, a quantia de 35\$000.

Não foi encontrado nos registros das irmandades de Juiz de Fora nenhum caso relativo a pedidos feitos pela família para ingressar uma pessoa recém-falecida para que fosse socorrida pela associação no seu enterramento. João José Reis, em seus estudos em Salvador, demonstrou que esta era uma forma de também arrecadar recursos e promover a solidariedade para aquele que acabara de entregar sua alma a Deus.¹⁰⁴ Porém, o acompanhamento do féretro pelos confrades era previsto em algumas irmandades, aliás, isso era comum já no século XVIII em Minas Gerais, como demonstrou Célia Borges em sua pesquisa sobre as Irmandades do Rosário.¹⁰⁵

3.3.2 – As despesas particulares para o bem viver e o bem morrer

As despesas de uma família que vivia em Juiz de Fora entre os séculos XIX e XX não eram pequenas para aquela época. Não seria errôneo falar que não se diferem muito do custo de vida que temos hoje, logicamente, resguardadas as devidas proporções da modernidade e da tecnologia que temos. Lembremos de alguns fatos que evidenciam esse caráter elevado dos preços: a crise de 1850 provocada pela lei do fim do tráfico; a Crise do Encilhamento (1891); a Crise econômica de 1929; as diversas reformas monetárias que percorreram o Brasil até 1994; enfim, foram momentos que, com certeza, provocaram desequilíbrios na economia doméstica.¹⁰⁶

A carestia dos alimentos mais comuns na mesa dos brasileiros foi um dos maiores problemas do século XIX.

¹⁰² CMIJF. Estatutos da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos da Freguesia de Santo Antônio do Paraibuna, 1855. Cap. 1º, art. 5º.

¹⁰³ CMIJF. Estatutos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Freguesia de Santo Antônio da cidade de Juiz de Fora, 1888. Cap. 10º, art. 29.

¹⁰⁴ REIS, João José. Op. cit., pp. 229-230.

¹⁰⁵ BORGES, Célia. *Devoção branca de homens negros*. Op. cit., p. 112.

¹⁰⁶ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). Op. cit.

De fato, com maior ou menor intensidade, na década de 1850, um encarecimento dos gêneros alimentícios ocorria em diversas províncias do Império. As províncias do Rio de Janeiro (com destaque para a Corte Imperial) e de São Paulo eram as que mais sentiam a carestia. Mas ela também se fazia observar na Bahia e em Pernambuco, bem como nas províncias de Minas Gerais, Mato Grosso e igualmente nas províncias do Maranhão e do Pará; e, com menor intensidade, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

[...]

Em Minas Gerais a elevação dos preços dos alimentos era um reflexo dos seguintes fatores: 1º) a irregularidade das estações nesses anos de 1850; 2º) o desvio de não poucos braços da lavoura para outras atividades, principalmente para trabalhar em obras públicas; e 3º) alta do preço da carne de porco e de vaca. Além do crescimento populacional em Minas Gerais, em que o aumento da demanda forçou alta no preço dos alimentos (principalmente o preço da carne de porco, que os mineiros sempre preferiram), muitos começaram a comer carne fresca de vaca. Mas as maiores dificuldades e dispêndios encontrados pelos criadores de gado e o crescente consumo de carne de vaca em Minas faz aumentar o seu preço no mercado consumidor a partir de meados do século XIX; encarecendo, também, os demais víveres naquela província.¹⁰⁷

Viver e morrer em Juiz de Fora exigiam muitos recursos. Porém, para os pobres e indigentes, o Poder Público e as irmandades procuravam arcar com algumas despesas. A Câmara Municipal providenciava o sepultamento em cova simples. As associações procuravam socorrer com o acompanhamento do enterro, caso fosse uma pessoa sem recursos financeiros, providenciando também os sufrágios a que tinha direito, caso fosse um confrade.¹⁰⁸

Em Juiz de Fora, temos as cifras do enterro do Bispo de Trípolli, D. Luiz Lasagna, que morreu em um grave acidente de trem ocorrido em 1895. Juntamente com o religioso, outras quatro religiosas e um padre morreram, além do foguista. Foram veladas e enterradas na cidade as sete vítimas, inclusive o bispo. As despesas foram bem altas, principalmente pela opulência que envolveu o enterro do religioso. Vejamos os gastos no quadro a seguir:

¹⁰⁷ VITORINO, Artur José Renda. *A carestia no Brasil dos anos 1850*. História e História; Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP. Campinas: 2004, sem paginação.

¹⁰⁸ Cf. Estatutos das irmandades.

**QUADRO 5 - RELAÇÃO DE DESPESAS COM AS VÍTIMAS DO ACIDENTE EM QUE MORREU
D. LUIZ LASAGNA E OS SEUS SEPULTAMENTOS - 1895**

DESCRIMINAÇÃO	VALOR PAGO
1- Aos operários que ajudaram a recolher os cadáveres, lavar, etc	60\$000
2- Ao coveiro e ajudantes	70\$000
3- Despesas na capella (Pano preto no altar mor...)	350\$000
4- As sepulturas <i>in perpetuum</i>	400\$000
5- Dinheiro fornecido ao revdmo. Padre Albanello	800\$000
6- Cêra para os diversos officios (142 ½ kilos)	855\$000
7- Boletins impressos no “Pharol”	68\$000
8- Telegrammas, carros e portadores	65\$000
9- Sacristães, ajudantes e fabrica	120\$000
10- Musica – coro e orchestra	400\$000
11- Contas pagas á empreza, catafalco rico e armação da igreja	800\$000
12- 2 corôas ricas e as inscrições dos exmos. Presidente e Ministro	136\$600
13- 5 corôas com iscrições	135\$000
14- Caixão de 1ª. Classe	350\$000
15- 6 caixões mais	720\$000
16- Eça pequena	30\$000
17- Carro fúnebre, coupé e carros	100\$000
TOTAL	5:459\$600

FONTE: AEAM. Livro de registros de despesas das paróquias da Diocese de Mariana

Vemos um relatório com gastos altíssimos, para uma época em que um enterro comum, o mais simples, podia variar entre 35\$000 a 100\$000, incluindo o velório, o féretro e a sepultura.¹⁰⁹ Não esqueçamos de que no quadro acima os custos referem-se a sete enterros. E quem pagou a conta? A Igreja de Juiz de Fora, cujo vigário era o Padre Venâncio Ribeiro de Aguiar Café. Foi ele quem enviou a relação dos gastos para a Diocese de Mariana que, provavelmente, deve ter reembolsado parte deles.

Chama-nos a atenção, nessas despesas, primeiramente, a quantidade de cera utilizada para velar os sete corpos na capela da Matriz. Foram quase 150 quilos a um custo de 855\$000,¹¹⁰ demonstrando a suntuosidade do evento e, logicamente, não nos esqueçamos que um dos defuntos era um representante da alta hierarquia da Igreja Católica, o Bispo de Trípoli,

¹⁰⁹ Cf. AHPJF. Relação de gastos apresentados pelo administrador do cemitério público em 1900.

¹¹⁰ A título de comparação, se voltarmos nossos olhos para o início do século XIX em Salvador, para o funeral de Rita Constância dos Anjos, em 1829, [...] 32 kg de cera foram queimados, a um custo de 75\$860. com essa quantia podiam-se comprar, naquele ano, 160 galinhas, ou 47 perus, ou 273 kg de carne, ou 69 kg de queijo. Muita coisa? Um funeral apenas medianamente iluminado. Cf. REIS, João José. Op. cit., p. 237.

D. Luiz Lasagna. O luxo, portanto, caracterizou fortemente o referido fato. O valor gasto para tamanho brilho foi realmente alto, ultrapassando 5:000\$000.

Torna-se difícil fazer uma comparação de preços para se ter uma noção mais exata dos gastos e o que se poderia comprar com aquela quantia. Porém, através dos estudos de inventários alguns pesquisadores puderam relacionar bens e valores de alguns proprietários moradores da cidade e região. É o que fez Rita de Cássia V. Rosa em uma pesquisa sobre a nobreza e o baronato em Juiz de Fora. Segundo ela, “na Fazenda Santana, de propriedade do Barão de Juiz de Fora, na descrição dos bens imóveis, uma capela foi avaliada em 6:000\$000. Com valor superior ao conjunto formado pela moradia, com engenho e senzala (5:900\$000) e a casa no arraial de Santana (3:000\$000).”¹¹¹ Assim, podemos ter uma noção clara de que o enterro do bispo e dos seis outros mortos em 1895 foi realmente muito dispendioso, sendo as despesas mais elevadas do que uma casa, como mostra o valor descrito pela historiadora.

Um enterro de fino luxo e com toda pompa tinha que contar com acompanhamento de banda de música para envolver as pessoas no clima emotivo que o ato provoca. Geralmente, uma boa banda tinha que ter entre vinte e trinta músicos e tocava-se em casa e na igreja.¹¹² Esse enterro foi acompanhado por coro e orquestra e consumiu 400\$000.

Outros pontos que se evidenciam são o dinheiro fornecido ao Padre Albanello, provavelmente para acompanhar o ritual e fazer algum sermão para a boa passagem dos religiosos, e o dinheiro pago à empresa funerária, que armou um rico catafalco e preparou com grande ornamentação o ambiente. O bispo foi enterrado em caixão de primeira classe, cujo valor foi de 350\$000 e os demais sacerdotes em caixões mais simples.

Outro ponto que merece interesse para o cômputo dos gastos com a morte é o preço dos caixões, que variavam de acordo com sua ornamentação, e já vinham prontos da funerária. Vejamos as cifras no quadro a seguir:

¹¹¹ ROSA, Rita de Cássia Vianna. *Nossos barões, seus impérios: aspectos da vida material da elite nobiliárquica de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX*. Monografia (Bacharel em História), Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora: 1999, p. 76.

¹¹² *Ibidem*, p. 239.

QUADRO 6 - VALORES DOS CAIXÕES E DOS CARROS DA EMPRESA FUNERÁRIA DE JUIZ DE FORA – 1895

TIPO	DESCRIMINAÇÃO	PREÇO
-ADULTO / 1ª CLASSE	-Caixão de madeira, coberto de velludo preto, forrado com settim branco ou de cor; com duas ordens de galões dourados largos; cruzeiro; franja; pés ricos; alças lavradas e grinalda.	350\$000
-ADULTOS / 2ª CLASSE	- Caixão de madeira, coberto de velludo preto, forrado com settim branco ou de cor; com uma ordem de galão fino, e outra de grega, alças polidas e ricas; pés e uma grinalda.	180\$000
-ADULTOS / 3ª CLASSE	- Caixão de madeira, coberto com velludilho preto, forrado com settim, de galão dourado largo, pés e alças simples e uma grinalda.	120\$000
-ADULTOS / 4ª CLASSE	-Caixão de madeira, coberto com velludilho preto; galão desusado; grega estreita; forrado de lã roxa por dentro; alças e pés lisos.	80\$000
-ADULTOS / 5ª CLASSE	-Caixão de madeira, coberto de velludilho preto; com galão palheta dourado largo, forrado com lansinhas; pés e alças simples.	50\$000
-ADULTOS / 6ª CLASSE	-Caixão de madeira, coberto de metim preto; forrado de morim; com duas ordens de galão palheta; com alças e cadeados.	25\$000
-CRIANÇAS / 1ª CLASSE	-Caixão de madeira, coberto de velludilho ou settim de cor, e ornamentado com luxo.	70\$000
-CRIANÇAS / 2ª CLASSE	-Caixão de madeira, coberto de velludilho ou settim de cor, e ornamentado com menos luxo.	60\$000
-CRIANÇAS / 3ª CLASSE	-Caixão de madeira, coberto de setineta, e sem luxo algum.	20\$000
VEHÍCULOS FUNEBRES		
-1ª CLASSE	-Vehiculo decorado com luxo e esmero, puxado por uma parelha de bons animaes, e conduzido por um cocheiro decentemente paramentado; sendo na cidade.	80\$000
-2ª CLASSE	- Vehiculo decorado com menos luxo, puxado por uma parelha de bons animaes, e conduzido por um cocheiro decentemente paramentado; sendo na cidade.	50\$000
-3ª CLASSE	- Vehiculo decorado com menos luxo, puxado por uma parelha de bons animaes, e conduzido por um cocheiro decentemente paramentado; sendo na cidade.	25\$000

FONTE: AHPJF. Tabela de preços de caixões e carros fúnebres da Empresa Funerária de Juiz de Fora. Caixa 143; Ref. 126.

A empresa ainda prestava outros serviços que complementavam a sua receita.

EMPRESA FUNERARIA DE JUIZ DE FORA

Privilegiada por Lei Provincial n. 3.736 de 16 de agosto de 1889, contracto com a Camara Municipal de 13 de Dezembro de 1889 e Intendencia Municipal em 13 de Março de 1890.

OBSERVAÇÕES

1. A empresa fornecerá caixões e vehiculos gratis á conducção de cadaveres de pessoas desvalidas, desde que for exigido pela illustrissima camara.
2. As armações de igrejas, oratorios e edificios particulares serão pelo preço que se convencionar.
3. Os preços estipulados na presente tabella, serão pagos, logo que forem concluídos os trabalhos.

A empresa encarrega-se de todo o ceremonial religioso de um enterro, inclusive pagamento de direito de cemiterio, construcção de catacumbas, registro civil, cartas, cera, etc., pelos preços cobrados até agora pelas respectivas partes.

VENDE GRINALDAS E ENFEITES PARA CAIXÕES E PROCISSÕES

NOTA: Só a empresa tem direito a fazer os caixões e fornecer carros funebres, por isso rogar-se ás pessoas que d'elles precisarem, dirigem-se ao escriptorio.¹¹³

O enterro dos indigentes era garantido gratuitamente, desde que o Poder Público autorizasse. Porém, uma denúncia do administrador do Cemitério Municipal de Juiz de Fora colocava em questionamento esse aspecto já praticado há muito tempo na cidade. Ele afirmava, em 1912, em um relatório enviado à Câmara Municipal o seguinte:

[...] Torna-se necessaria qualquer providencia a tomar-se no sentido de deminuir o numero dos indigentes, pois que tem-se tornado abusiva a especulação por parte da população que geitosamente enganam a boa fé dos snr. medicos; acho que será conveniente o attestado de miserabilidade ser de exclusiva competencia das autoridades policiaes, das quaes V. E. pedirá escrupulo e attenção. Dos indigentes que figuram aqui posso garantir a V. E. que pelo menos 30% não são verdadeiramente indigentes e que alguns não poucos são até proprietarios. Lembro a V. E. a conveniencia do fechamento do cemiterio da Gloria, pois que este muito prejudica a renda do cemiterio municipal e augmenta consideravelmente o numero dos indigentes, visto que nelle não é aceito quem não for irmão daquella sociedade ou quem não pagar o que for exigido; e segundo me consta a taxa alli é de 51\$000 rs de sepultura em cova raza. A taxa do cemiterio municipal para cova raza de adultos é de 9\$900 rs e creança é de 6\$600 rs, isto inclusive o adicional de 10% e emolumento; pagando as partes particularmente pelo trabalho do enterro de adultos 6\$000 rs e de crianças 2\$500. O imposto de sepultura em carneiro por 5 annos é de 39\$600 rs inclusive o adicional e emolumentos e de creanças a mesma cousa. O imposto perpetuo é de 397\$100 rs para adultos e sendo para creança é cobrado este imposto com abatimento de 30%. [...]

Amigo grato. 13/07/1912.¹¹⁴

Algumas considerações sobre o relatório deixam evidências sobre os gastos com o sepultamento. A diferença de preço entre os dois cemitérios que aparecem no texto é muito grande. Enquanto o Cemitério da Glória cobrava 51\$000 para sepultar adultos em cova rasa, o

¹¹³ AHPJF. Tabela de preços de caixões e carros fúnebres da Empresa Funerária de Juiz de Fora. Caixa 143; Série 126.

¹¹⁴ AHPJF: Relatório sobre as condições do cemitério público, enviado à Câmara Municipal de Juiz de Fora, 1912. Caixa 143; Série 129.

valor do Municipal era de apenas 9\$900. Porém, o sepultamento em carneiros não era barato. Para sepultura de 5 anos era de 39\$600 e em sepultura perpétua chegava a 397\$100. O administrador lamenta a falsidade por parte de alguns que se diziam indigentes, porém, eram até proprietários de imóveis. E conclui que o melhor a fazer era fechar o Cemitério da Glória para aumentar os lucros do público. A mentalidade de ganhar com a morte e o morrer ainda persistia na cabeça de algumas pessoas.

Já em 1890, um ano após a Empresa Funerária de Juiz de Fora ser criada, ela apresentava em público uma tabela com os preços a pagar para o sepultamento.

QUADRO 7 – VALORES DAS SEPULTURAS DE ACORDO COM A EMPRESA FUNERÁRIA DE JUIZ DE FORA: 1890

TABELLA DA EMPREZA FUNERARIA PARA COBRANÇA DE SEPULTURAS	
ADULTOS	
COVA RAZA.....	9\$000 COM CRUZ E NUMERO.....15\$000
TERRENO PARA 5 ANNOS.....	45\$000 COM CRUZ E NUMERO.....51\$000
TERRENO PARA 20 ANNOS.....	100\$000 COM CRUZ E NUMERO.....106\$000
TERRENO PARA 40 ANNOS.....	200\$000 COM CRUZ E NUMERO.....206\$000
TERRENO PARA 100 ANNOS.....	300\$000 COM CRUZ E NUMERO.....306\$000
TERRENO PERPETUO.....	500\$000 COM CRUZ E NUMERO.....506\$000
CATACUMBA.....	120\$000 COM CRUZ E NUMERO.....150\$000
CRIANÇAS	
COVA RAZA.....	9\$000 COM CRUZ E NUMERO.....13\$000
TERRENO PARA 5 ANNOS.....	31\$000 COM CRUZ E NUMERO.....42\$000
TERRENO PARA 20 ANNOS.....	100\$000 COM CRUZ E NUMERO.....106\$000
TERRENO PARA 40 ANNOS.....	200\$000 COM CRUZ E NUMERO.....206\$000
TERRENO PARA 100 ANNOS.....	300\$000 COM CRUZ E NUMERO.....306\$000
TERRENO PERPETUO.....	500\$000 COM CRUZ E NUMERO.....506\$000
CATACUMBA.....	50\$000 COM CRUZ E NUMERO.....60\$000
COLLOCAÇÃO DE CORPOS EM CATACUMBA EXISTENTE.....	20\$000
REGISTRO CIVIL.....	2\$800

FONTE: AHPJF. Tabela da Empresa Funerária de Juiz de Fora para cobrança de sepulturas. Caixa 143; Ref. 126.

Portanto, o morrer de um católico no viver em Juiz de Fora poderia sair barato ou caro, tudo dependia das condições sócio-econômicas da família. Os preços, como se vê no quadro anterior, variavam de acordo com o tempo em que o cadáver ficaria na sepultura. Para os adultos e para as crianças os valores não eram tão díspares, isso devido à proporção da ocupação do espaço no campo santo, que não tinha quase diferença alguma.

3.4 – Os sacramentos da Igreja para o bem viver e o bem morrer

Queremos nesse item apresentar, de um modo geral, os sacramentos como um meio eficaz para o bem viver e o bem morrer. Bem viver entendido aqui como uma vida modelada em Jesus Cristo e seguidora dos ensinamentos doutrinários da Igreja Católica. Significa ainda a vivência em família e em comunidade, cultivando a paz, a harmonia e os valores morais que possam engrandecer o ser humano enquanto ser criado à imagem de Deus. Bem viver no espírito, que deve estar em sintonia com o Espírito de Deus; bem viver na alma, cultivando a paz e sem perturbações pecaminosas; e bem viver no corpo, procurando fortalecer a saúde e os cuidados necessários para se livrar das doenças e da má morte.

Na teologia católica a Igreja apresenta aos seus fiéis seguidores os sete sacramentos como metas para estar sempre em comunhão com Cristo, tanto na vida como na morte. Nas suas origens, os sacramentos são apresentados da seguinte maneira:

Cristo é a origem dos sacramentos.

Faz-se memória de Cristo, ao celebrar os momentos de afirmação de vida na existência do cristão e de sua comunidade, não por um capricho humano, mas porque Cristo se mostrou aos apóstolos, fazendo-os testemunhas da Ressurreição. O Ressuscitado está sempre presente no Espírito Santo à comunidade dos que crêem, por isso o surgimento de vida (o *kairós*, a situação-novidade) na comunidade só é verdadeiramente apreendido à luz da presença e da atuação do Senhor por seu Espírito. Daí ser Cristo a origem dos sacramentos que o rememoram presente e atuante na práxis dos membros da comunidade. Desde aqui se entende a *instituição dos sacramentos* por Cristo.

O central dessa afirmação dogmática de Trento é professar a origem dos sacramentos na iniciativa divina e não na invenção humana. Cristo é a origem dos sacramentos. Todos os sacramentos são fundamentados, estão enraizados em Cristo. Eis o núcleo da doutrina da instituição.¹¹⁵

Deus é o ponto de partida para a compreensão da instituição dos sacramentos defendidos pela Igreja Católica desde os tempos remotos. Assim a “Igreja não é senhora, mas servidora dos sacramentos, [...] ela tem que ser fiel ao Caminho instituído por Cristo, do qual os sacramentos são a celebração.”¹¹⁶

Celebrar a práxis sacramental significava, para a Igreja de Juiz de Fora, cumprir seu papel de anunciadora da Boa Nova de Jesus Cristo e divulgadora da graça da salvação através dos rituais que se praticavam em torno dos sacramentos. De acordo com o catecismo da Igreja, publicado em 1950, os sacramentos eram assim definidos:

¹¹⁵ TABORDA, Francisco. *Sacramentos, práxis e festa*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. (Coleção Teologia e Libertação), pp. 115-116.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 120.

Os sacramentos são sinais sensíveis (que se podem ver e ouvir) instituídos por Jesus Cristo para nos comunicar as graças do Espírito Santo. 1º Na comunicação de suas graças costuma Deus, amiúde, simbolizar exteriormente o que se passa na alma do homem; daí, no dia de Pentecostes, o rumor e as línguas de fogo. Por isto Jesus Cristo nos faz comunicar as graças adquiridas por ele na cruz por tais coisas, cerimônias e palavras que simbolizam, **exteriormente** o que se passa interiormente na alma: a água lava as manchas; da mesma sorte o batismo purifica dos pecados. O óleo alumia e rebustece; de modo idêntico opera o crisma. O pão e o vinho conservam a vida do corpo: o SSmo. Sacramento do altar alimenta a alma, etc. 2º Os sacramentos não são tão somente **sinais**, (porque indicam a graça), mas são também **instrumentos** (porque produzem as graças). 3º Por conseguinte, em cada sacramento há uma **matéria** com que se opera alguma coisa; além disso as **palavras** e um determinado **efeito**, ou comunhão de graça.¹¹⁷

Há uma determinação consumada no texto de que, primeiro, os sacramentos foram instituídos por Jesus Cristo; segundo, eles nos comunicam as graças adquiridas; e, por fim, os sacramentos são sinais e instrumentos, ou seja, têm dupla função de indicar a graça e produzi-la na vida do homem. Daí, uma preocupação constante dos sacerdotes da Igreja de Juiz de Fora para requerer junto aos católicos a participação nos sacramentos. Tornou-se uma exigência fundamental por parte dos religiosos junto aos fiéis para se adquirir a graça de uma vida terrena pautada pela ação divina e a graça de se ter uma morte e uma vida eterna em Cristo, livrando, assim, a alma da condenação final.

O quadro confeccionado a seguir traz claramente os números apresentados nos relatórios anuais registrados nos livros de tombo da Matriz de Santo Antônio entre 1910 e 1930. Como dissemos anteriormente, havia uma grande preocupação em destacar a quantidade numérica para se ter uma noção geral da participação dos católicos na igreja. O relatório procurava ser bastante minucioso, como podemos observar. Outra questão ainda constituía-se na preocupação de se comparar o ano anterior com o corrente, isto porque se os números diminuíssem a Igreja deveria tomar providências enérgicas para recuperar os fiéis e trazê-los de volta ao rebanho. Caso os números aumentassem era sinal de que os católicos estavam cumprindo as determinações da Igreja.

¹¹⁷ SPINAGO, Padre F. *Catecismo escolar e popular*. 13. ed. Taubaté: Editora SCJ, 1950, p. 225.

QUADRO 8 - RELATÓRIO ANUAL DO MOVIMENTO RELIGIOSO DA PARÓQUIA DE SANTO ANTÔNIO DE JUIZ DE FORA SOBRE A FREQUÊNCIA AOS SACRAMENTOS (NÚMERO DE FIÉIS): 1910 – 1930

A N O	C A T E C I S M O	P A R O Q U I S I M O	E S C O L A S	P A R O Q U I S I S	1 ^a C O M U N H Ã O	C O M U N H O S	C O N F I S S O E S	B A T I Z A D O S	C A S A M E N T O S	E X T R E M A - U N C Õ E S	E N C O M E N D A Ç Õ E S
1910	750		229		180	83.874	24.651	727	158	250	252
1911	900		215		300	90.378	35.590	759	164	417	264
1912	1200		221		286	103.887	45.699	820	165	416	297
1913	1250		236		190	107.000	47.896	844	176	428	300
1914	1050		280		312	105.630	42.734	882	216	447	295
1915	1105		298		306	112.771	38.000	940	250	514	324
1916	1190		-----		346	122.235	38.029	987	234	578	322
1917	1298		-----		334	123.989	39.589	945	256	467	356
1918	1309		-----		326	99.098	42.210	908	258	529	321
1919	1390		-----		299	110.054	43.489	893	223	489	311
1920	1190		-----		277	124.438	45.469	876	289	550	305
1921	1289		-----		268	96.135	35.098	904	190	509	309
1922	998		-----		308	145.545	44.123	940	199	356	298
1923	970		-----		345	113.432	49.845	934	204	446	299
1924	1097		-----		369	163.765	45.754	905	205	388	258
1925	950		301		375	237.195	43.124	946	183	328	170
1926	988		-----		356	233.794	49.987	1011	187	436	234
1927	908		-----		411	235.987	57.345	893	188	478	188
1928	900		490		438	211.497	67.908	710	114	659	198
1929	1290		-----		432	189.942	68.190	889	134	578	199
1930	1189		-----		402	168.908	69.276	870	125	599	210

FONTE: ACMJF. Livros de Tombo n.ºs 1 e 2 da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora: 1910 a 1930.

Algumas observações tornam-se necessárias para uma compreensão precisa do quadro. Primeiramente, não há registros para todo o período estudado por nós, por isso, concentramo-nos naquilo que nos foi possível encontrar — 1910 a 1930 — para uma compreensão, evidentemente incompleta, mas precisa nos registros. Os números acima se referem aos relatórios da Paróquia de Santo Antônio que englobava as seguintes comunidades e capelas: Matriz (Catedral); Academia de Comércio; Colégio Stela Matutina; Asilo João Emílio; Santa Casa; Capela de São Mateus; Capela de São Sebastião; Capela de Nossa Senhora do Rosário; Capela de São José; Júlio Modesto; Cadeia; Capela da Floresta; Capelas

de diversas fazendas.¹¹⁸ A Matriz de Santo Antônio concentrava cerca de 40% a 50% do total dos números apresentados. Outra questão importante era a preocupação dos sacerdotes com a catequese e a primeira comunhão. Encontramos relatos nos registros em que os padres pediam empenho das famílias para enviarem seus filhos para as Escolas de Catequese e Paroquial. A primeira tinha por objetivo a formação das crianças para a primeira eucaristia e a segunda objetivava a complementação dos estudos referentes à Igreja, ensinando algumas passagens bíblicas e doutrinárias. Ensinava-se também o comportamento nas missas, os rituais e os gestos a serem feitos, como ajoelhar, inclinar a cabeça, dentre outros. O ponto que merece maior destaque no quadro anterior corresponde aos números de comunhões que aparecem a partir de 1925. Este é o primeiro ano de funcionamento da Diocese de Juiz de Fora.¹¹⁹ É bem provável que deve ter havido um grande incentivo aos fiéis para a freqüência às celebrações e, principalmente, à comunhão, afinal, a população católica fez uma grande festa pelos novos rumos dados ao catolicismo na cidade, agora independente de Mariana. No livro de tomo da Matriz de Santo Antônio podemos ler a seguinte passagem:

CHEGADA E RECEPÇÃO DO EXMO. SNR. BISPO DIOCESANO D. JUSTINO JOSÉ DE SANT'ANA

Foi sem duvida, uma recepção lindamente festiva, altamente significativa, eloquente, muito carinhosa, a que teve no dia 1 de Fevereiro S. Excia. Revm^a. Dom Justino José de Sant'Ana. A praça da Central, a Praça Dr. João Penido e a rua Halfeld achavam-se repletas. A passagem da rua Halfeld e da Avenida Rio Branco, que se achavam [?], senhoras e senhoritas, das sacadas, cobriam s. excia. de petalas e flores.

A Cathedral achava-se literalmente repleta de fieis.¹²⁰

O movimento nas ruas da cidade próximas a uma igreja no fim de semana se diferenciava pela religiosidade marcante entre as pessoas que iam buscar o fortalecimento da alma e o alimento espiritual. Assim relatou Wilson de Lima Bastos a sua impressão a respeito do assunto:

Aos sábados e aos domingos a Rua Antônio Dias apresentava um movimento diferente, por causa do catecismo, das rezas e respectivas bênçãos do Santíssimo, batizados, sacramento da penitência e outros cerimoniais. Vinham crianças e adultos de diversas ruas da paróquia. Muitas crianças passavam em grupos, andando em filas, com uma catequista orientando.¹²¹

¹¹⁸ ACMJF. Livros de Tombo n.ºs 1 e 2 da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora: 1910 a 1930.

¹¹⁹ A Diocese de Juiz de Fora foi criada através da bula *Ad Sacrosanti Apostolatus Officium*, datada de 1º de fevereiro de 1924. Em 24 de agosto do mesmo ano, D. Helvécio Gomes de Oliveira celebrou missa na Igreja Matriz de Santo Antônio, comunicando oficialmente a criação do bispado e a nomeação de Monsenhor Justino José de Sant'Ana para dirigir a nova diocese. A tomada de posse do bispo na Diocese de Juiz de Fora se deu em 1º de fevereiro de 1925. In: AZZI Riolando. *Sob o báculo episcopal*. Op. cit., pp. 196-198.

¹²⁰ ACMJF. Livro de Tombo n.º. 1 da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora, 1925.

¹²¹ BASTOS, Wilson de Lima. *Badalo do sino*. Op. cit., p. 59.

Os pais procuravam encaminhar, desde pequenos, seus filhos para a Igreja com o fim de aprender sobre os ensinamentos de Cristo. A catequese era, no entanto, uma das primeiras experiências de maneira mais ou menos consciente que as crianças tinham com os sacramentos. Nas escolas catequéticas, as catequistas — com trabalho voluntário — procuravam inserir meninos e meninas na comunidade da Igreja Católica, ensinando-os as orações, os evangelhos e alguns aspectos doutrinários, como os sete sacramentos, a devoção aos santos e o culto a Nossa Senhora.¹²²

A primeira eucaristia, ou primeira comunhão, compreendia o momento auge da catequese, o esplendor para uma criança e sua família, tempo festivo e alegre também para a Igreja que, a partir daquele instante, englobava em seu rebanho mais um fiel integrando o banquete sagrado e comungando o pão e vinho convertidos, segundo a doutrina católica, em Corpo e Sangue de Cristo, um dos maiores mistérios que guarda o catolicismo. A partir da idéia da transubstanciação¹²³ os católicos acreditam que não é mais nem trigo e nem uva que se comungam, mas Carne e Sangue de Jesus Cristo que se manifestam como sagrado diante do homem.¹²⁴ É algo absolutamente diferente do profano, e que Eliade denominou de *Hierofania*, conceito que vamos utilizar para entender a Eucaristia como o ato da manifestação do Sagrado.¹²⁵ Sagrado este que revela a presença viva e constante de Jesus Cristo, Filho de Deus encarnado que quis permanecer entre os seus seguidores e ser alimento para o cristão que busca conforto espiritual e a salvação da alma.¹²⁶ O Sacramento da Eucaristia se tornou no seio da Igreja o centro das atenções e de culto, visto que, Jesus Cristo está presente de forma real e gloriosa nas frações do pão e do vinho, transubstanciados em Corpo e Sangue, assim entende a teologia católica. Através da ação do Espírito Santo, “é o Senhor Glorioso, Cristo ressuscitado, que se torna presente a nós.”¹²⁷

Para participar do Sacramento da Eucaristia a Igreja exigia dos fiéis um ritual cheio de rigor e disciplina:

Antes da Comunhão: devemos purificar-nos de todos os pecados mortais pela santa confissão; devemos estar em jejum desde a meia-noite; devemos rezar com devoção; devemos vestir-nos com decência e asseio.

¹²² Cf. SPINAGO, Padre F. Op. cit.

¹²³ **TRANSUBSTANCIAÇÃO:** Termo teológico de teor escolástico, usado na Igreja católica, para expressar a realidade ontológica da presença sacramental de Cristo na Eucaristia. É realçada a presença do Cristo total, Deus e Homem. As outras sugestões terminológicas, como transfigurações e transfinações são consideradas insatisfatórias e parciais pela teologia tradicional. Mas há lugar para uma interpretação mais ampla de transubstanciação que pode ser elaborada de várias formas. In: SCHLESINGER, Hugo; PORTO, Humberto. Op. cit., p. 2548.

¹²⁴ Cf. ALDAZÁBAL, José. *A Eucaristia*. (Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth.) Petrópolis: Vozes, 2002.

¹²⁵ ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o profano*. Op. cit., p. 17.

¹²⁶ Cf. ALDAZÁBAL, José. Op. cit.

¹²⁷ *Ibidem*, pp. 315-318.

1º.) Em lavando os pés dos Apóstolos, Jesus deu-nos a entender que devemos receber a s. comunhão com coração puro. [...] É preceituado o jejum antes da santa Comunhão a fim de aumentar em nós a reverência ao SS. Sacramento; assim devem todos comungantes privar-se de qualquer alimento desde a meia-noite até a hora da Comunhão. [...] 2º.) Que os doentes mesmo não acamados, com licença do confessor podem tomar remédios ou alimentos líquidos não alcoólicos, antes da Comunhão (caso não possam guardar o jejum sem grave incômodo). 3º.) que os fieis, mesmo não enfermos, impedidos de guardar o jejum eucarístico por motivo grave, podem, com aprovação do confessor, tomar algum alimento líquido não alcoólico até uma hora antes da Comunhão. São considerados como grave incômodo os seguintes: a) Trabalho cansativo, exercido antes da Comunhão, como dos operários nas fábricas, nos transportes, nas enfermarias e hospitais, guardanoturnos, etc. b) longa caminhada a fazer para ir à Igreja. É considerado longa caminhada, o percurso de 2 kilometros a pé, e maior distancia proporcionalmente aos meios de transporte, dificuldades do caminho ou pessoais. Em todas as circunstâncias é sempre necessário recorrer ao confessor dentro ou fora do confessionário.¹²⁸

Os fiéis que quisessem cumprir seus atos de devoção à missa deveriam seguir os preceitos citados no texto anterior. Não era nada fácil, por exemplo, para o trabalhador que deveria estar em seu serviço às 7 horas da manhã. Assim relatou o memorialista Wilson de Lima Bastos sobre sua professora de infância que freqüentava a missa toda primeira sexta-feira do mês. Era o ano de 1924.

No mês entrante, na véspera da primeira sexta-feira, recebi dela [da professora] uma incumbência. Eu deveria, no dia seguinte, logo que saísse de casa, passar pela sua casa, à Rua Oscar Vidal, para fazer o obséquio de levar ao Grupo o seu desjejum. Ela para lá iria, logo após a missa das seis horas, na Matriz. E assim foi até o fim do ano.

A situação naquela época não era fácil. A Igreja ainda estava presa a tradições seculares, o que, em muitos casos, dificultava, para este ou aquele fiel, o cumprimento de um ato de devoção. Não havia missa vespertina e as aulas começavam às sete horas em ponto. Era aquela correria e os estudantes saíam, pela rua afora, dando dentadas em pedaços de pão! O certo é que a classe toda, sem que ela apregoasse, acabou percebendo que a professora assistia missa toda primeira sexta-feira do mês e comungava.¹²⁹

Com relação às confissões, podemos notar que houve, a partir também de 1925, como demonstra o quadro, um considerável crescimento do número de fiéis que buscavam esse sacramento. Até 1930 foram mais de 26 mil católicos que se somaram àqueles que procuraram os sacerdotes para pedir o perdão de seus pecados. A confissão deveria seguir o que prescrevia o Catecismo da Igreja Católica, que assim se revelava:

A confissão tem as seguintes qualidades: 1º.) É **secreta**, e não pública; quer dizer, é feita só ao sacerdote, de forma que os assistentes nada ouçam dos pecados. Por isso, tanto o penitente como o confessor devem falar em **voz baixa**. 2º.) A confissão é **oral**, i. é, os pecados devem ser acusados oralmente e não comunicados por escrito. [...] 3º.) A confissão deve ser **humilde**, i. é, deve-se fazer a confissão de

¹²⁸ SPINAGO, Padre F. Op. cit., pp. 241-242.

¹²⁹ BASTOS, Wilson de Lima. *Badalo do sino*. Op. cit., pp. 163-164.

joelhos “pequei contra o 3º, 4º, 5º. Mandamento de Deus, tive maus pensamentos, falei coisas más, pratiquei más ações”. Tais modos de dizer não determinam nada. 4º.) A confissão deve ser **sincera**, i. é, devem-se evitar expressões equívocas e desculpas. 5º.) A confissão deve ser **humilde**, [...] 6º.) A confissão deve ser **integral**, i. é, devem-se acusar todos os **pecados mortais** de que se tem lembrança, como também o **número** deles [...]. Não é necessário confessar os pecados **veniais**. Entretanto, quem os confessa, expia uma grande parte das penas que por eles merece e alcança maior tranqüilidade de alma.¹³⁰

Vê-se que para se confessar, exigia-se do penitente alguns preceitos comportamentais, como a humildade, a discrição tanto do confessor como do fiel e a sinceridade para que nenhum resquício de pecado ficasse agregado à alma. Esta deveria estar preparada para, caso houvesse morte repentina do indivíduo, entrar no Céu e ser conduzida ao descanso eterno. O perdão dos pecados assumido pela Igreja assim se explica:

Nosso Senhor deu à Igreja, em forma de presente pascal, o seu próprio poder de perdoar os pecados. Descreve São João, como Jesus, no dia de sua ressurreição, soprou sobre os apóstolos dizendo: “Recebei o Espírito Santo. Àqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados” (Jo 20, 22-23). Pelo seu Espírito Santo, Jesus está convosco. Através deste Espírito chega até nós o perdão. [...]. Segue-se de tudo isso que não podemos pensar facilmente que, com a absolvição sacramental eclesial, tudo se repare automaticamente. A remissão não é apenas “um pêso que se tira do coração”. O absolvido entrou de novo na graça, mas, isto significa participação ativa, com Jesus, na luta contra o mal, causando pelo próprio pecado e pelo dos outros. [...]. A comunidade eclesial é o lugar onde vive o perdão de Deus aos homens. É-lhe comunicada a plenipotência de perdoar. [...]. Entretanto, o sinal de perdão em nossa vida cristã é a confissão.¹³¹

A comunidade eclesial, portanto, representante de Deus e herdeira de Cristo assim se consagra como a responsável pela conferência do perdão aos fiéis confessores. Os sacerdotes são os intermediários entre o Céu e a Terra. O bem viver, para aquele que confessa, implica, então, em lavar-se de seus pecados e permitir que seu corpo e sua mente sejam templos do Espírito Santo, seguindo Jesus em comunidade com os irmãos de fé. O ritual da confissão ainda exigia do fiel uma penitência.

Depois da acusação, o sacerdote impõe a penitência. Na convicção da graça superabundante de Cristo, ela é geralmente pequena, fora de qualquer proporção. Foi Jesus quem reparou nossos pecados, não nós mesmos. No entanto, não pode a penitência ficar caricaturalmente pequena. “Três Ave-Marias” parece pouco apropriado. No caso de maledicência, poderia impor-se: dizer algo para restabelecer

¹³⁰ Os pecados mortais são comparáveis a feridas graves do corpo. Assim como estas causam a morte do corpo, assim também aqueles produzem a **morte da alma**. Daí essa designação. Os pecados veniais são comparáveis a feridas leves. Assim como estas saram facilmente, assim também aqueles são perdoados **facilmente**. Por isso essa designação. [...]. Os pecados mortais mais graves são os pecados contra o Espírito Santo e os que bradam ao Céu. Comete pecado contra o Espírito Santo quem resiste habitual e obstinadamente às aspirações do Espírito Santo. Chamam-se pecados que bradam ao Céu os pecados de tamanha malícia que clamam vingança do Céu contra seus autores. São 1º.) o homicídio voluntário; 2º.) a opressão de pobres e fracos; 3º.) a retenção do salário devido; 4º.) o pecado de Sodoma. In: SPINAGO, Padre F. Op. cit., pp. 181-182; 253-254.

¹³¹ HERDER (Editora). *O Novo Catecismo: a fé para adultos*. São Paulo: Herder, 1969, pp. 524-528.

a boa fama. No caso de adultério oculto: dar especial alegria a sua mulher (ou marido). Como penitência poderia servir, igualmente: a leitura bíblica, relacionada com a acusação [...].¹³²

Em seguida, dá-se a absolvição por meio das palavras do sacerdote: “Eu te absolvo de teus pecados, em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo.”¹³³ A contrição significa a conversão interior. Nela está “incluída a esperança do perdão, a consciência da misericórdia de Deus, o desejo de reconciliar-se por meio de sinais da Igreja de Deus.”¹³⁴ Um vida nova era o que o fiel deveria buscar a partir de então, seguindo Jesus e os ensinamentos da Igreja, purificando seu corpo e sua alma para o bem viver e, em caso de morte, fazer o passamento em estado de graça.

A confissão perdoa os pecados, porém, de acordo com a doutrina católica, ainda fica na alma a mancha da culpa. Esta só se apaga através da penitência correspondente, neste mundo ou no purgatório. Como auxílio para a purificação da alma, existem as indulgências, que se concedem ordinária ou extraordinariamente, como por exemplo, através do Jubileu do Ano Santo proclamado em 1925 pelo Papa Pio XI, e prorrogado para 1926 fora de Roma. A Diocese de Juiz de Fora, procurando incentivar a participação dos católicos, assim se manifestou no seu periódico:

O JUBILEU DO ANNO SANTO

[...] Pela Constituição Apostolica “*Servatoris Jesu Christi*” de 25 de Dezembro de 1925, [...] o Sumo Pontifice se dignou de estender ao mundo catholico o Jubileu do Anno Santo, encerrado para a cidade de Roma no fim do anno passado. [...] “Concedemos e damos misericordiosamente no Senhor indulgencia plenissima, remissão e perdão de todos os pecados a todos os fieis de ambos os sexos que verdadeiramente arrependidos se confessarem e commungarem.” [...] As condições para se ganhar o jubileu são:

Confissão e communhão, visita a quatro igrejas, uma vez por dia, durante cinco dias seguidos ou interpolados, e orações segundo a intenção do Summo Pontifice, principalmente pela propagação do Evangelho, pela paz e concordia entre os povos. [...]

Seguindo as intenções do Santo Padre [...], a nossa Egreja Cathedral, a Matriz da Gloria, a Capella de Nossa Senhora do Rosario e a Capella de São Sebastião, devendo ser estas egrejas visitadas uma vez por dia, durante cinco dias seguidos ou separados. [...]

Não há oração prescripta nas visitas, podendo-se rezar 5 vezes o Padre Nosso, Ave Maria e Gloria Patri, a ladainha de Nossa Senhora, do Sagrado Coração de Jesus, o terço ou outras orações segundo a piedade de cada um [...].

No Jubileu a indulgencia plenaria pode ser lucrada duas vezes. A primeira para a propria pessôa ou para as almas do purgatorio; a segunda, só pelas almas. [...]

+ JUSTINO, Bispo de Juiz de Fora.¹³⁵

¹³² Ibidem, p. 532.

¹³³ Ibidem.

¹³⁴ Ibidem, p. 533.

¹³⁵ ACMAJF. O Lampadário; Ano I; Nº 9; 25/04/1926, pp. 1-2.

Os fiéis tinham uma grande oportunidade de lavar sua alma de toda mancha de pecado, visitando quatro igrejas, confessando, comungando e fazendo algumas orações. Assim, cada vez mais o viver dos católicos podia se tornar mais saudável para o corpo e para o espírito.

O quadro anterior não faz referência ao Sacramento da Confirmação (Crisma). Isto, com certeza, é devido ao fato de que as visitas pastorais do bispo de Mariana não serem tão freqüentes na cidade. Somente depois da criação da Diocese é que a presença do reverendo pastor seria constante no meio religioso e social. Mas, mesmo assim, quando o bispo marcava a visita, a Igreja já começava a preparação para um grande evento, afinal, isso poderia se dar somente uma vez por ano. E a sociedade acompanhava as festividades:

Quando o Arcebispo de Mariana aparecia em Juiz de Fora era aquele movimento festivo, com repiques de sinos em todas as igrejas. As irmandades se reuniam, procissões se realizavam e o sacramento da confirmação, em hora previamente marcada, lotava a Matriz de fiéis. Os candidatos ao crisma ficavam em fila, cada um com o seu padrinho ao lado e o arcebispo ia cumprindo a sua função, com a sua dignidade episcopal em grande realce.¹³⁶

Durante o ritual do Sacramento da Confirmação, os candidatos recebem a imposição das mãos do bispo que sobre eles invoca o Espírito Santo para que recebam os seus dons, principalmente o da fortaleza na fé. Durante a unção do crismando, reza o bispo:

“Assinalo-te com o sinal da cruz e te confirmo com o crisma da salvação, em nome do Padre e do Filho e do Espírito Santo, Amém”. O santo crisma é uma mistura de azeite de oliveira e bálsamo e simboliza o efeito da graça. A cruz na fronte admoesta a professar corajosamente a fé. A leve bofetada que o bispo dá ao crismando, lembra as perseguições que têm de sofrer todos aqueles que professam a sua fé. O perseguido, porém, alcança a paz celestial; daí as palavras: “A paz seja contigo!” A confirmação é complemento do sacramento do batismo. O dia da confirmação é para nós o que foi para os santos apóstolos o dia de Pentecostes.¹³⁷ (Grifo do autor)

O Sacramento da Confirmação é — como todos os demais sacramentos — um dos caminhos para se experimentar o sagrado. Os sacramentos têm por objetivo lembrar aos fiéis a santidade que todos têm dentro de si mesmo. Eles pretendem impelir nos católicos o desejo de sempre entrar em contato com o sagrado e o buscar enquanto possível em todas as ocasiões. Abrir-se ao sagrado e sentir-se envolvido por ele em todo o corpo e em toda a alma na mais profundidade de seu significado. Deixar que o sagrado atue em todo o ser, penetrando nos

¹³⁶ BASTOS, Wilson de Lima. *Badalo do sino*. Op. cit., p. 153.

¹³⁷ SPINAGO, Padre F. Op. cit., p. 233.

pensamentos, nos desejos, nos momentos tristes e alegres, no esperar e no orar, direcionando o seu viver e o morrer.¹³⁸

Não poderíamos deixar de mencionar as Santas Missões, que, de tempos em tempos, os missionários redentoristas faziam acontecer na diocese, a fim de arrebatam o maior número de católicos para a freqüência aos sacramentos da Igreja. Procuravam ter uma estrutura bastante envolvente com pregações para homens e mulheres, atendimentos individuais para aconselhamentos e com a práxis dos sacramentos, principalmente para os que andavam distantes da religião. A idéia era que os missionários saíssem em busca das “ovelhas desgarradas.” Na Diocese de Juiz de Fora aconteceram algumas vezes, e pudemos constatar o seu significado a partir dos registros nos livros de tombos das igrejas.

MISSÕES

Forão pregadas com muito fervor espiritual em todas as igrejas de Juiz de Fora, as santas missões, de 6 a 21 de abril de 1929, pelos Revm^{os}. Padres Redemptoristas.[...] Os revm^{os}. Padres missionários e os fieis ficaram muito contentes.

Eis o resultado das Santas Missões:

	CONFISSÕES	COMUNHÕES	CASAMENTOS
Cathedral	3980	9010	20
São Sebastião	640	2200	-----
Rosário	884	2750	12
Botanagua	1394	3170	37
São Matheus	2750	7300	60
Gloria	3541	13271	27
Santa Casa	-----	500	-----
Santa Catarina	-----	1050	-----
Stella Matutina	-----	500	-----
Asilo	-----	1500	-----
Academia	450	1500	-----
TOTAL	13.639	43.751	156

Forão batizados ainda 4 adultos protestantes.¹³⁹

Também noutras paróquias da diocese fora da cidade, as Santas Missões procuravam realizar os mesmos trabalhos feitos em Juiz de Fora. Um rebanho muito importante constituía o dos amasiados. Os sacerdotes procuravam listá-los para que se fizessem as visitas e, posteriormente, os missionários realizavam o matrimônio religioso inteiramente de graça.¹⁴⁰

Por vários anos as Santas Missões auxiliaram na evangelização e na promoção dos sacramentos. Em 1944 o sacerdote da Cathedral registrou a seguinte passagem pela alegria das

¹³⁸ MÜLLER, Wunibald. Op. cit., pp. 59-61.

¹³⁹ ACMJF. Livro de Tombo n^o. 1 da Cathedral Metropolitana de Juiz de Fora, 1929.

¹⁴⁰ Cf. ACMJF. Livro de Tombo da Matriz de Santo Antônio de Juiz de Fora, 1929; ACMAJF Livros de Tombo das seguintes paróquias: Paróquia de São Francisco de Paula de Torreões, 1926, fl. 06; Paróquia de São José de Bicas, 1923, fl. 14.

Santas Missões naquele ano: “Todos os fiéis deverão trabalhar muito pelo melhor êxito das Santas Missões, oferecendo sacrifícios e orações, dando conselhos e mesmo levando os amigos para os atos religiosos: como manda a caridade [...] Eis o dia da salvação. Salva a tua alma.”¹⁴¹ Dessa maneira, os católicos buscavam, a cada momento de suas vidas, uma aproximação com o sagrado praticada nos sacramentos para o bem viver e o bem morrer.

Há ainda no quadro os números referentes às extrema-unções e às encomendações. Porém, morrer sacramentado nem sempre era o que prevalecia entre os católicos de Juiz de Fora. Esta tendência já era percebida no século XIX, como ficou demonstrado no capítulo anterior. Muitas pessoas morriam sem o atendimento dos sacerdotes por algum motivo particular ou porque a família não providenciou a busca dele em tempo, ou ainda, pelo fato de que o próprio moribundo não quis ser sacramentado. Nos próprios assentos de óbitos registrados nos livros das igrejas, os sacerdotes relatavam a ausência dos sacramentos como o batismo, o Viático ou a extrema-unção. Não temos documentos suficientes para fazer uma análise mais criteriosa a respeito das pessoas que não recebiam os sacramentos da Igreja, porém, podemos apresentar alguns exemplos de indivíduos que morreram sem ser sacramentados, demonstrando uma preocupação para os padres. Em alguns casos, os sacerdotes relatavam o motivo que o impediu de ministrá-los. Existem também alguns relatos de falecimentos de crianças (geralmente, recém-nascidas) que nasciam mortas ou morriam logo após o nascimento e, por isso mesmo, não eram batizadas. Quando ainda se tinha tempo, alguém da própria família podia batizá-la. Estes dados também aparecem em alguns assentos de óbitos. (CF. ANEXO 2) Vejamos alguns registros:

1- Aos dezoito de fevereiro de mil oito centos e cinquenta e oito falleceu de hum ataque, *sem sacramentos*, Eufrasia crioula solteira de quarenta e quatro annos de idade pouco mais ou menos, foi sepultada no Adro deste Matriz de Santo Antonio do Paraybuna. E p^a. Constar fiz este assento. Vigario Tiago Mendes Ribeiro. (Grifo nosso)

FONTE: ACMJF. Livro de assento de óbitos da Matriz de Santo Antônio (Juiz de Fora), 1851-1871.

2- Hoje, 30 de janeiro de 1924, encomendei na forma do ritual romano o fallecido Olimpio Henriques de Campos, idade de 60 annos, que morreu *sem nenhum sacramento da S. Madre Igreja, porque nunca confessou durante a vida*. Vg. Francisco Tamburry. (Grifo nosso)

FONTE: ACMAJF. Livro de assento de óbitos da Paróquia de São Sebastião (Chácara), 1924-1950.

3- Hoje, 7 de novembro de 1924, encomendei Maria José Rocha com 20 annos e 7 meses, casada, brasileira, que falleceu de febre puerperal, *sem nenhum sacramento*. Foi o funeral concorrido acompanhado o fêretro até o cemitério. Vg. Francixo Tamburry. (Grifo nosso)

FONTE: ACMAJF. Livro de assento de óbitos da Paróquia de São Sebastião (Chácara), 1924-1950.

¹⁴¹ ACMJF. Livro de Tombo nº. 1 da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora, 1944.

4- A trinta de março de mil novecentos e vinte e cinco faleceu *não tendo recebido os sacramentos da igreja porque não chamaram o vigário*, Galiano Garcia de Souza, com quarenta e oito annos d'idade, filho legitimo de [...]. O vigário Pe. Antonio Abilio Gomes Costa. (Grifo nosso)

FONTE: ACMAJF. Livro de assento de óbitos da Paróquia de Santa Bárbara (Santa Bárbara do Monte Verde), 1860-1874.

O registro de nº. 2 acima deixa clara a preocupação do sacerdote diante do fato de que o falecido nunca se confessou em vida. Não se sabe se isto era constante entre os fiéis, porém, a Igreja procurava orientar sempre seus seguidores para a freqüência aos sacramentos. Já o registro de nº. 4 é esclarecedor, pois mostra um dos motivos pelo qual o moribundo não recebeu a atenção sacramental, isto é, a família não providenciou a tempo o chamado do sacerdote.

Os registros encontrados nos livros de assentos de óbitos das paróquias de Juiz de Fora deixam em evidência a preocupação dos sacerdotes com a morte de pessoas que não receberam os devidos sacramentos, sendo que esses casos não se constituíam exceções. Se observarmos o quadro do ANEXO 9 veremos que, de uma maneira geral, quase a metade dos indivíduos que morreram não foram sacramentados. A percentagem varia para mais ou para menos nos diversos anos.

Após vermos como as pessoas procuravam se preparar, com o auxílio das irmandades e dos ensinamentos da Igreja, para se conseguir o bem viver e, principalmente, a boa morte, estaremos no próximo capítulo caminhando para o entendimento da morte em si. Veremos, antes de mais nada, como se dava a redação dos testamentos — que integrava o ritual de se preparar a morte — e procuraremos caracterizar os seus diversos aspectos — o religioso, o financeiro, o familiar e o social — como medidas fundamentais para a concretização do bem morrer. Mostraremos, ainda, quais as atitudes do moribundo e de sua família, que presenciava seus instantes finais. Procuraremos também relatar como eram os velórios e os enterros, destacando os últimos rituais familiares e eclesiais para que a alma tivesse como destino o descanso eterno.

4 — A MORTE: SEU ACONTECIMENTO E OS ACONTECIMENTOS À SUA VOLTA

4.1 – A redação de testamentos e o preparo da boa morte

Tornou-se uma prática comum, antes de as pessoas fazerem o passamento, redigir o seu testamento¹ para deixar suas orientações para a família sobre algumas questões que envolvessem finanças, religião, bens, doações em esmolas, dentre outras informações.

Nele o testador estabelecia suas últimas vontades, acertava a vida, dizia como desejava ser enterrado. Os testamentos eram registrados nos Livros dos Defuntos das igrejas, o mesmo no qual se registravam os óbitos. Até a República, todos os registros da vida civil eram feitos pela igreja: o nascimento era registrado pela certidão de batismo, casamento era o religioso e a morte era registrada pelo recebimento dos últimos sacramentos e pelo testamento. Era a celebração religiosa, com o devido registro, que dava legitimidade a esses atos.²

A introdução do costume de testar teve início já na antiguidade romana, “porém, só a partir do século XII, com a restauração do direito justiniano, é que o testamento passou a ser uma obrigação de todo cristão, pois a igreja tinha grande interesse em proteger os legados pios deixados em testamentos.”³ Entretanto, foi através das ordens mendicantes que a prática de redigir testamentos se difundiu entre a população.

¹ **TESTAMENTO:** Ato personalíssimo, unilateral, gratuito, solene e revogável, pelo qual alguém, com observância da lei, dispõe de seu patrimônio, total ou parcialmente, para depois de sua morte, podendo, ainda, nomear tutores para seus filhos menores, reconhecer filhos naturais e fazer outras declarações de última vontade. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Op. cit., p. 633.

² MIRANDA, Beatriz V. Dias; PEREIRA, Mabel Salgado. Op. cit., pp. 14-15.

³ ALMEIDA, Josepf César Ferreira de. *O testamento no âmbito da herança: uma análise demográfica*. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002>. Acesso em 16/12/2008.

As ordens mendicantes desempenharam um importante papel no enquadramento dos costumes funerários, no fim da Idade Média, particularmente no que toca à difusão da prática testamentária. [...]

Ao pregarem nas vilas, procuraram se prender às práticas que julgavam ser “supersticiosas”, tais como os velórios onde se dançava e se ria em volta dos mortos. Além disso, foram grandes encorajadores da prática testamentária, justamente no período de seu ressurgimento. Alguns *exempla* compostos pelo dominicano Arnold de Liège, por exemplo, afirmavam que o testamento era um instrumento de salvação para os usuários, desde que ele comportasse legados piedosos. À redação dos testamentos, os mendicantes associavam, também, a reparação de erros e a restituição de bens mal adquiridos. E também foram eles os que mais procuravam incitar os vivos a respeitarem as disposições estabelecidas pelos testadores.⁴

A ação dos mendicantes foi de grande influência para a afirmação de uma atitude considerada de suma importância para a reparação dos erros terrenos e, sobretudo, para a salvação da alma, pois, não bastava apenas uma redação de cunho patrimonial, mas deveria conter também pedidos referentes ao ritual de passagem, ao enterro, à religiosidade, à caridade e à solidariedade para com os mais necessitados, com as associações assistencialistas (irmandades, confrarias e ordens terceiras) e para com a Igreja, instituição responsável pela disseminação e consolidação do hábito de redigir testamentos.

Não foi à toa que o século XIII assistiu à generalização da prática testamentária, associada ao processo de desenvolvimento econômico e urbano que vinha ocorrendo desde o século anterior e ao renascimento do direito romano. [...]

É inegável que a Igreja foi a grande responsável pela difusão da prática testamentária nesse período, vista como mais uma forma de garantir a salvação da alma e também benesses para a Igreja. Com efeito, tal prática seria estritamente supervisionada pelo clero secular, além dos mendicantes.⁵

Os dois próximos séculos assistiram à crise européia, mas também ao desenvolvimento das tecnologias marítimas, culminando no século XV, com a expansão das navegações pelos oceanos. Com o perigo das viagens, implementadas inicialmente pelos portugueses, tornou-se comum os viajantes escreverem o seu testamento antes da partida, pois o retorno nem sempre seria certo. Além do mais, a redação do testamento acalmava a alma aflita diante de tantos perigos e temores, pois nele tudo se revelava e, caso alguém morresse em alto mar, o que não seria nenhuma surpresa, pelo menos a família poderia fazer cumprir os desejos do finado.⁶

⁴ RODRIGUES, Cláudia. Op. cit., p. 45.

⁵ Ibidem, pp. 45-46.

⁶ Segundo João José Reis, muitos marinheiros e viajantes tiveram má morte, morrendo longe da casa e dos seus, muitas vezes de alguma peste ao mar, sem qualquer possibilidade do Viático lhes chegar pelas mãos do sacerdote. Cf. REIS, João José. Op. cit., p. 109.

Com a vinda dos portugueses para o Brasil, o hábito de redigir o testamento chega até nós, supervisionado também pela Igreja Católica, um dos braços da colonização e de dominação ideológica da população.

O caráter sacral do Estado Lusitano é bem explicitado por Vieira quando afirma que nas outras nações havia sacerdotes e soldados exercendo funções distintas, ao passo que em Portugal os clérigos também eram combatentes, e os militares por sua vez atuavam como ministros de uma causa religiosa.⁷

Não foi à toa que tanto a Igreja como o Estado firmaram o regime de Padroado⁸ também nessas terras. Assim, haveria por parte das duas instituições um comum acordo de não permitir que ninguém ficasse excluído das regras do sistema tanto na vida como na morte. Redigir o testamento estava, então, dentro dos parâmetros da boa relação entre clérigos e leigos, principalmente se o testador deixasse alguma doação para a Igreja, quase sempre lembrada.

A redação dos testamentos também constituía em uma ação integrante dos preceitos para uma boa morte.

No passado as pessoas se preparavam diligentemente para a morte. A boa morte significava que o fim não chegaria de surpresa para o indivíduo, sem que ele prestasse contas aos que ficavam e também os instrísse sobre como dispor de seu cadáver, de sua alma e de seus bens terrenos. Um dos meios de se preparar, principalmente, mas não exclusivamente entre as pessoas mais abastadas, era redigir um testamento. Essa providência pode ser entendida como o rito inicial de separação. Numerosos baianos testavam.⁹

Não somente os baianos, mas praticamente todos os colonos e, posteriormente, os brasileiros de todas as regiões, até o século XX — logicamente com suas peculiaridades do

⁷ AZZI, Riolando. *A Crisandade colonial. Mito e ideologia*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 43.

⁸ **PADROADO:** À frente do projeto de expansão do luso-cristianismo estavam os monarcas portugueses, aos quais, desde meados do século XV, os papas haviam concedido o direito do padroado. Em virtude desse direito, a Santa Sé confiava aos reis de Portugal a missão de evangelizar as novas terras, estabelecendo nelas a instituição eclesiástica. Quando se iniciou o ciclo das grandes navegações, Roma decidiu confiar aos monarcas da península ibérica o padroado sobre as novas terras descobertas. Em vista da delegação pontifícia, os reis da Espanha e de Portugal deviam enviar missionários para suas conquistas, construir igrejas e conventos, fundar paróquias e dioceses, subvencionar o culto bem como remunerar o clero. Para a realização dessas tarefas, ficava a cargo da Coroa real a arrecadação dos dízimos eclesiásticos. A instituição do padroado contribuía também indiretamente para a manutenção do próprio domínio colonial do Brasil, operando como um instrumento de autonomia e de independência. O conceito de padroado expressa basicamente a idéia de proteção. Em conseqüência dele, o monarca passa a ser considerado como um protetor, um patrono, um padroeiro. Ao ser declarado padroeiro da Igreja, o rei português tornava-se também padroeiro dos próprios fiéis. Como protetor, o monarca era o defensor de seus súditos, e a garantia de sua segurança pessoal e coletiva. Além da idéia de segurança e estabilidade, o termo padroado evocava ainda a idéia de magnanimidade, de benevolência, de paternidade. A palavra “patronus”, aliás, deriva de *pater*, exercendo o padroeiro uma função análoga à do pai no amparo de seus súditos. Importa ainda destacar que a função de padroeiro, exercida de maneira absoluta sobre toda a extensão territorial, passava a ser delegada pelo monarca aos seus legítimos representantes, que agiam “em nome de Sua Majestade”. Dessa forma, ao governador geral cabia também a função de protetor e defensor da crisandade colonial em formação. Cf. *Ibidem*, pp. 46-48.

⁹ REIS, João José. *Op. cit.*, p. 92.

tempo e do espaço — redigiam o seu testamento visando o bem morrer e a paz da alma para que ela encontrasse o caminho da eternidade.

Mas quando proceder à redação do testamento? Ele figurava como um dos documentos de maior relevância escrito em vida por um indivíduo que estivesse sentindo a presença da morte por causa de uma doença grave ou devido à idade avançada.

Uma cartilha católica de meados do século XIX recomendava como regra de bem viver que os fiéis fizessem seus testamentos enquanto gozassem de boa saúde. Mas era principalmente por ocasião de doenças graves que a morte passava a ser temida, ou simplesmente lembrada.[...] O temor da morte, no entanto, não deve ser visto como o medo sem controle. O grande medo era mesmo morrer sem um plano, o que para muitos incluía a feitura do testamento. A preparação facilitava a espera da morte e aliviava a apreensão da passagem para o além.¹⁰

As fórmulas de redação testamental variavam de pessoa para pessoa e de época para época.¹¹ Assim, um testamento redigido nos séculos posteriores à Independência poderá não ter o mesmo teor daqueles dos séculos coloniais, principalmente, porque a redação dos mesmos também sofrerá um “certo abandono do conteúdo religioso” em função do fenômeno da laicização do Estado brasileiro, notadamente a partir da República, período em que os testamentos passaram a ser controlados diretamente pelos cartórios civis — Código Civil de 1916 — e registrados nos mesmos. Mas nem por isso os termos religiosos desapareceram completamente.

Em geral ditados pelo testador a alguém — raros os testamentos feitos de punho próprio —, esses documentos têm por isso limitações enquanto expressão dos valores e sensibilidades de seus titulares. Mas, por maior que tenha sido a influência dos escrivães e outras pessoas em redigi-los, eles revelam uma parte importante da alma de quem os ditava. No mínimo, representavam algo da mentalidade de uma época, com a vantagem de não obedecerem a “fórmulas fixas ou estereotipadas”.

[...] A maioria dos testamentos tinha algum preceito religioso logo na abertura [...] seguido da encomendação da alma a Deus e do apelo à proteção de santos. Em seguida vinha quase sempre uma espécie de pequena ficha pessoal — o testemunho da passagem do testador no mundo — na qual declarava naturalidade, estado civil, filiação (e se filho natural ou legítimo), os nomes do cônjuge e dos filhos, inclusive ilegítimos. Depois indicavam-se três ou mais pessoas para testamentários, ou seja, executores das últimas determinações do testador. Passava-se então à distribuição dos bens, quase sempre justificando doações feitas aos que não fossem herdeiros diretos e às vezes mesmo as feitas a estes. Legalmente, o testador podia legar a quem lhe aprouvesse um terço — denominava-se “sua terça” — dos bens, o restante indo forçosamente para os herdeiros legítimos.

¹⁰ Ibidem, p. 95.

¹¹ A esse respeito, conferir o trabalho de Cláudia Rodrigues, já citado por nós nesta pesquisa. A autora faz uma análise do manual de Estevam de Castro, intitulado “O BREVE APARELHO E MODO FÁCIL PARA ENSINAR A BEM MORRER UM CRISTÃO”, onde ela dedica um profundo estudo sobre como deveria ser redigido o testamento, destacando suas partes e o conteúdo que deveria ser explorado pelo testador.

Esse roteiro básico do documento era frequentemente enriquecido por declarações sobre as mais diversas situações envolvendo testadores, seus familiares, escravos e outras pessoas. Quem morria cuidava tanto em preparar sua morte quanto em deixar arrumada, no que dele dependesse, a vida dos que lhe eram próximos.¹²

Os preceitos religiosos na abertura dos testamentos deixam em evidência a importância que a religião assumia na vida dos testadores. Os exemplos a seguir são esclarecedores:

QUADRO 9 - TERMOS DE ABERTURA DOS TESTAMENTOS COM MOTIVOS RELIGIOSOS

EXEMPLOS – TESTAMENTOS
1) “Em nome de Deos. Amem.”
2) “Em nome da Santissima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo, em que eu [...] firmemente creio em cuja fé protesto viver e morrer...”
3) “Em nome da Santissima Trindade, Amem.”
4) “Jesus Maria Joze — Em nome da Santissima Trindade, Padre, Filho, Espírito Santo, em quem eu Joze Maria de Castro firmemente creio, e em cuja fé protesto viver e morrer.”
5) “J M J – Em nome da Santissima Trindade, Padre Filho e Espirito Santo, tres pessoas distinctas e um só Deos verdadeiro.”
6) “Em nome da Santissima Trindade, um só Deos verdadeiro, amen.”

FONTE: AHUFJF. Testamentos. Ano 1850 a 1950

Ressalta-se que o termo de abertura destacado no número 1 é o mais simplório, porém, o mais utilizado nos testamentos. Havia aqueles em que o testador fazia questão de ressaltar e invocar a presença da Santíssima Trindade ou até mesmo da Sagrada Família. Fica claro também que sua pretensão era viver — até quando Deus quisesse — e morrer na fé em Deus.

A presença de testamentos em que o testador fazia questão de mencionar sua fé na Igreja Católica e na intercessão celeste também teve caráter significativo. A manifestação nesse sentido visava à salvação da alma. “Caso contrário, poderia queimar nas chamas do inferno ou ir para uma espécie de ante-sala do céu: o Purgatório.”¹³ Porém, sua grande esperança era a de que Deus saberia ouvir e compreender sua fidelidade de seguidor da Igreja Católica.

¹² REIS, João José. Op. cit., pp. 92-93.

¹³ COE, Agostinho Júnior Holanda. Op. cit., p. 45.

QUADRO 10 - TERMOS DESTACANDO A FÉ NA IGREJA CATÓLICA

EXEMPLOS – TESTAMENTOS
1) “Sou catholico Apostólico Romano em cuja religião tenho vivido e pretendo morrer.” (Ano: 1900)
2) “Declaro que sou Catholico, religião que herdei de meus pais, na qual tenho vivido e pretendo morrer, mesmo porque não há religião ou seita que seja comparavel a Catholica. Declaro que nunca pertenci ou fui membro de qualquer sociedade secreta, repugnando sempre praticar os occultos o que não possibilito praticar em publico, salvo actos inteiramente pessoais ou intimos.” (Ano: 1887)
3) “Eu [...] como Christã Catholica Apostólica Romana, que sou em a qual religião nasci e fui criada, e educada, e em que me tenho conservado e espero morrer...” (Ano: 1895)
4) “Declaro que sou Catholico, Apostolico, Romano, nesta religião divina, unica verdadeira, nasci, tenho vivido praticando-a, e espero, pela misericórdia de Deus, morrer.” (ano: 1907)
5) “Eu [...] Primeiro que tendo invocado o auxilio divino a proteção de Nossa Senhora, de São José e de meu Anjo da Guarda para o momento solenne da minha morte. Sou catholica, apostolica romana e nesta fé morro graças dando a Deos.” (Ano: 1894)
6) “[...] Declara que é catholico, apostolico, Romano, religião em que nasceu, foi a de seus antepassados, em cuja fiel e rigorosa observancia, embora sem fanatismo, tem procurado viver e quer morrer. [...]” (Ano: 1934)

FONTE: AHUFJF. Testamentos. Ano 1850 a 1950.

O exemplo de número 2 mostra que o testador quis deixar claro que sua opção religiosa demonstrava ser superior a qualquer outra seita ou religião. Sua preocupação em declarar que nunca pertenceu a sociedades secretas revela os quadros mentais de sua época. Esse testamento foi redigido em 1887, período marcante pelos conflitos entre a Igreja e a maçonaria e pela Reforma Ultramontana. A manifestação do testador pretendia enfatizar que era um católico praticante e seguidor da doutrina. Havia uma preocupação dos testadores em relatar que sua esperança era a de morrer no seio da Igreja Católica e, assim, conseguir a salvação de sua alma. O exemplo de número 5 é interessante, pois, a testadora recorreu à proteção de Nossa Senhora, de São José e de seu Anjo da Guarda para que, no momento de seu passamento, os poderes celestes se manifestassem na condução de sua alma ao Paraíso. Ela tratou ainda sua morte como um momento solene.

Dos 250 testamentos redigidos no século XX (até 1950), arquivados no “Setor A” do Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora, apenas 73 (29,2%) apresentaram algum conteúdo com teor religioso, que é o que nos interessa mais precisamente. Desses, selecionamos 58 para serem apreciados e utilizados em nossa pesquisa, juntamente com mais 47 testamentos do século XIX, onde prevalecia a redação com conteúdo religioso, mas, já apresentando uma tendência para sua diminuição.¹⁴ Mesmo que os números acima signifiquem uma pequena parcela da quantidade total de testamentos, podemos apontar que há uma tendência entre os testadores de não mais enfatizar o caráter religioso a partir de meados do século XIX, e isso se deve ao processo de laicização por que passava o Estado e a

¹⁴ O conteúdo religioso de que estamos falando significa que o testamento deve apresentar pelo menos uma das características a seguir: -Pedidos de missa de corpo presente; -Pedidos de missas para a alma do testador e para as almas de parentes, amigos, escravos, etc.; -Deixar esmolas para serem distribuídas aos pobres; -Pedir para ser enterrado com a mortalha de um santo protetor ou a de uma associação religiosa (Irmandade, Confraria, Ordem Terceira); -Deixar esmolas para instituições de caridade ou para a Igreja.

sociedade naquela época. Cláudia Rodrigues afirma em sua pesquisa sobre a secularização da morte no Rio de Janeiro que:

As fórmulas já fortemente alteradas em relação ao **Breve aparelho...**, apresentando apenas uma abreviada profissão de fé, foram, com uma exceção, utilizadas no século XIX e, principalmente, a partir de meados do Oitocentos, indicando uma sensível simplificação das invocações intercessoras, para não falar em desaparecimento, posto que nenhuma menção se fez à corte celestial, à salvação da alma, ao Tribunal Divino etc.

[...]

Estes elementos permitem-me afirmar, portanto, que praticamente desapareceram dos testamentos cariocas de meados do século XIX o conteúdo escatológico e as preocupações soteriológicas. Se a este ponto forem acrescentados os aspectos sobre a apresentação de motivações para a redação do testamento, cada vez menos subordinadas à fórmula proposta pelo **Breve aparelho...**, a partir de meados do Oitocentos — havendo, inclusive, testadores que apresentaram motivações materiais ou, até mesmo, nenhuma justificativa para o ato —, confirma-se a percepção sobre a redução e a omissão do conteúdo escatológico dos testamentos, neste período do Oitocentos.¹⁵

Há na sociedade juizforana uma tendência a mudanças de atitudes em relação à redação de testamento no decorrer do século XIX e do XX. As principais transformações estão associadas, entretanto, ao aspecto religioso, que sobressaía de maneira bastante forte nos séculos anteriores. No trabalho de Cláudia Rodrigues encontramos ainda vários elementos sobre esta mudança no Rio de Janeiro, a saber:

[...] A gerência do testador sobre os sufrágios em intenção de sua alma foi predominantemente feita no século XVIII e na primeira metade do XIX; a segunda metade desta centúria assistiu à delegação desta função ao testamenteiro. A partir da década de 1860, começaram a aparecer os casos de ausência de menção aos sufrágios por parte do testador, indicando uma transformação mais radical do que a da atribuição de realização dos sufrágios ao testamenteiro.

[...]

A redução e desaparecimento das fórmulas relativas à encomendação da alma, dos pedidos de intercessão de santos, anjos, Cristo e da Virgem pela alma do testador, juntamente com a simplificação da profissão de fé e das referências sobre o funeral e os sufrágios, além da atribuição do cuidado com estes últimos elementos do ritual ao testamenteiro mostram que, no mínimo, o testamento não era mais o local priorizado para se despedir do mundo terreno, buscando a salvação da alma.

[...]

Outra modificação associada a estas alterações do conteúdo e da forma do testamento foi a de que este não parecia ser mais um local privilegiado para demonstrar as preocupações do fiel em relação à sua morte, especificamente, em relação aos “últimos momentos”, ao “passamento”, à agonia.

[...]

Com relação ao desaparecimento das menções aos santos, é importante ressaltar que isso ocorreu também em relação às mortalhas, na segunda metade do século XIX, no Rio de Janeiro.

Estas alterações sugerem, por um lado, a transformação das vivências religiosas na sociedade da época; por outro, [...] denota a forma diferente como os fiéis estavam

¹⁵ RODRIGUES, Cláudia. Op. cit., p. 300.

passando a encarar a morte e o *post-mortem*, sem aquela preocupação atemorizada de antes.

[...]

Um aspecto que não se pode desconsiderar, é que o processo de esvaziamento das cláusulas piedosas dos testamentos também refletia uma outra modificação, qual seja a disseminação da redação dos testamentos por notários, no século XIX.

[...]

O ponto máximo das transformações na prática testamentária foi a redução e quase desaparecimento do próprio ato de testar, com o avançar do tempo. [...]¹⁶

Não se pode negar que os dados acima refletem realmente a sociedade do Rio de Janeiro em transformação no que diz respeito à morte e ao morrer. Também em nossa pesquisa, encontramos tais transformações e, principalmente, se considerarmos o século XX. Queremos destacar que nos testamentos selecionados para nosso trabalho, há uma tendência semelhante no procedimento de sua redação: minimização dos sufrágios pela alma, atitudes em relação aos procedimentos do enterramento deixadas a cargo do testamenteiro, diminuição dos pedidos de intercessão dos santos e da Virgem, redação dos testamentos a cargo de cidadãos notáveis, esvaziamento das cláusulas piedosas, enfim, notamos que o testamento transformou-se, quase por completo, em um documento marcadamente civil. Porém, salientamos que, no século XX em Juiz de Fora, mesmo diminuindo a quantidade, ainda encontramos no meio social o hábito de testar. Não sabemos, entretanto, o significado disso em termos percentuais em relação à população e aos mortos para o período. Temos poucas informações registradas para os óbitos na cidade para o período referido.

Movimento da população de acordo com a estatística demográfica (média para os anos de 1893 a 1913): 565 falecimentos

Temos ainda o movimento da população para os anos de 1911, 1912, 1913 e 1914, segundo notas informativas do registro civil:

1911: 793 falecimentos

1912: 914 falecimentos

1913: 880 falecimentos

1914: 866 falecimentos¹⁷

Conseguimos ainda outras informações mais generalizadas. No geral, a média anual de óbitos para a década de 1920 foi de 925 falecimentos. Para a Década de 1930 foi de 946 mortes por ano. A década de 1940 apresentou uma média de 1008 óbitos anual.¹⁸

¹⁶ Ibidem, pp. 308-310.

¹⁷ ESTEVES, Albino. *Álbum do Município de Juiz de Fora*. 3ª edição reorganizada por Sérgio Murilo de Almeida Neumann. Edições Funalfa, 2008, pp. 225-226.

¹⁸ AHPJF: Cf. Relatórios estatísticos anuais da Câmara Municipal de Juiz de Fora. 1920-1950.

A tabela a seguir mostra os números de testadores entre 1901 a 1950 utilizados em nossa pesquisa. Procuramos apresentar os números de testamentos divididos em duas colunas, os que apresentam algum conteúdo religioso e aqueles que não o apresentam. Assim, podemos ter uma noção mais clara para fazermos a comparação entre eles. Lembramos ainda que os números a seguir não representam a totalidade para os registros na cidade, mas apenas uma amostra para colocar em destaque a afirmação de que os juizforanos testaram até meados do século XX.

TABELA 1 – NÚMEROS DE TESTAMENTOS EM JUIZ DE FORA: 1901 a 1950

QUANTIDADE DE TESTAMENTOS			
QUINQUÊNIO	COM CONTEÚDO RELIGIOSO	SEM CONTEÚDO RELIGIOSO	T O T A L
1901-1905	10	11	21
1906-1910	10	17	27
1911-1915	12	23	35
1916-1920	12	18	30
1921-1925	3	19	22
1926-1930	5	17	22
1931-1935	7	16	23
1936-1940	6	32	38
1941-1945	7	19	26
1946-1950	1	5	6
T O T A L	73 (29,2%)	177 (70,8%)	250 (100%)

FONTE: AHUFJF. Testamentos diversos; Setor “A”; Caixas “29 A” a “60 A”; 1901-1950.

Os motivos para se fazer o testamento variavam para cada testador. Porém, pelo menos até meados do século XIX, podemos apontar que o fator principal de se testar ainda demonstrava ser o religioso, isto é, a busca de se conseguir uma boa morte e de se garantir a salvação da alma.¹⁹ A partir daí e, principalmente, no século XX, houve uma tendência geral entre os testadores de não mais enfatizar o sentido religioso. Eles se referiam a uma situação de enfermidade, idade avançada ou, em alguns casos, remetendo-se à exigência legal do Estado. A certeza da morte quase sempre era ressaltada na redação testamental, o incerto, porém, era a hora.²⁰ Essa incerteza, de certa maneira, tornou-se fundamental para se tomar as providências e confeccionar o testamento que revelaria os últimos desejos do testador. Assim, ele não seria pego de surpresa pela morte.

¹⁹ RODRIGUES, Cláudia. Op. cit., p. 23.

²⁰ Ibidem, p. 93.

QUADRO 11 - MOTIVOS ALEGADOS PARA A REDAÇÃO DOS TESTAMENTOS

1) “Declaro que como Catholica Romana, achando-me em meo perfeito juizo, sem infermidade e senhora de minhas facultades intellectuaes vou proceder a este meo testamento conforme a ley do Imperio e minha ultima vontade...” (Ano:1851)
2) “Eu [...] achando me doente de cama, mais em meo perfeito juizo, mas não sabendo quando Deos me será servido chamar-se a si...” (Ano: 1851)
3) “Eu [...] achando me em meo perfeito juizo [...] como approvão as testemunhas [...] porque seja de minha livre vontade fazer meo testamento, em dipor de minha vontade, pesso a Santissima Trindade me ajude e valha em semelhante occazião...” (Ano: 1851)
4) “...tendo me deliberado a fazer meo testamento como de facto fasso de minha livre vontade, e em meo perfeito juizo, e achando me emcomodado de minha saúde, mas em meo perfeito juizo.” (Ano: 1860)
5) ”Eu [...] achando me doente, porem de pé, no pleno gozo de minhas facultades intellectuaes e livre de toda e qualquer coação physica e moral...” (Ano: 1865)
6) “Eu abaixo assignado estando enfermo mas em meo perfeito juizo, e uzo de minhas facultades...” (Ano:1871)
7) “Declaro que achando me doente e de cama, estou entre tanto em meo perfeito juizo, e faço estas despozições mui livre e espontaneamente.” (Ano: 1881)
8) “Achando me adoentado e maior de 64 annos, mas no gozo pleno de minhas facultades mentais, resolvi em boa hora fazer o meo solenne testamento como disposição de ultima vontade não querendo ser surpreendido pela morte que é certa, incertos porem o dia e a hora.” (Ano: 1887)
9) “Saibam quantos este testamento virem que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil novecentos e um aos vinte e quatro dias do mez de janeiro nesta cidade de Juiz de Fora na casa numero noventa da Rua do Imperador, onde eu Tabelião a chamado vim e ahi perante mim compareceu a testadora D. Maria Moreira das Neves, casada, moradora nesta mesma casa reconecida pela própria por mim Tabelião, que se acha em seu perfeito juizo e entendimento de pé e em boa saúde segundo o meu parecer e o das testemunhas abaixo nomeadas e assignadas...” (Ano: 1901)
10) “Eu [...] achando-me doente, porem muito melhorado actualmente dos meos encommodos de saude e sempre no perfeito gôso de todas as minhas facultades, sem constrangimento, nem dólo de especie alguma...” (Ano:1903)
11) “Eu [...] doente, de cama, em meu perfeito juízo e entendimento, e temendo a morte, cujo dia é incerto.” (Ano: 1905)
12) “Saibam quantos virem este publico instrumento que sendo no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil novecentos e onze, aos dois de outubro, n’esta cidade de Juiz de Fora, á rua Baptista de Oliveira numero cento e quarenta onde eu Tabelião a chamado vim, depois de me haver sido esta distribuida, compareceu o testador Phelippe Henrique Mussel que reconheço pelo proprio e se acha doente, de cama, mas em seu perfeito juizo e entendimento [...] fazia o seu testamento pela forma seguinte: Declarou que era protestante, natural da cidade de Petropolis [...]” (Ano: 1911)
13) “Em nome de Deus – Amem. Eu abaixo assignada, estando em perfeito uso agora de minhas facultades mentaes resolvi fazer o meo testamento e disposições de ultima vontade, declarando que sou protestante, de 46 annos de idade [...]” (Ano: 1894)
14) “Em nome de Deus. Amem – Eu Padre Flavio Ribeiro de Almeida, [...] Estando bastante enfermo, porem em meu juizo perfeito, faço este meu testamento de ultima vontade. Fica sem vigor o testamento que fiz no Estado do Espirito-Santo [...]” (Ano: 1912)
15) “Em nome de Deus – Eu Thiago Borges de Mattos, achando me em meu perfeito juizo, embora doente de cama, deliberei fazer livremente o meu testamento, e é elle que se segue como minha ultima vontade. Declaro que sou Catholico Apostolico Romano, natural de Portugal [...]” (Ano: 1915)
16) “Em nome de Deus – Amem. Eu [...] achando me no gozo da saúde, em meu perfeito juízo, prevendo a morte que fatalmente a todos attinge, resolvi fazer meu testamento, [...]” (Ano: 1918)
17) “Em nome de Deus. Amem, Jesus. [...] Sou Christão, Catholico, apostolico, romano, e estou em meu perfeito juizo e de perfeita saude, graças ao meu Bom Jesus. Declaro que estou inteiramente senhor de minha vontade, e espontanea e livremente determino que depois de minha morte se observe e se cumpra o que deixo escripto neste meu testamento holographo que destruirá qualquer outro com data anterior, e será reconhecido como ultimo acto formal de minha vontade.” (Ano: 1932)

18) “Saibam quantos esta escritura de testamento público virem que aos seis dias do mês de agosto de mil novecentos e quarenta, nesta cidade de Juiz de Fôra, Estado de Minas Gerais, à avenida Rio Branco 2644, onde a chamado vim, perante mim, Tabelião, e as cinco testemunhas idôneas, especialmente convocadas para êste áto, adeante nomeadas e assinadas, depois de me haver sido esta distribuida, compareceu como outorgante testadora dona JOSEPHINA CANDIDA PENIDO, solteira, maior, de prendas domesticas [...]. e por ela, testadora, foi dito [...] que é catholica, apostolica, romana, religião em que foi batisada e educada, que era de seus pais, nela vive e pretende morrer.” (Ano: 1940)

19) “Saibam quantas estas virem que, aos dezesseis dias do mês de setembro de mil novecentos e quarenta e quatro, na Casa de Saude e Maternidade de Juiz de Fora, onde á chamado vim, perante mim, Tabelião, e as cinco testemunhas [...] compareceu como outorgante testador o Dr. PRISCO RAYMUNDO GOMES, médico, domiciliado nesta cidade [...]” (Ano: 1944)

FONTE: AHUFJF. Testamentos diversos; Caixas 1A a 60A. Anos: 1850 a 1950.

Havia uma necessidade, entretanto, de que os testadores estivessem em perfeito juízo de suas faculdades mentais. Isso se ressalta em função de que poderia haver uma coerção por parte de alguém da família sobre o testador, ou mesmo, obrigá-lo a assinar o documento contra a sua vontade, ou também sem ele saber o seu conteúdo, pois muitos eram analfabetos. Para isso, tornava-se necessária a indicação das testemunhas, que deveriam estar presentes no local da redação e assinavam juntamente com o redator, o testador e o testamenteiro. Tais testemunhas poderiam ser membros da família, amigos, sacerdotes e representantes do Poder Público. Geralmente convocava entre três a cinco testemunhas, podendo, entretanto ultrapassar tais números.²¹ Nos 105 testamentos analisados por nós, algumas testemunhas aparecem mais de uma vez, pois eram personalidades públicas ou sacerdotes, exaurindo, assim, maior confiança para os testadores e, logicamente, para os testamentos, que deveriam ser registrados em uma igreja ou em cartório — neste caso, somente a partir da República. Quando o sacerdote fosse registrar o óbito do testador, ele deveria mencionar se deixou ou não testamento. Em alguns casos, o vigário também fazia a transcrição do documento no livro de registro de óbitos servindo, assim, como comprovação oficial.²²

Os testadores nem sempre sabiam ler ou escrever. Uma boa parcela da população brasileira era analfabeta e, por isso, convocava um membro da família — não podendo ser

²¹ Para validar o testamento era necessária a presença de cinco varões livres, ou tidos por livres, e que fossem maiores de quatorze anos. “Mas ao tempo de morte as mulheres podem contar convalescendo o testador da dita doença o tal testamento será nulo e sem efeito” O testador e a testemunhas precisavam assinar no final do testamento, caso o testador não soubesse assinar uma testemunha assinava em seu lugar, esse testamento era denominado de aberto, pois era feito publicamente. Apesar de as pessoas doentes serem proibidas de testar por ordem de uma lei sancionada por D. José I de 25 de Junho de 1766. (Código Philippino. 4º Livro das Ordenações, p.1056) onde dizia: “Mando que todos os testamentos, codicilos, escritos ou nuncupativos e geralmente todos os atos de última vontade, feitos depois de haverem principiado as doenças dos testadores, ou estes se achem na cama ou estejam fora dela, sejam nulos e de nenhum efeito”. Encontram-se muitos testamentos de pessoas doentes que em determinadas décadas superam os são, isso se deve ao medo de morrer sem fazer o próprio testamento, para atenuar a doença os testadores usavam o recurso de se condicionarem com perfeito juízo [...]. In: ALMEIDA, Josepf César Ferreira de. Op. cit.

²² Cf. ACMAJF: Livros de registros de óbitos das Paróquias de Nossa Senhora do Rosário, 1837-1892 (Rosário de Minas) e de Nossa Senhora da Glória, 1813-1892 (Simão Pereira).

herdeiro —, um parente próximo, um amigo, uma personalidade de confiança, que poderia ser um padre, um político ou um profissional notável — quase sempre um advogado — que inspirava honestidade para proceder à redação.²³ Especialmente, no século XX, praticamente todos os testamentos foram redigidos por um tabelião, funcionário de um cartório civil de registros. “Os testamentos, então, passaram a ser cada vez mais públicos ou abertos, transcritos no livro de notas, diferentemente dos cerrados, cujo conteúdo era restrito ao testador e / ou à pessoa que por ele o escreveu, sendo aberto somente por ocasião da morte.”²⁴ Após a redação, e ainda no mesmo local, o testamento era lido em voz alta para que todos os presentes ouvissem. Se o testador concordasse com o conteúdo, ocorria a assinatura do documento, caso contrário, ele seria refeito. Posteriormente, o testamento recebia a aprovação, sendo registrado em cartório e arquivado a espera do óbito para ser aberto e cumprido os desejos do testador.²⁵ Os exemplos a seguir são elucidativos e proporcionam uma visão de como se finalizava a redação testamental.

[...] este meu testamento que elle mesmo escreve a meu rogo, *por eu não saber ler nem escrever*. Juiz de Fora, cinco de outubro de mil oitocentos e noventa e cinco, digo, quatro. Arrogo da testadora Dona Sabrina Maria de Jezus que não sabe ler nem escrever. Bertoldo José Soares. [...] ²⁶ (Grifo Nosso)

[...] E por esta forma dou por findo este meu testamento, *que vai escrito e assignado a meu rogo por Bernardo Justiniano da Rocha por achar me bastante tremula e não poder escrever, tendo-o antes lido e achado como dictara*; declarando que por este revogo todo e qualquer outro testamento, quer aberto, quer cerrado, que tenha feito anteriormente.
Juiz de Fora 16 de Fevereiro de 1886. [...] ²⁷ (Grifo Nosso)

[...] feito o seu testamento e ultima vontade, *sendo testemunhas presencias a todo este acto desde o seu começo até o fim* (Grifo Nosso) João Daibert, negociante; Manoel Soares Pereira, typographo; José Alonso Parada, negociante; Americo de Oliveira, empregado do commercio; José Facio, barbeiro; todos maiores de quatorze annos rezidentes nesta cidade e que reconhecem ser o testador o proprio de que trato e dou fê. *E lido este testamento ao testador e ás testemunhas e estando conforme assignam todos perante mim Arnaldo de Moraes e Castro, Tabelião que escrevi e assigno em publico e raso*.
Juiz de Fora, 4 de maio de 1899. [...] ²⁸ (Grifo Nosso)

²³ COE, Agostinho Júnior Holanda. Op. cit., p. 44.

²⁴ RODRIGUES, Cláudia. Op. cit., p. 309.

²⁵ Cf. AHUFJF. Todos os 105 testamentos escolhidos para essa pesquisa apresentam em seu conteúdo os nomes do redator e os nomes das testemunhas. Também aparecem as datas da abertura dos testamentos após a morte dos testadores.

²⁶ AHUFJF. Testamento de Dona Sabrina Maria de Jezus. Cx 23A; Ref. 330A02; 1895.

²⁷ AHUFJF. Testamento de Rita de Cássia Tostes. Cx 25A; Ref. 336A50; 1898.

²⁸ AHUFJF. Testamento de Joaquim Augusto de Souza Barros. Cx 26A; Ref. 336A16; 1899.

[...] Este é o meu testamento, pelo qual revogo o anterior; *foi escripto a meu pedido pelo Dr. Joaquim Caputo de Figueiredo, advogado n'esta cidade de Juiz de Fora*, aos dezenove de maio de mil oitocentos e noventa e oito, e vai por mim assignado. — É a expressão fiel de minha ultima vontade que desejo seja cumprida tão inteiramente como n'elle se contem.[...].²⁹ (Grifo Nosso)

Os locais de redação dos testamentos eram quase sempre na própria casa do testador. No século XX, porém, houve uma mudança significativa, a redação passou a ser feita nos cartórios de registros civis, salvo raras exceções, por exemplo, em caso de doença grave, em que os próprios tabeliões e escrivães eram chamados às residências para a confecção do documento. Achamos alguns casos, aproximando do ano de 1950, em que os testamentos foram redigidos em hospitais. Em 1944, o testador Dr. Prisco Raymundo Gomes, médico, domiciliado nesta cidade, chamou o tabelião à Casa de Saúde e Maternidade de Juiz de Fora, onde se encontrava internado, para proceder ao ritual da redação. Não podemos afirmar, porém, que em Juiz de Fora o local da morte estava sendo transferido da casa para o hospital, pois encontramos a maior parte dos indivíduos morrendo ainda em sua residência e nela sendo velado, mesmo a partir de 1950.³⁰

Ficava a cargo do testador, ainda, a escolha do testamenteiro, isto é, aquele que ia fazer cumprir, após sua morte, todos seus desejos expressos. Era fixado por ele o tempo em que deveria providenciar todos os preceitos. Constatamos em nossa pesquisa que esse período variou entre 6 meses a 4 anos e meio. Na verdade, o testador nomeava duas ou três pessoas de sua confiança, segundo uma ordem de preferência pessoal, para que um desses fosse o testamenteiro. Quem assumisse a função ainda recebia uma quantia em dinheiro. Era uma forma de retribuir pelo trabalho que o testamenteiro teria após a sua morte. Averiguamos que os valores variaram entre 1\$000 (1 mil réis) a 20:000\$000 (20 contos de réis).³¹ Quando o testador não deixava estabelecido o prêmio por escrito, a lei determinava o pagamento da Vintena,³² e era arbitrado pelo juiz.

²⁹ AHUFJF. Testamento de Joaquim Mendes Pereira. Cx 33A; Ref. 336A51; 1906.

³⁰ Em seus estudos sobre a morte na França, Philippe Ariès constatou o deslocamento do lugar da morte da casa para o hospital. “Entre 1930 e 1950, a evolução vai se precipitar. Esta aceleração é devida a um fenômeno material importante: o deslocamento do lugar da morte. Já não se morre em casa, em meio aos seus, mas sim no hospital, sozinho. Morre-se no hospital porque este se tornou o local onde se presta os cuidados que já não se pode prestar em casa.” Cf. ARIÈS, Philippe. Op. cit., p.85. O caso estudado por nós em Juiz de Fora não segue à tendência francesa, pelo contrário, a casa ainda era o local de referência para se fazer o passamento, apesar de encontrarmos algumas pessoas morrendo nos hospitais até mesmo antes de 1950. Cf. OLIVEIRA, Paulino de. *Efemérides juizforanas* Op. cit.

³¹ Cf. AHUFJF. Testamentos diversos; Caixas 1A a 60A; Anos: 1850 a 1950.

³² **VINTENA:** A vigésima parte de alguma coisa: Cf. HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa S/C Ltda.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 2865; O testamenteiro tem direito à um prêmio que se chama vintena pelos serviços prestados. O seu montante é fixado livremente pelo testador, na falta de quantum exato, será arbitrado judicialmente entre 1 a 5 % sobre toda a herança líquida,

Nos 105 testamentos analisados em nossa pesquisa pudemos relacionar os testadores e os testamenteiros que assumiram a função delegada, bem como o grau de parentesco ou de amizade entre ambas as partes.

TABELA 2 - GRAU DE PARENTESCO E AMIZADE ENTRE TESTADORES E TESTAMENTEIROS / NÚMEROS E PERCENTUAIS (1850-1950)

GRAU DE PARENTESCO / AMIZADE	QUANTIDADE DE INDICAÇÕES	PERCENTUAL %
1. AMIGO	30	28,57%
2. ESPOSO	10	9,55%
3. ESPOSA	10	9,55%
4. GENRO	03	2,85%
5. SOBRINHO	01	0,95%
6. FILHA	01	0,95%
7. FILHO	11	10,47%
8. MÃE	01	0,95%
9. IRMÃO	11	10,47%
10. IRMÃ	01	0,95%
11. ENTEADO	02	1,90%
12. COMPADRE	02	1,90%
13. CUNHADO	01	0,95%
14. NETO	01	0,95%
15. NÃO ESPECIFICADO PELO TESTADOR	20	19,04%
T O T A L	105	100 %

FONTE: AHUFJF. Testamentos diversos; Caixas 1A a 60A; Anos: 1850 a 1950.

A tabela anterior possibilita uma percepção clara de como os testadores escolhiam seus testamenteiros. O critério era o grau de confiança e a certeza de que o indicado não deixaria de arcar com o seu compromisso. Nessa perspectiva, a amizade entre os testadores e os testamenteiros vinha em primeiro lugar. Quase 1/3 dos testadores elegeu um amigo para ser o seu testamenteiro. Em seguida vinha o filho e o irmão e, posteriormente, o esposo e a esposa. Há casos em que os testamentos foram feitos em conjunto entre o marido e a mulher, sendo que eles escolhiam a si mesmos como testamenteiros. Quando um dos cônjuges morresse, o outro seria o testamenteiro. Noutros casos, os testadores não mencionavam quem seria o testamenteiro, sendo assim, o juiz determinava, ou alguém da família assumia por livre vontade, pois havia um desejo dos familiares na partilha dos bens e de que tudo mais fosse cumprido em prol da alma do testador.³³

O ANEXO 10 apresenta todos os testadores relativos aos 105 testamentos com os respectivos nomes dos testamenteiros indicados por eles e o grau de parentesco. Nele

conforme a importância e o grau de dificuldade da execução do testamento (art.1.766CC) sendo deduzido da metade disponível se houver a legítima. A vintena etimologicamente designa a vigésima parte de alguma coisa, é o feminino de vigésimo. Cf. LEITE, Gisele. Aspectos jurídicos sobre a figura do testamenteiro no direito sucessório brasileiro. In: *Revista eletrônica Jus Vigilantibus*; 25/02/2004. s/p. Acesso em 11/08/09.

³³ Cf. AHUFJF. Testamentos de João Francisco Alves e Eliza Domingues da Silva Alves, Caixa 30A, Ref. 336A39, 1903; Jose Silva Lopes e Amelia de Azevedo Lopes, Caixa 25A, Ref. 336A06, 1897; Militão Honorio Rodrigues e Gabriella Eugenia de Barros, Caixa 28A, Ref. 40B29, 1900.

podemos observar que quatro testamenteiros eram sacerdotes da Igreja Católica. A escolha de um membro da Igreja se devia à maior possibilidade de que não haveria, por parte do religioso, algum comportamento desonesto após a morte do testador. Houve um caso em que uma testadora — Maria Augusta Teixeira — escolheu até mesmo o bispo diocesano de Juiz de Fora, D. Justino José de Sant'Ana, para ser seu testamenteiro, porém, parece que ele recusou a designação, pois no processo que se seguiu à morte da testadora, quem assumiu foi seu amigo Cel. Álvaro Martins Vilella.³⁴ Figuram ainda oito militares, geralmente de altas patentes. Outros treze ainda são denominados de doutores, que podem ser advogados ou médicos, ou ainda simplesmente uma denominação generalizada da época como sinônimo de homens sábios ou indivíduos abastados da sociedade, pertencentes à elite política e econômica.³⁵ De todos os 105 testamentos, apenas três nomes aparecem duas vezes como testamenteiros.

A respeito do tempo entre a redação do testamento e a morte do testador, temos na tabela a seguir uma visualização bastante clara. A maioria dos testadores morreu entre dois e três anos após a redação do seu testamento. Posteriormente, aparecem os que morreram em menos de um ano após a confecção do documento. Apenas 3 testadores morreram após duas décadas da redação: Marianna Roza de Jesus Coêlho fez o testamento em 1881 e morreu em 1910 (29 anos após); Ignacia Maria Corrêa fez o testamento em 1894 e faleceu em 1921 (27 anos após) e Philomena Hereber redigiu seu testamento em 1894 e fez a passagem em 1916 (22 anos após). O ANEXO 11 mostra todos os testadores com as respectivas datas de redação dos testamentos e o ano de suas mortes.

TABELA 3 - TESTADORES: ANO DE REDAÇÃO DO TESTAMENTO E ANO DA MORTE (1850-1950)

TEMPO DECORRIDO PARA A MORTE APÓS A REDAÇÃO DO TESTAMENTO	QUANTIDADE	%
EM MENOS DE 1 ANO	26	24,8
DE 1 A 3 ANOS	34	32,4
DE 3 A 5 ANOS	18	17,1
DE 5 A 10 ANOS	12	11,4
DE 10 A 20 ANOS	12	11,4
MAIS DE 20 ANOS	3	2,9
TESTADORES	105	100 %

FONTE: AHUFJF. Testamentos diversos; Caixas 1A a 60A; Anos: 1850 a 1950.

³⁴ Cf. AHUFJF. Testamento de Maria Augusta Teixeira. Cx 59A; Ref. 1173; 1944.

³⁵ De acordo com o Dicionário Houaiss, o termo **DOUTOR** designa alguns significados bem precisos. Porém, é necessário destacar que este termo, quando era pronunciado no passado, o qual estamos estudando, há que se ter muito cuidado, pois, talvez possa não se tratar de uma designação sobre alguém que portava o diploma de doutor, mas apenas uma manifestação de respeito. Destacamos do dicionário as seguintes alusões ao termo: 1) termo de respeito, usado em reconhecimento de superioridade na hierarquia social; 2) tratamento que pessoas humildes dispensam aos que se apresentam bem vestidos; 3) homem muito instruído em qualquer ramo. In: HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Op. cit., p. 1081.

Poucos testadores mencionavam sua idade na época da redação do testamento. No entanto, de um modo geral, quando iniciavam sua redação, havia sempre a preocupação de escrever que estava já em idade avançada ou doente e, por isso, deveria proceder à redação, ou simplesmente, relatava que estava cumprindo a lei do Brasil, que aconselhava à redação de testamento aos que possuíssem algum bem que seria deixado por herança.³⁶ Não nos esqueçamos ainda que a Igreja Católica também aconselhava à redação para que fosse cumprido um dos preceitos da salvação da alma. Dos 105 testamentos que estamos analisando, apenas dezesseis testadores (15,2% do total) fizeram questão de revelar sua idade, como podemos observar no quadro a seguir.

**QUADRO 12 - TESTADORES QUE REVELARAM SUA IDADE EM TESTAMENTO
(1850-1950)**

TESTADORES	ANO DA REDAÇÃO DO TESTAMENTO	ANO DA MORTE	IDADE AO REDIGIR O TESTAMENTO	IDADE AO MORRER
Sebastião Jose da Silva Queiros	1853	1856	66	69
João Nogueira Penido	1887	1901	64	78
Maria Elisabeth Reimers	1894	1912	46	64
Jose Silva Lopes e Amelia de Azevedo Lopes (EM CONJUNTO)	1896	1897	ELE 30 ELA 28	ELE 31 ELA ?
Maria Augusta de Mello Pinto	1902	1902	28	28
Maria da Encarnação Teixeira Duarte	1910	1910	64	64
Carlota Joanna da Silva	1921	1925	74	78
Laudelina de Souza Campos	1924	1931	49	56
Christiano Horn	1926	1926	56	56
Francisco José Kascher	1928	1931	62	65
Francisco Leite de Oliveira	1932	1932	64	64
Cel. Manoel Francisco de Lima Mattos	1934	1936	86	88
Alfredo de Souza Bastos	1936	1940	70	74
Evelina de Paula Machado de Oliveira	1938	1941	59	62
Cel. João Carlos da Cunha Affonso	1949	1949	64	64

FONTE: AHUFJF. Testamentos diversos; Caixas 1A a 60A; Anos: 1850 a 1950.

Ao observarmos o quadro anterior, pudemos constatar que dentre os testadores que revelaram sua idade, três apenas contavam com 30 anos ou menos. Outros dois estavam quase atingindo os 50, e os outros onze já estavam com idade acima de 50 anos. A testadora Maria Elisabeth Reimers foi a que mais tempo levou para morrer após a redação do testamento,

³⁶ Os testamentos no Brasil eram legislados pelo código Philipino, elaborado por Philippe III em 1601. Ele permaneceu com algumas alterações até 1917 quando deu lugar ao código civil brasileiro. O código Philipino, assim como a igreja, assegurava a “faculdade de livremente testar” e de deliberar livremente sobre os seus bens a quase todos os cidadãos. As pessoas proibidas de testar eram o homem menor de 14 anos, a mulher com menos de 12 anos, os loucos ou mentecáptos, as pessoas condenadas à morte natural, o herege, o pródigo, o surdo e o mudo de nascença, o escravo e o religioso professo. Os filhos que estivessem sob o pátrio poder só poderiam testar com a permissão dos pais. In: ALMEIDA, Josepf César Ferreira de. Op. cit.

dezoito anos. Porém, o que faleceu em idade mais avançada foi o Cel. Manoel Francisco de Lima Mattos, que escreveu seu testamento com 86 anos de idade e dois anos após fez seu passamento. O testador Jose da Silva Lopes, ainda com 30 anos quando redigiu seu testamento, morreu com apenas 31 anos. Ele o fez em conjunto com sua esposa e, é bem provável que estivessem doentes, pois ainda eram adultos jovens e se preocuparam em deixar prontos seus últimos desejos. Não temos a informação sobre em que ano se deu a morte de sua esposa Amelia de Azevedo Lopes.

Na relação dos 105 testamentos analisados para esta pesquisa, encontramos quatro testamentos em que os testadores se manifestaram seguidores da religião protestante. Eram eles luteranos descendentes dos imigrantes alemães que vieram para a cidade, em meados do século XIX, para a construção da Estrada União e Indústria.³⁷ Maria Elisabeth Reimers, Felipe Henrique Mussel — que declarou não saber escrever em português e, por isso, pediu para o tabelião Belmiro Braga redigir seu testamento³⁸ —, Guilherme Bartels — natural da Alemanha e naturalizado brasileiro³⁹ — e Christiano Horn — também nascido na Alemanha.⁴⁰ Nesses testamentos protestantes não aparecem nenhuma referência à cláusula piedosa, mas apenas de natureza material, isto é, somente a preocupação em deixar por escrito a repartição de seus bens. “Os testamentos dos protestantes são extremamente objetivos, secos e sumários. Não consta nada que não seja estritamente necessário para se atingir a finalidade.”⁴¹ Porém, o testamento de Maria Elisabeth Reimers inicia-se com uma referência

³⁷ A Estrada União e Indústria tratava-se de uma obra gigantesca, para a realização da qual teria de ser criada uma Companhia ou Sociedade Anônima — **Companhia União e Indústria**, além da compra de uma extensíssima gleba, reservando uma parte para sua residência, outra para a instalação das oficinas, outra mais para a Colônia de Imigrantes D. Pedro II, esta dividida em **Colônia de São Pedro**, nos altos do Morro do Imperador (uma parte hoje ocupada pelo Campus Universitário) e **Villagem** (Rua Bernardo Mascarenhas e confluência), reservadas à residência dos imigrantes da área industrial da empresa. [...] O certo é que o seu projeto (de Mariano Procópio Ferreira Lage) foi aprovado pelo Governo Imperial no dia 7 de agosto de 1852, pelo decreto nº 1031. [...] Logo que aprovado o projeto (decreto 1031 de 7-08-1852), o ilustre e dinâmico barbacenense pôs as mãos à obra, contratou imigrantes de diversas procedências na Alemanha. Iniciou a grande obra em 1856, partindo de Vila Tereza (Petrópolis), a caminho de Juiz de Fora. In: BASTOS, Wilson de Lima. *Caminho Novo: a espinha dorsal de Minas*. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004, pp. 170-173. Ainda um outro autor relata: Em Juiz de Fora, chegaram cerca de 1.200 imigrantes alemães, que seriam incorporados a dois empreendimentos da Companhia União e Indústria. [...] De especial importância foi a diferença religiosa entre esses imigrantes. Metade era católica e a outra era protestante. O primeiro elemento que nos chama a atenção é a presença de protestantes num Estado que era oficialmente católico. [...] Os colonos da Colônia D. Pedro II, católicos e evangélicos, uniram-se no empenho de construir uma capela. Além das dificuldades com o idioma português, a Igreja Matriz se encontrava longe do local onde residiam. Cf. ARANTES, Luis Antônio Valle. Op. cit. In: BORGES, Célia. (Org.). *Solidariedades e conflitos*. Op. cit., pp. 90-116.

³⁸ AHUFJF. Testamento de Felipe Henrique Mussel; Caixa 37A; Ref. 637; 1911.

³⁹ AHUFJF. Testamento de Guilherme Bartels; Caixa 53A; Ref. 329A20; 1928.

⁴⁰ AHUFJF. Testamento de Christiano Horn; Caixa 52A; Ref. 342A12; 1926.

⁴¹ ARANTES, Luis Antônio Valle. Op. cit. In: BORGES, Célia. (Org.). *Solidariedades e conflitos*. Op. cit., p. 116.

religiosa, apesar da declaração clara que sua atitude objetivava apenas instituir seu marido como único herdeiro.

Testamento.

Em nome de Deus – amem.

Eu abaixo assignada, estando em perfeito uso e gozo de minhas faculdades mentaes, resolvi faser o meu testamento e disposições de ultima vontade, *declarando que sou protestante*, de 46 annos de idade, residente a Rua Bernardo Mascarenhas nº 97, nesta cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Geraes, [...] que *resolvi faser este meu testamento para instituir, como de facto instituo unico herdeiro de minha meação ao referido meu marido Carl Frith Theodor Reimers* [...]

Juiz de Fora 8 de Maio de 1894.⁴² (Grifos Nossos)

Pudemos constatar ainda nos testamentos que alguns testadores revelavam sua profissão. Dos 105 analisados por nós, apenas 22 (21% do total) deixaram esta informação testamental. Das profissões declaradas, a de proprietário (ou capitalista) e de sacerdote se destacaram como as mais presentes. Alguns testadores ainda fizeram questão de mencionar seus títulos nobiliárquicos — barão, baronesa, conde, condessa, etc.. Declarar-se proprietário, entretanto, poderia ter vários significados, porém, todos eles apontando para um grupo que pertença à elite econômica e social.⁴³ Chama a atenção ainda a declaração de doméstica (ou de prendas domésticas), logicamente, eram mulheres esposas de homens pertencentes à elite intelectual, política e econômica do município,⁴⁴ e administravam os trabalhos domésticos, certamente feitos por escravos, criados ou outros trabalhadores vinculados aos afazeres da casa. O termo “Prendas” significava tratar-se de mulheres que sabiam cozinhar, bordar, costurar e ensinar seus filhos os princípios da educação religiosa, moral e os bons costumes.⁴⁵ Outros profissionais que figuram em menores percentuais são comerciantes, capitalistas e médicos. A tabela a seguir apresenta os nomes dos testadores e suas profissões declaradas.

⁴² AHUFJF. Testamento de Maria Elisabeth Reimers; Caixa 37A; Ref. 335A41; 1912.

⁴³ **PROPRIETÁRIO:** Que ou aquele que detém a posse legal de um bem imóvel, de terra, fábrica, casa comercial, banco, empresa de prestação de serviços, etc. In: HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Op. cit., p. 2314.

⁴⁴ Existem alguns trabalhos (dissertações, teses e livros) sobre a elite política, intelectual e econômica do município de Juiz de Fora. Destacamos os seguintes: CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *Europa dos pobres*. Op. cit.; GOODWIN JÚNIOR, James Willian. Op. cit.; QUIOSSA, Paulo Sérgio. Op. cit.

⁴⁵ **PRENDAS DOMÉSTICAS:** Designação oficial da atividade das mulheres que, não exercendo profissão remunerada, se ocupam do lar. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Op. cit., p. 526.

QUADRO 13 - PROFISSÃO DECLARADA PELOS TESTADORES EM TESTAMENTO (1850-1950)

TESTADOR	PROFISSÃO DECLARADA EM TESTAMENTO
Pe. Francisco Manoel de Mendonça	Sacerdote (Padre)
Maria Jose Miquelina da Silva	Baronesa de Bertioga
Jose Antonio da Silva Pinto	Barão de Bertioga; Proprietário; Político
Cônego João Marciano Cerqueira Leite	Sacerdote (Cônego)
Cel. Francisco Mariano Halfeld	Proprietário; Capitalista
Maria Augusta de Mello Pinto	Fazendeira
Coronel Luiz Gomes Braga	Barão de Cataguases
Anna Guilhermina de Castro Braga	Baronesa de Cataguases
Flavio Ribeiro de Almeida	Sacerdote (Cônego)
Laudelina de Souza Campos	Proprietária
Christiano Horn	Comerciante
Pedro Procópio Rodrigues Valle	Proprietário
Luiza Nunes Lima de Resende	Proprietária
Cel. Christovam de Andrade	Capitalista
Rita Emilia de Castro	Doméstica
Josephina Cândida Penido	De prendas domésticas
Domicio de Pula Nardy	Sacerdote (Monsenhor)
Maria Carolina de Assis Penido	De prendas domésticas
João Nogueira Penido	Médico
Angelina Malvezzi	Proprietária
Prisco Raymundo Gomes	Médico
Cel. João Carlos da Cunha Affonso	Fazendeiro
S Í N T E S E D A S P R O F I S S Õ E S	
OBSERVAÇÃO: O PERCENTUAL DOS NÚMEROS NO ESPAÇO AO LADO TEM COMO REFERÊNCIA, NÃO O TOTAL DE TESTAMENTOS, MAS AOS 22 QUE DECLARARAM A PROFISSÃO.	1. PROPRIETÁRIO (A):.....6 (27,3%) 2. SACERDOTES:..... 4 (18,2%) 3. BARÃO OU BARONESA:..... 4 (18,2%) 4. DOMÉSTICA:3 (13,6%) 5. FAZENDEIRO (A):..... 2 (9,1%) 6. COMERCIANTE; CAPITALISTA:.....2 (9,1%) 7. MÉDICO:2 (9,1%)

FONTE: AHUFJF. Testamentos diversos; Caixas 1A a 60A; Anos: 1850 a 1950.

Há que se destacar que mesmo os outros 83 testadores não declarando sua profissão, foi possível identificar mais algumas através de consultas aos livros sobre a história da cidade, onde aparecem ainda: militares, políticos, engenheiros, benfeitores, farmacêuticos, funcionários públicos, advogados, professores, dentre outros.⁴⁶ Em boa medida, todos os testadores analisados neste trabalho, tratam-se de pessoas que, de alguma forma, constituíam-se proprietários de bens, como escravos, animais, casas, lotes, terras, ações da dívida pública, dinheiro em espécie e plantações (principalmente café).⁴⁷ Não encontramos nenhum testador que não tivesse declarado seus bens nos testamentos. Isto, porém, não significa que não tenham existido casos assim, já que, pelo menos até o século XIX, muitos indivíduos pretendiam redigir seu testamento, às vezes, apenas por motivos religiosos, cujo objetivo era alcançar a boa morte.

⁴⁶ Cf. OLIVEIRA, Paulino de. *Efemérides juizforanas*. Op. cit.

⁴⁷ AHUFJF. Testamentos diversos. Caixas 1A a 60A; Anos: 1850 a 1950.

4.2 – A hora da morte, a hora do morto

É chegada a hora. Em um quarto fechado sob a luz de velas o doente dá o derradeiro suspiro e cerra os olhos. Seu corpo está imóvel, sem dor nem calor. Entre as mãos uma vela acesa e um crucifixo. Eis a comadre morte que passa e leva mais uma alma... Sabe-se lá para onde! Ouvem-se gritos e chamados pelo nome do defunto, e todos ali choram. Lágrimas caem dos olhos vermelhos e deslizam sobre os rostos cansados dos familiares que estão em volta da cama reunidos próximos daquele que acaba de fazer o seu passamento.⁴⁸ Esta foi, por muito tempo, a cena cotidiana das famílias católicas de Juiz de Fora que conviviam com a dura realidade da morte. A casa ainda era o local mais apropriado para se morrer, salvo algumas poucas exceções. De um modo geral, as pessoas queriam fazer seu passamento no âmbito da família e cercado pelos membros mais próximos. Era o que se podia chamar de boa morte.

Fazer o bom passamento consistia em um ritual vivenciado pela família. Raramente morria-se sozinho, e ninguém queria isso, pois significava ter uma má morte, o que impossibilitava a salvação da alma. A companhia dos familiares e de amigos auxiliava o moribundo, porém, os sentimentos de perda, de tristeza e, até mesmo de solidão, permaneciam entre os indivíduos. Sentiam-se o abandono de Deus, apesar de as pessoas manifestarem sua fé n'Ele e na Igreja Católica, o que também contribuía para amenizar o sofrimento. A desolação manifestava-se intensamente no indivíduo que sofria e no grupo que acompanhava seus últimos dias. A consciência da finitude humana revelava-se em todos, o que não é de se estranhar, pois, até mesmo o Filho de Deus, momentos antes de sua morte, demonstrou estes sentimentos, expressos em algumas passagens nos Evangelhos: “Pai, afasta de mim este cálice”, ou “Meu Deus, meu Deus, porque me abandonastes!”⁴⁹ São situações que refletem bem a angústia daquele que sabe que o seu fim terreno chegou.

Antes que a morte chegasse, a doença ou a velhice chegavam primeiros. Esse tornava-se um momento de praticar a solidariedade em família e, assim também, as pessoas vivenciavam as lembranças de um passado sem volta. Uma oração, uma palavra de Deus, um conselho, enfim, os membros procuravam se reunir para aquele momento fatídico que, certamente, aproximava-se a cada dia. Aqueles momentos ficavam arraigados por anos nas lembranças dos que os presenciavam. O memorialista Pedro Nava assim narrou a doença que atingiu sua avó no início do século XX em Juiz de Fora.

⁴⁸ Cf. Descrição baseada nas obras de: NAVA, Pedro. *Baú de ossos*. Op. cit.; NAVA Pedro. *Balão Cativo*. Op. cit.

⁴⁹ Cf. Evangelhos de Mateus, Marcos, Lucas e João. EDIÇÕES PAULINAS. Op. cit.

Minha avó ia cuidar de sua velha especialidade: a maionese. Ninguém fazia igual à dela. Pois começou a bater firme; de repente minha Mãe deixou de ouvir aquele ruído ritmado que foi substituído por uma raspção esquisita no fundo do prato. Olhou e viu a Inhá Luisa como que abestalhada, derramando tudo, a cara puxada para um lado, metade do corpo se firmando e metade, de pedra, resvalando. Cortada ao meio. Correu com a Rosa, impediram a queda e vieram trazendo a velha, trôpega, para a sala de jantar. Eu vi sua entrada, lembro! Arrastando as pernas. Assombrou-me o desvio do rosto e a expressão distanciada do olhar — pasmo, vidrado, fixo nos aléns. [...] Coitada de minha avó. Nunca mais que ela boiaria à tona da vida. Logo ela, que amava tanto a vida, com o que ela lhe dera, com o que ela lhe tomara — ia morrer, segundo a sentença que o Almada sussurrara a meu tio. Desesperador, inútil, nada a fazer. Morrer!⁵⁰

Wilson de Lima Bastos, outro memorialista da cidade, descreveu assim a doença que atingiu uma amiga, ainda jovem, em 1930:

Ela, [Silvinha] encantadora e finíssima, sempre sorridente, ao submeter-se a uma operação de apendicite, no Rio de Janeiro, mais ou menos aos 20 anos de idade, foi mal-sucedida na anestesia raquidiana, não mais andando, pelo que teve de passar a locomover-se em cadeira de rodas. O pior, entretanto, é que sofreu um processo progressivo de paralisia, acabando seus dias em grande sofrimento, muitos anos depois, sempre deitada, curtindo sua dor.

Quando eu soube do mal que a acometera, sofri sobremaneira, não podendo compreender a desigualdade das situações humanas, uns esbanjando saúde e alegria no vício, na baderna, no negativismo, e outros, cheios de virtude, com tanta coisa boa a dar e a receber, entregues a um bloqueio irreversível, sofrimento para si e para os que os rodeiam. Assim foi fenecendo, perdendo o seu brilho, murchando aquela florzinha viçosa de ontem, de aroma tão doce, que enfeitava a nossa roda, que sorria e fazia-nos sorrir.⁵¹

O sentimento de incompreensão marcou profundamente o comportamento do autor, não podendo entender o “jogo da vida”. O sofrimento fica bem expresso no texto, atingindo a jovem e os seus parentes que a rodeavam. O fim chegara e com ele o sorriso se acabara na certeza de uma morte ainda em idade prematura.

Os doentes necessitavam de cuidados especiais. Naquela época, quase não existiam hospitais, por isso, as famílias procuravam manter os moribundos em casa, por vezes, trancafiados em um quarto. Os familiares trocavam, quase sempre, o dia pela noite ou, quando suas posses permitiam, contratavam um acompanhante para providenciar os cuidados especiais e permanentes àquele que não mais podia cuidar de si próprio. Isso fica evidente no texto a seguir:

Foi nesta fase que tive a oportunidade de conhecer “tio” Juca, da família Côrtes, parente de tio Mário, velho e muito doente, vítima da erisipela que o mantinha preso no quarto. Dali raramente saía, sendo tratado por um dos empregados, que lhe dava o banho, pensava-lhe as feridas, levava-lhe os alimentos, executava as

⁵⁰ NAVA, Pedro. *Balão Cativo*. Op. cit., pp. 74-75.

⁵¹ BASTOS, Wilson de Lima. *Badalo do sino*. Op. cit., p. 38.

mordomias necessárias. Era homem de estudo mas, no seu isolamento, naquele pequeno mundo de quatro paredes, ficou ranzinza e muito pouco afeito a uma conversa. O certo é que, ao passar por aquela porta, todos nós devíamos fazer silêncio para não perturbar o seu repouso.

Ao vê-lo, assim de inopino, magro, barbudo, branco como bicho de goiaba e com cheiro de desinfetantes, fiquei parado como que a indagar o porquê de tudo aquilo. Ele olhou para mim e perguntou o meu nome. Que bom! Ficamos amigos. Daí para frente, quase todos os dias, quando iam cuidar dele, eu dava um jeito de entrar no quarto e cumprimenta-lo.⁵²

A passagem anterior reflete o que se passava em uma casa onde a presença de um doente mudava bastante a rotina da família. Percebemos também que o espaço do moribundo devia ser respeitado por todos no lar. Reinava, quase sempre, o silêncio, o medo e, na maneira de vivenciar o catolicismo, a caridade ao próximo que sofre.

A espera da morte pelo doente e pelos familiares tornava-se um momento de grande importância na vida das pessoas. Não somente pelo fato da morte em si, mas também pela possibilidade de reunir os parentes e amigos, às vezes, distantes há muitos anos. Por isso que podemos afirmar, o morrer constituía-se em um bom momento para se cultivar e afirmar os laços de parentesco e de amizade. As conversas, as bebidas e as comidas reuniam as pessoas em torno de um único objetivo: prestar uma última homenagem ao moribundo e solidarizar com a família. O procedimento dos indivíduos diante da morte de algum ente e amigo seguia um ritual em que se procurava tomar as primeiras atitudes para se fazer um bom passamento. Vejamos, a título de exemplo, um texto sobre a morte na Bahia nos séculos XVIII e XIX.

Hildegardes Vianna lembra que na Bahia já foi assim: ao primeiro sinal de que alguém estava “se concluindo”, os vizinhos vinham reunir-se ao agonizante e sua família. As mulheres se lançavam a muitas tarefas, cozinhando, lavando, fervendo e passando roupa para o doente, costurando sua mortalha. Ajudavam também no elaborado banho de água misturada a cachaça e álcool, no abanar e mover o acamado. Em meio à fumaça de incenso, os homens de reuniam na sala a conversar sobre doença e morte. Havia doentes “sem forças para morrer”, que necessitavam de um empurrão dos vivos, como a queima de velas, rezas, certas beberabens. Uma das rezas talvez fosse o “ofício da agonia”, de que fala Araújo.⁵³

A respeito dos objetos que, geralmente, acompanhavam tais rituais, há outra passagem que nos revela o seguinte:

Cercado de gente, o enfermo ocupava uma cama colocada a um canto, num pequeno quarto absolutamente fechado. Apenas uma vela iluminava o ambiente. [...]

Outros objetos também zelavam pelo doente. Sobre a cabeceira da cama, observou Lindley, estavam colocadas várias imagens, uma perna e um pé, uma pequena

⁵² NAVA, Pedro. *Balão Cativo*. Op. cit., pp. 115-116.

⁵³ HILDEGARDES, Vianna. A Bahia já foi assim (Salvador, 1973), pp. 53-55; Alceu M. Araújo. *Ritos, sabença, linguagem* (São Paulo, 1964), p. 55. Apud: REIS, João José. Op. cit., p. 101.

espada, outras relíquias e uma coroa de galhos retorcidos sempre suspensa sobre ele: o conjunto formando mui curiosa mistura de doença, estupidez e superstição.
[...]

Não estava sozinho. Rodrigues tinha sua mulher e uma outra mulher de plantão acoradas ao lado da cama, e as duas passavam a toda hora por cima do doente por uma ou outra razão prática ou talvez mágica. Além delas, o quarto se achava cheio de parentes, visitantes e fâmulos, que o tornavam imensamente quente e pequeno. Exemplo típico de morte domesticada.⁵⁴

Percebemos o quanto a morte domesticada era praticada na Bahia naqueles tempos. Eram as atitudes que se esperavam daquelas pessoas que estavam em meio a uma sociedade amplamente formada por comportamentos associados às crenças populares, nem sempre compartilhadas pela Igreja Católica, mas que compunham o imaginário familiar da época.

Também em Juiz de Fora vamos perceber comportamentos semelhantes aos relatados anteriormente. A morte domesticada, presente naquela sociedade já industrializada, visava fazer ainda com que o moribundo tivesse toda a assistência para se fazer um bom passamento. A presença dos amigos, dos vizinhos e dos familiares não deixam dúvidas de que esse acontecimento tinha um significado intenso nas vidas das pessoas. Vejamos o relato de Pedro Nava, bastante envolvente e rico em detalhes:

Os convidados para o jantar chegavam, caíam das nuvens, e iam ver a doente estertorar, aceitavam um sorvete compungido e voltavam para casa. Sempre ficaram uns poucos. O Antonico, que logo reclamou vinho do Porto para a vigília. O Mário. A D. Maricota Ferreira e Costa. A tia Dadinha, a Titita e o Clóvis Jaguaribe com a Zima. O Nelo — o noivo — que chegara de fraque, plastrão e camélia branca no peito. Nas suas águas tinha vindo o Cícero, que aproveitou e foi se preparando para passar a noite. (...) Cada um foi servindo ao deus-dará. Para os meninos aquilo foi uma orgia de doce, queijo e uva branca à tripa forra. (...) Nesse segundo dia da doença, minha avó, desidratada pelas sangrias, pelos drásticos — tinha afilado o rosto e deixado transparecer os traços da raça ornitológica dos Pinto Coelho da Cunha. O queixo lhe fugira, as têmporas tinham se salientado, o nariz adquirira o ar adunco e rapace dos antepassados. Despersonalizava-se, perdia de si e virava numa espécie de síntese familiar que ia morrer (na sua expressão provisória de indivíduo) subsistindo nos filhos, netos, bisnetos — inclusive o que nunca a viu nem ela a ele e que quando ri, não ri como o pai, nem a mãe, nem os avós — ri com o riso que eu conheci na sua bisavó e minha avó. (...) ***Ela estava morrendo e eu sentia confusamente que cada um de nós morria um pouco daquela morte da filha do Luís da Cunha. Ali estava se rompendo um elo e começavam as separações. O caleidoscópio familiar ia mover suas pedras e formar novas rosáceas...*** Aquilo foram dias de balbúrdia, de liberdade dos meninos, de calaçaria das negrinhas, dum entra e sai, dum servir de café, dum abrir de garrafas de vinho do Porto como nunca se vira no 179. Não se fechavam mais portas nem janelas. Havia sempre dez, quinze, vinte pessoas, entre filhas em pranto, netos, visitas, parentes, comadres e curiosos — dentro do quarto da agonizante. ***Todos davam palpites, sugeriam remédios, que se despachasse o Almada e se***

⁵⁴ LINDLEY, Thomas. *Narrative*, pp. 18- 19. Apud: Ibidem.

*chamasse a rezadeira de Milheiros, traziam imagens, fitas santas, palhas milagrosas, bentinhos, orações fortíssimas, terços que tinham tocado na santinha Bernardette, no Menino de Aracelli, no Santo Sepulcro, contas do rosário do Padre Júlio Maria, água de Lourdes, água de Aparecida, água de Lagoa Santa, água do banho do Monsenhor Horta.*⁵⁵ (Grifos Nossos)

Parece que aquele momento que antecedia a morte de um ente tão querido por todos tornava-se o tempo certo para se desenvolver a sociabilidade entre pessoas. Para entender melhor essa questão, estaremos recorrendo a dois conceitos básicos desenvolvidos por Georg Simmel. Primeiramente, ele define por *sociação*:

A forma (realizada de incontáveis maneiras diferentes) pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses. Esses interesses, quer sejam sensuais ou ideais, temporários ou duradouros, conscientes ou inconscientes, causais ou teleológicos, formam a base das sociedades humanas.⁵⁶

A sociação vai combinar inúmeras maneiras diferentes de interagir em função dos interesses dos indivíduos. É nesse ponto que se insere o conceito de *sociabilidade*.

[...] Sociedade propriamente dita é o estar com um outro, para um outro, contra um outro que, através do veículo dos impulsos ou dos propósitos, forma e desenvolve os conteúdos e os interesses materiais ou individuais. As formas nas quais resulta esse processo ganham vida própria. São liberadas de todos os laços com os conteúdos; existem por si mesmas e pelo fascínio que difundem pela própria liberação destes laços. É isto precisamente o fenômeno a que chamamos sociabilidade.⁵⁷

A sociabilidade é, assim sendo, a “*forma lúdica da sociação*”.⁵⁸ A sociabilidade vem a ser o espaço onde a interação sai dos meandros formais e entra no âmbito do jogo, da brincadeira e da conversa desprentensiosa.

Conversar pressupõe duas partes: é um caminho de ida e volta. De fato, entre todos os fenômenos sociológicos, com a possível exceção de “olhar um para o outro”, a conversa é a forma mais pura e elevada de reciprocidade. A conversa é desse modo a realização de uma relação que, por assim, dizer, não pretende ser nada além de uma relação — isto é, na qual aquilo que usualmente é a mera forma de interação torna-se seu conteúdo auto-suficiente.⁵⁹

O momento vivido por Pedro Nava e seus familiares diante da doença de sua avó era propício para se “jogar conversa fora” e, desprentensiosamente, promover uma relação de reciprocidade entre os indivíduos presentes naquele recinto. Cultivava-se a sociabilidade com os amigos, os vizinhos e os parentes que chegavam de longe para um último contato com a matriarca.

⁵⁵ NAVA, Pedro. *Balão Cativo*. Op. cit., pp. 76-77.

⁵⁶ SIMMEL, Georg. *Sociologia*. (Trad. Carlos Alberto Pavanelli, et. al.). São Paulo: Ática, 1983, p. 166.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 168.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 169.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 177.

As sugestões para retardar a passagem da agonizante eram diversificadas. Isso demonstra o envolvimento das pessoas com o simbólico, que se alternavam entre as crenças populares e os sacramentais católicos. Chama atenção, nesse sentido, a idéia que foi lançada para ir buscar a benzedeira de Milheiros para proceder a um ritual de cura através de gestos e palavras apropriadas. Importante mencionar que:

A prática de cura através das benzeções sugere a comparação com os métodos da medicina institucionalizada [...] O ritual de benzeção — que envolve benzedor / benzido, gestos, espaços e objetos sacralizados — está inserido no contexto da cultura popular.

O ritual de benzeções se organiza de modo a dialogar com as diferentes forças sociais, ora firmando certos modelos (como acontece na preservação das heranças recebidas dos antepassados) ora ultrapassando-os (como sucede na ação de rezadores que reelaboram aspectos religiosos do catolicismo).

A noção de ruptura da unidade do Cosmos ou do indivíduo fundamenta o conceito de doença na cultura popular. [...] Estar doente, portanto, é experimentar o estado de desordem ou de quebra da harmonia nas relações do indivíduo com o mundo, consigo mesmo e com os semelhantes. Essa ruptura identificada inicialmente pelo seu caráter simbólico e caracterizada como doença requer intervenções que restabeleçam a unidade. De modo específico, a benzeção se apresenta como uma linguagem oro-gestual com a qual algumas pessoas detentoras de poder especial controlam as forças que interferem na vida harmoniosa do homem. Nesse sentido, benzer consiste em garantir o funcionamento da normalidade desejada devendo-se, para tanto, conter a atuação do mal.

O conceito de benzeção implica, além do contexto social, a ação simultânea de gesto e palavra sagrados com o objetivo de reorganizar o mundo. Tal organização leva ao estabelecimento do conceito de mal, definido como a força que promove a ruptura. Por isso, a doença é uma forma de mal, que retira do homem a capacidade de trabalhar e instaura a dor em oposição à felicidade e ao bem-estar.⁶⁰

Nenhuma atitude da família contribuiu para amenizar a dor e o sofrimento naquele ambiente, pois a morte da matriarca se aproximava e iria provocar, sobretudo, rompimentos de elos entre os membros. Morre a bisavó, a avó, a mãe, enfim, cada um da família morria um pouco com aquela morte. Ela é desagregadora e, ao mesmo tempo, formadora de novos laços, não somente familiares, mas sociais. Isto, porque “os cerimoniais domésticos tradicionais (nascimentos, batismos, aniversários, casamentos e funerais) fazem o movimento inverso: abrem a casa para a rua, transformando o espaço doméstico da moradia em algo público, área onde estranhos podem circular livremente.”⁶¹ A sociabilidade, assim sendo, constitui-se marca própria dos cerimoniais domésticos, inclusive o da morte.

Naquele momento de morte circulava muitas pessoas pelo local, sempre entre quinze e vinte, segundo Nava. Eram dias de balbúrdia, crianças brincando, comilanças, café e vinho do Porto com fartura. “Morrer acompanhado era especialmente importante quando a morte

⁶⁰ GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edmilson de Almeida. *Assim se benze em Minas Gerais: um estudo sobre a cultura através da palavra*. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004, pp. 88-90.

⁶¹ MATTA, Roberto da. Op. cit., p. 62.

não dava aviso prévio.”⁶² O momento da morte tornava-se o momento da dor, e também do alívio, da sensação de que nada mais se tinha a fazer para com aquela que vivera uma boa vida e, certamente, fizera seu passamento dentro das regras do bem morrer.

Na noitinha de 3 de setembro a Inhá Luísa já era coisa diferente, pessoa que eu nunca vira. Tinha a face cor de cinza e cor de vinho. As mãos, amarelas. Os pés, de gelo. Os olhos entrados de crânio adentro, pálpebras coladas. Tal como se sua substância fosse do aço do Luís da Cunha — uma ferrugem pulverulenta lhe dera nas narinas, nos lábios, na língua seca e curtida. E aquela respiração formidável. Parecia parar. Depois, retomava fraca e espaçada, como ruído que viesse do fundo da chácara. Ia chegando perto, crescia, invadia o quarto, a casa, a rua, a cidade e era como um suspenso de órgão que podia ser ouvido da Creosotagem a Matias Barbosa. *Depois do pico, começava a descer, feito água de enchente, amainava, distanciava, entrecortava, voltava para os fundos, para a Rua de Santo Antônio. Sumia um instante. Todos olhavam para ver se estava na hora da vela. Não estava e o ruído recomeçava mofo, ia chegando perto, empolando, tomando novamente conta de tudo — num vaivém de onda que incha, arrebenta, desmorona, recua. E volta. Dia 4, de madrugada, a harmoniflauta parou de repente. Mal deu tempo para a vela. Houve aquela gritaria das filhas e das negrinhas, tia Dedeta perdeu os sentidos e tio Meton Chegou, diante da boca de minha avó, um espelhinho que não embaçou. Deu tudo por acabado e, aplacado o rodado do primeiro momento, já se começava a combinar a mortalha, quando a respiração retornou a vir subindo de longe — que nem vaca que avoluma, chega, estoura, desaba, retrocede. Foi uma alegria. Mamãe está viva, mamãe está viva. Vai curar. Foi milagre de Dom Bosco. Pode ser que tenha sido. Entretanto, foi milagre de pouca duração porque às 9 horas da manhã o negócio entrou mesmo para valer. A Senhorinha, atenta, teve tempo de pôr a vela de acordo com a hermenêutica. As filhas se ajoelharam e não houve segundo desmaio. O Cícero soluçava. Todos se ajoelharam quando parou o estertor e ouviu-se aquele longo e descansado sobre de esvaziamento.* Logo minha avó ficou cor de marfim, sua boca voltou ao lugar e seu perfil destacou-se da meia-luz do quarto como lâmpada se acendendo, como fino camafeu se recortando. A musculatura da face, não mais turbada pela alma, coagulou-se na placidez absoluta da ausência de toda expressão. A defunta embelezou de repente, remoçou de vinte, de trinta, de quarenta anos, retomou a figura que o Inácio Gama vira passavalsando — linda como passa um anjo.⁶³ (Grifos Nossos)

O momento do morto chegava e, como ele, as pessoas procuravam proceder ao ritual tradicional para que a alma fizesse seu passamento para a eternidade sem maiores problemas. Assim é que a Senhorinha ainda teve tempo de pôr a vela entre as mãos da agonizante no momento em que antecedeu sua morte. Estava tudo consumado. Ela entregara o espírito a Deus. Partira para um bom descanso na eternidade; assim acreditavam os familiares.

Noutra obra do mesmo autor, ele relata também sobre a morte de seu pai e como a família se comportou no momento exato após o acontecimento.

⁶² REIS, João José. Op. cit., p. 103.

⁶³ NAVA, Pedro. *Baú de ossos*. Op. cit., pp. 77-78.

A 30 de julho de 1911, um mês depois de doente, meu Pai pasmou de repente, derramou a vasilha de leite que bebia sentado e caiu sobre os travesseiros. Todos correram aos gritos da tia Candoca chamando — o José está morrendo! — *minha Mãe quebrou a agulha da última injeção, e o crucifixo arrancado da parede passou para as mãos do agonizante. A vela do trânsito era um absurdo da luminosidade daquelas nove horas da manhã* e um clamor atroou, rebentou contra as paredes como uma onda que sobe, submerge, estoura, baixa e recua fervendo. [...] Naquela manhã começara (não sei se para ele, que já não era mais dono nem de si mesmo) aquela marcação do nunca-mais e da última-vez. Nunca mais ele voltará a este quarto. É a última vez que desce estas escadas, pesando. Que passa nesta sala de jantar, carregado. Nunca mais sentará nesta saleta. É a última vez que ele ficará nesta sala, deitado, até ir-se desta sala, pela última vez, para nunca mais, para todo sempre... Ficou um pouco naquela cama de ferro cujas bolas douradas repetiam, encurvando-a e emprestando-lhe as aberrações da sua esfericidade, sua alta figura que a morte esticava desmesuradamente. Esperando a entronização que não tardou da essa, dos tocheiros e do caixão de veludo agalado. Naquela altura ele ficou distante, transmudou-se na coisa além das afeições, das convenções, dos contratos, das reciprocidades. Não podia dar mais nada. Receber mais nada. Nada. Não ser. Não ter. As expressões automáticas ainda lhe atribuíam, irrisoriamente, as últimas possibilidades de posse. O caixão dele, o enterro dele, a sepultura dele — mas nem isso! Porque ele é que era do caixão, do enterro, da sepultura perpétua. Perpétua? Perpétua é a morte. A dona é a terra... Eu vagava, extraordinariamente só naquela casa. Vi ainda o quarto revolvido, como depois dum crime ou orgia, com roupas caídas, vidros no chão, toalhas e algodões sobre as cadeiras — até que alguém veio, fechou as janelas e passou a chave nas portas, como quem tranca uma sepultura.⁶⁴ (Grifo Nosso)

Os afazeres que os familiares tinham que proceder integravam os rituais domésticos de passagem. As lágrimas, os abraços, os consolos, enfim, a procura por entender e, certamente, não aceitar a perda de um ente tão querido na família. Vinha, pois, logo em seguida, o preparo do corpo para o velório.

Havia entre as famílias tradicionalmente católicas o costume de se chamar até a casa do moribundo um sacerdote para ministrar os sacramentos necessários à boa morte. Essa atitude revela a preocupação dos indivíduos diante da possibilidade de não se fazer um bom passamento e, sendo assim, não salvar a sua alma. O relato abaixo, que remonta ao século XVIII, demonstra bem essa preocupação.

Na hora da morte a presença do padre era importante, vista como uma graça, para garantir que o doente receberia os últimos sacramentos: penitência, confissão, comunhão e a extrema-unção. Arrependido de seus pecados e em dia com os sacramentos o fiel aumentava as suas chances de salvação, estava preparado para o momento final. A morte e o seu cerimonial traduzem bem a idéia corrente na época, de que ninguém poderia esperar obter a salvação sozinho: além do padre faziam-se presente a família, os amigos mais próximos e os confrades da Irmandade. Essas eram presenças ativas, rezava com fervor para que o moribundo se saísse vitorioso nos últimos embates com o demônio.⁶⁵

⁶⁴ Ibidem, pp. 439-440.

⁶⁵ MIRANDA, Beatriz V. Dias; PEREIRA, Mabel Salgado. Op. cit., pp. 18-19.

Também entre os católicos de Juiz de Fora, encontramos esse costume de chamar um religioso para acompanhar os últimos instantes do agonizante. Pedro Nava registrou da seguinte maneira como esse momento acontecia e deixou evidente o comportamento da família e da população.

Quando a morte era de mortal, a campainha não parava de tocar. Vinha na mão do sacristão e o padre trazia o viático. À medida que passava, todos se ajoelhavam ou formavam em procissão até a porta do agonizante, onde iam ficar engrenando orações até o reverendo acabar de ungir e sacramentar. Quando ele saía, a família em lágrimas mandava entrar, dava um vinho do porto, um licor de piqui, um café e pedia a todos a caridade de voltarem para o velório e para o enterro. E todos voltavam mesmo, principalmente se era defunto importante, defunto de ceia de galinha, colares e gelatina. Era o dia da Ira — aquele dia... Deus lhe fale n'alma!⁶⁶

Há em nossas pesquisas alguns relatórios da Paróquia de Santo Antônio de Juiz de Fora — Catedral Metropolitana — referentes ao período o qual estamos estudando, em que os sacerdotes demonstram uma grande preocupação para com os indivíduos moribundos e a possibilidade de se ministrarem os devidos sacramentos. Os números anuais desses registros se encontram nos ANEXOS 1, 8 e 9.

Aconteciam ainda casos em que os moribundos demoravam para morrer. Por isso, surgiram as Exortadeiras, pessoas especializadas em conduzir, através de um ritual apropriado, o passamento dos doentes terminais ao outro mundo. A caminhada da alma para o Reino de Deus era difícil, porém, com mais uma ajuda poderia se chegar mais rapidamente a ele. Não sabemos, entretanto, se em Juiz de Fora existiram essas mulheres especializadas na condução da boa morte. O texto a seguir nos traz um exemplo de como as exortadeiras do nordeste se comportavam naquele momento angustiante.

No momento do desenlace, os ajudadores, de ordinário mulheres, colocam-se junto ao leito mortuário e, compenetradas, desfiam, numa dolente toada, as palavras que, repetidas pelos agonizantes, os tornam mais leves e arrependidos das faltas cometidas. Inda mesmo que eles tenham sido confessados, nunca deixam de ajudá-lo a morrer, como dizem. Repetem lancinantemente enquanto seguram entre as mãos do que lentamente morre uma vela acesa:

-Jesus!... Jesus!... Jesus vai comigo!... Eu vou com Jesus!...

Ou ainda: -Jesus, Maria, José, a minha alma vossa é!

Em alguns lugares, cantam o seguinte bendito de ajudar a morrer:

Pecador repara
que hás de morrer, chama por Jesus
que Ele há de valer.

Chama por Jesus
enquanto é tempo,
quando a morte chega
mata de repente.

⁶⁶ NAVA, Pedro. *Bau de ossos*. Op. cit., p. 277.

Quando a morte chega,
calada, sozinha
dizendo consigo:
esta alma é minha

Não conheço os teus
que contigo estão
com ânsia tão grande
no teu coração?
Mudando de cores,
o sangue fugindo,
nesta mesma ânsia
estais te indo e vindo.⁶⁷

O passamento de um religioso também seguia um ritual cheio de pompas e de condutas sacras que envolviam outros tantos sacerdotes da Igreja. Assim foi relatada a morte de Dom Silvério Gomes Pimenta — ocorrida em 1922 — por seu biógrafo na comemoração do centenário de nascimento (*1840 / +1940) daquele que foi um dos mais importantes pastores da Arquidiocese de Mariana, da qual fazia parte a Igreja de Juiz de Fora.

Durante toda a enfermidade não deixou de commungar uma só vez se quer, o que fazia sempre ás primeiras horas da madrugada e em jejum eucharistico, não passando tambem sem ouvir Missa, todas as manhãs [...].
Mais uma vez, o senhor Dom Silverio pedia o Viatico [...] No dia quatro de Agosto observou-lhe o Conego Domicio Nardy que convinha S. Ex. recebel-o, pedindo-lhe que para isso designasse o dia e hora, no que accedeu o piedoso Prelado, exigindo apenas que o esperasse enquanto se preparava para uma confissão geral. E de fato [...], Monsenhor Horta levou-lhe o Viatico com toda a solennidade prescripta pelo Ceremonial dos Bispos, acompanhando a Nosso Senhor Sacramentado que ia confortar a quem tanto annos lhe dedicava, os conegos da Cathedral, sacerdotes da cidade e de fôra, que alli se achavam em visita ao seu prelado, seminaristas, auctoridade civis que pegaram as varas do Palio e grande copia de populares.
[...]Mais tarde um pouco o piedoso enfermo exigia a Extrema-Unção, que lhe foi administrada pelo seu digno Bispo Auxiliar Dom Antonio de Assis. [...]
Ás 3 horas, o famulo José Severino, que segurava a mão do enfermo, notou qualquer coisa de estranho no olhar do Arcebispo, e disse aos circunstantes que seus olhos pareciam parados. No intuito de averiguar se havia novidade indicadora de agonia, o Conego Domínio perguntou ao enfermo si queria que se fechassem as portas do quarto. O olhar continuou immovel, fixo num ponto, os labios não se moveram, a respiração era apressada; conheceram todos que a vida se extinguia e, espalhada a noticia, Cabido, Padres do Seminario, outros sacerdotes, diaconos e fieis, que se achavam em Palacio, rodearam o leito do enfermo. ***O Conego Nardy lhe chegou aos labios o Crucifixo que serviu a Dom Viçoso moribundo; e S. Ex. comprimiu tres vezes os labios para beijal-o, ao mesmo tempo que um dos famulos mantinha na mão do Prelado uma vela benta e o mesmo conego nos seus labios o crucifixo até o alento final.*** Dom Antonio Assis proferia a formula da absolvição, fazendo o mesmo todos os sacerdotes presentes, e dava-lhe a

⁶⁷CÉSAR, Getúlio. Crendices do nordeste. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti Editora, 1941, pp. 137-142. In: DANTAS, Paulo (org.). *Estórias e lendas do norte e nordeste* São Paulo, Literat, [s.d]. (Antologia Ilustrada do Folclore Brasileiro, 3).

indulgencia da hora da morte. Rezado o officio da agonia, Monsenhor Horta recitou aos ouvidos do moribundo pias jaculatorias, até que deu o ultimo suspiro. Havia deixado este mundo o santo Prelado, depois de uma vida longa de trabalhos, de virtudes e de merecimentos para o ceu.

*Formalisado o cadaver, vestido pontificalmente, foi transportado para a camara ardente armada no salão nobre do Palacio. [...].*⁶⁸ (Grifos Nossos)

Chama atenção no texto a movimentação de religiosos e leigos em torno do prelado. Todos queriam acompanhar a morte de um servo de Deus, dar-lhe um último adeus, fazer uma oração e confortar sua alma. Antes do derradeiro suspiro, os santos sacramentos foram ministrados a fim de que pudesse ter uma boa morte e sua alma livrar-se da condenação eterna. A vela acesa na mão e o crucifixo aos lábios referenciavam de maneira exemplar o contato do corpo com os símbolos sagrados da Igreja. O bispo fez, então, sua passagem para a eternidade. A mortalha pontifical acompanhou o religioso à sua morada final.

O período estudado por nós ainda guardava comportamentos bem arraigados trazidos ainda da época colonial. Ao morrer uma pessoa, alguém da família procurava logo escrever um bilhete comunicando o passamento ao sacerdote do lugar a fim de que ele providenciasse o ritual católico. O conteúdo dos bilhetes era mais ou menos assim: “Ilmo. Rmo. Snr. Vigario João Batista de Miranda. Faleceo hoje as 8 horas da manhã minha mohler Simpliciana Maria da Conceição. É do meo dever participar a VSa. assim como mandar fazer o competente signal. 8 de junho de 1889. André Jozé da Cruz.”⁶⁹ Nota-se a preocupação do viúvo em comunicar o fato ao sacerdote, pois isso era um dever e, da mesma maneira, mandar providenciar o ritual comum aos funerais daquela época.

4.3 – Os últimos contatos com o defunto

4.3.1 – A roupa mortuária

Antes de se proceder às vestes do defunto, tornou-se costume iniciar o ritual de preparação do morto pela higiene corporal. “Desde a Antiguidade, com efeito, os vivos se ocupavam dos corpos dos membros de suas famílias. As mulheres, em particular, eram encarregadas de lavá-los, de prepará-los para juntar-se ao reino dos mortos que, segundo a

⁶⁸ OLIVEIRA, Alypio Odier de. *Traços biográficos de Dom Silvério Gomes Pimenta no seu centenário do seu nascimento (1840-1940)*. São Paulo: Arquidiocese de Mariana, 1940, pp. 113-117.

OBS: Os bispos que atuaram na Diocese de Mariana até a criação de uma nova diocese em Juiz de Fora foram: Dom Antônio José Ferreira Viçoso (1844—1875); Dom Antônio Maria Correa de Sá e Benevides (1877—1896); Dom Silvério Gomes Pimenta (1897—1922); Dom Helvécio Gomes de Oliveira (1922—1960). In: AEAM. Livro de informações gerais.

⁶⁹ ACMAJF. Livro de assento de óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Glória (Simão Pereira), 1856-1892.

crença, retornavam às vezes para atormentar a alma dos vivos.”⁷⁰ Há que se ressaltar que entre os cristãos “o cuidado com o cadáver era de maior importância, uma das garantias de que a alma não ficaria por aqui penando. Cortavam-se cabelo, barba, unhas. O banho não podia tardar, sob pena de o cadáver enrijecer, dificultando a tarefa.”⁷¹

Depois que o corpo esfria bem, mas antes que comece a enrijecer, mais ou menos uma hora após a verificação da morte, procede-se à lavação, lavagem ou banho do corpo, para cujo serviço há também pessoas procuradas e como especializadas, em regra estranhos e pessoas de responsabilidade, ‘que têm coragem’ e geralmente gostam mesmo de se prestar para isso. Este uso de se banhar o morto, no sul do país, talvez se deva à acentuada influência estrangeira ali existente, visto serem oriundos da Europa e da América do Norte estes hábitos. Em Portugal, informa-me o médico doutor João Saraiva Leão, ao morrer um cidadão, a primeira coisa que se lhe faz é barbear. Não se compreende como se possa sepultar um cristão barbado. O banho vem depois. Na América não só se banha, como se fez a maquilagem completa do defunto.⁷²

Em algumas regiões do Brasil, a tradição dos antepassados segue até hoje e o ritual da higiene do defunto ainda acontece da seguinte maneira:

Colocam-no na água com creolina ou pinga, conforme a doença. Às vezes, para a lavagem do defunto, precisam chamar alguém, um amigo ou parente do falecido; "quando eu morrer, quero que você venha me lavar", e esperam por essa pessoa até chegar, a fim de que se cumpra o pedido. Vestem o defunto, amarram o queixo com um lenço e nos pés uma faixa. "Não presta enterrar defunto amarrado"; por isso quando vão colocá-lo na rede tiram todas as ataduras.⁷³

Diante da morte de seu pai em 1911, Pedro Nava relatou como se comportaram os familiares naquele momento tão natural, mas um tanto desestruturador das emoções.

Quando a casa silenciou, todos foram cambaleando e abraçados para o quarto de trás, enquanto o Lafaiete e o Heitor Modesto trancavam-se no da frente carregando a casaca, botinas de verniz, roupas engomadas, a gravata imaculada, um vidro de álcool, o pacote de algodão e os apetrechos de barbear. Seria a última vez.⁷⁴

Os estudos sobre a morte e o morrer nos indicam que os indivíduos, ao redigirem os seus testamentos, faziam questão de indicar aos familiares com que roupa gostariam de ser enterrados, o que poderia se dar com as vestes de uma irmandade, confraria, ordem terceira ou de um santo de devoção.⁷⁵ Isso era bastante visível nos testamentos, pelo menos até meados

⁷⁰ LE GOFF, Jacques. *Uma história do corpo na Idade Média*. (Trad. Marcos Flaminio Peres). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 122.

⁷¹ REIS, João José. Op. cit., p. 114.

⁷² GALENO, Cândida. Ritos fúnebres no interior cearense. In: SERAINE, Florival. *Antologia do folclore cearense*. 2ª ed. Fortaleza, Edições UFC, 1983, pp. 244-246. Artigo originalmente publicado em *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, nº 32, julho/setembro de 1969, pp. 73-99.

⁷³ ARAÚJO, Alceu Maynard. Ritos de morte. In: *Correio Paulistano*. São Paulo: 17 de abril de 1949, p. 2.

⁷⁴ NAVA, Pedro. *Baú de ossos*. Op. cit., pp. 439-440.

⁷⁵ Há vários estudos sobre as mortalhas que envolviam o corpo do defunto. Em algumas regiões do Brasil, até meados do século XX, ainda via-se o costume de envolver os mortos com as mortalhas apropriadas, geralmente escolhidas pelos próprios indivíduos antes da morte ou pelos familiares, de acordo com a devoção manifestada.

do século XIX. Já, ao apontarmos para a segunda metade do século XIX e para o XX, vemos que os testadores não faziam tanta questão de exigir sua roupa mortuária. Isso se deve ao processo de minimização das cláusulas piedosas, em função da laicização⁷⁶ porque passava a redação testamental. E na maioria dos casos, os testadores deixavam que os testamenteiros ou os familiares resolvessem essa e outras pendências.⁷⁷ Porém, em algumas redações esse dado ainda se fez presente. É o que vamos analisar a seguir.

Dos 105 testamentos pesquisados por nós, em apenas sete os testadores mencionaram seu desejo de ser sepultado com um hábito sagrado. O quadro a seguir reproduz os nomes e seus pedidos.

QUADRO 14 - TESTADORES QUE PEDIRAM PARA SEREM ENTERRADOS COM ROUPA MORTUÁRIA ESPECÍFICA

TESTADORES	DATA DA REDAÇÃO DO TESTAMENTO E DA MORTE	ROUPA MORTUÁRIA
Serafim Pereira de Bonfim	1850-1850	Hábito de São Francisco
Anna Antonia	1850-1855	Hábito de São Francisco
Maria Francisca da Conceição	1851-1852	Hábito de São Francisco
Maria Jose Miquelina da Silva (Baronesa de Bertioiga)	1859-1863	Hábito de Nossa Senhora do Carmo
Jose Antonio da Silva Pinto (Barão de Bertioiga)	1865-1870	Hábito e mais insígnias da Ordem de Nossa Senhora do Carmo e São Francisco de Paula
Anna Angelica Pereira	1865-1867	Hábito de São Francisco ou Nossa Senhora do Carmo
Francisca Angélica de Moura	1870-1876	Hábito de Nossa Senhora do Carmo

FONTE: AHUFJF. Testamentos diversos; Caixas 1A a 60A; Anos: 1850 a 1950.

Apenas 6,7% dos testadores analisados neste trabalho mencionaram a vontade de ser envolto em hábitos sagrados. Todos eles do século XIX. Um percentual muito pequeno que nos possibilita afirmar que já não tinha mais importância para o corpo e para a alma do indivíduo estar ou não vestido com tais mortalhas. A laicização que atingia a redação

“Na roça, logo que uma pessoa morre vem um "próprio" até a cidade buscar a mortalha. É o primeiro a sair.” Cf. ARAÚJO, Alceu Maynard. Op. cit., p. 2.

⁷⁶ Entendemos que a **LAICIZAÇÃO** é um dos aspectos da secularização porque passava a sociedade juizforana naquele período. Valério Zanone nos diz que a laicização “quer significar o contrário de Estado confessional, [...] a autonomia das instituições públicas e da sociedade civil de toda diretriz emanada do magistério eclesiástico e de toda interferência exercida por organizações confessionais; o regime de separação jurídica entre Estado e Igreja; a garantia de liberdade dos cidadãos perante ambos os poderes”. Cf. ZANONE, Valério. Apud: RODRIGUES, Cláudia. Op. cit., pp. 333-334. Nosso pensamento, para esse trabalho, a respeito de laicização vai de encontro aos postulados de Cláudia Rodrigues que afirma o seguinte: “Esta concepção de laicização estaria mais associada aos debates políticos empreendidos pelos defensores das propostas de salvaguarda da autonomia do poder civil de toda forma de controle exercido pelo poder eclesiástico, nas questões relacionadas à administração dos cemitérios, à realização dos sepultamentos e aos registros dos óbitos [...]” Cf. Ibidem. Acrescentamos ainda que a laicização influenciava já a redação testamental que apresentava, a partir da segunda metade do século XIX, características menos religiosas.

⁷⁷ Cf. Ibidem.

testamental acabava por influenciar nas atitudes sobre os costumes fúnebres. Se analisarmos os testamentos do século XX, os dados são mais ainda substanciais para nossa afirmação. Não há nenhum testador que manifestou esse desejo. Não queremos afirmar, contudo, que o comportamento sagrado não fazia mais parte da morte e do morrer. O que há, certamente, é uma mudança de atitude em relação ao passamento devido à secularização porque passava a sociedade. Concordamos, assim, com Cláudia Rodrigues quando ela afirma em sua pesquisa sobre as transformações dos costumes fúnebres no Rio de Janeiro a partir de 1850.

Compreendido dessa forma, o processo de secularização estaria mais relacionado ao fato de a Igreja não deter, como antes, o controle da estruturação do espaço sócio-cultural. Sua hegemonia sobre a sociedade teria se rompido a partir da concorrência de outras correntes ideológicas e, inclusive, de outras religiões, perdendo, assim, grande parte do poder de intervenção social que anteriormente possuía, principalmente após a separação entre Igreja e Estado, com a proclamação da República. ***Por outro lado, entretanto, isto não teria significado, necessariamente, a perda / eliminação da religiosidade (vivida), mas sim a redefinição do seu papel e dos seus espaços.***⁷⁸ (Grifo nosso)

Também a cidade de Juiz de Fora vivia aquelas mudanças comportamentais em relação aos mortos e ao morrer. Certamente, podemos afirmar que os católicos vivenciavam o passamento com menos interferência da Igreja Católica, porém, não sem a religiosidade, a tradição e o simbolismo que envolviam a vida das pessoas e que se manifestam até mesmo na modernidade.⁷⁹

⁷⁸ RODRIGUES, Cláudia. Aspectos teóricos e metodológicos para uma análise da secularização das atitudes diante da morte no Rio de Janeiro oitocentista. In: *Comunicação*. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/Anais/1998/autor/Claudia%20Rodrigues.doc>. Acesso em 15/10/2008.

⁷⁹ De acordo com o IBGE (CENSO, 2000), 73,8% dos cidadãos declararam ser católicos (125 milhões de adeptos) e 15,45% evangélicos (26 milhões de adeptos). Portanto, perto de 89% de cristãos (151 milhões de fiéis), isso sem levar em conta os protestantes históricos. Os que declararam sem-religião somam 7,3% (12,3 milhões de pessoas). O teólogo e Padre Alberto Antoniazzi afirma em um artigo que não parece exato dizer que o país ficou menos religioso — como querem alguns cientistas —. Todas as pesquisas mostram que a religiosidade continua em alta entre os brasileiros. Os que declaram sem-religião parece mais uma afirmativa para uma des-institucionalização das crenças e a emergência da chamada “religião invisível”. Pesquisas de instituições de confiabilidade (como o próprio IBGE e o CERIS) encontraram no Rio de Janeiro 16,9 % de entrevistados que se dizem sem pertença religiosa, mas acreditam em Deus ou numa Força Superior. “O indivíduo não adere mais a uma religião institucionalizada, mas reduz a religião a um sentimento pessoal, íntimo, não acompanhado pela participação em comunidades ou instituições religiosas. Mas não deixa de rezar (ou menos ocasionalmente) e de acreditar em Deus, quase sempre”. Cf. ANTONIAZZI, Alberto. As religiões no Brasil segundo o Censo 2000. In: *Revista de Estudos de Religião*. São Paulo: N° 2, 2003, pp.77-78; Pierre Sanchis faz algumas ponderações interessantes a respeito deste assunto na atualidade citando como exemplo a capital mineira: Em Belo Horizonte, no ano de 1998, 99,3% acreditam em Deus, mais de 90% na Santíssima Trindade e na Bíblia. Somente 5,7% dizem-se sem religião e 1,1% acreditam em Deus sem ter religião definida. Mais ainda: 63,6% estimam que a religião a que pertencem cumpre o seu papel, e 92,5% afirmam que a religião tem importância, grande importância ou importância fundamental na sua vida. [...] A comparação entre os resultados das pesquisas de 1991 e 1998, relativos a algumas crenças fundamentais - entre elas aquelas que precisamente caracterizariam o horizonte de um universo “encantado” - é, a este respeito, suficientemente questionadora. Todos os itens da “fé” (Deus, Trindade, Espírito Santo, alma imortal, anjos, santos, ressurreição...) parecem ter adquirido força durante estes anos. [...]. Quero citar enfim, voltando a Belo Horizonte, a surpresa do observador. Todas as perguntas sobre objetos de crença recebem respostas bem pouco secularizadas, mas mesmo assim carregadas, já o dissemos, de um peso progressivo de desencantamento

Nos séculos coloniais a manifestação do testador sobre seu desejo de ser enterrado com uma mortalha sagrada era mais intensa. Isto é evidente, pois, o seu grupo de pertença não podia ser outro que não fosse a Igreja e as associações de leigos católicos. A herança portuguesa, certamente, influenciou o comportamento dos indivíduos na escolha da roupa mortuária.

Como outros costumes funerários brasileiros, o uso da mortalha franciscana era uma herança ibérica. Data da Idade Média o costume de as pessoas em Portugal pedirem em testamento que seus cadáveres fossem amortalhados com o hábito de São Francisco. [...] A difusão das mortalhas franciscanas em Salvador foi favorecida por um outro fator: os frades franciscanos mantinham um próspero comércio de mortalhas. [...] E, mesmo na Bahia, outros conventos vendiam seus hábitos, como os do Carmo e de São Bento, embora seu mercado fosse bem mais reduzido do que o dos franciscanos.⁸⁰

No quadro que construímos anteriormente, fica evidente a preferência pela mortalha de São Francisco e, em seguida, pelo hábito de Nossa Senhora do Carmo. Não nos importa aqui a quantidade numérica, que não é expressiva, porém, apenas enfatizar que os indivíduos de Juiz de Fora também eram influenciados por comportamentos mais ou menos padronizados no que diz respeito às vestimentas para a morte. Pedro Nava relatou com detalhes as vestes com que sua avó fora enterrada em 1913.

Aquilo foi tão extraordinário que o Dr. Aroeira, impressionado, foi chamar Seu Lemos para fotografar a morta. Primeiro fizeram uma chapa, ela deitada, vestida na matinê de quadradinhos brancos e pretos. Um retrato íntimo. Depois o de cerimônia, minha avó no caixão, cercada de tocheiros e dum mundo de coroas. ***Amortalhada de Nossa Senhora do Carmo, hábito de veludo marrom, touca e peitoral de opala branca, véu de cetim preto, escapulário e rosário.*** Essas fotografias vieram nos acompanhando e assombrando pela vida afora, até que minha mãe, quando se sentiu velha e começou a pensar na morte, queimou as dela.⁸¹ (Grifo Nosso)

Interessante perceber que, além das vestes de Nossa Senhora do Carmo, a defunta usava também o escapulário e o Rosário, duas referências significativas da devoção à Maria. A mortalha marrom, branca e preta era o hábito tradicional da Ordem Terceira do Carmo.⁸²

positivamente associado à densidade do nível cultural. Secularização em curso... Mas há uma exceção. À pergunta: “Existe vida depois da morte?”, curiosamente, é o grupo de instrução primária que responde mais negativamente: 52,9%. E o grupo com diploma superior que é mais afirmativo (71,3%). Assim, não parecem ser os intelectuais (os “modernos”) que eliminam o mistério da morte. Nem, aliás, os mais ricos (77,7%). E este resultado só em parte depende de adesão religiosa confessional: se 30,4% somente (?) dos “sem-religião” acreditam em vida depois da morte, são 64,3% daqueles que não tem religião determinada, mas acreditam em Deus, que compartilham desta Cf.: SANCHIS, Pierre. Op. cit., pp. 32-34.

⁸⁰ REIS, João José. Op. cit., pp. 117-118.

⁸¹ NAVA, Pedro. *Balão Cativo*. Op. cit., p. 78.

⁸² As Ordens Terceiras perfilavam-se como associações de leigos cuja existência dependia de autorização conferida por uma ordem Primeira. O ingresso de leigos nas Ordens Terceiras obedecia a critérios rígidos. Tal como as misericórdias, essas Ordens reuniam no seu seio homens ricos da colônia e os seus membros não

Também observamos nas irmandades a preocupação de sepultar os confrades com as devidas mortalhas, ou seja, a opa de enterro. A passagem a seguir revela essa preocupação de um irmão do Santíssimo da Catedral de Santo Antônio de Juiz de Fora.

O Sr. José Lima Dias pediu se lançasse em ata um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Joaquim dos Reis Junqueira. A propósito, lamentou o Sr. Presidente que lhe não houvesse sido dado aviso do passamento daquele Irmão do Santíssimo, principalmente porque cabia à Irmandade o dever, se avisada em tempo, de providenciar a encomendação do corpo aqui na Catedral, tendo-lhe parecido que o extiatio houvera sido sepultado sem a opa da Irmandade. *A isso interveio o Irmão Sr. José da Silva Crespo, dizendo que havia engano naquela notícia, pois ele estivera na residência do Sr. Dr. Junqueira e vira estava ele vestido de opa para enterro.* O Sr. Presidente agradeceu a informação, ressaltando, entanto, a necessidade de as famílias dos Irmãos do Santíssimo serem melhor instruídas a propósito dessas ocorrências, sendo que cabe aos próprios Irmãos a providência.⁸³ (Grifo Nosso)

A Irmandade do Santíssimo Sacramento tem como paramento próprio uma opa vermelha com a insígnia do Santíssimo Sacramento fixada no peito, do lado esquerdo, sobre o coração do confrade.

Além das mortalhas dos santos de devoção, usadas em alguns defuntos devido ao pedido em testamento, outras roupas mortuárias se faziam presentes nos costumes fúnebres do Brasil.

A primeira constatação que se faz é que os tipos de mortalha ou de roupa funerária variam bastante. Havia mortalhas brancas, pretas, coloridas, vermelhas. Havia mortalhas que imitavam roupas de santos, como a franciscana, as de várias invocações de Nossa Senhora, as de São João, São Miguel, São Domingos, Santo Agostinho, Santa Rita, Santa Ângela. Os padres se enterravam de batina, os soldados fardados, muitas pessoas com os hábitos de suas confrarias. [...] Com efeito, encontramos 34 tipos diferentes de vestuário. A mortalha mais comum entre essa população heterogênea era a branca.⁸⁴

podiam ser negros, cristãos-novos ou de origem racial duvidosa. In: BORGES, Célia. *Devoção branca de homens negros*. Op. cit., pp. 54-55.

ORDEM TERCEIRA DO CARMO: A Ordem Terceira do Carmo começou a florescer em Portugal no ano de 1629. A Ordem Terceira do Carmo foi implantada na cidade do Salvador a 19 de outubro de 1636. Foi seu fundador o negociante dessa praça Pedro Alves Botelho, sendo seu primeiro prior o governador Pedro da Silva. Os Carmelitas chegaram a Santos em 1590. Desde 1602 aí se instalou uma Confraria do Carmo, e desde 1697 a Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmelo. Em Mariana a Ordem do Carmo foi instituída em meados do século XVIII, instalando-se provisoriamente na igreja de São Gonçalo. Mas, por diversos atritos, resolveu logo fazer sua capela própria. A tradição de morrer com o hábito do Carmo e com ele ser enterrado é das mais antigas. Também a Ordem Terceira do Carmo expandiu-se pelos principais centros do Brasil. In AZZI, Riolando. *O Catolicismo popular no Brasil*. Op. cit., pp. 102-103.

⁸³ AISSCM. Livro de Atas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio, 1949 – 1965. Ata da Sessão 589, fl. 06.

⁸⁴ REIS, João José. Op. cit., pp. 118-119. Há na obra de João José Reis um capítulo (Cap. 5: A hora do morto, ritos fúnebres domésticos.) em que ele dedica um bom estudo sobre as mortalhas usadas pelos defuntos e seus significados.

Segundo a tradição, o branco simboliza a paz, a alegria da vida eterna e a ressurreição prometida por Cristo a cada crente.⁸⁵ Dessa forma, ao usar uma mortalha de cor branca, a alma estaria pronta para chegar ao céu e participar da vida na eternidade.

4.3.2 – O velório

Após o banho e a vestimenta com a mortalha escolhida, chegava a hora de velar o defunto, talvez a mais sofrida de todas as etapas do ritual fúnebre. Isto porque tratava-se de um momento de grande intensidade em todos os sentidos. Envolvia não só a família, como também uma boa parte dos parentes, dos vizinhos, dos amigos e da sociedade. Os familiares recebiam os pêsames e permaneciam diante daquele corpo inerte dentro do caixão que no dia anterior ocupava o mundo dos vivos. Era uma cena que, certamente, jamais sairia da mente daqueles que participavam dela. Tem início aqui o período de margem no rito funerário, caracterizado, “em primeiro lugar materialmente pela estadia mais ou menos longa do cadáver ou do caixão na câmara mortuária (velório), no vestibulo da casa, etc. Mas esta é apenas uma forma atenuada de uma série inteira de ritos [...]”⁸⁶ Os passos do morrer estavam apenas iniciando, pois o ritual só terminaria com o sepultamento. Ou se quisermos ser mais exatos, ele ainda continuava por um bom tempo entre os familiares: estava presente no luto, nos acertos de família, no cumprimento do testamento e na prática do culto aos mortos.

O tempo da morte recobre o tempo do morto, mas dele se diferencia porque é o tempo do morrer, um tempo que se manifesta, até ritualmente, muito antes da própria morte, nos procedimentos que a cultura prescreve em relação aos que vão morrer. Esse tempo se manifesta também depois da morte, nas prescrições rituais de trato do corpo e da alma do morto e de trato de relação entre os mortos e os vivos.⁸⁷

O velório acontecia dentro de casa, geralmente na sala de visitas. Antes, porém, contratava um armador, profissional específico para preparar o ambiente, decorando-o com os símbolos do luto.

Na decoração se usava muito pano cortinado, frisado, armado com varas [...]. Na entrada da casa, capelas, ramos fúnebres ou panos cortinados avisavam os transeuntes sobre a presença da morte. Havia outras formas de anunciar a morte, como os gritos das carpideiras. Muitas vezes a família mandava rezar uma “missa de notícia”, dobrar os sinos da igreja da paróquia e, em muitos casos, também os da

⁸⁵ Ibidem.

⁸⁶ GENNEP, Arnold Van. *Os ritos de passagem*. (Trad. Mariano Ferreira). Petrópolis: Vozes, 1978, p. 128.

⁸⁷ MARTINS, José de Souza. Anotações do meu caderno de campo sobre a cultura funerária no Brasil. In: OLIVEIRA, Marcos Fleury de e CALLIA, Marcos H. P. (Orgs.). *Reflexões sobre a morte no Brasil*. São Paulo: Paulus, 2005, p. 83.

Catedral. As famílias mais abastadas também avisavam por meio de “cartas-convites”, distribuídas por escravos, fâmulos ou pessoas especialmente contratadas.⁸⁸

Deparamo-nos em Juiz de Fora com um comportamento familiar diante da morte parecido ainda com o descrito acima. Os convites para velório e enterro eram encomendados aos profissionais específicos pelas famílias mais abastadas para fazer do acontecimento um importante fato social.⁸⁹ Quando as posses eram elevadas, faziam publicar também os anúncios fúnebres em jornais.⁹⁰ (Cf. ANEXO 12). O texto a seguir retrata bem como o velório refletia a solenidade da morte. A armação da casa era fina, cheia de luxo e pompa se a família tivesse condições para isso.

E o Vaz voava para a Rua General Câmara aos primeiros raios do sol, envolto ainda do sorriso agonizante de meu avô e da gratidão de minha avó. E foi assim por uns sessenta dias — vai, vem, afina, engrossa — e a 31 de maio de 1880, aos trinta e cinco anos, sete meses e doze dias de existência, Pedro da Silva Nava pesou nos braços da amada com a violência e a densidade marmóreas do Cristo da *Pietà* e rolou no tempo que não conta — recuando de repente às distâncias fabulosas e cicloidais onde estavam meu pai, seu avô imigrante, seus antepassados milaneses, genoveses, lombardos, germanos orientais, o primeiro homem e o último antropóide. Já não era mais dos seus nem com eles. Cadáver. ***No princípio ainda corriqueiro, na luta mole e meio cômica com os que lhe vestem a casaca da solenidade derradeira. Depois, ainda familiar, no canapé de jacarandá da sala de jantar, como nas sextas dominicais. Subitamente transmutado, inacessível e imperial, dentro do caixão e no alto da essa. Coberto de flores e cercado de velas. Apoteose espanhola, entre círios, alças de prata, línguas de fogo, veludos negros, galões dourados, ramalhetes de biscuit***, em que o defunto parece remoçado, belo, ebúrneo, rígido, a pele distendida pela putrefação que começa, a expressão pacificada ao vácuo deixado pela alma que não mais atormenta. A 1º de junho de 1880 meu avô saiu de casa para sempre.⁹¹ (Grifo Nosso)

Havia também outras preocupações de ordem familiar, principalmente se o defunto fosse ainda jovem. A necessidade de esconder o fato à viúva grávida, temendo uma reação mais séria, e a escolha da casa para proceder ao velório eram discutidos entre os parentes mais próximos. Fica evidente mais uma vez a necessidade de se preparar a câmara ardente solene, com tudo que um velório de luxo exigia.

[...] a Morte já passara primeiro para levar aquele moço de vinte e nove anos, cinco meses e vinte e sete dias. Era o 21 de agosto de 1886. Tinha um filho, Clóvis, nascido em 1885. A mulher estava grávida da filha que nasceria em 1887, que teria o nome de Clotilde e o apelido de Titita. Pois essa prenhes da tia Dadinha foi pretexto para o Coronel Geraldo e a Sá Moça não darem entrada ao cadáver do genro no seu casarão da Rua Direita. ***Vieram a meu avô com grandes conversas,***

⁸⁸ Ibidem, p. 128.

⁸⁹ Ibidem, p. 129.

⁹⁰ Cf. AHPJF. Diário Mercantil; 17/03/1912; Ano 1; nº 46.

⁹¹ NAVA, Pedro. *Bau de Ossos*. Op. cit., pp. 92-93.

que a filha não podia se assustar, que era melhor não saber da morte do marido, que nesse caso o enterro devia sair da casa do irmão, mais isto, mais aquilo e você compreende, Jaguaribe, são as tais coisas, é assim, é assado, eu insisto por causa do neto que me vai nascer e que afinal é seu sobrinho. Seu sobrinho, Jaguaribe, seu sobrinho! Pense nisto. O Major enjoado disse que a casa que sempre estivera aberta para o irmão vivo não se fecharia para o irmão morto. Mandassem o corpo e podiam deixar que ele fazia o enterro. ***Meu avô fez questão de preparar câmara ardente solene. Paredes inteiras cobertas de negro. Alcatifa de veludo preto igual ao das cortinas e ao do forro do teto. Pendões de crepe, tocheiros estalando e correndo cera, enorme cruz dourada entre galões dourados.*** A casa encheu-se dos amigos da gente Jaguaribe, Cunha, Pinto Coelho e Horta, de clientes do falecido, de todos seus colegas, inclusive um Dr. Ambrósio passado e com a cara no cu duma égua, das autoridades locais — entre as quais esgueiravam-se uns escassos Rezendes e uns tênues Tostes. Quase à hora do enterro, por uma porta de trás da chácara do Coronel Geraldo, que dava para a Rua de Santo Antônio, saiu toda de branco e cheia de fitas vermelhas nas tranças — a viúva de quem se estava ocultando a morte do marido. Passou a uns trinta metros do seu cadáver e foi andando para os lados da casa do Dr. Candinho, seu primo e cunhado, marido da mana Maria Luisa (Sá Cota). Ipsi. Ipsíssimo. Exatamente como relata até hoje minha tia Iaiá, que a tudo assistiu e que de tudo se lembra apesar de, na ocasião, ter apenas sete para oito anos.⁹² (Grifos Nossos)

Em algumas regiões do Brasil o ambiente do velório em casa só se completava, porém, com a chegada das carpideiras, mulheres contratadas especialmente para chorar o defunto e das cantadeiras ou dos capelães, os dirigentes das rezas da roça que cantavam — ou ainda cantam — *incelências* para que o defunto fizesse uma boa passagem.⁹³ Em Juiz de Fora, parece que não havia essa tradição de se contratar carpideiras e cantadeiras para o velório. Pelo menos, não encontramos em nenhuma fonte tal menção. Ao conversar com algumas pessoas mais idosas da cidade, elas citam com raridade a presença daquelas mulheres nos velórios e enterros.

As *incelências* eram, por vezes, cantadas sem parar, ou alternavam-se com as rezas do terço e outras orações apropriadas. “As velas são acesas [...], e a reza somente tem início após terem colocado o corpo na sala, na esteira ou cama. Cantam todas as rezas conhecidas: são as ‘Excelências’, isto é, doze vezes a mesma coisa.”⁹⁴ Há registros, porém, mostrando que a cantoria iniciava no cerimonial de ‘fazer o quarto’ e se prolongava no acompanhamento do

⁹² Ibidem, pp. 226-227.

⁹³ **INCELÊNCIAS:** Prática do catolicismo popular relativamente freqüente em Pernambuco, no interior de modo especial, é a das *incelências*. As *incelências*, também chamadas de *excelências* ou *incelenças*, são cantos entoados à cabeceira dos moribundos ou dos mortos. Uma espécie de ritual de velório, com benditos e as frases apenas rimadas. São práticas que escapam da ortodoxia cristã, ainda usadas com freqüência em Pernambuco. Gonçalves Fernandes diz que “as excelências são cantadas ao pé do morto, enquanto os benditos são cantados à sua cabeça”. Getúlio César diz que a *exceleção* facilita a entrada no céu, sendo as frases rimadas sempre em número de 1 a 12, quando se trata de adulto, e, de 1 até 9, quando é criança. Cf. VALENTE, Valdemar. *Folclore brasileiro*. Goiás: Funarte, 1979.

⁹⁴ ARAÚJO, Alceu Maynard. Op. cit., pp. 2-4.

cortejo fúnebre até o cemitério. “[...] A música é sempre a mesma, monótona e lúgubre.”⁹⁵ A seguir, apenas para exemplificar, apresentamos o ritual de incelências cantadas em velórios, presente ainda na cidade de São Luís do Paraitinga.

O capelão canta:
 Vamo cantá uma incelência
 Do meu São Francisco
 Que lhe dê seu passaporte
 Nossa Mãe Maria Santíssima

E o coro responde:

Passaporte eu já tenho
 Falta só absolvição
 Pra esta alma subir pra glória
 Com a Virgem da Conceição

De novo o capelão canta:

Duas incelência
 Do meu São Francisco etc.
 Alternando, coro e capelão, até cantar as doze excelências "porque são doze apóstolos".

Durante a noite cantam o tempo todo. Formam dois grupos de pessoas que se revezam; enquanto um canta, outro descansa e come. À noite, oferecem café e comida aos presentes, uma pinguinha para afinar a voz.

[...]

O defunto fica exposto a noite toda. Ao amanhecer, colocam-no na rede. Para tal, vão ao mato e cortam uma vara de tacuruçu e amarram a rede embira. "Se defunto estiver muito pesado, deve-se surrá-lo com uma vara, para ficar mais leve".

Ao clarear do dia, cantam como despedida do morto à família, e neste canto tomam parte todos os presentes. Quando cantam, cada canto é dedicado a um dos familiares, esposa, filhos e demais parentes.

O capelão canta:
 Vem a barra do dia
 Vem a Virgem Maria
 Vem o anjo Atanásio (era o nome do defunto)
 Para a sua companhia

Os demais presentes respondem este canto, citando o parente que se despede. A primeira pessoa foi a esposa. Cantaram:

Despeça de sua esposa
 Até o dia do Juízo
 Para te encontrar
 Na porta do Paraíso

O decujo tinha ainda pai e o segundo verso foi respondido assim:

Despeça de seu pai
 Até o dia do Juízo etc.

Continuam despedindo-se dos filhos, noras, genros e netos.⁹⁶

⁹⁵ VALENTE, Valdemar. Op. cit., sem paginação.

Chama a atenção no texto, o velório que se prolongava por toda a noite. Não faltavam nem a comida e nem a bebida e, às vezes, uma cachaça para manter a voz afinada. Também encontramos fato semelhante narrado por Pedro Nava em Juiz de Fora sobre o velório de seu pai que morrera em 1911.

Eu caminhava entre figuras em pranto, cochichos, bandejas de café e vinho do Porto, gente entrando e saindo, as coroas chegando e sendo penduradas nas paredes, como salva-vidas nas amuradas da nave que ia partir. Em destaque, a nossa, dos filhos e da viúva, com flores de *biscuit* tilintando musicalmente, como os pingentes de cristal do lustre da sala. Tudo cheirava a cera, tudo era crepitante como a chama das seis velas acesas e seu reflexo vermelho ensaguentava veludos e galões. Os parentes vieram chegando. A Pequenininha e a Sinhazinha bem que tinham dito... Da casa de cômodos, ao lado, do 104, vinha o som arranhado dos discos que o malandro do Valdemar fazia girar pela noite adentro, com as músicas do *Dengo-dengo, do Abre-alas, da Casa Edison-Rio de Janeiro, Adeus Mimi que eu vou partir agora, pra defender da pátria o pavilhão...* Aquela irreverência foi enchendo o Heitor, o Lafaiete, o Bento e o Nestico, que teriam ido quebrar o gramofone e a cara do Valdemar se as minhas tias em lágrimas — pelo amor de Deus! — não tivessem impedido. As cantigas foram morrendo e finalmente o velório foi passando para o bojo de um silêncio augusto e sonolento. *A noite entrou pela madrugada de fábricas apitando e a madrugada, naquela manhã fresca e dos céus profundos do julho de Aristides Lobo.*⁹⁷ (Grifo Nosso)

Aconteciam também, nos velórios, momentos de curiosidades que merecem uma atenção em nosso trabalho. Segundo Pedro Nava, foi naquele ambiente de dor e tristeza que se deu a conversão do escritor juizforano Murilo Mendes, em 1934, no velório de Ismael Nery, um católico fervoroso. A morte do amigo deixou atordoado um dos maiores poetas e escritores do século XX. O autor fez uma descrição bastante interessante de como o fato aconteceu e deixou os visitantes perplexos. São passagens que demonstram haver muito mais mistérios na morte do que se possa imaginar. Murilo Mendes converteu-se ao catolicismo e assim viveu até o fim da sua vida.

O terceiro fato ocorrido no velório de Ismael Nery e que ficou para sempre gravado na memória do Egon foi a conversão instantânea de Murilo Mendes (...) Eram seu tanto numerosos e tinham como figura central o Murilo Mendes. Mas não se ouviam nele, também, agudos de vozes. Todos como que cochichavam — abafados pela solenidade do momento. De repente uma fala começou a ser percebida. Parecia no princípio uma lamentação, depois um encadeado de frases tumultuando na excitação de uma palestra, que depois se elevou como numa discussão, subiu, desceu, tomou conta do pátio feito um atroado de alteração e disputa, clamores como num discurso e gritos. Era o Murilo bradando no escuro. Era uma espécie de arenga, como afluxos de onda — ora recuando e baixando, ora avançando, subindo e enchendo a noite com seus rebôos graves e seus ecos mais pontudos. Os do portão foram se aproximando numa curiosidade da roda estupefacta e calada em cujo centro um Murilo, pálido de espanto ou como de um alumbramento, gesticulava e se debatia como se estivesse atracado por sombras invisíveis. Só ele as via e aos anjos

⁹⁶ Ibidem.

⁹⁷ NAVA, Pedro. *Baú de Ossos*. Op. cit., pp. 439-440.

e arcanjos que anunciava pelos nomes indesvendáveis que têm no Peito do Eterno ocultos para todos os mais. (...) Seus olhos agora cintilavam e dele todo desprendia-se a luminosidade do raio que o tocara. E não parava a catadupa de suas palavras todas altas e augustas como se ele estivesse envultado pelos profetas e pelas sibilas que estão misturados nos firmamentos da capela Sistina. Ele disse primeiro, longamente, de como sentia-se penetrado pela essência do Ismael Nery e seu espírito religioso. Falava dos anjos que estavam ali com ele — já não mais como as imagens poéticas que habitavam seus versos, mas dos que se incorporavam nele que recebia também na dele a alma do amigo morto. Finalmente clamou mais alto — DEUS! — e com a mão direita fechada castigou o próprio peito e mais duramente o coração. Não — pensava o Egon — não é caso para gardenal. O José Martinho está errado. *O Murilo não está nervoso. O negócio é mais complexo... O que ele está é sendo arrebatado num êxtase e o que estou vendo é o que viram os acompanhantes na estrada de Damasco quando Saulo rolou do cavalo e foi fulminado pela luz suprema. É isto. Exista ou não essa luz e esse fogo — neles ou na sua impressão o Murilo acabou de encadear-se. Está se queimando todo nas chamas que descem como lavas do Coração paramonte de Jesus Cristo Nosso Senhor. Quando subitamente calou-se, o poeta retomou o velório do amigo — sério como Moisés descendo do Sinai, e foi assim e sem dizer palavra mais que ele acompanhou o corpo ao cemitério.* Deste saiu sozinho e foi direto procurar os monges nas catacumbas do Mosteiro de São Bento. Quando três dias depois ressurgiu para os homens, tinha deixado de ser o antigo iconoclasta, o homem desvairado, o poeta do poema piada e o sectário de Marx e Lenine. Estava transformado no ser ponderoso, cheio de uma seriedade de pedra e no católico apostólico romano que seria até ao fim de sua vida. Descrevera volta de cento e oitenta graus. Sua poesia tornara-se mais pura e trazia a mensagem secreta da face invisível dos satélites.⁹⁸ (Grifo Nosso)

Pedro Nava compara a conversão de Murilo Mendes a de Saulo de Tarso na estrada de Damasco. Tudo indica que Murilo foi tocado pelo sagrado através dos rituais celebrados no momento da morte.

Nos rituais, este anseio humano pode tornar-se realidade de uma maneira privilegiada. [...] Os ritos religiosos podem ser uma maneira de manifestação do temor sagrado. Assim as cerimônias podem fornecer a moldura para que possamos viver e desfrutar adequadamente o terror sagrado que nos vem ao encontro.⁹⁹

O momento era de perplexidade e incertezas. Havia, porém, a certeza de que Murilo Mendes nunca mais seria o mesmo, nem sua poesia que se tornara mais pura e sensível. O sagrado envolveria, daí por diante, a vida do poeta, que viveria no catolicismo até a sua morte.

A morte de um protestante também tinha uma celebração ritualística, porém, bem diferente do ritual de passagem de um católico. Vejamos o texto a seguir, como o autor descreve tal circunstância.

Um fato inusitado foi o velório do Sr. Oscar Pereira de Andrade, morador na Rua Barão de Santa Helena, falecido no dia 31 de março daquele ano de 1924. Pelo que havia presenciado no enterro de vovó Adelaide e das maninhas natimortas, bem

⁹⁸ NAVA, Pedro. Apud: BARBOSA, Leila Maria Fonseca; RODRIGUES, Marisa Timponi Pereira. *A trama poética de Murilo Mendes*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 2000, pp. 88-89.

⁹⁹ MÜLLER, Wunibald. Op. cit., pp. 129-133.

como pelo que já ouvira de comentários, a morte era uma coisa triste, chorosa e até, em certos casos, com a presença de carpideiras. *No velório em questão foi tudo diferente. O falecido e sua família eram protestantes e durante toda a noite, na sala, em torno do esquife, músicas sacras, de réquiem, davam ao ambiente um sentido de elevação espiritual, de consolo, de aceitação.* Durante muito tempo fui perseguido por tal impresusão e eu me indagava, na minha inocência, o porquê de uns chorarem tanto e outros preferirem a música durante o velório. Foi quando me lembrei que, na procissão, na Sexta-Feira Santa, um grupo de músicos acompanha o esquife.¹⁰⁰ (Grifo Nosso)

É interessante a maneira como o autor vê tal fato, um tanto inusitado. Enquanto que nos velórios dos católicos o choro constituía a marca mais presente, inclusive com a participação das carpideiras, o velório de um protestante ficava marcado pelas músicas sacras, o que facilitava a elevação do espírito, o consolo e a lembrança de uma vida que se foi.

Quando morria uma criança, a dor da perda tornava-se mais intensa. Todos lamentavam o ocorrido e procuravam tirar alguma resposta para a vida diante do fato. No velório de um anjinho, procurava-se sempre cantar a inocência e a pureza. Deda Carvalho, estudando o folclore sergipano, nos dá uma idéia interessante sobre os versos cantados em sentinelas de crianças.

Em sentinela de criança não se reza o “Ofício”, e as “excelências” são acompanhadas de versos alusivos aos anjos do céu:

- Minha mãe, eu vou pró céu.
Os anjos vão me levando.
Do mundo não quero nada,
Só de Deus vou me lembrando.
- Uma excelência vai com vós...

- Era um pinguinho de sangue
Que na terra apareceu.
Ó que povo tão ingrato!
Inda não se arrependeu!

- São Miguel, São Miguel,
Leve este anjinho prá guia!
Vem buscar este anjinho
Para vossa companhia.

- Que anjo tão lindo
Jesus mandou buscar!
Ó mãe do anjo, mãe do anjo,
Por que tanto chorar?!¹⁰¹

Assim descreveu Pedro Nava a morte de uma criança, em 1903, a qual sua família assistiu atordoada sem saber o porquê de tão assustador fato.

¹⁰⁰ BASTOS, Wilson de Lima. *Badalo do sino*. Op. cit., p. 147.

¹⁰¹ CARVALHO, Deda. *Brefaias e burundangas do folclore sergipano*. Aracaju: Livraria Regina, 1967, [s.p].

O mulatinho era tão corado que ficava cor de laranja madura, cor de cobre areado. E ria o dia inteiro, babando uma baba de leite e zumbindo que nem enxame de abelhas. Jamais chorava. Um dia, ninguém sabe por quê, foi aquela febre e logo as convulsões que só pararam quando ele se inteiriçou num último arranco e amoleceu, morto! No colo de minha mãe. Ela e a negra, as duas e minhas tias choravam todas taco-a-taco. Sem parar. Meu Pai fez questão de enterro de branco e velório como de parente. *O defuntinho foi para nossa sala de visitas. Sobre uma mesa coberta de forro de seda e colcha de renda, o caixão. No caixão de rosa e prata, o anjinho. Fizeram para ele uma túnica de Menino Jesus, sapatinhos de cetim pousados num bolo de algodão afeiçoado em nuvem e cheio de estrelas douradas. A testa cingida de uma profusão de flores e fios metálicos que faiscavam como artifício de São João.* A linda cor de fruta sazoadada do garoto fora substituída por um esverdeado de azeitona. Eu não me conformava com aquele aspecto e sobretudo com aquela imobilidade, aquele silêncio, aquele vácuo.¹⁰² (Grifo Nosso)

Chama a atenção no velório do anjinho, a mortalha do Menino Jesus, comumente usada em crianças do sexo masculino. Era comum também no Rio de Janeiro e na Bahia vestir as crianças com mortalhas de santo. Se fossem do sexo masculino as roupas mortuárias eram as de São Miguel Arcanjo, Santo Anjo, São João, dentre outras. Se morresse uma menina, usava as vestes de Nossa Senhora da Conceição, provavelmente uma referência à procriação e à maternidade da mulher. “A Senhora da Conceição era uma espécie de deusa brasileira da fecundidade. [...] Meninos e meninas também usavam mortalhas com estampas e listas coloridas. Esse vestuário festivo significa talvez que a morte da criança não era tão grave quanto a de um adulto ainda ativo.”¹⁰³ Ou quem sabe poderia ser uma associação de que a alma do anjinho certamente entraria livre do pecado no Reino dos Céus e, por isso, o uso das cores para celebrar sua morte.

4.4 – No túmulo, o descanso eterno

4.4.1 – O cortejo fúnebre

O dia vai raiando, a madrugada findando e anunciando que o último ritual em ambiente doméstico estava próximo: “era a encomendação, feita pelo pároco à saída do funeral.”¹⁰⁴ A Igreja faz algumas observações teológicas sobre as Exéquias no intuito de confirmar este ato como partícipe da salvação da alma.

¹⁰² NAVA, Pedro. *Baú de Ossos*. Op. cit., pp. 371-372.

¹⁰³ REIS, João José. Op. cit., pp. 119-124.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 132.

1. Celebra a Igreja, com profunda esperança, o Mistério Pascal de Cristo, nas Exéquias de seus filhos, para que eles identificados pelo Batismo, a Cristo morto e ressuscitado, passem com Ele, da morte à Vida, purificando-se da alma e sendo recebidos no céu, em meio aos santos eleitos bem como esperando, no corpo, a feliz vinda de Cristo e a ressurreição dos mortos.

Assim oferece a Santa Mãe Igreja o Sacrifício eucarístico da Páscoa de Cristo, pela salvação de seus mortos e eleva a Deus suas orações e sufrágios, para que, através da comunhão existente entre todos os membros de Cristo, aquilo que para uns serve de sufrágio, a outros sirva de consolação e esperança.¹⁰⁵

As cerimônias na casa do defunto seguiam um procedimento cheio de sentido religioso, pois se tratava de uma maneira de consolar os vivos e, ao mesmo tempo, direcionar a alma do falecido a Deus.

O sacerdote, na casa do defunto, reveste-se de sobrepeliz e estola, ou pluvial, de cor exequial. Se a cerimônia for realizada em hospital levem-se em consideração as circunstâncias especiais de tal lugar.

Entrando na casa, o sacerdote saúda, com urbanidade, os presentes, expressando-lhes a consolação da Fé, através de alguma palavra da Sagrada Escritura.

[...]

Após o que, asperge o corpo. Conforme as circunstâncias, dirá: Salmo 22, ou 113, ou 129.

Depois acrescenta a Oração pelo defunto:

Ouvi, Senhor, as nossas preces,
pelas quais imploramos vossa misericórdia pela alma de vosso servo N. que quisestes partisse deste mundo a fim de que lhe concedais um lugar de luz e de paz entre os vossos santos.¹⁰⁶

A Igreja previa ainda, caso necessitasse, ou o falecido tivesse pedido, a continuidade do ritual no templo e no cemitério. Encontramos em Juiz de Fora muitos registros desse tipo, em que o ritual estava dividido em três etapas, com cerimônias na casa do defunto, na igreja e no cemitério. Podemos ver esses dados nos testamentos, nos quais várias pessoas deixaram essas indicações, e nos assentos de óbitos, em que os padres mencionavam o local do ritual. Dessa maneira, o cortejo saía da casa do falecido para a igreja e, posteriormente, para o cemitério. Os exemplos a seguir ilustram bem o ato do ritual das exéquias.

1. Aos 31 de agosto de 1850 foi sepultado no adro desta Capella, e por mim encomendado Serafim Pereira de Bonfim. Homem branco, cazado de idade de 80 annos com testamento. Teve acompanhamento, encomendação solenne, e p^a. constar fis este assento. Pe. Francisco Manoel de Mendonça.¹⁰⁷

2. Aos dezesseis de Fevereiro de mil novecentos e Trinta e tres, na Matriz, encomendei o cadaver de Maria Gertrudes, com cerca de cem annos de idade, viuva de Custodio Correia, fallecida no dia anterior, sem ter recebido os ultimos

¹⁰⁵ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Rito Exequial para adultos*. Rio de Janeiro: [S.ed]., 1966, p. 9.

¹⁰⁶ *Ibidem*, pp. 12-13.

¹⁰⁷ ACMAJF. Livro de assento de óbitos da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário (Rosário de Minas), 1837-1892, p. 39.

sacramentos, porque não procuraram. E para constar, fiz este assentamento, que assigno. O Vigário — Pe. Exuperio Augusto Correia.¹⁰⁸

3. Aos 10.05.1950, em casa, o Pe. José Wincherink, SVD, encomendou o cadáver de Jose Bebiano de Moura, casado com 2 filhos. Causa mortis: velhice. Recebeu os últimos sacramentos. Foi sepultado no Cemitério Municipal. Para constar fiz este que assino. — Pe. José Maria Dias de Assunção (Pároco).¹⁰⁹

Observa-se nos três exemplos anteriores que o ritual de encomendação acontecia em casa ou na igreja. Há uma tendência forte, a partir de meados do século XX (Exemplo nº 3), de que as exéquias acontecessem em casa, demonstrando as transformações por que passavam a Igreja e a sociedade em relação à morte e ao morrer. É o que constatamos nos livros de assentos de óbitos da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora. O cortejo fúnebre saía da casa diretamente para o cemitério, onde se completava o rito.

Chegada a hora da saída do féretro, algumas atitudes deveriam ser observadas.

Segundo nossos folcloristas, a posição correta do cadáver no espaço do velório era receita certa de eficácia simbólica: “sempre com os pés voltados para a rua e quando é carregado no féretro conserva-se a direção. Sai para a sepultura com os pés, ao inverso de como entrara no mundo” (Cascudo). Toda uma simbologia de espaço e movimento, assegurando a passagem do defunto para o território da morte.¹¹⁰

Tais crenças populares¹¹¹ acompanhavam as pessoas nos diversos momentos da vida e, sobretudo, naqueles de morte. Dessa forma é que ainda se mantém viva atitudes de um passado distante. Em algumas localidades do Brasil, acreditava-se que as pessoas que pegassem o defunto na saída da casa deveriam pegá-lo novamente na entrada do cemitério, senão morreriam logo após. Ainda, quando o enterro faz uma parada em frente a uma casa, é

¹⁰⁸ ACMAJF. Livro de assento de óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição (Matias Barbosa), 1933-1935, p. 01.

¹⁰⁹ ACMJF. Livro de assento de óbitos da Matriz de Santo Antônio (Juiz de Fora), 1935-1960.

¹¹⁰ REIS, João José. Op. cit., p. 130.

¹¹¹ Adotaremos o termo “crença popular” por acharmos que a palavra “superstição” traz consigo uma carga pesada de preconceitos e exclusões. Porém, Antônio Henrique Weitzel, a quem recorreremos para entendimento do assunto, utiliza o termo superstição. Isto, entretanto, não invalida nossa tentativa de entender esse típico comportamento presente no homem.

“A superstição é um dos campos mais intrigantes e complexos do estudo do folclore. Primeiro, porque nele se abriga uma variedade incrível de elementos transmitidos e fixados por herança nas zonas mais secretas do raciocínio humano. O homem já nasce velho de seu passado na Terra. A superstição tem origens nebulosas nos albores da pré-história, resultado de antiqüíssimos cultos desaparecidos, somando medos, preconceitos, presságios, deturpações, desejos incontidos, provocando procedimentos defensivos, com atos ou abstenções, para evitar o mal e assegurar o bem. Depois, pela sua presença constante nos múltiplos estágios e atividades humanas: concepção, gestação, nascimento, infância, crescimento, casamento, alimentação, trabalho, sono, doença, morte, tudo envolvido em atos supersticiosos.” In: WEITZEL, Antônio Henrique. *Magia, religiosidade e superstição na cultura popular: Breve estudo de simpatias, tabus, rezas, benzeções e credences do povo*. Juiz de Fora: Franco Editora, 2007, p. 155.

sinal de morte ou casamento naquela família.¹¹² Assim, uma infinidade de comportamentos tece uma rede de relações culturais que, juntamente com outras práticas populares, vão compondo e fortalecendo a identidade de um povo.

A saída do enterro também era esperada pelos familiares e pela vizinhança como um momento de expectativa e de conteúdo mágico devido às atitudes comportamentais simbólicas que marcavam presença nos rituais. Todos queriam ver e, se possível, seguir aquele corpo até sua morada final. Algumas atitudes de que estamos falando se expressavam da maneira mais exemplar no passar do funeral pelas ruas: algumas pessoas tinham o hábito de fazer o sinal da cruz, tirar o chapéu da cabeça, dizer algumas palavras em voz baixa, fazer uma oração, enfim, “quando passa um enterro, não se deve atravessar o acompanhamento, pois isso traz a morte para pessoas da família. Bom é acompanhar o enterro.”¹¹³ Em algumas localidades do Brasil os enterros eram assim:

Na hora da saída, rezam a *Bendita Eucaristia*. Dizem que é "a reza mais forte que existe".

Feita a despedida, entre beijos e choros, o corpo sai. Uma pessoa varre a casa e atira o cisco bem longe, resto de flores, de poucas flores que enfeitaram o morto. As mulheres ficam cantando até o enterro desaparecer de vista na curva da estrada.

A rede é carregada por duas pessoas, que andam em marcha quase acelerada, fazendo um movimento com o corpo ao qual dão o nome de "galeio"; movimento que dizem eles ajudar a diminuir o peso.

De tempos em tempos, revezam os carregadores; estes tiram os chapéus quando colocam o varal da rede no ombro. O que vai na frente coloca-o no ombro esquerdo e o que vai atrás, no ombro direito, facilitando, assim, o "galeio do corpo". Os pés do defunto estão colocados para a frente. "Os que saíram de casa devem também entrar com ele no cemitério", é uma praxe que fazem questão de observar. No trajeto, vão rezando, às vezes, a novena das almas. Antes de seguir para o cemitério passam pela igreja a fim de fazer a recomendação de "corpo presente".¹¹⁴

Às vezes, sair com o corpo do defunto da casa para a sepultura tornava-se um procedimento bastante complicado na família. Assim relatou Pedro Nava sobre o enterro de sua avó, em que suas filhas procuravam retardar o máximo possível aquele momento de dor e já cheio de saudades.

O enterro, que devia ser às 9 horas do dia 5, foi sendo protelado porque as filhas, apavoradas com a síncope da véspera, tinham medo de enterrar a mãe viva. ***Só quando ela começou a invadir o ar é que consentiram. O Paleta, chegado à última hora, respirou com deleite aquela atmosfera corrompida.*** O cheiro clássico do inimigo morto... Ele mal conseguia disfarçar. Estava radiante e fazia grupo à parte com os irmãos e parentes dele. As manas Vitória, Teresinha, Nhanhá e Cecília, o mano Filipe, a cunhada Marocas e a irmã desta, a Zilda do Quixoto. Tia Iaiá, entre dois soluços, rosnava imprecisões conta aquela *bicancagem* (como ela

¹¹² NEVES, Guilherme Santos. Superstições de morte. In: *Folclore*. Vitória: 1960, p. 138.

¹¹³ Cf. ARAÚJO, Alceu Maynard. *Folclore Nacional*. São Paulo: Edições Melhoramentos. V. 1.

¹¹⁴ ARAÚJO, Alceu Maynard. *Ritos de morte*. Op. cit., p. 4.

dizia) que ali estava salvando as aparências. *Duas vezes o Antonico Horta tomou providências para o saimento. Apagava as velas, fechava o ataúde, distribuía as alças e, quando tudo ia seguindo, as filhas desmandadas atracavam-se no caixão, faziam voltar, abrir, para beijar mais e despedir outra vez.* Na terceira investida, o Antonico já estava uma onça e disse que o enterro agora saía e saía de qualquer jeito. Onde é que já se vira semelhante despropósito? Aquilo até era uma falta de respeito. Todo mundo reclamando, o padre safado da vida. *Afinal saiu. O caixão foi posto no coche fúnebre que seguiu a passo, acompanhado por Juiz de Fora em peso e a pé.* Duas horas depois, segundo determinara tia Iaiá, as coroas voltaram do cemitério e foram guardadas no quarto em que a avó morrera, para servirem outra vez no Dia de Finados.¹¹⁵ (Grifos Nossos)

Nos testamentos estudados por nós, alguns testadores fizeram questão de deixar por escrito como queriam seu enterro, trazendo, às vezes, uma riqueza de detalhes. Dos 105 testadores, 53 (50,5%) fizeram indicações sobre como queriam seu funeral. Desses 53 temos a seguinte síntese: 08 (15,1%) deixaram o funeral a cargo do testamenteiro; 09 (17,0%) deixaram a cargo de familiares; 27 (50,9%) mencionaram que queriam seu enterro com simplicidade, sem pompas, pobre ou modesto; 06 (11,3%) mencionaram que queriam enterro com a devida decência; 01 (1,9%) mencionou que queria enterro de 2ª classe; 02 (3,8%) mencionaram que queriam enterro de 3ª classe. Chamam-nos a atenção os seguintes testadores apresentados no quadro a seguir:

QUADRO 15 - TESTADORES QUE DEIXARAM ESCRITO COMO QUERIAM SEU FUNERAL

TESTADORES	OBSERVAÇÕES SOBRE O FUNERAL
Anna Roza do Espírito Santo	Quer que seu funeral seja o mais modesto possível em atenção aos seus “minguados recursos”
João Nogueira Penido	Quer funeral o mais simples possível. Dispensa pompas; quer enterro pobre; dispensa convites e demais futilidades da vaidade humana. Quer ser carregado pelos filhos e genro e sepultado no jazigo onde está sua esposa. Quer ser carregado também pelo conselheiro Senador Lima Duarte, pelo Padre Las Casas, que ama como filho.
Philomena Hereber	Quer caixão simples feito na colônia (dos alemães), sendo proibidas flores e coroas. Quer um enterro simples com um sacerdote.
Manoel de Aquino Ramos	Não quer ser conduzido em carro para o cemitério, mas carregado à mão. Enterro com toda modéstia.
Coronel Luiz Gomes Braga (Br. de Cataguases)	Quer seu enterro de segunda classe. Quer ser sepultado em carneiro ou jazigo perpétuo. Quer o funeral com modéstia e conveniente decoro sem pompas fúnebres e ostentação. Quer que os amigos façam a caridade de carregar o seu corpo

¹¹⁵ NAVA, Pedro. *Balão Cativo*. Op. cit., pp. 78-79.

Lucas Augusto Monteiro de Barros	Quer funeral o mais modesto possível e simples. O caixão deverá ser de última classe e só serão convidados pessoas precisas para o acompanhamento que terão de carregar o caixão para fora de casa e no cemitério.
Francisco Furtado de Mendonça	Quer um enterro de 3ª classe, caixão carregado por 4 pobres. Quer ser enterrado em cova rasa e quer uma cruz de ferro na cova.
Maria Ignacia Barbosa	Quer enterro de 3ª classe com acompanhamento a pé, acompanhado de música.
Major Antonio Augusto de Carvalho	Quer que os pobres carreguem e acompanhem seu corpo à sepultura (deixou esmolas para distribuir aos pobres que fizerem isso).
Carlota Joanna da Silva	Quer um caixão tampado e carregado, acompanhado pela Associação das Damas do Sagrado Coração de Jesus.
Francisco José Kascher	Quer enterro com toda a simplicidade em cova rasa. Caixão tosco sem forro por fora.
Cel. Manoel Francisco de Lima Mattos	Quer que seus funerais sejam modestos. Evitar despesas inúteis com os funerais. Quer que seu esquife seja adornado com flores naturais. Dispensa missa de 7º dia e de aniversário. Prefere que o dinheiro seja distribuído aos pobres.
Josephina Cândida Penido	Quer o enterro o mais simples possível; Despendendo-se com ele o menos possível. Que seus parentes que queiram despende quaisquer quantias com flores para seu enterro, empregam-nos na celebração de missas para sua alma.

FONTE: AHUFJF. Testamentos diversos; Caixas 1A a 60A; Anos: 1850 a 1950.

Algumas observações merecem ser feitas. Não encontramos nenhum testador que desejou pompa fúnebre em seu funeral. Em todos os registros, ficou claro o desejo de que usasse da simplicidade. Importante mencionar a vontade de 3 testadores de que seus funerais tivessem acompanhamento de pobres para carregarem seus caixões. Tornou-se comum, em vista disso, deixar esmolas para eles. “Os pobres engrandeciam os funerais dos ricos, dando-lhes ainda a oportunidade de lavarem a alma com um ato de caridade.”¹¹⁶ Vemos ainda os registros daqueles que não queriam que seu corpo fosse conduzido por carro e sim um cortejo à pé. Outros mencionaram o desejo de que fossem carregado por familiares, parentes e amigos e, eventualmente, por pessoas de alguma associação religiosa. Temos ainda a vontade de que o funeral tivesse acompanhamento de música. Os músicos formavam pequenas e grandes orquestras que “tocavam mementos à saída do funeral da casa [na encomendação], e seguiam silenciosos o cortejo carregando seus instrumentos em uma das mãos e uma vela ou tocha na

¹¹⁶ REIS, João José. Op. cit., p. 153.

outra. Durante a missa de corpo presente, voltavam a tocar, frequentemente aumentados em número, agora incluindo organista e coro.”¹¹⁷

Alguns testadores também deixaram por escrito a quantidade de sacerdotes que queriam no cortejo de seu sepultamento. Por vezes, exigia-se mais de um religioso acompanhando o enterro, proporcionando mais pompa e religiosidade ao evento. Afinal, os padres constituíam-se os especialistas em salvação.¹¹⁸ Quanto maior a quantidade de representantes do sagrado junto ao corpo, maior a possibilidade da vitória contra as forças dos infernos, haja vista, que o demônio também ficava a espreita de uma luta contra os anjos e santos de Deus para arrebatá-los as almas dos pecadores.

As Constituições obrigavam a participação dos párocos — ou, em seu impedimento, de outros padres — na encomendação, acompanhamento e sepultamento de seus paroquianos. Estes deviam ser assistidos na morte pelo mesmo sacerdote que os havia assistido em vida. Mas um só padre podia ser insuficiente para evitar o desencaminhamento da alma.¹¹⁹

Muitos testadores exigiam a presença de um ou mais sacerdotes, como sugere o quadro a seguir.

QUADRO 16 - TESTADORES QUE PEDIRAM O ACOMPANHAMENTO DE SACERDOTES NO SEU ENTERRO

TESTADORES	OBSERVAÇÕES
Serafim Pereira de Bonfim	Pede ao sacerdote do lugar que faça o ritual e acompanhe o seu corpo até a sepultura (deixou uma esmola pra isso)
Anna Antonia	Pede que seu corpo seja acompanhado por sacerdote e que se passe em todos os altares laterais da Igreja
Francisco Alves Martins	Quer ser encomendado e acompanhado pelo pároco e mais sacerdotes que puderem
Maria Francisca da Conceição	Quer ser acompanhada pelo Cura da Capela do Espírito Santo do Piau
Pe. Francisco Manoel de Mendonça	Quer acompanhamento do sacerdote do lugar
Maria Jose Miquelina da Silva (Baronesa de Bertioiga)	O funeral deverá ser feito com possível decência, assistido pelo Reverendo Pároco e mais sacerdotes que possam concorrer a este ato, aos quais se convidará para dizerem missa de Corpo Presente, com a esmola de 3 mil réis para cada sacerdote
João da Silva Netto	Pede acompanhamento de dois sacerdotes
Jose Antonio da Silva Pinto (Barão de Bertioiga)	Quer seu funeral assistido pelo Reverendo Vigário e mais sacerdotes que puderem comparecer. Todos os sacerdotes presentes deverão dizer missas de corpo presente. Deixa para isso 3 mil réis de esmola para cada padre

¹¹⁷ Ibidem, pp. 153-154.

¹¹⁸ Ibidem, p. 141.

¹¹⁹ Ibidem, p. 142.

João Silveira Gomes	Quando morrer quer os sinais e os toques do sino da Igreja de acordo com o rito da Igreja. Quer que o corpo seja encomendado com toda simplicidade. Só exige este ato religioso sem pompa alguma.
Philomena Hereber	Quer um enterro simples com o acompanhamento de um sacerdote.
Antonio Manoel Pacheco	Quer um sacerdote para encomendar sua alma a Deus.

FONTE: AHUFJF. Testamentos diversos; Caixas 1A a 60A; Anos: 1850 a 1950.

Apenas 11 testadores, de um total de 105, fizeram questão de registrar o pedido da presença de sacerdotes em seu funeral. Praticamente todos eles fizeram seu testamento no século XIX. Apenas 1 caso foi registrado no século XX (Ano de 1902). Porém, o que nos chama a atenção é que alguns testadores deixavam esmolas para ser doadas aos sacerdotes que fizessem o acompanhamento. A testadora Anna Antônia (+1855) pediu que seu corpo fosse conduzido para a igreja e que o levasse em todos os altares laterais. Assim, os santos poderiam dar uma ajuda na salvação de sua alma. O testador João Silveira Gomes (+1883) pediu os sinais e os toques do sino da Igreja, como mandava o rito. Tocar o sino constituía também uma parte importante do ritual católico para anunciar a morte e a ressurreição da alma. Tornou-se, assim, o som fúnebre mais comum.

O som persuasivo [...] serve para ‘dividir e pontuar o tempo’, sendo por isso um símbolo ideal para marcar a morte, uma mudança temporal irreversível. Segundo a legislação eclesiástica brasileira, os doentes visavam fazer com que os fiéis se lembrassem da morte, pois assim nos reprimimos e abtemos dos pecados.¹²⁰

Mesmo num processo de transformações fúnebres porque passava a sociedade naquela época, alguns testadores estavam envolvidos pela atmosfera religiosa que ainda cercava os funerais.

Os tipos de caixões para os enterros também podiam ser mencionados nos testamentos. Os testadores, em grande maioria, demonstravam ter desapego e simplicidade. Os mais solicitados eram caixão de última classe, caixão tampado, caixão tosco e sem forro por fora, caixão simples.¹²¹ Também na colônia existia essa preocupação. Debret nos relata a existência de diversos tipos de esquifes.

Diversos tipos de esquifes

Distinguem-se nos serviços funerários brasileiros dois tipos de esquifes para exposição dos corpos, que são em geral enterrados com o rosto descoberto. O dignatário e o homem rico são depositados num caixão fechado por uma tampa de charneira; o cidadão de medíocre fortuna é transportado num caixão sem tampa. São os amadores que se encarregam da confecção dos caixões, cujo preço aumenta de acordo com o número e a largura dos galões de ouro e prata, finos ou falsos, à escolha, que os enriquecem. As cores adotadas nos esquifes são: preto com galões

¹²⁰ Ibidem, p. 154.

¹²¹ Cf. AHUFJF. Testamentos diversos; Caixas 1A a 60A; Anos: 1850 a 1950.

de ouro e prata para os homens; carmesim ou vermelho-escuro com galões de ouro para as mulheres casadas ou viúvas; azul-celeste agalado de prata para as moças; rosa ou azul-celeste agalado de prata para as crianças de menos de oito anos, os anjinhos.¹²²

Nos funerais daquele período, havia dois tipos de cortejos fúnebres: aqueles em que os caixões eram levados a pé, muitas vezes parte da exigência do testador, e outros em que os caixões eram levados pelo coche fúnebre. Este era encomendado pelas pessoas mais ricas e vaidosas que não abriam mão do luxo. O texto a seguir mostra com evidência a pompa fúnebre presente em um enterro em 1923 na cidade de Juiz de Fora.

Para mim, o que se passava ali na sala era um espetáculo triste, chocante, penetrado de mistério. No meio, o esquife com quatro castiçais, cada um com longas velas acesas, amigos e parentes em volta, rezando compassadamente e em voz alta. E ela, o centro de todas as atenções, coberta de flores, inerte.

Ao aproximar-se a hora do enterro, a casa encheu-se e a rua, nas proximidades, ficou lotada de gente das mais diversas classes sociais. Chega o coche fúnebre. Era uma carruagem preta, luzidia, com cortinas também pretas, bem trabalhadas e trazendo pendentes com pompons da mesma cor. Os cavalos chamaram-me a atenção, pois traziam o corpo coberto por um grosso filó e ostentavam, no alto da cabeça, longos penachos, tudo em preto. Com o correr do tempo, em enterros de meninas e moças, de meninos e rapazes, fui notando a diferença. No primeiro caso, era tudo branco, o caixão, o coche, os cavalos, etc. No segundo, tudo azul, exceção feita para os cavalos, é óbvio, que seria de cor aproximada. Assim é a vida. Assim é a morte. Tudo muda. Mas havia, naquela época, um quê de grave solenidade, de sacralidade, de mergulho no fundo do mistério.¹²³ (Grifo Nosso)

A pompa e o caráter solene ficam evidentes no enterro da avó do memorialista que escreveu esse texto. Havia ainda um quê de sacralidade e de mistério que rondavam aquele momento de finitude do ser. Mistério que ainda aumentava no momento da descida do corpo ao túmulo.

A cidade de Juiz de Fora presenciou um momento muito triste no ano de 1895 com a catástrofe que vitimou sete pessoas, dentre elas, o Bispo de Trípoli D. Luiz Lasagna, assunto já tratado em parte no primeiro capítulo. Todos os mortos foram velados na Capela de Nossa Senhora da Glória e enterrados no cemitério de mesma denominação. O Jornal Pharol noticiou da seguinte maneira o velório e o enterro:

HORRIVEL CATASTROPHE

O ENTERRO

Às 9 ½ da manhã já era enorme a massa popular no templo e immediações para assistir aos officios divinos e demaes ceremonias que o ellevado sacerdocio das illustres victimas exigia do nosso Ritual.

Às 10 horas, foi celebrada pelo revmo. Vigario dr. Venancio Café, acolytado por dezeseis sacerdotes a missa de “requiem” achando-se depositados na nave da

¹²² DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e história do Brasil: O Cerimonial da Extrema-Unção*. Disponível em: www.jangadabrasil.com.br/agosto60/finados. São Paulo. Acesso em 23/05/2008.

¹²³ BASTOS, Wilson de Lima. *Badalo do sino*. Op. cit., p. 124.

egreja da Gloria os corpos das victimas, na seguinte ordem: No centro, sobre o catafalco, o cadaver do illustre Bispo de Tripoli, achando-se sobre o seu caixão a Mitra e demaes insignias.

Aos lados Monsenhor Bellarmino Villamit, secretario do senhor Bispo; a superiora das salesianas, Irmã Thereza Rinaldi; a superiora da Santa Casa de Ouro Preto, irmã Petronila; Irmã Edewiges Gomes Braga e Julia Argentó.

Sobre os caixões viam-se muitas flores naturaes e artificiaes e grinaldas, offerecidas por diversas familias desta cidade.

Apos a missa, seguiram-se os officios e encommendação, acompanhados de organ, notando-se grande recolhimento nestes actos por parte de todas as pessoas, que enchiam litteralmente o templo.

Terminadas as cerimonias, o revmo. dr. Café proferiu uma tocante locução, lamentando o triste acontecimento.

Em seguida, sahiu da igreja o prestito funebre, sendo carregado o feretro do sr. Bispo de Tripoli os padres salesianos e o da Irmã Superiora pelas exmas. sras. d. Laura Duarte, d. Maria Tostes, d. Isabel Resende e d. Mariana Paleta.

Os demais feretros foram conduzidos por irmãos da Igreja da Gloria e outras pessoas gradadas.

Era enorme a multidão que formava o prestito, extraordinariamente augmentada pelas pessoas que, não podendo penetrar no templo, aguardavam a sahida dos feretros.

Na igreja viam-se as principaes familias desta cidade, primeiras autoridades civis e militares, representantes da imprensa, de associações diversas, e muitas pessoas gradadas.

Ao baixarem ás campas os restos das infelizes victimas da catastrophe de 6 de novembro, o sr. dr. Francisco Pinto de Moura proferiu um discurso funebre em nome do Estado de Minas, na qualidade de deputado estadual.¹²⁴

Certamente aquele momento ficou na memória da população de Juiz de Fora por longos anos, pois, além da pompa que sobrecarregou o ritual, contou-se com a presença maciça de populares e de diversas autoridades no acompanhamento do féetro, que se deu a pé.

Em Juiz de Fora, foi fundada uma empresa funerária que acabou por monopolizar os serviços fúnebres entre a população. Ela cuidava de toda a preparação, incluindo vestimentas, caixões, coroas de flores, coches fúnebres, catacumbas, dentre outras providências. Porém, algumas reclamações expressas no jornal “O Pharol” deixavam sérias dúvidas da qualidade dos serviços prestados pela referida empresa. Assim foi que no ano de 1893 o editor do jornal lastimou alguns fatos à população da cidade e ao poder público.

EMPRESA FUNERARIA

Mais de uma vez nos temos occupado da empresa funerária e o fazemos não para tecer-lhe elogios, mas para fazer reparos ao modo por que ella costuma desempenhar-se dos deveres inherentes ao serviço de que se acha encarregada.

Sabemos agora de dois factos, que muito depõem contra a maneira pela qual procede a referida empresa.

¹²⁴ AHUFJF. Pharol. 08/11/1895. Ano XXIX; Nº. 243.

Em dois enterros de pessoas conhecidas deu-se o desagradavel incidente de esfacelarem-se os caixões, a ponto de ser preciso amarral-os com cordas para supportarem o peso dos corpos!

É preciso que estes factos não se repitam. A empreza cobra quantias fabulosas e deve, portanto, fornecer caixões fortes e bem feitos para não se repetirem factos, como os que noticiamos.

O monopolio, aliás muito odioso, de que goza a empreza, não lhe deve aproveitar para mal servir o publico, que paga bem para ser bem servido.¹²⁵

Os caixões fabricados pela empresa se esfacelaram em dois enterros como mostra o texto. Parece que, no entanto, os corpos não chegaram a cair no chão, pelo menos não foi relatado isso. O fato foi encaminhado pela Diretoria de Polícia Municipal da cidade ao Agente Executivo do município de Juiz de Fora para que se tomasse as devidas providências junto à empresa e que não se permitisse passar por aquela situação tão desagradável. Fica evidente também que o monopólio, a que se refere o jornal, tornou-se atitude indesejável pela sociedade, pois os serviços não eram nada baratos.

4.4.2 – O sepultamento

Para proceder ao enterro de um cadáver era necessário primeiramente obter a ordem de sepultamento, geralmente expedida pelo sacerdote do lugar, por uma autoridade médica ou policial. Nos três exemplos a seguir apresentamos uma ordem de cada autoridade a fim ilustrar nossa fala:

1. Sepulta-se o cadaver de Bennedicto, escravo do Sr. Jose Maria de Aguiar, pardo, de 16 até 18 annos de idade, o qual falleceu de diarrheia chronica com ulcerações de intestinos, tendo sido visto e examinado, tratado pelo abaixo assignado Dr. em medicina da Faculdade do Rio de Janeiro.

Paraybunna – 13 de janeiro de 1865.

Dr. João Nogueira Penido.¹²⁶

2. Delegacia de Policia de Juiz de Fora, 29 de janeiro de 1872.

O snr. Administrador do Cemiterio Publico desta cidade pode dar sepultura ao cadaver do pardinho jeronimo, nascido depois da lei do Elemento Servil, filho de Vicencia, crioula, escrava do snr. José de Souza Lima, que a houve de Leão Hirsch, e este de Antonio José da Silva Pinto, o qual falleceo em consequencia d'uma congestão, sem suspeita alguma de crime. O que cumpra.

Antonio Luis de Miranda Ribeiro

Delegado de Policia em exercicio.¹²⁷

¹²⁵ AHPJF. O Pharol; 30/05/1893; p. 02.

¹²⁶ AHPJF. Ordem de sepultamento expedida pelo médico Dr. João Nogueira Penido. Caixa 21; série 116/1; 1865.

¹²⁷ AHPJF. Ordem de sepultamento expedida pelo Delegado de Polícia Antônio Luis de Miranda Ribeiro. Caixa 22; série 116/3; 1872.

3. Não tendo conhecimento do finado Bruno de Araujo, por isso mesmo não sabendo se professava a Religião Catholica, visto que falleceu sem receber os Sacramentos da Igreja, o snr. Administrador do cemiterio, verificando ser o mesmo catholico ordeno o seu enterramento no cemiterio catholico. Se porem for protestante, seja sepultado no cemiterio destinado p. as pessoas de religião oposta a catholica.

Juiz de Fora, 27 de Dezembro de 1874.

Vigário Tiago Mendes Ribeiro.¹²⁸

Nos três documentos anteriores fica evidente o caráter simples com que o sepultamento era tratado. As ordens eram expressas em papéis comuns, na maioria das vezes sem nenhum timbre oficial, levando apenas a assinatura de uma das autoridades do município, responsável pela expedição. Chama nossa atenção o terceiro documento, em que o sacerdote mostrou-se preocupado por não saber se o defunto professava a religião católica. Como o próprio administrador do cemitério público verificou ser ele católico, a ordem foi para dar sepultura no local reservado aos católicos. Porém, o vigário enfatizou que se o cadáver fosse de pessoa protestante, que se sepultasse no cemitério destinado aos não católicos.

Antes que realizasse o sepultamento, caso o testador tivesse pedido, o cortejo deveria parar na igreja para se proceder a segunda parte do ritual religioso: rezar a missa de corpo presente e dar continuidade às exéquias. O cortejo podia se encerrar ali mesmo, caso o sepultamento acontecesse dentro do templo ou seguia em direção ao cemitério.

O sepultamento era envolvido por diversos comportamentos ligados às crenças populares, e algumas pessoas aproveitavam o momento para fazer simpatias¹²⁹, rezas e pedidos para serem atendidos pela alma do morto. Em algumas regiões do Brasil acreditava-se que “quando uma pessoa jogar terra sobre o defunto na cova, deve pedir ao mesmo que lhe arranje um bom lugar no além. Se ele for para um bom lugar, arranjará; se para um mau quem pede está azarado. Bom é pedir lugar para o cadáver de um anjinho, pois este sempre vai para um bom lugar.”¹³⁰ Ou ainda, “ao jogar os três punhados de terra na cova, sobre o caixão, deve-se dizer de cada vez: ‘viva lá muito tempo sem nós’.”¹³¹ Noutras regiões havia a seguinte tradição entre aqueles que iam ao enterro de alguém: “deve, na volta, tirar toda a

¹²⁸ AHPJF. Ordem de sepultamento expedida pelo Vigário Tiago Mendes Ribeiro. Caixa 22; série 116/5; 1874.

¹²⁹ **SIMPATIA:** Em Folclore, a palavra “simpatia” desperta, de imediato, a imagem de um ritual que se põe em prática para a prevenção ou cura de enfermidades e outros fins não terapêuticos, ou se valendo de objetos mágicos portadores de virtudes ativas ou passivas. O ritual, nesse caso, poderá ser gestual, material ou verbogestual. Pode-se dizer que simpatia traduz em folclore a secularização da benzedura, está ao alcance de qualquer pessoa, que poderá fazê-la ou ensiná-la, sem perda de forças. É a magia doméstica ou particular, em que o interessado é o seu próprio mágico. Cf. WEITZEL, Antônio Henrique. Op. cit., pp. 10-11.

¹³⁰ Cf. ARAÚJO, Alceu Maynard. *Folclore Nacional*. Op. cit.

¹³¹ NEVES, Guilherme Santos. Op. cit., p. 139.

terra do sapato, senão o morto vem buscá-lo.”¹³² Se possível, “quem vai a um enterro tem que voltar rápido para casa, porque a alma do morto somente ficará em paz, quando todos estiverem dentro de casa.”¹³³ Algumas simpatias praticadas ainda na região da Zona da Mata mineira podem ilustrar bem tais atitudes presentes entre o povo.

1. Para tirar o medo: a pessoa medrosa deve beijar os pés de um defunto e dizer: **“Leva meu medo, que eu guardo o teu segredo!”**

NOTA: A pessoa não pode contar nenhum segredo do morto, que o medo voltará.

2. Para acabar com o vício da bebida: alguém da família coloca uma peça de roupa do viciado dentro do caixão e pede à alma do morto para acabar com o vício.

3. Para tirar o medo: A pessoa medrosa deve, ao morrer uma criancinha (anjinho), medir seu corpinho com um barbante e guardar essa medida consigo.¹³⁴

A convivência entre vivos e mortos fica evidente na passagem anterior. Há uma relação de comunicação e simbologia entre os dois mundos. A necessidade de confiança entre os mortos e os vivos fica bem expressa no texto.

Os tipos de sepulturas variavam bastante de acordo com os desejos e as posses do finado. Porém, para a Igreja, “o lugar em si da sepultura não devia ser tomado pelos fiéis como recurso salvífico, em detrimento de suas boas obras em vida e dos sufrágios por suas almas na morte.”¹³⁵ Antes do processo de retirada dos mortos dos templos, as sepulturas eclesiásticas tinham a seguinte distribuição: covas no chão, carneiros e as sepulturas perpétuas. As covas no chão eram assim:

Buracos retangulares, com oito a seis palmos de fundo, cobertas com pedra de lioz, mármore ou madeira. As covas eram numeradas, para evitar que fossem abertas aquelas recentemente usadas. Para ajudar o processo de decomposição, cobriam-se os cadáveres com cal. Em seguida jogava-se terra, que era socada com pesadas calceteiras.¹³⁶

Os carneiros constituíam-se em “cavidades longitudinais que formavam paredes, geralmente nos subsolos das igrejas. Além de abolir a proximidade entre mortos socialmente diferentes, os carneiros acabavam com o contato entre o cadáver e a terra.”¹³⁷ As sepulturas perpétuas eram “privativas de uma elite mandatária absoluta. [...] Além dos brasões nobiliárquicos, colocavam-se os títulos estamentais e funcionais com evidente objetivo de glorificação do morto.”¹³⁸

¹³² Ibidem.

¹³³ WEITZEL, Antônio Henrique. Op. cit., p. 120.

¹³⁴ Ibidem, pp. 13-22. Cf. também: Informações coletadas a partir de entrevistas e conversas com pessoas idosas da cidade de Juiz de Fora que presenciaram, no período o qual estamos pesquisando, comportamentos adequados aos mesmos tipos de crenças populares.

¹³⁵ REIS, João José. Op. cit., p. 172.

¹³⁶ Ibidem, pp. 174-175.

¹³⁷ Ibidem, pp. 178-179.

¹³⁸ Ibidem, pp. 182-185.

Em Juiz de Fora, não pudemos constatar essas divisões de sepulturas eclesiásticas na Matriz de Santo Antônio. Talvez pelo fato de ter existido ali somente as covas no chão, pois os assentos de óbitos não fazem referência sobre os outros tipos. Já, quando os sepultamentos foram transferidos para o cemitério público, aparecem diferentes tipos de túmulos. Destacam-se as covas rasas, terrenos para 5 a 100 anos, terreno perpétuo e catacumba, todos marcados com cruz e número.¹³⁹ Verifica-se, a partir de então, os desejos das pessoas podendo ser atendidas de acordo com seus registros deixados em testamentos ou as próprias famílias adquirindo o terreno perpétuo ou a catacumba, os dois tipos mais caros de sepultamentos para adultos, variando entre 120 mil réis e 500 mil réis.¹⁴⁰ Em 1911, o administrador do cemitério público apresentou o seguinte relatório sobre os tipos de túmulos ali existentes.

[O cemitério conta com] uma área de 11.620 m², contendo um número de:
 51 túmulos de 1ª classe
 391 túmulos de 2ª classe
 332 túmulos de 3ª classe
 88 carneiros
 29 gradis e 528 sepulturas rasas
 TOTAL: 1491, das quaes, 73 são perpétuas, existindo apenas 1 sepultura rasa perpetuada (com o nº 1120).
 1 Necroterio; 1 pequeno cruzeiro, e 2 portões de entrada.
 Juiz de Fora, 22 de agosto de 1911.
 Joaquim Leal Muniz Maranhã¹⁴¹

Dos 105 testadores utilizados por nós nesta pesquisa, apenas 6 mencionaram os tipos de sepultura na qual desejavam ser enterrados. O Dr. João Nogueira Penido (+1901) manifestou a vontade de ser sepultado no jazigo perpétuo onde estava enterrada a sua esposa.¹⁴² Esse era um desejo quase unânime dos cônjuges para assim permanecerem juntos na eternidade. Maria Moreira das Neves (+1901) também manifestou o desejo de ser enterrada junto com um parente, em Barbacena, porém, no jazigo de seu irmão.¹⁴³ O Coronel Luiz Gomes Braga (Br. de Cataguases; +1904) pediu para ser enterrado em carneiro ou jazigo perpétuo, não deixando mais informações.¹⁴⁴ Dois outros testadores, Francisco Furtado de Mendonça (+1912) e Francisco José Kascher (+1931) manifestaram os desejos de terem

¹³⁹ AHPJF. Tabela da Empresa Funerária de Juiz de Fora para cobrança de sepulturas, 1890. Caixa 143; Ref. 126.

¹⁴⁰ Cf. AHPJF. Tabela da Empresa Funerária de Juiz de Fora para cobrança de sepulturas, 1890. Caixa 143; Ref. 126.

¹⁴¹ AHPJF. Relatório apresentado pelo administrador do cemitério público de Juiz de Fora, 1911. Caixa 143; Ref. 129.

¹⁴² AHUFJF. Testamento de João Nogueira Penido. Cx 30A; Ref. 335A46; 1901.

¹⁴³ AHUFJF. Testamento de Maria Moreira das Neves. Cx. 29A; Ref. 336A40; 1901.

¹⁴⁴ AHUFJF. Testamento do Coronel Luiz Gomes Braga (Br. De Cataguases). Cx. 31A; Ref. 334A03; 1904.

funerais simples e de serem enterrados em cova rasa marcada com uma cruz de ferro.¹⁴⁵ A cruz, um dos símbolos do cristianismo, serve para indicar o local de uma sepultura cristã.¹⁴⁶ Merecem atenção especial os testamentos deixados pela Baronesa de Bertioga, falecida em 1863 e pelo seu marido, Barão de Bertioga, falecido em 1870, onde eles mencionaram as seguintes vontades:

Testamento com que faleceu D. Maria Jose Miquelina da Silva, Baroneza da Bertioga. [...] Se Deus fôr servido que eu acabe aqui minha existencia, quero ser sepultada, revestida com o habito de Nossa Senhora do Carmo **em uma das catacumbas que temos no adro da Matriz de Simão Pereira.**

Testamento com que faleceu nesta cidade Joze Antonio da Silva Pinto, o Barão de Bertioga. [...] Se meu fallecimento fôr nesta cidade, **quero que meu corpo seja sepultado na minha catacumba ao lado da milha mulher, e se por qualquer motivo não possa ser, quero que seja sepultado em uma catacumba a um lado da Capella de Nossa Senhora do Carmo** que pretendo fazer em terreno de minha propriedade chamado “Alto Macedo” ou no cemitério da Fazenda Soledade d’esta Freguezia, vestido com o habito e mais insignias da Ordem de Nossa Senhora do Carmo e de São Francisco de Paula.¹⁴⁷ (Grifos Nossos)

Marido e mulher sepultados juntos para a eternidade. Porém, seus sepultamentos não aconteceram em Simão Pereira, como queriam os dois, mas na Capela de Nosso Senhor dos Passos da cidade de Juiz de Fora, como fica claro no texto a seguir.

A Baronesa faleceu em 4 de agosto de 1863 e foi **sepultada na Capela dos Passos, ficando seu túmulo junto à parede lateral direita, ao lado do altar-mor.** [...] José Antônio da Silva Pinto, o Barão de Bertioga, faleceu em 6 de maio de 1870. **Foi sepultado ao lado de sua mulher na Capela dos Passos, sendo o seu túmulo o que fica mais próximo à parede dos fundos, ao lado do altar-mor.**¹⁴⁸ (Grifos Nossos)

Não sabemos os motivos que fizeram o Barão de Bertioga não cumprir o desejo da Baronesa de ser sepultada na Matriz de Simão Pereira. Porém, tudo indica que o próprio barão, falecido 7 anos após sua esposa, tenha permitido o sepultamento dela na Capela de Nosso Senhor dos Passos, pois ele foi o seu testamenteiro. Posteriormente, como demonstrou interesse que seu corpo ficasse ao lado dos restos de sua mulher, o testamenteiro do Barão de Bertioga fez cumprir sua vontade, sepultando-o em um túmulo ali na mesma capela. Estão até hoje naquela pequena igreja, construída pelo mesmo Barão de Bertioga, eternizados próximos do altar-mor.¹⁴⁹

¹⁴⁵ AHUFJF. Testamentos de Francisco Furtado de Mendonça. Cx. 37A; Ref. 335A34; 1912 e Francisco José Kascher. Cx. 57A; Ref. 331A02; 1931.

¹⁴⁶ AZZI, Riolando. *O Catolicismo popular no Brasil*. Op. cit., p. 20.

¹⁴⁷ Cópia dos testamentos de Maria Jose Miquelina da Silva (Baronesa de Bertioga) e de Joze Antonio da Silva Pinto (Barão de Bertioga). In: TRAVASSOS, Miriam. Op. cit., pp. 47-53.

¹⁴⁸ Ibidem.

¹⁴⁹ Ibidem, pp. 40-41.

Se, de um modo geral, os enterros dos cidadãos comuns eram marcados pela simplicidade, por outro lado, a pompa e a solenidade caracterizavam os enterros dos religiosos, principalmente se fosse da alta hierarquia. O cortejo fúnebre de D. Silvério Gomes Pimenta, Arcebispo da Diocese de Mariana, à qual pertencia a Igreja de Juiz de Fora, merece nossa atenção nesse sentido. O autor de sua biografia assim expressou a respeito:

[...]Levantaram altares para as Missas de Corpo presente, que foram celebrando, um após outros, os Conegos da Cathedral, professores do Seminario e mais Sacerdotes que se achavam, ou para isso vieram á cidade até final inhumação. Obedecendo-se ao Ceremonial dos Bispos, os funeraes do finado Dom Silvério tiveram as solemnidades exigidas pela dignidade de Principe da Egreja e pela grande vereração que lhe tinha o Brasil e especialmente sua Archidiocese. Fallecido na tarde de 30 de agosto, o seu cadaver ficou em camara ardente, exposto á veneração de todos, até a manhã de 2 de setembro, em que, após solemnisimo officio funebre, se fez o sepultamento no coro da Cathedral, entre as sepulturas de D. Viçoso e Dom Benevides, junto ao primeiro degrau da escada que sobe ao presbyterio. [...] No trajecto do prestito funebre, foram feitas as sete encomendações prescriptas. Os Conegos tomaram as alças do caixão funebre á entrada da Cathedral, levando-o ao rico catafalco armado no arco cruzeiro, com arte e esmero. [...] Monsehor Conego José Silverio Horta procedeu á encomendação á qual seguio a Missa Pontifical, officinando Dom Antonio Augusto de Assis, até então Auxiliar do finado Arcebispo de Marianna.. Terminada esta, fez a oração funebre o Conego João Pio de Souza Reis. Logo após tão comovente oração funebre [...] foram feitas mais cinco encomendações do Ceremonial dos Bispos, officinando na ultima Dom Antonio Augusto de Assis, com desapparecer logo sob a campa que o guardará até a ressurreição dos mortos.[...].¹⁵⁰

Vários registros de cortejos fúnebres eram mencionados nos jornais que circulavam em Juiz de Fora. Dependendo do segmento social da família e de sua influência na sociedade, o enterro tornava-se bastante concorrido. Vejamos o texto a seguir:

LUTO

Realizou-se hontem, ás 9 horas, com numeroso acompanhamento de carro, o enterro da exma. sra. d. Alanta de Araujo Alves, virtuosa consorte do conceituado professor dr. Alvaro Braga de Araujo.

O feretro sahiu da residencia da extincta, á Avenida Rio Branco, para a igreja matriz, onde foi encommendado o corpo e dahi para o Cemiterio Municipal.

Sobre o coche funebre viam-se ricas coroas, entre as quaes notamos as que traziam os seguintes dizeres de saudade:

“Saudades do corpo docente do Collegio Delfino Bicalho”; “Saudades de Antonica”; “Saudades de Manoelito e Zizinha”; “Á mamãe - saudades de Amair, Aracy e José”; “Á Alanta – saudades de Alvaro”; “Á querida Alanta – saudades de sua mãe e irmãos”; “Saudades eternas de seu sogro e cunhado”; “Á idolatrada Alanta – saudades de seus irmãos e padrinhos Aladir e Osvaldo.”[...].¹⁵¹

¹⁵⁰ OLIVEIRA, Aypio Odier de. Op. cit., pp. 118-119.

¹⁵¹ AHPJF. Diário Mercantil; Ano IV; Nº. 980; 09/04/1915.

As coroas de flores constituíam-se em rica expressão de carinho e de saudades para com a pessoa que fez seu passamento. Tais coroas eram adornadas com flores de diversos tipos e uma frase expressava o sentimento dos amigos ou de membros da família. O jornal ainda relatou as diversas pessoas que acompanharam o cortejo, totalizando em mais de cem, sendo que oitenta pertenciam à elite juizforana, incluindo, capitalistas, militares, políticos, empresários, profissionais liberais e jornalistas.

Outro cortejo que deixou marcas profundas na sociedade foi o enterro do Professor Luis Andrés. O jornal assim relatou o evento:

LUTO – DR. LUIZ ANDRÈS

Como noticiámos, falleceu hontem o sr. dr. Luiz Andrès, velho professor nesta cidade e eminente homem de sciencias.

O trespasse do dr. Andrès, que era queridissimo nesta cidade e muito conhecido em todo o nosso Estado, causou em Juiz de Fôra um profundo pesar.

[...] O seu enterro realizou-se hontem, ás 16 horas, com numerosissimo acompanhamento a pé.

Sobre o coche funebre viam-se lindas coroas de flores naturaes e artificiaes, entre as quaes notamos as seguintes, com estes expressivos dizeres: “Saudades dos alumnos da Academia de Commercio”; “Saudades de seus filhos”; “Saudades de Antonio Horta e Familia”; “Saudades de Carlos Barbosa de Familia”; “Saudades de Luiz, Anna e Antonio”; “Homenagem do professorado da Academia de Commercio.”[...].¹⁵²

O enterro do Professor Luiz Andrés foi acompanhado por centenas de pessoas a pé, dentre elas, o jornal destaca 175 personalidades incluindo políticos, intelectuais, doutores, militares, empresários, dentre outros. Também houve acompanhamento de representantes de instituições de ensino, das associações religiosas e de diversos sacerdotes que se encarregaram dos rituais religiosos.

A morte e o morrer em Juiz de Fora permitiam também a movimentação de um próspero comércio exercido por uma funerária, fato que já foi analisado neste trabalho. Porém, sob o ponto de vista cemiterial, existia ainda a possibilidade de se ganhar algum dinheiro construindo lápides e obras de arte em mármore próprias para cemitério.¹⁵³ Foi assim que aos poucos surgiram profissionais desta área para atender, principalmente, o público mais rico, pois não era nada barato mandar fazer adornos de estilos em cemitérios. Os jornais se encarregavam de divulgar a notícia através de anúncios pagos pelos próprios fabricantes:

PEREIRA & COSTA

COM OFFICINA DE MARMORE

Encarregão-se de fazer todo trabalho, pertencente a sua arte; ou de mandar vir de fôra, da Côrte ou da Italia assim como já se mandou vir o monumento de D. Francisca Angellica de Moura, que está no cemiterio de Juiz de Fôra, e esperamos

¹⁵² AHPJF. Diário Mercantil; Ano IV; N°. 988; 16/04/1915.

¹⁵³ Sobre arte cemiterial em Juiz de Fora: Cf.: COSTA, Fernanda Maria Matos da. Op. cit., pp.76-87.

breve um sortimento de marmore em bruto e trabalhos já feitos, e desenhos de diversos trabalhos para quem quiser escolher.
 JUIZ DE FORA – RUA DO IMPERADOR.¹⁵⁴

Também o poder público municipal arranjou uma forma de aumentar sua arrecadação através da morte. Em 1915 o presidente da Câmara mandou baixar a seguinte ordem:

CEMITERIO DA CIDADE E DISTRICTOS

De accordo com o art. 8º. das disposições geraes do Reg. N. 694 de 10 de outubro de 1914, e de ordem do exmo. sr. dr. presidente da Camara, avisa-se a todos os interessados que os terrenos occupados por tumulos no actual cemiterio da cidade e nos dos districtos, poderão ser adquiridos perpetuamente, mediante o pagamento da taxa fixa de cem mil réis (R\$100\$000), pagos no prazo de noventa dias (90), a contar desta data, findo o qual deverão ser demolidos os tumulos que não se tornarem perpetuos.

Os interessados que quizerem gozar dos favores desta resolução deverão requerer ao exmo. sr. dr. presidente da Camara dentro do prazo acima referido.

Juiz de Fôra, 28-04-1915.

O Administrador – *Hilario M. Horta*.¹⁵⁵

O problema era que nem todas as pessoas interessadas podiam pagar a quantia de cem mil réis e, por isso, alguns túmulos não puderam se tornar perpétuos. Na cidade e em alguns distritos de Juiz de Fora, aconteceram manifestações contrárias à ordem expressa pelo presidente da Câmara Municipal em função do baixo poder aquisitivo de algumas famílias, o que impossibilitava tornar os túmulos perpétuos. Uma petição dos habitantes do distrito de São Pedro de Alcântara foi enviada aos deputados federais Doutores Antônio Carlos e João Penido no ano de 1915 pedindo intervenção junto ao presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora para solucionar a questão.

DEMOLIÇÃO DE TUMULOS

Aos illustres deputados federaes drs. Antonio Carlos e João Penido dirigiram os habitantes de Souza Aguiar do districto de S. Pedro de Alcantara, deste municipio, uma petição assignada por cerca de duzentas pessoas, reclamando contra o acto da Camara Municipal que sujeita a demolição os tumulos que não forem declarados perpetuos, mediante requerimento da parte interessada e o pagamento da quantia de cem mil réis, em curto prazo.

A petição, que contem argumentos valiosos contra a Resolução Municipal com tanto rigor interpretada pelo poder municipal, consigna energico protesto contra a ameaça de demolição de tumulos que representam propriedade particular, e principalmente se refere aos cemiterios dos districtos, todos em inteiro abandono, nenhum cuidado merecendo do poder municipal, que ora quer transformar em fonte de renda eventual o leito dos mortos.¹⁵⁶

¹⁵⁴ BMMM. O Pharol; Ano X; p. 4; 12/10/1876.

¹⁵⁵ AHPJF. Diário Mercantil. Ano IV; N°. 1014; 19/05/1915.

¹⁵⁶ AHPJF. Diário Mercantil. Ano IV; N°. 1083; 06/08/1915.

A denúncia do jornal fica expressa na última frase, acusando o Poder Público de transformar em fonte de renda o leito dos mortos, desrespeitando, dessa forma, o vínculo entre eles e os vivos. Outro agravante era o abandono em que se encontravam os cemitérios, principalmente os dos distritos, locais em que o poder municipal não oferecia nenhum cuidado especial. Parece, porém, que a questão dos túmulos foi solucionada com uma resolução da autoridade municipal para conceder gratuitamente a perpetuidade dos mesmos às famílias de menores rendas, ato que ficou registrado assim no relatório da Câmara Municipal de 1915: “[...] Tem sido concedida a perpetuidade de terrenos ocupados por tumulos no cemiterio da cidade e districtos, de accordo com o art. 8º. da Res. n. 694. Essa medida muito contribuiu para que os menos favorecidos da fortuna pudessem honrar a memoria dos que lhes são caros.”¹⁵⁷ A dignidade, honra e o respeito à memória dos mortos puderam ser assim contemplados pelas famílias. A paz e o descanso dos mortos é o maior desejo daqueles que permanecem vivos, agora enlutados na solidariedade, vivendo a dor e a ausência que a morte provoca.

Após esse estudo sobre a morte em si e suas principais questões, veremos no capítulo seguinte que a relação entre vivos e mortos não se encerrava no túmulo, ao contrário, a família ainda mantinha estreitas ligações com o finado, pois era a hora de fazer cumprir suas vontades expressas, sobretudo, no testamento. A hora do luto é a da expressão da tristeza, solidão e dor em homenagem àquele que partiu. Procurava-se também cumprir os desejos do finado em relação aos sufrágios por sua alma, às esmolas para os pobres e as doações para a Igreja e para as instituições de caridade, momento de se fazer uma reflexão a respeito de sua espiritualidade e sua devoção, e da religiosidade presente no seio da família. Teremos a oportunidade também de perceber a situação financeira do finado a partir da redação testamental, pois seus bens eram ali descritos e partilhados entre os familiares, parentes e amigos.

¹⁵⁷ AHPJF. Diário Mercantil. Ano IV; Nº. 1102; 28/08/1915.

5 — POST-MORTEM: O LUTO E AS PRESTAÇÕES DE CONTAS

5.1 – O significado do luto

5.1.1 - O luto em família

Grande parte das atitudes perante a morte e o morrer foram introduzidas no Brasil pelos colonizadores portugueses. Posteriormente, com a chegada dos negros, alguns elementos também se incorporaram à prática e foram se adaptando à população de cada localidade. Com relação ao luto, também podemos dizer que os colonos trouxeram seus comportamentos já enraizados na metrópole pela tradição e exigência da ocasião. Exemplo disso foi o momento vivenciado pelos portugueses na morte do rei D. João IV. O Estado apresentou minuciosamente aos súditos como eles deveriam se vestir no luto.

Quando D. João IV faleceu em 1656, a metrópole detalhou a vestimenta que a população deveria envergar.

O luto que se há de trazer por todos os vassallos deste reino hão de ser capuzes cortados de baeta grossa, e quando não haja, de outra virada do avesso. E os que tiverem possibilidades com carapuças, e os mais a este semelhar suas mulheres. Os piões terão pelo menos carapuça de baeta, e as mulheres mantilhas tintas de negro: os capuzes se poderão aliviar passados três meses, e o luto se aliviará passado um ano, e durará aliviado um ano mais.¹

O luto constitui talvez um dos momentos mais solitários vivenciado por alguém que passa pela experiência da perda através da morte. Não que os outros momentos não o sejam, mas é no luto que a dor aparece mais intensa, porque é a hora de experimentar o “*viver sem o*

¹ ALVAREZ, José Mauricio Saldanha. Na tumba dos ricos ou no esquife dos pobres: representar a ordem da vida e a da eternidade no Rio de Janeiro colonial. In: *Novo Mundo*. Rio de Janeiro: 2007, nº 7; s/p.

outro”. O morto já não existe mais como ser humano. Restam a memória e a saudade. Nenhuma palavra que sai da boca dos homens contribuirá para acalantar a tristeza do enlutado. O tempo, porém, será o maior auxílio para a família. É ele quem vai reestruturar a vida dos parentes e dos amigos que ficaram. De acordo com João J. Reis, o luto tinha variadas funções:

O luto doméstico seguia uma série de preceitos com múltiplas funções: expressar prestígio social, mostrar a dor, defender a família enlutada de um retorno do defunto. Exatamente como em Portugal, não se dizia o nome de quem morria, falava-se do Morto, do Defunto, do Falecido. A viúva, especialmente, não pronunciava o nome do marido, referindo-se a ele como “meu defunto”, para reafirmar sua nova condição.²

A nova condição de ser viúvo ou viúva tinha que ser demonstrada na sociedade como um sinal de respeito e prestígio. O comportamento social a partir dessa nova situação deveria ser mais moderado.

Segundo Ariès, o luto na Europa nem sempre foi praticado da mesma maneira. Assim como as atitudes diante da morte ia se reestruturando, o luto também passou por significativas mudanças no decorrer da história.

Aproximadamente desde o século XII, o luto excessivo da Alta Idade Média efetivamente ritualizou-se. Começava apenas após a constatação da morte e traduzia-se por uma indumentária, por hábitos e por uma duração fixados com precisão pelo costume.

Assim, do fim da Idade Média ao século XVIII, o luto possuía uma dupla finalidade. Por um lado, induzia a família do defunto a manifestar, pelo menos durante um certo tempo, uma dor que nem sempre experimentava. Esse período podia ser reduzido ao mínimo por um novo casamento precipitado, mas nunca era abolido. Por outro lado, o luto tinha também o efeito de defender o sobrevivente, sinceramente submetido à provação, contra os excessos da dor, pois impunha-lhe um certo tipo de vida social, as visitas de parentes, vizinhos e amigos que lhe eram feitas e no decorrer das quais a dor podia ser liberada sem que sua expressão ultrapassasse, entretanto, um limite fixado pelas conveniências.³

Porém, no século XIV, uma mudança radical na tradição pôde ser percebida. A peste e o temor da morte romperam com o ritual de passagem, apesar de o luto ainda ser manifestado. Mas tornou-se uma representação patológica, visando à afirmação individual do morto.

As pessoas morrem sem servos e são enterradas sem padres, o pai não visita o filho, nem o filho o pai; a caridade está morta e a esperança abatida. E as forças dos vivos não eram suficientes para enterrar os mortos. O que aterroriza acima de tudo é a morte solitária, a morte sem rito. Porque se corre o risco de não ir para o Paraíso, mas, sobretudo porque se rompe uma tradição, uma continuidade asseguradora. Ora, a função fundamental dos ritos funerários, não nos esqueçamos, é

² REIS, João José. Op. cit., p. 132.

³ ARIÈS, Philippe. Op. cit., p. 71.

precisamente assegurarem uma continuidade, dando aos mortos um lugar, o “seu” lugar, tanto no espaço que lhes está reservado (o cemitério, a igreja) como na memória coletiva e individual dos vivos. Os funerais fazem do defunto, do homem que se leva à terra um ser imaginário, um antepassado. *E esse trabalho do luto consiste em realizar ritualmente essa separação dolorosa, dando ao morto esse novo estatuto que ele não pode adquirir plenamente senão juntando-se aos próprios antepassados no cemitério.*

A epidemia, como as migrações e o desenraizamento cultural ou geográfico, porém de modo mais nitidamente apocalíptico, impede os ritos de funcionar e transforma os habitantes das cidades em órfãos inconsoláveis da perda de seus *patres*. *O luto torna-se então patológico. A representação piedosa e macabra que os testadores criam cada vez mais em torno de sua própria morte visa mais afirmar a individualidade daquele que se leva à terra do que a organizar ritualmente a separação entre o defunto e os vivos. E o lugar que assume o corpo no conjunto das práticas funerárias faz sobressair um narcisismo exacerbado.*⁴ (Grifos Nossos)

A ritualização do luto, a partir do século XII, acabou por minimizar as atitudes de exageros presentes nos séculos anteriores. Porém, ele nunca deixou de ser manifestado em nenhum momento, mesmo durante os tempos de medo que vigorou no século XIV. Quando chegou o século XIX, as manifestações de luto retornaram aos excessos vivenciados na Alta Idade Média.

Ora — e este é um ponto muito importante —, no século XIX esse limite não mais foi respeitado, o luto se derrenola com ostentação além do usual. Simulou até não estar obedecendo a uma obrigação mundana e ser a expressão mais espontânea e mais insuperável de uma gravíssima dor: chora-se, desmaia-se, desfalece-se e jejuava-se como outrora os companheiros de Roland ou de Lancelot. É como um retorno às formas excessivas e espontâneas — ao menos na aparência — da Alta Idade Média, após sete séculos de sobriedade. [...].

Esse exagero do século XIX tem um significado: os sobreviventes aceitam com mais dificuldade a morte do outro do que faziam anteriormente. A morte temida não é mais a própria morte, mas a do outro.⁵

Os exageros do luto que ficaram caracterizados no século XIX não se procederam na centúria seguinte. Pelo contrário, iniciou-se aí um comportamento voltado para a condenação do luto, e sua prática tornou-se uma atitude solitária e vergonhosa.

As manifestações aparentes de luto são condenadas e desaparecem. Não se usam mais roupas escuras, não se adota mais uma aparência diferente daquela de todos os dias. [...]

Dentro do círculo familiar ainda se hesita em desabafar, com medo de impressionar as crianças. Só se tem o direito de chorar quando ninguém vê nem escuta: o luto solitário e envergonhado é o único recurso, como uma espécie de masturbação — a comparação é de Gorer.⁶

⁴ BRAET, Herman; VERBEKE, Braet (eds.). Op. cit., pp. 127-128.

⁵ ARIÈS, Philippe. Op. cit., pp. 71-72.

⁶ Ibidem, p. 87.

De qualquer maneira que se praticava, observamos que as pessoas que vestiam o luto seguiam um conjunto de atitudes apropriadas para a ocasião. Ele era parte integrante do ritual da morte. O luto promovia a solidariedade entre as pessoas e as reintegravam na sociedade. Ao mesmo tempo auxiliava o morto a fazer a passagem para o Paraíso de maneira plena.

Na realidade, [o luto] é um estado de margem para os sobreviventes, no qual entram mediante ritos de separação e do qual saem por ritos de reintegração na sociedade geral (ritos de suspensão do luto). Em alguns casos este período de margem dos vivos é a contrapartida do período de margem do morto. A terminação do primeiro coincide às vezes com a terminação do segundo, isto é, com a agregação do morto ao mundo dos mortos.

[...] Durante o luto os vivos e o morto constituem uma sociedade especial, situada entre o mundo dos vivos, de um lado, e o mundo dos mortos, de outro, da qual os vivos saem mais ou menos rapidamente conforme fossem mais estreitamente aparentados ao morto. Por isso as estipulações do luto dependem de grau de parentesco e são sistematizadas de acordo com o modo especial como cada povo determina este parentesco (paterno, materno, de grupo, etc.).⁷

A sociedade especial de que fala Gennep é, na verdade, um momento em que é possível perceber uma relação muito próxima entre vivos e mortos, pois os familiares aproveitam o estado de dor e sofrimento para ficarem mais próximos das “coisas” que pertenciam ao finado: seus objetos pessoais, suas roupas, móveis, dinheiro, jóias, fotos, etc. Tudo que lembrava o morto tornava-se, por vezes, sagrado para os familiares, quase intocável. Porém, em alguns casos, chegava a provocar um sentimento inverso, de distanciamento e de temor. Manipular os objetos do finado trazia ainda a lembrança e a saudade, muitas vezes carregadas de lágrimas, lamentações e incertezas.⁸

Estudando o caso brasileiro no século XIX e XX, alguns autores puderam resgatar os comportamentos vivenciados pelas pessoas durante o tempo de luto. Como forma de compreensão geral do assunto e a título de comparação, apresentamos dois textos de conteúdos significativos a respeito do assunto. O primeiro deixa evidente a cor predominante durante o luto e como eram os comportamentos dos adultos e das crianças. O segundo, mais completo, possibilita um entendimento mais minucioso com relação às atitudes das pessoas que acabaram de perder um ente querido.

1 - Quando morre alguém na família, todos colocam luto. Se é o pai ou a mãe, até crianças de braço são trajadas de preto. Mesmo quando morrem crianças, os pais usam luto. É, portanto, muito comum tal uso. Tingem todas as peças de roupa - as de cima e as de baixo. É impressionante o número de pessoas de luto: pessoas de idade, mulheres e crianças. Guardam luto de parentes e até de compadre. De pai e mãe - luto fechado durante um ano, aliás, não há luto aliviado. O luto é camisa e calças pretas. As mulheres de vestido todo preto. Acreditamos que seja também uma roupa mais prática, pois a sujeira pouco aparece.

⁷ GENNEP, Arnold Van. Op. cit., p. 127.

⁸ Cf. BASTOS, Wilson de Lima. *Badalo do sino*. Op. cit. ; _____. *Ao troar dos canhões*. Op. cit.

Luto por parte de filho, sendo casado ou maior, guardam seis meses. De filhos antes dessa idade, apenas três. De tio, avós, três meses. De irmão, seis meses. De compadre que se quer bem, três meses. Quanto aos pobres também é assim.⁹

2 - Já se pôs de luto e por todos. A ordem geral era "botar luto". A ética marcava os meses e os anos da duração do sentimento. Viúvo e viúva possuíam um código verdadeiro cinturão de aço, que quase tornava o cônjuge sobrevivente numa espécie de sombra do falecido. O luto tinha de ser *fechado* e fadado a continuar até o resto dos seus amargurados dias.

Luto *fechado*, no conceito reinante, consistia em vestido negro, negríssimo com gola subida, mangas compridas, e o comprimento da saia o mais fora da moda possível, longo, longo, muito longo. Barras de espesso crepe, preto retinto, recobriam a parte inferior da saia, subindo em recortes consoante o gosto de cada qual, pelo casaco invadindo a gola e punhos. Luvas pretas, sapatos pretos, cabo de guarda-sol preto. Isto para a mulher.

Para o homem era terno preto, camisa branca ou branca com riscas pretas, abotoaduras dos punhos e botões do peito da citada camisa bem pretinhos, gravata preta. Meias e botinas pretas. *Fumos* pretos na manga do paletó preto. Era um nunca acabar de tanto preto. Além de tudo, o colete.

Havia o luto *fechado* sem ser pesado em que o crepe não aparecia nas vestes femininas sendo substituído por requifes também pretos. Quanto aos homens dispensava-se apenas o fumo do braço, mas tendo que conservar o que cobria a fita do chapéu. [...]

Luto de marido ou de mulher durava a vida toda, salvo se casasse de novo. Para pai e mãe um ano fechado, sendo seis meses com crepe. Irmão e irmã obrigava a seis meses fechado e seis meses aliviado. Tios e sobrinhos, três meses fechado, três meses aliviado. Primos, compadres e amigos diletos três meses aliviado. Parente longe ou amigo por quem se precisasse dar uma satisfação ao público cabia um *fumo* no braço e outro no chapéu para os homens, contas e argolas pretas para as mulheres.

Havia o *chorão*. O chorão no luto de pai e mãe era preso ao chapéu de jeito que caísse sobre um dos ombros apenas. Cabe dizer que o chorão era um véu de gaze, voale ou outra fazenda mole. No luto de marido, o chorão caía sobre as costas, complementando o véu que cobria a face da viúva. Viúva não podia sair de cara descoberta. Se não tinha chapéu, envolvia a cabeça numa mantilha ou xale preto.

Viúva que aliviasse luto antes do tempo, sem obedecer três anos de completo negror, dava que falar. Se vestia lilás, roxo, cinza ou moldes muito no rigor da moda, demonstrava estar de casamento em vista ou ter sido desviuvada de forma ilícita.

Viúva honesta tinha de vestir preto e desistir de vida mundana. Se depois de certo tempo, dez ou quinze anos, freqüentava casas de amigas em dias de festa, ficava discretamente sentada no quarto da sala, sem participar das alegrias gerais. O viúvo também ficava obrigado à roupa preta e às mesmas obrigações de retiro.¹⁰

Percebemos o quanto as regras para se guardar o luto eram rígidas, principalmente com as mulheres. Porém, há que se destacar que tanto viúvos quanto viúvas tinham que cumprir o ritual para o resto da vida, com exceção para aqueles que contraíssem novo matrimônio.

⁹ ARAÚJO, Alceu Maynard. *Medicina rústica*. Instituto Nacional do Livro, 1977, s/p.

¹⁰ VIANA, Hildegardes. *A Bahia já foi assim – crônicas de costumes*. 2ª ed. Brasília, Ed. GRD, 1979, s/p.; Cf. também: REIS, João José. Op. cit., pp. 132-134.

Os dias de luto constituíam-se os mais penosos para se viverem. Os familiares ficavam abalados. Não conseguimos coletar para nossa pesquisa dados que demonstrem uma riqueza de detalhes, porém, pudemos nos deparar com alguns autores que participaram da dor do luto pela perda de um membro da família. O texto a seguir reproduz um desses momentos vividos pelo autor a partir da morte de sua avó em 1923 em Juiz de Fora.

Assim acabou-se para nós um tempo imensamente feliz. A falta que ela fez foi imensa, pois, enquanto viva, a luta era repartida entre ela e mamãe, sobrando tempo para muita coisa boa que deu à minha primeira infância um toque de tanta alegria.

Os dias que se seguiram foram longos, sofridos, pesados. Tia Mercedes, que acompanhara tudo de perto e assistira ao momento trágico, estava abaladíssima e assim permaneceria por muito tempo, para o que foi necessário recuperar-se na casa das tias, no Rio de Janeiro.

Mamãe, aos poucos, foi abrindo malas, caixas, arquivos da querida finada. Eu, que estava sempre nas proximidades, de vez em quando me assustava com uma sua exclamação ao encontrar algo que mexia fundo em suas recordações. A sorte é que parentes e amigos se revezavam nas atenções, fazendo companhia da manhã à noite.

[...]

Revirando tudo, aos poucos foram ordenados os papéis relativos à casa que vovó acabara de construir, a que dera tanto amor e em que depositara tanta esperança, mas que, por ironia do destino, fora apenas um sonho. Terá que ser levada a inventário e partilhada entre os três filhos: minha mãe, tia Mercedes e tio Waldemar.

Fomos até lá. Era e ainda é o nº 508 da mesma Rua Antônio Dias. Os primeiros momentos foram de impacto, porque sua presença era sentida em todos os cantos, dentro de casa e no quintal, onde as árvores frutíferas por ela plantadas e já bem desenvolvidas, pareciam dizer: —“Foi ela quem me plantou!”

[...]

Cedo, já estávamos todos prontos, mamãe e tia Mercedes de luto fechado, tudo preto da cabeça aos pés, o que ressaltava a beleza do tom alvo de suas faces. Eu e Filhinho com calça preta e camisa branca, trazendo na manga a tarja negra do luto. Do mesmo modo as meninas com suas saias, sapatos e meias pretos.¹¹

(Grifos nossos)

Observa-se que os membros de sua família estavam desnorreados após o enterro e o início do luto. Abrir as caixas, malas e os arquivos da finada traziam sempre uma lembrança viva. Percebe-se o vestuário do luto presente entre os familiares. A cor preta predominava no luto fechado entre os adultos. Já as crianças também eram mantidas no luto, porém, de maneira parcial, sem o rigor do ritual. Calça preta e uma tarja da mesma cor sobre a camisa branca. O preto sempre ressaltava o sentido simbólico da morte, estabelecendo no seio da família novos comportamentos exigidos pela ocasião. Evitava-se qualquer manifestação de alegria, de festejo e de cantoria. Foi assim que a filha da finada celebrou seu aniversário, um mês depois da morte de sua mãe: “No dia 29 de janeiro, aniversário de mamãe, ela se manteve

¹¹ BASTOS, Wilson de Lima. *Badalo do sino*. Op. cit , pp. 125-126.

em severa discrição, evitando qualquer manifestação a este respeito, mas, mesmo assim, teve de receber os sogros, os cunhados e os amigos mais íntimos.”¹²

Outro momento de grande dor diante da perda de uma pessoa constituía-se aquele em que a esposa, achando-se grávida, ficava viúva. O desespero era, com certeza, o primeiro sentimento a vir à tona. Pedro Nava relata que sua mãe ficou viúva em 1911 e encontrava-se grávida de nove meses do quinto filho. Assim, ela tomou a decisão de sair do Rio de Janeiro e ir para Juiz de Fora, onde a criança nasceria. Sua opção seria uma maneira de se afastar do local onde vivera com seu marido e assim fazer com que os dias de luto não fossem tão melancólicos. A cor preta do luto também predominava em suas vestes

Com a morte de meu pai [...] minha mãe queria ir para Juiz de Fora, para a companhia da Inhá Luísa, mas desta não havia notícias. [...] Foi assim que tivemos, para subir o Caminho Novo, a companhia e o amparo desse gentil-homem (Lafaiete Modesto). Urgia o embarque porque a viúva estava no nono mês de gravidez e queria que a criança póstuma nascesse às mãos da Senhorinha e do Almada Horta. [...] O trem saiu apitando e da janela demos adeus às tias e a uma página da porca da vida. Minha mãe, coroada pelo chorão, sentou-se no fundo, de frente para a máquina e para Minas Gerais, abraçando dois filhos de cada lado e trazendo o quinto na barriga. Estava enorme, inchada, e toda vestida de negro.¹³

Em algumas famílias, o luto só se completava com o processo de se desfazer dos pertences do finado a fim de tentar reestruturar a vida dos familiares. Limpar as gavetas, esvaziar as caixas e os baús tinham um caráter simbólico também de permitir que o morto fizesse a passagem por completo para o além. Qualquer objeto que reportasse à lembrança do finado era motivo para se desfazer dele. Em algumas famílias mais abastadas, procurava-se ainda vender ou leiloar as peças mais valiosas. Alguns até mesmo mudavam da casa ou da cidade. Qualquer atitude que afastasse a lembrança do morto tinha validade para minimizar a dor e o sofrimento.

O relato a seguir demonstra bem como um homem viúvo procurou reestruturar sua vida e a de seus familiares, tomando atitudes rígidas para não ter que conviver com os pertences de sua esposa, recém falecida.

Com sua voz calma e pausada, ele expunha às filhas debulhadas o que pretendia fazer. Íamos todos nos mudar para Belo Horizonte. Vida nova, tudo novo. Não! Não se leva nada. Cada uma que escolha um ou dois móveis, como lembrança da Maria Luisa porque eu vou vender o resto e passar o martelo nessa cacarecada toda. Tudo em leilão. [...]

Depois da missa do trigésimo dia, tudo se precipitou. O Paleta muito mudado, muito amável com o sogro torto e as cunhadas, trazia minha mãe nas palminhas. Muito acessível, aconselhou a todos como proceder com relação aos bens de sua finada sogra. O Major ficaria aquinhoado com quatro sesmarias do Halfeld, as

¹² Ibidem, p. 128.

¹³ NAVA, Pedro. *Baú de Ossos*. Op. cit., p. 441.

apólices, as casas da Serra e a metade do 179. A outra metade do sobrado, para a Dona Hortênsia. A Dona Risoleta teria a casa de Belo Horizonte. O que ele, Paleta, queria era dar parte livre e melhor à Dona Diva, por ser viúva: a casa nova construída nos terrenos do 177 e mais o pedaço correspondente da chácara que ia até à Rua Santo Antônio. Ele e a mulher ficariam com os lotes restantes e duas sesmarias em Antônio Dias abaixo. [...]

Também as jóias de minha avó foram distribuídas, levando-se em conta que quase todas tinham vindo do Halfeld e portanto a Halfeld deviam voltar. Do restante, a melhor parte enfeitaria a filha solteira. O sobranço, nem era sobranço porque ela já tinha dado em vida, à filha predileta. ***Você, Diva, viúva, não precisa jóias. É até esquisito você aparecer por aí, toda emperiquitada feito a Zezé. Fica com o anel de esmeralda, a volta de pérolas, a cruzinha de brilhantes e os camafeus de que mamãe gostava tanto.*** E lamba-se que já é um lembrança. A canga fez-se para o boi e minha mãe concordou. Mas estou me adiantando demais e contando coisas que, àquela ocasião, estavam nos limbos. O que interessa é que veio o leilão. Vi a casa invadida, uma multidão dentro de nossa mais absoluta intimidade — como porcos pisando na vida da gente. Os gritos do leiloeiro, o quem dá mais? Quem dá mais? Minha bicicleta arrematada, eu a pé, as marteladas, os turíbulos espalhados, os cibórios dispersados, a ara quebrada, os altares derrubados e a Inhá Luísa morrendo outra vez, outra vez, outra vez — a cada lance que demolia o Templo. Nossa mudança para Belo Horizonte ficou marcada para o dia 25 de dezembro de 1913. Natal. Uma família acabava na Rua Direita. Uma família recomeçava em Belo Horizonte. Natal.¹⁴ (Grifos Nossos)

A distribuição dos bens entre os familiares e o leilão que ocorreu na casa da Rua Direita foram atitudes que visavam uma mudança radical. Uma vida nova deveria recomeçar em Belo Horizonte, como bem disse o viúvo. Destaca-se, ainda, sua fala em que ele expressou um comportamento comum para a época: sua filha Diva, também viúva, não deveria usar as jóias que herdaria. A busca da simplicidade e do desprendimento constituía-se em atitudes benéficas e fundamentais para mostrar a vivência do luto.

Vimos nos capítulos anteriores que a morte poderia ser um bom motivo para se ganhar dinheiro. Também o luto possibilitou o surgimento de um negócio lucrativo para algumas pessoas. Caso a morte fosse repentina e a família não tivesse o vestuário adequado para o luto, isso não se constituía um problema, pois existiam na cidade empresas especializadas em tintura de roupas. Assim, em 24 horas, o luto poderia se iniciar. Vejamos a notícia divulgada em jornal da época, fazendo a propaganda da atividade.

LUTO EM 24 HORAS

Vestidos tintos em qualquer côr.

Lavagem chimica de toda e qualquer fasenda, obtem-se na TINTURARIA COMMERCIAL.

Rua Baptista de Oliveira, 342 — Attende-se a chamadas pelo telef. 492.¹⁵

¹⁴ NAVA, Pedro. *Balão Cativo*. Op. cit., pp. 79-81.

¹⁵ AHPJF. Diário Mercantil; Ano XII; N° 3779; 08/01/1924.

É bastante provável, porém, que em todas as famílias, pelo menos as mais ricas, existia no fundo do baú alguma peça de roupa de cor preta, pronta para a ocasião. É bem plausível também que tal cor predominava no vestuário habitual, pois ela simbolizava o luxo e a ostentação.

5.1.2 - O luto na sociedade

A manifestação do luto em sociedade também tornou-se um comportamento praticado pelas pessoas que vivenciavam a morte de algum parente, amigo ou uma personalidade de referência política ou social. O luto de conotação pública vigorava nas repartições governamentais, nas empresas, no comércio, nas escolas e no contexto da sociedade como um todo. Dependia do status social do indivíduo que acabara de morrer. O sinal de respeito para com o morto se verificava no encerramento das atividades comerciais, no acompanhamento do velório e do enterro. Posteriormente, as pessoas procuravam participar das missas em memória do finado.¹⁶

Foi dessa maneira que aconteceu quando foi divulgada a notícia da morte, velório e enterro do Barão do Rio Branco, um importante estadista brasileiro. A repercussão de seu falecimento foi sentida em Juiz de Fora e no resto do Brasil. Reproduziremos a seguir a passagem que anunciou a sua morte.

O BARÃO DO RIO BRANCO
A NAÇÃO PERDE O SEU MAIOR DIPLOMATA
Depois de uma demorada agonia faleceu hontem ás 9 horas da manhã o grande estadista.
MANIFESTAÇÕES DE PEZAR.
Veste-se de pesado luto a patria brasileira.
Desappareceu do scenario da vida o vulto proeminentissimo de José da Silva Paranhos, o barão do Rio Branco, querido e venerado por quantos nasceram sob este abençoado torrão.¹⁷

Noutra passagem no mesmo jornal, podemos observar o comportamento enlutado que vigorou na sociedade.

MANIFESTAÇÃO DE PEZAR
A noticia da morte do Rio Branco echoou dolorosamente em nossa cidade. Logo que a noticia foi conhecida, varios estabelecimentos commerciaes hastearam a bandeira nacional em funeral.
O mesmo fizeram as repartições publicas.

¹⁶ Cf. AHPJF. Diário Mercantil; Jornal do Commercio; BMMM. O Pharol; AHUFJF. O Pharol. Há nesses jornais diversas notícias a respeito da morte e do luto praticado em sociedade, convocando a população para as manifestações de solidariedade e pesar.

¹⁷ AHPJF. Diário Mercantil; Ano I; Nº 18; 11/02/1912.

Alguns estabelecimentos, entre os quaes, o Banco de Credito Real de Minas Geraes, cerraram meia porta em signal de pezar.

Tambem o Tiro Affonso Penna, possuido do mesmo pezar que enlucta neste momento o coração brasileiro, resolveu manifestal-o suspendendo suas aulas e exercicios por oito dias, cerrar as portas da sede social em cujo mastro foi içado o pavilhão nacional em funeral.

[...]

A Companhia Lahos que devia estrear hontem no Theatro Juiz de Fóra, transferiu para hoje o espetaculo, em virtude do fallecimento do sr. Barão do Rio Branco.

O Cinema Pharol, da Empresa Diogo Rocha & Comp., o Polytheama e o Cinema Juiz de Fóra suspenderam hontem as suas sessões pelo mesmo motivo.

As repartições publicas, federaes, estadoaes e municipaes encerraram seus expedientes.¹⁸

Ainda é possível ler no mesmo jornal como os intelectuais, políticos e pessoas da alta sociedade juizforana manifestaram seu pesar e se colocaram de luto a partir do acontecido. O professor José Rangel, importante intelectual da cidade e diretor do Grupo Escolar, recebeu telegrama do Sr. Arthur Bernardes — então secretário do Interior e futuro presidente do Brasil — orientando sobre como deveria proceder diante da morte do Barão do Rio Branco.

MANIFESTAÇÕES DE PEZAR

Ao sr. dr. José Rangel, digno director do Grupo Escolar, foi endereçado o seguinte telegramma:

“Realizando-se amanhã, 13, os funeraes do grande brasileiro Barão do Rio Branco, deve ser esse dia consagrado nesse estabelecimento á memoria augusta daquelle notavel estadista.

Assim sendo, deve essa directoria recommendar aos professores que, ao iniciarem as respectivas aulas, fallem aos alumnos sobre a individualidade de Rio Branco, suspendendo em seguida os trabalhos. Saudações. — O secretario do Interior, *Arthur Bernardes*.”¹⁹

Vê-se a preocupação de Arthur Bernardes com relação à consagração daquele dia em memória do distinto diplomata. As aulas seriam suspensas, porém, antes, os professores deveriam dedicar um tempo para enaltecer a memória do estadista.

Outros colégios também suspenderam as atividades, manifestando pesar e luto. “A directoria do Gymnasio de Minas suspendeu hontem as suas aulas, em homenagem ao egregio brasileiro. O Granbery, pelo mesmo motivo, suspendeu hontem os seus exames.”²⁰

As honrarias e o luto pela morte de um cidadão de relevância política na cidade abrangiam os setores público e privado. Em diversas ocasiões, por exemplo, a Câmara Municipal de Juiz de Fora prestava homenagens póstumas. Wilson de Lima Bastos relatou variadas vezes o quanto a sociedade juizforana sentia a morte de um homem público. Foi

¹⁸ AHPJF. Diário Mercantil; Ano I; Nº 18; 11/02/1912.

¹⁹ AHPJF. Diário Mercantil; Ano I; Nº 19; 12/02/1912.

²⁰ AHPJF. Diário Mercantil; Ano I; Nº 19; 12/02/1912.

dessa forma que ele narrou o abalo provocado pela morte de um amigo, o Dr. Raul Moreira do Nascimento.

Sua morte foi muito sentida na sociedade local e seu sepultamento congregou grande número de amigos, confrades, colegas, assistidos e protegidos. Lembra-me que fizeram oração fúnebre, entre outros, o Dr. Moacyr Borges de Mattos e o Desembargador do Estado do Rio de Janeiro, Dr. J. J. Serpa de Carvalho, residente, então, em Petrópolis. Dias depois foram-lhe prestadas homenagens pela auditoria de Guerra da 4ª Região Militar e pela Câmara Municipal de Juiz de Fora, com a inserção de um voto de pesar na ata das reuniões.²¹

A Câmara Municipal procurava prestar sua homenagem inserindo um voto de pesar nas atas das reuniões, o que sempre tinha a aprovação da maioria. Talvez uma homenagem simples, porém, servia para demonstrar um sentimento de solidariedade com a família e com a sociedade em geral.

Em julho de 1930 os políticos e o povo juizforano sentiram profundamente a morte trágica de João Pessoa, candidato à vice-presidência na chapa de Getúlio Vargas pela Aliança Liberal. Ele foi assassinado por seu inimigo político, João Dantas. Sua morte causou comoção e provocou o luto da cidade. Foi um acontecimento provocado por divergências pessoais, mas que foi transformada em uma questão nacional. Juiz de Fora acompanhou o traslado do corpo para o Rio de Janeiro e o seu sepultamento. O texto a seguir narra com precisão os detalhes do fato que mobilizou o país.

Logo no dia seguinte [26 de julho], uma notícia desconcertante pôe os políticos em polvorosa e o povo, atônito, mobiliza sua atenção. Morria assassinado por bala inimiga, no Recife, capital de Pernambuco, aquele que estivera, há pouco tempo, em Juiz de Fora, aclamado pela multidão, o candidato da Aliança Liberal à vice-presidência da República, Dr. João Cavalcanti de Albuquerque Pessoa. Forças militares e a polícia de Minas entraram logo em prontidão, estabelecendo-se um clima de constrangimento e cobrindo-se a cidade de luto. (...)

Seu corpo recebeu consagradoras homenagens em meio a um clima de intranqüilidade e contagiantes demonstrações de civismo, precipitando-se, daí, os acontecimentos que marcaram o ano de 1930.

[...]

Em Juiz de Fora e em todos os recantos do País foram triguradas homenagens à sua memória e, entre elas, conferido o seu nome à capital da Paraíba. As exéquias se realizaram ao som do “Hino a João Pessoa”, cantado de norte a sul:

João Pessoa, João Pessoa,
Bravo filho do sertão,
Toda a Pátria espera um dia
A sua ressurreição!²²

O sentimento religioso ainda se refletia na sociedade de maneira forte. O hino em homenagem ao político, redigido no final do texto, demonstra bem tal comportamento. A

²¹ BASTOS, Wilson de Lima. *Badalo do sino*. Op. cit., p. 186.

²² BASTOS, Wilson de Lima. *Ao troar dos canhões*. Op. cit., pp. 49-51.

morte, o luto e as homenagens a João Pessoa perduraram por alguns dias na Câmara Municipal e em outras repartições públicas da cidade.

5.2 – As pendências de família

5.2.1 – As dívidas e outros acertos

A abertura do testamento cerrado tinha que ser feita pelo testamenteiro — o executor do testamento —, e procurava seguir um ritual, geralmente acompanhado por representantes do poder público e de testemunhas. Ao abri-lo, o testamenteiro ou o escrivão lia para os presentes os desejos do finado. Por vezes, o texto surpreendia os envolvidos com relatos de dívidas, filhos bastardos a serem reconhecidos, liberdade para escravos e outros acertos que deveriam ser providenciados a fim de que a alma do morto não ficasse vagando e virasse “alma penada”. Os acertos das contas tornavam-se condições básicas para a salvação do morto.²³ A seguir, apresentamos um modelo de como se conduzia a abertura de um testamento no Fórum de Juiz de Fora perante o Juiz de Direito.

TERMO DE APRESENTAÇÃO

Aos vinte e seis de julho de mil novecentos e quarenta, nesta cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Geraes, no Forum, as quinze horas, onde se achava o Exmo. Snr. Dr. Raymundo Gonçalves da Silva, M. M. Juiz de Direito da 1ª vara desta comarca, commigo escrivão de seu cargo adeante nomeado, compareceu o snr. Dr. Manoel Altomari Nardy que apresentou ao M.M. Juiz o testamento cerrado com que falleceu o Monsenhor Doutor Domicio de Paula Nardy, escripto em duas folhas de papel e aprovado em data de vinte de maio de mil novecentos e quarenta pelo segundo Tabelião desta cidade, o qual testamento o M.M. Juiz, depois de verificar que estava devidamente lacrado, abriu, ordenando a mim escrivão que o lesse, o que foi feito em presença das testemunhas abaixo. Do que, para constar, lavrei este que vae devidamente assignado.²⁴

As dívidas se constituíam nas piores heranças que um testador podia deixar, pois ela trazia preocupações para os familiares, principalmente se não tivessem recursos suficientes para quitá-las. “Além da dor da separação e da preocupação em fazer justiça na distribuição dos bens da terça, alguns testadores se consumiam com apreensões sobre os rumos da família e de outras pessoas próximas.”²⁵

²³ FLORES, Ana Paula Marquesini. *Acertos de contas e salvação da alma: preocupações dos vivos com o pós-morte*. Disponível em: <http://www.2csh.clio.pro.br>. 2007, p. 5. Acesso em 23/10/2008.

²⁴ AHUFJF. Termo de apresentação do testamento cerrado do Monsenhor Doutor Domicio de Paula Nardy. Cx. 58A; Ref. 331A06; 1940.

²⁵ REIS, João José. Op. cit., p. 98.

Dos 105 testamentos analisados por nós, em apenas 10 os testadores relataram que havia dívidas a serem pagas. O quadro a seguir demonstra bem como tais testadores as redigiram e as suas orientações para que os testamentários providenciassem os devidos acertos.

QUADRO 17 - DÍVIDAS DEIXADAS PELOS TESTADORES

TESTADORES	DÍVIDAS RELATADAS NO TESTAMENTO
1. Francisco Antonio Teixeira Coelho	“...peço a minha boa may o pronto pagamento attendendo ao bom tratamento e muitos incommodos que tenho dado a dita minha Tia.”
2. Sebastião Jose da Silva Queiros	“Declaro que devo annuais ao Senhor Bão Jezus de Matozinhos que serão pagas pelo meos herdeiros. Declaro que devo ao Capitão Antonio Joze humma quantia.”
3. João da Silva Netto	“Declaro que devo ao Juiz de Fora a Antonio Augusto vinte e hum ou vinte e dous mil reis e um restante na Botica.”
4. Jose Francisco Teixeira Botelho	“Declaro que devo a praça do Rio de Janeiro, e o primeiro cuidado do meo testamentario será escrever a elles credores para irem receber suas fazendas as quais ainda se axão quase todas [...] he minha vontade que se pague aos ditos credores com minhas proprias fazendas. Declaro mais que devo ao Commendador Paula Lima por credito cuja divida hé proveniente da compra que fiz de tres cazas nesta rua e cuja compra so tenho papel de mão, cuja compra fiz como avista e hé minha vontade que o mesmo seja pago. Devo também a maça falida de Manoel J de Campos Neiva quinze mil reis, que quero sejam pagas.”
5. Theodora Maria de Souza	“Declaro que devo ao senhor João Carlos Pereira por um credito dous contos de reis e a Francisco de Mattos Carvalho tambem por credito um conto e quatro centos mil reis, que meo testamentario pagará com meos bens.”
6. Salvina Maria de Jesus	“Quarto, que logo minha terça sendo que sou meeira com meu marido ao dito Manoel Rodrigues Moginio, pedindo a elle para pagar ao Doutor Tobias Antunes Franco de Siqueira Talendal, os honorarios que com elle contrahi para tratar do meo divorcio, e se não for attendido este meo pedido, o legado cobrara a este doutor.”
7. Philomena Hereber	“Depois declaro que primeiramente restitua a quantia de um conto de reis (1:000\$000) que pago como devedora aos filhos das irmãs de meo finado marido, isto é, desta quantia obterá cada um delles a quarta parte, duzentos e cincoenta mil reis (250\$000).”
8. Manoel Alves de Almeida	“Segundo, que seu cazal so é devedor a José Ferreira Braga e Medeiros Silva e Companhia, que elle testador reconhece e confessa ser verdadeiras.”
9. Manoel de Aquino Ramos	“Declaro que sou devedor a meu filho Pedro de Aquino Ramos da quantia de nove contos de reis (9:000\$000) cuja quantia o mesmo me emprestou para os seguintes pagamentos: quatro contos de reis para dotar a minha filha Rita de Aquino Salgueiro, e cinco contos de reis para pagar a Antonio de Souza Bastos por um empréstimo que este me fez.”
10. Coronel Luiz Gomes Braga (Br. de Cataguases)	“Declaro que não esta ainda pago de seus serviços profissionaes como meo medico assistente o meu amigo Doutor Joaquim Antonio Monteiro da Silva, em cuja amizade e lealdade confio,...”

FONTE: AHUFJF. Testamentos diversos; Setor das caixas “A”; 1850-1950.

Algumas observações tornam-se necessárias para uma boa compreensão do quadro anterior. O testador nº 1 (Francisco Antonio Teixeira Coelho) deixou a cargo de sua mãe, Claudina Celestina da Natividade (sua testamentária), os acertos de suas contas para com sua tia, pois foi na casa dela que ele foi morar para poder se tratar de uma doença muito grave. Ele

redigiu o testamento em 1853 e no mesmo ano veio falecer. Fica evidente, todavia, que ele não adquiriu uma dívida por empréstimo financeiro, mas no seu entender, tratava-se de uma dívida de gratidão pelo bom tratamento dado por sua tia a ele e pelos incômodos provenientes de sua doença.²⁶

O testador de nº 2 (Sebastião Jose da Silva Queiros) deixou uma dívida de 2\$000 (Dois mil réis) referente à anuidade em débito com a Irmandade de Nosso Senhor do Bom Jesus de Matozinhos de Congonhas do Campo. O recibo referente ao pagamento desta dívida consta da testamentária com o seguinte teor:

Recebi do senhor Elias Jose da Silva dois mil reis, 2\$000 resto das annuaes que ficou devendo a Irmandade do S. B. J. de Mathosinhos de Congonhas do Campo; seu pae o finado Sebastião Jose da Silva Queiros, e por ter recebido passo o presente que assigno. Mathosinhos, 2 de agosto de 1856.
O P. Manoel Joaquim Ferreira da Costa.²⁷

Há também um documento redigido pelo próprio testador antes de morrer relatando a sua dívida para com o capitão Antônio José Roiz no valor de 26\$060 (vinte e seis mil e sessenta réis) referente a fazendas — provavelmente tecidos — que ele adquiriu. O conteúdo é o seguinte:

Valle este a quantia de vinte seis mil e secenta reis provinientes de fazendas que comprei do snr. Cap. Antonio José Roiz, cuja quantia de 26\$060 pagasse a elle dito ou q. este mi apresentar da factura deste a cinco mezes p^a. cuja satisfação obrigo meos Bens [...] mandei passar a prez. e q. a somente firmo. Rozario, 29 de Março de 1853.
Sebastião José.²⁸

O testador nº 3 (João da Silva Netto) refere-se à sua dívida sem, no entanto, ter certeza do valor correto. Ele julga ser 21\$000 ou 22\$000. Deve ainda uma quantia não declarada a uma botica, proveniente da compra de medicamentos.²⁹

O testador nº 4 (Jose Francisco Teixeira Botelho) parece que tinha uma dívida muito dispendiosa e preocupante tanto na praça do Rio de Janeiro como em Juiz de Fora. Porém, como era de sua própria vontade, ele recomendou ao seu testamenteiro que providenciasse o pagamento desses débitos. Suas afirmações no texto foram feitas de maneira bastante clara e enfática, demonstrando o desejo de quitar seus débitos com rigor. Em seu testamento, há ainda o relato de que ele tinha mais de 300\$000 réis guardados com seu vizinho e amigo

²⁶ AHUFJF. Testamento de Francisco Antônio Teixeira Coelho. Cx 1A; Ref. 57B38; 1853.

²⁷ AHUFJF. Testamento de Sebastião José da Silva Queiros. Cx 1A; Ref. 333A03; 1856.

²⁸ AHUFJF. Documento anexado ao testamento de Sebastião José da Silva Queiros. Cx 1A; Ref. 333A03; 1856.

²⁹ AHUFJF. Testamento de João da Silva Netto. Cx 9A; Ref. 330A06; 1875.

Antonio Pereira Ribeiro. Esse dinheiro deveria contribuir para a quitação de parte de sua dívida.³⁰

O testador nº 9 (Manoel de Aquino Ramos) se declarou devedor de seu próprio filho. Uma cifra alta para a época, ou seja, 9:000\$000 (Nove contos de réis). O interessante é ver que essa quantia adquirida com o seu filho tinha por objetivo “rolar” outros débitos contraídos, a saber, o dote da filha e um empréstimo. O testador, porém, não informou de que modo o testamenteiro pagaria a dívida. Como foi um negócio entre pai e filho, é bem provável, que o próprio herdeiro tomaria as providências. Não há também nenhuma referência ao valor total de seus bens e, por isso, não podemos concluir as condições financeiras deixadas por ele antes de morrer.³¹

Não eram somente dívidas que os testadores deixavam como pendências para os familiares. Tornou-se muito comum, relatar em testamentos, pedidos de perdão, solicitações para que os inimigos perdoassem alguma desavença ou maus tratos, reconhecimento de filhos fora do matrimônio para que eles pudessem entrar na partilha dos bens, enfim, a redação testamental constituía-se no momento certo para se promover os acertos de tudo que ainda estivesse pendente. Afinal de contas, nenhum testador pretendia fazer seu passamento sem dar soluções para tais problemas, pois, corria-se o risco de sua alma não alcançar o paraíso. A redação do testamento, dessa forma, tornou-se o momento certo para pôr fim as desavenças e promover os arranjos anunciados.³²

De fato, as expressões e desejos aí impressos eram, além de um dever de consciência, também um exercício de preparação para a chegada da morte, pois se acreditava que as realizações destas vontades poderiam determinar a diferença entre a salvação da alma, devido ao teor de seu testamento, ou a sua perdição.

[...]

Acreditava-se que corrigir erros do passado e fazer justiça limparia a consciência dos testadores, como também as suas almas dos pecados, e assim poderiam enfrentar a justiça divina sem temer os castigos que poderiam sofrer no pós-morte, como por exemplo, o tempo a ser passado no Purgatório.³³

Nos testamentos analisados por nós, encontramos sete testadores, apresentados no quadro a seguir que, de alguma maneira, deixaram a cargo dos testamenteiros e dos familiares alguns acertos a serem realizados.

³⁰ AHUFJF. Testamento de José Francisco Teixeira Botelho. Cx 7A; Ref. 334A06; 1862.

³¹ AHUFJF. Testamento de Manoel de Aquino Ramos. Cx 29A; Ref. 99A21; 1900.

³² Cf. REIS, João José. Op. cit.

³³ FLORES, Ana Paula Marquesini. Op. cit., p. 5.

QUADRO 18 - ACERTOS EM FAMÍLIA

TESTADORES	ACERTOS ARROLADOS EM TESTAMENTO
1. João da Silva Netto	“Declaro que os tres creados que ficão fora uma fica com meo filho João, para educal-a e por na escola. O Antonio e Cypriano será entregue ao Padre João Rodrigues de Mello para educal-os. A Maria será entregue a sua mestra Anna Joaquina de Mello e deixo de minha terça cincoenta mil reis para as despezas de seo casamento”.
2. Cônego João Marciano Cerqueira Leite	“Instituo por meos universais herdeiros a José, João, Joaquim, Manoel, Marianna e Thereza filhos de Rita de Oliveira Bastos, <i>os quaes eu reconheço-os por meos filhos que por fragilidade humana os tive depois de ordenado In Sacris</i> ”. (Grifo nosso)
3. Francisca Angélica de Moura	“Declaro para o que possa servir no futuro, que paguei dividas de meo filho Antonio José de Macedo no valor de cincoenta e um contos de reis, cujo credito se acha entre os meos papeis”.
4. João Nogueira Penido	“Tenho alguns devedores como consta dos titulos em meo poder uns, outros com Jose Theodoro, e um credito de dous contos de capital, que está em poder do Dr. Joaquim Drumond em Cataguazes (...) O Dr. Agostinho Maximo Nogueira Penido deve um ha muito tempo por um credito que está em poder de José Theodoro do Nascimento, a quantia de sete centos mil reis ao premio de um por cento ao anno que emprestei-lhe para tiral-o de apuros em uma hospedaria em Rio Novo; e não tem pago por má fê e não ter o habito de não pagar o que deve. <i>Recomendo aos meos herdeiros que não lhe perdoem.</i> (...) So contrahi ou obtive algum adiantamento da caza de que sou socio commanditario na Corte, depois que fui deputado geral, porque não exercendo a minha profissão de medico, que era bem rendosa, não consegui mais rendimentos sufficientes para as despesas indispensaveis de uma familia tão numerosa como a minha”. (Grifo nosso)
5. Salvina Maria de Jesus	“Terceiro, que tenho passado serca de vinte annos fora da companhia e proteção do meu marido, amparada ultimamente por Manoel Rodrigues Moginio, a quem devo pela vez da natureza gratidão que não carecia de dever. <i>Se meu marido me accusar, o seu desprezo será a minha desculpa e sem indagar se elle pode atirar a pedra, perdo-a-lhe por nossos filhos</i> ”. (Grifo nosso)
6. Jose Honorio Machado de Magalhães	“José Honorio Machado de Magalhães (...) cazado com Dona Epiphania Maria de Magalhães desde vinte de Dezembro de mil oito centos e oitenta e oito, com ella tenho oito filhos, sendo que desde muitos annos vivemos junctos e sete destes nossos filhos nasceram antes de realizado o nosso casamento. (...) Declaro que estes setes filhos meos e de minha mulher, nascidos antes do nosso casamento e como taes considerados filhos naturaes, reconheço-os pelo presente, expontaneamente, para todos os effeitos legaes e para que elles tenham todos os direitos que a lei concede aos filhos reconhecidos (...). <i>É este o meo testamento que faço muito de minha livre e expontanea vontade, visando unicamente o reconhecimento destes meos filhos</i> ”. (Grifo nosso)
7. Marianna Eugenia Monteiro de Barros	“Será absolutamente incommunicavel, quer em relação ao actual marido Waldemar Fabiano Alves, quer em relação em geral, quer outro marido que acaso esta herdeira venha ter, e, segundo, será administrado livre e exclusivamente pela dita herdeira sem interferencia material; que determina igualmente que se não houver descendente della testadora, por occasião de sua morte, os seus bens passem todos ao Asylo de mendigos desta cidade”.

FONTE: AHUFJF. Testamentos diversos; Setor das caixas “A”; 1850-1950.

Ao analisarmos o quadro anterior, percebemos a preocupação por parte dos testadores com os acertos de contas, principalmente, no que diz respeito ao reconhecimento de filhos. Foram os casos dos testadores nº2 (Cônego João Marciano Cerqueira Leite) e nº6 (Jose

Honorio Machado de Magalhães). O Cônego Cerqueira Leite — com um desejo implícito de pedidos de perdão e reconhecimento de seu erro — demonstrou que todos os homens estavam sujeitos às fragilidades humanas. Mesmo ele, um sacerdote, passou por essa vida sentindo os limites do desejo e da vocação. Teve seis filhos após ser ordenado padre e, sendo assim, redigiu o testamento com o objetivo unicamente de reconhecê-los, deixando para eles sua herança. Já José Honório fez o mesmo para com os sete filhos que teve antes de se casar com sua esposa (Epiphania Maria de Magalhães). O seu testamento visava somente reconhecer os sete herdeiros que, daquele momento em diante, teriam todos os direitos perante a lei.

O testador nº1 (João da Silva Netto) demonstrou sua preocupação para com os três criados. Todos eles seriam entregues a três pessoas de confiança — um filho, um sacerdote e uma professora — para que tomassem providências em relação aos seus estudos. Ainda deixou para uma das criadas uma parcela em dinheiro para as despesas de seu casamento.

Tornou-se comum ainda os testadores redigirem nos testamentos os créditos que tinham a receber na praça. Os socorros aos filhos, aos parentes e aos amigos constituíram-se em maneiras de prestar solidariedade ao próximo. Porém, sempre vinha no testamento alguma menção ao fato, aconselhando ao testamenteiro o recebimento de tais dívidas ou, em outros casos, manifestando o perdão delas. A testadora nº. 3 (Francisca Angélica de Moura) pagou uma dívida muito alta contraída pelo filho. O testador nº 4 (João Nogueira Penido) foi enfático com relação aos seus devedores. Ele manifestou de modo particular o desejo de que seus herdeiros não perdoassem a dívida de seu parente, Agostinho Maximo Nogueira Penido, pois ele não saldou seu débito por má fé e por ser um “mau pagador”. Essa atitude se devia, sobretudo, à sua preocupação com as condições financeiras de sua família, muito numerosa e com uma prole de 17 filhos.

A testadora nº 5 (Salvina Maria de Jesus), que se separou do esposo para conviver com outro homem, manifestou no testamento o desejo de perdoar o ex-marido em função dos filhos que eles tiveram juntos, mesmo que ele lhe acusasse por algum motivo.

A testadora nº 7 (Marianna Eugenia Monteiro de Barros) deixou em evidência que seus bens passariam por direito à sua filha (Gabriela Monteiro de Barros Fabiana), sendo incondicionalmente e unicamente administrados por ela, independente do atual marido (Waldemar Fabiano Alves) ou outro que ela viesse ter. Futuramente, caso a herdeira não tivesse filhos, os bens seriam repassados para o asilo de mendigos de Juiz de Fora. Não sabemos o motivo que levou dona Marianna proibir que seus bens fossem administrados também pelo genro. Provavelmente, ela queria apenas proteger sua filha de algum possível aproveitador.

5.2.2 – O destino dado aos escravos

Ao redigir seu testamento, o testador manifestava também a preocupação em definir qual seria o rumo dado aos seus escravos. Há nos testamentos analisados por nós uma diversidade de decisões relativas aos cativos. Podemos acompanhar no quadro a seguir o destino dado a eles pelos 30 testadores que redigiram seus testamentos antes da abolição da escravatura em 13 de maio de 1888.

QUADRO 19 - DESTINO DADO AOS ESCRAVOS PELOS TESTADORES

TESTADORES	DESTINO DADO AOS ESCRAVOS
1. Elena Teodosia de São Joze	Liberdade para 2 escravas após sua morte.
2. Serafim Pereira de Bonfim	NÃO MENCIONOU
3. Anna Antonia	Liberdade para todos seus escravos após sua morte.
4. Gertrudes Maria Thereza de Jesus	Liberdade para 1 escravo depois de servir à filha por 2 anos (Deu a ele 40\$000).
5. Francisco Alves Martins	Liberdade para 11 escravos desde que trabalhassem 6 anos para a Igreja. Outros foram entregues à sua neta.
6. Anna Francisca de Jezus	Não concedeu liberdade a nenhum.
7. Maria Francisca da Conceição	Liberdade para todos os escravos após sua morte.
8. Francisco Antonio Teixeira Coelho	Liberdade imediatamente após sua morte para um pajem pelos bons serviços prestados na sua enfermidade. Outro ficaria livre depois de servir sua mãe até a morte.
9. Pe. Francisco Manoel de Mendonça	5 livres imediatamente após sua morte e outros cumprirão prazo de 2 anos de serviço.
10. Sebastião Jose da Silva Queiros	Liberdade ao escravo de nome Jorge após sua morte.
11. Cesario Jose da Costa Lima	Liberdade aos seus 2 escravos após sua morte.
12. Maria Jose Miquelina da Silva (Baronesa de Bertioga)	Liberdade a 7 escravas após sua morte. Se a Maximiana proceder bem e se casar, dê a ela uma esmola conforme o arbítrio do testamenteiro. Liberdade a 2 outros aos 40 anos de idade.
13. João da Silva Netto	Liberdade a 3 escravos após sua morte.
14. Jose Francisco Teixeira Botelho	NÃO MENCIONOU
15. Anna de Jesus Hilária	NÃO MENCIONOU
16. João Evangelista de Almeida	NÃO MENCIONOU
17. Jose Antonio da Silva Pinto (Barão de Bertioga)	Liberdade para 20 escravos.
18. Anna Angelica Pereira	Liberdade para 1 escrava após sua morte; Ele já concedeu em vida carta de alforria ao escravo Egydio, crioulo.
19. Cônego João Marciano Cerqueira Leite	Liberdade para os escravos após sua morte e depois de servir por 6 anos; outros, após terminarem uma obra no Engenho da Serra.
20. Jose Maria de Castro	NÃO MENCIONOU
21. Francisca Angélica de Moura	NÃO MENCIONOU
22. Egídio Ribeiro Andrade	NÃO MENCIONOU
23. Querubina Bernardina Teixeira Pimenta	Liberdade para 2 escravos após sua morte (deu 100\$000 para um e 30\$000 para outro).

24.Theodora Maria de Souza	Liberdade a 20 escravos após sua morte. A metade dos remanescentes das terras é para dividir para eles.
25.João Silveira Gomes	Liberdade para os escravos após a morte de sua esposa e outros 2 ele presenteou ao seu afilhado
26.Marianna Roza de Jesus Coelho	Liberdade para todos os escravos após sua morte, sem ônus ou outra condição.
27.Rita Esmeria Barbosa	Liberdade para sua escrava após 8 anos de sua morte.
28.Anna Roza do Espirito Santo	NÃO MENCIONOU
29.Rita de Cassia Tostes	NÃO MENCIONOU
30.João Nogueira Penido	Os herdeiros concederão liberdade aos seus escravos após um ano de sua morte. / Proibiu conceder liberdade aos escravos David e sua mulher Clementina por serem perversos, viciosos ladrões, bebedores e jogadores. / Os três filhos dos dois escravos ficarão livres quando completarem 30 anos de idade.

FONTE: AHUFJF. Testamentos diversos; Setor das caixas “A”; 1850-1950.

De um modo geral, os testadores que manifestassem o desejo de libertar seus escravos, ordenavam os testamenteiros a darem carta de alforria a eles imediatamente após sua morte. O quadro anterior apresenta 13 testadores que manifestaram esse desejo. Logo após o passamento, os testamenteiros procuravam tomar as providências para passar a carta de alforria aos escravos mencionados nos testamentos. Para atestar a liberdade dos cativos, as autoridades governamentais recorriam com frequência aos sacerdotes, homens religiosos e de confiabilidade ou outras autoridades públicas que pudessem apresentar requisitos legais e morais. Estes redigiam de próprio punho um documento atestando a alforria prescrita em testamento. Como exemplo, apresentamos a seguir um documento datado de 1853, assinado pelo Padre Tiago Mendes Ribeiro, vigário da Matriz de Santo Antônio comunicando ao juiz municipal que os escravos pertencentes à falecida Maria Francisca da Conceição já estavam gozando de plena liberdade, como demonstrou ser o seu desejo.

Ilmº. Snr. Juiz Municipal.

Attesto e faço certo que os Escravos q. forão pertencentes a fallecida Maria Francisca da Conceição se achão no gozo de suas liberdades o q. affirmo por me ter sido apresentada suas cartas de liberdades assignadas pelo Tenente Dominciano Alves Garcia, Procurador dos herdeiros e dos testamenteiros daquela falecida, Severino Antonio d’Avila e Antonio da Costa e Silva o q. certifico in fideParochi. Villa do Santo Antonio do Paraybuna, 17 de Dezembro de 1853.

V. Tiago Mendes Ribeiro.³⁴

Outros testadores procuravam determinar certos preceitos para que os cativos fossem premiados com suas cartas de alforrias. A principal condição manifestada nos testamentos era a de que determinados escravos deveriam prestar serviços por um tempo a alguém indicado

³⁴ AHUFJF. Atestado de liberdade de escravos. Cx. 1A; Ref. 60A10; 1853.

pelo testador, podendo ser a esposa, os filhos, parentes mais próximos ou a uma instituição de caridade. Existiam ainda os casos em que os escravos deveriam terminar um serviço iniciado e, após a conclusão da tarefa, eles ganhariam as condições de livres. O testamento de Jose Antonio da Silva Pinto (Barão de Bertioga) redigido em 1865 é bastante elucidativo para esta compreensão. Vejamos a parte correspondente ao destino concedido aos escravos:

Declaro que concedo liberdade plena aos meus escravos Bento, Chrispim, Joanna céga, Joaquina e Antonio Grande, e condicionalmente aos meus escravos Manoel alfaiate e sua mulher Julia para servirem na enfermaria da Soledade por tempo de seis annos, mediante uma gratificação que o pai de meus herdeiros julgar razoavel, Jeremias creoulo carpinteiro a quem perdoo o seu mau comportamento em attenção ao muito bom serviço que tem prestado, para servir por tempo de cinco annos, Florentino, Marcos, João bahia, Casemiro, musicos, para servirem pelo tempo de doze annos, Conrado, Aleixo, musicos, para servirem pelo tempo de vinte annos, Modesto, Thimotheo, Marianno, João Amancio, musicos, para servirem pelo tempo de vinte e cinco annos, esta verba lhes servirá como titulo de liberdade. Declaro mais que concedo liberdade condicional aos meus escravos Custodio, musico e Bernardo carpinteiro, para servirem pelo tempo de oito annos.³⁵

A partir do texto anterior podemos ver que a maioria dos escravos pertencente ao Barão de Bertioga tinha uma profissão definida e, talvez por isso, o testador fixou as condições necessárias para suas alforrias. Ele concedeu a 5 escravos liberdade plena incondicional. Para os outros 15 cativos ele determinou um prazo que variava entre seis a vinte e cinco anos. O barão também aproveitou o momento para perdoar o escravo Jeremias pelo seu mau comportamento, apesar de ser bom profissional.

Ainda observando o quadro anterior, vemos alguns testadores exigindo que os cativos cumprissem um determinado tempo de serviço para algumas instituições. O próprio Barão de Bertioga fixou em seis anos o tempo em que seus escravos Manoel e Julio serviriam à enfermaria da Soledade. O testador nº 5 (Francisco Alves Martins) determinou que 11 de seus escravos ganhassem a liberdade após prestarem seis anos de serviços para a Igreja. O testador nº 19 (Cônego João Marciano Cerqueira Leite) definiu o prazo para a alforria de alguns escravos após eles concluírem uma obra no Engenho da Serra.

Temos também aqueles testadores que determinaram um auxílio em dinheiro para os negros alforriados. Era um prêmio em vista dos bons serviços prestados e que seria utilizado para iniciar uma nova vida. Os testadores que tiveram essa atitude foram os correspondentes aos nº.s 4 (Gertrudes Maria Thereza de Jesus) e 23 (Querubina Bernardina Teixeira Pimenta). Os valores variaram entre 30\$000 e 100\$000. A testadora nº. 24 (Theodora Maria de Souza) deixou para seus escravos a metade dos remanescentes de suas terras para ser dividida entre

³⁵ TRAVASSOS, Miriam. Op. cit., pp. 54-55.

eles. A testadora nº. 12 (Maria Jose Miquelina da Silva — Baronesa de Bertioga) determinou ao seu testamenteiro que concedesse uma esmola à sua escrava Maximiana desde que ela se comportasse bem e contraísse matrimônio.

O último caso que merece nossa atenção diz respeito ao testador nº. 30 (João Nogueira Penido). Ele proibiu terminantemente seus filhos de concederem cartas de alforria ao casal de escravos David e Clementina por apresentarem comportamentos nocivos, praticarem latrocínios e serem viciados em jogos e bebidas. Por outro lado, este mesmo testador tinha um comportamento de um verdadeiro abolicionista. Ele deixou redigido em seu testamento a seguinte informação: “Relativamente a minha fortuna, haveres, tenho libertado muitos escravos, meos propios e alheios. Os meos, sem onus, os alheios pagando-os por seu justo valor, sem nunca ter consentido na vaidade de publicação pelos jornaes de taes libertações.”³⁶

Apresentamos a seguir um documento redigido pelo subdelegado de Polícia, Antônio José Roiz, em 1858, atestando a liberdade de dois escravos imediatamente após o falecimento de seu senhor, o Padre Francisco Manoel de Mendonça, e um outro escravo de nome José que ganhou a liberdade após cumprir dois anos de trabalho, conforme o desejo do sacerdote.

Atesto e faço certo que Laurindo e Roza Escravos q. forão do falecido Pe. Francisco Manoel de Mendonça, desde o dia do falecimento do mesmo haxam-se no gozo de suas liberdades conforme concedeu o finado em testamento. *Assim mesmo o Escravo José também se axa no mesmo gozo desde dezembro de 1855 logo q. findo o prazo que tinha de trabalhar p^a. o sr. Ant^o. Luiz de Oliv^a. e para o testamenteiro e herdeiro do sr. Padre*, e se axão todos de carta paçado pelo sr. Testamenteiro [...]. Distrito de N. S. do Rozario. 10 de Março de 1858.
Ant^o. José Roiz.
Subdelegado.³⁷ (Grifo nosso)

O desejo explícito em testamento pelos testadores visando alforriar os escravos pode ser entendido como uma forma sistemática de resgate dos pecados da vida temporal. Funcionava também como uma busca de aliviar a alma de uma possível pena danosa diante do Tribunal Celeste a que ela se submeteria, segundo a Teologia Católica.³⁸

³⁶ AHUFJF. Testamento de João Nogueira Penido. Cx. 30A; Ref. 335A46; 1901.

³⁷ AHUFJF. Atestado de liberdade de escravos. Cx. 1A; Ref. 334A05; 1857.

³⁸ Cf. REIS, João José. Op. cit.; GEREMEK, Bronislaw. Op. cit., p. 32.

5.3 – Os sufrágios encomendados

5.3.1 – A Igreja, o Purgatório e as missas para as almas

A aceitação — ou invenção — da existência do Purgatório³⁹, a partir do século XII, foi o fator fundamental para uma transformação substancial no entendimento do projeto de Deus para a salvação do homem.

O além é um dos grandes horizontes das religiões e das sociedades. A vida do crente transforma-se quando ele pensa que nem tudo fica perdido com a morte. Essa emergência, esta construção secular da crença no Purgatório supõe e provoca uma modificação substancial das perspectivas do espaço-tempo do imaginário cristão. Ora essas estruturas mentais do espaço e do tempo são o esqueleto da maneira de pensar e de viver de uma sociedade. Quando essa sociedade está totalmente impregnada de religião, como a cristandade da longa Idade Média que se prolongou da Antiguidade tardia até à revolução industrial, mudar a geografia do além, do universo portanto, modificar o tempo do após vida, portanto a ligação entre o tempo terrestre, histórico e o tempo escatológico, o tempo de existência e o tempo de espera, significa operar uma revolução mental lenta mas essencial. À letra, é mudar de vida.⁴⁰

Até o século XII, porém, o Purgatório não estava inserido na geografia do pós-morte. Antes da inclusão do Purgatório como o “terceiro lugar”, a idéia de uma espacialização do além figurava entre o Paraíso e o Inferno. A revolução mental tratada anteriormente foi essencial para os cristãos buscarem uma nova concepção do outro mundo, sobretudo se levarmos em consideração que tal concepção sempre foi dirigida pela Igreja, que procurou “não limitar ao Inferno a sua visão do além. Elevou a sociedade em direção ao Céu.”⁴¹

A explicação dada pela Igreja para a criação da doutrina do Purgatório encontra-se em três vertentes:

Conciliar, no seio do povo, a tensão estabelecida entre tempo de purgação (fase temporária) e tempo eterno; fornecer um mecanismo lícito de comunicação entre vivos e mortos, por meio de orações e missas dirigidas às almas do Purgatório; reforçar o poder de mediação da Igreja entre vivos e mortos e vivos e santos, e promover a cumplicidade dos fiéis no esforço da salvação.⁴²

Reis acrescenta ainda que “a crença no Purgatório foi também útil às finanças da Igreja, uma vez que incentivava a compra de missas e outros serviços eclesiásticos.”⁴³

³⁹ LE GOFF, Jacques. *O nascimento do purgatório*. (Trad. Maria Fernanda Gonçalves de Azevedo). Lisboa: Editorial Estampa: 1981, p. 15.

⁴⁰ Ibidem, pp. 15-16.

⁴¹ Ibidem, pp. 16-17.

⁴² CHAUNU Pierre. Apud: REIS, João José. Op. cit., p. 203.

⁴³ Ibidem.

Porém, não podemos deixar de apresentar alguns parágrafos sobre as questões mais pertinentes que levaram, no decorrer da história, à criação da noção de Purgatório. Sejam questões de ordem religiosa, ideológica, política, cultural e econômica, o fato é que até a consolidação da idéia do Purgatório na Europa, muitas discussões foram travadas dentro da Igreja. Com a Reforma Protestante do século XVI, outros debates levantaram novas polêmicas sobre o assunto, e isso contribuiu para o aperfeiçoamento da doutrina do Purgatório pela Igreja Católica e que foi totalmente rejeitada pelo protestantismo.

Uma primeira pergunta que Le Goff faz é se o Purgatório cristão estaria contido em embrião na Sagrada Escritura. O autor cita o Livro II de Macabeus que relata que “após uma batalha onde os combatentes judeus que nela foram mortos teriam cometido um misterioso delito, Judas Macabeu ordena que reze por eles.”⁴⁴ Para os teólogos da Igreja, esse texto traz em si dois elementos básicos fundamentais para a compreensão da existência do Purgatório: o primeiro é a possibilidade, após a morte, de um resgate dos pecados. O segundo elemento, ainda tão presente na Igreja dos tempos atuais, é a eficácia das orações pelos defuntos e sua possibilidade de salvação, criando, assim uma relação muito próxima entre vivos e mortos.

O Novo Testamento traz três textos fundamentais para a substanciação da idéia do Purgatório. O primeiro está no Evangelho de Mateus (12, 31-32) em que este apresenta a possibilidade da remissão dos pecados, exceto aquele cometido contra o Espírito Santo. Outro texto está em Lucas (16,19-26), no relato sobre a história do pobre Lázaro e do rico mau. O lugar de espera dos justos é designado como o seio de Abraão, visto como a primeira encarnação cristã do Purgatório. Por fim, um texto da primeira carta de S. Paulo aos Coríntios (3,11-15) em que há uma narração da possibilidade de salvação através do fogo. Esse texto foi “essencial para a gênese do Purgatório na Idade Média.”⁴⁵

De acordo com Le Goff, três teólogos se destacaram nos estudos que levaram a concepção do Purgatório. Dois deles foram os gregos Clemente de Alexandria e Orígenes, grandes representantes da teologia cristã em Alexandria. O terceiro, o verdadeiro pai do Purgatório, foi Santo Agostinho (354-430), a maior autoridade intelectual da Idade Média. Ele forneceu importantes elementos para o desenvolvimento da idéia da existência de um espaço que estivesse entre o Céu e o Inferno e que foi fundamental para a concepção da salvação das almas no período medieval. Nesse sentido, Santo Agostinho se destacou como um dos primeiros pensadores a desenvolver algumas idéias que vão estar presentes na concepção de Purgatório que será afirmada no século XII. Um dos mais célebres filósofos da Igreja

⁴⁴ LE GOFF, Jacques. *O nascimento do purgatório*. Op. cit., p. 60.

⁴⁵ *Ibidem*, pp. 61-62

Católica, Santo Agostinho demonstrou em suas idéias alguns pontos relevantes para pensar o Purgatório, principalmente no que diz respeito à oração pelas almas.⁴⁶

Ainda na Idade Média, os sufrágios para as almas ganharam mais espaço na Igreja e na sociedade a partir dos relatos narrados ou deixados redigidos por pessoas que passaram por experiências de se terem visões do além. Le Goff nos apresenta uma série desses relatos e os justifica da seguinte maneira:

Estas descrições têm um fim edificante, pretendem provar a realidade do além e inspirar aos vivos temor suficiente para que queiram escapar aos tormentos depois da morte e reformar a sua vida.[...] Numa destas visões aparece pela primeira vez, para as almas que sofrem uma expurgação depois da morte, um lugar especial do além que será mais do que um dos receptáculos evocados até então por referência ao Evangelho de João.⁴⁷

A existência de uma terceira via no além — a de expurgação dos pecados — passou a ser, em boa medida, estudada mais profundamente pelos teólogos católicos. Em vista disso, a Igreja pôde afirmar mais diretamente seu poder sobre a relação entre vivos e mortos, incentivando os cristãos a orarem para os defuntos e celebrando missas para as almas. A Igreja, logicamente seria a única intermediadora entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, o que reforçaria bastante seu objetivo de ser a condutora dos cristãos para o projeto salvacionista de Deus.

Na Idade Média, o Além está no centro das tramas sociais e da devoção. As práticas que ligavam os vivos e os mortos, bem como as instituições da memória frequentemente utilizavam esse lugar como instrumento para as estratégias e acordos terrenos. O Além dominou por muito tempo o imaginário medieval, inspirando importantes obras da literatura e da iconografia da época, constituindo um imenso reservatório de imagens, encarnando a ideologia e a sensibilidade cristãs e desempenhando um papel concreto no combate escatológico do medieval de “subir ao Céu.”⁴⁸

Foi por volta do ano de 1200 que o Purgatório se instalou definitivamente no imaginário europeu. A devoção do Purgatório reforçava a memória dos mortos.⁴⁹ Fica de uma vez por todas aceita a eficácia dos sufrágios dos vivos por intermédio da Igreja para as almas do Purgatório, visando beneficiá-las para que pudessem alcançar a salvação e chegar ao

⁴⁶ Ibidem, pp. 84-90.

⁴⁷ Ibidem, p. 137.

⁴⁸ REZENDE, Renata. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1923-1.pdf>. Acesso em 10/03/2009.; Cf. também: ARIÈS, Philippe. Uma antiga concepção do além. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Braet (eds.). Op. cit. O autor apresenta um artigo sobre como as pessoas pensavam e viviam em função do além, dominando por muito tempo o pensamento e a história medieval.

⁴⁹ LE GOFF, Jacques. *Em busca da Idade Média*. (Trad. Marcos de Castro). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 208.

Céu. Foi nesse período também que a literatura passou a utilizar a palavra *Purgatório* como substantivo, até então cheia de controvérsias e incógnitas.

A oração pelos mortos, todavia, já se constituía como prática dos cristãos desde os tempos mais remotos. Porém, foi somente em fins do século V ou princípio do VI que surgiu uma referência que tratava da redenção da alma de um defunto. Santo Ambrósio (339 — 397) afirmou de modo bastante evidente o valor das orações para o alívio dos defuntos após sua morte. Ele próprio rezou pela alma de seu irmão. Santo Agostinho, porém, tornou-se o primeiro a afirmar a eficácia dos sufrágios pelos mortos. Em sua obra, *Confissões*, demonstrou o papel preponderante exercido por Santa Mônica na crença de que as preces podiam comover Deus e influenciar a decisão divina no tocante à salvação da alma. Porém, Santo Agostinho dizia que a oração pela alma só teria sentido e efeito se o morto tivesse vivido e se comportado sem pecados graves.

As almas dos defuntos podem ser ajudadas pelos sufrágios dos vivos: sacrifício eucarístico, esmolas. É aqui que Agostinho expõe melhor a sua concepção das quatro espécies de homens. Os bons não têm necessidade de sufrágios que, por sua vez, não podem ser úteis aos maus. Restam os que não são inteiramente bons e os que não são inteiramente maus. Esses têm necessidade de sufrágios. Os quase inteiramente bons tirarão deles benefícios.⁵⁰

Mais tarde, Gregório, o Grande, também demonstrou certo interesse pela geografia do além. Através de historietas — ou também visões — ele procurou arrolar algumas idéias a respeito do valor da oração pelas almas e da purificação das mesmas em um local. Em uma de suas histórias, ele relatou que um monge — chamado Justo — cometeu o pecado de esconder três moedas de ouro em seus pertences, atitude proibida pelas regras do mosteiro onde vivia. Ao morrer o monge, Gregório ficou a pensar no sofrimento que sua alma poderia estar passando e ordenou que se celebrasse durante trinta dias seguidos uma missa diária em sua intenção. Após os trinta dias, a alma do monge apareceu a Gregório, no mosteiro, para agradecer e afirmar que as trinta celebrações eucarísticas em sua intenção haviam contribuído para que o livrassem dos tormentos eternos.⁵¹

Em definitivo, a crença que mais se enraizou entre os séculos IV e XI e que criou o terreno mais favorável ao aparecimento do Purgatório, foi a prática das orações e, mais ainda, dos sufrágios pelos mortos. O conjunto dos fiéis encontra nela com que satisfazer ao mesmo tempo a sua solidariedade para com os parentes e os próximos além da morte e a esperança de, por sua vez, beneficiar depois da morte dessa mesma assistência.⁵²

⁵⁰ LE GOFF, Jacques. *O nascimento do purgatório*. Op. cit., p. 96.

⁵¹ *Ibidem*, p. 113.

⁵² *Ibidem*, pp. 164-165.

Há ainda na Idade Média relatos de aparições de mortos reclamando junto aos vivos os sufrágios a fim de escapar do purgatório o mais depressa possível. O purgatório se tornou “objeto de tarifação e mercantilização. Por habilidade e por convergência doutrinal, a Igreja acompanha e encoraja a difusão dessas narrativas, até então remetidas à superstição e ao paganismo.”⁵³

A celebração da missa pelas almas ganhou valor substancial principalmente a partir do momento em que a Abadia de Cluny instituiu o dia da Festa dos Mortos em 2 de novembro (entre 1024 e 1033). Esta festa passou a integrar o calendário da Igreja Católica para que os cristãos pudessem dedicar, pelo menos, um dia de oração pelas almas daqueles que já partiram. A relação entre vivos e mortos ganhou o fôlego que a Igreja precisava para afirmar seu poder de mediadora entre os dois mundos. Restava somente esperar a chegada do século XII para isso se consolidar com o nascimento do Purgatório, local acessível às almas necessitadas de purgação.

Essa espacialização do purgatório tinha conseqüências essenciais. Fazia crescer o poder da Igreja, cuja ajuda era necessária para diminuir a duração das temporadas num lugar, o purgatório, tão penoso quanto o inferno — com essa diferença de não ser eterno, mas de duração variável. Com a construção do purgatório, historicamente, o homem vivente dependia na terra do direito de jurisdição da Igreja, o *foro* eclesiástico. O homem morto, por sua vez, estava na dependência única do foro divino. Mas, com o purgatório, as almas (humanas, dotadas de uma espécie de corpo) dependem daí em diante do *foro conjunto* de Deus e da Igreja. A Igreja faz transbordar seu poder, seu *dominium*, para além da morte.⁵⁴

A Igreja definia, daí por diante, o tempo de purificação que a alma necessitava. Isso dependia das orações e dos sufrágios, que podiam ser sob a forma de celebração de missas, doações e esmolas para os pobres, para a Igreja e para as instituições de caridade.

5.3.2 – Os pedidos de missas

O hábito de celebrar missas pelas almas se espalhou por todo mundo católico e virou tradição na Igreja.⁵⁵ Foi trazido para o Brasil através dos religiosos que acompanhavam as expedições marítimas. Os testamentos funcionavam como um documento em que os testadores deixavam por escrito os pedidos de sufrágios por sua alma e para almas de defuntos de sua família visando diminuir o tempo de permanência no Purgatório.

⁵³ LE GOFF, Jacques. *Uma história do corpo na Idade Média*. Op. cit., p. 125. Cf. também: SCHMITT, Jean-Claude. Op. cit.

⁵⁴ LE GOFF, Jacques. *Em busca da Idade Média*. Op. cit., pp. 145-146.

⁵⁵ HERDER (Editora). Op. cit., p. 548.

Como outros aspectos das cerimônias fúnebres, também as missas foram objeto de regulamentação pelas *Constituições Primeiras* em 1707. A função delas era abreviar o tempo passado no Purgatório, ou acrescentar à glória dos que já se encontravam no Paraíso. As missas fúnebres eram um aspecto importante da economia material e simbólica da Igreja, que recomendava enfaticamente a suas ovelhas que provassem sua devoção deixando em testamento quantas missas pudessem pagar.⁵⁶

Posteriormente, esse costume atingiu todas as regiões da colônia e chegou às Minas Gerais a partir do século XVIII. É inegável que a população de Juiz de Fora, um centro católico por excelência, também vai adotar esse costume, visto que, assim como o viver, o morrer integrava o cotidiano das pessoas.⁵⁷ Na relação entre vivos e mortos, as missas fúnebres tinham seu lugar de importância.⁵⁸ Os testamentos estudados por nós para essa pesquisa demonstram que os testadores tinham uma grande preocupação em deixar por escrito os diversos pedidos de sufrágios pela sua alma, pelas almas de seus parentes e, até mesmo, pelas almas de escravos já falecidos.

A seguir, apresentamos três tabelas referentes a uma síntese do ANEXO 13, elaborado com base nos testamentos pesquisados. Procuraremos, assim, fazer alguns comentários sobre os pedidos de missas para as almas redigidos pelos testadores.

TABELA 4 - VISÃO GERAL SOBRE OS SUFRÁGIOS PEDIDOS EM TESTAMENTOS

DESEJOS DOS TESTADORES	QUANTIDADE
Pediram missa (s) por sua alma	75 (71,4%)
Não pediram nenhum sufrágio para sua alma	30 (28,6%)
Não pediram nenhum sufrágio para a alma de outras pessoas.	58 (55,2%)
Pediram missas de corpo presente, dentre outras	18 (17,1%)
Deixaram as missas a cargo dos testamenteiros	07 (6,7%)
Pediram para sua alma somente 1 missa de corpo presente	04 (3,8%)
Pediram sufrágios, porém não mencionaram a quantidade	10 (9,6%)
Pediram 1 missa por mês / ano	03 (2,9%)

FONTE: AHUFJF. Testamentos diversos. Caixas do setor "A", 1850-1950.

⁵⁶ REIS, João José. Op. cit., p. 205.

⁵⁷ Cf. FERREIRA, Antônio Carlos Lemos. Op. cit.

⁵⁸ VIEIRA, Luiz Alberto Sales. Op. cit., p. 28.

TABELA 5 - TESTADORES E QUANTIDADE DE MISSAS POR SUAS ALMAS

MISSAS	Nº. DE TESTADORES
1 A 50 MISSAS	41 (39,0%)
51 A 100 MISSAS	07 (6,6%)
101 A 150 MISSAS	03 (2,9%)
151 A 200 MISSAS	05 (4,8%)
201 A 250 MISSAS	0 (0,0%)
251 A 300 MISSAS	02 (1,9%)
ACIMA DE 301 MISSAS	03 (2,9%)

FONTE: AHUFJF. Testamentos diversos. Caixas do setor "A", 1850-1950.

TABELA 6 - TESTADORES E SUFRÁGIOS PARA ALMAS DE OUTRAS PESSOAS

MISSAS	Nº. DE TESTADORES
Missas para as almas do purgatório	09 (8,6%)
Missas para os pais	27 (25,7%)
Missas para a esposa	08 (7,6%)
Missas para os filhos	02 (1,9%)
Missas para o marido	08 (7,6%)
Missas para ex-marido	01 (0,9%)
Missas para os irmãos	05 (4,8%)
Missas para os familiares	06 (5,7%)
Missas para os escravos	08 (7,6%)
Missas para os parentes e antepassados	07 (6,6%)
Missas para o sogro (a), genro, nora	02 (1,9%)
Missas para as pessoas que tiveram negócios com o testador	03 (2,9%)

FONTE: AHUFJF. Testamentos diversos. Caixas do setor "A", 1850-1950.

Uma análise mais minuciosa dos sufrágios pelas almas pode ser conferida no ANEXO 13. Dos 105 testadores analisados, apenas 30 (28,6%) não deixaram em testamento nenhuma encomenda de missas por sua alma. Se analisarmos os dois séculos que abrangem essa pesquisa a situação é a seguinte: 10 testadores que redigiram seus testamentos no século XIX não deixaram pedidos de missa, totalizando 9,5% deles. No século XX aparecem 20 testadores (19%) sem solicitações por sufrágios. O fato de que 30 testadores não pediram sufrágios por sua alma pode indicar que sua crença não acompanhava os ensinamentos da Igreja Católica. Por outro lado, podemos pensar que eles tivessem se esquecido de redigir os pedidos por algum motivo, como por exemplo, a pressa em escrever o testamento diante de uma doença séria. Ou simplesmente o testador deixava a critério da família as celebrações por sua alma. Podemos pensar ainda, e parece ser o principal motivo, no fato de que, nos testamentos estudados por nós, a partir da segunda metade do século XIX, as cláusulas religiosas foram perdendo espaço no texto em função do processo de laicização dos mesmos,

fato que foi comprovado também pela historiadora Cláudia Rodrigues em sua pesquisa sobre a secularização da morte no Rio de Janeiro.⁵⁹

Percebemos em nossos estudos que apenas 18 testadores (17,1%) pediram Missa de Corpo Presente, dentre outras. Essa missa, segundo a doutrina católica, tem por objetivo fazer com que toda a Igreja interceda, antes da descida à sepultura, pela alma do defunto junto a Deus, e que os anjos conduzem-na até ao Paraíso.⁶⁰

Por outro lado, 75 testadores (71,4%) fizeram questão de redigirem em seus testamentos as encomendas de missas por suas almas. O testador Tiago Borges de Mattos foi o que pediu o maior número de celebrações. Além da Missa de Corpo Presente, pediu mais 1100 por sua alma e aproveitou para pedir também 1000 para a alma de sua esposa.⁶¹ A testadora Anna Guilhermina de Castro Braga (Baronesa de Cataguases) preferiu deixar uma quantia específica em dinheiro no valor de 1:000\$000 para as celebrações por sua alma, pelas almas de seus pais e pelas almas do Purgatório.⁶² A testadora Maria Perpetua Vidal de Lage e Silva deixou 5:000\$000 para celebrar 1 missa por mês para sua alma até que o dinheiro acabasse.⁶³ De acordo com os recibos passados pelos sacerdotes no início do século XX, uma missa custava em torno de 2\$500 réis (Dois mil e quinhentos réis).⁶⁴ Achemos ainda missas solenes custando até 4\$000 réis (Quatro mil réis). Vamos trabalhar com a hipótese sobre o menor valor — 2\$500 réis. Cinco contos de réis dariam para celebrar 2000 missas. Como o dinheiro tinha por finalidade custear uma missa por mês, aquela quantia daria para celebrar missas por 166,6 anos aproximadamente. A referida testadora morreu em 1928, sendo assim, a Igreja deveria celebrar as missas até por volta do ano 2094. É lógico que essa relação numérica é somente uma exemplificação de como a morte e o morrer compunham o imaginário das pessoas e, sobretudo, podermos entender que as Missas Fúnebres faziam parte de um mercado que envolvia um relacionamento profundo entre a Igreja e os mortos. A seguir, apresentamos um exemplo de recibo de sufrágios celebrados no ano de 1913.

N. Sr^a. da Conceição de Mathias Barbosa
Arcebispo de Marianna — Estado de Minas
Recebi do sr. Com. Joaquim Coelho Dias a quantia de Um conto de reis — Rs1:000\$000 — para celebrar cem missas para alma de José Coelho e Maria da Penna, cem missas por alma de João Coelho Dias, cem missas por alma de Marianna Coelho e cem missas pelas almas do Purgatorio, conforme dispõe em

⁵⁹ Cf. RODRIGUES, Cláudia. Op. cit.

⁶⁰ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Op. cit., p. 17.

⁶¹ AHUFJF. Testamento de Tiago Borges de Mattos. Cx 40A; Ref. 99B66; 1915.

⁶² AHUFJF. Testamento de Anna Guilhermina de Castro Braga (Br^a. Cataguases). Cx 31A; Ref. 336A03; 1904.

⁶³ AHUFJF. Testamento de Maria Perpetua Vidal de Lage e Silva. Cx 53A; Ref. 336A34; 1928.

⁶⁴ Cf. AHUFJF. Recibos diversos anexados aos testamentos referentes às missas celebradas pelos sacerdotes com os devidos valores. Caixas do setor “A”; 1901-1949.

testamento o falecido João Coelho Dias e foi cumprido pelo inventariante Comendador Joaquim Coelho Dias, o que afirmo *in fide sacerdotis*.
Mathias Barbosa, 5 de abril de 1913.
Cônego Joaquim Monteiro.⁶⁵

Uma expressão muito utilizada na época para indicar certa quantidade de missas pelas almas era o termo *oitavário*. Ao pedir “*um oitavário de missas*,” o testador na verdade solicitava ao sacerdote que celebrasse 1 missa por dia durante 8 dias seguidos. Dos 105 testadores, apenas 6 fizeram essa referência. De acordo com o desejo expresso, poderia ainda ser pedido mais de *um oitavário*.⁶⁶ Uma outra expressão utilizada era “*uma capela de missas*” que correspondia a celebração de 50 missas.⁶⁷ Ainda, alguns testadores utilizavam a expressão “*Missas Gregorianas*”, o que correspondia a uma série de 30 missas celebradas durante sucessivos 30 dias.⁶⁸ Como se não bastasse pedir missas por sua alma, os testadores ainda deixavam seus desejos de se celebrar missas por alma de outras pessoas falecidas indicadas por ele. Essa atitude demonstra bem como a solidariedade entre vivos e mortos permanecia forte nas suas convivências. Ao deixarem indicados os sufrágios para outras pessoas em testamento, os testadores acreditavam que sua alma poderia se livrar mais rapidamente das penas purgatórias, pois, sua atitude demonstrava amor ao próximo e caridade fraterna, e isso era agradável a Deus, como ensina a Igreja Católica.⁶⁹

Em nossa pesquisa pudemos constatar que os testadores procuravam, primeiramente, pedir os sufrágios em intenção de sua alma e, posteriormente, indicavam os sufrágios para parentes, familiares, amigos e escravos. Observando ainda a TABELA 6 vemos que havia uma seqüência de opção mais ou menos comum entre os testadores. Lógico que isso variava para cada situação, dependendo dos defuntos na família. No caso dos pais (pai e/ou mãe), era natural, primeiramente, indicar os sufrágios por suas almas. 27 testadores demonstraram essa atitude. Em seguida, pediam pelas almas do Purgatório, da esposa, do esposo, de escravos (ou ex-escravos), filhos, familiares e outros. Sete testadores pediram também sufrágios pelas almas de seus antepassados. Isso se tornava, de acordo com os ensinamentos católicos, importante para a purificação de seus familiares. Interessante observar ainda que 3 testadores manifestaram seus desejos de mandar celebrar missas pelas almas das pessoas que tiveram negócios com eles. Essa atitude tornou-se comum, principalmente se o testador tivesse agido de má fé para com aquelas pessoas. Isso ajudava a aliviar a alma e demonstrava

⁶⁵ AHUFJF. Testamento de João Coelho Dias. Cx. 18A; Ref. 330A17; 1913.

⁶⁶ Cf. AHUFJF. Testamentos diversos. Caixas do setor “A”; 1850-1950.

⁶⁷ Cf. REIS. João José. Op. cit., pp. 206-210.

⁶⁸ Cf. www.catolicismo.com.br/materia/materia.cfm. Acesso em 17/03/2009.

⁶⁹ SPINAGO, Padre F. Op. cit. p. 98.

arrependimento diante da proximidade da morte. A testadora Querubina Bernardina Teixeira Pimenta mandou que celebrasse 34 missas para aquelas pessoas a que ela deu algum prejuízo.⁷⁰

Aparecem ainda 8 testadores encomendando sufrágios pelas almas de seus escravos mortos. Essa prática se fez bastante presente entre os testadores, pois a Igreja orientava os proprietários de escravos, através das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, o seguinte:

E porque hé alheyo da razão, e piedade Cristã, que os Senhores, que se servirão de seus escravos em vida, se esqueção delles em sua morte, lhes encomendamos muyto, que pelas almas de seus defuntos escravos mandem dizer missas, e pelo menos sejam obrigados a mandar dizer por cada um escravo, ou escrava que lhe morrer, sendo de quatorze annos para cima, a Missa de corpo presente, pela qual se dará a esmola costumada.⁷¹

Há oito casos nos testamentos em que os testadores solicitaram, mesmo após a abolição da escravatura — 13 de Maio de 1888 —, sufrágios pelas almas de seus ex-escravos. A testadora Maria Cândida Perpétua pediu que celebrasse apenas 5 missas.⁷² Também o Cônego Flávio Ribeiro de Almeida encomendou 10 missas para sua ex-escrava.⁷³ Já o coronel Francisco Mariano Halfeld não poupou esforços e mandou que celebrasse 100.⁷⁴ O casal Barão de Bertioga e sua esposa também deixaram 50 missas, cada um, para seus ex-escravos.⁷⁵

Deve-se ressaltar que alguns testadores, além de pedirem as missas, indicavam também qual igreja e quando elas deveriam ser celebradas — provavelmente em função de sua devoção. João J. Reis, estudando a morte em Salvador, diz que “quando o defunto pedia missas sem eleger o templo de celebração, mandava o regulamento que elas acontecessem em sua igreja paroquial.”⁷⁶ Talvez pela questão econômica — visto que a paróquia ficaria com a espórtula —, essa indicação também se tornou válida para o caso de Juiz de Fora. Na verdade, só encontramos três casos em que os testadores indicaram a igreja paroquial de sua preferência. Vejamos no texto a seguir como uma testadora demonstrou sua vontade.

Em terceiro lugar, desta minha herança serão empregados duzentos mil reis (200\$000) para fazer celebrar quarenta (40) santas missas na igreja da Gloria dentro do tempo de tres meses depois da morte; ainda tresentos mil reis (300\$000) serão

⁷⁰ AHUFJF. Testamento de Querubina Bernardina Teixeira Pimenta. Cx. 11A; Ref. 343A08; 1879.

⁷¹ REIS, João José. Op. cit., pp. 205-206.

⁷² AHUFJF. Testamento de Maria Cândida Perpétua. Cx. 42A; Ref. 61B17; 1918.

⁷³ AHUFJF. Testamento de Cônego Flávio Ribeiro de Almeida. Cx. 38A; Ref. 99A12; 1913.

⁷⁴ AHUFJF. Testamento do Coronel Francisco Mariano Halfeld. Cx. 18A; Ref. 330A17; 1913.

⁷⁵ Testamentos de Jose Antonio da Silva Pinto (Barão de Bertioga) e de Maria Jose Miquelina da Silva (Baronesa de Bertioga). In: TRAVASSOS, Miriam. Op. cit., pp. 49-54.

⁷⁶ REIS, João José. Op. cit., p. 205

empregados para serem entregues a um sacerdote da dita igreja, para que se celebrarem por se mesmo ou por outros, ainda cem (100) santas missas dentro do tempo de um anno depois da minha morte. Ainda quatro centos mil reis (400\$000) serão postos a juros sob a administração de um sacerdote da dita igreja para duas missas annuaes, celebradas durante 25 annos consecutivos no dia 28 de Março por alma de meo finado marido João Hereber e no dia da minha futura morte. Exceptas as missas annuaes, todas as outras serão offerecidas pelo repouso de meo marido e de mim. Se nenhum sacerdote servir a dita igreja, todas estas missas serão entregues á S. Escellencia o Bispo diocesano.⁷⁷

Interessante o desejo manifestado da testadora, indicando a igreja de Nossa Senhora da Glória para ser o local das celebrações. Ressalta-se ainda a data escolhida: 28 de Março, provavelmente aniversário de nascimento ou de morte do seu marido, já falecido. Ao todo, ela deixou 900\$000 (Novecentos mil réis) para os sufrágios, que deveriam durar 25 anos. No final da redação ela pediu que o bispo diocesano se responsabilizasse pelos sufrágios, caso não tivesse sacerdote para servir à Igreja da Glória.

O testador Benjamim Horta, por outro lado, pediu à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, da qual era membro, que mandasse celebrar 5 missas por sua alma no templo pertencente à dita Irmandade. Para isso, ele deixou todos os seus bens, que deveriam ser doados para aquela instituição, porém somente após a morte de sua esposa.⁷⁸

Sobre a Missa de 7º. Dia, vale dizer que, mesmo que não houvesse o pedido dos testadores, a família, por tradição católica, mandava celebrar, pois isso se tornou condição básica para a salvação da alma.⁷⁹ Essa celebração constituía-se em um momento muito triste para os familiares e amigos. Por outro lado, ali encontravam profundo consolo dos amigos e de Deus.⁸⁰ A saudade e a lembrança permaneciam fortes entre os vivos. A alma do morto podia descansar em paz, pois a celebração da Eucaristia demonstrou ser uma eficiente oração para socorrê-la do fogo purgatório, como ensina o catolicismo.⁸¹ O texto a seguir deixa evidente a importância de tal celebração. O autor narrou a experiência de participar da Missa de 7º. Dia de sua avó materna em 1923.

A missa de sétimo dia foi celebrada na igreja da matriz, pelo seu vigário, o Padre Leopoldo Pfad, da Congregação do Verbo Divino. Juiz de Fora ainda não era Diocese.

[...]

Pela primeira vez entrava no templo principal da cidade, depois que o tálburi e outros carros contornaram o bonito jardim florido e pararam diante da majestosa fachada com suas duas solenes torres.

⁷⁷ AHUFJF. Testamento de Philomena Hereber. Cx. 41A; Ref. 99B71; 1916.

⁷⁸ AHUFJF. Testamento de Benjamim Horta. Cx. 41A; Ref. 336A10; 1917.

⁷⁹ FLORES, Ana Paula Marquesini. Op. cit., p. 5.

⁸⁰ COE, Agostinho Júnior Holanda. Op. cit., p. 39.

⁸¹ Cf. LE GOFF, Jacques. *O nascimento do purgatório*. Op. cit.; HERDER (Editora). Op. cit., p. 548.

Ambiente fechado, escuro, com longas velas acesas, uma grande eça no meio, impedindo que eu percebesse o que estava do outro lado, no altar. A nave estava repleta de parentes e pessoas amigas, assim como quase todos os nossos vizinhos, em trajas discretos, de cor preta ou neutra, o que dava àquele espaço uma impressão de mistério, de recolhimento e de dor. Trago na memória a presença de tia Constança Vidal Barbosa Lage, Cicinha Valadares, Vidalzinho, Sinhá e filhas Heloisa, Maria e Silvia, Branca Lage Mascarenhas, sua mãe Maria Perpétua Lage Rodrigues Silva [...], os parentes do lado de papai, os antigos amigos da Rua Bernardo Mascarenhas. Enfim, seria demais registrar nome por nome dos que lá se encontravam numa demonstração de amizade à família e num preito de saudade à querida avó Adelaide.

O cerimonial, como não podia deixar de ser, todo em latim, falando Padre, respondendo o sacristão, que eu mal podia ouvir quanto mais entender. Aquele ar de solenidade sacral que o Padre Leopoldo Pfad revestia de unção religiosa fez da missa por alma de minha avó um espetáculo que se fixou na minha mente e, anos afio, de vez em quando, se reproduzia nesta ou naquela situação. [...]

Depois de grande presença dos amigos em casa, dias seguidos, as visitas foram rareando, entrando a vida no seu ritmo habitual.⁸²

Tornou-se prática comum os familiares convidarem parentes e amigos para a Missa de 7º. Dia ou outro aniversário de morte de algum defunto através dos jornais que circulavam na cidade. Apresentamos a seguir três modelos de anúncios sobre essa questão:

1. DR. FRANCISCO AUGUSTO PINTO DE MOURA

Joanna Pinto Weydt e José Carlos Weydt mandam celebrar no dia 23 do corrente mez, ás 8 horas da manhã, na Igreja Matriz de Santo Antonio, missa de 7º dia, por alma de seu irmão e cunhado DR. FRANCISCO AUGUSTO PINTO DE MOURA, convidando para assistil-a os parentes e amigos. Antecipadamente agradecem.⁸³

2. DR. FRANCISCO AUGUSTO PINTO DE MOURA

A Camara Municipal convida aos amigos do saudoso ex-vereador Dr. Francisco Augusto Pinto de Moura, fallecido em Caxambu, a assistirem á missa que, em suffragio de sua alma, manda rezar no dia 23 do corrente, ás 8 horas da manhã, na igreja matriz. Dr. Jose Procopio Teixeira.⁸⁴

3. D. MARIA CARMEM VIEIRA

João José Vieira e Filhos, Custodio José da Costa Cruz, sua mulher e filhos assim como os cunhados e demais parentes de d. Maria Carmem Vieira, penhoradissimos agradecem as pessoas que acompanharam á ultima morada sua inesquecivel esposa, mãe, filha, irmã, cunhada e parenta, rogando-lhes ao mesmo tempo se dignem de comparecer á missa do setimo dia, no dia 12 do corrente (sexta-feira) ás 8 ½ horas da manhã, na matriz desta cidade. Confessam-se desde já gratos por este acto de religião e caridade. Devido ao estado de saude de algumas pessoas da familia pede-se dispensa de pezames na egreja.⁸⁵

⁸² BASTOS, Wilson de Lima. *Badalo do sino*. Op. cit. pp. 126-128.

⁸³ AHPJF. Diário Mercantil; 21/01/1924; Ano XII; nº. 3790.

⁸⁴ AHPJF. Diário Mercantil; 21/01/1924; Ano XII; nº. 3790

⁸⁵ AHPJF. Diário Mercantil; 10/04/1912; Ano I; nº. 66.

Os exemplos de n.ºs. 1 e 2 referem-se à mesma pessoa. No primeiro, aparece a família do finado convidando parentes e amigos para a Missa de 7.º Dia. No segundo, como era de se esperar de um órgão público, a Câmara Municipal de Juiz de Fora mandou celebrar uma missa pela alma do finado vereador. O convite foi assinado pelo Presidente da Câmara e Agente do Executivo. No 3.º exemplo, ganha destaque a última frase do convite, demonstrando o estado de tristeza e choque em que a família se encontrava diante da perda de um ente e, por isso, a dispensa dos pêsames.

Ainda encontramos em jornais convites para missas de aniversários de falecimento. Vejamos os exemplos a seguir:

1. D. RITA DE CAMPOS HENRIQUES HALFELD

O coronel Francisco Mariano Halfeld manda celebrar na igreja matriz desta cidade, hoje às 8 ½ horas da manhã, uma missa pelo eterno repouso da alma de sua idolatrada esposa d. Rita de Campos Henriques Halfeld, 5.º aniversario de seu falecimento.

Juiz de Fora, 9 de janeiro de 1900.⁸⁶

2. EM MEMORIA DOS MORTOS DA LEGALIDADE

Na igreja da Gloria será celebrada amanhã, às 9 horas, missa solemne em memoria dos defensores da legalidade, mortos em São Paulo.

Tomou essa iniciativa a Conferencia de São Vicente de Paulo do Curato da Gloria.

Não há, para o acto, convites especiaes; entretanto esperam os promotores o comparecimento de todas as autoridades civis e militares, do commercio e do povo em geral.

Na igreja da Gloria haverá lugares destinados á tropa, ás autoridades, ás familias e para os demais assistentes.

Foram expedidos telegrammas ao sr. presidente do Estado de São Paulo e do Estado do Rio, ministros da Guerra e da Marinha e ao Secretario do Interior de Minas, convidando-os e pedindo fazerem representar-se, o exercito, a marinha, a policia do Estado de Minas e a do Estado do Rio. A imprensa, local, foi também convidada a representar-se.⁸⁷

O primeiro anúncio deixa evidente que o esposo da finada Rita de Campos Henriques Halfeld ainda sentia muito sua morte, mesmo já tendo passado cinco anos de seu falecimento. O eterno repouso de sua alma justifica a celebração do sufrágio. O segundo convite se destaca pela sua originalidade. Ele é encabeçado pela Sociedade São Vicente de Paulo e dirigido às autoridades políticas e militares locais e nacionais. A missa destinava-se às almas dos mortos defensores da legalidade durante os combates contra os militares rebeldes na Revolução Tenentista de São Paulo, ocorrida em julho de 1924.

⁸⁶ BMMM. Jornal do Commercio; 09/01/1900; Ano V; n.º. 1035; p. 03.

⁸⁷ AHPJF. Diário Mercantil. 12/08/1924; Ano XII; n.º. 3963.

5.4 – A distribuição dos bens e das esmolas deixadas pelos finados

5.4.1 – Os bens e os herdeiros

A abertura do testamento permitia aos familiares saber sobre os bens deixados pelo testador. Chegava a hora da distribuição, seguindo as orientações que o testador redigiu antes de sua morte. Um terço total dos bens “o testador poderia legar a quem quisesse, indo o restante de seus bens forçosamente aos seus herdeiros legítimos.”⁸⁸ Caso eles não existissem, o testador os distribuía de acordo com seus desejos. Deixava para os pobres, escravos, irmandades, parentes, amigos, testamenteiros, instituições de caridade, para os santos e para a Igreja. Independente da quantia de bens pertencentes ao testador tornava-se importante listá-los e definir seu destino, pois isso também contribuía para os arranjos pós-morte e para o descanso da alma.⁸⁹

Através do ANEXO 14 temos uma noção geral da distribuição dos bens e dos herdeiros escolhidos pelos testadores nos testamentos. Faremos alguns comentários apropriados para um entendimento mais preciso das questões.

A relação dos bens registrados nos testamentos, bem como o número de testadores que os mencionaram são apresentados na tabela a seguir:

TABELA 7 - BENS ARROLADOS NOS TESTAMENTOS

BENS	Nº. DE TESTADORES
Dinheiro; ações; apólices; escravos; terras; imóveis	53 (50,5%)
Somente dinheiro	21 (20,0%)
Jóias; móveis; objetos; relíquias sagradas; máquinas	07 (6,7%)
Somente imóveis (casa; prédio; fazenda)	04 (3,8%)
Somente propriedade territorial (fazenda; sítio; chácara; terra)	04 (3,8%)
Somente escravos	02 (1,9%)
Terras em Portugal	02 (1,9%)
Transformou seus bens em esmolas	01 (0,9%)
Gado e café dentre outros bens	01 (0,9%)
NÃO ESPECIFICADO	21 (20,0%)

FONTE: AHUFJF. Testamentos diversos. Caixas do setor “A”, 1850-1950.

⁸⁸ FLORES, Ana Paula Marquesini. Op. cit., pp. 1-2; De acordo com o Código Civil de 1917 a sucessão legítima difere-se na ordem seguinte: I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens; ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares; II - aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge; III - ao cônjuge sobrevivente; IV - aos colaterais. Cf. <http://advocacia.pasold.adv.br/artigos/arquivos/direitosucessoriobrasileiroontemhojeeamanha.doc>. Acesso em 23/03/2009.

⁸⁹ Ibidem.

Podemos perceber que uma boa parte dos testadores possuía diversos bens, entre eles dinheiro, ações, apólices, escravos, terras e imóveis, que poderiam ser casas, sítios, fazendas, chácara. Há ainda aqueles que deixaram somente o registro da partilha de dinheiro, totalizando 21. A quantia variava muito para cada um deles. Isso demonstra que os testadores não pertenciam a um mesmo segmento social ou econômico. Porém, também não podemos afirmar que havia testadores muito pobres. De um modo geral, 80% deles registraram algum bem para ser doado. Somente 20% não os especificaram. Isso não quer dizer, entretanto, que talvez eles não possuíssem riquezas. A maior parte destes testadores utilizava um modo geral de registrar os bens sem especificá-los, apenas mencionando sua existência e nomeando os herdeiros. O testador Miguel Teperini, por exemplo, redigiu o seguinte texto: “Deixo a minha mulher D. Arminda a terça dos meus bens em paga do muito amor que me tenho e do muito trabalho que com migo tem tido e do muito que me tem ajudado.”⁹⁰ Ele não mencionou quais bens possuía, mas isso já serve para entender que todos os bens de sua terça pertenceriam à sua esposa.

Dos 105 testadores analisados nessa pesquisa, 18 (17,1%) demonstraram ter como bens apólices da dívida pública federal ou estadual. Tudo indica que esse investimento tornou-se um negócio bastante comum para aquela época e, provavelmente, rentável. A quantidade e o valor dependiam das condições sócio-econômicas dos investidores. Os papéis cujos valores que mais circulavam na época eram os de 1:000\$000 (um conto de réis). Ainda aparecem os testadores que investiam em ações de empresas que também se constituíam em bens deixados em testamento. Deparamo-nos com ações da Cia. Mineira de Eletricidade, do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, da Fábrica de Tecidos São João Evangelista e do Banco Mercantil do Rio de Janeiro.

Há ainda casos registrados de testadores que mencionaram a propriedade de bens noutros países, dentre os quais, principalmente em Portugal. Nesse caso, eles eram repassados aos parentes residentes naquela nação, como irmãos, primos e tios. Vejamos a seguir o seguinte texto que ilustra bem essa situação:

[...] Disse que era solteiro, natural da Freguezia de Gruja Provincia do Douro do Reino de Portugal, [...] que não tinha filhos nem herdeiros forçados. Declarou que deixava a sua irmã Maria residente em Portugal as terras denominadas = Uma tapada Carriça – e metade da mobilia que possuía naquelle Paiz. Que deixava a sua irmã Belmira tambem residente em Portugal, um campo que la possuia e a outra metade da mobilia [...].⁹¹

⁹⁰ AHUFJF. Testamento de Miguel Teperini. Cx. 35A; Ref. 99A14; 1909.

⁹¹ AHUFJF. Testamento de Joaquim Augusto de Souza Barros. Cx. 26A; Ref. 336A16; 1899.

Encontramos ainda a testadora Luíza Nunes Lima de Rezende, que fez questão de relatar, nos mínimos detalhes, como seriam repartidas suas jóias, suas relíquias sagradas, os retratos e o seu piano. Vejamos o teor do texto redigido em testamento:

[...] deixa o seu piano a suas netas Sylvia Maria, Vera Maria e Celia Beatriz de Rezende [...], a seu irmão, doutor João Nunes Lima, os retratos de sua mãe e de sua irmã Zizinha; deixa os seus brincos de perola aos seus netos Aloysio e Antonio Fernandes de Oliveira, para que deles façam alfinetes de gravata; o seu cordão de ouro e uma medalha de Nossa Senhora da Conceição, á sua filha Conceição Rezende de Oliveira; a imagem de Nossa Senhora da Conceição, que veio da Fazenda, e a reliquia de Santa Therezinha, á sua filha Maria Luiza de Rezende Faria; o emblema de Santa Therezinha, á sua filha Noemy de Rezende Bompét; o Santo Lenho, que lhe deu Monsenhor Nardy, á sua filha Conceição Rezende de Oliveira; deixa mais á sua filha Noemy de Rezende Bompét, a sua cruz lisa de ouro e uma medalha do Carmo; a seus netos [...] um anel e uma cruz de brilhantes, para serem vendidos e partilhados entre eles, com igualdade, o produto da venda.⁹²

Interessante notar que os brincos de pérola seriam usados para a confecção de alfinetes de gravata para dois de seus netos. O anel e a cruz de brilhantes deveriam ser vendidos para dividir o dinheiro em iguais partes entre dez netos restantes. As relíquias sagradas e as jóias de características religiosas ficariam com suas filhas, uma garantia de que tais preciosidades não sairiam do âmbito familiar.

O testador Carlos Barroso foi decisivo com relação aos seus bens. Pediu ao testamenteiro que os transformassem em esmolos de 1\$000 (um mil réis) e as distribuíssem a pessoas pobres, católicas, protestantes e viúvas de maçons.⁹³ Não sabemos, entretanto, quais eram seus bens, pois ele não os relata em testamento. Mas foi uma atitude bastante sensata, pois se tratava de um homem solteiro, não tendo esposa e nem filhos.

O testador procurava deixar tudo organizado antes de fazer o seu passamento, inclusive indicar seus herdeiros, caso não fosse casado e não tivesse filhos. Nesse caso, ele procurava indicar parentes, amigos e associações — religiosas ou leigas — para receberem sua herança. Observe na tabela a seguir uma síntese a respeito da indicação dos herdeiros, feita pelos testadores nos testamentos analisados por nós.

⁹² AHUFJF. Testamento de Luíza Nunes Lima de Rezende. Cx. 57A; Ref. 329A35; 1934.

⁹³ AHUFJF. Testamento de Carlos Barroso. Cx. 39A; Ref. 336A24; 1914.

TABELA 8 - GRAU DE PARENTESCO ENTRE TESTADORES E HERDEIROS

HERDEIROS	Nº. DE TESTADORES
Filhos	44 (41,9%)
Esposo ou esposa	37 (35,2%)
Sobrinhos; primos	21 (20,0%)
Irmãos (ã)	20 (19,0%)
Afilhados (a); enteados	19 (18,1%)
Familiares ou parentes	09 (8,6%)
Netos (a)	08 (7,6%)
Amigos	08 (7,6%)
Empregados; criados	06 (5,7%)
Instituições; sacerdotes (bispos); seminaristas	05 (4,7%)
Testamenteiros	05 (4,7%)
Escravos e filhos de escravos	04 (3,8%)
Cunhado	01 (0,9%)
Mãe ou pai	01 (0,9%)
Compadres	01 (0,9%)
Pessoas pobres	01 (0,9%)
NÃO ESPECIFICADO	06 (5,7%)

FONTE: AHUFJF. Testamentos diversos. Caixas do Setor “A”; 1850-1950.

Observamos claramente que os herdeiros diretos se sobressaíam na recepção dos bens deixados em testamentos. Os cônjuges e filhos tinham direito legal em suas partes. A terça, que competia ao testador, era a que ele deveria indicar quais seriam os beneficiados. O texto a seguir demonstra um caso em que os herdeiros eram os filhos: “Os bens que ao presente pssuirão são huma cesmaria de terras de cultura, e duas escravas, Anna Criolla e Maria Parda, a qual Maria Parda deixou para duas filhas que tenho pôr nome Florianna, e Francisca, separando em o vallor de minha terça.”⁹⁴

Posteriormente, sobrinhos, primos e irmãos apareciam entre os mais indicados. O Cônego João Marciano Cerqueira Leite, além de mencionar seus filhos, também deixou uma parte de seus bens às suas irmãs e sua sobrinha. Ele assim se expressou em seu testamento:

Os escravos [...] continuarão a servir as minhas Irmãs as Senhoras Donas Marcianna e Rita e a minha sobrinha a Senhora Dona Maria José.[...]assim como tambem por fallecimento dos mesmos repartira a meus herdeiros á parte que tenho em terras e benfeitorias na Fazenda da Rocinha, de que minhas ditas irmãs e sobrinha teêm o uso fructo, conforme a declaração á muito feita.⁹⁵

A seguir, figuravam os afilhados, netos, parentes e empregados — criados. Daí por diante o número de indicações diminuía. Porém, podemos perceber que, de um modo geral, a indicação se dava, primeiramente, entre os familiares, posteriormente, escolhiam-se indivíduos fora do círculo familiar. Percebemos ainda que uma boa parcela dos testadores se preocupava em nomear os afilhados como herdeiros. O texto a seguir ilustra essa questão:

⁹⁴ AHUFJF. Testamento de Serafim Pereira de Bonfim. Cx. 1A; Ref. 334A17; 1854.

⁹⁵ AHUFJF. Testamento do Cônego João Marciano Cerqueira Leite. Cx. 9A; Ref. 332A09; 1875.

Deixo Dous contos de reis (2:000\$000), em moeda corrente, livre de impostos, a cada um dos meus netos e afilhados, Raul e Lydia, o primeiro filho de Regina e o segundo filho de Maria Isabel; Deixo ainda treis contos de reis (3:000\$000), em moeda corrente, a meo neto e afilhado Antonio, filho de Ormindia Dagmar; [...] Deixo á minha prima Dona Maria Augusta Castro Barbosa, que si acha em minha companhia a trez mezes e qui tem si dedicado no tratamento de minha enfermidade, a quantia de trezentos mil reis, assim como toda a roupa de meo uso; [...] Deixo á minha criada Magdalena, que actualmente esta mi tratando e mi zelando durante á noite, a gratificação de cem mil reis [...].⁹⁶

A testadora Maria Antonia Penido Burnier fez questão de doar 2:000\$000 (Dois contos de réis) para seus netos, João Bosco Penido Burnier e Antônio Penido Burnier. Eles eram seminaristas, e o ato tinha como objetivo a aquisição de cálices para a celebração do Santo Sacrifício da Missa.⁹⁷

Não ficavam de fora, ainda, os testamenteiros, os amigos, as instituições e os religiosos. Por fim, vale dizer que os ex-escravos e seus filhos eram prestigiados por alguns de seus senhores como forma de prestar uma caridade alheia em busca da salvação da alma.⁹⁸

Escolhemos alguns fragmentos de testamentos para ilustrar tais referências:

1. Deixo Dez apolices da divida publica nacional do valor nominal de um conto de reis cada uma, á minha boa amiga D. Francisca de Paula Monteiro de Rezende, duas ditas da mesma divida e valor á D. Emilia de Macedo Vale, minha sobrinha neta, uma dita da mesma divida e valor á D. Maria Perpetua da Costa, três contos de reis a meu testamenteiro [...].⁹⁹

2. Desejo, quero e determino que se eu fallecer antes de minha irmã Romualda Teixeira, todos os meos bens lhe pertencerão, sendo ella assim a minha unica herdeira; caso, porem, eu venha a morrer depois della, os meos bens serão distribuidos da seguinte maneira: [...] deixo para o Asilo de Orfãos João Emilio de Juiz de Fora Cr\$10.000,00 em apolices federais no valor de mil cruzeiros. [...] Depois de satisfeitas todas as despezas, inclusive impostos, custos, enterro, etc, intitulo herdeiros dos remanescentes: as Igrejas de São José, de Nossa Senhora da Gloria, de São Matheus, de Nossa Senhora do Rosario, de São Sebastião, de Santa Rita de Cassia, Nossa Senhora do Perpetuo Socorro e Capella de Nosso Senhor dos Passos pertencente á Santa Casa [...]. A minha casa será entregue ao Exm^o. Sr. Bispo Diocesano que estiver governando a cidade de Juiz de Fora [...].¹⁰⁰

3. Deixo a meo liberto Leocadio Laurentino Leonel de Lima a quantia de quatro contos de reis (4:000\$000) em moeda corrente; ao liberto Felipe Campos que foi meo pagem, deixo em plena propriedade de gozo seis (6) apolices federaes de um conto de reis cada uma [...]. Das terra de minha Fazenda de Santa Cruz sita no districto de Juiz de Fora, deixo em plena propriedade e livre gôso a administração seis alqueires geometricos a cada uma das duas libertas Ernestina e Eva [...].¹⁰¹

⁹⁶ AHUFJF. Testamento de Maria da Encarnação Teixeira Duarte. Cx. 36A; Ref. 61B21; 1910.

⁹⁷ AHUFJF. Testamento de Maria Antonia Penido Burnier. Cx. 60A; Ref. 1197; 1946.

⁹⁸ Cf. FLORES, Ana Paula Marquesini. Op. cit.; COE, Agostinho Júnior Holanda. Op. cit, p. 50.

⁹⁹ AHUFJF. Testamento de Anna Guilhermina de Castro Braga. Cx. 31A; Ref. 336A03; 1904.

¹⁰⁰ AHUFJF. Testamento de Maria Augusta Teixeira. Cx. 59A; Ref. 1173; 1944.

¹⁰¹ AHPJF. Testamento do Cel. Francisco Mariano Halfeld. Cx. 129; série 235; 1895.

No texto nº. 2, a testadora ainda pediu que a casa que ela deixou para o Bispo Diocesano deveria ser vendida e o dinheiro seria usado para manter os estudos de um seminarista pobre, construir um lar que abrigasse os sacerdotes sem apoio familiar e contribuir com a construção da futura catedral de Juiz de Fora.

5.4.2 – As doações aos santos e às igrejas

Uma maneira que os testadores encontravam para preparar sua morte constituía no fato de que muitos deles deixavam somas de dinheiro para as igrejas e para os santos. Isso era uma demonstração de amor a Deus e aos santos e servia para encurtar o tempo de permanência da alma no Purgatório. O testamento, em boa medida, tornava a morte um momento de reparação moral e pode ser definido como um “contrato de salvação e num meio de comunicação entre o mundo dos vivos e o pós-morte.”¹⁰² A Igreja sempre orientou os testadores para deixar parte de seus bens para os santos e para ela própria. O temor da perdição eterna conduzia os mesmos a tomarem essa atitude. Dessa maneira eles estariam reparando uma falta para com a instituição e, noutro sentido, o santo reconheceria aquela boa ação no dia de seu julgamento, podendo, assim, interceder pela salvação da alma. Por outro lado, as doações compunham o patrimônio da Igreja. Os sacerdotes procuravam, nas homilias e nas visitas familiares, alimentar entre os fiéis sua generosidade. E parece que sempre funcionava, pois os senhores procuravam sempre fazer alguma aliança ou acordo com os representantes da Igreja, beneficiando assim ambas as partes.¹⁰³

O ANEXO 15 traz em seu conteúdo uma relação dos santos e das igrejas que mais foram contemplados nos testamentos pelos testadores com as esmolas, contribuindo, assim, para a manutenção dos templos ou para suas reformas e construção de novos espaços. Dos 105 testadores analisados por nós para esse trabalho, 48 (cerca de 46%) fizeram concessões de esmolas e parte de seus bens para os santos de devoção ou para as igrejas.

O quadro a seguir procura mostrar, em ordem de preferência dos testadores, as 10 igrejas mais contempladas com as doações e os valores totais arrecadados por elas.

¹⁰² FLORES, Ana Paula Marquesini. Op. cit., p. 4.

¹⁰³ HOORNAERT, Eduardo et al. *Formação do catolicismo brasileiro (1550-1800)*. Petrópolis: Vozes, 1974, p. 75.

QUADRO 20 - AS 10 IGREJAS MAIS CONTEMPLADAS COM DOAÇÕES

IGREJAS	NÚMERO DE DOAÇÕES	VALORES (RÉIS)
1º.) Igreja Matriz de Santo Antônio: Juiz de Fora	11	92:130\$000
2º.) Igreja de Nossa Senhora da Glória: Juiz de Fora	11	48:900\$000
3º.) Igreja de Nossa Senhora do Rosário: Juiz de Fora	08	35:820\$000
4º.) Igreja de São Sebastião: Juiz de Fora	06	32:300\$000
5º.) Igreja de Nosso Senhor dos Passos: Juiz de Fora	06	23:400\$000
6º.) Igreja de São Mateus: Juiz de Fora	04	6:100\$000
7º.) Igreja de São Sebastião de Barreira: Juiz de Fora	03	1:300\$000
8º.) Igreja de Nosso Senhor do Bonfim: Palmira	02	20:000\$000
9º.) Seminário Santo Antônio: Juiz de Fora	02	1:000\$000
10º.) Igreja Matriz da Vila de Mercês: Barbacena	02	1:000\$000

FONTE: AHUFJF. Testamentos diversos. Caixas do Setor “A”; 1850-1950.

Uma análise mais minuciosa do ANEXO 15 e do quadro anterior nos possibilita entender, em boa medida, que os testadores procuravam deixar as doações para os principais templos existentes na cidade de Juiz de Fora. Todos eles situados em locais onde a população se destacava pelas condições sócio-econômicas privilegiadas. O ANEXO 17 traz uma planta de Juiz de Fora de 1932. Nela podemos ver o centro da cidade e os bairros onde estão erguidas as referidas igrejas.¹⁰⁴ Entendemos também que, mesmo que os testadores não pertencessem a nenhuma associação religiosa — como é o caso da maioria analisada por nós — sua freqüência à igreja do santo de sua devoção determinava a sua opção pela doação.

Com relação aos valores, as somas, às vezes, atingiam cifras muito altas. Dentre todas, as três que receberam maiores quantias foram: a Igreja Matriz de Santo Antônio (Catedral Metropolitana de Juiz de Fora), recebeu dos testadores um total de 92:130\$000 (Noventa e dois contos e cento e trinta mil réis); em seguida, destaca-se a Igreja de Nossa Senhora da Glória, que arrecadou 48:900\$000 (Quarenta e oito contos e novecentos mil réis); posteriormente, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, com um total de doações de 35:820\$000 (Trinta e cinco contos e oitocentos e vinte mil réis).

As igrejas localizadas em bairros com população de menor poder aquisitivo tornavam-se as menos contempladas e, quando lembradas, os valores não atingiam cifras elevadas se comparados com os deixados para os templos situados em locais nobres. Podemos ver no ANEXO 15 os valores para as igrejas naquelas regiões: A capela de Santa Rita de Cássia foi contemplada com apenas 30\$000 (trinta mil réis). A Igreja Matriz de chapéu d’Uvas recebeu o menor valor entre todas, ou seja, 20\$000 (vinte mil réis). Em seguida, com

¹⁰⁴ As igrejas e os locais que estamos nos referindo são: Igreja Matriz de Santo Antônio (Catedral Metropolitana de Juiz de Fora) e Igreja de São Sebastião, localizadas no centro da cidade; Igreja de Nossa Senhora da Glória, localizada no Bairro Glória; Igreja de Nossa Senhora do Rosário, localizada no Bairro Granbery; Igreja de Nosso Senhor dos Passos, localizada no Bairro Passos; Igreja de São Mateus, localizada no Bairro São Mateus.

uma esmola de 50\$000 (cinquenta mil réis), aparecem a capela de São Francisco de Paulo e a Igreja de Santa Cruz, ambas em Juiz de Fora.

Apresentamos a seguir três fragmentos extraídos de testamentos para ilustrar o modo de fazer as doações para as igrejas.

1. Deixo para o patrimonio das Igrejas adeantes mencionadas em apolices da divida publica nacional do valor e juros identicos as precedentes [1:000\$000 Rs] , todas inalienaveis, o seguinte: a Matriz da cidade de Juiz de Fora (60) sessenta apolices; a cada uma das capellas de Nosso Senhor dos Passos, de São Sebastião, de Nossa Senhora da Gloria e de Nossa Senhora do Rosario, todas de Juiz de Fóra vinte apolices (20); á de Nossa Senhora do Livramento de Sarandy Dés apolices.¹⁰⁵

2. A Igreja do Rosario de Juiz de Fóra, e a cada uma das Igrejas de São Sebastião , de Nosso Senhor dos Passos, de Nossa Senhora da Gloria e Igreja Matriz, todas de Juiz de Fóra, uma apolice federal do valor nominal [1:000\$000 Rs]e juros iguais ao do anterior legado.¹⁰⁶

3. Declarou mais que deixava á Igreja do Cura da Gloria desta cidade, uma casa em forma de chalet, á Rua Bernardo Mascarenhas numero quatrocentos e oito com o respectivo terreo; uma casa á mesma Rua numero quatrocentos e dezoito, com o respectivo terreo; um grupo de duas casas, sob numeros quatrocentos e quarenta e tres e quatrocentos e cincoenta e um, na mesma Rua, com o respectivo terreo; e finalmente uma outra casa numero quatrocentos e setenta e tres, á mesma Rua, com o respectivo terreo, todas nesta cidade, legado este feito em plena propriedade e sem condição alguma.¹⁰⁷

Interessante observar nos dois primeiros textos que os doadores não deixaram quantias em dinheiro, mas em investimentos em apólices da dívida pública federal ou estadual. Muitos outros se comportavam dessa maneira. O texto 3 também reflete uma atitude comum para diversos testadores que deixavam imóveis, como casas, prédios, sítios, dentre outros.

Temos ainda as doações aos santos de devoção. Parece que na cidade de Juiz de Fora, porém, os testadores não adotaram esse comportamento. De todos que analisamos, apenas 4 (3,8%) manifestaram desejo de deixar esmolas para os santos. Elena Teodosia de S. Joze deixou 20\$000 (vinte mil réis) para Nossa Senhora.¹⁰⁸ O testador Joaquim Mendes Ferreira presenteou São Sebastião com 200\$000 (duzentos mil réis).¹⁰⁹ Já Thiago Borges de Matos honrou o Sagrado Coração de Maria e o Santíssimo Sacramento, dos quais era devoto,

¹⁰⁵ AHPJF. Testamento do Coronel Francisco Mariano Halfeld. Cx. 129; Série 235; 1895.

¹⁰⁶ AHUFJF. Testamento do Coronel Luiz Gomes Braga (Barão de Cataguases). Cx. 31 A; Ref. 334A03; 1904.

¹⁰⁷ AHUFJF. Testamento de José Schelgshoren. Cx. 41A; Ref. 99A07; 1917.

¹⁰⁸ AHUFJF. Testamento de Elena Teodosia de S. Joze. Cx 1A; Ref. 342A05; 1855.

¹⁰⁹ AHUFJF. Testamento de Joaquim Mendes Ferreira. Cx. 33A; Ref. 336A51; 1906.

com 200\$000 (duzentos mil réis) para cada.¹¹⁰ Por fim, a testadora Maria Ignacia Barbosa deixou um legado de 50\$000 (cinquenta mil réis) para o Cristo Redentor.¹¹¹

Além das doações em dinheiro ou apólices, havia também os testadores que deixavam para a Igreja alguns alqueires de terra para que pudesse erigir uma capela em homenagem ao santo de devoção. Muitos ainda deixavam uma quantia em dinheiro para dar início às obras do templo. Foi o que fez o testador Francisco Alves Martins, cujo texto está reproduzido a seguir.

Deixo mais dois Alqueires de terra perto da Estrada no logar denominado [...] para nelle erigir huma capella ou Igreja a Nossa Senhora das Dores ou da Gloria e para principio da mesma Igreja deixo hum conto de reis, com que meo testamenteiro dará principio ou intregará a alguém Devocto [...].¹¹²

Alguns doadores manifestaram seu desejo de doar suas esmolas para algumas capelas e igrejas fora da circunscrição municipal. Essa manifestação se deve, provavelmente, à sua origem de nascimento ou por uma filiação a alguma associação religiosa da igreja contemplada. Nossos estudos demonstram que 21 testadores (20%) encontram-se nessa situação. Maria José Miquelina da Silva (Baronesa de Bertioga) contemplou a Matriz de Simão Pereira com uma farta doação, deixando o seguinte registro em seu testamento: “Lego á minha antiga Matriz de Simão Pereira a quantia de duzentos mil reis para ajuda de conservação e decencia da mesma”.¹¹³ A testadora Francisca Angélica de Moura legou também 200\$000 (Duzentos mil réis) para a Matriz do Divino Espírito Santo do distrito de Piau.¹¹⁴ Maria Moreira das Neves fez uma doação de 200\$000 (Duzentos mil réis) para o Santíssimo Sacramento da Freguesia de Merles em Portugal e 100\$000 (Cem mil réis) para a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade também em Portugal.¹¹⁵ Outras capelas e igrejas contempladas foram: Capela de Santo Antônio — Pedro Alves (110\$000); Igreja Matriz — Chapéu D’uvas (20\$000); Igreja Matriz do Divino Espírito Santo — Piau (200\$000); Igreja de Sant’Anna — Vargem Grande (1:000\$000); Capela de São Sebastião — Chácara (200\$000); Igreja de Nossa Senhora do Livramento — Sarandy (10:000\$000); Igreja Matriz de Nazareth — São João D’el Rei (3:000\$000); Capela do Asilo Arquiepiscopal — São José do Rio Preto (100\$000); Igreja de Nossa Senhora do Carmo — S. João Del Rei (1:000\$000);

¹¹⁰ AHUFJF. Testamento de Thiago Borges de Mattos. Cx. 40A; Ref. 99B66; 1915.

¹¹¹ AHUFJF. Testamento de Maria Ignacia Barbosa. Cx. 42A; Ref. 335A05; 1918. Sobre o monumento ao Cristo Redentor de Juiz de Fora, Cf. PEREIRA, Mabel Salgado (Dir.); SILVA, Raquel Barroso; SANTIAGO, Wessila Luzia. *100 Anos – 1º. Cristo Redentor do Brasil: tradição e reinvenção católica*. Juiz de Fora: Editar, 2006.

¹¹² AHUFJF. Testamento de Francisco Alves Martins. Cx 1A; Ref. 342A01; 1852.

¹¹³ Testamento de Maria Jose Miquelina da Silva (Baronesa de Bertioga). In: TRAVASSOS, Miriam. Op. cit., p. 49.

¹¹⁴ AHUFJF. Testamento de Francisca Angélica de Moura. Cx. 10A; Ref. 333A30; 1876.

¹¹⁵ AHUFJF. Testamento de Maria Moreira da Neves. Cx. 29A; Ref. 336A40; 1901.

Igreja de Nosso Senhor do Bonfim — Palmira (20:000\$000); Igreja do Bom Jesus — Tabuleiro do Pomba (1:000\$000); Igreja de Conceição do Formoso (500\$000); Igreja de São Manoel — Rio Pomba (500\$000); Igreja Matriz da Vila de Mercês — Barbacena (1:000\$000); Igreja Matriz do Livramento — Barbacena (800\$000); Igreja de Ewbank da Câmara (5:000\$000); Igreja Matriz — Desterro do Melo (200\$000); Igreja de Piau (10:000\$000); Igreja de Coronel Pacheco (5:000\$000); Igreja de Goianá (5:000\$000). As três últimas igrejas receberam as doações em apólices da dívida pública federal do testador Pedro Procópio Rodrigues Valle.¹¹⁶

Encontramos ainda testadores que, mesmo declarando serem católicos apostólicos romanos, não deixaram nenhum legado para a Igreja e nem para os santos de devoção. É o caso da Família Nogueira Penido, uma das mais ricas e tradicionais da cidade de Juiz de Fora. Nem o pai e nem o filho — ambos se chamavam João Nogueira Penido — se preocuparam em deixar esmolas para a Igreja. Mas fizeram diversas doações para as instituições de caridade, como veremos no próximo item.

5.4.3 – As doações para as instituições assistencialistas

Uma outra opção de manifestação de caridade pelos testadores constituía na concessão de doações para as diversas instituições assistencialistas, religiosas ou não. Em Juiz de Fora, diversas associações viviam a espera de uma alma sensível aos seus problemas financeiros que pudesse deixar em testamento uma pequena fatia de seus bens, sob a forma de dinheiro, apólices da dívida pública, ações de empresas ou imóveis. Uma boa parcela do patrimônio dessas associações procedia das doações espontâneas de membros da elite local ou deixadas por testadores que, em alguns casos, superavam as expectativas e alcançavam cifras bastante altas.¹¹⁷

Na virada do século XIX para o XX, o Jornal do Comércio informou sobre os diversos tipos de associações presentes em Juiz de Fora. Essas e tantas outras se tornaram-se os principais alvos dos testadores.

Como exemplo de associações caridosas, temos em Juiz de Fora – a Irmandade do Senhor dos Passos, tres “Conferencias de S. Vicente de Paulo e – “O Pão de Santo Antonio”, esta fundada e dirigida pelo infatigavel e fervoroso catholico sr. Francisco Baptista de Oliveira, a quem esta cidade deve ainda muitos outros

¹¹⁶ AHUFJF. Testamentos diversos. Caixas do setor “A”; 1850-1950.

¹¹⁷ VISCARDI, Cláudia. M. R. Proteção e Socorro: um estudo das associações mutualistas e beneficentes no pós-abolição. In: XXII Simpósio Nacional de História, 2003, João Pessoa. *Anais do XXII Simpósio Nacional de História*. João Pessoa : Associação Nacional de História e Universidade Federal da Paraíba, 2003. v. 1, p. 5.

benefícios, “O Pão de Santo Antonio” foi creado a exemplo de associações congeneres, existentes em França, as quaes tiveram todas como origem um interessante milagre, ou antes, uma serie de milagres do grande thaumaturgo.

Uma associação religiosa, a irmandade do Senhor dos Passos, mantem de longos annos nesta cidade um Hospital de Misericordia. Mas até bem pouco tempo, era um estabelecimento modestissimo, insignificante e pobre, que vegetava enfezado, sem administração e sem guia, decahindo, em vez de progredir.

[...]

Como exemplo das associações humanitarias temos a Liga Contra a Tuberculose, fundada pela classe medica e pharmaceutica de Juiz de Fora, por iniciativa do notavel medico sr. Dr. Eduardo Augusto de Menezes, o qual atualmente preside aos destinos da nascente instituição. [...].

Como exemplo de sociedades beneficentes mutuas podemos citar as seguintes: “Sociedade Brasileira Allemã” – “Auxiliadora Portuguesa – Allemã de Socorros mutuos” – De Juiz de Fora” – e “Humberto Primo”.

Estas [...] prestam relevantes serviços aos seus associados e na maioria estão florescentes.

Entre as sociedades secretas collocaremos, talvez um pouco á força, a “Maçonaria”, que mantem nesta cidade nada menos que oito lojas.¹¹⁸

Essa informação é apenas uma demonstração dos modelos de associações que existiam em Juiz de Fora. O número delas é bem superior, como podemos ver no ANEXO 5. Nele aparece a catalogação de 63 agremiações religiosas, leigas, profissionais e étnicas.¹¹⁹

Através da leitura testamental, agrupamos 37 instituições que foram contempladas com esmolas, sendo 17 de procedência religiosa e 20 leigas. De um total de 105 testadores, 24 (22,8%) deixaram parte de seus bens em esmolas para as associações.

Visualizando o ANEXO 16, constatamos as referidas agremiações que foram contempladas pelos testadores, bem como os valores doados para as mesmas. Algumas observações, porém, merecem ser destacadas. As 5 associações que mais receberam doações foram respectivamente: Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, com 17 doações (Valor recebido: 1.108:650\$000 Rs + Cr\$5.000,00); Asilo de Órfãos João Emilio de Juiz de Fora, com 18 doações (Valor recebido: 354:900\$000 Rs + Cr\$16.000,00); Sociedade São Vicente de Paulo de Juiz de Fora, com 12 doações (Valor recebido: 247:950\$000 Rs + Cr\$16.000,00); Patronato São José de Juiz de Fora, com 3 doações (Valor recebido: 85:000\$000 + Cr\$10.000,00); Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra de Juiz de Fora, com 3 doações (Valor recebido: 85:000\$000 + Cr\$ 5.000,00).

A Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora se destaca pela grande quantia recebida e somada em seu patrimônio. As doações chegaram a ser três vezes maiores do que as do

¹¹⁸ JORNAL DO COMÉRCIO. *Juiz de Fora no século XIX: artigos publicados no “Jornal do Commercio” de Juiz de Fora, commemorando a entrada do Século XX*. Juiz de Fora: Tipografia Central, 1901, pp. 17-24.

¹¹⁹ Um estudo mais detalhado sobre as associações filantrópicas em Juiz de Fora pode ser visto em: VISCARDI, Cláudia. M. R. Op. cit.

Asilo João Emílio. Na verdade, a Santa Casa tornou-se uma referência na cidade para a prática da caridade aos desvalidos, pois, além de ser um hospital, constituiu-se também em um núcleo religioso que congregava a Irmandade de Nosso Senhor dos Passos.¹²⁰ As doações recebidas, geralmente das pessoas mais abastadas da sociedade, tinham por objetivo investir no atendimento aos pobres.¹²¹

A provedoria da Santa Casa de Misericórdia procurava elaborar um relatório anual das receitas e despesas com o objetivo de prestar junto à irmandade suas contas e a evolução do seu patrimônio. Um exemplo disso foi o relatório do ano de 1935, apresentado pelo provedor aos irmãos. A seguir, algumas passagens mais relevantes para um entendimento mais completo.

RELATORIO

Prezados Irmãos!

Mais uma vez, e graças á vossa generosidade, vimos prestar contas da administração deste Estabelecimento durante o exercicio que hontem se findou, conforme os Estatutos o determinam.

[...]

ANNEXO N. 3 – DONATIVOS EM DINHEIRO

D. Constança Vidal Barbosa Lage (verba testamentaria).....	1:000\$000
A mesma (verba testamentaria) para a Capella.....	1:000\$000
Cel. Custodio Pinto.....	1:000\$000
Anonymo.....	5:000\$000
Cel. Alfredo de Souza Bastos.....	1:000\$000
Cel. Antonio dos Reis Meirelles.....	200\$000
Dr. José Procopio Teixeira.....	2:000\$000
Banco de Credito Real de M. Gerais.....	1:000\$000
Cel Oscavo Gonzaga Prata.....	50\$000
D. Amelia Meirelles.....	50\$000
Anonyma.....	2:000\$000
Cel. Olympio Reis.....	200\$000
Mauricio Hilario.....	10\$000
Alice Antomasi.....	10\$000
Bernardo Simbalita.....	10\$000
Ferreira Pires.....	10\$000
Anonymo.....	10\$000
Sebastião Leite Oliveira (verba testamentaria).....	2:585\$000
Cel Gabriel Villela de Andrade (Idem).....	5:000\$000
D. Senhorinha de Rezende Silva (verba testamentaria, consistindo numa Apolice do E. de Minas, valor nominal).....	1:000\$000
Dr. José Procopio Teixeira (5 apolices do Estado de Minas, do valor nominal de 200\$000 cada uma).....	1:000\$000

¹²⁰ A Irmandade de Nosso Senhor dos Passos foi criada em 06 de agosto de 1854, cujos estatutos foram aprovados em 1855. Um grupo de homens católicos liderados por José Antônio da Silva Pinto — o Barão de Bertioga — redigiu o compromisso da corporação, composto por sete capítulos e quarenta e um artigos. Ressaltamos ainda que houve a participação do pároco da freguesia, Tiago Mendes Ribeiro, na elaboração do compromisso e, em seguida, foi apresentado às autoridades competentes para a aprovação, o que ocorreu em 1855 pelo Presidente da Província e pelo Poder Eclesiástico, na pessoa de D. Antônio Ferreira Viçoso, Bispo de Mariana. In: QUIOSSA, Paulo Sérgio. Op. cit., pp. 43-44.

¹²¹ Cf. TRAVASSOS, Miriam. Op. cit.; VISCARDI, Cláudia. M. R. Op. cit., p. 5.

Cel Alfredo de Souza Bastos (2 apolices de S. Paulo, do valor nominal
De 200\$000 cada uma..... 400\$000
TOTAL.....24:535\$000

[...]

Aqui, fica, pois, patenteado o nosso muito sincero agradecimento; e a Deus pedimos que recompense a todos, e ás suas dignas familias, com as melhores benções, no anno que hoje começa e para sempre!

Juiz de Fóra, 1º. De janeiro de 1936.

ANTONIO AUGUSTO TEIXEIRA — Provedor.¹²²

Observamos no relatório anterior que a verba testamentária foi de 10:585\$000 (Dez contos quinhentos e oitenta e cinco mil réis), o que representa quase a metade das doações no ano de 1935. Além dos donativos em dinheiro, o relatório traz ainda diversas outras doações em produtos consumidos pela Santa Casa, como por exemplo, café, chá, frutas, feijão, arroz, dentre outros.¹²³ O patrimônio e a receita da Santa Casa ainda contavam com prédios destinados a aluguéis. Também contribuía para as despesas anuais as subvenções governamentais (Federal, Estadual e Municipal), apesar de haver alguns problemas nos repasses das verbas, como relatou o provedor com o seguinte texto:

Quanto ás subvenções:

Do Estado de Minas, ha annos, nenhuma subvenção recebemos. A União concorria com Rs 38:000\$000. Depois de suspensas por algum tempo, — foi autorizada agora a de 30:000\$000, correspondente ao exercicio p. findo, tendo sido recebido Rs 15:000\$000 relativos ao primeiro semestre, tudo graças á benemerita intervenção do deputado João Penido.

A Prefeitura de Juiz de Fora concorreu com a de 12:000\$000 annuaes, em 1935, e já paga, como se vê no anexo n. 2. Para o exercicio que hoje se inicia, foi consignada no seu orçamento a verba de 30:000\$000, ou seja augmentada em 18:000\$000 para tratamento, tambem, dos doentes indigentes que lhes forem encaminhados pela Assistencia de Mendigos, a cargo da Sociedade S. Vicente de Paulo, dentro dos limites da lotação das enfermairas existentes.¹²⁴

O Asilo de Órfãos João Emilio destinava-se a receber e proteger meninas órfãs. Talvez, por isso, ele tornou-se o segundo na preferência dos doadores, visto que as crianças, segundo as escrituras, eram as escolhidas de Cristo e, sendo assim, doar para o asilo significava doar para o próprio Cristo, presente na imagem dos pequeninos, assim acreditavam os católicos praticantes. As doações ao asilo contribuía bastante para uma política assistencialista dirigida aos pequenos e desprotegidos e, dessa forma, a instituição ocupava o lugar que deveria ser ocupado pelo poder público na sociedade.¹²⁵ Porém, mesmo contando com todas essas doações, parece que o asilo esteve sempre em dificuldades

¹²² SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JUIZ DE FORA. *Relatório do ano de 1935*. Juiz de Fora: Tipografia Brasil, 1936, pp. 3-14.

¹²³ *Ibidem*, p. 15.

¹²⁴ *Ibidem*, p. 7.

¹²⁵ Cf. AZZI, Riolando. *A Igreja e o menor na história social brasileira*. São Paulo: CEHILA / Paulinas, 1992. (Coleção estudo e debates latino-americanos; V. 22).

econômicas. Vejamos o que diz a historiadora Cláudia Viscardi comparando as doações feitas para a Santa Casa e para o Asilo João Emílio:

[...] O exemplo mais significativo do que estamos falando foi a Santa Casa de Misericórdia. Nascida de uma irmandade religiosa, *o hospital sustentou-se ao longo dos anos, a partir de significativas doações da elite local, acumulando um patrimônio invejável e conferindo honra e status a todos que para ela contribuíam*. O mesmo não se pode dizer de outra instituição de caridade, menos nobre, o Asilo João Emílio, destinado a meninas órfãs. *Este se mantinha com muita dificuldade e o investimento da elite local em sua sustentação era mínimo*. Nos momentos de extremada penúria, recorriam ao jornal solicitando recursos. Em resposta recebiam conselhos de como administrar melhor as suas contas, acrescidos de algumas doações bem mais modestas.¹²⁶ (Grifos nossos)

Segundo a autora, a elite local não deu tanta importância para as dificuldades do asilo porque a Santa Casa de Misericórdia representava melhor os seus interesses, mesmo sendo duas agremiações católicas. Era nela que a elite procurava auxílio médico por ter se tornado um hospital de referência e, por outro lado, muitos médicos que lá atuavam também exerciam cargos públicos no município.¹²⁷ Acrescente-se, ainda, que naquela instituição existia uma irmandade de leigos católicos que congregava os homens mais ricos da cidade, a Irmandade de Nosso Senhor dos Passos.

Continuando a refletir sobre as doações testamentárias para o Asilo João Emílio, há um caso interessante referindo-se ao testamento deixado pelo testador Christovam de Andrade, que fez uma doação de 20:000\$000 (Vinte contos de réis). Após sua morte os familiares procuraram anular seu testamento, parece que por motivos diversos. Em contrapartida, a madre superiora que administrava o asilo enviou uma carta ao representante do Poder Judiciário na cidade para fazer valer a vontade do testador e, logicamente, a sua, pois a casa de caridade estava passando por dificuldades financeiras. Vejamos o teor da carta:

Exmo. Snr. Dr. Amílcar Augusto de Castro, D. D. Juiz de Direito da 1ª. Vara da Comarca de Juiz de Fora.

O ASILO JOÃO EMILIO, com séde nesta cidade, dirigido pelas sérvas da Congregação de NOSSA SENHORA DE CARIDADE DO BOM PASTOR, representado pela sua superiora abaixo assinada, pede venia para expôr e requerer a V. Ex. o seguinte:

Faleceu recentemente nesta cidade o Sr. Cel. Christovam de Andrade, o qual, a par de outros generosos donativos feitos a este asilo anteriormente, legou-lhe em testamento a apreciavel quantia de Rs. 20:000\$000.

Semelhante legado, Exmo. Snr., vinha exatamente no momento em que esta instituição mais necessitava de recursos.

Acontece, porem, que, quando esperava o breve recebimento de tão necessaria dadiwa, foi a signataria deste intimada para responder aos termos de uma ação

¹²⁶ VISCARDI, Cláudia. M. R. Op. cit., p. 5.

¹²⁷ Ibidem, pp. 5-6.

ordinária de nulidade e anulação do testamento com que falecera o aludido doador, proposta por d. Adelaide de Andrade Braga e outros.

Dias depois, entretanto, um dos advogados dos autores da referida ação de nulidade do testamento dignou-se de comunicar á suplicante que se tranqüilizasse quanto ao legado deixado a este asilo, visto como seus constituintes fariam efetivo esse donativo, na hipótese de triunfarem a sua pretensão.

Assim sendo, dada a premente necessidade em que está esta Casa de Caridade, requer que, ouvidos todos os interessados, si concordarem, digne-se V. Ex. de autorizar o Snr. Dr. Testamenteiro e inventariante dos bens do mencionado espólio a fazer, por antecipação, o pagamento do legado deixado a este Asilo.

Pede deferimento, juntando-se estas aos autos de inventario do Snr Cel. Christovam de Andrade.

J U S T I Ç A.

Juiz de Fora, 20 de Março de 1934.

Soror Maria Rosa de Jesus.

Superiora.¹²⁸

Não conseguimos descobrir se o testamento foi anulado ou não. O fato, porém, é que segundo os próprios advogados da família, a superiora do asilo poderia se tranqüilizar, pois a doação seria concedida, segundo a vontade do testador, mesmo se o processo de anulação do testamento fosse deferido pela justiça.

Outra associação que se destacou no recebimento de doações testamentárias foi a Sociedade São Vicente de Paulo.¹²⁹ Essa associação, fundada em 1833 na França, se espalhou pelo mundo católico e foi criada em Juiz de Fora no ano de 1894 pelo senhor Aprígio Ribeiro de Oliveira, pertencente a uma família católica e muito tradicional. Seu objetivo consistia em trabalhar junto aos pobres, levando a eles a espiritualidade cristã e o alimento para o corpo. A essência da sociedade constituía em promover a justiça e o bem comum junto àqueles que sofrem.

Nas doações dirigidas aos vicentinos, destacam-se diversas ações do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, da Companhia Mineira de Eletricidade e da S. A. Fábrica de Tecidos São João Evangelista, que foram doadas pelo testador Dr. João Nogueira Penido, falecido em 1945.¹³⁰ Essas doações também aparecem no testamento de sua esposa, Dona Maria Carolina de Assis Penido. Eles foram casados, não tiveram filhos e nem herdeiros

¹²⁸ AHUFJF. Correspondência da superiora do Asilo João Emilio dirigida ao Juiz de Direito Dr. Amílcar Augusto de Castro. Documento anexado ao Testamento do Cel. Christovam de Andrade. Cx. 57A; Ref. 329A29/1933.

¹²⁹ A Sociedade São Vicente de Paulo foi fundada em 1833, em Paris, por Antonio Frederico Ozanam, então estudante com 20 anos de idade, e mais alguns jovens amigos com o objetivo de se unirem a serviço dos pobres. Primeiramente, sentiam a necessidade de dar testemunho de sua fé cristã, mais por atos que com palavras. Viam nos irmãos pobres o próprio Cristo sofredor. Para eles, a caridade é inseparável da justiça e, por isso, parecuelhes que para compreender os pobres era necessário primeiramente ser pobre com eles. A Sociedade São Vicente de Paulo se tornaria então um chamado de Deus ao aprofundamento da vida espiritual. In: CONSELHO NACIONAL DO BRASIL DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO. *Regra da Sociedade de São Vicente de Paulo no Brasil*. Rio de Janeiro: CNB da SSVF. 2001, p. 15.

¹³⁰ AHUFJF. Testamento de João Nogueira Penido. Cx. 59A; Ref. 1190; 1945.

anteriores, por isso, resolveram distribuir sua fortuna para diversas instituições, dentre elas, a Sociedade de São Vicente de Paulo.

As duas outras associações que mais receberam esmolas dos testadores foram o Patronato São José, fundado em 1933 pelo primeiro bispo da diocese, D. Justino José de Sant'Ana e a Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, fundada em 1932, cujo primeiro presidente foi o Dr. Hermenegildo Rodrigues Villaça.

Ainda queremos destacar a doação à Câmara Municipal de Juiz de Fora, destinada para as obras do novo cemitério, feita pelo Coronel Francisco Mariano Halfeld, que morreu em 1903. Assim ficou a redação em seu testamento:

Deixo para as obras do novo cemiterio que a Camara Municipal de Juiz de Fóra pretende construir Duzentas e Cincoenta apólices da divida municipal de Juiz de Fóra, cada uma de duzentos mil reis nominaes e juro annual de sete por cento; em quanto não tiver começo a construção do novo cemiterio, os juros correspondentes a este legado serão pela Camara Municipal [controlados] e escripturados com a clausula de seus destinos especiais ou depositados á juros em estabelecimento de credito com identica declaração.¹³¹

O novo cemitério não saiu do papel. Sua construção parece que foi abandonada pelas autoridades, que preferiram ampliar o já existente. A doação feita pelo coronel foi de 50 apólices (1 conto de réis cada uma) no valor total de 50:000\$000 (Cinqüenta contos de réis) e serviu para custear as obras da reforma e ampliação do antigo Cemitério Municipal, inaugurado na segunda metade do século XIX. Após 12 anos, um relatório da Câmara Municipal de 1915 demonstrava a existência ainda de 35 apólices restantes daquela doação.¹³²

As instituições assistencialistas quase sempre foram lembradas com as verbas testamentárias em diversas ocasiões. Assim, elas puderam promover, em boa medida, soluções viáveis para amenizar o sofrimento dos pobres em Juiz de Fora. A brecha deixada pelo Estado na assistência social foi, e ainda é, ocupada por diversas associações beneficentes que, ao longo da história, vêm trabalhando em favor daqueles que sofrem e não têm amparo na sociedade.

¹³¹ AHPJF. Testamento do Coronel Francisco Mariano Halfeld. Cx. 129; Série 235, 1903.

¹³² Cf. AHPJF. Relatório apresentado pelo snr. Dr. Oscar Vidal na sessão de 19 do corrente. In: Diário Mercantil; 28.08.1915; Ano IV; nº. 1102.

5.4.4 – As esmolas doadas aos pobres

Dentre todas as doações que os testadores deixavam, as que mais ganhavam significado eram, certamente, as esmolas para os pobres, os pobres de Cristo, como diziam alguns testadores. Essas esmolas contribuíam também para a salvação do finado, de modo que a alma fizesse uma passagem mais rápida pelo tempo de purgação.

Havia três maneiras básicas de fazer as doações aos pobres: o testador pedia ao testamenteiro que, simplesmente, distribuísse as esmolas àqueles que comparecessem ao seu enterro. Às vezes, o testador solicitava alguns pobres para carregar o seu caixão até o cemitério e, assim sendo, receberiam suas recompensas, geralmente com valores mais elevados. A outra maneira consistia em doações na igreja durante o rito da Missa de 7º. Dia, momento em que os pobres deveriam participar da celebração, aumentando o número dos fiéis que oravam pela salvação da alma do finado. Por fim, o testador solicitava que a distribuição das esmolas fossem feitas posteriormente ao enterro, de acordo com o tempo determinado em testamento, e o próprio testamenteiro escolheria os pobres que seriam contemplados. Nos três casos, o testador definia em testamento uma determinada quantia. Bastava o testamenteiro cumprir a rigor a sua vontade. O quadro a seguir procura apresentar uma relação dos testadores que manifestaram o desejo de doar parte de seus bens aos pobres, segundo os testamentos.

QUADRO 21 - TESTADORES QUE DOARAM PARTE DE SEUS BENS AOS POBRES

TESTADOR	ESMOLA NO DIA DO ENTERRO OU POSTERIORMENTE	ESMOLA NA MISSA DE 7º. DIA	VALOR DA ESMOLA (RÉIS)
1. Elena Teodosia de S. Joze	DIA DO ENTERRO	NÃO	20\$000
2. Cesário José da Costa Lima	DIA DO ENTERRO	NÃO	500\$000
3. Maria José Miquelina da Silva (Baronesa de Bertioga)	DIA DO ENTERRO E POSTERIORMENTE	NÃO	5\$000 para cada pobre + 500\$000 para ser repartido posteriormente + 2 contos de réis para repartir entre 10 órfãos
4. João Evangelista de Almeida	DIA DO ENTERRO	NÃO	10\$000
5. José Antônio da Silva Pinto (Barão de Bertioga)	DIA DO ENTERRO E POSTERIORMENTE	NÃO	200\$000 para os pobres + 2 contos de réis para repartir entre 10 moças órfãs
6. Francisca Angélica de Moura	DIA DO ENTERRO	NÃO	30\$000
7. Querubina Bernardina T. Pimenta	POSTERIORMENTE	NÃO	Remanescentes de sua terça
8. Rita de Cassia Tostes	DIA DO ENTERRO	NÃO	50\$000
9. Miguel Teperini	DIA DO ENTERRO	NÃO	200\$000
10. Ignacia Maria Correa	NÃO	SIM	100\$000

11. Antonio Miguel Pacheco	POSTERIORMENTE	NÃO	300\$000
12. Manoel de Aquino Ramos	POSTERIORMENTE	NÃO	100\$000
13. Maria Moreira das Neves	POSTERIORMENTE	NÃO	50\$000
14. Cel Luis Gomes Braga (Barão de Cataguases)	NÃO	SIM	300\$000
15. Anna Guilhermina de Castro Braga (ronesa de Cataguases)	NÃO	SIM	400\$000
16. José Leite Ribeiro	NÃO	SIM	300\$000
17. João Evangelista F. Aguiar	POSTERIORMENTE	NÃO	200\$000
18. Maria Cândida Perpetua	POSTERIORMENTE	NÃO	100\$000
19. Maria da E. Teixeira Duarte	NÃO	SIM	50\$000
20. Carlos Barroso	POSTERIORMENTE	NÃO	Pediu para vender os bens e distribuir aos pobres (Esmolas de 1\$000)
21. Francisco Furtado Mendonça	POSTERIORMENTE	NÃO	100\$000
22. José Augusto Peixoto	NÃO	SIM	1:000\$000
23. Major Antonio A. Carvalho	DIA DO ENTERRO (PARA QUEM CARREGAR O CAIXÃO ATÉ A SEPULTURA)	NÃO	300\$000
24. Pedro Procópio R. Valle	NÃO	SIM	500\$000

FONTE: AHUFJF. Testamentos diversos. Caixas do Setor "A"; 1850-1950.

Dos 105 testadores analisados para essa pesquisa, 24 (22,8%) manifestaram em testamento seu desejo de fazer doações em dinheiro para os pobres. Destes, apenas 1 (Major Antonio A. Carvalho) fez a exigência de doar a esmola somente àqueles que carregassem seu caixão e acompanhassem seu corpo até a sepultura. Sete testadores pediram para entregar a doação na Missa de 7º. Dia. Os outros solicitaram que o testamenteiro deveria proceder a doação posterior.

A esmola de maior valor coube à testadora Maria José Miquelina da Silva (Baronesa de Bertioga), que totalizou uma doação de 2:500\$000 (Dois contos e quinhentos mil réis) mais 5\$000 (Cinco mil réis) para cada pobre que comparecesse ao seu enterro. O seu esposo, José Antonio da Silva Pinto (Barão de Bertioga), também foi bastante generoso em seu testamento, doando um total de 2:200\$000 (Dois contos e duzentos mil réis). Além da quantia destinada aos pobres, os dois deixaram ainda uma soma de 4:000\$000 (Quatro contos de réis) para repartir entre 20 órfãos (10 meninos e 10 meninas). A menor doação apurada em testamento foi a do testador João Evangelista de Almeida que deixou uma esmola de 10\$000 (Dez mil réis).

Interessante a orientação do testador Carlos Barroso que pediu ao seu testamenteiro que vendesse todos os seus bens. O dinheiro apurado deveria ser dividido em esmolas de 1\$000 (Um mil réis) cada e, posteriormente, distribuído aos pobres.

Tudo indica que a morte de alguma pessoa rica da sociedade constituía em um momento especial para os pobres. É bem provável que a presença deles no velório e no enterro fosse bastante concorrida, principalmente se o testador tivesse um bom coração na distribuição dos bens ou solicitasse sua participação na condução do esquife até a sepultura.

Será que podemos falar da existência de pessoas pobres que viviam à espreita da morte do outro a fim de se arrecadar as esmolas como meio de sobrevivência? Não temos como afirmar essa idéia de maneira sustentável. Mas é bem provável que ela tenha sido praticada na cidade por algumas pessoas de baixo poder aquisitivo. Talvez possamos pensar nessa situação como um meio de complementar a renda de uma boa quantidade de gente que não tinha meios adequados para viver e, dessa forma, o acompanhamento de enterros e as doações testamentárias sempre chegavam em boa hora. A título de comparação, temos um estudo sobre o assunto elaborado para a cidade de São Luís do Maranhão no século XIX. Agostinho Coe afirma o seguinte:

Não eram apenas os amigos e familiares que participavam dos cortejos fúnebres. Aglomeravam-se várias pessoas de baixo poder aquisitivo para, mediante o pagamento de esmolas frequentemente estabelecidos em testamentos, acompanhar todo o cortejo. ***Muitos indivíduos viviam em busca de procissões fúnebres onde pudessem ganhar um dinheiro extra que quase sempre ajudava nas despesas diárias.*** As preces dos pobres eram consideradas de grande valia por serem consideradas especiais. Mesmo na hora da morte o pobre não deixava de servir aos bem aquinhoados, pois segundo a Bíblia, os pobres tinham privilégios no contato com Deus, sendo suas preces muito bem quistas e quase sempre atendidas.¹³³
(Grifo nosso)

A presença dos pobres nos enterros ocorridos em Juiz de Fora não recebia importância nos jornais. Havia vários periódicos na cidade que cobriam a morte dos indivíduos mais abastados da sociedade juizforana. Em nenhum deles apuramos a divulgação da presença de pobres se esmolando. Os jornais anunciavam os nomes de quase todos os presentes, porém faziam questão de ressaltar somente as pessoas ilustres, ou seja, lideranças políticas e militares e a elite econômica. Há, contudo, anúncios em jornais convocando as pessoas que se encontrassem na condição de pobreza para comparecer na igreja em que seria celebrada a missa (Corpo Presente ou Sétimo Dia) a fim de receber a esmola deixada pelo finado. Foi assim que o Pharol trouxe em destaque o seguinte comunicado em 1881:

¹³³ COE, Agostinho Júnior Holanda. Op. cit, p. 46.

Aviso a pobreza

O Ilmo. Sr. Joaquim Coelho Dias, por cumprimento das disposições deixadas por sua finada esposa, manda distribuir á porta da igreja Matriz desta cidade, depois da missa que se ha de celebrar no dia 17 do corrente, setimo de seu fallecimento, a quantia de 1:000\$000 em esmolas de 5\$000 pelos pobres.

Quem se achar nestas condições compareça no dia marcado.¹³⁴

O que fica evidente para nós é que não havia um critério definido pelo testador para uma pessoa ser caracterizada como pobre. Bastava comunicar à sociedade, e quem se considerasse naquela condição podia comparecer ao local determinado para receber sua esmola.

Noutro sentido, os jornais também traziam notícias para reclamar da presença dos pobres no município e pedir soluções para acabar ou diminuir a mendicância nas ruas. Em vista disso, em 1912 a diretoria do albergue dos pobres divulgou a idéia de se ampliar o local que já funcionava desde 1891. A notícia, que agradou muito a imprensa, foi a seguinte:

UMA IDEIA HUMANITARIA — GRAÇAS AOS ESFORÇOS DA DIRECTORIA DO ALBERGUE DOS POBRES A MENDICIDADE VAE DESAPPARECER EM JUIZ DE FÓRA

Até bem pouco tempo parecia insolúvel o problema da mendicidade entre nós.

Por toda a parte se reclama contra a alluvião de pobres que nos visita.

Como acabar com essa triste exploração dos nossos infelizes semelhantes, a quem o destino avaro obriga á estender a mão á caridade, sempre que o estomago exige alimento? Prival-os de sair á rua? Impossivel.

Expulsal-os do convivio do povo? Deshumano.

[...]

Precisamos acabar com essa situação que tanto depõe contra os nossos creditos.

Varias tentativas já foram feitas nesse sentido. Entre ellas avulta a das piedosas e distinctissimas Damas da Caridade, associação composta de senhoras das mais conceituadas em nosso meio.

As Damas da Caridade tomaram sobre os hombros a pesadissima e louvavel tarefa de angariar, aqui e acolá, o sustento necessario a todos os pobres que apparecem na cidade.

As dignas senhoras, durante longos mezes, cumpriram de modo satisfactorio e com applausos geraes da população a sua dignificante tarefa.

Enquanto isso, os pobres sumiram das ruas e ninguem mais reclamou.

Mas, a obra tão bellamente iniciada, não pode ter grande duração.

Os auxilios com que contavam as Damas da Caridade, começaram a escassear. Pessôas que, de bom grado, se haviam comprometido a concorrer com 1\$, 2\$ e 5\$ mensaes para sustento da mendicidade, deixaram de fazel-o, depois de poucos mezes de contribuição.

[...]

Os pobres voltaram a fazer a sua romaria semanal pelas portas da *urbs*.

Os jornaes reclamaram e vivem a reclamar improfucamente.

Agora sabemos que uma poderosa tentativa se vae levar a effeito em favor dos pobres.

Trata da fundação de uma casa para elles. De uma cassa, onde tenham tudo: Comida, cama e vestuario.

¹³⁴ AHUFJF. Pharol. 13/02/1881. Ano XV; N°. 13.

Os promotores da idéa são os srs.: dr. João Lustoza, Paula Gomes e Francisco Bessa, que se constituíram em comissão afim de angariar donativos.

[...]

Hontem s.s. veiu mostrar-nos a planta de um projecto para augmento do Albergue dos Pobres á rua Ozorio de Almeida.

O projecto, que esta muito bem feito, crea vastos dormitórios, enfermarias, refeitório e uma dependencia para albergue nocturno.

[...]

Nesta redacção acha-se uma lista de donativos, quer em dinheiro, quer em materiaes para as referidas obras.¹³⁵

O Albergue contaria, para sua sobrevivência, com a ajuda do público em geral e do comércio de Juiz de Fora. A idéia, com isso, era fazer uma limpeza social, retirando os pobres das ruas da cidade, possibilitando aos mesmos uma vida mais digna. A mendicância, porém, não desapareceria tão facilmente. Os indigentes ainda contariam, por diversos anos, com as esmolas particulares angariadas nas portas das casas da cidade ou com a boa vontade das pessoas ricas, com suas doações testamentárias, obrigando o pobre a buscar todos os dias alguma procissão fúnebre que valesse a pena.

Com o intuito de se ter uma idéia geral sobre os testadores que mais deixaram esmolas para a Igreja, os santos, as instituições e para os pobres, apresentamos, a seguir, um quadro trazendo os 3 maiores doadores com as referidas informações, destacando ainda os valores deixados por eles:

QUADRO 22 - TESTADORES QUE MAIS FIZERAM DOAÇÕES

TESTADORES	INSTITUIÇÕES E VALORES
1. João Nogueira Penido e Maria Carolina de Assis Penido	-Santa Casa de Misericórdia de Barbacena: 35:000\$000 (Em ações) -Sociedade de Assistência aos Lázaros: 35:000\$000 (Em ações) -Maternidade Terezinha de Jesus: 35:000\$000 (Em ações) -Associação das Damas Protetoras da Infância: 35:000\$000 (Em ações) -Patronato São José: 35:000\$000 (Em ações) -Caixas Escolares de 17 grupos escolares: 146:200\$000 (Em ações) -sociedade São Vicente de Paulo: 194:800\$000 (Em ações) -Asilo João Emilio: 167:800\$000 (em ações) -Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora: 950:000\$000 (em ações e apólices) -TOTAL DOADO PELO CASAL: 1.633:800\$000
2. Alfredo de Souza Bastos	-Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora: 50:000\$000 -Instituto João Emilio: 50:000\$000 -Asilo de mendigos: 50:000\$000 -Patronato São José: 50:000\$000 -Associação São Vicente de Paulo: 50:000\$000 -Sociedade de Assistência aos Lázaros: 50:000\$000 -São José: 50:000\$000 -Maternidade Terezinha de Jesus: 30:000\$000 -Associação Beneficente Juiz de Fora: 30:000\$000 -Associação Brasileira Beneficente: 20:000\$000 -Associação Auxiliadora Portuguesa: 20:000\$000 -Associação Pão de Santo Antônio: 20:000\$000 -Associação Sopa dos Pobres: 20:000\$000 -Igreja Católica: 10:000\$000 -Igreja de N. Senhora do Rosário: 10:000\$000

¹³⁵ AHPJF. Diário Mercantil. 26.01.1912; Ano I; nº 4.

	<ul style="list-style-type: none"> -Igreja de São Sebastião: 5:000\$000 -Igreja de São Roque: 5:000\$000 -Igreja de N. Senhora da Glória: 5:000\$000 -Igreja de São Mateus: 5:000\$000 -Igreja de São José: 5:000\$000 -Igreja de Campo Belo (Resende; RJ): 10:000\$000 -Escola Brasileira Alemã: 5:000\$000 -Centro Espírita União, Humildade e Caridade: 5:000\$000 -Instituto D. Eugenia Braga: 5:000\$000 -Policlínica de Juiz de Fora: 10:000\$000 -Caixas escolares de diversos grupos escolares: 35:000\$000 <p>TOTAL DOADO: 605:000\$000</p>
3. Coronel Francisco Mariano Halfeld	<ul style="list-style-type: none"> -Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora: 140:000\$000 (Em apólices) -Para distribuir ente os pobres: 1:000\$000 -Instituto João Emílio: 80:000\$000 (Em apólices) -Igreja Matriz de Juiz de Fora: 60:000\$000 (Em apólices) -Igreja de Nosso Senhor dos Passos: 20:000\$000 (Em apólices) -Igreja de São Sebastião: 20:000\$000 (Em apólices) -Igreja de Nossa Senhora da Glória: 20:000\$000 (Em apólices) -Igreja de Nossa Senhora do Rosário: 20:000\$000 (Em apólices) -Igreja de Nossa Senhora do Livramento em Srandy: 10:000\$000 (Em apólices) -Obras do Cemitério Municipal: 50:000\$000 (Em apólices) -Conferência S. Vicente de Paulo da Ig. N. S. da Glória: 2:000\$000 (Em apólices) -Conferência S. Vicente de Paulo da Matriz: 2:000\$000 (Em apólices) -Conferência S. Vicente de Paulo da Ig. N. S. Passos: 2:000\$000 (Em apólices) -Associação Pão de Santo Antônio: 2:000\$000 (Em apólices) -Obras da Av. dona Rita: 20:000\$000 (Em apólices) -Associação Beneficente Brasileira: 1:000\$000 (Em apólices) -Associação Beneficente Brasileira Alemã: 1:000\$000 (Em apólices) -Associação Beneficente de Juiz de Fora: 1:000\$000 (Em apólices) -Associação Auxiliadora Portuguesa: 1:000\$000 (Em apólices) -Câmara Municipal de Juiz de Fora: 3:000\$000 <p>-TOTAL DOADO 456:000\$000</p>

FONTE: AHUFJF: Testamento de João Nogueira Penido. Cx. 59A; Ref. 1190; 1945. Testamento de Maria Carolina de Assis Penido. Cx. 60A; Ref. 1199; 1946. Testamento de Alfredo de Souza Bastos. Cx. 58A; Ref. 331A47; 1940. AHPJF. Testamento de Coronel Francisco Mariano Halfeld. Cx. 129; Série 235; 1903.

É bom lembrar que o casal João Nogueira Penido e Maria Carolina de Assis Penido não tiveram filhos, como deixaram redigidos nos seus testamentos e, talvez por isso, suas doações foram bastante altas, ultrapassando até mesmo a soma dos outros dois testadores. Outra particularidade do casal foi que todas as suas doações constituíram-se sob a forma de ações de empresas e apólices da dívida pública. A instituição que mais foi contemplada foi a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, ultrapassando 50% do total legado. Percebe-se ainda que eles não beneficiaram nenhuma igreja, capela ou santo, apesar de terem-se declarados católicos apostólicos romanos em seus testamentos.

De maneira diferente, o testador Alfredo de Souza Bastos deixou todas as suas esmolas em dinheiro. Houve ainda maior equilíbrio nas suas doações entre as instituições que foram beneficiadas, dentre elas diversas igrejas (55:000\$000 = 9,1% do total doado). Interessante também a manifestação do testador em deixar cinco contos de réis para o Centro Espírita União, Humildade e Caridade. Esse foi o primeiro centro Espírita fundado em Juiz de

Fora e o quarto de Minas Gerais, em 02 de abril de 1901.¹³⁶ A opção do testador de fazer essa doação se deve ao fato de que tal instituição exercia uma atividade caritativa junto aos necessitados. Essa se tornou uma maneira de contribuir indiretamente para com os pobres da cidade. As ações de caridade prestadas pelos centros espíritas da cidade podem ser vistas até a atualidade na sociedade juizforana. São ações que atingem não somente os pobres, mas também os órfãos e os idosos abandonados pelos familiares.

O coronel Francisco Mariano Halfeld também não teve filhos com sua esposa. Da mesma forma que o casal citado primeiramente, este testador deixou praticamente todas as suas doações em apólices da dívida pública (Federal e Estadual). Também, a instituição mais beneficiada individualmente em seu testamento foi a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora. Foi esse testador que mais se preocupou em deixar esmolas para diversas igrejas (150:000\$000 = 32,9% do total doado), mais de três vezes do que as doações do testador Alfredo de Souza Bastos.

Deixar esmolas para as igrejas e para os santos significava, de alguma maneira, a demonstração de devoção por parte dos testadores a fim de que os santos pudessem estar presentes tanto na vida quanto na hora da sua morte. O culto aos santos — aqueles nomeados pela Igreja como os que protegem na hora da morte — é o objeto do nosso último capítulo. Nele veremos a importância da prática devocional para que as pessoas garantissem sua proteção para o bem viver e, principalmente, para o bem morrer. O culto aos mortos, que se configura em uma prática disseminada entre os católicos, também será objeto do capítulo seguinte.

¹³⁶ CAMURÇA, Marcelo Ayres. “Le livre des Esprits” na Manchester Mineira: A modernidade do Espiritismo face ao *conservadorismo* Católico nas primeiras décadas do século em Juiz de Fora. In: *Rhema*. Revista de Filosofia e Teologia do Instituto Teológico Arquidiocesano Santo Antônio. V. 4, nº. 16, Juiz de Fora: ITASA, 1998, p. 202; Há ainda alguns jornais que circulavam no período da fundação do centro espírita que mencionam as obras de caridade praticada pela associação. Cf. *Pharol*; *Jornal do Comercio*, dentre outros.

6 — CULTO E DEVOÇÃO PARA O BEM VIVER E O BEM MORRER

6.1 – Os santos protetores para a boa morte

Há informações muito antigas de que os primeiros cristãos já prestavam honra e devoção aos mártires que sofreram perseguições e acabaram por morrer em nome de Jesus Cristo.¹ Nos locais do martírio era celebrada a Eucaristia para manter viva a fé, a memória e o exemplo do mártir.² Os primeiros fiéis tiveram também para com os Apóstolos e com Maria uma veneração praticada ainda em vida. Depois de suas mortes, tornou-se um costume entre

¹ Santo Estêvão é o primeiro mártir do Cristianismo, sendo considerado santo por quase todas as denominações cristãs: Igreja Católica, Igrejas Ortodoxas e a Comunhão Anglicana. É celebrado a 26 de Dezembro no Ocidente e a 27 de Dezembro no Oriente. Segundo os Atos dos Apóstolos, Estêvão foi um dos sete primeiros diáconos da igreja nascente, logo após a morte e ressurreição de Jesus, pregando os ensinamentos de Cristo e convertendo tanto judeus como gentios. Segundo Étienne Trocmé, Estêvão pertencia a um grupo de cristãos que pregavam uma mensagem mais radical, um grupo que ficou conhecido como os helenistas, já que os seus membros tinham nomes gregos e eram educados na cultura grega e que separou do grupo dos doze apóstolos. Também eram conhecidos como o grupo dos sete. Foi detido pelas autoridades judaicas, levado diante do Sinédrio (a suprema assembleia de Jerusalém), onde foi condenado por blasfêmia, sendo sentenciado a ser apedrejado (At, 8). Entre os presentes na execução, estaria Paulo de Tarso, o futuro São Paulo, ainda durante os seus dias de perseguidor de cristãos. O seu nome vem do grego Στέφανος (*Stephanós*), o qual se traduz para aramaico como Kelil, significando *coroa* - e Santo Estêvão é, de resto, representado com a coroa de martírio da cristandade, recordando assim o fato de se tratar do primeiro cristão a morrer pela sua fé - o protomártir. Durante os primeiros séculos do cristianismo, o túmulo de Estêvão achou-se perdido, até que em 415 (talvez pela crescente pressão dos peregrinos que se deslocavam à Terra Santa), um certo padre, de nome Luciano, disse ter tido uma revelação onírica de onde se encontrava a tumba do mártir, algures na povoação de Caphar Gamala, a alguns quilômetros a Norte de Jerusalém. Gregório de Tours afirmou mais tarde que foi por intercessão de Santo Estêvão, que um oratório a ele dedicado, na cidade de Metz, onde se guardavam relíquias do santo, foi o único local da cidade que escapou ao incêndio que os Hunos deitaram-lhe, no dia de Páscoa de 451. O culto de Santo Estêvão encontra-se associado à festa dos rapazes nas aldeias de Trás-os-Montes, integradas no ciclo de festividades do Solstício do Inverno, no período que decorre do dia 24 de Dezembro ao dia 6 de Janeiro, e que, no passado pagão, foram dedicadas ao culto do Sol, num ritual em que intervêm os caretos, as máscaras tradicionais do extremo nordeste de Portugal. Cf.: <http://www.wikipedia.org/santoestevao>. Acesso em 12/07/09.

² FARIA, José Hipólito de Moura. Intercessão dos santos, comunhão dos santos. In: *Ritualização: Revista de divulgação teológica para o cristão de hoje*. Ano XXXVI, nº. 318, 2006, p. 30.

os cristãos implorar-lhes proteção, pois acreditavam que eles se encontravam na intimidade do Senhor.³ Essa relação entre os fiéis e os mártires — ou santos — acabou se convertendo em prática constante dentro da Igreja Católica e servindo como um dos principais recursos de catequese para se divulgar os ideais do cristianismo, tanto na Europa como nas regiões colonizadas a partir do século XV.

A devoção aos santos chegou ao Brasil com os colonizadores portugueses. Os principais divulgadores de tal prática foram, no entanto, os missionários, homens religiosos e comprometidos com o fortalecimento da fé e da Igreja na Terra de Santa Cruz. A devoção foi ganhando espaço e se consolidando em todas as regiões da colônia à medida que o povoamento se interiorizava. Os indivíduos buscavam a proteção do santo para cada situação e finalidade. A devoção crescia na medida em que o santo proporcionava aos fiéis os benefícios pedidos. Assim, muitos arraiais e vilas, ao serem fundados, geralmente homenageavam um santo de devoção.⁴

Juiz de Fora, que nasceu sob o signo da religiosidade e da devoção a Santo Antônio vai seguir a tendência do resto do Brasil.⁵ O culto aos santos na cidade foi um dos principais pilares da manifestação da presença do sagrado entre a população e do reconhecimento de que eles podiam garantir a proteção necessária diante das ameaças de morte vindas com as pestes. Elegemos para nossos estudos os três santos reconhecidos pelos fiéis como aqueles que, de algum modo, associam-se à manifestação de culto para o bem viver e o bem morrer. São eles: São Sebastião, São Roque e São José. Além, é claro, da devoção a Nossa Senhora, com suas variadas denominações.

A manifestação da devoção aos santos supracitados também se refletiu nas escolhas dos patronos das paróquias, capelas e comunidades missionárias que fazem parte da Igreja de Juiz de Fora. Pelo ANEXO 18 podemos ver os números relativos aos determinados padroeiros que nos interessam para esse estudo. Primeiramente, destaca-se a devoção a Nossa Senhora. O total consagrado a ela chega a 236 — entre paróquias, capelas e comunidades. Nossa Senhora Aparecida é a que congrega maior quantidade, seguida por Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora da Imaculada Conceição e Nossa Senhora do Rosário. Ao todo são 40 títulos dados a Maria na Arquidiocese local.

Em relação aos santos, São Sebastião apresenta o maior número de consagrações. A quantidade chega a 48 entre paróquias, capelas e comunidades. Um número bastante

³ DOUILLET, Jacques. *Que é um santo?* (Trad. Lucia J. Villela). São Paulo: Flamboyant, s/d, p. 67.

⁴ Cf. MATA, Sérgio da. Op. cit.

⁵ Cf. FERREIRA, Antônio Carlos Lemos. Op. cit.

expressivo, maior do que o de São José, com 38 menções. São Roque fica com apenas uma consagração, uma capela fundada pelos imigrantes italianos no início do século XX.

Importante mencionar ainda, de acordo com o ANEXO 18, a existência de 6 capelas particulares erguidas em fazendas, como tornou-se costume na época colonial e imperial. Uma consagrada a São José, uma a Nossa Senhora do Patrocínio e quatro a Nossa Senhora Aparecida. Nessas capelas, os sacerdotes procediam as celebrações dos diversos ritos sacramentais, desde que os bispos da Igreja local autorizassem. Para isso, “as pessoas que tinham mais posses, como fazendeiros e senhores de engenho, solicitavam o direito de que seus oratórios fossem considerados públicos, para a celebração do culto divino.”⁶

Observando também o ANEXO 19 podemos fazer algumas considerações. O templo mais antigo consagrado a São Sebastião fica em Juiz de Fora, data-se de 1878. Com relação a São José, a devoção na cidade só ganhou fôlego a partir da inauguração de sua igreja, localizada no Bairro Costa Carvalho, em 1934.

Das paróquias consagradas a Nossa Senhora, a mais antiga é a de Nossa Senhora da Glória, em Simão Pereira, no ano de 1752. Em seguida, a devoção a Nossa Senhora da Imaculada Conceição na cidade de Conceição de Ibitipoca, datando-se de 1768. Onze outras denominações tiveram origens no século XIX. As paróquias consagradas a Nossa Senhora Aparecida são mais recentes, como podemos constatar, todas do século XX.

Com relação às capelas consagradas aos santos e a Nossa Senhora, não conseguimos datá-las por falta de informações documentais.

Trabalharemos com o conceito de Catolicismo Devocional para o estudo da devoção aos santos na cidade de Juiz de Fora. Riolando Azzi traçou alguns pontos importantes para o entendimento desse conceito. Ele designa o catolicismo como uma religião doméstica e comunitária. Isso significa que:

Foi dentro do lar a forma mais comum através da qual a fé foi transmitida. O catolicismo estava profundamente arraigado na nação portuguesa quando os conquistadores iniciaram a colonização da nova terra. Mediante os ensinamentos dos pais, e sobretudo da mãe de família, a crença católica foi passando de geração para geração.⁷

⁶ AZZI, RIOLANDO. *O Catolicismo popular no Brasil*. Op. cit., p. 30.

⁷ AZZI, RIOLANDO. *Sob o báculo episcopal*. Op. cit., p. 23.

O autor ainda destacou três pontos básicos sobre os quais o Catolicismo Devocional se assenta:

Em primeiro lugar, nesse processo elementar de educação da fé sempre se apresentou como um dos itens fundamentais a noção de que o mundo surgiu como uma obra saída das mãos de Deus. Essa era uma verdade inquestionável, apresentada como explicação última da existência humana sobre a terra.

[...]

O segundo ponto na transmissão da fé era a consciência da pequenez do homem, como resultado da perspectiva anterior: daí uma crença muito forte na ação da providência divina.

[...]

O terceiro ponto a ser assinalado era o recurso constante à intercessão dos anjos e dos santos, considerados como amigos e protetores junto de Deus. Considerando a grandeza divina e a pequenez do homem, essa mediação passava a se plenamente justificada, e por vezes valorizada ao extremo.⁸

O aspecto que queremos chamar a atenção em nosso trabalho é o da devoção aos santos. Essa dinâmica de se dirigir a um intercessor junto de Deus foi fundamental para fortalecer os laços religiosos na família e, por que não, também entre a população da cidade.

Cada família tinha os seus santos protetores, cultuados através de imagens colocadas, em geral, num pequeno nicho pendurado na parede da sala de visitas, designado como oratório. Nos lares mais abastados, reservava-se até um quarto para essa devoção: o quarto do oratório. E nas fazendas e engenhos, fazia-se uma capela para prestar o culto a esses santos da família. Em muitas famílias, rezava-se diariamente o terço diante dessas imagens sagradas, faziam-se também novenas e preces especiais em casos de necessidade.

[...]

Essa catequese familiar não tinha um cunho doutrinal, nem era apresentada de forma sistematizada. Os ensinamentos eram transmitidos geralmente através de episódios da história sagrada adaptados para transmitir valores morais, de fatos históricos ou lendários da vida dos santos, onde se evidencia o seu poder de intercessão junto de Deus.⁹

Os indivíduos faziam promessas para solucionar suas questões mais difíceis. Na sociedade, os fiéis organizavam as festas do padroeiro, faziam novenas, puxavam rezas e seguiam as procissões, estabelecendo, assim, “uma ponte entre o céu e a terra, entre o poder divino e a fraqueza humana. Assim sendo, o cumprimento das promessas feitas tornava-se uma dívida sagrada, a ser paga a qualquer custo e cuja obrigação passava por vezes de pai para filho”¹⁰ Azzi chamou a atenção ainda para a relação estabelecida pelos pais entre a criança e os santos:

Quando nascia uma criança, recebia o nome do santo cultuado na liturgia do dia, ou de um santo de devoção particular dos pais. As crianças aprendiam desde cedo a

⁸ Ibidem, pp. 23-24.

⁹ Ibidem, p. 24.

¹⁰ Ibidem, p. 25.

invocar a proteção dos anjos e santos. Era comum nas famílias, a oração do anjo da guarda, antes de deitar: “Santo Anjo do Senhor, meu zeloso guardador.”¹¹

A devoção aos santos possibilitou aos católicos a crença na intercessão tanto no viver quanto no morrer. Dessa forma, a boa morte se constituiu em uma possibilidade a ser atingida através da dinâmica da devoção prestada aos oragos.

6.1.1 – A devoção a São Sebastião

Queremos apresentar primeiramente uma pequena biografia de São Sebastião para buscar entender porque ele é cultuado na Igreja Católica como um dos santos protetores contra as pestes.

São Sebastião (245 - 288), era natural da cidade de Narvonne (França). Recebeu aprimorada educação em Milão, terra natal de sua mãe, que era fervorosa cristã. Seguindo o exemplo materno, ele, também, desde criança, sempre se mostrou forte e piedoso na fé. Atingindo a idade adulta, alistou-se como militar, nas legiões do Imperador, pois nessa condição, pensava, teria melhor oportunidade de mitigar o sofrimento de seus irmãos em Cristo, encarcerados por tal "crime". A figura imponente, a prudência e a bravura do jovem militar, tanto agradaram ao Imperador Deocleciano, que o nomeou Comandante de sua guarda pessoal. Nessa destacada posição, Sebastião se tornou o grande benfeitor dos cristãos encarcerados em Roma, daquele tempo. Visitava com frequência as pobres vítimas do ódio pagão, e, com palavras de dádiva, consolava e animava os candidatos ao martírio aqui na terra, pois estes receberiam a coroa da glória no céu. Logo, logo o Imperador soube que o Capitão Comandante de sua guarda era cristão, o que era considerado crime contra o Estado. O Imperador ficou perplexo ao ouvir do próprio Sebastião que era cristão, sem, no entanto, descurar de seus deveres de militar corajoso leal. Em vão tentou o Imperador dissuadi-lo. Sebastião, com respeito, mas também com firmeza se defendeu, apresentando os motivos que o animava a seguir a fé cristã, e a socorrer os aflitos e perseguidos. O Imperador, enraivecido ante os sólidos argumentos daquele cristão autêntico e decidido, deu ordem aos seus soldados, para que amarrassem o ex-chefe a uma árvore, fora da cidade, e o liquidassem à flecha. Tal ordem foi imediatamente cumprida. Num descampado, os soldados despiram-no e o amarraram a um tronco de árvore e atiraram nele várias setas, deixando-o exangue e supostamente morto. À noite, uma mulher, foi ao lugar da execução, para tirar o corpo de Sebastião e dar-lhe sepultura. Com grande admiração, encontraram-no ainda com vida. Sem demora, levou-o para sua casa, onde cuidou dele. Apenas restabelecido, procurou Sebastião o Imperador, e, sem pedir audiência, apresentou-se-lhe, acusando-o de injusto e sanguinário, por condenar inocentes, cujo grande mal era servir a Cristo. Este, tomado de surpresa, não sabia o que pensar e nem o que dizer, pois, tinha por certo que Sebastião estava morto. Perguntando-lhe quem era, Sebastião disse-lhe "Sou Sebastião, e o fato de eu estar vivo, devia concluir que é poderoso o Deus a quem adoro, e que não fazes bem perseguir-lhe os servos". O Imperador enfureceu-se com esta resposta. Ordenou aos soldados que levassem Sebastião ao Fórum, e, lá, na presença de todo o povo o matassem a pauladas e a golpes de bolas de chumbo, o que realmente aconteceu. E,

¹¹ Ibidem, p. 24.

para subtrair o cadáver à veneração dos cristãos, atiraram-no no esgoto público de Roma. Uma piedosa mulher, sepultou-o nas catacumbas. Assim aconteceu no ano de 287. Mais tarde, no ano de 680, suas relíquias (Ossos), foram solenemente transportados para uma basílica construída pelo Imperador Constantino, e onde se encontram até hoje.¹²

O texto narra sinteticamente o modo como São Sebastião viveu e morreu. A fé em Cristo foi o maior esteio de sua formação desde a infância até sua morte como mártir. Por isso, o texto apresenta, em si, um caráter edificante para o entendimento do significado de morrer pela causa de Cristo. O martírio de São Sebastião tornou-se um grande exemplo para os cristãos. Logo o santo passou a ser invocado como protetor contra as pestes e, logicamente, contra a má morte, pois, em muitas situações, ela estava associada às doenças contagiosas.¹³ “A crença antiga de que a peste representava um castigo divino que matava rápido como uma flecha, conforme a leitura do versículo 14 do Salmo 7 fez com que São Sebastião se tornasse um defensor contra a peste.”¹⁴

A devoção a São Sebastião no Brasil nos remete aos tempos coloniais. A invocação a ele era dirigida tanto pelas camadas populares como pelas autoridades políticas e religiosas a fim de buscar proteção contra a peste, a fome e a guerra e a proteção do Estado lusitano e brasileiro. O primeiro grande centro de difusão do culto ao santo guerreiro foi a cidade do Rio de Janeiro que, em suas origens, destaca-se Estácio de Sá — sobrinho do Governador Mem de Sá — invocando o nome do santo em seu favor para iniciar a expulsão dos franceses da Baía de Guanabara. O Governador Mem de Sá conseguiu a vitória final no dia 20 de janeiro de 1567, dia consagrado ao santo.¹⁵

A introdução do culto a São Sebastião em Juiz de Fora na segunda metade do século XIX merece uma atenção especial no sentido de procurar entender que a população buscava a ajuda do santo, sobretudo, para a proteção contra as epidemias que atingiam a região.

Em 1855 Juiz de Fora foi atingida pela primeira vez pela epidemia do Cólera-morbus, considerado então como um verdadeiro “flagelo” com o qual Deus feria a população. Em princípios de 1865 o cólera-morbus voltou a matar em Juiz de Fora. Daí as freqüentes invocações a São Sebastião. No bendito a São Sebastião, esse aspecto da proteção contra a peste é colocado em evidência: “Ó grande São Sebastião, santo mártir glorioso / Livrai-nos da peste, fome e guerra, e mal contagioso / Ó Sebastião bendito, roga por mim pecador / Para que dos meus pecados eu sinta profunda dor.”¹⁶

¹² Disponível em: <http://members.netmadeira.com/parroquiaca.l/historia/saosebaastiao>. Acesso em 16/04/2009.

¹³ ESPIG, Márcia Janete. *São Sebastião, O "Rei da Glória" - O Santo do Contestado*. Revista Eletrônica de História do Brasil. Juiz de Fora: UFJF, v. 2, n. 2, jul./dez. 1998, p. 17. Disponível em: <http://www.ufjf.br/~clionet/rehb>. Acesso em 16/04/2009.

¹⁴ AZZI, Riolando. *Sob o báculo episcopal*. Op. cit., p. 31.

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ Ibidem, pp. 31-32.

Como a cidade foi invadida por diversas pestes em momentos distintos, a população percebeu a necessidade de se erigir um templo consagrado a São Sebastião, com o objetivo de estruturar a devoção e obter maior proteção diante dos riscos a que todos estavam expostos.

A fim de obter maior proteção do santo, membros da comunidade pensaram em edificar um templo dedicado a São Sebastião. A construção da igreja foi iniciada em 1872, num terreno doado pelo comendador Halfeld, com espaço disponível, nos adros laterais, para realizar a jardinagem; era uma área reservada anteriormente para uma escola.¹⁷

Muito antes de se preocupar em erguer um templo em homenagem a São Sebastião, a população já praticava a devoção a ele no seio da família e da Igreja. Ela se manifestava na oração e na invocação do nome do santo diante de algum perigo de doença contagiosa e nos momentos especiais de celebrações no dia dedicado a ele, como as novenas, as procissões e as festas apropriadas com barraquinhas, jogos de diversões e guloseimas.¹⁸ “Essas celebrações constituíam uma forma de restabelecer a confiança na vida, diante de tantas inseguranças geradas pela fragilidade dos instrumentos humanos para enfrentar os obstáculos da natureza.”¹⁹

Os pais que quisessem homenagear São Sebastião procuravam batizar seus filhos com esse nome e ainda entregavam as crianças para ser apadrinhadas pelo santo. Isso tinha por objetivo garantir, para aquele pequeno, maior proteção na vida e na morte. A convivência entre santo e devoto era, portanto, bastante íntima.

Existe uma convicção generalizada de que tal relação é regida pelo princípio da troca. [...] Quando se almeja alcançar uma ‘graça’ especial, lança-se mão da promessa. Caso atendido, o devoto deverá ‘pagar’ ao santo. Pagar uma promessa significa, por exemplo, impor-se um sacrifício, fazer uma romaria, submeter-se a um tabu alimentar ou comportamental.²⁰

O santo, além de estar presente nos templos, estava também no ambiente familiar, como amigo; ele “atende aos pedidos que lhe são feitos, desde que as promessas sejam cumpridas.”²¹

As festas constituíam-se em verdadeiros momentos de tradição e esplendor, praticados desde os tempos coloniais. Nelas o sagrado e o profano, muitas vezes, se misturavam, motivo de grandes preocupações para as autoridades eclesiásticas.²² Era ainda

¹⁷ Ibidem, p. 32.

¹⁸ MATA, Sérgio da. Op. cit. p. 116.

¹⁹ AZZI, Riolando. *A Cristandade colonial. Mito e ideologia*. Op. cit., p. 66.

²⁰ MATA, Sérgio da. Op. cit. p. 116.

²¹ AZZI, Riolando. Elementos para a história do Catolicismo popular. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*. Op. cit., p. 130.

²² Cf. AZZI, Riolando. *O Catolicismo popular no Brasil*. Op. cit.; REIS, João José. Op. cit.

naquele ambiente que as pessoas vivenciavam a sociabilidade, procurando, nas rodas de papos, conversar sobre os assuntos do dia-a-dia. Ali também manifestavam “as identidades, os valores e tensões através das atitudes, dos comportamentos, dos gestos e do imaginário presentes em suas celebrações.”²³

Na Festa de São Sebastião ocorrida em 1915, o Diário Mercantil divulgou duas notícias. A primeira diz respeito aos festejos que deveriam ocorrer na Igreja de São Sebastião de Juiz de Fora, lugar oficialmente reconhecido como centro de devoção ao santo. A outra notícia, publicada a pedido do vigário da Igreja de Nossa Senhora da Glória, informava aos fiéis, em geral, da ilegalidade da festa que iria ocorrer na Capela de São Roque. Tal ato ilegal se deve a um conflito muito sério que estava ocorrendo entre os sacerdotes da Igreja da Glória e a comunidade italiana que controlava a Capela de São Roque.²⁴

1. Festa de São Sebastião

Realizar-se-ão hoje, durante todo o dia, as festividades de S. Sebastião, o glorioso martyr.

De madrugada, haverá uma salva real, ás 10 horas missa solemne, ás 16 sermão e procissão, abrilhantada pela banda de musica Santa Cecilia.

Depois da procissão proceder-se-á ao leilão de ricas prendas.²⁵

2. Festa de S. Sebastião

Avisamos aos fieis da cidade e do Curato da Gloria que *de nenhuma forma* podem tomar parte nos festejos de São Sebastião, que se ccelebram na Capella chamada de S. Roque, sob a direcção de um padre apostata, que se intitula “Segundo Patriarcha da Egreja Catholica Apostolica Brasileira”.

Padre Leopoldo Pfad, Vigario.

*Padre Vicente Zey, Cura.*²⁶

Independente dos problemas anteriormente citados, a festa de São Sebastião tornou-se um acontecimento que envolvia uma boa parte da comunidade devota do santo. Não podiam ficar de fora os homens da elite juizforana, como políticos, empresários e militares, haja vista que, em épocas de epidemias, todos estavam sujeitos ao contágio, independente da condição social e econômica. Era uma forma de prestar homenagens àquele que defendia a população contra as pestes e a má morte. Eles procuravam participar, principalmente, na organização dos festejos, nas doações de prendas para bingos e nos eventos religiosos, como rezas do terço, de novenas e celebrações eucarísticas. O Lampadário que circulou em

²³ ABREU, Martha Campos. *O Império do divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira - Fapesp 1999, pp. 37 – 38. Cf. também: MATA, Sérgio da. Op. cit.

²⁴ Cf. FERENZINI, Valéria Leão. A “*Questão São Roque*”: *Devoção e Conflito. Imigrantes italianos e Igreja Católica em Juiz de Fora (1902 – 1920)*. Op. cit.

²⁵ AHPJF. Diário Mercantil. 24/01/1915; Ano IV; nº. 921.

²⁶ AHPJF. Diário Mercantil. 30/01/1915; Ano IV; nº. 926.

dezembro de 1926, publicou os nomes dos juizes e dos mordomos que iriam conduzir os festejos e as celebrações naquele ano.

JUIZES E MORDOMOS DA NOVENA E FESTA DE S. SEBASTIÃO.

JUIZES:

Ilm^{os}. srs. Drs. José Procopio Teixeira, Francisco de Campos Valadares, Hermenegildo Villaça, Cel. Theodorico de Assis, Comendador Pedro Procopio, Cel. Benjamim Fonseca e Zeferino Andrade.

Patronos da Novena:

1^a. noite: Ilm^{os}. Srs. Drs. Casiniro Villela Filho, José Jorge da Cunha, J. de Campos Lima, Alberto Gradim, Alberto Andrés e Luis de Souza Brandão.

2^a. noite: Ilm^{os}. Srs. Alberto Duarte, Alfredo Amaral, Dr. Benjamim Colucci e Dr. Clovis Jaguaribe.

3^a. noite: Ilm^{os}. Srs. Drs. João França, Cel. Luiz de Barros, Dr. Olympio Bittencourt, Raul Bartholo, Roberto Procopio e Dr. Onofre Mendes.

4^a. noite: Exm^{as}. Sras. D.D. Leopoldina Tostes, Maria do Carmo Moraes Sarmiento, Branca Lage, Urbana de Andrade Reis, Emilia Werneck e Petina Miranda Teixeira.

5^a. noite: Exm^{as}. Sras. D.D. Marina Paletta Hargreaves, Branca Monteiro, Julieta Barros, Carmem Murgel, Marianna Villela Merhy e Dora Paletta.

6^a. noite: Senhoritas: Maria do Carmo Botelho, Celina Paletta, Diva Faria, Maria José Couto, Maria Vidal e Maria Luiza Tostes.

7^a. noite: Esm^{as}. Sras. D.D. Indelecia Magalhães, Sylvia Faria Barros, Amelia Sobreira, Hersilia Cortes, Maria Luiza Nunes Lima e Augusta Miranda Andrade.

8^a. noite: Ilm^{os}. Srs. Cels. Severino Costa, Gabriel Villela, Arnulpho Moreira do Nascimento, Abel Brasil de Siqueira, Manuel Procopio Rodrigues Valle e Augusto Villela.

9^a. noite: Ilm^{os}. Srs. Drs. Pedro Marques de Almeida, Oscar Gradim, Sadi Carnot Miranda Lima, Bellerofonte Renault, João Penido e Arthur Fernandes de Oliveira.²⁷

A organização dos festejos tinha uma tendência a envolver diversas pessoas de uma mesma família. Por certo, eram católicos devotos e procuravam seguir uma tradição passada de geração em geração. De acordo com o texto anterior, vemos as seguintes famílias envolvidas nos festejos: Procópio (aparece quatro vezes); Villela (aparece quatro vezes); Paletta (aparece três vezes); Andrade (aparece três vezes); Barros (aparece três vezes); Tostes (aparece duas vezes); Campos (aparece duas vezes). Todas essas pessoas demonstravam ser devotas de São Sebastião e pertenciam à elite política e econômica de Juiz de Fora.²⁸

As celebrações em honra a São Sebastião ocorriam em diversas paróquias da diocese, principalmente naquelas onde o santo era o padroeiro (CF. ANEXO 18 E 19). Por outro lado, mesmo nas paróquias de outras denominações, onde existiam capelas, comunidades e áreas missionárias com o nome de São Sebastião, a população procurava organizar os festejos para fortalecer seus laços de compromisso com o santo e garantir a proteção aos fiéis.²⁹ Foi assim

²⁷ ACMAJF. O Lampadário. 26/12/1926; Anno I, N^o. 44; p. 02.

²⁸ Os sobrenomes que listamos estão ligados às seguintes categorias profissionais: Fazendeiro, capitalista, político (prefeito, deputado), comerciante, empresário, militar, engenheiro, médico, advogado, professor, dentre outros. Cf. OLIVEIRA, Paulino de. *Efemérides juizforanas*. Op. cit.

²⁹ ACMAJF. Cf. Livros de Tombo das diversas paróquias da Igreja de Juiz de Fora.

que a Paróquia de São José manifestou, no seu livro de tombo, os acontecimentos durante a festa de São Sebastião em 1932.

Em dezesseis de janeiro do corrente anno de mil novecentos e trinta e dois tiveram inicio na Egreja Matriz os festejos em honra de S. Sebastião. Como um precedente nomeei uma commissão de senhores e senhoras [...]. Apesar da chuva, houve sempre regular frequencia aos exercicios de piedade. No dia 14, houve Missa solenne ás 9½ da manhã, e a tarde sahio em procissão a sagrada imagem de S. Sebastião, percorrendo as principais ruas da cidade. A commissão entregou ao Banco de Minas um saldo de dois contos de reis (2:000\$000) para as obras da Egreja.³⁰

Um dos momentos mais importantes da festa de São Sebastião demonstrava ser o da procissão. Esta se constituía em uma “oração pública feita a Deus por um comum ajuntamento de fiéis disposto com certa ordem, que vai de um lugar sagrado a outro lugar sagrado.”³¹ Nela, os devotos procuravam fazer a caminhada passando por diversas ruas da cidade, geralmente enfeitadas com panos e flores nas janelas. A população envolvida com a procissão procurava manifestar sua fé, aproveitando, sobretudo, para renová-la. Havia ainda o pagamento de promessas feitas ao santo e novos pedidos de graças. O compromisso dos fiéis consistia em participar das festividades por longos anos e o santo deveria proteger o devoto da melhor maneira possível, principalmente contra as pestes e a má morte.

As festividades se encerravam, geralmente, com a celebração da Eucaristia e um sermão enaltecendo o valor de São Sebastião como um exemplo de seguidor de Cristo e mártir defensor do cristianismo.

6.1.2 – São Roque

Outro santo que certamente se apresenta como um defensor contra as pestes e a má morte é São Roque. Sua biografia possibilita o entendimento desse título que foi concedido a ele pela devoção popular e pela Igreja Católica. Vejamos o texto a seguir:

Embora haja considerável variação nas datas apontadas para o seu nascimento e morte (consoante os hagiógrafos, a data de nascimento varia de 1295 a 1350; a da morte de 1327 a 1390), Roque terá nascido em Montpellier, França, por volta de 1350, e falecido na mesma cidade em 1379 (embora outra versão da sua biografia o dê como morto naquele mesmo ano, mas na Lombardia). Sabe-se contudo que terá falecido jovem.

Era filho de um mercador rico, de nome João, que teria funções governativas na cidade, e de sua mulher Libéria. Estava ligado a famílias importantes de Montpellier, sendo herdeiro de considerável fortuna.

³⁰ ACMAJF. Livro de Tombo da Paróquia de São José da Arquidiocese de Juiz de Fora, 1932, fl. 48 e 48v.

³¹ Constituições do Arcebispado da Bahia. Apud. MATA, Sérgio da. Op. cit. p. 195.

Diz a lenda que Roque teria nascido com um sinal em forma de cruz avermelhada na pele do peito, o que o predestinaria à santidade. Roque terá ficado órfão de pai e mãe muito jovem, sendo a sua educação confiada a um tio. Terá estudado medicina na sua cidade natal, não concluindo os estudos.

Levando desde muito cedo uma vida ascética e praticando a caridade para com os menos afortunados, ao atingir a maioridade, por volta dos 20 anos, resolveu distribuir todos os seus bens aos pobres, deixando uma pequena parte confiada ao tio, partindo de seguida em peregrinação a Roma.

No decorrer da viagem, ao chegar à cidade de Acquapendente, próxima de Viterbo, encontrou-a assediada pela peste (aparentemente a grande epidemia da Peste Negra de 1348). De imediato ofereceu-se como voluntário na assistência aos doentes, operando as primeiras curas milagrosas, usando apenas um escarpelo e o sinal da cruz. [...].

Depois de visitar Roma (período que alguns biógrafos situam de 1368 a 1371), onde rezava diariamente sobre o túmulo de São Pedro e onde também curou vítimas da peste, na viagem de volta para Montpellier, ao chegar a Piacenza, foi ele próprio contagiado pela doença, o que o impediu de prosseguir a sua obra de assistência. Para não contagiar alguém, isolou-se na floresta próxima daquela cidade, onde, diz a lenda, teria morrido de fome se um cão dono não lhe trouxesse diariamente um pão e se da terra não tivesse nascido uma fonte de água com a qual matava a sede. [...]

Miraculosamente curado, regressou a Montpellier, mas logo foi preso e levado diante do governador, que alguns biógrafos afirmam seria um seu tio materno, que declarou não o conhecer. Roque foi considerado um espião e passou alguns anos numa prisão (alguns biógrafos dizem ter sido 5 anos) até morrer, abandonado e esquecido por todos, só sendo reconhecido depois de morto, pela cruz que tinha marcada no peito. [...].

Descoberta a cruz no peito, a fama da sua santidade rapidamente se espalhou por todo o sul de França e pelo norte da Itália, sendo-lhe atribuídos numerosos milagres. Passou a ser invocado em casos de epidemia, popularizando-se como o protetor contra a peste e a pestilência.³² (Grifos nossos)

Como podemos notar, em algumas passagens na vida de São Roque, o real e o imaginário se confundem. É justamente nesses aspectos que podemos compreender a manifestação da devoção para com o orago. Não importa, para aqueles que crêem, se são lendas ou fatos reais que substanciam suas crenças. O importante para os devotos é que algo de sagrado permeou a vida daquele homem que viveu entre os homens, morreu e se tornou, no entendimento da Igreja, um santo.

A característica atribuída a São Roque de ser o protetor contra as pestes e a má morte se deve aos milagres que aconteceram nas cidades por onde ele andou e que se encontravam infectadas pelas pestes. Tais milagres manifestaram ainda noutras localidades, segundo seus biógrafos.³³

³² Cf. Disponível em: Enciclopédia dos santos: <http://www.wikipedia.com>. Acesso em 24/04/2009.

³³ Ibidem.

Mas como essa devoção se iniciou e se espalhou entre a população de Juiz de Fora? O culto a São Roque na cidade foi introduzido pelos italianos que migraram para a região na segunda metade do século XIX em busca de trabalho. Maraliz Christo nos indica que:

Ao contrário do que comumente é aceito, a presença de italianos em Juiz de Fora data do período anterior à política oficial de subvenção à imigração, de 1887, responsável pela entrada de milhares de imigrantes italianos no país. Embora sejam poucas as fontes sobre esse período, há indícios de que a chamada imigração espontânea trouxe à cidade, principalmente, mascates e negociantes.

[...]

Verificamos que, entre os anos de 1860 e 1879, grande parte das pessoas de origem italiana era qualificada nos processos como mascate ou negociante, encontrando-se, a maioria, presente na área urbana.³⁴

Tão logo os italianos se instalaram em Juiz de Fora, teve início a prática da devoção a São Roque. Isso se deve, principalmente, às epidemias contagiosas que por diversos anos assolaram a cidade e, conseqüentemente, atingiram a hospedaria onde viviam os imigrantes italianos. Buscando maior proteção contra a má morte por ocasião da infestação das pestes, iniciou-se entre os fiéis o culto a São Roque. Além do mais, o santo era um “forte símbolo de identidade para a colônia italiana, capaz de forjar uma unidade que superasse as diferenças econômicas, regionais e culturais que fragmentavam o grupo.”³⁵

Uma carta da Irmandade de São Roque informa que, a partir de 1878, teve início entre os italianos de Juiz de Fora, o culto a São Roque, santo protetor contra a peste, cuja comemoração anual se dá no dia 16 de agosto. Para esta ocasião, os membros da colônia reuniam uma pequena soma de dinheiro e festejavam o santo “in um spaccio di generi alimentari”.³⁶

O local citado na carta, onde se comercializava gêneros alimentícios, era uma padaria de propriedade de imigrantes italianos (ou portugueses), situada na Rua da Gratidão (Morro da Glória). Ali ficava abrigada a imagem de São Roque até que fosse erigida uma capela em honra ao santo. As festividades também ocorriam naquele local.³⁷ A festa tornou-se um grande evento que acontecia todos os anos, no dia 16 de agosto, com “música, bênção da imagem, procissão, pregação sobre a vida do santo, leilão e queima de fogos.”³⁸

³⁴ CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. Trabalho, enriquecimento e exclusão: italianos em Juiz de Fora (1870-1940). In: BORGES, Célia. (Org.). *Solidariedades e conflitos – Histórias de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora*. Op. cit., p. 129.

³⁵ FERENZINI, Valéria Leão. A “Questão São Roque”: Devoção e Conflito. *Imigrantes italianos e Igreja Católica em Juiz de Fora (1902 – 1920)*. Op. cit., p. 75.

³⁶ Carta da Irmandade de São Roque à Sua Eminência Monsignore Scapardini Ambasciatore de Sua Santità Il Papa Benedetto XV. Apud. *Ibidem*, p. 66.

³⁷ BMMM. O Pharol. 15/08/1902, p. 2.

³⁸ CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. Trabalho, enriquecimento e exclusão: italianos em Juiz de Fora (1870-1940). In: BORGES, Célia. (Org.). *Solidariedades e conflitos – Histórias de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora*. Op. cit., p. 169.

Outro documento que nos esclarece o motivo da devoção a São Roque entre os italianos é uma carta entre dois sacerdotes, um de Juiz de Fora e o outro de Mariana. O seu conteúdo é o seguinte:

Ha aqui em Juiz de Fora muitos italianos, cuja porem mayoria não pratica a religião. *Ha uns annos ameaçando o perigo da febre amarella, fiserão promessa a São Roque e desde aquelle tempo todos os annos festejarão o dia 16 de Agosto com uma missa.* Ha pouco tempo comprarão uma imagem do Santo, a qual guardão num quartinho separado duma padaria, quartinho, cuja entrada fica na rua publica. Aquella imagem foi benta no anno passado (16 de agosto) pelo Revm^o. Vigario da matriz, o qual a transferiu em procissão para o dito quartinho (que pertence a freguesia da matriz), onde se fez sermão. Depois a festa de São Roque continuou-se com muito fogo, leilão, musica e apparatus mundano.³⁹ (Grifo nosso)

As promessas eram — e ainda são — atitudes aceitas pela Igreja Católica para aproximar os fiéis e o santo. As últimas palavras da carta, no entanto, expressam uma preocupação do cura da Igreja N. Sra. da Glória, afinal o comportamento sagrado e o profano não deveriam se confundir, apesar de serem muito comuns tais práticas, porém, já combatidas pelo alto clero.

Com o objetivo de tornar mais eficaz a devoção a São Roque, os italianos fundaram em 8 de setembro de 1902 uma Irmandade, tendo sido seus estatutos aprovados em 26 de outubro de 1905. Esta associação tinha por finalidades festejar o dia do santo padroeiro, erigir uma capela, conservá-la e administrá-la, e prestar socorro aos irmãos nos funerais.⁴⁰ O sonho da construção da capela “começou a se concretizar no início de 1903, a partir da doação feita pela Sra. Maria de Rezende Levy, esposa do Sr. Nephtali Levy, de um terreno situado na rua da Gratidão, atual avenida dos Andradas.⁴¹ Tão logo o espaço foi conquistado, a Irmandade tomou as providências para dar início às obras da “Capela de São Roque, um prédio de estilo arquitetônico eclético, como tantos outros da cidade.”⁴²

As celebrações para homenagear o santo ocorriam com grande participação popular e eram organizadas pelos imigrantes italianos e seus descendentes. “A partir de 1903, passaram a festejar o dia do padroeiro, 16 de agosto, com uma grande festa com música, bênção da imagem, procissão, pregação sobre a vida do santo, leilão e queima de fogos.”⁴³ Até 1920 os

³⁹ AINSG. Carta do Padre Augusto Beukers (Cura da Igreja da Glória) ao Cônego José Maria Rodrigues de Moraes (Vigário Geral de Mariana). Juiz de Fora; 05/07/1904.

⁴⁰ AINSG. Estatuto da Irmandade de São Roque, 1905, Caps. 1^o, arts. 1^o. e 2^o.

⁴¹ PHAROL. São Roque, Juiz de Fora. 16/08/1903, p. 02. Apud. FERENZINI, Valéria Leão. A “*Questão São Roque*”: *Devoção e Conflito. Imigrantes italianos e Igreja Católica em Juiz de Fora (1902 – 1920)*. Op. cit., p. 103.

⁴² Ibidem, p. 104.

⁴³ CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. Trabalho, enriquecimento e exclusão: italianos em Juiz de Fora (1870-1940). In: BORGES, Célia. (Org.). *Solidariedades e conflitos – Histórias de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora*. Op. cit., p. 169.

festejos eram celebrados, quase sempre, sem o apoio dos padres da Paróquia de Nossa Senhora da Glória em virtude de um conflito religioso que se instalou entre a comunidade italiana e os sacerdotes Redentoristas, administradores da paróquia.⁴⁴ A partir do momento em que a questão foi solucionada com a doação da capela de São Roque para a Congregação dos Redentoristas, em 1920, as celebrações do santo e de Nossa Senhora da Glória passaram a acontecer conjuntamente no mês de agosto. O Diário Mercantil anunciava em 1924 a programação dos festejos que iam ocorrer durante quatro dias.

FESTA DE NOSSA SENHORA DA GLORIA E DE SÃO ROQUE

Iniciaram-se hontem, na igreja de São Roque, os festejos em honra de Nossa Senhora da Gloria e de São Roque, os quaes terminarão no proximo domingo, em beneficio das duas igrejas e obedecendo ao seguinte programa:

Hontem, ás 6 horas da noite, houve abertura do triduo na capella de São Roque, e depois leilão, kermesse e festa de barraquinhas no largo de São Roque, com grande concorrência de fieis.

Hoje, ás 8 horas, houve missa na capella. Ás 3 horas da tarde, procissão com a imagem de Nossa Senhora, sahindo a procissão da igreja da Gloria e tomando rumo para a cidade; em frente da capella entrou na procissão o andor de São Roque. Depois da procissão, houve sermão em honra de Nossa Senhora da Gloria e de São Roque. Em seguida, continuação dos festejos.

Amanhã, festa de São Roque. Ás 8 horas, missa com canticos na capella, e, ás 6 horas da noite, rezas do triduo e continuação dos festejos.

Depois de amanhã, ás 8 horas, missa na capella, e, ás 5 horas da tarde, rezas e depois leilão, festa de barraquinhas, extracção de tombola e grandioso fogo artificial.

Os festejos, que forão promovidos pela directoria da União Popular de Mariano Procopio, serão abrilhantados pela excellente banda de musica Euterpe Mineira.⁴⁵

Essa intercalação de valores religiosos e mundanos em um mesmo espaço levou a Diocese de Juiz de Fora a orientar os sacerdotes com relação às festas promovidas por eles em suas paróquias e capelas. O aviso trazia uma mensagem com o seguinte teor:

DA PROCURADORIA GERAL DA DIOCESE – AVISO Nº 6

Aos Revmos. Snrs. Parocos Sobre as Festas religiosas nas Matrizes e Capelas filiais (...)

Pastoral N. 903: “Dar ás festividades religiosas o seu proprio carater, eliminando os abusos, como sejam as folias, danças ou bailes, barracas com bebidas alcoolicas, jogos, etc; e impeçam o desvio das esmolos recolhidas a titulo de festas para profanidades, ou qualquer emprego alheio ao seu proprio destino”. (...)

(...) Nas festas religiosas procurem antes de tudo a gloria de Deus: não consintam que se atirem pelos ares contos de reis em fogos. Ha tantos pobres na Diocese. Somente o Patronato S. José abriga 100 crianças. Convinha antes de tudo reparar as condições precarias dos templos, suas alfaias etc.

⁴⁴ Cf. FERENZINI, Valéria Leão. A “*Questão São Roque*”: *Devoção e Conflito. Imigrantes italianos e Igreja Católica em Juiz de Fora (1902 – 1920)*. Op. cit.

⁴⁵ AHPJF. Diário Mercantil. 15/08/1924; Ano XII; nº. 3966.

Gastar em fogos de artifício dez ou quinze mil cruzeiros, é um atrazo, é um crime.
 (...)

 Juiz de Fora, 22 de dezembro de 1949

 Pe. Ceslan Martinho — Procurador Geral da Diocese.⁴⁶

Os abusos dos momentos profanos nas festividades preocupavam o procurador geral, que aconselhava os sacerdotes a eliminarem tais comportamentos. Outra ordem era para que os recursos arrecadados nas festas fossem empregados nas igrejas e com os pobres, em vez de gastá-los com fogos de artifícios. Porém, isso não era tarefa fácil, pois, o espaço da festa constituía-se também no local da alegria e do alvoroço.

6.1.3 – São José

O terceiro santo que queremos apresentar nesse estudo é São José, pois, assim como São Sebastião e São Roque, ele também é reverenciado como patrono da boa morte. Acredita-se que o culto a São José teve início entre as comunidades cristãs do Egito. No Ocidente, os servitas, membros de uma ordem mendicante no século XIV, começaram a festejar o dia 19 de março como data da morte do santo. Essa devoção logo teve defensores dentro da Igreja, entre os quais o papa Sisto IV e a mística espanhola santa Teresa de Jesus.⁴⁷

A José foi conferida a missão de proteger seus devotos na hora da morte. Para a teologia católica, José tem um imenso prestígio, pois, somente ele, além de Maria — escolhida para ser a Mãe do Salvador —, pôde experimentar a presença de Deus vivo em sua vida.

Para avaliarmos essa grandeza, consideremos que Deus, ao escolher alguém para uma missão, dá-lhe graças proporcionais para realizá-la. Além do que, quanto mais alguém se aproxima da fonte da graça, tanto mais dela participa. Ora, São José esteve intimamente ligado à própria fonte, Jesus Cristo, e à Medianeira de todas as graças, Maria Santíssima. Daí sua grandeza.

Por outro lado, a missão e predestinação de São José, como a da Virgem Maria, requeriam uma santidade singular desde seus primeiros anos: “*Considerada a missão totalmente divina de José, o Deus providente lhe concedeu todas as graças, desde sua infância: piedade, virgindade, prudência, perfeita fidelidade*”.⁴⁸

Outro texto interessante que afirma, sobretudo, que São José é o protetor da boa morte pode ser lido a seguir. O autor procura não deixar dúvidas a respeito do título conferido a ele.

⁴⁶ CMIJF. O Lampadário. Nº 1228, 31-DEZ-1949. Ano XXIV.

⁴⁷ TERRAL, Frei Ives. Disponível em: www.fatima.com.br. Acesso em 28/04/2008.

⁴⁸ SOLIMEO, Plínio Maria. *CATOLICISMO*. Revista eletrônica de Cultura e atualidades, março de 2007. Acesso em 25/04/2009.

SÃO JOSÉ – PROTETOR DA BOA MORTE

A vida de S. José, a assistência de Jesus e de Maria, tudo contribui a fazer a sua morte preciosa aos olhos do Senhor. A Igreja confronta aquela morte, agora a um sono pacífico, como aquele de um menino que se adormenta sobre o seio da sua mãe; agora com uma chama perfumada, que se consuma na proporção que queima, e que morre, exalando o perfume suave que penetrava a sua substância. A morte dos Santos é sempre invejável, porque todos morrem no beijo do Senhor; mas aquele beijo é um doce e precioso sentimento de amor.

Mas José morreu verdadeiramente no beijo do Senhor, porque expirou nos braços de Jesus. E se, como acreditamos, ele teve o uso dos sentidos e da palavra até o último suspiro, o qual não podia ser que um suspiro ou uma onda de amor, como não terá ele coroado uma vida assim santa, se não com o pronunciar os nomes sagrados de Jesus e de Maria?

[...]

A santa morte de José produziu preciosos frutos sobre a terra, que foi como aromatizada pelo suave perfume que deixa de si uma santa vida e uma santa morte e deu aos cristãos um potente protetor no Céu perto de Deus, especialmente para os agonizantes.

[...]

Todo o mundo cristão o reconhece advogado dos agonizantes e, portanto, da boa morte. [...] Glorioso S. José, com que generosidade não tratará os seus devotos? Ah sim, ao momento de extrema necessidade deles, no ponto de morte, ele saberá recompensar os devotos.

A morte dos servos de S. José é calma e suave. Santa Teresa narra as circunstâncias que acompanhavam os últimos instantes das suas primeiras filhas, muito devotas a S. José. « Observei, disse ela, que ao momento do último respiro elas gozavam de grande paz e tranquilidade; a morte delas foi similitude ao doce repouso da oração. Nada indicava que dentro delas tivesse agitação da tentação. Aquelas luzes divinas liberam o meu coração do temor da morte. Morrer, me parece agora, a coisa mais fácil para uma fiel devota de S. José». ⁴⁹ (Grifos nossos)

Os evangelistas não escreveram quase nada sobre o carpinteiro. “Pouco nos contam da vida e virtudes de São José, mas disseram muito ao chamar-lhe Esposo da Virgem.”⁵⁰ Sendo esposo da Virgem, a Igreja o tem como o seu patrono.

José, o Santo do Silêncio, aquele que por inúmeras vezes carregou nos braços o Filho do Altíssimo, permaneceu quase esquecido durante os primeiros séculos da era cristã.

Foi só na Idade Média que grandes figuras como São Bernardo, Santo Alberto Magno e São Tomás de Aquino lhe dedicaram textos plenos de ardente devoção.

Mais tarde, em 1870, o Papa Pio IX declarou São José Patrono da Igreja Universal — Ele, que foi o último dos patriarcas bíblicos, e hoje é reverenciado também como o santo protetor da família e da boa morte.

Foi outro Papa Pio, Pio XII [em 1955], que homenageou José como exemplo de trabalhador — E a partir de então ele passou a ser chamado também de “São José Operário”, comemorado em 1º de maio, junto com o Dia do Trabalho.

⁴⁹ Revista dos Santos. Disponível em: <http://digilander.libero.it/monast/giuseppe/porto/protettore.htm>. Acesso em 28/04/2008.

⁵⁰ SOLIMEO, Plínio Maria. *CATOLICISMO*. Revista eletrônica de Cultura e atualidades, março de 2007. Acesso em 25/04/2009.

Mas, tradicionalmente, o dia de São José é 19 de março, que para a Igreja é o dia de seu nascimento celestial — Dia de sua morte aqui na Terra.

[...]

O lírio é o sinal da pureza daquele que dormiu sob o mesmo teto com a sempre Virgem Maria.⁵¹

O silêncio, a serenidade e a paz parecem ser marcas profundas da personalidade de José, pelo menos é o que vemos em todos os autores que escreveram sobre o carpinteiro que foi, de acordo com os ensinamentos do catolicismo, designado por Deus para ser o pai de Seu Filho, o Messias Salvador. José também é visto pelos teólogos como o protetor da Igreja doméstica, da família que vive em comunhão com o Cristo.

Mas junto a ele existe um cristianismo popular, cotidiano e anônimo, que não tem visibilidade, que não é noticiado pela mídia nem se faz muito notar para a própria Igreja institucional. Nele vive a grande maioria dos cristãos, nossos avós e nossos pais e tios/tias, tomando a sério o evangelho, deixando-se inspirar pela prática de Jesus e dos apóstolos. São José, pelo seu silêncio e anonimato, se encontra também aí dentro. Mais que patrono da Igreja Universal, como querem os papas, ele é o verdadeiro patrono da “Igreja doméstica”, dos irmãos e irmãs menores de Jesus.⁵²

Sendo São José o protetor das famílias, o culto a ele foi se personificando no interior delas. Podemos perceber, como um exemplo desta prática devocional, a escolha feita pelos pais para batizar seus filhos com o nome de José. De acordo com o ANEXO 3 é possível termos uma noção geral dos números dos batizados feitos na Matriz de Santo Antônio de Juiz de Fora entre 1850-1900. Em vista desses números, podemos ter uma idéia bem próxima da realidade, mesmo que os registros não representem a totalidade para os nascidos na cidade. Destacamos, porém, que era na Matriz de Santo Antônio que se concentrava a burocracia oficial, isto é, os registros de nascimento, casamento e morte.

Saindo do círculo familiar e buscando entender a devoção a São José na Igreja de Juiz de Fora, percebemos que não se tratava de uma manifestação tão intensa, como é o caso do culto a Maria, a Santo Antônio ou até mesmo a São Sebastião. Não se sabe também como e quando foi introduzida a devoção a São José na cidade. O que parece ser certo é que a prática teve como centro irradiador o antigo Bairro Botanágua. Porém, tudo indica que isso se deu somente nas primeiras décadas do século XX. Esse dado pode ser confirmado em notícias de jornais da época que se referiam ao “Botanágua de Cima”, isto é, partindo do atual início da Rua Halfeld em direção à nascente do Paraibuna. O “Botanágua de Baixo”, onde hoje está

⁵¹ NUNES, Hugo (Coordenador). *Os santos mais populares do Brasil: São José*. Brasil, 2006. A história de São José em CD.

⁵² BOFF, Leonardo. *São José: a personificação do Pai*. Campinas: Verus Editora, 2005, p. 203.

localizada a Igreja de São José — Av. Sete de Setembro, bairro Costa Carvalho —, só foi surgir nos idos da década de 1910 em diante. O texto a seguir pode confirmar essa idéia:

OS NOSSOS ARRABALDES

BOTANAGUA

[...]

No começo do bairro, destaca-se imponente e altaneiro, um edificio que é dos mais bellos da cidade: o palacete do dr. Teixeira Leite.

[...]

Percorrendo o Botanagua, o transeunte divisa logo uma porção de casas novas, que vão enchendo e povoando rapidamente a rua.

[...]

No termo da nossa excursão, esbarramos com a importante fazenda Ignacio Gama. Hoje é a mesma de propriedade do sr. Coronel Alberto Costa, um espirito progressista que aqui veio collaborar comnosco no progresso da cidade.

O coronel Costa está fazendo, alem do Botanagua, com seu amigo Coronel Delfim Carvalho, um novo arrabalde, a que denominou Costa Carvalho.

[...].⁵³ (Grifo nosso)

Como se vê, a última frase do texto do jornal que circulou em janeiro de 1912, nos dá a certeza de que o centro irradiador da devoção a São José em Juiz de Fora teve sua origem no primeiro quartel do século XX. Provavelmente, como tantas outras devoções, o fenômeno teve início a partir da comunidade religiosa, que procurava cultuar o santo protetor da família e da boa morte. Ou quem sabe, sua origem também esteve ligada a tantas manifestações de pestes e doenças contagiosas que atingiam a cidade desde o século XIX? Encontrando-se inseguros e expostos aos perigos, os católicos se apegaram ao santo protetor da boa morte.

Antes do centro de devoção a São José se afirmar no seio da comunidade do Bairro Costa Carvalho, não se realizavam os festejos em homenagem ao santo. Porém, havia em algumas paróquias da Igreja de Juiz de Fora uma celebração eucarística especial no dia 19 de março. É o que podemos constatar nos jornais e em alguns livros de tombo.

S. JOSÉ

Hontem, dia que a egreja consagra á memoria do glorioso S. José, houve missas em todas as egrejas, com grande concurrencia de fieis, muitos dos quaes receberam o sacramento da communhão.

A missa da capella de S. Sebastião, celebrada pelo revdmº. missionario apostolico dr. Julio Maria, foi ornada de bellos canticos por um bem organizado coro de que faziam parte vozes harmoniosas de senhorictas, tornando-se o acto muito tocante.

Ao Evangelho, o illustre celebrante produziu brilhante allocução, fazendo a apologia do glorioso Patriarcha.

Grande numero de senhoras e cavalheiros de representação social receberam communhão, em honra ao dia.⁵⁴

⁵³ AHPJF. Diário Mercantil. 31/01/1912; Ano 01; Nº. 08.

⁵⁴ BMMM. Pharol. Anno XXXIV; nº. 220; 20/03/1900; p. 01.

A partir da década de 1920 as festas em homenagem a São José passaram a acontecer todos os anos em diversas paróquias. Na comunidade do Botanágua, onde existia uma capela, os festejos aconteciam com o objetivo principal de fortalecer a devoção ali oriunda. Por outro lado, o lucro obtido com as barraquinhas e jogos ajudava na construção do templo, que já vinha sendo erguido e estava em fase final em 1932.

Celebrar-se-á no dia 17 do corrente mez na Capella de São José, em Botanagua a festa solenne do seu santo padroeiro.

Precedida de um sentenario a começar de amanhã, haverá ás 19 horas durante todos os dias da semana preparativa, exercícos espirituaes com a benção do Santissimo Sacramento.

O dia 17 (domingo) haverá missa solenne officiando o Exm^o. e Revm^o., Sr. Bispo Diocesano ministrado por Revm^{os}. sacerdotes. A communhão geral terá lugar dentro da missa de 7 ½, que habitualmente se vem ali celebrando.

[...]

A comissão promotora das homenagens a S. José, envida a todos os esforços e zelo christão para abrilhantar as solennidades do culto ao seu santo patrono.⁵⁵

Naquele mesmo ano de 1932 pudemos nos deparar com a notícia nos jornais sobre a bênção da imagem de São José e sua colocação no altar lateral da igreja. Tratava-se de mais um passo na obra que hoje é o centro da devoção ao santo na cidade de Juiz de Fora. O Lampadário assim relatou a solenidade:

IGREJA DE S. JOSÉ, EM BOTANAGUA

[...]

A imagem de São José, collocada no frontespicio da ala esquerda desse sumptuoso templo, será solennemente benta logo após a Missa do galo no proximo dia de Natal.

A festa será abrilhantada por uma banda de musica militar.

Para esse acto o revm^o. Cura do Curato de Botanagua convida os devotos de São José, de toda esta catholica cidade. [...].⁵⁶

Em 22 de abril de 1934, finalmente, o templo dedicado a São José era inaugurado solenemente pelo então Bispo D. Justino José de Santana. Foi uma celebração bastante concorrida e emocionante.⁵⁷ São José, que recebeu os títulos de patrono da família e da boa morte, permaneceria, a partir de então, naquela igreja erguida com o trabalho incessante dos devotos.

⁵⁵ ACMAJF. O Lampadário. 09/04/1932; Ano VII; N^o. 312; p. 02.

⁵⁶ ACMAJF. O Lampadário. 10/12/1932; Ano VII; N^o. 347; p. 03.

⁵⁷ Cf. ACMAJF. O Lampadário. 05/05/1934; Ano IX; N^o. 420; p. 02.

6.2 – Maria, a intercessora na vida e na morte

6.2.1 – O culto a Maria: perspectivas de salvação

O reconhecimento da Igreja Católica da importância de Maria para a salvação dos homens vem desde os tempos iniciais do cristianismo. Uma importância que não se resume apenas na sua condição de mãe do Salvador que viveu entre os homens e anunciou a boa-nova, mas ela é vista pela Igreja como a própria mãe de Deus e protagonista na história da salvação.

Reconhecendo Jesus, filho de Maria, como Filho de Deus, a Igreja não teme reconhecer como Mãe de Deus a mulher que aceitou oferecer seu ventre e seu corpo para a geração da humanidade do Verbo. Proclamando Maria como *Theotókos* desvela-se o mistério da mulher, ligada à origem da vida desde os primórdios da criação. Esta proclamação enaltece sobremaneira Maria, mas não obscurece sua maternidade como serviço à história, pois é seu Filho quem traz a boa-nova de libertação ao mundo.

[...]

Maria pelo seu *fiat* e como mulher assume uma função de protagonismo na história da salvação. Sua maternidade é evidência de um modo de fazer história a serviço de Deus, motivo pelo qual as comunidades têm n'ela uma fiel companheira e intercessora.⁵⁸

Nos diversos concílios convocados pela Igreja os clérigos sempre procuraram enaltecer o papel de Maria nos planos de Deus.

Os evangelhos apresentam Maria como fundamentalmente a mãe de Jesus. O Concílio Ecumênico de Éfeso, realizado em 431, proclamou Maria como *Theotókos* (θεοτοκος), isto é, Maria, Mãe de Deus, etimologicamente é aquela que dá à luz a Deus. Em outras palavras, aquele que nasceu de Maria é o Filho de Deus. Já o Concílio de Constantinopla I (381), na formulação do Credo, havia ensinado que o Verbo se encarnou do Espírito Santo e de Maria Virgem (*Et incarnatus est de Spiritu Sancto et Maria Virgine*), formulação implícita da maternidade de Maria. Em 451, o Concílio de Calcedônia retoma o mesmo ensinamento e o formula de modo mais explícito: por nós e pela nossa salvação o Verbo é gerado por Maria Virgem mãe de Deus segundo a humanidade.⁵⁹

Assim sendo, o culto a Maria, fundamentado pelos doutores da Igreja, ganhou ímpeto na “ortodoxia grega bizantina, assume toda a sua amplitude no século XI. Desde então essa devoção não cessa de crescer.”⁶⁰ No século XII foi redigida a *Ave Maria*, oração já rezada pelos fiéis (“Ave Maria, cheia de graça...”). Maria era invocada pelos cristãos para se ter a

⁵⁸ SILVA, João Justino de Medeiros. *Pneumatologia e mariologia no horizonte teológico latino-americano*. Roma: Pontifícia Universidade Gregoriana, 2003, p. 163.

⁵⁹ BOFF, Leonardo. Apud: *Ibidem*.

⁶⁰ LE GOFF, Jacques. *Em busca da Idade Média*. Op. cit., p. 203.

proteção na vida e garantir a boa morte. Suplicavam-se, principalmente, para que ela intercedesse junto ao Pai pela salvação das almas do Purgatório.

Quando Maria protege: a “Boa Morte”

[...]O homem se dirige a Virgem para que ela interceda junto a seu filho, que é Deus. Como resistir à tentação de se dirigir então diretamente a ela, especialmente para lhe pedir um milagre? A Igreja, que se dedica a evitar a transferência para os santos de um culto que só se presta a Deus, foi frequentemente menos exigente tratando-se de Maria.

[...]

Com a Assunção e a Imaculada Conceição, vemos cumprido o tema da Escada. Uma escada liga o céu à terra, a terra ao céu. [...]. Essa Escada, servindo alternativamente para subida ou descida, liga o que há de mais espiritual ao que há de mais carnal.⁶¹

Maria, que segundo os ensinamentos do catolicismo, ocupa um lugar todo especial no Reino de Deus, é considerada pela Igreja a rainha dos santos.⁶²

A reflexão teológica, que se inicia já no Novo Testamento, partindo da figura de Jesus, reconheceu desde logo que Maria foi objeto de uma eleição única na sua qualidade de Mãe de Cristo. Foi a primeira a ser arrastada por aquele movimento divino para a humanidade que chamamos “redenção”; ela o acolheu com sua livre decisão e permitiu-lhe entrar nela (Lc 1, 3-8) tornando-se assim o pressuposto intramundano da salvação de Cristo. [...] Deus a escolheu: por isso foi unida a Cristo de maneira singular e se tornou o “tipo” de toda a Igreja. Ora, a consequência disso é que toda santidade e toda possibilidade de mediação humana da salvação a serviço de Cristo apresentam traços marianos. [...].⁶³

De acordo com a Igreja, a salvação é uma proposta de Deus para a humanidade que se concretiza em Cristo. Maria é a mediadora que conduz os homens à mensagem de Jesus. “Fazei tudo o que Ele vos disser.”⁶⁴ esta é a sua missão, interceder pela redenção das almas pecadoras. Daí vem a importância da prática do culto a Maria, tanto na perspectiva da Igreja como da religiosidade popular.

Tenhamos bem claro o que perfaz de fato a devoção a Maria. A devoção mariana é um verdadeiro culto, e não apenas uma “devoção”, como a que podemos ter para com um santo, [...]. Situa-se num plano mais elevado em razão do excepcional lugar de Maria na ordem da graça e da vida cristã.

Temos dogmas marianos. Mas não temos dogmas de tal ou qual santo. Isso dá ao culto mariano uma amplidão que outras devoções não têm, nem mesmo o culto aos santos em geral. E não é apenas uma diferença de grau, mas uma predominância radical. O que mostra que Maria é pessoalmente um dado da revelação-realidade. Todo o dogma tem de fato um sentido salvífico concreto. Pertence ao cerne de nossa atitude religiosa. O dogma é um *todo* que tem ressonâncias em cada uma de suas partes. A devoção mariana, por conseguinte, é uma vida religiosa ramificada sobre a totalidade da vida de fé. É toda a vida cristã, mas encarada numa bem determinada perspectiva doutrinal.

⁶¹ Ibidem, p. 204.

⁶² BALTHASAR, Hans Urs Von et al. *O culto a Maria hoje*. (Trad. Luiz João Gaio). São Paulo: Paulinas, 1979, p. 43.

⁶³ Ibidem, pp. 43-44.

⁶⁴ Cf. Jo 2,5. EDIÇÕES PAULINAS. Op. cit., p. 1989.

O dogma que ensina que Maria é a mãe de Deus constitui, então, um divino apelo a praticarmos a devoção mariana, e esse apelo nos vem do cerne da redenção. É por isso que o culto mariano está tão intimamente ligado ao cristianismo [...].⁶⁵

A certeza de que Maria, Mãe de Deus, constitui o esteio que sustenta a fé dos cristãos na busca da redenção fez com que surgissem diversas manifestações de devoção a ela. Dessa forma, tanto a Igreja como os fiéis deram a Maria uma especial atenção à sua divindade, pois é através dela que os devotos buscam a intermediação para serem conduzidos até Deus. Maria torna-se, portanto, o elo divino para santificar e resgatar, através de seu Filho, a humanidade. Sua função salvífica na história dos homens se dá a partir de sua adesão ao projeto do Pai. O sim de Maria é uma verdadeira entrega de sua vida a Deus, assim ensina a doutrina católica.

Maria pronuncia um sim “claro” e impávido à Palavra de Deus, que sem dúvida devia parecer-lhe uma utopia. Com este “sim”, ela se torna a Mãe do Redentor e coloca a base de sua função histórico-salvífica. Justamente por isso é louvada em razão de sua fé (Lc 1,45), que não está só no início de sua vocação, mas lhe é exigida por toda a vida.⁶⁶

O culto mariano se espalhou pela Europa cristã e, ainda no período medieval, surgiu a doutrina sobre a concepção imaculada de Maria, onde se “afirmava que ela, desde o início da sua existência, fora libertada da excomunhão herdada pelos filhos de Adão.”⁶⁷ Ainda sobre a idéia a respeito da imaculada concepção de Maria e sua assunção ao Céu, Jacques Le Goff nos indica que:

No século XII afirma-se a idéia segundo a qual a mãe do Salvador não pode, depois de sua morte, ter sofrido a corrupção corporal: ela subiu ao céu como corpo e alma (a Assunção). No século XIV, um debate apaixonado se desenvolve para saber se a Virgem tinha nascido, como todos os seres humanos, marcada pelo pecado original, ou se Deus a tinha preservado disso — e dessa forma o Cristo, sem pecado, não nasce de uma pecadora (é isso a Imaculada Conceição de Maria). A liturgia, e sobretudo a devoção popular, inclinam-se em favor de uma pureza perfeita de Maria, desde a sua concepção.⁶⁸

Porém, foi somente no século XIX que a Igreja Católica, na pessoa do Papa Pio IX, afirmou o dogma sobre a Virgindade de Maria (Imaculada Conceição, em 1854). Quase cem anos depois o Papa Pio XII promulgou o dogma de sua Assunção ao Céu, em 1950.⁶⁹

O culto a Maria foi trazido pelos colonizadores para a América a partir do século XV e chega especificamente ao Brasil com os portugueses.⁷⁰ Na prática, a população procurava

⁶⁵ SCHILLEBEECKX, E. *Maria, mãe da redenção: linhas mestras religiosas do mistério mariano*. (Trad. Frei Clarencio Neotti). Petrópolis: Vozes, 1968, p. 95.

⁶⁶ BALTHASAR, Hans Urs Von et al. Op. cit., p. 46.

⁶⁷ BOSSY, John. Op. cit.

⁶⁸ LE GOFF, Jacques. *Em busca da Idade Média*. Op. cit., pp. 202-203.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 202; Cf. também: SILVA, João Justino de Medeiros. Op. cit.; pp. 166-167.

cultuar Maria e associar a figura de Nossa Senhora a de uma Virgem que tem o poder de caminhar ao lado do povo, que o reconhece como o “Povo Santo de Deus” e que sempre estará auxiliando os fiéis tanto na vida como, principalmente, na hora da morte.

Imagens de Nossa Senhora foram trazidas ao Brasil desde o século XVI por marinheiros e colonos lusitanos, os quais espalharam o culto das invocações e das padroeiras de suas cidades natais. José de Anchieta refere-se a Ela, num sermão pregado em Vitória em 1588 na ocasião da festa da Assunção de Maria, em termos belíssimos, que tornam evidente o significado da pessoa de Maria para o cristão: ela é a mediadora entre a fragilidade e a pobreza do homem e sua condição original de filho de Deus.⁷¹

A devoção a Maria na história da colonização do Brasil esteve associada a diversas manifestações de cultos populares: festas em honra a Nossa Senhora com seus diversos títulos, coroação de Nossa Senhora (Mês de maio), a reza do Rosário, procissões, culto doméstico em oratórios, construção de capelas para homenagear a santa e criação de associações religiosas (irmandades, confrarias e ordens terceiras) que visavam a busca de proteção e a prática da caridade.⁷²

No decorrer da colonização a devoção a Maria ganhou ímpeto juntamente com a expansão do povoamento para diversas áreas do interior. Minas Gerais no século XVIII vai abrigar, por exemplo, uma grande quantidade de associações religiosas com a diversidade das denominações marianas. Eram verdadeiros núcleos de manifestações de culto, onde a população procurava manifestar uma fé toda especial a Maria.⁷³

No século XIX, a colonização atingiu a Zona da Mata mineira através da produção de café. Também nessa região encontramos diversas manifestações de devoção a Nossa Senhora. Na prática, a população reconhecia a importância de Maria em suas vidas e na vida do povoado que nascia sob sua proteção e procurava demonstrar um carinho todo especial à Mãe de Cristo e da Igreja. Como nos povoados e vilas do século XVIII, também os núcleos

⁷⁰ É conhecida a devoção que Cristóvão Colombo dedicava à Virgem. Em seu estandarte estavam impressas as imagens de Jesus e de Maria. Ele batizou a segunda ilha descoberta como o nome de Concepción, e, em sua segunda viagem erigiu em São Domingos a primeira igreja erguida na América, consagrando-a a Jesus Cristo e a sua mãe Santíssima. O mesmo nos narra Hernán Cortés pelos testemunhos de Bernal Díaz del Castillo. O conquistador só levava sobre o peito uma corrente de ouro com a imagem de Nossa Senhora, a Virgem Santa Maria, com seu filho nos braços. Todas as manhãs rezava as Horas, ouvia Missa e “tinha por sua Advogada a Virgem Maria”. In: DORADO, Antonio Gonzalez. *Mariologia popular latino-americana: da Maria Conquistadora à Maria Libertadora*. São Paulo: Edições Loyola, 1992, p. 33.

⁷¹ MASSIMI, Marina. A presença dos santos na oratória sagrada do Brasil colonial. In: SILVEIRA, Carlos Frederico Gurgel Calvet da. (Redator). *Coletânea*. Revista semestral de filosofia e teologia da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Lumen Christi, Ano VI, fasc. 11, janeiro-junho, 2007, p. 80.

⁷² Cf. AZZI, Riolando. O presente autor tem diversos estudos publicados sobre as manifestações de devoções populares aos santos, inclusive à Nossa Senhora.

⁷³ Importantes trabalhos foram realizados no Brasil, particularmente em Minas, sobre as diversas associações religiosas que contribuíram para a divulgação da devoção aos santos, especialmente a Maria. Cf. RUSSELL-WOOD, A. J. R. Op. cit., BORGES, Célia A. R. M. *Devoção branca de homens negros*. Op. cit.; SCARANO, Julita. Op. cit.; BOSCHI, Caio César. Op. cit.

populacionais do século XIX trazem a marca da religiosidade em torno da devoção aos santos e do culto a Maria.

O culto à Virgem Maria assemelha-se ao culto aos santos, mas encontra-se incontestavelmente num patamar distinto. Maria está acima deles e mesmo, na *práxis* do catolicismo popular, acima do próprio Cristo.

[...]

A importância do culto mariano pode ser facilmente verificada através da toponímia. Dos 289 municípios mineiros cujos nomes ainda fazem menção ao panteão católico, nada menos que 74 contêm uma das invocações de Maria.⁷⁴

Mesmo que o município não guarde no seu nome a homenagem à Maria, é possível que o primeiro templo traga como padroeira a Mãe de Cristo em algum dos seus diversos títulos conferidos pela Igreja. Esse é o caso, por exemplo, de Simão Pereira, núcleo populacional que nasceu, ainda no século XVIII, às margens do Caminho Novo.

Em se tratando da região do Caminho Novo e não da de Juiz de Fora, a primeira Capela, logo no início do século XVIII, foi a primitiva de Nossa Senhora da Glória, no também primitivo povoado de Simão Pereira e elevada a paróquia. Muitos anos depois, povoado, capela e paróquia foram transferidos para “Rancharia”, onde se iniciou o definitivo povoado, mais tarde elevado a Cidade de Simão Pereira.⁷⁵

Outro autor assim escreveu sobre a referida questão: “A ocupação territorial foi iniciada com as concessões de sesmarias nas primeiras décadas do século XVIII, período em que também foram criadas as freguesias de Nossa Senhora da Glória de Simão Pereira e Nossa Senhora da Assunção do Engenho do Matto”.⁷⁶

Outros povoados da Zona da Mata mineira também fizeram homenagens neste sentido a Nossa Senhora. Esta se tornou uma forma de agradecer e pedir a proteção da santa para o bom sucesso de todos que ali iniciavam uma nova vida. Com o crescimento da localidade, outras igrejas surgiam e, em muitas delas, Maria era invocada como a padroeira.

6.2.2 – As diversas manifestações do culto a Maria na Igreja local

O povoado que surgiu às margens do Caminho Novo e que hoje recebe a denominação de cidade de Juiz de Fora cresceu sob a influência da devoção a Santo Antônio, santo que deu seu nome ao primitivo povoado, conhecido por Santo Antônio do Paraibuna.

O catolicismo, seja de cunho oficial ou devocional, constituiu-se em um importante fundamento na história desta cidade. O certo, todavia, é que a devoção aos santos e,

⁷⁴ MATA, Sérgio da. Op. cit., p. 121.

⁷⁵ BASTOS, Wilson de Lima. *Caminho Novo: a espinha dorsal de Minas*. Op. cit., p. 113.

⁷⁶ FAZOLATO, Douglas. *Juiz de Fora: imagens do passado*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2001, p. 15.

especialmente, o culto a Nossa Senhora se fez também presente na vida dos habitantes que aqui viviam. É bem provável que a prática da oração do Terço, as rezas, as festas, as procissões e as celebrações em honra à Mãe de Jesus tenham sido práticas constantes dos fiéis. Porém, não encontramos, dentro da cidade, nenhuma informação precisa anterior ao ano de 1868 sobre algum templo dedicado à Virgem. O único que existia era a Matriz de Santo Antônio. Riolando Azzi, estudando o assunto, nos relata o seguinte:

A primeira capela de oração foi construída no local denominado Boa Vista, e dedicada a N. S. da Glória ou da Assunção, como assinalava Richard Burton em 1868. “A estação vangloriava-se de uma bonita capela, excepcionalmente bem cuidada, e livre de enfeites exagerados. O interior tem um altar muito simples, um quadro da Assunção, e três castiçais de cada lado de um crucifixo de prata.”⁷⁷

Não sabemos em que ano a referida capela foi erguida, mas a presença dela no meio dos fiéis significa que a prática do culto mariano já se fazia presente na cidade no século XIX.

Tudo indica que a primeira manifestação de culto a Maria na cidade de Juiz de Fora tenha sido justamente sob a invocação de Nossa Senhora da Glória. Esta devoção implantou-se “no território onde se estabelecera a colônia de alemães.”⁷⁸ Tais imigrantes chegaram à cidade a partir de 1858 para o trabalho de construção da Estrada União e Indústria, que ligaria Juiz de Fora ao Rio de Janeiro.⁷⁹ Não podemos afirmar, entretanto, se foram os próprios alemães que introduziram essa devoção na cidade ou se ela já existia antes da chegada deles. Interessante é perceber que o dogma da Assunção de Nossa Senhora foi declarado no ano de 1854 pelo Papa Pio IX, portanto, somente quatro anos antes da chegada dos alemães. Talvez esse dado tenha influenciado os imigrantes a introduzirem o culto a Nossa Senhora da Glória, trazido com eles numa viagem tão difícil e temerosa. Riolando Azzi, porém, aponta a seguinte hipótese: “É bem possível que a escolha desse título fosse também uma homenagem à princesa dona Maria da Glória, irmã mais velha de D. Pedro II e que se tornou rainha de Portugal, sucedendo ao pai no trono.”⁸⁰ Independente do fato que causou a escolha da devoção na colônia de imigrantes, o interessante é notar que a manifestação do culto a Nossa Senhora da Glória ganhou força e se espalhou pela cidade nas décadas seguintes.

Porém, um fator econômico fez com que a primitiva Capela de Nossa Senhora da Glória fosse demolida e uma outra fosse erguida em 1878 na parte alta da colônia, no Morro da Gratidão — onde hoje está situada a atual Matriz.

⁷⁷ AZZI, Riolando. *Sob o báculo episcopal*. Op. cit., p. 33. A informação da presença de uma capela dedicada à Nossa Senhora da Glória naquele lugar é confirmada também por Jair Lessa em seus estudos. Cf. LESSA, Jair. *Juiz de Fora e seus pioneiros: do Caminho Novo à Proclamação*. Juiz de Fora: UFJF e FUNALFA, 1985, p. 71.

⁷⁸ AZZI, Riolando. *Sob o báculo episcopal*. Op. cit., p. 33.

⁷⁹ OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora*. Op. cit., p. 49.

⁸⁰ AZZI, Riolando. *Sob o báculo episcopal*. Op. cit., p. 33.

Tendo sido demolida para dar passagem ao leito ferroviário, os alemães católicos, com o dinheiro da indenização recebida e o material ainda aproveitável, construíram outra maior, no pátio fronteiro à atual Igreja da Glória, igrejinha que foi destruída por um incêndio.⁸¹

Na década de 1920 foi erguida a atual Matriz, um templo majestoso, mais amplo e imponente. Nessa época o culto a Maria já havia crescido e abrangia uma boa parte da cidade sob novas invocações.

Outra devoção que queremos chamar a atenção em nosso trabalho é a Nossa Senhora do Rosário. Ela teve início na Europa em fins do século XVI e atingiu outras partes do mundo cristão posteriormente.

Introduzida em ação de graças pela vitória contra os turcos na Batalha naval de Lepanto (7 de outubro de 1571), tornou-se festividade da Igreja universal em 1716. Inicialmente era celebrada no primeiro domingo de outubro, mas a partir de 1913 foi novamente colocada no aniversário daquela vitória.⁸²

Em Juiz de Fora, o culto a Nossa Senhora do Rosário foi introduzido durante a segunda metade do século XIX entre a população que residia no Morro do Rosário.⁸³ Para a divulgação da devoção foi fundada uma irmandade sob a referida invocação em 22 de abril de 1888, portanto, 21 dias antes da data da abolição da escravatura, em 13 de maio do mesmo ano.⁸⁴ A referida irmandade era a responsável por toda a organização do culto.

O culto público e demais exercícios religiosos, como catecismos, rezas vespertinas do mês de Maria e do mês do Rosário eram promovidos e mantidos pela Confraria do Santo Rosário, presidida por D. Olga Burnier, tendo a assistência de um capelão ou reitor da igreja.⁸⁵

As festividades, tanto do mês de Maria (Maio) quanto do mês do rosário (Outubro) também ficavam a cargo da irmandade:

A festividade da Santíssima Virgem do Rosario terá lugar no primeiro Domingo de Outubro, precedida de novena, constando a Festa de Missa Cantada, sermão ao Evangelho, Procissão a tarde. Sermão e Te Deum na entrada da Procissão, o que tudo se fará com a pompa devida, segundo os recursos da Irmandade.⁸⁶

Os confrades deveriam, ainda, prestar homenagem a Santíssima Virgem através da oração do santo rosário. O estatuto aprovado pela Mesa determinava que “todos os irmãos serão obrigados a rezar a Corôa de Nossa Senhora diariamente ou quinze Padre Nosso pelas

⁸¹ LESSA, Jair. Op. cit., p. 71.

⁸² BALTHASAR, Hans Urs Von et al. Op. cit., p. 237.

⁸³ OLIVEIRA, F. Max de. *Sinais da Igreja no Juiz de Fora: traços históricos*. Juiz de Fora: Esdeva Empresa Gráfica S. A., 1978, V. 2, p. 227.

⁸⁴ QUIOSSA, Paulo Sérgio. Op. cit., p. 45.

⁸⁵ OLIVEIRA, F. Max de. Op. cit., p. 227.

⁸⁶ CMIJF. Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, 1888. Cap. 11, art. 35.

almas dos Irmãos falecidos.”⁸⁷ Nossa Senhora do Rosário, através da oração do Terço, seria invocada para socorrer as almas que permanecessem no Purgatório.

Sobre o surgimento da oração do rosário, bastante divulgada pela Igreja, podemos afirmar:

Sua origem remonta a vários séculos e conheceu fases de grande florescimento. O terço foi rezado em épocas tempestuosas e difíceis do mundo e da Igreja, como oração privada, íntima e como oração popular no seio das famílias e associações católicas, onde se tornou um dos elementos constitutivos da vida religiosa.

[...]

A forma hoje universalmente difundida da oração do rosário se desenvolveu na segunda metade do século XV na base de várias formas precedentes. Duas antigas tradições encontraram-se e se uniram nela, com um acréscimo de um terceiro elemento importante.

A primeira tradição foi o uso muito antigo, atestado já a propósito dos monges egípcios dos primeiros séculos cristãos, de contar as orações orais com a ajuda de grãos ou pedrinhas. Posteriormente, lançou-se mão de uma cordinha munida de pérolas ou grãos, enquanto na maioria das vezes a oração repetida ao ritmo desta cadeia era o “Pai Nosso”.⁸⁸

Os momentos difíceis enfrentados pelos cristãos e pela Igreja possibilitaram o florescimento da devoção ao santo rosário. Importante perceber a influência de um comportamento antigo dos monges egípcios em contar suas orações usando pedrinhas e cordas, provavelmente, uma oração individual, própria da reclusão. Fatores não sagrados também estiveram envolvidos no surgimento da recitação da oração do rosário. “A repetição de uma mesma prece com a ajuda de um contador é conhecida de todas as velhas religiões. É, pois, um fenômeno universal”.⁸⁹

O século XII trouxe um terceiro elemento importante que foi introduzido na oração do rosário e difundido entre os cristãos.

A partir do século XII, a “Ave Maria” difundiu-se sempre mais. Começou-se a repetir também esta oração através de cordinhas munidas de nós, etc., e por fim, foi unida ao “Pai-nosso”. Alguns usos particulares, praticados no início, sobretudo na ordem dominicana, aos poucos introduziram o hábito geral de unir a um número fixo de “Pai-nossos” e “Ave-marias” a contemplação de determinada verdade. A contemplação hoje habitual dos quinze mistérios da vida, paixão e glorificação de Jesus Cristo é atestada com certeza a partir de 1480.⁹⁰

⁸⁷ CMIJF. Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, 1888. Cap. 12, art. 48.

⁸⁸ BALTHASAR, Hans Urs Von et al. Op. cit., pp. 266-267.

⁸⁹ SCHILLEBEECKX, E. Op. cit., p. 113.

⁹⁰ BALTHASAR, Hans Urs Von et al. Op. cit., pp. 266-267; O Papa João Paulo II acrescentou mais uma seqüência de mistérios ao terço, os mistérios luminosos, de modo que a informação do autor está defasada. De acordo com a Carta Apostólica Rosarium Virginis Mariae, foram introduzidos cinco novos mistérios aos 15 já existentes no Santo Rosário, alterando a maneira como os fiéis devem rezar o terço a partir de agora. A Rosarium Virginis Mariae é um documento de 60 páginas e inclui a maior modificação registrada no Rosário nos últimos 800 anos. Até hoje o santo Rosário era composto de 15 mistérios referentes aos momentos importantes da vida de Jesus e Maria. Eles ficam divididos em três blocos de cinco mistérios: os gozosos, referentes à encarnação e a vida oculta de Jesus; os dolorosos, relacionados à Paixão de Cristo e os gloriosos, que lembram a ressurreição. Os "Mistérios da Luz", como denominou os novos mistérios, referem-se à passagem da vida pública de Jesus: -O

A Ave-maria rezada várias vezes conduzia o fiel ao contato íntimo com a Virgem Santíssima. Aproveita-se para pedir força para a vida e a graça especial de se ter uma boa morte. A primeira parte da Ave-maria é um reconhecimento de que Maria foi escolhida por Deus para ser a mãe de seu Filho: *Ave-maria cheia de graça, o Senhor é convosco, bendita sois vós entre as mulheres e bendito é o fruto do vosso ventre, Jesus*. A segunda parte da Ave-maria é, na verdade, um pedido particular de socorro à Mãe de Cristo para que ela interceda ao Pai Criador tanto na vida como na hora da morte: *Santa Maria mãe de Deus, rogai por nós pecadores, agora e na hora de nossa morte. Amém!*⁹¹

Quanto à origem e difusão da oração do rosário no modelo que temos hoje, o autor assim nos diz:

Durante séculos, a tradição considerou São Domingos como o verdadeiro criador do rosário. Não é possível aduzir provas decisivas nesse sentido, mas o certo é que as origens do rosário devem ser procuradas precisamente no fundador da ordem dos pregadores no início do século XIII. Em todo caso, São Domingos e sua ordem permaneceram através dos tempos, e até hoje, um símbolo da difusão desta oração [...].⁹²

Não demorou muito para a Igreja também dar suas orientações através de seus líderes: “as primeiras recomendações e confirmações pontifícias da oração do rosário são de Sixto IV (1478) e Pio V (1569 e 1571).”⁹³ Outros papas, posteriormente, exaltaram em público o valor prático da oração do rosário. Pio XI, particularmente no ano de 1927, exaltou a oração do rosário como meio de se conseguir a indulgência plenária.

A QUEM REZAR O TERÇO: UMA GRAÇA DE S. SANTIDADE

Sua Santidade Pio XI acaba de conceder uma graça importante aos fieis do mundo inteiro, graça destinada a comemorar o recente Congresso Eucarístico italiano, celebrado em Bolonha, na Basilica de São Domingos [...]. A todos os fieis, que, devidamente confessados e commungados, rezarem devotamente o terço do Rosario de Nossa Senhora, em presença do Santissimo Sacramento exposto á veneração publica, ou encerrado no Sacrario, é concedida uma indulgencia plenaria *toties quoties*, isto é, tantas vezes quantas o referido terço for rezado. Esta graça foi concedida *in perpetuum*.⁹⁴

Em todas as paróquias que compunham a Igreja de Juiz de Fora, a reza do terço era estimulada pelos sacerdotes, pois, apesar de ser uma oração individual e introspectiva, ela

batismo no Rio Jordão; -A revelação nas Bodas de Caná; -O anúncio do Reino de Deus-início da pregação na Galiléia; -A transfiguração; -A instituição da Eucaristia. O terço, agora, deve ser rezado assim: -Os mistérios gozosos às segundas-feiras e sábados; -Os dolorosos às terças-feiras e sextas; -Os gloriosos às quartas e domingos; -Os luminosos às quintas-feiras. Cf: O Mensageiro. Revista eletrônica da Paróquia de Nossa Senhora de Loreto. Rio de Janeiro; 04-Nov-2002; p. 01. Disponível em: http://www.loreto.org.br/nov_rosario.asp. Acesso em 22/07/2009.

⁹¹ LE GOFF, Jacques. *Em busca da Idade Média*. Op. cit., p. 204

⁹² BALTHASAR, Hans Urs Von et al. Op. cit., pp. 266-267.

⁹³ *Ibidem*.

⁹⁴ ACMAJF. O Lampadário. 06/11/1927; Ano II; N°. 87; p. 03.

possibilita a comunicação com a Virgem Santíssima. A recitação do terço se dava, principalmente nos meses de maio e outubro, épocas festivas e dedicadas, especialmente, ao culto a Maria. Os sacerdotes aconselhavam ainda a oração em família a fim de conseguir a união entre os seus membros.⁹⁵

Os velórios — em algumas regiões também chamados de *sentinelas* — também se tornaram momentos em que a oração do terço era recitada. O capelão, dirigente das rezas, às vezes, passava a noite rezando o terço e cantando benditos e excelências com a participação dos amigos e parentes presentes no velório. Ele “puxava a reza” em homenagem a Mãe de Deus, pedindo proteção para o falecido, fazia novenas e cantava para espantar o sono e os espíritos malignos.⁹⁶ Tornou-se comum ainda rezar outro terço antes da saída do enterro. Isso servia para fortalecer os laços de devoção a Maria.⁹⁷

Existiam, ainda, as beatas que, com seu rosário em mãos, procuravam recitá-lo a qualquer hora, pois a morte também poderia chegar de surpresa, sem aviso prévio. Assim relatou o escritor Pedro Nava sobre esse comportamento de sua tia na hora do café da manhã:

Começava à hora do café, com a presença da tia Regina que chegava de rosário em punho e tinha a peculiaridade de desfiá-lo conta por conta, mistério por mistério, comendo ou conversando. Ia entremeando uma mastigadela de pão cheia de graça, o Senhor é convosco, do bolo de fubá Santa Maria Mãe de Deus, um gole de xícara agora e na hora de nossa morte, com as novidades do dia, horrorizada de saber que a Siá Beta tinha se mudado para a Rua do Sapo que estais no céu, santificado seja Vosso Nome e indignada com o mutismo do Paleta durante visita que lhe fizera e em que o grosseirão, Inhazinha, nem entrara em conversação, enfim... seja feita Vossa vontade porque cada um dá o que tem, assim como nós perdoamos os nossos devedores, não nos deixeis cair em tentação, que homem insuportável! coitada da Berta! e livrai-nos Senhor de todo mal, amém.⁹⁸

Misturando a oração do rosário às conversas na mesa, a tia do escritor procurava seguir sua religiosidade, recorrendo ao terço e pedindo a Maria proteção para aquele dia que se iniciava.

Outra maneira de homenagear Maria e, ao mesmo tempo estreitar os laços entre ela e os devotos, consistia nas festividades, geralmente, bastante concorridas e muito solenes. Apresentaremos a seguir três textos sobre tais festejos na Igreja de Juiz de Fora:

1. MEZ DE MARIA

Este anno, o mez consagrado á S. S. Virgem, foi de um esplendor edificante e satisfatorio! No dia 1º. dei inicio á solennidade, constando de Terço, Ladainha,

⁹⁵ Cf. ACMAJF. Livros de Tombo das paróquias da Arquidiocese de Juiz de Fora. 1850-1950.

⁹⁶ ARAÚJO, Alceu Maynard. Op. cit., pp. 2-4.; CÉSAR,, Getúlio. Crendices do nordeste. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti Editora, 1941. In: DANTAS, Paulo (org.). Op. cit., p. 140.

⁹⁷ Algumas conversas com os moradores mais antigos do Bairro Santo Antônio nos possibilitam afirmar que a reza do terço nos velórios era realmente uma tradição entre os católicos. Isso ainda se faz presente na atualidade em alguns velórios.

⁹⁸ NAVA, Pedro. *Balão Cativo*. Op. cit., p. 29.

meditação ou instrução, e bençãos com o S.S. Sacramento todos os dias. Aos sábados, Domingos e Dias Santos, houve cerimonia da Coroação de N. Senhora, feita por meninas, para isso sortiadas, observando rigorosamente a descencia no vestir. Nos mesmos dias acima mencionados, apoz ás solennidades religiosas, haviam, na praça da Matriz, algumas “Barraquinhas”, aos cuidados de gentis senhoritas [...]. No dia 29, houve missa cantada, ás 10 horas, e a tarde, percorreu algumas ruas da cidade, a Imagem da S.S. Virgem. Ao recolher-se a Procissão houve sermão, allusivo á Festividade, e em seguida a Bençã com o S.S. Sacramento. Nos dias 30 e 31, houve continuação das novenas, terminando assim, uma festa tão bella, com um bello saldo de 4:366\$000, para ás Obras da Nossa Igreja Matriz.

Que Maria Santissima, continue a velar pelo bom povo de Bicas, são os votos ardentés que do coração lhe dirijo.

Bicas, 1 de junho de 1932.

Pe. Luiz Gonzaga da Silva – Vigario.⁹⁹

2. MEZ MARIANO

Com os costumado esplendor e sincera piedade, realizaram-se, este anno, na Cathedral de Santo Antonio desta cidade os actos do mez de Maria, acompanhados sempre de bellos cânticos, terço, ladainha de Nossa Senhora e terminados pela benção do Santissimo Sacramento.

Durante o mez, houve grande numero de communhões e varios sermões pregados pelo Revd. Pe. Gustavo Freire, que se mostrou sempre zeloso e solícito pelo bem espirital dos fieis devotos da S.S. Virgem.

O novel e já conceituado orador sagrado, em seus eloquentés sermões, eshortou o povo juizforano a recorrer á proteção da Santissima Virgem, nos casos arriscados e perigosos da vida e na hora da morte e a consagrar-lhe sempre o mais entranhado e fervoroso amor, pois Ella é a nossa Mãe Celestial, a nossa benigna Advogada junto de Deus e enfim, a Mãe amorosissima de todos os christãos.

No dia 30 de Maio, celebrou-se, com o maximo brilho e extraordinaria concurrencia dos fieis, a festa do mez de Maria. [...].

A tarde sahiu a procissão, percorrendo as principais ruas da cidade. Finalmente, no dia 31 de Maio, houve o offerecimento e a coroação da Santissima Virgem, pregando um bello sermão o Rvdo. Snr. Conego Affonso Intieri.¹⁰⁰

3. A GRANDIOSA FESTA DA IMMACULADA CONCEIÇÃO

[...]

A 29 do p. passado teve inicio a novena em honra de Maria Immaculada. Ninguém, imagina como foi bella, encantadora e cheia de fructos espirituaes para nós catholicos que assistimos do principio ao fim essa novena em tão boa hora lembrada, em honra d’Aquella que com seus pés sacrossantos, esmagou a cabeça do infernal Dragão!

[...]

Encerrou-se a festa da Immaculada Conceição no dia 8 deste, a noite, com benção do Santissimo Sacramento e lindos canticos espirituaes a Virgem Nazarena.

M.N.A.¹⁰¹

Os dois primeiros textos referem-se às festividades do mês mariano, celebradas em maio. Destaca-se a coroação da Virgem feita por meninas escolhidas na comunidade. Outro

⁹⁹ ACMAJF. Livro de Tombo da Paróquia de São José (Bicas); 1902-1932; fl. 49.

¹⁰⁰ ACMAJF. O Lampadário. 06/06/1926; Ano I; N°. 15; pp.1-2.

¹⁰¹ ACMAJF. O Lampadário; 12/12/1926; Ano I; N°. 42; p. 03.

ponto em comum foi a reza do terço, acompanhando a tendência na Igreja de homenagear a Mãe do Salvador com a saudação da Ave-maria. No segundo texto há também uma exortação do sacerdote para que os fiéis recorressem à Santíssima Virgem nos momentos difíceis da vida e na hora da morte. Interessante ainda a afirmação de que Maria é a advogada dos filhos diante de Deus, ou seja, ela é a única que pode, através de sua intercessão, defender os homens dos perigos e minimizar a dor e o sofrimento da alma na eternidade. Ela tem seu lugar na economia da salvação.¹⁰² O terceiro texto refere-se à Festa da Imaculada Conceição e dá ênfase no poder de Maria sobre o diabo, ressaltando sua vitória e o esmagamento de sua cabeça para sempre. A Igreja ensina que o católico que seguir os passos de Maria e os mandamentos de seu Filho também conseguirá esmagar e tirar de si o pecado que conduz ao inferno.

Os dois primeiros textos também apresentam como um aspecto de relevância a procissão com a imagem da Virgem pelas ruas da cidade. Uma caminhada com Maria, rezando o terço e cantando em seu louvor na esperança de que os fiéis pudessem, um dia, cantar a vitória sobre o pecado e a morte.

Carregando o andor de Nossa Senhora, o povo carrega pelas ruas a sua esperança de um dia poder chegar lá onde Nossa Senhora já chegou, isto é, gozar da liberdade total dos filhos de Deus. Carregando a imagem de Maria, o povo dá a todos a prova concreta de que, caminhando com Deus, é possível realizar esta esperança. A história de Maria é a imagem da história do povo humilde. É uma história que ainda não terminou. Continua, até hoje, nas pequenas e grandes histórias deste povo, que anda escondido debaixo do andor, rezando sem parar a *Ave-Maria*.¹⁰³

Outra devoção mariana que marcou presença na Igreja de Juiz de Fora, porém menos fervorosa, foi o culto a Nossa Senhora do Carmo,¹⁰⁴ cuja festa é celebrada no dia 16 de julho. Algumas notícias de jornais e registros nos livros de tombos demonstram a devoção a Nossa

¹⁰² SCHILLEBEECKX, E. Op. cit., p. 97.

¹⁰³ C. Mesters. Apud. SILVA, João Justino de Medeiros. Op. cit., p. 172.

¹⁰⁴ **NOSSA SENHORA DO CARMO:** Carmelo (em hebraico, "Carmo" significa vinha; e "elo" significa senhor; portanto, "Vinha do Senhor"); este nome nos aponta para a famosa montanha que fica na Palestina, donde o profeta Elias e o sucessor Elizeu fizeram história com Deus e com Nossa Senhora, que foi pré-figurada pelo primeiro numa pequena nuvem (cf I Rs 18,20-45). Estes profetas foram "participantes" da obra Carmelita, que só vingou devido à intervenção de Maria, pois a parte dos monges do Carmelo que sobreviveram (século XII) da perseguição dos muçulmanos; chegaram fugidos na Europa e elegeram São Simão Stock como seu superior geral; este, por sua vez, estava no dia 16 de julho intercedendo com o Terço, quando Nossa Senhora apareceu com um escapulário na mão e disse-lhe: "Recebe, meu filho, este escapulário da tua ordem, que será o penhor do privilégio que eu alcancei para ti e para todos os filhos do Carmo. Todo o que morrer com este escapulário será preservado do fogo eterno". Vários Papas promoveram o uso do escapulário e Pio XII chegou a escrever: "Devemos colocar em primeiro lugar a devoção do escapulário de Nossa Senhora do Carmo - e ainda - escapulário não é 'carta-branca' para pecar; é uma 'lembrança' para viver de maneira cristã, e assim, alcançar a graça duma boa morte". Neste dia de Nossa Senhora do Carmo, não há como não falar da história dos Carmelitas e do Escapulário, pois onde estão os filhos aí está a amorosa Mãe. Disponível em: www.cancaonova.com/portal/canais/santodia/index. Acesso em 27/05/2009.

Senhora e ao sagrado escapulário. O jornal O Lampadário trouxe as seguintes informações sobre os festejos que iriam ocorrer em 1928:

CATHEDRAL

Novena e festa de Nossa Senhora do Carmo.

JUIZAS

D. Maria Helena A. Procopio; D. Marianna Evangelista; D. Luiza Nunes Lima Rezende; D. Laura Duarte.

MESARIAS

D. Maria do Carmo Monteiro; D. Maria do Carmo R. de Andrade; D. Maria do Carmo Sarmento; D. Maria do Carmo Botelho; D. Maria do Carmo Meirelles; D. Maria do Carmo Faria; D. Maria do Carmo Goulart; D. Maria do Carmo A. Vidal; D. Maria do Carmo Lobato; D. Maria do Carmo Torres; D. Maria do Carmo V. R. de Sá; D. Maria do Carmo Machado.

[...] Todas as Irmãs da Ordem Terceira de N. Senhora do Carmo, concorrerão com o seu auxilio.¹⁰⁵

Interessante observar que todas as componentes da Mesa tinham por nome de batismo Maria do Carmo, que se tornou uma maneira dos pais homenagearem Nossa Senhora sob esse título e pedir a proteção para a criança. Em muitos casos, os pais entregavam suas filhas a Mãe de Cristo para ser sua madrinha e, por isso, escolhiam por nome Maria. O ANEXO 3 traz uma demonstração da quantidade, em números e percentuais, de crianças batizadas com o nome de Maria. Mesmo não configurando a totalidade dos batizados para o período em questão, podemos ter uma noção clara sobre a pretensão dos pais em dar às suas filhas o mesmo nome da Virgem Santíssima, com um percentual de crianças do sexo feminino em mais de 20% que receberam seu nome (Maria do Carmo, Maria José, Maria Elena, Maria das Graças, Maria de Fátima, etc.).

Encontramos ainda, na Igreja de Juiz de Fora, tanto nas paróquias da cidade quanto nas do interior, algumas congregações fundadas especialmente em fins do século XIX para prestar culto a Maria. São elas: Congregações Marianas e Pia União das Filhas de Maria. Essas associações se inserem no contexto da Reforma Ultramontana que a Igreja Católica do Brasil passava naquele período, buscando colocar em prática o espírito tridentino implantado na Igreja da Europa já no século XVI.

A mentalidade que domina a reforma é a necessidade de criar no Brasil uma nova Igreja, de caráter apostólico-romano, e sob a inspiração tridentina, em substituição à Igreja luso-brasileira do período colonial e imperial, dominada pelo Padroado. Forma-se um novo clero, com nova mentalidade, paralelo ao antigo. Novas devoções passam a ocupar o lugar das devoções tradicionais.¹⁰⁶

¹⁰⁵ ACMAJF. O Lampadário; 08/06/1928; Ano III; N°. 121; p. 01.

¹⁰⁶ AZZI, Riolando. Elementos para a história do Catolicismo popular. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*. Op. cit., p. 119.

Os membros dessas congregações procuravam ajudar a organizar os festejos em homenagem a Maria, além é claro, de fazer as devidas orações exaltando a Mãe do Salvador e pedindo o auxílio necessário para o bem viver e o bem morrer.¹⁰⁷ A Igreja, com essas novas devoções, procurava atrair a atenção dos fiéis para uma nova prática de culto a Maria.

No que se refere à manifestação da invocação a Maria na redação dos testamentos, Reis em suas pesquisas para o caso da Bahia, nos diz:

As Constituições do arcebispado recomendavam aos testadores que encomendassem a alma a Deus, à Santíssima Trindade, Cristo, e pedissem a intercessão da Virgem Maria, anjos, espíritos celestiais e santos.. As encomendações eram quase rigidamente formais, mas as invocações, apesar de manter um certo formalismo, variavam mais, indicando as preferências devocionais do testador.¹⁰⁸

Encontramos em nossa pesquisa apenas uma testadora que pediu a proteção divina de Nossa Senhora. O texto apresenta-se nos seguintes termos: “Eu [...] Primeiro que tendo invocado o auxílio divino a proteção de Nossa Senhora, de São José e de meu Anjo da Guarda para o momento solenne da minha morte. Sou catholica, apostolica romana e nesta fé morro graças dando a Deos.”¹⁰⁹ A testadora redigiu seu testamento em 1894. O fato de não termos encontrado outros testadores manifestando em testamentos sua devoção a Maria, minimizando assim as cláusulas piedosas, pode significar que a forma de redigi-los estava realmente passando por transformações significativas naquele período, fato que já foi apontado por nós nesse trabalho e agora só vem colaborar para essa hipótese. Nesse mesmo sentido — não somente para a história baiana, mas para o contexto brasileiro — Reis afirma de maneira clara e conclusiva que:

[...] outros fatores se ligavam mais à vida do que à morte, e afetaram [...] a religiosidade de um modo geral. Foi um período de importantes mudanças na sociedade baiana, na sociedade brasileira. A independência e as agitações sociais que se seguiram politizaram a cultura, enfraqueceram poderes tradicionais, secularizaram boa parte das instituições e dos comportamentos. As “idéias liberais”, tão em voga nos discursos da época, tiveram algum impacto sobre os costumes populares e da elite.¹¹⁰

O certo é que essas mudanças estavam transformando o modo de manifestação da religiosidade no Brasil. Mesmo assim, Maria era reverenciada pelos fiéis como a advogada do bem viver e do bem morrer. “Protetora da vida, a Virgem também cuidava da morte. Quem melhor do que a mãe de Deus? [...] O apelo à Virgem Mãe parece ter sido generalizado na

¹⁰⁷ Cf. ACMJF. Livro de Tombo da Matriz de Santo Antônio de Juiz de Fora. 1850-1950; ACMAJF. Livros de Tombo de diversas paróquias da Arquidiocese de Juiz de Fora. 1850-1950.

¹⁰⁸ REIS, João José. Op. cit., p. 221.

¹⁰⁹ AHUFJF. Testamento de Philomena Hereber. Cx. 41A; Ref. 99B71; 1916.

¹¹⁰ REIS, João José. Op. cit., p. 224

crisandade.”¹¹¹ Os católicos de Juiz de Fora também procuraram se apegar decisivamente à Maria. O culto a Nossa Senhora na cidade levou milhares de cristãos a manifestar seu carinho e sua devoção a ela, de acordo com os ensinamentos da Igreja que assim orientava os fiéis para que alcançassem a proteção da Mãe de Deus.

6.3 – A devoção ao Senhor Morto e o culto aos mortos

6.3.1 – A devoção ao Senhor Morto e a esperança da ressurreição

A manifestação da devoção ao Senhor Morto teve sua origem associada ao surgimento das celebrações da Semana Santa dentro da Igreja Católica.

Vem desde os primeiros séculos cristãos o costume de celebrar de modo especial a semana anterior à Festa da Páscoa, se bem que inicialmente as solenidades reduziam-se à sexta-feira e ao sábado.

No século IV, essa semana especial chamava-se Hebdomada paschalis (semana pascal), e no século seguinte passou a chamar-se Semana Autêntica. Isso em Roma. No Oriente, chamava-se Semana Maior. Por esse mesmo tempo surgiu o nome Semana Santa.

Como dissemos, inicialmente, talvez já nos tempos dos apóstolos, a Semana Santa era celebrada só a partir da sexta-feira. Eram dois dias (sexta-feira e sábado) de jejum rigoroso, em preparação para o domingo, em que se celebrava a ressurreição de Cristo. Depois, foi incluída também a quarta-feira, para lembrar o dia em que os chefes judeus decidiram prender o Salvador.

Lá pelo ano de 247, parece que já tínhamos toda uma Semana Santa. Um escritor desse tempo diz que muitos passavam todos esses dias sem provar nenhum alimento. Em algumas igrejas, esses dias eram também de descanso para todos os servos e escravos. Algumas Igrejas celebravam todas as noites vigílias solenes de orações e leituras, com a celebração da eucaristia.

Ao que parece, as cerimônias próprias da Semana Santa surgiram principalmente em Jerusalém onde, de certo modo, permaneciam mais vivas as lembranças dos últimos dias de Jesus. Essas solenidades foram imitadas pelas Igrejas do Oriente, depois pelas Igrejas européias. Só lá pelo século IX é que chegaram até Roma. É interessante notar que, já nesses primeiros tempos, na sexta-feira e no sábado jamais se celebrava a eucaristia.¹¹²

O costume de celebrar a Paixão e Morte de Cristo foi trazido para o Brasil com a chegada dos portugueses. Já na colônia se tem notícias a respeito dos atos de devoção prestados pela população durante a Semana Santa.¹¹³ Estudando o caso de Salvador, Reis nos aponta como o culto ao Senhor Morto era vivenciado pelos fiéis.

¹¹¹ Ibidem, p. 223.

¹¹² CASTRO, Flavio. História da Semana Santa. In: *Redemptor*. São Paulo: Congregação do Santíssimo Redentor, Abril de 2009, s/p.

¹¹³ Cf. REIS, João José. Op. cit.; DEBRET, Jean-Baptiste. Op. cit.

A vigília que acompanhava o beija-pé da imagem de Cristo morto parecia um animado acampamento. Famílias inteiras superlotavam a igreja, levando esteiras, cobertores, comida e até penicos; do lado de fora, vendedores ambulantes se misturavam a pessoas cantando e tocando flautas, violões, cavaquinhos e harmônicas.¹¹⁴

É provável que no resto do Brasil as celebrações da Paixão de Cristo e do culto ao Senhor Morto fossem também bastante participativas, pois acreditava-se que o ato de adoração do Senhor Morto poderia garantir a remissão dos pecados.

O catolicismo popular de tradição luso-brasileira dá grande importância à devoção ao Senhor Morto. Sua estátua representa o Cristo morto, colocado em posição horizontal sobre um caixão, tendo com frequência ao seu lado a estátua da Virgem das Dores, conhecida também como Nossa Senhora da Soledade ou Compadecida, cujo coração aparece transpassado por uma lança.¹¹⁵

Os atos da Semana Santa não se resumiam na devoção ao Senhor Morto, porém, queremos nos concentrar nesse aspecto do ritual que acontecia na Sexta-feira da Paixão, para assim, procurar entender o significado para os fiéis de cultivar a morte de Jesus. Por outro lado, é plausível também a afirmação de que os temas fúnebres ocupavam — e ainda ocupam — lugar de destaque no imaginário da população brasileira.¹¹⁶ Há que se ressaltar, ainda, que o fato de a população participar dos atos da Paixão de Cristo na sexta-feira, beijando os pés da imagem do Senhor Morto e participando da Procissão do Enterro constituía em uma maneira de buscar naqueles atos simbólicos um sentido para o entendimento da vida e, sobretudo, da morte.

A ritualização da morte de Jesus entre os católicos durante as celebrações da Sexta-feira Santa possibilita aos fiéis um encontro com Deus.¹¹⁷ Tocar a imagem do Filho de Deus morto significa penetrar nesse mistério em que se busca o fortalecimento da fé e a esperança da ressurreição pregada pela Igreja de Cristo. Vivenciar a morte do Senhor, mortificando, chorando e lamentando o referido fato, significa ainda a procura por aproximar o Céu e a Terra. O ritual de vivenciar a Paixão e a morte de Cristo “pode unir um ao outro estes dois mundos.”¹¹⁸ Nesse aspecto, ganha sentido o fato de os católicos praticarem a cerimônia do culto aos seus mortos, que também é uma maneira de aproximar os dois mundos, o dos vivos — a Terra — e o dos mortos — o Céu.

¹¹⁴ REIS, João José. Op. cit., p. 137.

¹¹⁵ AZZI, Rioldo. *Sob o báculo episcopal*. Op. cit., p. 29.

¹¹⁶ Cf. REIS, João José. Op. cit., p. 137.

¹¹⁷ MÜLLER, Wunibald. Op. cit., p. 130.

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 134.

Não só no período colonial, mas também no Império e na República, as cerimônias que rememoravam o sofrimento e a morte de Cristo tinham um grande significado para os católicos que sempre enchiam os templos para prestar culto ao Senhor Morto e participar da Procissão do Enterro. É nesse período que os fiéis da cidade de Juiz de Fora dirigiam suas atenções na Semana Santa para as celebrações que aconteciam na Matriz de Santo Antônio na Sexta-feira da Paixão, dia em que Cristo morreu na cruz, como ensina o catolicismo. A tradição presente na Igreja repetia-se todos os anos e reunia diversos sacerdotes, associações e leigos em geral.

A lembrança das celebrações da Semana Santa vivenciadas no passado de Juiz de Fora e de outros centros de Minas fez Pedro Nava declarar em suas memórias a maneira como elas marcaram profundamente sua vida, influenciando na sua religiosidade e na sua devoção:

[...] Ali estão também as festas de nossa preferência. Não os Reis, o Carnaval, a Aleluia, o São João, o Todos os Santos, o Natal, o São Silvestre — *mas as Cinzas, a Quaresma, a Procissão do Encontro, o Ofício de Trevas, o da Paixão e o Finados* que esbraseia Minas com candeias acesas nos campos, nas igrejas, nos montes e vales, nos cemitérios e nas cruces, cruces cruces cruces dos caminhos que assinalam os lugares onde caíram os tocaiados. As festas dos nossos oragos preferidos. São Francisco dos estigmas sangrentos. Nossa Senhora das Dores. Jesus. Não o das criancinhas, o do Templo com os doutores, o da adúltera, o do Sermão da Montanha, o das Bodas de Canaã, o da Transfiguração, nem o da Ressurreição — mas o da Agonia no Horto, o da Flagelação, o da Coroa de Espinhos, o do Escárnio, o da Cana Verde, o das Quedas, o da Crucificação, *o da Descida da Cruz, o Senhor Morto. [...] Túnicas roxas agaloadas de prata e suas cabeleiras mortas. Louras, castanhas, negras — ofertas de promessa tiradas das morféticas, das defuntas, das noviças.* São essas imagens — vergando sob a cruz, traspassadas de pregos, coroadas de cardos, esfoladas, equimóticas, laceradas, batidas, lapidadas, cuspidas, queimadas — que têm entrada nos nossos corações, na nossa devoção terrível [...].¹¹⁹ (Grifos nossos)

Pelo texto anterior pudemos perceber que os cerimoniais da Quaresma e da Semana Santa teriam influenciado bastante o autor em sua religiosidade. A dor, o sofrimento e a morte de Cristo possibilitavam vivenciar de maneira profunda os mesmos sentimentos do Filho de Deus. A preferência pelas festas da Semana Santa pode nos indicar que o ato simbólico caracterizado pela dor marcou profundamente a vida do autor e de outros tantos católicos. Aqueles se tornaram momentos de intensa participação dos fiéis. A marca da violência presente nas imagens e na teatralização da Paixão de Cristo afirmava nos corações dos católicos uma *devoção terrível*, como bem expressou Pedro Nava no final de seu texto. Interessante observar, ainda, que a devoção implicava, para algumas pessoas, a promessa de doar seu cabelo para confeccionar a peruca que enfeitava a imagem de Cristo morto.

¹¹⁹ NAVA, Pedro. *Baú de Ossos*. Op. cit., p. 128.

Constituíam-se em ofertas de promessas que expressavam a troca de bens simbólicos entre o devoto e o santo, que, nesse caso, era o próprio Cristo.¹²⁰ Esperava-se, com isso, alcançar a graça do bem viver e do bem morrer.

O respeito que os católicos expressavam especificamente durante a Sexta-feira da Paixão pode ser explicado no texto a seguir:

A Sexta-feira Santa, centro das atenções dos fiéis, era dia completamente morto, silencioso e sem cavaleiros, carros ou carroças nas ruas. Neste dia, todos os católicos presentes podiam adorar a Santa Cruz — símbolo sagrado do sofrimento e do triunfo de Cristo —, participar da Procissão do Enterro e adoração de Nosso Senhor no sepulcro. Era um dia de luto e choro. Os sinos e campainhas das igrejas não podiam ser tocados. Pairava um vazio nas pessoas e uma forte dor e lamentação. O canto de Verônica e a imagem do rosto de Cristo estampada com seu sangue na toalha fazia a alma entristecer. Os sacerdotes desnudavam os altares e não celebravam a Santa Eucaristia: Jesus Cristo entregara seu Espírito.¹²¹

Também em Juiz de Fora o respeito pela morte de Cristo se refletia, de alguma maneira, na vida da população. Pedro Nava nos deixou uma clara impressão sobre o tema quando descreveu o ir e vir dos bondes pelas ruas da cidade: “tiniam, ano inteiro, suas campainhas, substituídas por caixas de pau, na semana que Nosso Senhor morria.”¹²²

A manifestação da devoção ao Senhor Morto na Matriz de Santo Antônio de Juiz de Fora implicava em, pelo menos, três ações por parte dos católicos: a primeira era o beijo nos pés da imagem que ficava exposta deitada no esquife à frente da imagem de Nossa Senhora das Dores com suas vestes roxas e negras. Em seguida, os fiéis procuravam trocar uma moeda de baixo valor com um membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento, responsável pelos atos da Semana Santa, a fim de se garantir que não faltasse o bem material em suas vidas. Por fim, tornou-se comum ainda, os católicos recolherem alguns galhos de ciprestes, que perfumavam todo o ambiente, deixados próximos do corpo do Senhor. Estes galhos levados para casa, além de servir como amuletos para afugentar o mal, lembravam a participação no ritual da morte de Cristo e garantiam a bênção da família o ano inteiro.¹²³

A imagem do Senhor Morto ficava exposta desde o nascer do sol na Sexta-feira Santa e, por isso, constituía no centro de devoção mais freqüentado pelos devotos. A fila para

¹²⁰ Bens simbólicos, segundo P. Bourdieu “são as trocas, ou transações nos mercados de bens culturais ou religiosos”, etc. Cf. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. (Org. Sérgio Miceli). 6ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Coleção Estudos, 20).

¹²¹ SPALDING, Walter. *Tradições e superstições do Brasil Sul*. pp. 75-77. Apud: AZZI, Riolando. *O Catolicismo popular no Brasil*. Op. cit., p. 116.

¹²² NAVA, Pedro. *Baú de ossos*. Op. cit., p. 277.

¹²³ Informações obtidas a partir de conversas com alguns membros da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora, presente até hoje na mesma igreja, e responsável pela preparação dos atos da Semana Santa.

o beijo começava bem cedo, junto com os sons das matracas, que substituíam os badalos dos sinos em respeito à morte de Cristo.¹²⁴ Os católicos acreditavam que “o beijar os pés, o toque no corpo redime os pecados cometidos ou pensados, garantido a absolvição temporária.”¹²⁵

Outra cerimônia que marcava a Sexta-feira tratava-se do ritual do descendimento da cruz, momento em que um sacerdote proferia um sermão envolvente, procurando enfatizar nos católicos a importância da morte de Cristo para a salvação da humanidade, assim como ensina a Igreja Católica. Em seguida, iniciava a Procissão do Senhor Morto.¹²⁶ A imagem de Jesus na cruz ficava exposta o dia todo diante do templo para ser reverenciada pelos fiéis que por ali passassem. Às 15 horas, acontecia a Procissão, momento vivido pelos católicos com grande dor e lamento. Participar do enterro do Filho de Deus significava reconhecer a finitude do homem diante da própria morte e a espera da ressurreição, prometida pelo próprio Cristo. Essa procissão era, juntamente com as demais, bastante concorrida, contando com a presença de autoridades, clero, fiéis, Irmandades e Ordens Terceiras.¹²⁷ A organização da procissão também estava sob a condução da Irmandade do Santíssimo e, por isso, ficou decidido em reunião que somente aos irmãos desta irmandade seria conferido o direito de “carregar o palio e o Esquife na Procissão de 6^a. feira.”¹²⁸

Nas celebrações que aconteceram na Semana Santa do ano de 1941, foi divulgada, através do periódico católico “O Lampadário”, a pauta da formação das procissões, que seguiram uma ordem e disciplina bastante rígida, conferindo a elas o respeito necessário diante da Paixão e da morte do Senhor.

PAUTA DE FORMAÇÃO DAS PROCISSÕES (Semana Santa 1941).

Para boa ordem na formação das alas e cortejo processional, deverá ser obedecida a seguinte pauta: 1-Cruz paroquial ladeada por dois círios; 2-Patronato São José; 3-Pia União das Filhas de Maria; 4-Juventude Católica Feminina; 5-Ordem Terceira da Penitência (Senhoras); 6-Confraria do Imaculado Coração de Maria; 7-Apostolado da Oração; 8-Liga Católica J.M.J.; 9-Congregados Marianos; 10-União

¹²⁴ “Da quinta-feira santa ao sábado santo os sinos se calam, a fim de comemorar o tempo entre a morte de Cristo e sua ressurreição. Esse costume é recente: foi no século VIII, em Roma, que sinos e campainhas cessaram de soar. No monte Cassino os sinos são substituídos por instrumentos de madeira. O costume atual foi codificado no começo do século XIII; na quinta-feira, depois do *Gloria in excelsis*, as imagens e estátuas são veladas e os sinos param de tocar até o *Gloria* da missa do sábado.” In: BAYARD, Jean-Pierre. *O sentido oculto dos ritos mortuários: morrer é morrer?* (Trad. Benôni Lemos). São Paulo: Paulus, 1996, pp. 150-151.

¹²⁵ CALDEIRA, Bárbara. *A procissão do Senhor Morto e as atividades da Semana Santa: representações culturais, poder e cidadania*. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em 02/06/2009.

¹²⁶ Cf. CMIJF. O Lampadário. Nº 725, 16-MAR-1940. Ano XV, p. 1.

¹²⁷ O ciclo das procissões da Semana Santa era o seguinte: “Procissão da Penitência, na quarta-feira de cinzas; procissão dos Passos, na segunda-feira da quaresma; procissão do Triunfo, na sexta-feira precedente ao domingo de Ramos; Procissão dos Fogarêus ou Endoenças, na quinta-feira santa e procissão do Enterro, ou Senhor Morto, na sexta-feira santa”. AZZI, Riolando. Elementos para a história do Catolicismo popular. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*. Op. cit., p. 114.

¹²⁸ AISSCM. Livro de Atas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio, 1910 – 1916. Ata da Sessão 32, 02-MAR-1913, fl. 44.

dos Moços Católicos; 11-Confrades Vicentinos; 12-Irmãos do Santíssimo Sacramento; 13-Seminário Diocesano; 14-Clero Regular; 15-Clero Secular; 16-Andor; 17-Palio; 18- Exmo. Snr. Bispo Diocesano, Autoridades Civis e Militares; 19-Banda de Musica e Povo. NOTA: Na procissão do Encontro será obedecida a mesma ordem, com exceção da Pia União das Filhas de Maria e Confraria do Imaculado Coração de Maria, que se reunirão na Igreja de São Sebastião, afim de acompanharem o andor de Nossa Senhora das Dores, o qual, depois do Sermão do Encontro seguirá imediatamente o andor do Senhor dos Passos. (...).¹²⁹

As procissões prezavam pela formação ordenada que o clero e os irmãos do Santíssimo impunham. Havia uma participação especial de vários segmentos religiosos da diocese, pois se constituía em uma festa não somente da catedral, mas de toda a Igreja local. Os confrades da Irmandade do Santíssimo Sacramento procuravam seguir próximos dos símbolos sagrados, conferindo, portanto, maior importância ao ato. Chama atenção na formação do cortejo a “ala das autoridades” que ia junto com o Bispo da Diocese. As agremiações infantis — Patronato São José — e femininas formavam os primeiros blocos, sendo seguidas pelas corporações masculinas, o clero regular e o secular e o bispo. Na seqüência, a banda dava o tom das festividades, tocando músicas envolventes segundo o ritual celebrado. O povo, que não dispensava uma celebração, fechava a ordem da procissão formando o maior bloco e aproveitando para uma convivência social festiva.¹³⁰

O culto ao Senhor Morto, da forma em que ele era praticado, possibilitava aos católicos o encontro com uma dura realidade: a morte. Contudo, o maior conforto, de acordo com os ensinamentos do catolicismo, procedia da certeza de que o domingo da ressurreição traria de volta a verdadeira vida. Há que ressaltar, porém, que a participação dos fiéis no domingo da páscoa geralmente era muito menor que a da procissão do Senhor Morto. Sendo assim, havia mais interesse na devoção à morte do que à ressurreição. Isso se deve, provavelmente, ao impacto psicológico e social que a morte provoca nas pessoas. Por outro lado, participar da celebração do enterro de Jesus podia garantir ao católico, através de sua penitência, a mortificação de seus pecados com o reconhecimento da Igreja e de Deus.

Também o culto aos mortos, praticado no dia de Finados, possibilitava a lamentação pela memória dos que partiram, porém, permanecia entre os vivos uma grande expectativa de que a promessa de Cristo seria cumprida na eternidade e a alma iria descansar para sempre no Reino dos Céus, crença partilhada pelos católicos, como ensina a Igreja Católica.

¹²⁹ CMIJF. O Lampadário. Nº 780, 05-ABR-1941. Ano XVI, p. 2.

¹³⁰ TINHORÃO, José Ramos. *As festas no Brasil Colonial*. São Paulo: Ed. 34, 2000, p. 9.

6.3.2 – Finados: O dia dos mortos

As civilizações humanas se diferem dos animais fundamentalmente na forma em que tratam seus mortos. Mais do que pretender dar um destino para o corpo no cemitério, os homens buscam nos seus comportamentos e nas cerimônias maneiras de prestar homenagens aos seus queridos entes já falecidos e, assim, manter sempre uma boa convivência com o mundo dos mortos. Nessa perspectiva de se buscar cultuar os mortos, os homens entram em contato com rituais criados por seus antepassados e, tradicionalmente, mantidos na sociedade em que estão inseridos.

Desde os tempos mais recuados, em todas as civilizações, cerimônias muito particulares acompanham a memória daquele que deixa o nosso mundo. Honrado ou temido, o morto se beneficia de presença permanente: um culto no qual a fé e a esperança dos vivos inscrevem-se nos valores do sagrado. A morte torna-se a antecâmara de mundo novo, que queremos crer de horizontes resplandescentes, de um além do qual ninguém volta e que todas as tradições imaginam sensivelmente da mesma maneira como lugar de felicidade.¹³¹

Praticamente a maioria das civilizações reverencia os seus mortos prestando culto e orando por eles. O texto a seguir sugere que na Antiguidade pagã já se praticava o culto aos mortos através do banquete fúnebre.

No centro do culto aos mortos na Antiguidade pagã está a refeição dos mortos, sobretudo na forma do banquete fúnebre. Nele, o morto é considerado como agente e verdadeiro participante do banquete juntamente com a família, parentes e amigos que dele tomam parte, junto à sua sepultura, e para o qual devem ser providenciados alimentos, utensílios e mobília. Esses preparativos são o sinal para ele se achegar ao banquete esperado; na verdade, eles o invocam e o localizam [...] Daí por diante vale para a concepção popular a sentença: lá onde a cadeira ou a mesa está posta para o morto, lá está ele mesmo em pessoa. Da idéia de presença do morto no banquete fúnebre resulta o fato, estranho para a visão moderna, da estreita ligação do canto e da dança, enquanto um segundo elemento, com o comer e beber junto à sepultura. O canto e a dança junto à sepultura são também expressão de que os vivos integram os mortos em sua sociedade, de que os deixam tomar parte em suas vidas.¹³²

O banquete com os mortos, costume vivenciado pelos pagãos, influenciou o comportamento dos cristãos primitivos que assumiram a prática do culto aos mortos, invocando sua presença para uma convivência festiva.

De fato, o banquete fúnebre era um fenômeno social “pagão-neutro”, assumido pelo cristianismo primitivo em todos os seus elementos. [...] Igualmente entre os cristãos o morto era “literalmente convidado e invocado”. Desde a primeira metade

¹³¹ BAYARD, Jean-Pierre. Op. cit., p. 31.

¹³² OEXLE, Otto Gerhard. A presença dos mortos. In: BRAET, Herman e VERBEKE, Braet (eds.). Op. cit., pp. 52-53.

do século III, talvez antes ainda, o banquete fúnebre junto à sepultura era complementado por um banquete eucarístico, que o precedia ou mesmo o substituía completamente.¹³³

Por volta do ano 200, Tertuliano, em seu *De Testimonio Animae*, mostra que a “crença na continuação da vida após a morte no fundo já lhes é totalmente familiar. A idéia da presença dos mortos entre os vivos tinha claramente, para Tertuliano, total evidência.”¹³⁴ Isso, de fato, foi fundamental para que o cristianismo abraçasse a idéia de prestar reverência àqueles que já não mais convivessem no mundo dos vivos.

Uma outra questão relevante para o entendimento do culto aos mortos é o fato de que os cristãos, desde os primórdios, oravam para os defuntos, pedindo a Deus pela salvação de suas almas. Em toda a Idade Média observa-se a oração pelos mortos — seja na missa ou em preces individuais — ganhando cada vez mais espaço. Com a consolidação da idéia do Purgatório, no século XII, essa prática se tornou mais intensa e a relação entre vivos e mortos ficou mais próxima e dependente uns dos outros.¹³⁵

Os sacramentários romanos atestam o uso de missas pelos defuntos que, em vez de serem celebradas no dia do funeral, sê-lo-ão num dia qualquer, como exaltação. Mas sobretudo os obituários nas suas diversas formas são o melhor testemunho desta memória dos mortos. Na época carolíngia, em certos mosteiros inscrevia-se nos registros dos vivos e dos mortos quem devia ser recomendado no cânone da missa. [...] As comunidades monásticas — desde o século VII na Irlanda — anotam sobre *rolos* o nome dos seus mortos, e fazem-nos circular para informar os mosteiros da comunidade. Aparecem a seguir os necrológicos, listas de defuntos na margem de um calendário que se lia geralmente no ofício de prima, quer no coro quer no capítulo.¹³⁶

Os obituários passarão por uma evolução bastante interessante entre os séculos IX e XI e darão mais sentido à oração pelos mortos.

Em particular, passou-se das menções globais para as menções individuais. Os *libri memoriales* carolíngios contêm de 15 000 a 40 000 nomes. Os necrológicos de Cluny só mencionam entre 50 e 60 nomes por dia de calendário. Daqui em diante “a recordação litúrgica está garantida por muito tempo para os mortos individualmente inscritos”. O tempo da morte individual impõe-se a partir de então nos registros mortuários.¹³⁷

A Abadia de Cluny foi o centro europeu mais importante de manifestação das orações pelos mortos. Foi nesse mosteiro que, pela primeira vez, celebrou-se um dia dedicado inteiramente aos defuntos. O culto aos mortos, comemorado no dia seguinte ao Dia de Todos

¹³³ Ibidem, pp. 53-54.

¹³⁴ Ibidem, p. 53.

¹³⁵ Cf. LE GOFF, Jacques. *O nascimento do purgatório*. Op. cit.

¹³⁶ Ibidem, p. 149.

¹³⁷ Ibidem.

os Santos, entraria numa nova fase a partir de então, e a Igreja colocaria oficialmente no seu calendário esta celebração.

Cluny, com efeito, obedecendo ao carácter elitista destas uniões entre mortos e vivos que dizem respeito aos grupos dirigentes, estende ao conjunto dos defuntos, de maneira solene e uma vez por ano, a atenção da liturgia. De facto, no meio do século XI, provavelmente entre 1024 e 1033, Cluny institui a celebração dos defuntos no dia 2 de Novembro, logo a seguir à festa de Todos-os-Santos que tem lugar na véspera. O prestígio da ordem entre a cristandade é tal que a “festa dos Mortos” em breve é celebrada por toda a parte.¹³⁸

A Festa dos Mortos, celebrada anualmente a partir do início do século XI no dia 2 de Novembro, consolida uma devoção de grande prestígio entre os católicos. O culto aos mortos ganharia maior dinamismo com um dia dedicado aos mesmos. A Igreja aproveitava para estender seu domínio sobre vivos e mortos na medida em que procurava incentivar entre os fiéis a prática do culto aos defuntos em troca das indulgências que pudessem beneficiar a alma.¹³⁹

Interessa-nos, a partir de então, buscar entender o costume católico de cultuar os mortos no dia de Finados praticado na sociedade juizforana desde meados do século XIX. De um modo geral, os fiéis manifestavam esse culto através da frequência às celebrações anunciadas pela Igreja ou visitando os cemitérios, onde se rezava pelas almas dos defuntos, parentes ou não.

Nos dias que antecediam a Festa dos Mortos, o poder público procurava preparar o campo santo, fazendo a capina e a limpeza necessárias para receber os visitantes. O texto a seguir demonstra a preocupação do administrador do Cemitério Municipal às vésperas do dia de Finados com a higiene do local.

Cidadãos Prezidente e mais Intendentes.

Estamos proximo do dia de Finados, 2 de Novembro, é o cemiterio neste dia visitado por milhares de pessoas e por isso precizo concessão da Intendencia para fazer a capina, limpeza e concertos necessarios cuja despeza não excederá a cem mil reis que serão pagos com os rendimentos do mesmo, levando o Sr. Procurador em conta na despeza e na receita, cujos serviços são ordenados pelo art. 26 e seus paragraphos.

Juiz de Fóra, 2 de outubro de 1890.

O admdor. dos cemiterios.

Victoriano da S. Braga.¹⁴⁰

A preocupação do administrador se explica pelo fato de que, naquele dia, quase toda a população visitaria o local para prestar uma homenagem aos seus defuntos.¹⁴¹ Segundo o

¹³⁸ Ibidem, p. 150.

¹³⁹ Cf. BOSSY, John. Op. cit; LE GOFF, Jacques. *Em busca da Idade Média*. Op. cit; _____. *A Bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média*. (Trad. Marcos de Castro). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹⁴⁰ AHPJF. Correspondência do administrador dos cemitérios de Juiz de Fora ao Presidente da Câmara Municipal. Caixa 143; Ref. 126; 1890.

mesmo funcionário, eram os rendimentos obtidos com o próprio cemitério que cobririam as despesas pela prestação do serviço. Um documento do início do século XX acusa que tais rendimentos chegaram a mais de vinte e dois contos de réis em um ano, portanto, um valor bastante elevado se considerarmos que o serviço não excederia a cem mil réis.¹⁴²

Pedro Nava, em seus escritos memoriais dos tempos em que morou em Juiz de Fora, narra uma passagem de sua infância no ano de 1911 sobre sua viagem com a família ao Rio de Janeiro onde visitariam alguns cemitérios no dia de Finados. Lá eles iam rezar e prestar homenagens aos amigos e familiares mortos.

[...] No dia de Finados fomos ao cemitério São Francisco Xavier. Eu ainda não tinha visto e nem sabia como era a “cidade sagrada”, a “cidade paz”, a “cidade oásis” do poema de Cecília Meireles. Saímos de casa e descemos o bonde [...]. Logo depois da Igreja do Bonfim vinham o Cemitério do Carmo e depois, o da Penitência. [...]

Entramos no cemitério como quem penetra as imensidades. Não as urbanas, como as perspectivas dos Três Poderes, na Brasília; as dos Campos Elísios, em Paris; do Zocalo, no México; da Praça de São Pedro e da Via da Conciliação, em Roma. Mais do que isto. Mais que as próprias imensidades do pampa, do deserto, da estepe. Eram as imensidades sem fundo do tempo fugitivo e eterno do espaço verificável e infinito. Transpondo seu pórtico de pedra eu tive a percepção invasora (e para sempre entranhada e durável) de um impacto silencioso e formidando. Alguma coisa se passou ali, se passou em mim, invisível, como que incometida e destituída de flagrante ação. Um súbito vazio, rarefação do elemento essencial a que eu bati guelras de ansioso peixe. Na imensa ausência eu só captava os círculos concêntricos da palavra oásis, da palavra oásis, da palavra oásis se despendendo da sineta que repicava para o defunto que chegava e para o enterro com que fomos de cambulhada. A entrada principal do campo-santo era uma larga avenida que cobiça da Santa Casa foi estreitando de tanto vender os palmos de terra onde capelas ricas e modernas cobrem a vista dos túmulos dos primeiros tempos. [...]

O cruzeiro de pedra era reparo para tomarmos à direita, entrarmos ladeando a capela dos Fonseca Hermes e atingirmos o extremo da quadra onde estavam meu avô e meu Pai. *Deitados...dormindo...profundamente...* Tia Candoca fazia as honras da casa. Mandava que todos se ajoelhassem e rezassem. Não esquecendo uma ave-maria por alma daquele João Antônio de Oliveira, vizinho de cova de meu avô e que se enterrara vinte e um dias antes dele. Enfeitava, desmanchando os buquês que vinham atochados como repolhos e com um enchimento de folhas secas. Conduziamos mais abaixo ao sepulcro do marido e da filha (*sepulcro* era expressão muito dela, que gostava do verbo elegante e da “palavra imaculada”. Mesmo, quando ela o dizia, sentia-se certa aspiração do: *Sepulchro*). Depois aos dos outros parentes. Dos tios. Dos primos. De todos os Pamplonas esfarelados naquela terra criadora. Então, desobrigados, admirávamos os outros carneiros [...]. Nunca deixávamos de ir ver o monumento dos mortos na tragédia do *Lombardia* e tia Candoca rezava por todos os marinheiros invocando o nome de um, aquele Incoronato Felice paradoxal e impróprio para a desgraça. Mas ela veio porque a Morte vulgívaga — a todos se dá. Por Incoronato Felice e seus companheiros: Ave Maria, cheia de graça, o senhor é convosco [...].¹⁴³

¹⁴¹ Cf. AHPJF. Correspondência do administrador dos cemitérios de Juiz de Fora ao Presidente da Câmara Municipal. Cx. 143; Ref. 126; 1892.

¹⁴² Cf. AHPJF. Balanço de receitas e despesas das finanças municipais de Juiz de Fora. Cx. 148; Ref. 164.

¹⁴³ NAVA, Pedro. *Balão Cativo*. Op. cit., pp. 39-43.

Parece que se tornou comum para a família do escritor a frequência aos cemitérios todos os anos no dia de Finados para cultuar seus mortos. Era assim também para milhares de outras famílias católicas de Juiz de Fora. O autor realça algumas percepções captadas logo ao entrar na *cidade paz*: a imensidão e o vazio tomaram conta daquela criança que, pela primeira vez, visitava o local. Ajoelhou e rezou, juntamente com sua tia e sua mãe, pelas almas dos familiares. Fica evidente ainda que, além de orar pelas almas dos falecidos, era importante enfeitar os túmulos com flores como uma demonstração de afeto para com seus antepassados. Interessante perceber, ainda, que a principal oração rezada por eles se tratava da “Ave Maria...”, reconhecendo assim o poder intercessor da Mãe de Cristo junto ao Pai pelas almas pecadoras, cujo destino está nas mãos da Imaculada Conceição, assim acreditam os católicos. Destino este estendido também a todas as pessoas vivas e fiéis seguidoras do Filho de Deus.¹⁴⁴

Pedro Nava demonstrou, noutra passagem, que, independente do dia de Finados, ir ao cemitério prestar homenagens aos mortos da família tornou-se uma maneira de reconhecer a importância em manter a convivência harmoniosa entre os dois mundos. Foi no ano de 1913, antes da partida de sua família para Belo Horizonte, que todos se dirigiram ao Cemitério Municipal para despedir dos restos mortais de sua avó e outros parentes.

Antes de embarcar tivemos a despedida dos restos de minha avó no Cemitério Municipal. Subi a rampa com minha Mãe e meus irmãos. A Inhá Luisa tinha sido enterrada no alto, à direita, e sua sepultura ficou situada entre a do Pai, Luís da Cunha e a de sua mãe, Mariana Carolina Pereira da Silva da Cunha Pinto Coelho. Perto ficava a da sogra, viscondessa de Jaguaribe, morta em 1912, e cujos ossos foram trasladados depois, para o Caju, no Rio, onde repousam com os do marido. Naqueles túmulos estão, ainda, meu tio-avô José Luis e meu tio-bisavô Modesto José. A impressão que eu recebi dessa visita ao cemitério, da estreiteza de suas alas e da altura assobradada das sepulturas foi tal, que isto virou matéria do pesadelo que, vez que outra, solta no meu sono a ronda daqueles mortos. Os da família e os mais. Esse sonho é tão nítido que fixou para sempre, em mim, sua representação topográfica, e permitiu que eu, no dia do enterro do tio de minha mulher, o Dr. João Penido Filho, a 23 de junho de 1945, fosse, sem hesitação e sem erro, visitar as covas dos antepassados. E havia trinta e dois anos que eu lá estivera... Depois disso, passei a lá voltar, cada vez que vou a Juiz de Fora.¹⁴⁵

A visita às covas dos antepassados trazia para Nava e, quem sabe para todos os católicos que cumpriam esse ritual, a lembrança da vida que passava e a certeza da morte que se aproximava. A memória do local, muitas vezes, perturbava o sono e os sonhos do autor. Porém, ele nunca deixou de ir ao cemitério nos dias que retornava a Juiz de Fora. A tradição do culto aos mortos ganhava solidez na vida de Nava e de tantos outros católicos da cidade.

¹⁴⁴ AZEVEDO, Manuel Quitério de. *O culto a Maria no Brasil: História e teologia*. Aparecida: Editora Santuário, 2001, p. 107.

¹⁴⁵ NAVA, Pedro. *Balão Cativo*. Op. cit., pp. 81-82.

Também a imprensa dava cobertura ao dia de Finados procurando realçar a visita aos cemitérios de Juiz de Fora e enaltecendo o acontecimento como um dia de inteira disposição dos católicos em cultuar seus mortos. Vejamos dois textos a seguir de um jornal que noticiou o movimento nos cemitérios no dia dedicado aos mortos do ano de 1913:

1. FINADOS

Commemora-se hoje o dia consagrado aos mortos.

A Republica considerou feriado o dia de Finados e por isso não funcionarão hoje as repartições publicas.

VISITA AOS CEMITERIOS

A visita ás necropoles da cidade começou hontem animada desde as primeiras horas da manhã.

Por toda a cidade notava-se um desusado movimento de romeiros em demanda do campo dos mortos.

Os cemiterios da Gloria e da cidade apresentavam-se muito limpos, offerecendo um aspecto agradável, com as suas ruas cuidadas e os tumulos pintados de novo e cobertos de flores.

Ás 2 horas da tarde, quando estivemos no cemiterio da Gloria, era grande alli a affluencia de pessoas em visita aos entes que lhes foram caros na vida.

[...]

O cemiterio Municipal foi tambem muito visitado durante o dia. Impressionando bem aos visitantes o asseio que alli se notava, graças ao zelo do seu esforçado administrador sr. capitão Hilario Horta.¹⁴⁶

2. FINADOS

[...]

De todos os pontos viam-se romeiros sahir sobraçando coroas e grandes ramalhetes de flores naturaes, a caminho dos cemiterios para adornarem os tumulos dos entes queridos que se foram desta vida.

É a romaria da saudade, o culto aos mortos, que o dia de Finados impõe aos homens e a que todos se associam sinceramente, porque nada mais justo do que essa homenagem tocante aos que dormem o somno eterno, na paz bemdita do campo santo.

[...]

Os monumentos de marmore, os tumulos pintados a capricho, a ornamentação de flores e coroas sobre as campas, a limpeza nos arruamentos, tudo convence a gente do carinho com que é tratado aquelle pedaço sagrado de terra.

Sobre todas as sepulturas viam-se flores depostas por mãos carinhosas.

Á tardinha, quando estivemos no cemiterio, era numerosissima a concurrencia que alli se notava.

Não obstante o calor suffocante que fez hontem, o povo associou-se em massa a essa homenagem affectuosa da saudade e do pranto.

Uns de carro, outros de automovel, a maioria a pé, todos procuraram o campo santo, demonstrando assim o culto que têm pelo dia consagrado aos mortos.¹⁴⁷

O primeiro texto evidencia o feriado instituído pela República leiga, porém, ainda influenciada pelos costumes de um povo majoritariamente católico. Percebemos, nesse sentido, a contradição presente “entre a laicidade do Estado e a existência de feriados

¹⁴⁶ AHPJF. Diário Mercantil; 02/11/1912; Ano I; n°. 243.

¹⁴⁷ AHPJF. Diário Mercantil; 03/11/1912; Ano I; n°. 244.

religiosos oficiais.”¹⁴⁸ O jornal ressalta também a grande quantidade de pessoas que freqüentavam os cemitérios já no dia anterior ao Finados.

O segundo texto, redigido em 03 de novembro, ressalta o comportamento religioso por parte das pessoas que iam aos cemitérios levando flores para enfeitar os luxuosos túmulos pintados recentemente. O autor do texto evidencia ainda o carinho com que os católicos tratam seus antepassados e demonstram a importância do dia de Finados para o ritual do culto aos mortos.

Como já dissemos nos capítulos anteriores, a morte movimentava um rico comércio entre a população. Além dos gastos com o velório e o enterro, o dia de Finados trazia outras despesas para as pessoas que tinham que comprar coroas de flores para prestar o culto aos mortos nos cemitérios. Os jornais aproveitavam ainda para fazer propaganda de venda e construção de túmulos em mármore a fim de atrair as atenções das pessoas que quisessem se preparar para a morte, para uma boa morte.¹⁴⁹

FINADOS

É enorme o sortimento de riquíssimas COROAS PARA ADULTOS E ANJOS na Casa Violeta, e é incontestável que vende mais em conta, pois é fabricado na mesma casa com todo o capricho.

Preços: 5\$, 10\$, 15\$, 20\$, 25\$, 30\$, assim por diante; está ao alcance de todos.

AMELIA PIMENTEL BECKER

RUA HALFELD, 85 – JUNTO À TINTURARIA ESTRELLA DE MINAS.

JUIZ DE FORA.¹⁵⁰

Como podemos ver, os preços eram acessíveis a todos os segmentos da sociedade.

Por parte da Igreja, ela procurava organizar celebrações eucarísticas nos cemitérios no dia de Finados para as almas de todos aqueles que estivessem ali enterrados. O ritual da celebração tinha por objetivos, além do conforto espiritual, garantir o controle do espaço onde repousam os mortos. Ao mesmo tempo, os sacerdotes procuravam incentivar a freqüência ao sacramento com o intuito de estender seu poder a um maior número de católicos e divulgar o culto aos mortos como um momento de reflexão sobre a finitude do homem e a esperança na ressurreição. O texto a seguir expressa o desejo do sacerdote de celebrar uma missa no Cemitério de Matias Barbosa e, por isso, ele dirigiu uma petição de licença à Diocese de Mariana.

¹⁴⁸ GIUMBELLI, Emerson. O “Chute na Santa”: blasfêmia e pluralismo religioso no Brasil. In: BIRMAN, Patrícia (Org.). *Religião e espaço público*. São Paulo: Attar editorial, 2003. (Coleção de antropologia: movimentos religiosos no mundo contemporâneo), p. 187.

¹⁴⁹ Os valores dos túmulos variavam entre 150\$000 a 600\$000 réis. Cf. AHUFJF. *Pharol*. Ano XXX; nº. 114; 29/05/1895.

¹⁵⁰ BMMM. *Pharol*. Ano XXXV; nº. 30; 14/10/1900; p. 02.

Exm^o. e Revm^o. Monsenhor José de Souza Telles Guimarães, Vigário Geral da Diocese de Marianna.

O Pe. Frederico Helkembrock S. V. D., vigário de Santo Antonio de Juiz de Fóra, vem humildemente pedir a V. Ex^a. se digne conceder licença para se celebrar uma Missa no dia dos Finados na Capella do Cemiterio de Mathias Barboza desta freguezia de Juiz de Fóra.

E. R. M.

Juiz de Fóra, aos 26 de outubro de 1901.

Vigario Frederico Helkembrock, S. V. D.

Concedo a licença pedida, *servatis servandis*.

Se essa capella não é publica, para que não se trata de obter a Provisão de benção na forma canonica?

Marianna, 29 de outubro de 1901.

Mons. Telles.¹⁵¹

O Monsenhor, além de conceder a devida licença para a celebração da missa no dia de Finados no referido cemitério, questionou ao vigário o porquê de a capela ainda não ter sido benta na forma canônica. Isso colaboraria para diminuir a burocracia em torno das práticas dos rituais católicos naquela capela.

Vale ressaltar que, até os dias atuais, o dia de Finados é bastante movimentado nos cemitérios da cidade. Constitui em um momento ainda significativo de cultuar os mortos em uma sociedade marcadamente secularizada. (CF. ANEXO 20; Fotos 1, 2, 3)

6.3.3 – A síntese da vida e da morte sob a ótica dos epitáfios

Os cemitérios têm se tornado um vasto território de estudos para os pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, dentre elas, a Religião, a Arte, a História e a Antropologia.¹⁵² Nos cemitérios estão contidas diversas informações que possibilitam a busca da compreensão do sentido da vida e da morte. Cada túmulo, no seu todo, torna-se um grande meio de comunicação, pois está repleto de informações e de símbolos sagrados ou profanos.

O cemitério é um dos locais mais propícios para o homem manifestar suas atitudes diante da morte, que são, antes de mais nada, atitudes comunicacionais. As crenças e posturas humanas diante da morte aparecem no cemitério através de uma série de representações e manifestações, como os epitáfios, as fotografias, os objetos colocados nos túmulos, a arquitetura tumular, etc. Estas manifestações todas podem ser consideradas como atos comunicativos pois as pessoas pretendem se comunicar com elas mesmas, com os parentes falecidos e também com os vivos que circulam pelo cemitério, sempre com o objetivo de conviver de uma forma mais amena com a morte e compreendê-la melhor, além, é claro, de cultuar a memória do morto.¹⁵³

¹⁵¹ ACMJF. Livro de Tombo da Matriz de Santo Antônio de Juiz de Fora, 1901.

¹⁵² STEYER, Fábio Augusto. 7^a. Conferência Brasileira de Folkcomunicação. Disponível em: <http://www.revistas.uepg.br/index>. Acesso em 26/06/2009.

¹⁵³ Ibidem.

Nos cemitérios, podemos encontrar uma diversidade de manifestações artísticas que revelam significados bastante importantes do período em que os túmulos foram construídos e adornados com esculturas, gravuras e epitáfios. É o que podemos chamar de *arte tumular ou cemiterial*. Essa forma de comunicação artística tem conduzido, ultimamente, uma boa quantidade de pesquisadores aos cemitérios mais antigos de diversos lugares do Brasil.¹⁵⁴ Procurar entender os símbolos que o homem criou é, certamente, um momento significativo para compreendê-lo e compreender a sociedade na qual ele viveu e morreu.¹⁵⁵

Não pretendemos aqui abrir uma discussão ampliada a respeito da arte tumular, pois isso seria momento para outro trabalho, mas apenas apresentar algumas idéias relevantes sobre as sepulturas encontradas nos cemitérios visitados por nós, a fim de suscitar algumas observações a respeito da simbologia nelas presente e que, certamente, reflete o imaginário que envolve a morte e o morrer.

Visitamos, para compor esse estudo, sete cemitérios situados na cidade de Juiz de Fora e em alguns distritos, são eles: Cemitério Municipal (Juiz de Fora); Cemitério Nossa Senhora da Glória (Juiz de Fora); Cemitério Parque da Saudade (Juiz de Fora); Cemitério de Torreões; Cemitério de Santa Bárbara de Monte Verde; Cemitério da Rocinha da Negra (Simão Pereira); Cemitério Municipal de Simão Pereira. Entendemos que esses cemitérios nos possibilitaram uma compreensão geral sobre o assunto que estamos tratando.

Com relação aos túmulos, em todos os cemitérios que visitamos, parece que a conservação dos mesmos depende das condições financeiras da família e de suas convicções religiosas. Observamos que, no período que antecede ao Dia de Finados, algumas pessoas vão até os jazigos para fazer uma higienização geral dos mesmos, lavando, pintando e adornando com flores a morada de seus mortos. De um modo geral, as sepulturas apresentam um desgaste natural pelo tempo e pela falta de manutenção do Poder Público.

Os principais materiais empregados na construção dos jazigos são: concreto (a maior parte das sepulturas), ardósia (em menor quantidade) mármore e granito (geralmente de cores preta ou branca). Esses dois últimos tipos de materiais apresentavam custos muito elevados e, por isso, observamos que somente as famílias mais abastadas da sociedade juizforana tinham recursos para utilizá-los. No que se refere aos túmulos de concreto, geralmente eles se encontram sem nenhum luxo. Os poucos que receberam pintura, a cor predominante é o azul, se o defunto for homem, e rosa se for mulher. O ferro, material advindo com a

¹⁵⁴ A pesquisadora Fernanda da Costa, em sua dissertação de Mestrado em História, fez um importante estudo sobre a arte tumular no Cemitério Municipal de Juiz de Fora. Cf. COSTA, Fernanda Maria Matos da. Op. cit., pp. 76-87.

¹⁵⁵ Cf. ELIADE, Mircea. *Imagens e símbolos*. Op. cit..

industrialização, foi empregado somente na confecção das cruzes e grades de proteção. O vidro também foi pouco empregado devido ao seu alto custo e à sua vulnerabilidade no tempo.

De um modo geral, as sepulturas respeitam uma medida padrão para poder servir como a última morada. Porém, encontramos, principalmente no Cemitério Municipal de Juiz de Fora, alguns jazigos que foram edificados em tamanhos bem maiores, procurando demonstrar o poder que aquela pessoa ali enterrada tinha quando vivia. Trata-se de indivíduos da elite dirigente e econômica da cidade. Podemos citar como exemplo os túmulos dos seguintes cidadãos: Henrique Guilherme Fernando Halfeld (não é grande no tamanho, porém, sobre o túmulo foi colocado o seu brasão em bronze), Bernardo Mascarenhas, Família Tostes (o mais imponente do cemitério), Família Arcuri e Spinelli (com o formato de uma capela). Neles estão incutidos um “valor estético mais significativo e uma maior utilização de elementos simbólicos.”¹⁵⁶

Nas partes mais antigas dos cemitérios existe uma grande quantidade de covas rasas no chão, adornadas apenas com uma cruz de ferro armada na terra. Isso é muito predominante nos cemitérios dos distritos, mas também encontramos essa característica no Cemitério Municipal de Juiz de Fora. Por vezes, as covas estão protegidas por uma grade de ferro.

Em quase todos os túmulos de propriedades de famílias cristãs (católicas ou não) há, pelo menos, uma cruz, quase sempre confeccionada de cimento, mármore ou ferro. Este último material é utilizado nos jazigos mais antigos. Especialmente nas sepulturas de indivíduos católicos, aparecem outros símbolos cristãos, como veremos adiante. Isso é um “fato esclarecedor e nos mostra o quanto a população estava imbuída de valores religiosos.”¹⁵⁷

A localização dos túmulos deixa transparecer uma visível estratificação social. Os mortos pertencentes a famílias mais favorecidas economicamente e socialmente ocupam as melhores posições do terreno, locais planos e próximos da Capela. Os defuntos de famílias menos favorecidas ocupam as encostas e os túmulos são mais modestos.¹⁵⁸ “As posições sociais permanecem inalteradas no cemitério, lugar onde é perfeitamente possível identificar – em grande parte dos casos – os ‘bairros’ ricos, pobres e das classes médias.”¹⁵⁹

¹⁵⁶ COSTA, Fernanda Maria Matos da. Op. cit., p. 79.

¹⁵⁷ Ibidem.

¹⁵⁸ Ibidem, pp. 86-87.

¹⁵⁹ STEYER, Fábio Augusto. Op. cit.

A arte produzida nos túmulos envolve, sobretudo, a composição de diversas figuras que podem ser desenhadas no próprio material que confecciona os túmulos (por exemplo, mármore) ou esculpidas e colocadas sobre as sepulturas. Os signos que encontramos nos cemitérios foram os seguintes: 1) SIGNOS ANTROPOMORFOS: imagens de anjos (envolvendo o nome do defunto, tocando trombetas ou simplesmente sobre o jazigo), figuras femininas, figuras de crianças, figuras masculinas; 2) SIGNOS SAGRADOS: Santos de devoção, Cristo (Sagrado Coração, Jesus Crucificado, Jesus consolador), Maria (Geralmente de braços abertos); 3) SIGNOS FITOMORFOS: Festões, coroas de flores, coroas de louro, ramalhetes, flores isoladas (botões ou abertas), árvores; 4) OBJETOS: Cruz (diversos modelos em ferro, cimento e mármore; também em composição com coroa de flores), vasos, amulhetas (alusão ao tempo), globos, livros, âncoras (como por exemplo, a que se encontra no túmulo do Almirante Armando de Saint Brisson Pereira); 5) SIGNOS ZOOMORFO: Leão, águia, pomba, formiga, abelha, serpente; 6) FIGURAS GEOMÉTRICAS: Círculos, Quadrados, triângulos; 7) SIGNOS LIGADOS A SOCIEDADES SECRETAS: Colunas, triângulos, estrelas; flores de acácia; 8) SIGNOS LIGADOS AO SACERDÓCIO: Cálice, hóstia, bíblia; 9) FOTOGRAFIAS: Geralmente apenas a foto do rosto em moldura (encontra-se principalmente no Cemitério da Glória); 10) SIGNO LIGADO AO FOGO: tochas (geralmente entrecruzadas ou viradas para baixo); 11) SIGNOS LIGADOS À NOBREZA: coroas (como, por exemplo, a que se encontra no túmulo do Visconde de Monte Mário), brasões (encontra-se no jazigo de Henrique Guilherme Fernando Halfeld).¹⁶⁰

Nosso principal interesse se volta para uma leitura dos epitáfios presentes nos cemitérios de Juiz de Fora e seus distritos. Pretendemos analisar as diversas maneiras com que as pessoas expressavam seus sentimentos sobre a vida e sobre a morte. Escolhemos estudar unicamente os epitáfios, pois mesmo que as outras representações tumulares sejam relevantes, entendemos que seus estudos demandariam um tempo maior e, certamente, a pesquisa ganharia outro viés. Compreendemos que nenhuma outra representação supere o ato comunicativo expresso nas palavras, frases e pensamentos expostos sobre os túmulos. As pessoas que transitarem pelo campo santo, certamente, compreenderão o significado da mensagem que busca revelar o sentido do viver e do morrer. Torna-se possível, ainda fazer,

¹⁶⁰ A antropóloga Tânia Andrade Lima utiliza seis categorias de signos para o estudo da arte cemiterial. São elas: objetos, signos fitomorfos, signos antropomorfos, signos ligados ao fogo, signos relacionados à nobreza, signos zoomorfos. Cf. LIMA, Tânia Andrade. Apud. Ibidem, p. 81. Para atender nossos objetivos — pois, encontramos outros símbolos que extrapolam a caracterização da antropóloga — tivemos que ampliar a noção das categorias de signos. Assim sendo, foram acrescentadas mais cinco aos relacionados por Tânia Andrade Lima: Signos sagrados, figuras geométricas, signos ligados a sociedades secretas, signos ligados ao sacerdócio e as fotografias.

através dos epitáfios, uma leitura do imaginário coletivo que caracterizava a sociedade da época.¹⁶¹

Segundo Ariès, o início da utilização de inscrições em túmulos (Epitáfios) nos cemitérios franceses data-se do século XIII.

Ao lado desses grandes túmulos monumentais, vemos multiplicarem-se pequenas placas de 20 a 40 cm de lado que eram aplicadas de encontro à parede da igreja (no interior ou no exterior) ou de encontro a um pilar. Estas placas são pouco conhecidas porque foram negligenciadas pelos historiadores da arte. A maior parte delas desapareceu. Nelas reside um grande interesse para o historiador das mentalidades. Constituíram a forma mais difundida de monumentos funerários até o século XVIII. Algumas são simples inscrições em latim ou em francês: aqui jaz tal pessoa, morta em tal data, com tal função.[...]

Essas placas murais são muito freqüentes nos séculos XVI, XVII e XVIII — revestiam quase todas as nossas igrejas. Traduzem a vontade de individualizar o lugar da sepultura e de perpetuar nesse local a lembrança do defunto.¹⁶²

É bem provável que o hábito de deixar registradas as inscrições em túmulos nos cemitérios do Brasil tenha sido trazido pelos colonizadores que, como homens de religiosidade católica, certamente já manifestavam esse costume funerário, muito comum na Europa, desde os tempos medievais.

Nos cemitérios da cidade e dos distritos que visitamos para colher os registros dos epitáfios, encontramos uma diversificação textual bem ampla, apesar de que a maioria apresenta um texto de inscrição curta e simplificada, buscando apenas uma identificação rápida do morto ou uma frase significativa que sintetize alguma idéia e conserve sua identidade após a morte.¹⁶³

Praticamente quase todos os túmulos do período analisado por nós trazem um epitáfio sobre si. Entretanto, nos jazigos mais antigos, os textos encontram-se apagados, devido à exposição ao tempo e por terem sido escritos diretamente na campa de pedra ou concreto.

Nos túmulos construídos em pedras de mármore, os epitáfios estão mais visíveis, pois apresentam uma conservação melhor que os demais. A nitidez das letras depende também da técnica utilizada. Os textos em alto relevo praticamente não sofreram a ação do tempo. Lembramos que na sociedade juizforana — bem como em boa parte do Brasil — existiam profissionais especializados em construir sepulturas em mármore e redigir os epitáfios sobre eles. Vejamos um anúncio publicado no *Pharol* em 1876:

¹⁶¹ VOVELLE, Michel. *Imagens e imaginário na história: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX*. (Trad. Maria Julia Goldwasser). São Paulo: Ática, 1997, p. 327.

¹⁶² ARIÈS, Philippe. Op. cit., pp. 60-62.

¹⁶³ Ibidem.

Preira & Costa. Com officina de marmore de carrara, encarregam se de fazer e mandar vir de fora toda e qualquer obra pertencente a sua arte assim como: tumulos para cemiterios, pedras para cobrir sepulturas com letras gravadas em alto relevo, mezas e bacias para salas de familia e tudo que seja precizo. Cidade de Juiz de Fôra. Rua do Imperador.¹⁶⁴

A conservação e a visibilidade dos epitáfios gravados em mármore possibilitam aos familiares a permanência do devotamento em torno do finado até a presente data. Esse dado torna-se importante para entendermos a ligação dos laços familiares com seus ancestrais já falecidos. Existem também os epitáfios impressos em placas de bronze, porém, são mais recentes, ultrapassam nosso período definido para análise.

Pedro Nava, fazendo um comentário sobre o enterro de um amigo na cidade, descreveu em poucas linhas o epitáfio que a viúva mandou colocar sobre o túmulo: “Da igreja a viúva fora ao cemitério, despedir-se da terra que lhe comia o marido dentro do túmulo branco que mandara erguer, com a inscrição “Amor Filial”, aos pés da cruz de mármore.”¹⁶⁵ Nava também fala um pouco dos túmulos de alguns de seus familiares que estão enterrados no Cemitério Municipal. Ele chama a atenção para as inscrições que o tempo deu conta de apagar:

Esse Luis da Cunha é meu bisavô, pai de minha avó materna. Ele e seu mano Modesto José estão enterrados no cemitério Municipal de Juiz de Fora num mesmo túmulo magalítico inventado pelo gosto de meu tio Júlio Pinto, filho do primeiro. Os comemorativos de Modesto José sumiram da tampa da cova, roídos pelo tempo. Percebe-se que ele nasceu em 1818, em outubro, mas não se lê o dia. Faleceu num 25 de março, não se podendo ver de que ano. Sei que morreu velho. Já os de Luís da cunha são nítidos. Veio ao mundo a 31 de agosto de 1806 e morreu a 25 de outubro de 1885. Viveu, pois, 79 janeiros.¹⁶⁶

Para colhermos os epitáfios, primeiramente fizemos algumas visitas aos sete cemitérios selecionados por nós e procuramos fotografar os textos de maneira aleatória, sem importar com o conteúdo escrito, mas que estivessem dentro do nosso período de análise (1850-1950) e que possibilitassem a leitura visível para que não cometêssemos o erro de faltar com a fidelidade textual. Ao todo foram aproximadamente 300 imagens. Em seguida, partimos para uma seleção minuciosa dos textos. Os epitáfios colhidos nos cemitérios foram distribuídos em oito grupos de acordo com sua principal característica, a saber: agradecimento, textos bíblicos, desejos e pedido de oração, homenagem e reconhecimento pessoal, lamentação, o morto fala, sentimentos, sobre a vida e a morte. Alguns epitáfios expressam duas ou mais idéias. Procuramos, nesse caso, classificá-los no grupo em que há

¹⁶⁴ AHUFJF. O Pharol. 04/06/1876.

¹⁶⁵ NAVA, Pedro. *Baú de ossos*. Op. cit., p. 93.

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 130.

uma idéia mais predominante. Porém, não nos preocupamos com esse rigor; o mais importante para nós é poder buscar nas frases uma visão expressa sobre como as pessoas entendiam a morte e, logicamente, como isso pode nos ajudar a identificar o imaginário coletivo presente na sociedade da qual fazia parte o defunto. No quadro a seguir podemos ver alguns exemplos de epitáfios que trazem uma identificação simples e com frases curtas:

QUADRO 23 - EPITÁFIOS: TEXTOS SIMPLIFICADOS

1. Aqui jaz Julia Berg Lourenço +23-01-1937
2. Que seja eterno seu sorriso
3. Misericórdia meu Deus
4. Cel. F. P. Leopoldino Araujo +29-04-1908 Saudades, de seus filhos, genro e netos
5. Maria de Lourdes Villela de A. Mascarenhas *14-04-1904 +05-12-1947 Saudades de seus netos e bisnetas
6. Maria do Carmo Monteiro de Castro (Marieta) *06 de julho de 1886 +23 de maio de 1932 Eterna saudade
7. Eternas lagrimas.
8. A vida é o prefacio breve de uma obra eterna: a morte
9. J. J. Vieira *24-01-1863 +21-02-1940 Bendito seja aquelle que assentou a esperança nos túmulos
10. Alonso Augusto Moreira Sua alma continua viva nos seus filhos e netos.
11. Salve S. G. N: 07-04-1897 M: 06-01-1898 Salve S.A. N: 22-07-1902 M: 29-01-1905 S. Perpetua.
12. Aqui descança D. Maxima Carolina de Carvalho Falleceu a 05 de dezembro de 1887 Amor conjugal e filial
13. Dr. José Eloy de Araujo Nascido a 01-12-1881 Fallecido a 30-09-1906 Saudade de sua espoza e filhos
14. A memoria do Cap. Antonio Dias Tostes Fallecido a 3 de fevereiro de 1884 Tributo de Amizade
15. Aqui em eterno repouso Albino Cerqueira Leite *13 – 06 - 1859 +29 – 11 – 1910 Manoela F. Gomes *5 – 5 – 1873 +11 – 9 – 1935 Homenagem de seus filhos.

FONTE: Cemitério Municipal de Juiz de Fora; Cemitério Nossa Senhora da Glória de Juiz de Fora; Cemitério de Torreões (Distrito de Juiz de Fora); Cemitério Municipal de Simão Pereira; Cemitério da Rocinha da Negra (Simão Pereira).

De maneira geral, os epitáfios trazem o nome do defunto, a data de nascimento e de morte e, no final do texto, uma expressão de saudades, amor e homenagem. Alguns trazem apenas uma frase, sem a preocupação de identificar o morto e a data de seu passamento. Outros somente colocam o nome e as referidas datas. O termo “Aqui jaz fulano de tal” é o mais tradicional no que se refere à identificação do defunto. As palavras ou frase que encerra o texto e a mais utilizada nesses epitáfios simplificados é “Saudades” ou “Saudades de...” que pode ser da esposa, dos filhos, dos pais, enfim, de alguém da família do defunto. Noutros, a idéia se encerra da seguinte maneira: “Tributo de...”, “Homenagem de...” “Amor conjugal”, “Amor filial” e “Amor paternal”.

Podemos conferir a seguir uma síntese com 37 exemplos de textos mais elaborados utilizados nos epitáfios, geralmente de famílias mais abastadas e com certa influência política, religiosa ou econômica na sociedade. Logicamente, isso não é uma regra, apenas uma constatação para uma boa parte dos textos referentes aos mortos pertencentes a tais famílias. Esses 37 exemplos conservam, de algum modo, a idéia central dos outros epitáfios não apresentados aqui. Ressaltamos que ao transcrevermos os epitáfios procuramos respeitar a originalidade gramatical do período em que foi escrito.

Um único epitáfio que se refere a um agradecimento dos filhos para com o morto pôde ser colhido no Cemitério da Rocinha da Negra, em Simão Pereira. Seu conteúdo é o seguinte:

Grupo I: Agradecimento¹⁶⁷

1) “Esta lapida singela não adorna um florão; que importa se so revela dos filhos a gratidão.”

Há em alguns túmulos a presença também de epitáfios que resgatam uma passagem bíblica que geralmente nos remete para uma idéia de consolo e de certeza da salvação da alma. Os principais textos que encontramos são os seguintes:

Grupo II: Textos bíblicos¹⁶⁸

1) “Não morremos todos, mas todos seremos mudados.” (1 Cor. 15, 51)

2) “Porque muitos são chamados, mas poucos são escolhidos.” (Mt 22, 14)

3) “Disse Jesus: Eu sou a ressurreição e a vida; quem crê em mim, ainda que morra, viverá; e quem vive e crê em mim, nunca morrerá.” (João 11, 25)

4) “Eu sou o pão vivo que desci do Céu: si alguém comer deste pão, viverá eternamente.” “O espirito é o que vivifica: a carne para nada aproveita.” Jesus (São João, Cap. 6º.)

¹⁶⁷ Cemitério da Rocinha da Negra de Simão Pereira.

¹⁶⁸ Cemitério Municipal de Juiz de Fora.

Como se vê, são textos que procuram demonstrar que a morte não é o fim, mas o começo de uma nova vida em Cristo. As citações referem-se todas ao Novo Testamento.

Há ainda aqueles epitáfios que revelam um desejo dos parentes do morto que ele participe da vida eterna. Em alguns, também vêm um pedido de oração pela alma do defunto:

Grupo III: Desejos e pedidos de oração¹⁶⁹

1) *Aqui repousam os restos mortaes de Emilia Candida de Faria.*

Fallecida em 11 de junho de 1920

“Mãe! Fostes a melhor e a mais carinhosa! Dorme em paz e descança. Quem tanto bem praticou! Tributo de eterna saudade. De seus filhos.”

2) *Dorme aqui D. Maria das Chagas Ferreira Bastos*

Nasceu a 27 de setembro de 1866

Casou-se a 30 de dezembro de 1886

Finou-se a 09 de julho de 1889

“Leve lhe seja a terra. Saudosa lembrança de seu marido e cunhados.”

3) *Francisco de Sales Ribeiro de Saint-Brisson Pereira.*

“Receba-te Cristo que te chamou.” (Liturgia dos mortos)

4) *Á memoria de: João de Souza Nunes Lima*

Nascido a 24 de junho de 1810

Fallecido a 12 de agosto de 1875

“De sua esposa e filhos. O mais terno amor de saudades. Tributão-lhe este penhor. Irmãos orai por elle!”

5) *Os dias, os mezes, os annos irão passando, e quando um dia accordar na eternidade unir-me-hei a ti amando-te como hontem, como hoje, como sempre. Tua mãe.*

6) *Maria, peça a Deus pelos nossos filhos.*

“Que os meus passos sejam guiados daqui para o futuro, para um dia nos encontrarmos na paz do Senhor. Henrique.”

Percebemos que os filhos de D. Emilia Cândida de Faria (Epitáfio nº.1) desejam que ela esteja dormindo e descansando em paz, pois sua vida foi dedicada à prática do bem. Aliás, a palavra “dormir” aparece também no túmulo de D. Maria das Chagas Ferreira Bastos (Epitáfio nº. 2). Por outro lado, a esposa e os filhos do finado João de Souza Nunes Lima, após demonstrar saudades e amor, convidam a todos que orem por ele (Epitáfio nº. 4). Os epitáfios de nº.s 5 e 6 deixam em evidência uma evocação do tempo por parte dos que ficaram vivos e cuja esperança é a união futura na eternidade com aquele que partiu.

¹⁶⁹ Cemitério Municipal de Juiz de Fora; Cemitério de Nossa Senhora da Glória de Juiz de Fora; Cemitério Municipal de Simão Pereira; Cemitério de Torreões (Distrito de Juiz de Fora)

Outro grupo de epitáfios que queremos destacar são aqueles em que a família, os parentes e amigos prestam uma homenagem ao morto e demonstram reconhecimento pessoal ou profissional diante de uma vida marcada por sucesso:

Grupo IV: Homenagem e reconhecimento pessoal¹⁷⁰

1) *A vida é eterna, porque se prolonga
Na memória dos que amam e sentem
A ausência de quem partiu:
Nelson Mascarenhas viverá sempre
Aquecendo de afeto o coração dos que sentiram sua bondade,
Sua honradez,
Sua generosidade
E a permanente ternura discreta e imensa
Que se irradiava do seu coração.
N.B.*

2) *Coronel Francisco Horta
*20-10-1830
+28-05-1908
Foi bom, honrado e forte
Com santa calma recebeu a morte
Mas embora ausente
Vive a sua alma eternamente*

3) *Homenagem do povo de Juiz de Fora
Ao engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld
Fundador da cidade
*Clausthal Sellerfeld (Hannover) 28-01-1797
+Juiz de Fora 22-11-1873
Governador do Estado: Itamar Franco
Prefeito da cidade: Tarcisio Delgado
Presidente da Câmara Municipal: Paulo Rogério dos Santos
Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora: Newton Barbosa de Castro
Presidente do Instituto Teuto-brasileiro: Willian Dilly e José Roberto Dilly*

4) *Ao magnanimo Padre João Emilio
“Grande protector dos desvalidos.
O povo de Juiz de Fora offerece.”*

5) *Dr. Clorindo Burnier Pessoa de Mello
Nascido a 18 de maio de 1871
Fallecido a 29 de março de 1922
Eterna saudade de sua esposa e filhos.
Vós, que passaes, descobri-vos ante a magestade da sciencia e do dever. Elevae vosso pensamento a Deus junto ao tumulo do mathematico illustre, do scientista notavel que tão alto soube elevar o nome de sua patria; dáquelle que foi o prototypo de todas as virtudes;*

¹⁷⁰ Cemitério Municipal de Juiz de Fora; Cemitério de Nossa Senhora da Glória de Juiz de Fora; Cemitério Municipal de Simão Pereira; Cemitério de Torreões (Distrito de Juiz de Fora).

filho exemplarissimo, modelo dos esposos, pae dedicado ate ao sacrificio, irmão abnegado, amigo leal e devotado. Character integro e immaculado, tinha sempre uma palavra de conforto para os desprotegidos da sorte e melhor do que ninguem sabia comprehender e amenisar alheias dôres.

Descobri-vos e orae por elle.

6) *Cel. F. P. Leopoldino Araujo*

+29-04-1908

Saudades, de seus filhos, genro e netos

A Fundação Cultural Francisco de Paula Leopoldino Araújo – Chico Boticário – instituída em Rio Novo MG, promoveu a restauração deste túmulo em memória de seu patrono, ilustre cientista na pesquisa da flora mineira, colaborador do Herbário do Museu Nacional no Rio de Janeiro, Ouro Preto, Berlim, Halle e Leipzig na Alemanha, escritor naturalista, fundador da Loja Maçônica Culto ao Dever em 1898, Presidente da Câmara e Agente Executivo de Rio Novo de 1879 a 1889.

Em 29-04-2002

Instituidores da Fundação Cultural: Geraldo Pontes Araújo, Brenildo Ayres do Carmo: Bisnetos do Coronel Leopoldino Araújo.

“Deus pos o sentimento da caridade em nossos corações porque praticá-la está ao alcance de todos. A piedade, a compaixão, as consolações e os carinhos, são esmolos que o pobre tambem pode fazer aos desgraçados.” (Leopoldino Araújo, 1891) – Mensagem publicada no jornal “Progredior” de Rio Novo, para campanha em benefício da construção de uma casa da caridade.

OBS: NO TÚMULO HÁ UMA PLACA COM OS DIZERES ACIMA. FOI COLOCADA RECENTEMENTE PELOS FAMILIARES DO MORTO.

Tanto os familiares de Nelson Mascarenhas e do coronel Francisco Horta manifestaram nos epitáfios os reconhecimentos morais deles enquanto vivos: a bondade, a generosidade e a honradez foram características marcantes. A ternura e a calma são dois outros comportamentos que as famílias fizeram questão de chamar a atenção dos que ali passam e lêem os textos nos seus túmulos. Há que se destacar ainda o modo como os familiares enfatizam sobre como o coronel Francisco Horta recebeu a morte, revelando um comportamento tranqüilo e com serena paz.

O epitáfio nº. 3 traz uma homenagem póstuma que o poder público, em nome do povo, fez ao ilustre personagem de nossa história, o Comendador Henrique Guilherme Fernando Halfeld, considerado o fundador de Juiz de Fora.

Destaca-se ainda, no epitáfio nº. 4, a oferta do povo de Juiz de Fora ao Padre João Emílio, o fundador do asilo para crianças desprotegidas. Um texto simples, mas que traz em si um conteúdo bastante significativo pela importância religiosa e social do sacerdote na cidade.

O epitáfio de nº. 5 é um dos mais interessantes de todos que colhemos nos cemitérios. Os familiares procuraram enaltecer a personalidade do Dr. Clorindo Burnier, um

homem virtuoso, íntegro e defensor do modelo de família tradicional, cultivava a amizade e procurava ser sempre leal. Clorindo Burnier foi um dos cidadãos mais ilustres de Juiz de Fora. O escritor juizforano Murilo Mendes o caracterizou de maneira bastante própria: “O dr. Clorindo Burnier Pessoa de Melo, professor de matemática, célebre pela sua ciência, polidez e distração; pega no ar equações-moscas, escreve números no punho engomado da camisa, entra no teatro sem gravata, cumprimenta desconhecidos.”¹⁷¹ Pedro Nava também traçou seus comentários sobre o ilustre professor:

O Dr. Clorindo Burnier Pessoa de Melo era famoso em Juiz de Fora pelo gênio matemático e por distração só comparável à do Carlos Chagas, genro do Dr. Fernando Lobo: era freqüente vê-lo na Rua Halfeld de chapéu-coco, colarinho alto, sem gravata, fraque, calça listrada e os sapatos Luis XV da mulher.¹⁷²

Foi o Dr. Clorindo Burnier, juntamente com outras personalidades da cidade, o principal fundador da Escola de Engenharia de Juiz de Fora e seu primeiro diretor.¹⁷³ A esposa e os filhos solicitam a quem passar por seu túmulo que procurem descobrir quão importante foi aquele cidadão que agora ali descansa. O epitáfio termina solicitando uma oração por sua alma.

O epitáfio de nº. 6 é uma homenagem póstuma feita pela Fundação Cultural Francisco de Paula Leopoldino Araújo — Chico Boticário. Interessante ainda foi a placa colocada pela família do morto onde o texto elaborado em vida expressa o sentimento de caridade para com os pobres.

Descobrimos ainda os epitáfios que revelam no seu conteúdo frases de lamentações, onde a família procura demonstrar toda a dor e a tristeza pela perda de um ente:

GRUPO V: Lamentação¹⁷⁴

1) *Aos pobres*

Á querida memoria de

Manoel Bernardino de Barros

Deste bom, pobres comigo

Infausta morte chora:

Perdestes mais que um amigo

Porque perdestes um pae

2) *Á Maria Aparecida, filhinha querida:*

Tão cedo chamada aos Ceus,

Deixando assim o nosso convívio

¹⁷¹ MENDES, Murilo. *A idade do serrote*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968. pp. 149-150.

¹⁷² NAVA, Pedro. *Balão Cativo*. Op. cit., p. 31.

¹⁷³ OLIVEIRA, Paulino de. *Efemérides juizforanas*. Op. cit. p. 104.

¹⁷⁴ Cemitério Municipal de Juiz de Fora; Cemitério de Nossa Senhora da Glória de Juiz de Fora; Cemitério Municipal de Simão Pereira; Cemitério de Torreões (Distrito de Juiz de Fora).

*E os nossos carinhos.
O coração amargurado de seus desolados paes.
Chiquita e Emanuel Taveira
Juiz de Fóra, dezembro de 1924*

*3) Caiam as petalas das flôres
Caiam do Ceo as estrellas
Porque o Geraldo morreu*

*Para a mais triste das dores
Queremos lagrimas bellas,
Queremos que chore o Ceo*

*Nossas supplicas são estas.
Ao contrario, no entretanto,
O Ceo todo esplende luz!*

*É que o Ceo está em festas,
Porque o Geraldo era um santo,
E volta para Jesus.*

*4) Pedro de Moraes Ramos
*16-02-1925
+31-05-1949
Ao nosso amado, querido e inesquecível Pedro,
Que tão cêdo nos deixou, toda nossa saudade.
Meu Senhor, com a alma em pedaços
Entregamos-vos a joia qui nos pedistes
E que foi a essencia
De toda nossa vida.
Nosso filho, aqui deixamos imersas na grande dôr
Sem lenitivo nossas lagrimas eternas.*

5) Dormio vivendo e morreu dormindo. Jose Maria Cerqueira Leite. Fallecido aos 27 annos, a 2 de janeiro de 1925.

Percebemos que nesse grupo de lamentações os epitáfios revelam quase sempre a morte de uma criança ou de um jovem (Epitáfios de n.ºs 2 e 4). Os familiares procuram dividir com as pessoas que por ali passam suas dores e suas lágrimas. Nesse caso, os textos são reveladores, pois deixam transparecer a não aceitação do passamento de alguém que tinha tanto tempo ainda para se deleitar no mundo. O epitáfio de n.º 1 convida os pobres para chorar a morte de Manoel Bernardino de Barros, pois ele foi um homem que procurou sempre atuar junto à pobreza da cidade, fundando associações de caridade e auxiliando os desvalidos com medicamentos de sua farmácia.¹⁷⁵

¹⁷⁵ Manoel Bernardino de Barros era farmacêutico e fundou, em 1912, a Associação de Amparo à Pobreza. Foi ainda integrante de diversas outras associações filantrópicas em Juiz de Fora. Morreu aos 53 anos de idade em

O epitáfio de nº 3 é, na verdade, um poema lamentando a morte de Geraldo. Os familiares desejam que todos chorem, tanto na Terra como no Céu. Por outro lado, a certeza da salvação de sua alma está caracterizada na última estrofe, momento em que a família, diante da santidade do Geraldo, acredita que o Céu está em festa com o seu retorno para os braços de Jesus.

O último epitáfio desse grupo se refere à morte de José Maria Cerqueira Leite aos 27 anos de idade.¹⁷⁶ Segundo os moradores de Simão Pereira, município onde se localiza o Cemitério da Rocinha da Negra, José Maria, enquanto dormia, foi morto decapitado pela esposa, pois ela havia descoberto que ele a traía com outra mulher.

Queremos destacar outro grupo de epitáfios, denominado por nós de “o morto fala”, ou seja, frases escritas sob encomendação do defunto antes de morrer ou que a própria família escreveu para homenageá-lo. Ressaltamos nesse momento que não encontramos nos testamentos pesquisados por nós nenhum testador que viesse manifestar esse desejo:

GRUPO VI: O morto fala¹⁷⁷

1) *Messias Carvalho Pereira*

“Eu nasci lá na Minerva

No distrito de Chiador

Da vida nada se leva

Mas deixa saudade e amor” (Messias)

2) *Sou filho de Deus perfeito e harmonioso.*

Estou segurando na mão de Deus.

3) *Sagrado Coração de Jesus,*

Eu creio no vosso amor para comigo, conto convosco. Eu vos confio, a Vós me entrego.

4) *No meu túmulo de poeta logo após meus funerais quero uma rosa discreta, uma prece... e nada mais!*

5) *Ao lado de minha querida mãe*

E meu inesquecível filho durmo o meu somno eterno.

Trazendo comigo grata recordações d’aquella que não pode ser meu companheiro

Nesta jornada

A virtuosa esposa, mãe e filha

Extremosa lagrimas sentidas de seus filhos, filha e de teu

1914. Por sua atuação junto aos desvalidos da cidade, o epitáfio inscrito em seu túmulo convida os pobres a chorar sua morte. Cf. OLIVEIRA, Paulino de. *Efemérides juizforanas*. Op. cit., pp. 139-227.

¹⁷⁶ A Família Cerqueira Leite era de grande influência na região de Juiz de Fora e de Simão Pereira. José Maria Cerqueira Leite descende do desembargador Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, o barão de São João Nepomuceno e ex-presidente da Província de Minas Gerais. Cf. *Ibidem*, p. 117.

¹⁷⁷ Cemitério Municipal de Juiz de Fora; Cemitério de Nossa Senhora da Glória de Juiz de Fora; Cemitério Municipal de Simão Pereira; Cemitério de Torreões (Distrito de Juiz de Fora).

Eucherio

Nessas formas de epitáfios, destacam-se a fé, o amor e a certeza da salvação anunciada nos tipos textuais, como se o próprio morto estivesse expressando seu pensamento. No epitáfio de nº.1 chama-nos atenção a maneira sobre como foi construído o texto, com destaque para o local de nascimento do defunto e a convicção de que nenhum bem material se leva daqui.

Já os epitáfios de nº.s 2 e 3 revelam a confiança do morto em Deus e no Sagrado Coração de Jesus. As frases são exclamativas e procuram dar mais realidade ao texto.

O epitáfio de nº. 4 demonstra a singeleza do poeta diante da morte e sua simplicidade ao pedir apenas uma rosa e uma prece. De certa maneira, ele está dizendo que não precisa de um funeral rico, nem coroas de flores ou missas para sua alma. Uma oração basta. Por outro lado, serve como um chamamento para quaisquer visitantes, pois sendo muito simples seu pedido, todos podem atendê-lo ofertando uma flor e rezando um Pai Nosso ou uma Ave-Maria por sua alma.

O epitáfio de nº. 5 expressa a recordação do morto — no caso uma mulher — de seu querido esposo que não partiu com ela nessa jornada para o sono eterno.

*GRUPO VII: Sentimentos*¹⁷⁸

*1) Aqui repousam, esperando sua ressurreição, os restos mortaes de Bernardo Mascarenhas
30 de maio de 1847

+09 de outubro de 1899

E de sua esposa

D. Amelia Guimarães Mascarenhas

**24 de julho de 1858*

+02 de fevereiro de 1916

Saudades de seus filhos

2) Ambrosina

Dous anjos guardam teu sepulcro amado:

Um lembra a tua vida – o anjo da bondade,

Outro da tua morte, exprime o sentimento,

O anjo da saudade.

3) Sagrados despojos de Antonio Bernardes Fraga Filho

**21 de outubro de 1916*

+25 de dezembro de 1929 (Afogado)

Saudades de seu pae e de suas irmãs

“A vida... continua a ser de facto:

Luz que se apaga ao sôpro de um menino,

¹⁷⁸ Cemitério Municipal de Juiz de Fora; Cemitério de Nossa Senhora da Glória de Juiz de Fora; Cemitério Municipal de Simão Pereira; Cemitério de Torreões (Distrito de Juiz de Fora).

*Flôr que fenece com o aspirar do olfacto,
Vidro que estala ao reboar de um sino.*

*Este, cujo viver foi todo encantos,
E aos treze annos aqui adormeceu,
Desconhecendo a dôr, não teve prantos,
Só passou pela vida – não viveu.
(ABF)*

*4) Saudade e dôr
Desde o dia em que partiste
para nunca mais voltar,
minha alma tornou-se triste
como o teu ultimo olhar...*

*E ascendendo á immensidade
Nas asas niveas da prece,
Vae, carpindo de saudade,
Dizer-te que não te esquece!
De tua esposa.*

*5) Ermínia Sacapim
Nel mezzo agli angeli del Cielo conserva um ricordo pei tuoi amati genitore che questa lapide
posero per eterna memoria.
*17-02-1906
+16-10-1909*

Geralmente os epitáfios que expressam saudades são a grande maioria desse grupo. Quase sempre eles finalizam o texto com os seguintes dizeres: “Saudades de fulano de tal...” (esposa, filhos, pais e irmãos), como é o caso do exemplo de nº. 1.

O epitáfio nº.2 destaca-se por sua composição entre duas estampas de anjos — em alto relevo — envolvendo o texto e caracterizando o túmulo de uma jovem defunta chamada Ambrosina. (CF. ANEXO 20, FOTO Nº. 09) A explicação sobre os dois anjos encontra-se no próprio texto, revelando o limiar entre a vida e a morte.

O epitáfio de nº.3 também revela o sentimento dos familiares de Antonio Bernardes Fraga Filho que morreu afogado no natal de 1929. Há ainda uma mistura de dor e lamentação nos dizeres por se tratar de um adolescente de 13 anos que só conhecia os encantos da vida.

A mensagem escrita no epitáfio de nº.4 está no túmulo do Dr. Clorindo Burnier e nos revela, principalmente, a dor e a tristeza da esposa, enlutada pela morte de seu esposo com apenas 51 anos de idade.

Encontramos ainda diversos epitáfios escritos em italiano, como no exemplo de nº.5, principalmente nos túmulos do Cemitério da Glória, onde foram enterrados diversos

imigrantes e seus descendentes. Talvez para manter “um certo” saudosismo da terra natal, os estrangeiros deixavam nos epitáfios a marca de sua língua materna nas letras e nas frases que compunham os versos. Assim, homenageavam a sua pátria e os seus mortos.

GRUPO VIII: Sobre a vida e a morte¹⁷⁹

1) *Aqui jaz*

Manoel Dias Tostes

Nascido em 1812

Fallecido em 06 de janeiro de 1866

Ate aqui a humanidade

Para Deus a eternidade

2) *Junto da mamãe querida*

Repousam

Maria da Conceição

E Maria Cândida

3) *Eucherio Rodrigues Junior*

**12-02-1913*

+29-03-1926

Eucherinho

Quantos, em tom positivo,

Dizem que não vives mais!

E tu continuas vivo

No coração dos teus paes...

4) *Comandante Armando de Saint-Brisson Pereira*

“Na vida e na morte Nossa Senhora de lhe foi mãe, estrela e barco.”

5) *Ultima in mortis hora*

Filium pro nobis ora!

Bonam mortem impetra

Virgo, mater domina

Kalendis Januari A. D. MCMVI

Os epitáfios desse grupo procuram revelar uma idéia sobre a vida e sobre a morte contida no seu texto. Isso nos ajuda a compreender um pouco o imaginário coletivo da sociedade em que o morto e seus familiares viveram. Acreditar na vida eterna é substancial para o conforto dos vivos. O exemplo de nº.1 procura deixar claro que todo homem tem seu limite, que é a morte, porém, é através dela que se inicia a eternidade. Outro epitáfio que chama a atenção é o de nº.3, em que os pais procuram explicar que em seus corações o filho vive eternamente. Os epitáfios de nº.s 4 e 5 são dois exemplos claros da crença de que Nossa

¹⁷⁹ Cemitério Municipal de Juiz de Fora; Cemitério de Nossa Senhora da Glória de Juiz de Fora; Cemitério Municipal de Simão Pereira; Cemitério de Torreões (Distrito de Juiz de Fora).

Senhora é a maior intercessora junto a Deus para todos aqueles que crêm e pretendem cativar a sua presença na vida e na hora da morte, assim ensina a Igreja Católica aos seus fiéis.

CONCLUSÃO

Juiz de Fora, a partir de meados do século XIX, praticamente não se diferenciava de outras cidades brasileiras naquilo que entendemos por “bem viver e bem morrer”. Os aspectos que chamamos atenção nos cinco capítulos dessa tese deixam clara a forma como os cidadãos católicos da cidade percebiam e vivenciavam a morte na família e na sociedade de maneira geral.

O espaço vivenciado pelos católicos de Juiz de Fora não era o ideal para se manter uma vida saudável, a morte rondava por perto sempre que uma peste atingia a cidade. A vida ficava a mercê da “comadre morte” e balançava entre a fé, que procurava fortalecer espiritualmente o indivíduo de acordo com a doutrina católica, e o temor, que assombrava o viver de uma população já bastante influenciada pela modernidade urbana. Diante de tantas epidemias que chegavam da fronteira com a capital, restava à população manter a fé nos ensinamentos da Igreja e acreditar nas atitudes tomadas pelo Poder Público Municipal, cujo objetivo era minimizar os focos de transmissão de doenças. Nesse sentido, a Sociedade de Medicina e Cirurgia, associação fundada por um grupo de médicos envolvidos com os debates sobre as condições sanitárias, deu valiosas contribuições para civilizar o espaço marcadamente vulnerável à morte.

Os enterros eram feitos dentro das igrejas ou nos adros das mesmas. Pelo menos pudemos constatar esses dados até o terceiro quartel do século XIX, momento em que os debates visando à transferência dos mortos para um cemitério público ganharam repercussão entre as instituições, a sociedade civil e o Poder Público. Afastar os mortos da convivência com os vivos era um preceito fundamental para minimizar as causas de proliferação de doenças entre os cidadãos. A partir de 1864, o Poder Público proibiu os enterros nas igrejas, apesar da intransigência do sacerdote da Matriz em não acatar as novas regras dos enterramentos.

A cidade ganhou um cemitério administrado pelo Poder Público Municipal e os defuntos passaram a ser enterrados nele. A relação entre vivos e mortos ficou abalada, porém, a Igreja ainda continuava a manter a jurisdição sobre o campo santo. O cemitério, mesmo

pertencendo à esfera pública, recebia influência do catolicismo, pois o clero ainda monopolizava os rituais da morte e do morrer, pelo menos até fins do século XIX. A presença da capela no centro do cemitério possibilitava o domínio eclesial sobre o lugar. Isso fez surgir alguns atritos entre o sacerdote da localidade, os protestantes e o Poder Público. No século seguinte, as polêmicas sobre os enterramentos minimizaram. Tudo indica que isso se deveu, em boa medida, à morte, em 1890, do último representante do Catolicismo Tradicional presente na Igreja de Juiz de Fora, o Padre Tiago Mendes Ribeiro.

Fazer um bom passamento para a eternidade constituía em um objetivo a ser atingido pelos católicos. Isso envolvia, no entanto, algumas atitudes que deveriam ser seguidas rigorosamente por eles. Como auxílio para o bem viver e o bem morrer, alguns católicos ingressavam nas irmandades e ordens terceiras. Essas agremiações eram regidas por estatutos que procuravam indicar aos seus componentes os preceitos necessários para alcançar, principalmente, uma boa morte. De maneira geral, as associações ajudavam os confrades tanto espiritual quanto materialmente. Na hora da morte elas cuidavam de providenciar os afazeres para se processar o velório, o enterro e as celebrações para o descanso eterno do defunto.

A prática da solidariedade junto aos necessitados era um dos objetivos das associações leigas. Isso se tornou um preceito fundamental, juntamente com a espiritualidade, para se alcançar a salvação da alma. Frequentar as celebrações, participar da missa e praticar os sacramentos, notadamente o da eucaristia e o da penitência, significavam um bom caminho para que os católicos ingressassem entre os escolhidos do Senhor. As esmolas dadas aos pobres também eram vistas como uma prática solidária necessária para justificar o bom descanso.

O preço pago pelas pessoas para se ter uma boa morte não era nada barato. Isso implicava em despesas — ou investimentos — que a maior parte dos católicos não podia arcar com elas, como por exemplo, uma boa sepultura revestida em mármore e adornada com símbolos religiosos, celebrações de missas para as almas, doações de esmolas para a Igreja, para as instituições assistencialistas e para os pobres, um caixão mais requintado e as despesas gerais do velório e do enterro. Aqueles que não podiam pagar um enterro de alto luxo e pompa, o Poder Público Municipal arcava com as despesas e, de um modo geral, era um enterro bem simples.

Ter um bom passamento implicava, sobretudo, redigir o testamento como forma de deixar tudo arrumado após a morte. O indivíduo deveria escrevê-lo da melhor maneira possível e que estivesse em conformidade com os preceitos religiosos para o bem morrer e dentro dos parâmetros legais exigidos pelo Poder Público. Geralmente iniciava a redação mencionando a devoção à Igreja e aos santos, pedindo a proteção dos mesmos para uma boa

morte. Vimos que uma boa parte dos testamentos estudados por nós para essa pesquisa evidenciou a influência laicizante que os mesmos passavam a partir de meados do século XIX. A minimização das cláusulas piedosas que pudemos constatar em quase todos eles é um exemplo claro disso. Contudo, ainda constatamos em cerca de 30% dos testamentos a presença de conteúdos religiosos em seus textos, mesmo os redigidos no século XX.

A hora da morte não era somente a hora do morto, mas o momento de toda a família e, às vezes, dos parentes e amigos. Morrer junto de seus familiares e das pessoas mais próximas tornou-se um preceito também para a boa morte. As famílias procuravam sempre estar em convivência constante quando tinha alguém doente na casa. Todos ficavam de prontidão para trazer a vela acesa e o crucifixo na hora derradeira. Ao lado da cama os familiares rezavam e pediam a Deus pela salvação daquela alma e que ela ficasse livre dos tormentos eternos. Era comum, ainda, chamar um sacerdote para levar o Viático ao moribundo a fim de que morresse em paz e com os devidos sacramentos. Após a morte, o corpo era preparado com o banho e as vestes, muitas vezes, já escolhidas pelo defunto antes de morrer, redigidas em testamento.

O velório e o cortejo fúnebre seguiam também os rituais prescritos pela Igreja e, por vezes, cheios de crenças populares. Nesses momentos, as pessoas aproveitavam para uma convivência sociável, conversando sobre assuntos diversos. Comia-se e bebia-se passando a noite em claro velando o defunto. O ritual de passagem implicava em, pelo menos, três partes vindas dos sacerdotes, ou seja, a encomenda do cadáver, a Missa de Corpo Presente e o acompanhamento do féretro para uma bênção na sepultura. Às vezes, o finado requisitava um maior número de sacerdotes e todos deveriam estar presentes na condução do morto à sua morada final. Quanto mais religiosos no processo ritual, maior possibilidade de se conseguir a salvação da alma.

Nos enterros de ricos os pobres aproveitavam para angariar uma esmola a mais. Carregavam o caixão e freqüentavam a Missa de 7^o. Dia, momentos em que a família distribuía as quantias recomendadas pelo finado. As esmolas também deveriam ser repassadas à Igreja, aos santos de devoção e às instituições de caridade. Acreditavam que tais atitudes contribuía para amenizar o tempo em que a alma ficaria no Purgatório.

O luto em família era uma atitude bastante comum para a época estudada. Vestes negras simbolizavam a dor e o sofrimento por um ente que se foi. A família procurava envolver todos os membros no luto. A viúva deveria cumprir um tempo maior e estava sujeita às regras mais rígidas em sociedade. De uma maneira geral, todos os partícipes do luto procuravam aderir aos comportamentos para a ocasião. Cumprir o referido ritual era um

preceito importante para que o morto fizesse sua passagem de maneira completa e sua alma não retornasse ao mundo dos vivos.

O pós morte também implicava nos acertos de contas do finado. O testamenteiro nomeado em testamento deveria tomar todas as providências dentro do prazo definido pelo testador. Pagava as dívidas, cobrava os devedores e anunciava a partilha dos bens que, geralmente, ficava em família. Porém, quando não se tinha herdeiros diretos, o testador deixava para algumas pessoas nomeadas por ele. Também cabia, nesse caso, deixar parte da herança para a Igreja e para os santos. Os testadores aproveitavam ainda para libertar alguns de seus escravos, caso os possuísem.

Uma das principais preocupações dos testadores era deixar por escrito os pedidos de sufrágios por sua alma, isso incluía, sobretudo a celebração de missas. A quantidade variava de pessoa para pessoa, mas no geral se pedia uma missa de corpo presente, Missa de 7º. Dia e outras tantas quantas fossem necessárias para a salvação de sua alma. Era comum ainda solicitarem as celebrações para seus parentes e escravos já falecidos. Havia casos em que o testador exagerava na quantidade que podia chegar a mil ou mais. O imaginário da sociedade ainda estava marcadamente influenciado pela tradição religiosa. Sendo assim, a maioria dos católicos que morria não hesitava em solicitar ao testamenteiro os sufrágios visando minimizar o tempo de passagem pelo Purgatório. Dessa maneira, a Igreja podia ainda deter o poder de intermediar a salvação das almas que ainda estivessem se purificando. A relação entre mortos e vivos ficava sob a ingerência do clero que contava ainda com tais celebrações para aumentarem suas finanças.

O bem viver e bem morrer incluíam ainda a prestação de culto e devoção aos santos e a Nossa Senhora. Nesse sentido, São Sebastião, São Roque e São José despontaram-se como os principais santos de devoção entre os católicos de Juiz de Fora. Isso se deu em meio à chegada das epidemias na cidade. A população católica, ansiosa por proteção divina, procurou cristalizar suas devoções em torno desses oragos.

As festas e as celebrações constituíram em momentos significativos na vida dos fiéis que procuravam se envolver tanto quanto necessitassem da proteção do orago. Era uma troca, no sentido de que o devoto presta todas as homenagens e o santo, em contrapartida, atende seus pedidos para a vida e para uma boa morte. Outro momento significativo na vida dos fiéis era a procissão carregando o andor do santo. Isso tinha um grande valor simbólico, pois, acompanhar o santo em peregrinação pelas ruas da cidade significava a busca de maior intimidade com o mesmo. Vale dizer ainda que a construção dos templos dedicados aos oragos era uma preocupação central dos devotos, pois, dessa forma, eles conseguiriam ampliar o número de fiéis e criar um núcleo de celebração para dinamizar a devoção.

O culto a Nossa Senhora se tornou, na cidade de Juiz de Fora, uma das principais formas que os católicos encontraram de se conseguir proteção na vida e na morte. Não conseguimos afirmar com clareza a data correta do início da devoção a Nossa Senhora na cidade, porém, sabe-se que o culto a Nossa Senhora da Glória foi o primeiro a aparecer no local que hoje se denomina “Morro da Glória”, na segunda metade do século XIX. Mais tarde, surgiram outras devoções à Mãe de Cristo com os títulos de Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora do Carmo dentre outros. O culto a Maria se firmou na Igreja de Juiz de Fora e procurou seguir as orientações do episcopado, que incentivava a devoção em torno daquela que é considerada a advogada das almas pecadoras e que as libertam do sofrimento no Purgatório.

O culto aos mortos em Juiz de Fora também seguiu uma tendência comum na Igreja do Brasil e do mundo. Ficou evidente, nesse sentido, a importância que os católicos atribuíram à devoção prestada ao Senhor Morto na semana da Paixão, celebrada com dores e lamentações. O culto à morte de Cristo, em certa medida, possibilitava aos católicos uma interpelação sobre o viver e o morrer. Vivenciar os momentos de sofrimento de Cristo possibilitava aos católicos uma associação entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos e, mais do que isso, os fiéis acreditavam que beijar ou tocar a imagem do Senhor Morto dava a eles uma esperança a mais na busca de salvação da alma. O teor sagrado presente naquela imagem de Cristo ensangüentado fazia os católicos verem que a violência praticada com o corpo do Senhor não teria sentido algum se Ele não tivesse ressurgido dos mortos ao terceiro dia, como explica a doutrina católica. A experiência da morte a que foi submetido o Filho de Deus fez aproximar o mundo dos vivos ao mundo dos mortos.

A prática do culto aos mortos ganha significado a partir do momento em que a Igreja incentiva a relação entre os dois mundos e procura monopolizá-los através do controle dos bens simbólicos relativos ao bem viver e ao bem morrer. Dessa maneira, os vivos devem cultuar seus mortos com orações e visitas aos cemitérios no dia instituído pela Igreja especialmente dedicado aos mortos, o 2 de novembro. No imaginário cristão, cultuar os mortos é uma maneira de estabelecer um contato permanente entre os dois mundos, como se um dependesse do outro para ganhar significado. De certa maneira, podemos entender que a relação entre vivos e mortos serve para fortalecer os laços de dependência entre os dois mundos. Os vivos buscam nos mortos a intercessão para solucionar suas questões e os mortos contam com as orações dos vivos para alcançarem o Céu.

REFERÊNCIAS

I. FONTES

A) MANUSCRITAS

ARQUIVO DA IGREJA NOSSA SENHORA DA GLÓRIA — AINSG

- Estatuto da Irmandade de São Roque de Juiz de Fora, 1905.
- Carta do Padre Augusto Beukers (Cura da Igreja da Glória) ao Cônego José Maria Rodrigues de Moraes (Vigário Geral de Mariana). Juiz de Fora; 05/07/1904.

ARQUIVO DO CENTRO DE MEMÓRIA DA IGREJA DE JUIZ DE FORA — CMIJF

- Carta de aprovação dos Estatutos da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos de Juiz de Fora pelo Poder Eclesiástico, 1855. Pasta Santa Casa de Misericórdia (Cópia)
- Estatuto da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos de Juiz de Fora, 1855.
- Estatuto da Irmandade do Glorioso Santo Antônio da Matriz de Santo Antônio de Juiz de Fora, 1876.
- Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Juiz de Fora, 1888.

ARQUIVO DA IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA MATRIZ DE SANTO ANTÔNIO – CATEDRAL METROPOLITANA DE JUIZ DE FORA — AISSCM

- Estatuto da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio de Juiz de Fora, 1855.
- Estatuto da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio de Juiz de Fora, 1909.
- Estatuto da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio de Juiz de Fora, 1924.
- Livros de Atas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio de Juiz de Fora: 1854 – 1878; 1878 – 1891; 1910 – 1916; 1916 – 1923; 1923 – 1924; 1924 – 1933; 1933 – 1941; 1941 – 1954; 1954 – 1963; 1964 – 1979; 1979 – 1988; 1988 – 2004.
- Livros de Receitas e Despesas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio de Juiz de Fora: 1910 – 1926; 1927 – 1937; 1958 – 1968.
- Livro de Receitas e Despesas da Semana Santa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio de Juiz de Fora: 1924 – 1936.

- Livro de Presença dos irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio de Juiz de Fora: 1930; 1936 – 1953; 1939 – 1965.
- Subscrição aberta para os festejos da Semana Santa de 1945.
- Documentos de aprovação dos estatutos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio de Juiz de Fora pelos poderes civil e eclesiástico, 1855.
- Auto de aprovação eclesiástica dos Estatutos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio de Juiz de Fora, 1909.

ARQUIVO ECLESIÁSTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA — AEAM

- Estatuto da Irmandade de São Mateus de Juiz de Fora, 1907.
- Livro de registros de receitas e despesas da Arquidiocese: Ano 1895.
- Carta do Padre João Emílio Pereira da Silva ao Bispo de Mariana D. Antônio Maria Correa de Sá e Benevides. 1895.

ARQUIVO DA CATEDRAL METROPOLITANA DE JUIZ DE FORA — ACMJF

- Livros de assentos de batizados da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora: 1850 – 1900.
- Livros de assentos de óbitos da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora: 1850 – 1950.
- Livros de Tombo da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora: 1900 – 1950.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DA ARQUIDIOCESE DE JUIZ DE FORA — ACMAJF

- Livro de assentos de óbitos da Paróquia de Sant'Ana — Belmiro Braga: 1874 - 1925.
- Livro de assentos de óbitos da Paróquia de São Sebastião — Chácara: 1924 - 1950.
- Livros de assentos de óbitos da Paróquia de Santa Bárbara — Santa Bárbara do Monte Verde: 1860 – 1950.
- Livro de assentos de óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição — Matias Barbosa: 1933 - 1935.
- Livros de assentos de óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição — Rio Novo: 1850 - 1895.
- Livros de assentos de óbitos da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário — Rosário de Minas: 1837 - 1939.
- Livros de assentos de óbitos da Paróquia de São José — São José das Três Ilhas: 1872 - 1925.
- Livros de assentos de óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Glória — Simão Pereira: 1813 - 1923.
- Livro de Tombo da Paróquia de São Francisco de Paula (Torreões), 1926.

ARQUIVO HISTÓRICO DA PREFEITURA DE JUIZ DE FORA — AHPJF

- Carta do Inspetor de Higiene ao Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, 22/12/1894.
- Correspondência do Diretor de Higiene ao Agente Executivo Municipal, 29/01/1901.
- Correspondência do Diretor de Obras Municipais ao Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, 20/04/1893.
- Correspondência do Presidente da Província de Minas Gerais à Câmara Municipal de Juiz de Fora, 20/09/1855.
- Carta do Inspetor Geral de Higiene do Município de Juiz de Fora ao Presidente da Câmara Municipal comunicando a contratação de 300 tubos de vacina por mês, 27/08/1895.

- Carta do Inspetor Geral de Higiene do Município de Juiz de Fora ao Presidente da Câmara Municipal comunicando a eficácia a ação da vacina, 31/07/1895.
- Carta do Pe. Vicente, Cura da Igreja N. S. da Glória de Juiz de Fora ao Presidente da Câmara Municipal, 09/06/1927.
- Correspondência do Inspetor de Higiene de Juiz de Fora ao Presidente da Câmara Municipal sobre a epidemia de Febre de Mão no Morro da Gratidão, 12/07/1897.
- Correspondência da Sociedade de Medicina e Cirurgia dirigida ao Barão do Retiro, então Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, 05/01/1890.
- Edital para construção do Cemitério Municipal de Juiz de Fora, publicado em 21 de novembro e 1863.
- Correspondência do Padre Tiago Mendes Ribeiro ao Bispo de Mariana pedindo providências sobre o descumprimento das leis mineiras de 1844, a respeito dos cemitérios públicos na cidade de Juiz de Fora, 1866.
- Correspondência do Presidente da Província à Câmara Municipal solicitando providências a respeito do pedido do Padre Tiago, 1866.
- Correspondência do Bispo à Câmara Municipal de Juiz de Fora pedindo providências para que respeitasse os direitos paroquiais no Cemitério Público em relação aos enterros, à autorização de sepultamentos e à emissão de atestados de óbitos, 06/02/1866.
- Correspondência do Pe. Tiago Mendes Ribeiro à Câmara Municipal de Juiz de Fora, 08/01/1889.
- Correspondência do Administrador do Cemitério Público de Juiz de Fora ao Presidente da Câmara por ocasião da reclamação do Padre Tiago na questão do enterramento de um metodista no lado católico do cemitério, 13/01/1889.
- Correspondência do Inspetor de Higiene de Juiz de Fora à Câmara Municipal, dando um parecer sobre a Febre de Mão no Morro da Gratidão, 12/07/1897.
- Relatório da Comissão da Câmara Municipal de Juiz de Fora sobre o local escolhido para a construção do cemitério da Irmandade do Santíssimo Sacramento.
- Relação de gastos apresentados pelo administrador do cemitério público em 1900.
- Tabela de preços de caixões e carros fúnebres da Empresa Funerária de Juiz de Fora, 1895.
- Relatório sobre as condições do cemitério público, enviado à Câmara Municipal de Juiz de Fora, 1912.
- Tabela da Empresa Funerária de Juiz de Fora para cobrança de sepulturas, 1890.
- Ordem de sepultamento expedida pelo médico Dr. João Nogueira Penido, 1865.
- Ordem de sepultamento expedida pelo Delegado de Polícia Antônio Luis de Miranda Ribeiro, 1872.
- Ordem de sepultamento expedida pelo Vigário Tiago Mendes Ribeiro, 1874.
- Relatório apresentado pelo administrador do cemitério público de Juiz de Fora, 1911.
- Testamento do Coronel Francisco Mariano Halfeld, 1895.
- Correspondência do administrador dos cemitérios de Juiz de Fora ao Presidente da Câmara Municipal, 1890.
- Correspondência do administrador dos cemitérios de Juiz de Fora ao Presidente da Câmara Municipal, 1892.
- Balanço de receitas e despesas das finanças municipais de Juiz de Fora.

ARQUIVO HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA — AHUFJF

- Testamentos diversos correspondentes aos anos de 1850 – 1950.
- Termo de apresentação do testamento cerrado do Monsenhor Doutor Domicio de Paula Nardy, 1940.
- Atestado de liberdade de escravos, 1853.
- Atestado de liberdade de escravos, 1857.

- Recibos diversos anexados aos testamentos referentes às missas celebradas pelos sacerdotes com os devidos valores, 1901-1949.
- Correspondência da superiora do Asilo João Emilio dirigida ao Juiz de Direito Dr. Amílcar Augusto de Castro. Documento anexado ao Testamento do Cel Christovam de Andrade, 1933.

B. IMPRESSAS

BIBLIOTECA MUNICIPAL MURILO MENDES / SETOR DE MEMÓRIA — PREFEITURA DE JUIZ DE FORA - BMMM

- Jornal Pharol, 1877; 1878; 1879; 1909.
- Jornal do Commercio, 1933.
- Diário Mercantil, 1949; 1950.
- Jornal Pharol, 01/11/1900.
- Jornal Pharol, 28/04/1900.
- Jornal Pharol, 12/10/1876.
- Jornal do Commercio, 09/01/1900.
- Jornal Pharol, 15/08/1902.
- Jornal Pharol, 20/03/1900.
- Jornal Pharol, 14/10/1900.

ARQUIVO DO CENTRO DE MEMÓRIA DA IGREJA DE JUIZ DE FORA — CMIJF

- O Lampadário, 1928; 1940; 1941; 1949; 1950; 1961.
- O Lampadário, 31-DEZ-1949.
- O Lampadário, 16-MAR-1940.
- O Lampadário, 05-ABR-1941.

ARQUIVO HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA — AHUFJF

- Jornal Pharol, 07/11/1895.
- Jornal Pharol, 07/11/1895.
- Jornal Pharol, 08/11/1895.
- Jornal Pharol, 13/02/1881.
- Jornal Pharol, 29/05/1895.

ARQUIVO HISTÓRICO DA PREFEITURA DE JUIZ DE FORA — AHPJF

- Diário Mercantil, 14/02/1915.
- Diário Mercantil, 19/06/1912.
- Diário Mercantil, 03/12/1924.
- Diário Mercantil, 09/05/1924.
- Diário Mercantil, 20/04/1915.
- Diário Mercantil, 03/03/1912.
- Diário Mercantil, 17/03/1912.
- Jornal Pharol, 30/05/1893.
- Jornal Pharol, 08/11/1895.
- Diário Mercantil, 09/04/1915.

- Diário Mercantil, 16/04/1915.
- Diário Mercantil, 19/05/1915.
- Diário Mercantil, 06/08/1915.
- Diário Mercantil, 28/08/1915.
- Diário Mercantil, 08/01/1924.
- Diário Mercantil, 11/02/1912.
- Diário Mercantil, 12/02/1912.
- Diário Mercantil, 21/01/1924.
- Diário Mercantil, 10/04/1912.
- Diário Mercantil, 12/08/1924.
- Diário Mercantil, 28.08.1915.
- Diário Mercantil, 26.01.1912.
- Diário Mercantil, 24/01/1915.
- Diário Mercantil, 30/01/1915.
- Diário Mercantil, 15/08/1924.
- Diário Mercantil, 31/01/1912.
- Diário Mercantil, 02/11/1912.
- Diário Mercantil, 03/11/1912.
- Diário Mercantil, 14/07/1912.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DA ARQUIDIOCESE DE JUIZ DE FORA — ACMAJF

- O Lampadário, 25/04/1926.
- O Lampadário, 26/12/1926.
- O Lampadário, 09/04/1932.
- O Lampadário, 10/12/1932.
- O Lampadário, 05/05/1934.
- O Lampadário, 06/11/1927.
- O Lampadário, 06/06/1926.
- O Lampadário, 12/12/1926.
- O Lampadário, 08/06/1928.

II. BIBLIOGRAFIA

A) OBRAS DE REFERÊNCIA

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário da Terra e da Gente de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985.

ESTEVES, Albino. *Álbum do Município de Juiz de Fora*. 3ª. ed. reorganizada por Sérgio Murilo de Almeida Neumann. Edições Funalfa, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira — Folha de São Paulo, 1995.

FIORES, Stefano de; GOFFI, Tullo. *Dicionário de espiritualidade*. (Trad. Augusto Guerra e Isabel Fontes Leal Ferreira). São Paulo: Paulinas, 1989.

GORGULHO, G. S.; STORNILO, I.; ANDERSON, A. F. (Org.) *A Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulinas, 1985,

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MAIA JR., Raul, PASTOR, Nelson (Coord.) *Magno dicionário brasileiro da Língua Portuguesa*. São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 1995.

PIKE, Edgar Royston. *Diccionario de Religiones*. México: Fondo de Cultura Economica, 1991.

POUPARD, Paul. *Diccionario de las Religiones*. Barcelona: Editorial Herder, 1987.

REIS, Liana Maria; BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário Histórico do Brasil (Colônia e Império)*. Belo Horizonte: Editora Dimensão, 1998.

SAMANES, Cassiano Floristán ; ACOSTA, Juan-José Tamayo. *Dicionário de conceitos fundamentais do Cristianismo*. São Paulo: Paulus, 1999.

SARTORE, Domenico & TRIACCA, Achille M. (Org.) *Dicionário de Liturgia*. (Trad. Isabel Fontes Leal Ferreira). São Paulo: Paulinas / Paulistas, 1992.

SCHLESINGER, Hugo; PORTO, Humberto. *Dicionário Enciclopédico das Religiões*. V. I. Petrópolis: Vozes, 1995.

VIER, Frederico (Coord.). *Compêndio do Vaticano II*. Constituições, Decretos e Declarações. Petrópolis: Vozes, 1994.

B) LIVROS, TESES E ARTIGOS

ABREU, Martha Campos. *O Império do divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira - Fapesp 1999.

AGUIAR, Valéria Trevizani Burla de. *Atlas geográfico escolar de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: EDUFJF, 2000.

AGULHON, Maurice. *Pénitents et Francs-Maçons de l'ancienne Provence*. FAYARD, 1984.

ALDAZÁBAL, José. *A Eucaristia*. (Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth.) Petrópolis: Vozes, 2002.

ALMEIDA, Josepf César Ferreira de. *O testamento no âmbito da herança: uma análise demográfica*. Artigo extraído da seguinte página eletrônica: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/>. Acesso em 21/07/2008.

ALVAREZ, José Mauricio Saldanha. Na tumba dos ricos ou no esquife dos pobres: representar a ordem da vida e a da eternidade no Rio de Janeiro colonial. In: *Novo Mundo*. Rio de Janeiro: 2007, nº 7.

ALVES, Rubem. *O que é religião?* 5ª. ed., São Paulo: Loyola, 2003.

ANTONIAZZI, Alberto. As religiões no Brasil segundo o Censo 2000. In: *Revista de Estudos de Religião*. São Paulo: Nº 2, 2003.

ARAÚJO, Alceu Maynard. Ritos de morte. In: *Correio Paulistano*. São Paulo: 17 de abril de 1949.

_____. *Folclore Nacional*. São Paulo: Edições Melhoramentos. V. 1.

_____. *Medicina rústica*. Instituto Nacional do Livro, 1977, s/p.

ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente. Da Idade Média aos nossos dias*. (Trad. Priscila Viana de Siqueira). Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

AZEVEDO, Manuel Quitério de. *O culto a Maria no Brasil: História e Teologia*. Aparecida: Editora Santuário, 2001.

AZZI, Riolando. Elementos para a história do Catolicismo popular. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*. Vol. 36. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. *O Catolicismo popular no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1978.

_____. *O Episcopado do Brasil frente ao catolicismo popular*. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. *Sob o báculo episcopal - A Igreja Católica em Juiz de Fora (1850-1950)*. Juiz de Fora: Templo Gráfica e Editora Ltda, 2000.

_____. *O Estado leigo e o Projeto Ultramontano*. São Paulo: Paulus, 1994. (História do pensamento católico no Brasil; V. 4).

- _____. *A Crisandade colonial. Mito e ideologia*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. *A Igreja e o menor na história social brasileira*. São Paulo: CEHILA / Paulinas, 1992. (Coleção estudo e debates latino-americanos; V. 22).
- _____ (Org). *A Vida religiosa no Brasil: Enfoques históricos*. São Paulo: Paulinas, 1983.
- _____ & PEREIRA, Mabel Salgado. *Henrique José Hargreaves: expressão do laicato juizforano*. Juiz de Fora: Instituto Cultural Santo Tomás de Aquino — Artes Gráficas e Editora Ltda., 2003.
- BALTHASAR, Hans Urs Von et al. *O culto a Maria hoje*. (Trad. Luiz João Gaio). São Paulo: Paulinas, 1979.
- BARBOSA, Leila Maria Fonseca; RODRIGUES, Marisa Timponi Pereira. *A trama poética de Murilo Mendes*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 2000.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. Belo Horizonte: Comunicação, 1979. 2 v.
- BASTOS, Wilson de Lima. *Badalo do sino*. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1987. (Memórias / 1).
- _____. *Dois Tempos*. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1979.
- _____. *A Nordestina e outras crônicas*. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1968.
- _____. *Ao Troar dos canhões*. Juiz de Fora: Ed. Paraibuna, 1989.
- _____. *Caminho Novo: a espinha dorsal de Minas*. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004.
- _____. *Fauna na linguagem popular: pesquisa na Zona da Mata de Minas Gerais e algumas áreas do Centro-Sul do País*. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1990.
- _____. *Folclore no setor religião em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1973.
- BAUDRILLARD, Jean. *A troca simbólica e a morte*. (Trad. Maria Stela Gonçalves, Adail Ubirajara Sobral). São Paulo: Loyola, 1996.
- BAYARD, Jean-Pierre. *O sentido oculto dos ritos mortuários: morrer é morrer?* (Trad. Benôni Lemos). São Paulo: Paulus, 1996.
- BEOZZO, José Oscar. *História da Teologia na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1981.
- _____. Irmandades, Santuários e Capelinhas de beira de estrada. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*. V. 37, fasc. 146, dez/1977.
- BERGER, Peter L. *O Dossel Sagrado. Elementos para uma teoria sociológica da Religião*. (Trad. José Carlos Barcellos). 3ª. ed., São Paulo: Paulus, 1985.
- BETTENCOURT, Estevão Tavares. *Crenças, religiões, igrejas e seitas: quem são?* 2ª. ed., Santo André: O Mensageiro de Santo Antônio, 1995.

BIRCK, Bruno Odélio. *O sagrado em Rudolf Otto*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993. (Coleção Filosofia, 7).

BIRMAN, Patrícia (Org.). *Religião e espaço público*. São Paulo: Attar editorial, 2003. (Coleção de antropologia: movimentos religiosos no mundo contemporâneo).

BLANK, Renold J. *Escatologia da pessoa: vida, morte e ressurreição*. São Paulo: Paulus, 2000. (Coleção Teologia Sistemática).

BOFF, Leonardo. *A Ressurreição de Cristo, a nossa ressurreição na morte*. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. *São José: a personificação do Pai*. Campinas: Verus Editora, 2005.

BORGES, Célia A. R. M. (Org.). *Solidariedades e conflitos — Histórias de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de fora: EDUFJF, 2000.

_____. *Devoção branca de homens negros: As Irmandades do Rosário em Minas Gerais no séc. XVIII*. Tese (Doutorado em História) — Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói: 1998.

BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o poder: Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

BOSSY, John. *A Cristandade no Ocidente (1400–1700)*. (Trad. Maria Amélia Silva Melo). Lisboa: Edições 70, 1985.

BOTTI, Carlos Alberto Hargreaves (Coord.). *Companhia Mineira de Eletricidade*. Belo Horizonte: Editado pela CEMIG, 1994. (Projeto Memória).

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. (Org. Sérgio Miceli). 6ª. ed., São Paulo: Perspectiva, 2005. (Coleção Estudos, 20).

BOXER, Charles. R. *A Idade do ouro no Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial* (Trad. Nair de Lacerda). 3ª. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRAET, Herman; VERBEKE, Braet (eds.). *A morte na Idade Média*. (Trad. Heitor Megale; Yara Frateschi Vieira; Maria Clara Cescato). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. (Ensaio de cultura, 8).

BRETAS, José Roberto da Silva; OLIVEIRA, José Rodrigo de; YAMAGUTI, Lie. Reflexões sobre a morte e o morrer. In: *Revista da Escola de Enfermagem da USP*. V.40 (4), São Paulo: 2006.

BRUSTOLONI, Júlio. *Vida de São Roque: peregrino de Deus e herói da caridade*. Aparecida: Editora Santuário, 1992.

BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna. Europa 1500-1800*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

_____. *O que é História Cultural?* (Trad. Sérgio Goes de Paula). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

_____. (Org.). *A Escrita da História: Novas perspectivas.* (Trad. Magda Lopes). 2ª. ed., São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. (Biblioteca Básica).

CAILLOIS, Roger. *O homem e o sagrado.* (Trad. Geminiano Cascais Franco). Lisboa: Edições 70, 1988.

CALDEIRA, Bárbara. *A Procissão do Senhor Morto e as atividades da Semana Santa: representações culturais, poder e cidadania.* Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em 02/06/2009.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. *A vivência da morte na Capitania das Minas.* Dissertação. (Mestrado em Filosofia) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte: 1986.

_____. Quaresma e tríduo sacro nas Minas setecentistas: cultura material e liturgia. In: *Revista Barroco*. Belo Horizonte: 1993, V. 17.

_____. Notas sobre os rituais de morte na sociedade escravista. In: *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, Junho de 1988.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. “Le livre des Esprits” na Manchester Mineira: A modernidade do Espiritismo face ao conservadorismo Católico nas primeiras décadas do século em Juiz de Fora. In: *Rhema*. Revista de Filosofia e Teologia do Instituto Teológico Arquidiocesano Santo Antônio. V. 4, nº. 16, Juiz de Fora: ITASA, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.* Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CARVALHO, Deda. *Brefaias e burundangas do folclore sergipano.* Aracaju: Livraria Regina, 1967.

CASTRO, Flavio. História da Semana Santa. In: *Redemptor*. São Paulo: Congregação do Santíssimo Redentor, Abril de 2009.

CASTRO, Valdir José de. *Espiritualidade cristã: mística da realização humana.* 2ª. ed., São Paulo: Paulus, 1998.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer.* (Trad. Ephraim Ferreira Alves). Petrópolis: Vozes, 1994.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *Europa dos pobres: a belle-époque mineira.* Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

COE, Agostinho Junior Holanda. *A morte e os mortos na sociedade ludovicense (1820-1855).* Monografia. (Curso de História). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2005.

COELHO, Maria Helena da Cruz. *As Confrarias medievais portuguesas: espaços de solidariedades na vida e na morte.* In: XIX SEMANA DE ESTUDIOS MEDIEVALES, 19., 1992, Estella: Gobierno de Navarra, Departamento de Educación y cultura, 1992.

COELHO, M. C. G. *Entre a terra e o céu: viver e morrer no Sertão do Seridó - séculos XVIII e XIX*. Natal, 2000.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Rito Exequial para adultos*. Rio de Janeiro: S/ed., 1966.

CONSELHO NACIONAL DO BRASIL DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO. *Regra da Sociedade de São Vicente de Paulo no Brasil*. Rio de Janeiro: CNB da SSVP. 2001.

COSTA, Mari Angela Herédia da. *PRB —3, meu ouvinte, meu amigo: a história do Padre Wilson Valle da Costa*. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2003.

COSTA, Fernanda Maria Matos da. *A morte e o morrer em Juiz de Fora: Transformação nos costumes fúnebres (1851-1890)*. Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: 2007.

COTRIM, Gilberto. *História e consciência do mundo*. 4ª. ed., São Paulo: Saraiva, 1996.

DANTAS, Paulo (org.). *Estórias e lendas do norte e nordeste* São Paulo, Literat, s/d. (Antologia Ilustrada do Folclore Brasileiro, 3).

DAVIDSON, N. S. *A Contra-Reforma*. (Trad. Walter Lellis Siqueira). São Paulo: Martins Fontes, 1991. (Universidade Hoje).

DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e história do Brasil: O Cerimonial da Extrema-Unção*. Disponível em: www.jangadabrasil.com.br/agosto60/finados. São Paulo. Acesso em 20/04/2008.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente (1300 – 1800)*. (Trad. Maria Lúcia Machado). São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DIOCESE DE CARATINGA, TEÓFILO OTONI, DIVINÓPOLIS E ARAÇUAÍ. *Abra a porta: Cartilha do povo de Deus*. 9ª. ed., renovada. São Paulo: Paulinas, 1985.

DORADO, Antonio Gonzalez. *Mariologia popular latino-americana: da Maria Conquistadora à Maria Libertadora*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

DOUILLET, Jacques. *Que é um santo?* (Trad. Lucia J. Villela). São Paulo: Flamboyant.

DURKHEIM, Émile. *As Formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. (Trad. Paulo Neves). São Paulo: Martins Fontes, 1996. (Coleção Tópicos).

EDIÇÕES PAULINAS. *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulinas, 1985.

_____. *As Culturas, a Igreja e a fé*. São Paulo: Paulinas, 1979. (Iniciação à Teologia).

_____. *Aventura espiritual e compromisso político*. São Paulo: Paulinas, 1981. (Iniciação à Teologia).

EDITORA VOZES. *São José e o Menino Jesus*. (Trad. Lincoln Ramos). 5ª. ed., Petrópolis: Vozes, 2002.

EISENBERG, José. *As Missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o profano. A essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. *Imagens e símbolos: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*. (Trad. Sônia Cristina Tamer). São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ESCALONA, Sara López. *Humanização, tarefa de todos*. São Paulo: Paulinas, 1983.

ESPEJA, Jesús. *Espiritualidade cristã*. (Trad. Ralfy de Oliveira) Petrópolis: Vozes, 1995.

ESPIG, Márcia Janete. *São Sebastião, O "Rei da Glória" — O Santo do Contestado*. Revista Eletrônica de História do Brasil. Juiz de Fora: UFJF, v. 2, n. 2, jul./dez. 1998, p. 17. Disponível em: <http://www.ufjf.br/~clionet/rehb>. Acesso em 16/04/2009.

FARIA, José Hipólito de Moura. *Intercessão dos santos, comunhão dos santos*. In: *Ritualização: Revista de divulgação teológica para o cristão de hoje*. Ano XXXVI, nº. 318, 2006.

FARIA, Sheila de Castro. *Família e morte entre escravos*. In: *Anais eletrônicos do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*. 2007.

FAZOLATO, Douglas. *Juiz de Fora: imagens do passado*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2001.

FERENZINI, Valéria Leão. *A "Questão São Roque": Devoção e Conflito. Imigrantes italianos e Igreja Católica em Juiz de Fora (1902 – 1920)*. Dissertação (Mestrado em História Social) — Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro. 2003.

_____. *Igreja Católica e imigrantes italianos em Juiz de Fora — A Questão São Roque*. Monografia (Especialização em História do Brasil) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora: 1999.

FERREIRA, Antônio Carlos Lemos. *A devoção a Santo Antônio em Juiz de Fora (O Santo Fuijão)*. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2008.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas Famílias: Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FLORES, Ana Paula Marquesini. *Acertos de contas e salvação da alma: preocupações dos vivos com o pós morte*. Disponível em: <http://www.2csh.clio.pro.br>. 2007. Acesso em 21/10/2007.

FREIRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. São Paulo: 27ª. ed., Record, 1990.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GENNEP, Arnold Van. *Os ritos de passagem*. (Trad. Mariano Ferreira). Petrópolis: Vozes, 1978.

GEREMEK, Bronislaw. *A Piedade e a força. História da miséria e da caridade na Europa*. Lisboa: Terramar, 1986.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. (Trad. Maria Betânia Amoroso). São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edmilson de Almeida. *Assim se benze em Minas Gerais: um estudo sobre a cultura através da palavra*. 2ª. ed., Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004.

GOODWIN JÚNIOR, James Willian. *A “Princesa de Minas”: a construção de uma identidade pelas elites juizforanas, 1850 – 1888*. Dissertação (Mestrado em História, Universidade Federal de Minas Gerais). Belo Horizonte: 1996.

GURIÊVITCH, Aaron. *A síntese histórica e a Escola dos Anais*. São Paulo: Editora Perspectiva S. A., 2003.

HAUCK, João Fagundes, et al. *História da Igreja no Brasil. A Igreja no Brasil no século XIX*. 2ª. ed., Petrópolis: Vozes, 1985.

HERDER (Editora). *O Novo Catecismo: a fé para adultos*. São Paulo: Herder, 1969.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. V. 6, 3ª. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOORNAERT, Eduardo et al. *Formação do catolicismo brasileiro (1550-1800)*. Petrópolis: Vozes, 1974.

_____. *História da igreja no Brasil. Primeira Época*. Petrópolis: Vozes, 1979.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE JUIZ DE FORA. *REVISTA*. Juiz de Fora: UFJF, Ano V, Nº 5, 1969.

_____. *REVISTA*. Juiz de Fora: UFJF, Ano VI, Nº 6, 1971.

_____. *História econômica de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Centro Gráfico — Senado Federal, 1987.

INSTITUTO TEOLÓGICO ARQUIDIOCESANO SANTO ANTÔNIO. *RHEMA. Revista de Filosofia e Teologia do Instituto Teológico Arquidiocesano Santo Antônio*. Juiz de Fora: ITASA, V. 4, nº.16, 1998.

IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA. *Relatório da Mesa Administrativa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária: 1889*. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1889.

IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DE LISBOA. *Devoção do Santíssimo Sacramento para a hora e dia em que foi instituído*. Lisboa: Regia Officina Typográfica, 1780.

JOÃO PAULO II. *O Pão da Vida: Carta Encíclica “Ecclesia de Eucharistia”, sobre a Eucaristia na sua relação com a Igreja*. São Paulo: Top Editora, 2003.

JORNAL DO COMMERCIO. *Juiz de Fora no século XIX: artigos publicados no “Jornal do Commercio” de Juiz de Fora, comemorando a entrada do Século XX*. Juiz de Fora: Tipografia Central, 1901.

KEMPIS, Tomás de. *Imitação de Cristo*. São Paulo: Círculo do Livro S.A, [198?].

KÜNG, Hans. *Igreja Católica*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

LANGE, Francisco Curt. *História da música nas irmandades de Vila Rica. Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto*. V. 1. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1979.

LE BRAS, Gabriel. *L’Église et le village*. Paris: Flammaric, 1975.

LE GOFF, Jacques (Org). *A História Nova*. (Trad. Eduardo Brandão). 5.^a ed., São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *A Bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média*. (Trad. Marcos de Castro). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Uma história do corpo na Idade Média*. (Trad. Marcos Flamínio Peres). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Uma longa Idade Média*. (Trad. Marcos de Castro). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *O nascimento do Purgatório*. (Trad. Maria Fernanda Gonçalves de Azevedo). Lisboa: Editorial Estampa, 1981.

_____. *Em busca da Idade Média*. (Trad. Marcos de Castro). 2.^a ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEITE, Gisele. Aspectos jurídicos sobre a figura do testamenteiro no direito sucessório brasileiro. Disponível em: *Revista eletrônica Jus Vigilantibus*; 25/02/2004. s/p. Acesso em 11/08/09.

LEPARGNEUR, Hubert. *A Igreja e o reconhecimento dos direitos humanos na história*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1977.

LESSA, Jair. *Juiz de Fora e seus pioneiros: do Caminho Novo à Proclamação*. Juiz de Fora: UFJF e FUNALFA, 1985.

LIBÂNIO, João Batista. *Introdução à vida intelectual*. São Paulo: Loyola, 2001.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *Vila Rica de Ouro Preto: síntese histórica e descritiva*. Belo Horizonte: Tipografia Brasil, 1957.

_____. *A Capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

LUCENA, Ricardo de F. *Elias, solidão e morte*. Disponível em: www.unicamp.br/fef/publicações. Acesso em 13/05/2008.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco, cidade Diamantina*. 3ª. ed., Belo Horizonte: Itatiaia / EDUSP, 1980.

MARSILI, S. et al. *A Eucaristia: teologia e história da celebração*. 2ª. ed., (Trad. Benôni Lemos). São Paulo: Paulus, 1986.

MARTÍN, Eliseo Serrano (Ed.). *Muerte, religiosidad y cultura popular — séc. XIII – XVIII*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”, 1994.

MATA, Sérgio da. *Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII-XIX*. Berlim: Wiss. Verl., 2002.

MATTA, Roberto da. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5ª. ed., Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MENDES, Murilo. Arte e espiritualidade: O Discurso religioso na obra de Murilo Mendes. In: *Revista Magis — Caderno de fé e cultura* —. Rio de Janeiro: Nº 4, 1995.

MENDES, Murilo. *A idade do serrote*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.

MENEZES, J. Furtado de. *Igrejas e irmandades de Ouro Preto. A Religião em Ouro Preto*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1942.

MENEZES, Renata de Castro. *A dinâmica do sagrado: rituais, sociabilidade e santidade num convento do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, UFRJ, 2004.

MERCADANTE, Paulo. *Os sertões do leste. Estudo de uma Região: a Mata mineira*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1973.

MIRANDA, Beatriz V. Dias; PEREIRA, Mabel Salgado. *Memórias eclesiásticas: documentos comentados*. Juiz de fora: EDUFJF, 2000.

MOLLAT, Michel. *Pauvres et assistés au Moyen Age*. Instituto de Alta Cultura. *A Pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*. Actas das 1ªs. Jornadas Luso-espanholas de História Medieval. Lisboa: 1973, Tomo I.

MORAES, D. B. *Bem nascer, Bem viver, Bem morrer: Administração dos Sacramentos da Igreja em Pernambuco 1650 a 1790*. Recife, 2001. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) — Universidade Federal de Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MORAES FILHO, Mello. *Festas e Tradições Populares no Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

MÜLLER, Wunibald. *Deixar-se tocar pelo sagrado*. Petrópolis: Vozes, 2004.

NASCIMENTO, Luiz Claudio Dias do; ISIDORO, Cristiana. *A Boa Morte em Cachoeira: contribuição para o estudo etnológico*. 1ª. ed., Cachoeira: Gráfica e Editora Arembepe Ltda., 1988.

NASCIMENTO, Wlandir Vieira do. *Cemitério da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Catedral de São Paulo: um projeto da elite católica na velha República*. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Estadual Paulista, Campos de Franca. Franca: 1999.

NAVA, Pedro. *Baú de ossos*. 7ª. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984 (Memórias 1).

_____. *Balão Cativo*. 3ª. ed., Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1977 (Memórias 2).

NETO, Jônatas Batista. *História da Baixa Idade Medi: 1066 – 1453*. São Paulo: Ática, 1989.

NEVES, Guilherme Santos. Superstições de morte. In: *Folclore*. Vitória: 1960.

NUNES, Hugo (Coordenador). *Os santos mais populares do Brasil: São José*. Brasil, 2006. A história de São José em CD.

OLIVEIRA, Alypio Odier de. *Traços biográficos de Dom Silvério Gomes Pimenta no seu centenário do seu nascimento (1840-1940)*. São Paulo: Arquidiocese de Mariana, 1940.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. *Devoção e caridade: irmandades religiosas no Rio de Janeiro imperial (1840-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói: 1995.

OLIVEIRA, F. Max de. *Sinais da Igreja no Juiz de Fora: traços históricos*. Juiz de Fora: Esdeva Empresa Gráfica S. A., 1978, 2 v.

OLIVEIRA, Marcos Fleury de e CALLIA, Marcos H. P. (Orgs.). *Reflexões sobre a morte no Brasil*. São Paulo: Paulus, 2005.

OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora*. 2ª. ed., Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria Ltda., 1966.

_____. *Efemérides juizforanas (1698 – 1965)*. Juiz de Fora: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Juiz de Fora, 1975.

_____. *Crônicas*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2001, s/p.

_____. *Memórias quase póstumas de um escriba provinciano*. Juiz de Fora: Esdeva Empresa Gráfica, 1974.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. Religiosidade popular na América Latina. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis: 32 (126), jun / 1972.

O'MALLEY, John W. *Los Primeros Jesuitas*. Ediciones Mensajero — Sal Terrae. s/d.

ORO, Ari Pedro. Considerações sobre a liberdade religiosa no Brasil. *Ciência let*. Porto Alegre: Nº 37; jan-jun; 2005.

PASSOS, Mauro. (Org). *A Festa na vida: significado e imagens*. Petrópolis: Vozes, 2002.

PEREIRA, José Carlos. *A eficácia simbólica do sacrifício: Estudos das devoções populares*. São Paulo: Arte & Ciência, 2001.

PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Católica Ultramontana da Igreja de Juiz de Fora: projetos e limites (1890-1924)*. Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2002.

_____. (Dir.); SILVA, Raquel Barroso; SANTIAGO, Wessila Luzia. *100 Anos — 1º. Cristo Redentor do Brasil: tradição e reinvenção católica*. Juiz de Fora: Editar, 2006.

_____ & CAMURÇA, Marcelo Ayres (Organizadores). *Festa e religião: imaginário e sociedade em Minas Gerais*. Juiz de fora: Templo Editora, 2003.

PIAZZA, Waldomiro Octávio. *Introdução à fenomenologia religiosa*. Petrópolis, Vozes, 1976.

PINCUS, Lily. *A família e a morte: como enfrentar o luto*. (Trad. Fátima Murad). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

PINHEIRO, F. B. Marques. *Hospital dos Lázaros da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia da Candelária*. Rio de Janeiro: Tipografia Moreira Maximino & C., 1893.

PRIORE, Mary Del & VENÂNCIO, Renato Pinto. *O Livro de ouro da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

QUEIRÓS, José J. (Org.) *A Religiosidade do povo*. São Paulo: Paulinas, 1984. (Coleção PUC-estudos; 3).

QUIOSSA, Paulo Sérgio. *Mistério da Fé: A Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio de Juiz de Fora (1854-1962)*. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2006.

RAUSCH, Thomas P. *O Catolicismo na aurora do terceiro milênio*. (Trad. Cecília Camargo Bartalotti), São Paulo: Loyola, 2000.

REIS, João José. *A Morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

REZENDE, Renata. Disponível em:

<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1923-1.pdf>. Acesso em 10/03/2009.

RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: o processo de secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Tese (Doutorado em História) — Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói: 2002.

_____. Aspectos teóricos e metodológicos para uma análise da secularização das atitudes diante da morte no Rio de Janeiro oitocentista. *Comunicação*. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/Anais/1998/autor/Claudia%20Rodrigues.doc>. Acesso em 28/04/2008.

ROMEIRO, Adriana. *Um visionário na corte de D. João V. Revolta e milenarismo nas Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

ROSA, Rita de Cássia Vianna. *Nossos barões, seus impérios: aspectos da vida material da elite nobiliárquica de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX*. Monografia (Bacharel em História) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora: 1999.

RUBERT, Arlindo. *A Igreja no Brasil — origem e desenvolvimento*. Rio Grande do Sul: 1981. 3 v.

RUSSEL-WOOD, A. J. R.. *Fidalgos e filantropos. A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1775*. (Trad. Sérgio Duarte). Brasília: Editora da UNB, 1981. (Coleção Temas Brasileiros, 20).

SALDANHA, Nuno. *Artistas, imagens e idéias na pintura do século XVIII. Estudos de Iconografia, prática e teoria artística*. Lisboa: Livros Horizonte Ltda., 1995.

SALGADO, Ilma de Castro Barros. *Juiz de Fora nas memórias de Pedro Nava. Uma meta-ficção histórica*. Juiz de Fora: Editar Editora Associada, 2003.

SALLES, Fritz Teixeira de. *Associações religiosas no ciclo do ouro*. Belo Horizonte: UFMG, 1963.

_____. *Vila Rica do Pilar*. Belo Horizonte: Itatiaia / EDUSP, 1982.

SANCHIS, Pierre. Ciências Sociais e Religião. In: *Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre: Ano 3, nº 3, 2001.

_____. *Catolicismo: cotidiano e movimentos*. São Paulo: Loyola, 1992. (Catolicismo no Brasil atual, 2).

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JUIZ DE FORA. *Relatório do ano de 1935*. Juiz de fora: Tipografia Brasil, 1936.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz. *O Corpo de Deus na América: a Festa de Corpus Christi nas cidades da América portuguesa (século XVIII)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói: 2000.

SANTOS, Theotônio dos. *Evolução histórica do Brasil: da Colônia à crise da “Nova República”*. Petrópolis: Vozes, 1994.

SCARANO, Julita. *Cotidiano e solidariedade: vida diária da gente de cor nas Minas Gerais do século XVIII*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Devoção e escravidão. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. 2. ed., São Paulo: Nacional, 1978.

_____. *Negro nas terras do ouro: Cotidiano e solidariedade — século XVIII*. 2ª. ed. revisada e ampliada. São Paulo: Brasiliense, 2002.

SCHILLEBEECKX, E. *Maria, mãe da redenção: linhas mestras religiosas do mistério mariano*. (Trad. Frei Clarencio Neotti). Petrópolis: Vozes, 1968.

SCHMITT, Jean-Claude. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*. (Trad. Maria Lúcia Machado). São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SERAINÉ, Florival. *Antologia do folclore cearense*. 2ª. ed., Fortaleza, Edições UFC, 1983.

SILVA, João Justino de Medeiros. *Pneumatologia e mariologia no horizonte teológico latino-americano*. Roma: Pontifícia Universidade Gregoriana, 2003.

SILVEIRA, Carlos Frederico Gurgel Calvet da. (Redator). *Coletânea*. Revista semestral de filosofia e teologia da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Lúmen Christi, Ano VI, fasc. 11, janeiro-junho, 2007.

SILVEIRA, Vicente. *Expansão da Igreja Católica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1983.

SIMMEL, Georg. *Sociologia*. (Trad. Carlos Alberto Pavanelli, et. al.). São Paulo: Ática, 1983.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

SOLIMEO, Plínio Maria. *CATOLICISMO*. Revista eletrônica de Cultura e atualidades, março de 2007. Acesso em 25/04/2009.

SOUZA, Laura de Mello e (Org). *História da vida privada no Brasil — Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. 4 v. São Paulo: Cia. Das Letras, 1997.

_____. *O diabo e a Terra de Santa Cruz. Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SPINAGO, Padre F. *Catecismo escolar e popular*. 13ª. ed., Taubaté: Editora SCJ, 1950.

STEYER, Fábio Augusto. 7ª. *Conferência Brasileira de Folkcomunicação*. Disponível em: <http://www.revistas.uepg.br/index>. Acesso em 26/06/2009.

TABORDA, Francisco. *Sacramentos, práxis e festa*. 4ª. ed., Petrópolis: Vozes, 1998. (Coleção Teologia e Libertação).

TERRAL, Frei Ives. Disponível em: www.fatima.com.br. Acesso em 28/04/2008.

TETTEROO, Samuel. Subsídios para a história da Ordem Terceira de São Francisco em Minas Gerais. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis: 6 (2), jun/1946.

TINHORÃO, José Ramos. *As festas no Brasil Colonial*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *A Igreja de Deus em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: 1972.

_____. *História de Minas*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1963.

TRAVASSOS, Miriam. *Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: ESDEVA, 1993.

TRINDADE, Raimundo. *Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945, (Publicação Nº 13).

TURNER, Victor. *O Processo ritual*. Petrópolis: Vozes, 1974.

VALE, Dario Cardoso. *Memória histórica de Prados*. Belo Horizonte: [s/ed.], 1985.

VALENTE, Valdemar. *Folclore brasileiro*. Goiás: Funarte, 1979.

VASCONCELLOS, Diogo de. *História da Civilização Mineira: Bispado de Mariana*. Belo Horizonte: Edições Apollo, 1935.

VASCONCELOS, Sylvio de. *Vila Rica: Formação e desenvolvimento — residências*. Rio de Janeiro: MEC, Instituto nacional do Livro, 1956.

VAUCHEZ, André. *A Espiritualidade da Idade Média Ocidental — séc. VIII-XIII*. Lisboa: Estampa, 1995.

VERNET, Joan Maria. *São José*. (Trad. Lúcia M. endlich Orth). 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 2004.

VIANA, Hildegardes. *A Bahia já foi assim — crônicas de costumes*. 2ª ed., Brasília, Ed. GRD, 1979, s/p.

VIEIRA, Luiz Alberto Sales. *Entre a vida e a morte: interesses populares, representações cristãs da morte e medicina social em Minas no século XIX*. Monografia (Bacharel em História) — Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto: 2002.

VINCENT, Catherine. *Charités Bien Ordonnés. Les confréries normandes de la fin du XIIIe siècle au début du XVIe siècle*. Paris: École Normale Supérieure, 1988.

_____. *Les Confrérie Médiévales Dans le Royaume de France XIIIe-XIVe siècle*. Paris: Albin Michel, 1994.

VISCARDI, Cláudia. M. R. Proteção e Socorro: um estudo das associações mutualistas e beneficentes no pós-abolição. In: XXII Simpósio Nacional de História, 2003, João Pessoa. *Anais do XXII Simpósio Nacional de História*. João Pessoa : Associação Nacional de História e Universidade Federal da Paraíba, 2003. V. 1.

VITORINO, Artur José Renda. *A carestia no Brasil dos anos 1850*. História e História; Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP. Campinas: 2004.

VOTTA, Raul. *A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo: nos primórdios de sua existência*. São Paulo: Tipografia Irmãos Dupont, 1951.

VOVELLE, Michel. *Imagens e imaginário na história: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX*. (Trad. Maria Julia Goldwasser). São Paulo: Ática, 1997.

WEBER, Max. *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. (Trad. M. Irene de Q. F.) 2ª. ed. revista. São Paulo: Pioneira, 2001.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de. *Formação do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

WEITZEL, Antônio Henrique. *Magia, religiosidade e superstição na cultura popular: Breve estudo de simpatias, tabus, rezas, benzeções e crendices do povo*. Juiz de Fora: Franco Editora, 2007.

YAZBECK, Lola. *As Origens da Universidade de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 1999.

ZALUAR, Alba. *Os Homens de Deus. Um estudo dos santos e das festas no catolicismo popular*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

ZAMBELLI, Rita de Cássia Lima. *A cólera em Juiz de Fora: uma realidade presente no século passado*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora (Monografia), 1993.

<http://www.advocacia.pasold.adv.br/artigos/arquivos/direitosucessoriobrasileiroontemhojeea manha.doc>. Acesso em 23/03/2009.

<http://www.wikipedia.org/santoestevao>. Acesso em 12/07/09.

<http://www.members.netmadeira.com/parroquiaca.l/historia/saosebastiao>. Acesso em 16/04/2009.

http://www.loreto.org.br/nov_rosario.asp. Acesso em 22/07/2009. *O Mensageiro*. Revista eletrônica da Paróquia de Nossa Senhora de Loreto. Rio de Janeiro; Nov/2002; p. 01.

<http://digilander.libero.it/monast/giuseppe/porto/protettore.htm>. *Revista dos Santos*. Acesso em 28/04/2008.

ANEXO 1

ÓBITOS REGISTRADOS NA FREGUESIA DE SANTO ANTONIO DO PARAIBUNA (JUIZ DE FORA): 1851- 1871

A N O 1 8 5 1																						
OBI-TOS	S E X O			I D A D E						ES-CRA-VOS	S A C R A M E N T O S				L O C A L D A S E P U L T U R A					C A U S A M O R T I S		
	MAS	FEM	S/I	0-15	16-30	31-45	46-60	>60	S/I		PENIT/EXT-UNÇÃO	VIA TICO	SEM SACRAMENTO	S/I	MA TRIZ	BOIA DA	C.U.I.	PUBLI CO	OU TROS	ENFER MIDA DE	OU TRAS	S/I
3	2	1	-	-	-	3	-	-	-	-	1	-	2	-	2	-	-	-	1	-	-	3

OBS.: -S / I= SEM INFORMAÇÕES OU IMPOSSIBILIDADE DE LEITURA.
 -C.U.I: CEMITÉRIO DA COMPANHIA UNIÃO E INDUSTRIA.
 FONTE: Livro de Óbitos; Arquivo da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora.

A N O 1 8 5 2																						
OBI-TOS	S E X O			I D A D E						ES-CRA-VOS	S A C R A M E N T O S				L O C A L D A S E P U L T U R A					C A U S A M O R T I S		
	MAS	FEM	S/I	0-15	16-30	31-45	46-60	>60	S/I		PENIT/EXT-UNÇÃO	VIA TICO	SEM SACRAMENTO	S/I	MA TRIZ	BOIA DA	C.U.I.	PUBLI CO	OU TROS	ENFER MIDA DE	OU TRAS	S/I
10	6	3	1	2	3	1	2	1	1	1	3	-	3	4	7	1	-	-	2	2	7*	1

OBS.: -S / I= SEM INFORMAÇÕES OU IMPOSSIBILIDADE DE LEITURA. -*As doenças relatadas no livro de óbitos são chamadas de moléstias.
 -C.U.I: CEMITÉRIO DA COMPANHIA UNIÃO E INDUSTRIA.
 FONTE: Livro de Óbitos; Arquivo da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora.

A N O 1 8 5 3																						
OBI-TOS	S E X O			I D A D E						ES-CRA-VOS	S A C R A M E N T O S				L O C A L D A S E P U L T U R A					C A U S A M O R T I S		
	MAS	FEM	S/I	0-15	16-30	31-45	46-60	>60	S/I		PENIT/EXT-UNÇÃO	VIA TICO	SEM SACRAMENTO	S/I	MA TRIZ	BOIA DA	C.U.I.	PUBLI CO	OU TROS	ENFER MIDA DE	OU TRAS	S/I
12	6	6	-	-	3	4	2	1	2	2*	3	-	4	5	12	-	-	-	-	-	12**	-

OBS.: -S / I= SEM INFORMAÇÕES OU IMPOSSIBILIDADE DE LEITURA. -* Uma escrava pertencente a Antônio Gomes da Silveira que recebeu os sacramentos da Penitência e Extrema-unção;
 -C.U.I: CEMITÉRIO DA COMPANHIA UNIÃO E INDUSTRIA. -** Dois óbitos registrados de morte repentina
 FONTE: Livro de Óbitos; Arquivo da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora.

A N O 1 8 5 4																						
OBI-TOS	S E X O			I D A D E						ES-CRA-VOS	S A C R A M E N T O S				L O C A L D A S E P U L T U R A					C A U S A M O R T I S		
	MAS	FEM	S/I	0-15	16-30	31-45	46-60	>60	S/I		PENIT/EXT-UNÇÃO	VIA TICO	SEM SACRAMENTO	S/I	MA TRIZ	BOIA DA	C.U.I.	PUBLI CO	OU TROS	ENFER MIDA DE	OU TRAS	S/I
14	7	7	-	-	5	1	4	2	2	1	7	2*	1	6	14	-	-	-	-	7	7**	-

OBS.: -S / I= SEM INFORMAÇÕES OU IMPOSSIBILIDADE DE LEITURA. -* Há um registro de que o doente recebeu o sacramento da Penitência e o Viático; outro recebeu somente o Viático.
 -C.U.I: CEMITÉRIO DA COMPANHIA UNIÃO E INDUSTRIA. -** Dois óbitos registrados de morte repentina
 FONTE: Livro de Óbitos; Arquivo da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora.

A N O 1 8 5 5

OBI-TOS	S E X O			I D A D E						ES-CRA-VOS	S A C R A M E N T O S				L O C A L D A S E P U L T U R A					C A U S A M O R T I S		
	MAS	FEM	S/I	0-15	16-30	31-45	46-60	>60	S/I		PENIT/EXT-UNÇÃO	VIA TICO	SEM SACRAMENTO	S/I	MA TRIZ	BOIA DA	C.U.I.	PUBLI CO	OU TROS	ENFER MIDA DE	OU TRAS	S/I
30	17	13	-	1	9	2	4	1	13	17	9	1*	16	5	29	-	-	-	1	17	3**	10

OBS.: -S / I= SEM INFORMAÇÕES OU IMPOSSIBILIDADE DE LEITURA. -* Há um registro de que o doente recebeu o sacramento da Penitência e o Viático.
 -C.U.I: CEMITÉRIO DA COMPANHIA UNIÃO E INDUSTRIA. -** Há um registro de morte no parto, um por afogamento no Rio Paraíba e um assassinato.
 FONTE: Livro de Óbitos; Arquivo da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora.

A N O 1 8 5 6

OBI-TOS	S E X O			I D A D E						ES-CRA-VOS	S A C R A M E N T O S				L O C A L D A S E P U L T U R A					C A U S A M O R T I S		
	MAS	FEM	S/I	0-15	16-30	31-45	46-60	>60	S/I		PENIT/EXT-UNÇÃO	VIA TICO	SEM SACRAMENTO	S/I	MA TRIZ	BOIA DA	C.U.I.	PUBLI CO	OU TROS	ENFER MIDA DE	OU TRAS	S/I
22	14	8	-	10	3	1	2	1	5	5	4	-	1	17	21	-	-	-	1	12	2*	8

OBS.: -S / I= SEM INFORMAÇÕES OU IMPOSSIBILIDADE DE LEITURA. -* Há um registro de morte repentina e um de congestão cerebral.
 -C.U.I: CEMITÉRIO DA COMPANHIA UNIÃO E INDUSTRIA.
 FONTE: Livro de Óbitos; Arquivo da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora.

A N O 1 8 5 7

OBI-TOS	S E X O			I D A D E						ES-CRA-VOS	S A C R A M E N T O S				L O C A L D A S E P U L T U R A					C A U S A M O R T I S		
	MAS	FEM	S/I	0-15	16-30	31-45	46-60	>60	S/I		PENIT/EXT-UNÇÃO	VIA TICO	SEM SACRAMENTO	S/I	MA TRIZ	BOIA DA	C.U.I.	PUBLI CO	OU TROS	ENFER MIDA DE	OU TRAS	S/I
24	13	11	-	6*	5	2	2	3	6	4	10	-	1	13	20	-	2	-	2	18	1	5

OBS.: -S / I= SEM INFORMAÇÕES OU IMPOSSIBILIDADE DE LEITURA. -* Dentre os óbitos de 0-15 anos aparece o da filha do Comendador Mariano Procópio Ferreira Lage, que morreu com dois anos de idade.
 -C.U.I: CEMITÉRIO DA COMPANHIA UNIÃO E INDUSTRIA.
 FONTE: Livro de Óbitos; Arquivo da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora.

A N O 1 8 5 8*

OBI-TOS	S E X O			I D A D E						ES-CRA-VOS	S A C R A M E N T O S				L O C A L D A S E P U L T U R A					C A U S A M O R T I S		
	MAS	FEM	S/I	0-15	16-30	31-45	46-60	>60	S/I		PENIT/EXT-UNÇÃO	VIA TICO	SEM SACRAMENTO	S/I	MA TRIZ	BOIA DA	C.U.I.	PUBLI CO	OU TROS	ENFER MIDA DE	OU TRAS	S/I
28	17	11	-	5	3	3	2	1	14	8	11	1	4	13	21	1	2	-	4	17	3	8

OBS.: -S / I= SEM INFORMAÇÕES OU IMPOSSIBILIDADE DE LEITURA. -* Há registros (provavelmente escravos) de que alguns mortos trabalhavam na Companhia União e Indústria e pertenciam a ela ou a alguém que cedeu (alugou) para a referida empresa na abertura da Estrada União e Indústria.
 -C.U.I: CEMITÉRIO DA COMPANHIA UNIÃO E INDUSTRIA.
 FONTE: Livro de Óbitos; Arquivo da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora.

A N O 1 8 5 9

OBI-TOS	S E X O			I D A D E						ES-CRA-VOS	S A C R A M E N T O S				L O C A L D A S E P U L T U R A					C A U S A M O R T I S		
	MAS	FEM	S/I	0-15	16-30	31-45	46-60	>60	S/I		PENIT/EXT-UNÇÃO	VIA TICO	SEM SACRAMENTO	S/I	MA TRIZ	BOIA DA	C.U.I.	PUBLI CO	OU TROS	ENFER MIDA DE	OU TRAS	S/I
13	4	7	2	1	4	2	-	1	5	4	7	-	2	4	11	-	1	-	1	7	1	5

OBS.: -S / I= SEM INFORMAÇÕES OU IMPOSSIBILIDADE DE LEITURA.
 -C.U.I: CEMITÉRIO DA COMPANHIA UNIÃO E INDUSTRIA.
 FONTE: Livro de Óbitos; Arquivo da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora.

A N O 1 8 6 0

OBI-TOS	S E X O			I D A D E						ES-CRA-VOS	S A C R A M E N T O S				L O C A L D A S E P U L T U R A					C A U S A M O R T I S		
	MAS	FEM	S/I	0-15	16-30	31-45	46-60	>60	S/I		PENIT/EXT-UNÇÃO	VIA TICO	SEM SACRAMENTO	S/I	MA TRIZ	BOIA DA	C.U.I.	PUBLI CO	OU TROS	ENFER MIDA DE	OU TRAS	S/I
34	20	11	3	3	3	4	7	3	14	13	14	-	9	11	29	2	-	-	3*	26	1	7

OBS.: -S / I= SEM INFORMAÇÕES OU IMPOSSIBILIDADE DE LEITURA. - * Há dois registros de enterramentos em cemitérios particulares localizados em fazendas (Zona rural).
 -C.U.I: CEMITÉRIO DA COMPANHIA UNIÃO E INDUSTRIA.

FONTE: Livro de Óbitos; Arquivo da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora.

A N O 1 8 6 1

OBI-TOS	S E X O			I D A D E						ES-CRA-VOS	S A C R A M E N T O S				L O C A L D A S E P U L T U R A					C A U S A M O R T I S		
	MAS	FEM	S/I	0-15	16-30	31-45	46-60	>60	S/I		PENIT/EXT-UNÇÃO	VIA TICO	SEM SACRAMENTO	S/I	MA TRIZ	BOIA DA	C.U.I.	PUBLI CO	OU TROS	ENFER MIDA DE	OU TRAS	S/I
21	15	6	-	3	5	-	5	1	7	9*	4	1	4	13	17	2	-	-	2	12	2	7

OBS.: -S / I= SEM INFORMAÇÕES OU IMPOSSIBILIDADE DE LEITURA. - * Há um registro de uma escrava de 55 anos de idade que antes de morrer recebeu todos os sacramentos e o Viático.
 -C.U.I: CEMITÉRIO DA COMPANHIA UNIÃO E INDUSTRIA.

FONTE: Livro de Óbitos; Arquivo da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora.

A N O 1 8 6 2

OBI-TOS	S E X O			I D A D E						ES-CRA-VOS	S A C R A M E N T O S				L O C A L D A S E P U L T U R A					C A U S A M O R T I S		
	MAS	FEM	S/I	0-15	16-30	31-45	46-60	>60	S/I		PENIT/EXT-UNÇÃO	VIA TICO	SEM SACRAMENTO	S/I	MA TRIZ	BOIA DA	C.U.I.	PUBLI CO	OU TROS	ENFER MIDA DE	OU TRAS	S/I
19	10	9	-	1	2	2	2	-	12	6	5	-	3	11	16	-	-	-	3	8	4	7

OBS.: -S / I= SEM INFORMAÇÕES OU IMPOSSIBILIDADE DE LEITURA.
 -C.U.I: CEMITÉRIO DA COMPANHIA UNIÃO E INDUSTRIA.

FONTE: Livro de Óbitos; Arquivo da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora.

A N O 1 8 6 3

OBI-TOS	S E X O			I D A D E						ES-CRA-VOS	S A C R A M E N T O S				L O C A L D A S E P U L T U R A					C A U S A M O R T I S		
	MAS	FEM	S/I	0-15	16-30	31-45	46-60	>60	S/I		PENIT/EXT-UNÇÃO	VIA TICO	SEM SACRAMENTO	S/I	MA TRIZ	BOIA DA	C.U.I.	PUBLI CO	OU TROS	ENFER MIDA DE	OU TRAS	S/I
39	23	16	-	2	8	8	10	5*	6	5	21	1	5	13	32	-	2	1**	4	28	3	8

OBS.: -S / I= SEM INFORMAÇÕES OU IMPOSSIBILIDADE DE LEITURA. - * Entre os mortos neste ano está a Baroneza de Bertioga que foi sepultada numa catacumba na Capela do Senhor dos Passos.
 -C.U.I: CEMITÉRIO DA COMPANHIA UNIÃO E INDUSTRIA. - ** Primeira referência sobre um sepultamento no lugar destinado para o cemitério público (em 16/12/1863).
 - Há o registro de um óbito de um homem que morreu aos cem anos de idade.

FONTE: Livro de Óbitos; Arquivo da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora.

A N O 1 8 6 4

OBI-TOS	S E X O			I D A D E						ES-CRA-VOS	S A C R A M E N T O S				L O C A L D A S E P U L T U R A					C A U S A M O R T I S		
	MAS	FEM	S/I	0-15	16-30	31-45	46-60	>60	S/I		PENIT/EXT-UNÇÃO	VIA TICO	SEM SACRAMENTO	S/I	MA TRIZ	BOIA DA	C.U.I.	PUBLI CO	OU TROS	ENFER MIDA DE	OU TRAS	S/I
33	21	12	-	-	10	5	3	3*	12	12	12	-	11	10	19	-	5	3	6	27	1	5

OBS.: -S / I= SEM INFORMAÇÕES OU IMPOSSIBILIDADE DE LEITURA. - * Entre os mortos neste ano está Luís Martins Lage que foi sepultado numa catacumba na Capela do Senhor dos Passos.
 -C.U.I: CEMITÉRIO DA COMPANHIA UNIÃO E INDUSTRIA.

FONTE: Livro de Óbitos; Arquivo da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora.

A N O 1 8 6 5

OBI-TOS	S E X O			I D A D E						ES-CRA-VOS	S A C R A M E N T O S				L O C A L D A S E P U L T U R A					C A U S A M O R T I S		
	MAS	FEM	S/I	0-15	16-30	31-45	46-60	>60	S/I		PENIT./EXT-UNÇÃO	VIA TICO	SEM SACRAMENTO	S/I	MA TRIZ	BOIA DA	C.U.I.	PUBLI CO	OU TROS	ENFER MIDA DE	OU TRAS	S/I
16	11	5	-	3	2	1	4	1	5	8	9	-	2	5	-*	2	2	9	3**	11	1	4

OBS.: -S / I= SEM INFORMAÇÕES OU IMPOSSIBILIDADE DE LEITURA. - * A partir deste ano não se registra mais enterramentos dentro da Matriz de Santo Antônio (Catedral Metropolitana).
 -C.U.I: CEMITÉRIO DA COMPANHIA UNIÃO E INDUSTRIA. - ** Tivemos um sepultamento no cemitério da Fazenda de José Antônio da Silva (Barão de Bertioga).
 FONTE: Livro de Óbitos; Arquivo da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora.

A N O 1 8 6 6*

OBI-TOS	S E X O			I D A D E						ES-CRA-VOS	S A C R A M E N T O S				L O C A L D A S E P U L T U R A					C A U S A M O R T I S		
	MAS	FEM	S/I	0-15	16-30	31-45	46-60	>60	S/I		PENIT./EXT-UNÇÃO	VIA TICO	SEM SACRAMENTO	S/I	MA TRIZ	BOIA DA	C.U.I.	PUBLI CO	OU TROS	ENFER MIDA DE	OU TRAS	S/I
29	16	13	-	3	5	5	8**	1	7	7	11	-	6	12	-	-	-	28	1	21	5	3

OBS.: -S / I= SEM INFORMAÇÕES OU IMPOSSIBILIDADE DE LEITURA. - * A partir do ano de 1866 registra-se "SANTO ANTÔNIO DE JUIZ DE FORA".
 -C.U.I: CEMITÉRIO DA COMPANHIA UNIÃO E INDUSTRIA. - ** Registra-se neste ano a morte de D. Cândida Maria Carlota Halfeld, esposa do Comendador Henrique G. F. Halfeld.
 FONTE: Livro de Óbitos; Arquivo da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora.

A N O 1 8 6 7

OBI-TOS	S E X O			I D A D E						ES-CRA-VOS	S A C R A M E N T O S				L O C A L D A S E P U L T U R A					C A U S A M O R T I S		
	MAS	FEM	S/I	0-15	16-30	31-45	46-60	>60	S/I		PENIT./EXT-UNÇÃO	VIA TICO	SEM SACRAMENTO	S/I	MA TRIZ	BOIA DA	C.U.I.	PUBLI CO	OU TROS	ENFER MIDA DE	OU TRAS	S/I
48	30	18	-	12	15	3	7	6	5	13	12	-	10	26	-	-	-	47	1	27	8*	13

OBS.: -S / I= SEM INFORMAÇÕES OU IMPOSSIBILIDADE DE LEITURA. - * Neste ano teve uma morte de um homem de 57 anos que foi assassinado pelos quilombolas.
 -C.U.I: CEMITÉRIO DA COMPANHIA UNIÃO E INDUSTRIA.
 FONTE: Livro de Óbitos; Arquivo da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora.

A N O 1 8 6 8

OBI-TOS	S E X O			I D A D E						ES-CRA-VOS	S A C R A M E N T O S				L O C A L D A S E P U L T U R A					C A U S A M O R T I S		
	MAS	FEM	S/I	0-15	16-30	31-45	46-60	>60	S/I		PENIT./EXT-UNÇÃO	VIA TICO	SEM SACRAMENTO	S/I	MA TRIZ	BOIA DA	C.U.I.	PUBLI CO	OU TROS	ENFER MIDA DE	OU TRAS	S/I
73	46	27	-	14	15	9	15	7	13	25*	32	1	9	32	-	1	-	66	6	45	5**	23

OBS.: -S / I= SEM INFORMAÇÕES OU IMPOSSIBILIDADE DE LEITURA. - * Dentre os escravos que morreram, cinco pertenciam a um mesmo proprietário (Antônio Dias Tostes); Há também o registro de nove inocentes escravos mortos neste ano.
 -C.U.I: CEMITÉRIO DA COMPANHIA UNIÃO E INDUSTRIA. - ** Há o registro de três casos de suicídio, dentre eles, um era imigrante português.
 FONTE: Livro de Óbitos; Arquivo da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora.

A N O 1 8 6 9

OBI-TOS	S E X O			I D A D E						ES-CRA-VOS	S A C R A M E N T O S				L O C A L D A S E P U L T U R A					C A U S A M O R T I S		
	MAS	FEM	S/I	0-15	16-30	31-45	46-60	>60	S/I		PENIT./EXT-UNÇÃO	VIA TICO	SEM SACRAMENTO	S/I	MA TRIZ	BOIA DA	C.U.I.	PUBLI CO	OU TROS	ENFER MIDA DE	OU TRAS	S/I
75	34	41	-	22	16	9	9	13	6	27	31	-	9	35	-	-	1	69	5	49	4	22

OBS.: -S / I= SEM INFORMAÇÕES OU IMPOSSIBILIDADE DE LEITURA.
 -C.U.I: CEMITÉRIO DA COMPANHIA UNIÃO E INDUSTRIA.
 FONTE: Livro de Óbitos; Arquivo da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora.

A N O 1 8 7 0																						
OBI-TOS	S E X O			I D A D E						ES-CRA-VOS	S A C R A M E N T O S				L O C A L D A S E P U L T U R A					C A U S A M O R T I S		
	MAS	FEM	S / I	0-15	16-30	31-45	46-60	>60	S / I		PENIT./EXT-UNÇÃO	VIA TICO	SEM SACRAMENTO	S / I	MA TRIZ	BOIA DA	C.U.I.	PUBLI CO	OU TROS	ENFER MIDA DE	OU TRAS	S / I
69 *	40	29	-	23	11	8	10	8	9	31	18	-	9	42	-	-	1	59	9 **	38	4	27
OBS.: -S / I= SEM INFORMAÇÕES OU IMPOSSIBILIDADE DE LEITURA.											-* Dentre os óbitos, três faleceram no hospital de Juiz de Fora (Santa Casa).											
-C.U.I: CEMITÉRIO DA COMPANHIA UNIÃO E INDUSTRIA.											- ** Neste ano, tivemos a morte do Barão de Bertioga, que foi enterrado numa catacumba dentro da Capela de Nosso Senhor dos Passos junto com sua esposa já falecida.											
FONTE: Livro de Óbitos; Arquivo da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora.																						

A N O 1 8 7 1																						
OBI-TOS	S E X O			I D A D E						ES-CRA-VOS	S A C R A M E N T O S				L O C A L D A S E P U L T U R A					C A U S A M O R T I S		
	MAS	FEM	S / I	0-15	16-30	31-45	46-60	>60	S / I		PENIT./EXT-UNÇÃO	VIA TICO	SEM SACRAMENTO	S / I	MA TRIZ	BOIA DA	C.U.I.	PUBLI CO	OU TROS	ENFER MIDA DE	OU TRAS	S / I
77 *	44	33	-	22	13	15	11	5	11	23 **	25	-	12	40	-	3	3	67	4	46	6	25
OBS.: -S / I= SEM INFORMAÇÕES OU IMPOSSIBILIDADE DE LEITURA.											-* Dentre os óbitos, dois morreram repentinamente.											
-C.U.I: CEMITÉRIO DA COMPANHIA UNIÃO E INDUSTRIA.											- ** Dentre os escravos mortos, dois foram por acidentes de desmoronamento na estrada de ferro.											
FONTE: Livro de Óbitos; Arquivo da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora.																						

Q U A D R O S Í N T E S E “A” - 1 8 5 1 A 1 8 7 1																						
ÓBI-TOS	S E X O			I D A D E						ES-CRA-VOS	S A C R A M E N T O S				L O C A L D A S E P U L T U R A					C A U S A M O R T I S		
	MAS	FEM	S / I	0-15	16-30	31-45	46-60	>60	S / I		PENIT./EXT-UNÇÃO	VIA TICO	SEM SACRAMENTO	S / I	MA TRIZ	BOIA DA	C.U.I.	PUBLI CO	OU TROS	ENFER MIDA DE	OU TRAS	S / I
689	396	287	6	133	140	88	109	64	155	221	249	7	123	317	250	12	19	349	59	418	80	191
100 % Valores aproximados	57,4 %	41,6 %	1,0 %	19,3 %	20,3 %	12,7 %	15,8 %	9,3 %	22,6 %	32,1 %	36,1 %	1,01 %	17,8 %	46,1 %	36,3 %	1,7 %	2,8 %	50,7 %	8,5 %	60,6 %	11,6 %	27,8 %

Q U A D R O S Í N T E S E “B” - 1 8 5 1 A 1 9 0 0																						
ÓBI-TOS	S E X O			I D A D E						ES-CRA-VOS	S A C R A M E N T O S				L O C A L D A S E P U L T U R A					C A U S A M O R T I S		
	MAS	FEM	S / I	0-15	16-30	31-45	46-60	>60	S / I		PENIT./EXT-UNÇÃO	VIA TICO	SEM SACRAMENTO	S / I	MA TRIZ	BOIA DA	C.U.I.	PUBLI CO	OU TROS	ENFER MIDA DE	OU TRAS	S / I
2836	1616	1220	12	547	560	367	453	278	631	907	1020	28	482	1306	250	22	43	2418	103	795	340	1701
100 % Valores aproximados	56,0 %	43,6 %	0,4 %	19,5 %	19,7 %	12,9 %	15,9 %	9,8 %	22,2 %	31,9 %	36,2 %	0,9 %	16,9 %	46,0 %	8,8 %	0,8 %	1,6 %	85,1 %	3,7 %	28,2 %	11,9 %	59,9 %

ANEXO 2

PRINCIPAIS CAUSAS DE MORTES REGISTRADAS EM LIVROS DE ÓBITOS DE PARÓQUIAS RURAIS DA IGREJA DE JUIZ DE FORA

PARÓQUIA	CAUSAS DE MORTES	OBSERVAÇÕES
<p align="center">PARÓQUIA DE SANTA ANA (BELMIRO BRAGA) 1874-1925</p>	<p>-Natural; Repentina; Nervo; Bordoadas; Asfixia; Tifo; Parto; Febre; Hidropsia; Congestão pulmonar; Congestão cerebral; Varíola; Tétano; Barriga d'água; Moléstia do coração; Ataque estérico; Encalho; Pneumonia; Coqueluxe; Bichas; <u>SARAMPO</u>; Catapora; Fogo selvagem; Aneurisma no coração; Tísica; Feridas; Inflamação do fígado; Bronquite; Delírio.</p>	<p>-A maior parte dos registros relata morte natural: como exemplo, citamos o ano de 1882, em que figuram 147 óbitos, sendo 127 (86,4 %) por morte natural. -A segunda maior causa de morte era a Febre. -Em 1883 aconteceu uma epidemia de sarampo com 30 registros de óbitos (20,4 % das mortes nesse ano), sendo 25 crianças, das quais, 6 eram escravas). As mortes por sarampo aconteceram entre março e dezembro, e os números por mês foram os seguintes: MARÇO (1); JULHO (11); AGOSTO (4);SETEMBRO (6); OUTUBRO (5); NOVEMBRO (2); DEZEMBRO (1). -Os enterros eram realizados no cemitério da Igreja em Belmiro Braga. Há também, em menor quantidade, enterros em cemitérios particulares (Fazendas). -Com relação aos sacramentos, há o relato de que o fiel confessou-se e o corpo foi encomendado pelo sacerdote. Noutros casos, relata-se que morreu sem sacramentos, mas que o defunto foi encomendado.</p>
<p align="center">PARÓQUIA DE SÃO SEBASTIÃO (CHÁCARA) 1924-1950</p>	<p>-As mesmas anteriores acrescidas de: Bicheiras no corpo; Tuberculose; Catarro gástrico.</p>	<p>-Nessa paróquia observa-se uma enorme quantidade de morte repentina. O sacerdote enfatiza, porém, se era batizado, se freqüentava a igreja, e se morreu sem ou com os sacramentos. Há uma boa quantidade de pessoas que morreram sem receber os sacramentos. Talvez por ser uma paróquia da zona rural, as distâncias dificultavam a chegada do padre.</p>
<p align="center">PARÓQUIA DE SANTA BÁRBARA (SANTA BÁRBARA DO MONTE VERDE) 1860-1936</p>	<p>-As mesmas anteriores acrescidas de: Mordida de cobra; Desastre; Câimbra de sangue; Fluxo asmático; Mal dos recém-nascidos (Mal dos 7 dias); Estuporada; Apoplexia; Sarnas; Febre maligna; Reumatismo; Dentição; Velhice; Moléstia suspensão; Quebradura; Indigestão; Desintéria; Moléstia do estômago; Congestão; Amolecimento do cérebro; Opilação; Moléstia do peito; Queimadura; Diarréia; Enfermidade de garganta; SARAMPO; Chaga crônica;</p>	<p>-Há muitos relatos dos próprios sacerdotes que, antes da morte ou ao nascer uma criança, a pessoa foi batizada em casa por alguém da família. -Devido às péssimas condições sanitárias há relatos de muitos óbitos por sarna e bichas (lombrigas). -Houve uma epidemia de sarampo entre 1865 e 1866, onde morreram 40 pessoas: os três meses em que aconteceram mais óbitos foram DEZ/1865(Sete registros); JAN/1866 (Sete registros); FEV/1866 (Doze registros)</p>

	Convulsões; Morfêia; Hepatite; Gangrena; Feridas cancerosas; Hérnia; Gastralgia; Cólica.	
PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO (MATIAS BARBOSA) 1933-1935	-Idem.	
PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA (SIMÃO PEREIRA) 1813-1923	-Idem.	
PARÓQUIA DE SÃO JOSÉ (SÃO JOSÉ DAS TRÊS ILHAS) 1872-1925	-Idem.	-Em Novembro e Dezembro de 1918 aconteceu uma epidemia de Gripe Espanhola (INFLUENZA HESPANHOLA), assim resumida: NOV: 36 registros de óbitos (14 por Gripe Espanhola = 38,8% dos óbitos); DEZ: 32 registros de óbitos (22 por Gripe Espanhola = 68,7 % dos óbitos). -Dos 36 que morreram pela Gripe Espanhola: 21 eram crianças até 12 anos (58,3%); 2 eram idosos acima de 60 anos (5,5%). -A média de registros, antes da Gripe Espanhola, era de 4 óbitos por mês.
PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO (ROSÁRIO DE MINAS) 1837-1939	-Idem	-Há um registro de sepultamento no dia 26 de abril de 1907 em que um homem (Joaquim Gomes de Figueiredo) morreu de morte natural aos 125 anos de idade.
PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO (RIO NOVO) 1850-1895	-Idem	
OBSERVAÇÕES GERAIS →		-Em todos os livros de registros de óbitos consultados há a referência a “ANGINHO” quando morre uma criança de até sete anos de idade. -Deixamos evidente que esses dados não representam a totalidade dos registros, mas são um excelente referencial para se ter uma idéia clara sobre o assunto, podendo chegar a conclusões plausíveis.

FONTE: Livros de Óbitos (1850-1950). Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Juiz de Fora.

ANEXO 3

CRIANÇAS REGISTRADAS / BATIZADAS COM NOMES DE “MARIA” E “JOSÉ” NA MATRIZ DE SANTO ANTÔNIO DE JUIZ DE FORA (1850 – 1900)

ANO	REGISTROS / BATIZADOS			MARIA		JOSÉ		OBS
	MAS	FEM	TOTAL	QT.	% FEM	QT.	% MASC	
1850	4	4	8	-	-	-	-	-Há mais 645 registros avulsos nos anos de 1851 a 1855, aparecendo 74 assentos com nome de Maria e 48 com nome de José. Desses 645 registros, 301 são do sexo feminino e 344 do sexo masculino.
1851	2	2	4	-	-	-	-	
1852	20	7	27	-	-	2	10,0	
1853	4	3	7	1	33,3	2	50,0	
1854	7	2	9	2	100,0	1	14,3	
1855	10	9	19	-	-	1	10,0	
1856	7	6	13	1	16,6	1	14,3	
1857	11	11	22	2	18,2	2	18,2	
1858	10	12	22	1	8,33	1	10,0	
1859	7	10	17	1	10,0	-	-	
1860	14	17	31	6	35,3	1	7,1	-Não há registros para o ano de 1874.
1861	14	15	29	5	33,3	1	7,1	
1862	25	24	49	4	16,6	1	4,0	
1863	11	14	25	4	28,6	1	9,1	
1864	14	13	27	6	46,2	-	-	
1865	35	24	59	8	33,3	2	5,7	
1866	27	21	48	4	19,0	3	11,1	
1867	12	19	31	2	10,5	2	16,7	
1868	24	24	48	5	20,8	2	8,3	
1869	58	48	106	9	18,8	2	3,4	
1870	84	60	144	12	20,0	9	10,7	-Foram observados também registros de outros nomes referentes a santos: Ana (Mãe de Maria); Joaquim (Pai de Maria); João Batista (Primo de Jesus); Sebastião; Roque; Paulo; Pedro; Antônio; Francisco; etc.
1871	52	49	101	9	18,4	6	11,5	
1872	54	51	105	10	19,6	3	5,6	
1873	71	59	130	12	20,3	12	16,9	
1874	-	-	-	-	-	-	-	
1875	54	36	90	7	19,4	7	12,9	
1876	67	43	110	14	32,6	5	7,5	
1877	153	122	275	37	30,3	14	9,2	
1878	33	50	83	9	18	3	9,1	
								-Estes registros NÃO correspondem ao total para os anos estudados, pois, existem outros livros correspondentes ao mesmo período. Porém, não foi possível agrupar os dados devido à impossibilidade de leitura (os livros já estão muito danificados por cupim), e outros livros que “sumiram” ou faltam páginas.
								-No período entre 1888 a 1900 os registros não são precisos, pois os livros estão muito danificados ou incompletos. Porém, a partir de uma leitura geral, percebemos a mesma tendência nos registros, isto é, há um predomínio de cerca de 20% das crianças do sexo feminino sendo registradas com o nome MARIA, e cerca de 10% das crianças do sexo masculino registradas com o nome JOSÉ.

1880	49	41	90	10	24,4	7	14,3
1881	46	45	91	12	26,7	6	13,1
1882	104	79	183	20	25,3	12	11,5
1883	145	95	240	20	21,1	13	8,9
1884	155	146	301	31	21,2	16	10,3
1885	174	186	360	37	19,9	12	6,9
1886	161	165	326	32	19,4	13	8,1
1887	199	171	370	41	24,0	16	8,1
1888 a 1900	?	?	Cerca de 4550 registros	?	Cerca de 20%	?	Cerca de 10%

TOTAL GERAL	1917	1683	8150	374	MÉDIA 22,23	179	MÉDIA 9,4
------------------------	-------------	-------------	-------------	------------	------------------------	------------	----------------------

ANEXO 4**RELAÇÃO DOS GASTOS AFERIDOS PELO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA COM A EPIDEMIA DE CÓLERA - ANO: 1894**

- (1)- Fornecimento de desinfectantes = $468\$400 + 346\$600 = 833\$000$
- (2)- Fornecimento de ferragens (trem de cozinha, urinoes, etc,) para o hospital de isolamento = **148\\$900**
- (3) - Fornecimento de leite e lenha para o hospital = $29\$160 + 60\$480 + 44\$640 = 134\280
- (3) - Fornecimento de carne para o hospital = $62\$000 + 75\$600 + 83\$700 = 221\300
- (2)- Cobertores, colchões, travesseiros e fazendas para roupas de cama do Hospital = $100\$000 + 117\$000 + 58\$000 + 350\$000 + 51\$000 + 6\$000 + 4\$500 + 27\$000 + 22\$000 = 735\500
- (2)-Fornecimento de louças, castiçais e lampiões para o Hospital de Isolamento = $83\$600 + 21\$400 + 15\$000 = 120\000
- (3) -Fornecimento de generos alimenticios para o hospital = $167\$100 + 152\$900 + 161\$780 + 17\$920 = 499\$700$
- (4)-Arreios para o transporte de cholicos = **1:200\\$000**
- (4) -Aluguel de carros a serviço do Inspector de Hygiene e do medico do hospital = $395\$000 + 230\$000 + 265\$000 = 890\000
- (5) -Fornecimento de medicamentos para o Hospital = $228\$000 + 193\$000 + 39\$500 = 460\500
- (3)-Dinheiro fornecido á cozinha do Hospital para a compra de gallinhas = $29\$000 + 25\$000 = 54\$000$
- (6) -Despesas para enterramento de um cholicico em Chapeu d'Uvas = **32\\$600**
- (4) -Viagens de carro á Immigração e Lazareto = **42\\$000**
- (8) - ??? = **21\\$600**
- (4) -Fornecimento de capins para os animaes = $36\$000 + 56\$000 + 20\$000 = 112\000
- (4) -Fornecimento diversos para o carro e arreios = $70\$800 + 2\$500 = 73\$300$
- (1) -40 litros de chlorureto de cal liquido = **60\\$000**
- (8) -Fornecimento de jantar a 2 praças de policias = **4\\$000**
- (7) -Enfermeiros = $200\$000 + 80\$000 + 224\$000 + 224\$000 + 40\$000 = 768\000
- (9) -Cozinheira e lavadeiras = $125\$000 + 140\$000 + 42\$000 + 40\$000 = 347\$000$
- (9) -Portador do Hospital = $50\$000 + 60\$000 + 16\$000 = 126\000
- (4) -Cocheiro = $68\$000 + 112\$000 + 16\$000 = 196\000
- (6) -Desinfetador = $120\$000 + 110\$000 + 140\$000 = 370\000
- (7) -Medico do Hospital = $633\$000 + 1:000\$000 + 1:000\$000 = 2:633\000
- (7) -Auxiliar do Inspetor de Hygiene = $233\$638 + 1:000\$000 = 1:233\$638$
- (8) -Importancia da conta = **1\\$700**
- (8) -Concertos feitos (carros, estufas...) = $100\$00 + 7\$400 + 110\$000 = 217\400
- (4) -Reparação nos arreios = **29\\$500**
- (4) -Forragem dos animaes = **15\\$000**
- (8) -Telegramas = **13\\$070**
- (4) -Serviço de carro com o Inspetor de Hygiene = $356\$000 + 39\$000 + 15\$000 = 410\000
- (6) -Quantia despendida para remoção de doentes e enterramento de cholicico = $15\$000 + 125\$000 = 140\$000$
- (1) -Alcool para solução desinfectantes = **10\\$500**
- (1) -Roupas para desinfetadores = **104\\$600**
- (1) -Utensilios para desinfecções (Regador...) = $15\$000 + 19\$400 + 6\$000 + 6\$000 = 46\$400$
- (4) -Serviço de carro com o Medico do Hospital de Isolamento = **205\\$000**
- (4) -Despesas de viagens para Lima Duarte = **100\\$000**
- (4) -Despesas com hotel = **160\\$000**
- (2) -Moveis para o Hospital de Isolamento = **59\\$000**
- (2) -2 Padiolas (Espécie de cama para transportar doentes), pinturas das mesmas e peças = $160\$000 + 124\$000 + 430\$000 = 714\000
- (2)-1 Padiola para cadáveres = **60\\$000**

DESPESAS COM PESSOAL EXTRAORDINÁRIO

- (7) -Enfermeiros e lavadeiras = 465\$000 + 155\$000 = **620\$000**
 (9) -Portador do Hospital = **52\$000**
 (4) -Cocheiro = **124\$000**
 (6) -Desinfetadores, auxiliares no serviço de enterramento e remoção de doentes = **455\$000**
 (9) -Cozinheira do Hospital = **48\$000**
 (6) -Encarregados de enterramentos e desinfecções em Lima Duarte = **240\$000**
 (7) -Medico do Hospital de Isolamento = **366\$663**
 (7) -Encarregado do tratamento dos Cholericos em Paraybuna e Cedofeitas = **1:500\$000**
 (7) -Auxiliar do Inspetor de Higiene = **1:000\$000**

PAGAMENTOS POSTERIORES

- (7) -Tratamento de cholerico em São Pedro de Alcantara = 1:000\$000 + 132\$200 = **1:132\$200**
 (4) -Um trem special para conduzir o Director de Policia Municipal e Força Publica para interceptar as comunicações do Município com Santa Thereza de Valença quando lá appareceu o cholera = 1:132\$200 + 122\$500 = **1:254\$700**
 (7) -Medico do Hospital de Isolamento (Pagamento suplementar) = **900\$337**

-TOTAL PAGAMENTOS POSTERIORES2:155\$037
 -TRANSPORTE DAS DESPESAS DE JANEIRO.....5:580\$298
 - TRANSPORTE DAS DESPESAS DE FEVEREIRO.....5:958\$750
 -TRANSPORTE DAS DESPESAS DE MARÇO.....5:479\$783
 - TRANSPORTE DAS DESPESAS DE ABRIL.....1:129\$820

TOTAL GERAL GASTO COM O CHOLERA.....20:303\$688

SÍNTESE DOS GASTOS POR SETORES

- (1)-Desinfetantes e outros produtos químicos, utensílios e roupas para desinfecção: **1:054\$500**
 (2)- Utensílios, roupas e mobiliários para o Hospital de Isolamento: **1:837\$400**
 (3)- Gêneros alimentícios para o hospital: **909\$280**
 (4)- Serviço de transportes em geral, incluindo serviço de manutenção dos carros; cocheiros; tratamento de animais, hotéis, etc.: **4:811\$500**
 (5)- Medicamentos para o tratamento dos doentes no Hospital: **460\$500**
 (6)- Desinfetadores e encarregados de transporte de doentes e enterros: **1:237\$600**
 (7)- Médicos, enfermeiros, auxiliar do Inspetor de Higiene e encarregados de tratamento de coléricos: **10:153\$838**
 (8)- Pequenos gastos gerais: **257\$770**
 (9)- Outros gastos com pessoal do Hospital: **573\$000**

ANEXO 5**ASSOCIAÇÕES CARITATIVAS (RELIGIOSAS E LEIGAS) PRESENTES NA CIDADE DE JUIZ DE FORA : 1854 A 1950
DATA DA FUNDAÇÃO E OS FUNDADORES**

- 06-AGO-1854:** Santa Casa de Misericórdia. (José Antônio da Silva Pinto, o Barão de Bertioga)
- 07-SET-1855:** Sociedade Promotora de Melhoramentos da Vila de Santo Antônio do Paraibuna. (Mariano Procópio Ferreira Lage, José Antônio da Silva Pinto, Henrique Guilherme Fernando Halfeld e outros)
- DÉCADA DE 1870:** Sociedade Beneficente Alemã. Após a I Guerra Mundial passa a chamar Sociedade Beneficente Mariano Procópio.
- 26-MAIO-1872:** Sociedade Alemã de Socorros Mútuos, depois, Sociedade Alemã de Beneficência (Fundador: Augusto Kremer)
- 01-DEZ-1878:** Società Operaia Italiana di Mutuo Socorso e di Mutua Istruzione. (1º Presidente: Francisco Antônio Brandi)
- 1882:** Clube União Luso-Brasileira.
- 15-MAR-1883:** Associação Beneficente de Juiz de Fora (Também aparece a data: 15-JAN-1895)
- 30-OUT-1887:** Società Operaia Italiana de Mutuo Socorso e Beneficenza Umberto Primo. (1º Presidente: Giuseppe Antonio Picorelli)
- 1888:** Associação Promotora da Imigração. (Fundador: Bernardo Mascarenhas)
- 1888:** Hospedaria de Imigrantes Horta Barbosa.
- SET / 1889:** Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora. (Fundadores: Dr. João Nogueira Penido, Romualdo C. M. de Miranda Ribeiro, Eduardo de Menezes, José Cesário Monteiro da Silva, farmacêutico Joaquim de Almeida Queiros).
- 01-DEZ-1891:** Sociedade Auxiliadora Portuguesa. (Fundador: Joaquim Dias da Silva)
- 1890:** Associação Protetora da Pobreza. (Fundadores: Padre João Emílio, Barão do Retiro, Doutor Luiz Eugênio Horta Barbosa, Doutor José Mariano Pinto Monteiro)
- 1891:** Asilo de Mendigos. Após a morte do Padre João Emílio passou a se chamar Asilo João Emílio. (Fundador: Pe. João Emílio Ferreira da Silva)
- 1894:** Sociedade São Vicente de Paulo (Fundador: Aprígio Ribeiro de Oliveira)
- 1895:** Sociedade Beneficente Brasileira Alemã
- 27-FEV-1895:** Sociedade Brasileira de Beneficência. (1º Presidente: Alferes Manoel José Pereira da Silva).
- 13-JUN-1897:** Associação Comercial de Juiz de Fora. (Fundador: Daniel Pinto Corrêa e outros comerciantes).
- 04-SET-1900:** Liga Mineira Contra a Tuberculose. (Fundador: Eduardo de Menezes).
- 1900/1902:** Fanfarra Italiana.
- 1900/1902:** Sociedade Beneficente Príncipe de Piemonte
- 1902:** União Italiana Benso de Cavour. (fundadores: Giuseppe Spinelli, Luigi Perry, Pantaleone Arcuri e outros)
- 17-ABR-1904:** Associação dos Empregados no Comércio de Juiz de Fora.
- 27-AGO-1905:** Associação Beneficente Tipográfica Mineira. (Fundada por 35 maçons da Loja Maçônica Fidelidade Mineira)
- 25-DEZ-1909:** Academia Mineira de Letras. (Fundada por um grupo de doze intelectuais)
- 02-JUN-1912:** Associação de Amparo à Pobreza. (Fundada por Manoel Bernardino de Barros)
- 12-JAN-1913:** Recolhimento São Vicente de Paulo.
- 05-NOV-1913:** Associação de Imprensa de Juiz de Fora. (Fundada pelos jornalistas: Mário Magalhães, Vicente Jardim, Carlos Lim e outros.)
- 01-MAR-1915:** Assistência Dentária Escolar Francisco Valadares. (Fundado por iniciativa de Albino Esteves)
- 11-FEV-1917:** Asilo de Mendigos de Juiz de Fora. (Fundadores: Dr. Edgar Quinet de Andrade Santos e José Procópio Teixeira)
- 29-SET-1918:** Instituto de Proteção e Assistência à Infância.
- 04-SET-1921:** Associação da Imprensa de Minas. (1º Presidente: Heitor Guimarães)
- 15-FEV-1925:** Sanatório Dr. Vilaça.
- 05-JUL-1925:** Associação das Mães de Família. (1º Presidente: Senhora Constantino Paletta)
- 27-JUN-1926:** Centro Industrial de Juiz de Fora.
- 15-NOV-1926:** Maternidade Teresinha de Jesus. (Fundadora: D. Anália Campos de Carvalho)
- 15-JUN-1927:** Federação dos Escoteiros de Juiz de Fora. (Fundadores: Teodomiro Rothier Duarte; Antônio Vieira de Araújo Machado Sobrinho)
- 16-DEZ-1928:** Sociedade Pró-Melhoramentos do Bairro São Mateus. (Fundador: Coronel Ubaldo Tavares Bastos)
- 06-ABR-1929:** Inspeção de Higiene Escolar. (1º Diretor: Dr. Alberto Andrès)

- 08-JUN-1930: Patronato Mariana Evangelista. (Fundadora: Mariana Evangelista)
- 03-ABR-1932: Sociedade de Proteção aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra. (1º Presidente: Dr. Hermenegildo Rodrigues Vilaça)
- 19-MAR-1933: Patronato São José. (Fundador: D. Justino José de Sant'Ana)
- 25-NOV-1933: Associação Gota de Leite São José. (fundadores: Coronel Álvaro Martins Vilela e sua esposa d. Eudóxia Vilela)
- 31-MAR-1934: Lactário São José. (Fundadores: Coronel Álvaro Martins Vilela e sua esposa)
- 24-SET-1934: União dos Jornalistas de Juiz de Fora. (1º Presidente: Antônio Francisco Gomes)
- 1935: Escola Profissional Medalha Milagrosa. (Patrocinar meninas e moças pobres)
- 21-JUL-1935: Pronto Socorro Municipal. (Organizador: Dr. José Barbosa de Medeiros Gomes)
- 13-OUT-1935: Fundação João de Freitas.
- 04-OUT-1939: Associação dos Cegos de Juiz de Fora. (1º Presidente: João Panisset)
- 05-NOV-1939: Inauguração da Casa d'Itália.
- 07-ABR-1940: Lançada a pedra fundamental do Hospital Casa de Saúde e Maternidade Juiz de Fora. (Fundador: Dr. Dilermando Martins da Costa Cruz Filho)
- 13-MAIO-1940: Chácara dos Menores Abandonados. (Fundador: Dr. João Luiz Alves Valadão)
- 01-NOV-1941: Associação Lar e Amparo Feminino (ALAF). (1º Presidente: Newton Brandão)
- 04-ABR-1943: Educandário Carlos Chagas.
- 17-DEZ-1950: Sanatório Dr. João Penido.
- (?): Associação Rural de Juiz de Fora.
- (?): Instituto Jesus.
- (?): Associação das Damas Protetoras da Infância.
- (?): União Católica Pão de Santo Antônio. (Fundador: Francisco Batista de Oliveira).
- (?): Federação Operária Mineira.
- (?): Sociedade Beneficente dos Funcionários Públicos de Juiz de Fora.
- (?): Associação das Damas da Caridade.
- (?): Obra da Santa Infância.
- (?): Instituto Olga Burnier. (Fundador: Padre Gustavo Freire)

FONTES UTILIZADAS PARA ORGANIZAR A LISTA ACIMA:

BORGES, Célia Aparecida Resende Maia. (Org). *Solidariedades e conflitos –Histórias de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de fora: EDUFJF, 2000.

OLIVEIRA, F. Max de. *Sinais da Igreja no Juiz de Fora: Traços históricos*. Juiz de Fora. Esdeva Empresa Gráfica S. A., 1978, 2 vol.

OLIVEIRA, Paulino de. *Efemérides juizforanas (1698 – 1965)*. Juiz de Fora: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Juiz de Fora, 1975.

OBS: 1) Foi possível catalogar 63 (sessenta e três) associações.

2) Por vezes, aparecem nas fontes consultadas datas diferentes de fundação de uma mesma associação.

3) Em alguns casos não encontramos a data de fundação , mas de lançamento da pedra fundamental ou a inauguração da própria associação já instituída.

ANEXO 6**RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO DE JUIZ DE FORA, RESIDENTE NO PERÍMETRO DA CIDADE — ANO: 1893**

LOCALIZAÇÃO	POPULAÇÃO			ESTADO CIVIL		
	MASC	FEM	TOTAL	CASADOS	SOLTEIROS	VIÚVOS
1.Rua Direita (Atual Av. Br. Rio Branco)	553	893	1446	294	1077	75
2.Rua Marechal Deodoro – Fonseca Hermes e Largo da Estação	339	423	762	241	482	39
3.Rua do Comercio	347	406	753	199	528	26
4.Rua de São Mateus e Capim	254	295	549	171	342	36
5.Rua Halfeld	434	282	716	228	456	32
6.Morros de Santo Antônio e São Sebastião	241	272	513	171	318	24
7.Rua de Santa Rita	241	249	490	176	283	29
8.Ruas de Antônio Dias e Progresso	44	55	99	37	57	5
9.Rua Quinze de Novembro	246	223	469	141	296	32
10.Largo do Riachuelo	149	153	302	112	175	15
11.Rua do Espírito Santo	201	259	460	124	324	12
12.Rua de São João Nepomuceno	67	68	135	40	93	2
13.Rua da Liberdade	50	54	104	39	58	7
14.Rua de Santo Antônio	101	121	222	76	133	13
15.Rua do Barão de Santa Helena	24	40	64	20	41	3
16.Rua Barbosa Lima	23	37	60	16	40	4
17.Ruas Gratidão – Silva Jardim – M. Procópio – Bernardo Mascarenhas – Escola – Glória – Artistas – Tapera e Fazenda da Divisa	1220	983	2203	674	1432	97
18.Fazenda Velha do Juiz de Fora – Avenida Garibaldi – Botanágua – Carlos Otto e Cemitério	436	417	853	291	523	39
TOTAL GERAL / SEM OS ESTRANGEIROS	4970	5230	10.200	3052	6658	490
TOTAL GERAL (%) / SEM OS ESTRANGEIROS	48,7%	51,3%	100 %	29,9 %	65,3 %	4,8 %
OBS: Há em todo perímetro da cidade 2276 estrangeiros das seguintes nacionalidades:						
-Italianos: 1197 -Portugueses: 501 -Alemães: 328 -Espanhóis: 80 -Franceses: 66						
-Árabes: 27 -Austriacos: 22 -Ingleses: 18 -N. Americanos: 15 -Suíços: 6						
-Russos: 5 -Argentinos: 4 -Chineses: 2 -Polacos: 2 -Prussianos: 1						
-Irlandês: 1 -Egípcios: 1						

FONTE: AHPJF. Relatório do recenseamento da população de Juiz de Fora. Ano: 1893

ANEXO 7**REGULAMENTO DO CEMITÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA (1864?)**

Art. 1º. Fica creado no Cemiterio Publico desta Cidade um lugar de administrador com o fim de zelar a fiel execução deste regulamento, mandar fazer a capina, dar exgoto as aguas, manter em fim o aceio, a ordem e o respeito devido aos mortos, quer durante os enterramentos, quer fóra d'essa occazião.

Art. 2º. Ter cemiterio fora da cidade, incumbirá a camara esse cerviço a pessoa mais idonea que morar perto de cada Cemiterio.

Art. 3º. Fica sendo considerado cemiterio publico o que está a margem da Estrada União e Industria, sob a indicação de Nossa Senhora da Piedade para tornar de effectiva a disposição dos artigos 71 e 72 das Posturas Municipaes, sendo por tanto prohibido o interramento nos adros das igrejas, nos seus recintos ou outro qualquer lugar, que não seja cemiterio publico, soffrendo a multa de 20\$000 rs. e tres até a oito dias de prizão, alem de exhumar o cadaver, e sepulta-lo em lugar competente, cada pessoa que consentir, promover e efetuar o interramento fora da condição deste artigo.

Art. 4º. É da obrigação restricta e respectivo administrador, de cada cemiterio acondicionar e conservar os enterramentos, previsão para abertura e entupimento das Covas para que as sepulturas ou covas tenha as dimenções marcadas no presente regulamento; não consentir que os cadaveres sejam enterrados com atropelos ou julgados, digo, jogados, com brutalidade nas covas, mas sim, decididos ao fundo dos mesmos carneiros de alças; não consentir que se cubrão os cadaveres de terra sem que previamente seja lançado sobre cada cadaver de adulto, meia quarta de cal, e metade desta porção sobre os de menores; cumpre-lhe igualmente fazer com que as covas fiquem perfeitamente entupidas de terra e bem soccadas com macetes de madeira, deixando sobre cada sepultura uma porção de terra fofa.

Art. 5º. O administrador deverá morar proximo de cada Cemiterio, ou quando de todo não seja isso possivel, deverá visital-o de manhã e a tarde.

Art. 6º. Quando o Administrador estiver impedido por justo motivo, officiará a Camara para prover a sua falta, a qual fará preencher por pessôa idonea, preferindo sempre hum empregado da Camara, qui não se julgará por isso com direito a augmento de seu orçamento.

Art. 7º. Qualquer infração do presente regulamento, ou desacato praticado no recinto do Cemiterio, será communicado pelo administrador a quem competir providenciar.

Art. 8º. Á falta de comprimento de seos livros ou relaxamento da fiel execução deste regulamento, importará ao administrador a penna de suspensão por 15, 30 dias com perdas dos vencimentos correspondentes a esses dias, e havendo reencidencia ou encorrigibilidade será demitido.

Art. 9º. O administrador que for vinte vezes suspenso será condenado = demitido.

Art. 10º. Os vencimentos perdidos pelo administrador reverterão para quem suas vezes fizer.

Art. 11º. Sendo pelo art. 79 das posturas da Camara o enterramento dos corpos antes de 24 horas, depois da occasião da morte, o administrador que consentir, tollerar ou promover a infração do dito artigo soffrerá a pena de suspensão por 15 dias.

Art. 12º. He prohibido o administrador dar sepultura antes da apresentação de um atestado de obito com a ordem para dar-se sepultura exharada pela authoridade competente, pena de 20 dias de suspensão sem prejuizo do procedimento criminal, que possa ter lugar.

Art. 13º. Os attestados serão passados pelos medicos e na falta destes por authoridades civil policial ou ecclesiastica [...] com a declaração do nome, idade, estado, naturalidade, tempo da molestia, hora do fallecimento, mollestia a que sumcubio e a moradia.

Art. 14º. A nenhum cadaver se excusará o administrador de dar sepultura, huma vez que estejam cumpridos os preceitos legaes, pena de 20 dias de suspensão.

Art. 15°. Cada cemitério será murado ou cercado de cerca viva, gradil de ferro ou madeira duradoura, e fexado de chave; e a ninguém é permitido sem licença do administrador penetrar em seu recinto, salvo por ordem da autoridade ou por ocasião dos enterramentos as pessoas ocupadas em seu serviço ou as convidadas em serimonia funebre.

Art. 16°. É prohibido lavar ou estender roupas nos recintos ou cercas dos Cemiterios, assim como a conservação por mais de 24 horas de qualquer acumolo de reziduos organicos taes como folhas de vegetaes animaes mortos, etc.

Art. 17°. No Recinto do Cemiterio e por traz da Capella, deve haver em logar apropriado cuberto para deposito de cadaveres que por algum encoveniente não possam ser sepultados no ato de sua entrada para o Cemiterio; para deposito e observações de pessoas falecidas repentinamente, e que não apresentem signal de putrefacção, sendo igualmente esse o logar para os exames medico legaes sobre os cadaveres.

Art. 18°. É prohibido plantar arvores copadas de pesquenas dimensões no recinto do Cemiterio, podendo esse plantio ser feito com arvores que não produzem grande sombra, afim de evitar a humidade do solo, e nem promover d'esta sorte a putrefacção das folhas, cumprindo ao administrador zelar pela regularidade desse plantio.

Art. 19°. As Covas para os adultos deverão ter 7 palmos de profundidade, e para os menores 6 com a largura e comprimento sufficiente, devendo ficar entre humas outras o intervalo de trez palmos pelos lados, e quatro na cabeça e nos pes.

Art. 20°. Todas ás sepulturas quaes quer que sejam, deverão ser numeradas, lançando-se os numeros correspondentes nos livros respectivos dos acentos de enterros, p. forma que a todo tempo se possa saber o Corpo que n'ela foi sepultado.

Art. 21°. Haverá em cada Cemiterio, um livro encadernado, numerado, aberto, encerrado e rubricado pelo presidente da Camara n'ela inscreverá o administrador o nome e cognomes dos mortos, seu estado, sua condição social, o dia do enterro e o numero da sepultura, declarando em observação se toruxe attestado de obito e o mais que julgar dever observar.

Art. 22°. É prohibido enterrar-se os Corpos em sepulturas que não sejam alinhadas e com dimensões numeradas pelo art. 19 sendo livre a qualquer collocar sobre elas maosuléos, lapedis, gradil que não excedão a largura e o comprimento das Covas.

Art. 23°. É prohibido revolver ou viollar as sepulturas, tumbas ou mosuléos exhumar cadaveres antes dos 5 annos marcadas pelo art. 24 sem ordem da autoridade; multa de 30\$000 e oito dias de cadeia, ficando o administrador, se o consentir, suspenso por 30 dias, alem do procedimento criminal que possa ter lugar. As mesmas penas serão impostas a quem tirar as roupas, mortalhas ou outro qualquer objecto que acompanhe o cadaver.

Art. 24°. Não se poderá abrir uma sepultura para exhumar ossos antes de cinco annos da data do interramento; multa de 10\$ a 20\$000 rs. e de um a 8 dias de cadeia, para os que permitirem, consentirem ou tollerarem, salvo provando que o fasça por ordem da autoridade.

Art. 25°. Se algum corpo vier ao Cemiterio sem ser acompanhado de documentos da autoridade competente, ou for encontrado depositado antes deste ou a sua porta, o administrador respectivo dará imediatamente parte ao fiscal, retendo as pessoas que as conduzir, se forem encontradas no acto da condução: o fiscal officiará á autoridade competente para proceder ás diligencias necessárias.

Art. 26°. Se a autoridade se demorar, e o corpo se achar em estado de putrefacção será este interrado em logar separado, para não confundir-se com outros de modo a ser exhumado se a autoridade a ordenar.

Art. 27°. É permitido depositar-se o cadaver na Capela do Cemiterio, até perfazer-se o prazo legal para o seu interramento.

Art. 28°. É prohibido a condução de cadaver em esteiras, ou praxas e caixão descubertos ou abertos, e principalmente o uzo altamente immoral de as transportar amarrados de um pao pelos pés e cabeça, qualquer que seja sua condição social: multa de 3 a oito dias de prisão contra quem concorrer na inflacção deste artigo.

Art. 29°. Quando forem conduzidos os cadáveres aos Cemiterios, [...] segundo o modo prohibido pelo art. 28, o administrador officiará ao fiscal designando o nome do morto e da pessoa que os mandou enterrar, sua moradia para que en continente se possa fazer efectivar a multa.

Art. 30°. Os ossos que se encontrar sem renovação das sepulturas, não deverão ficar expostos na superficie da terra, dispersos ou amontoados, devendo haver algum lugar separado onde se sepulte esses restos mortaes a medida que a renovação da sepultura for exigindo o seo desenterramento.

Art. 31°. No caso de vir a fechar o Cemiterio, a Camara será obrigada a exhumar os restos mortaes existentes nos terrenos concedidos perpetuamente, e colloca-los no novo cemiterio em lugar distinto. Quanto as outras ossadas serão collocadas em uma cova geral sem distincão ao novo Cemiterio; salvo se os membros da familia a quem pertencer esses restos mortaes quizerem fazer exhumação a sua custa e collocal-os em lugar distinto.

Art. 32°. Permittindo o art. 18 das Posturas a concessão de terrenos para as sepulturas especiaes de membros de uma familia, cumpre entender q membros de familia, pai, mãe, filho, netos,irmãos e cunhados, devendose ter muita em consideração na venda dos terrenos a capacidade dos Cemiterios, e podendo outras pessoas da familia, isto é se os parentes, enterram-se na area do terreno consedido mediante porem pagamento, como se fosse sepultura aparte.

Art. 33°. Extincta a familia, a quem a Camara houver consedido o uzo indefinito do terreno, para sepultura de seos membros, reverterá o dito terreno para o dominio geral do Cemiterio, para que a Camara possa resolver como achar conveniente em relação aos ossos nele contido, não podendo esse terreno em cazo algum ser vendido, hypotecado, ou doado pelos membros da familia consessionaria.

Art. 34°. Quando por ventura tenha de ser abandonado o Cemiterio, não é permitido dispor de seo terreno antes de passados 10 annos de sua fundação, durante os quaes ficará fechado, depois deste prazo só será permittido derrubar, queimar a sua vegetação sem revolver a terra ou abrir vallas ou rgos que interessou as sepulturas até mais cinco annos, passados os quaes, tornar-se-há terra lavradia.

Art. 35°. A Camara Municipal, cobrará por cada sepultura raza, de individuos maiores de 7 annos 6\$000 rs., e menor desta idade e os escravos 4\$000 rs. Quando por ventura tenha de construir carneiros a sua custa cobrará por cada sepultura em carneiro 20\$000 rs sendo maior de 7 annos e 15\$000 sendo menor dessa idade.

Art. 36°. Aos pobres indigentes fornecará a Camara sepultura gratuita.

Art. 37°. A permissão aos particulares de construirem Carneiros ou Catacumbas mediante o pagamento de 100 rs. pelo palmo quadrado pela licança não exhime do pagamento ulterior da quantia de 6\$000 rs. Por cada maior de 7 annos e 4\$000 rs. p. cada menor e escravo, que for enterrado no terreno consedido.

Art. 38°. O presente regulamento é applicavel a qualquer Cemiterio tanto particular, como de qualquer ordem, ou irmandade, que venhão a fundar, salvo a cobrança por parte da Camara da importancia dos terrenos consedidos aos irmãos das ordens ou irmandades, e assim também o pagamento por sepulturas temporaes.

Art. 39°. Quando os Cemiterios, de que falla o art. 38 não tiverem guardas, ou administradores, cumpre ao administrador dos Cemiterios publicos fazer effectivas nelles as disposições do presente regulamento.

Art. 40°. Fica marcado ao administrador dos Cemiterios publicos deste Municipio, a terça parte do rendimento dos mesmos cemiterios.

ANEXO 8**RELATÓRIO ANUAL DO MOVIMENTO RELIGIOSO DA PARÓQUIA DE SANTO ANTÔNIO DE JUIZ DE FORA SOBRE A FREQUÊNCIA AOS SACRAMENTOS (NÚMERO DE PESSOAS)
1910 – 1930**

ANO	CATE- CISMO PARO- QUIAL	ESCO- LAS PARO- QUIAIS	1ª COMU- NHÃO	COMU- NHÕES	CON- FIS- SÕES	BATI- ZA- DOS	CASA- MEN- TOS	EXTRE- MA- UN- ÇÕES	ENCO- MEN- DA- ÇÕES
1910	750	229	180	83.874	24.651	727	158	250	252
1911	900	215	300	90.378	35.590	759	164	417	264
1912	1200	221	286	103.887	45.699	820	165	416	297
1913	1250	236	190	107.000	47.896	844	176	428	300
1914	1050	280	312	105.630	42.734	882	216	447	295
1915	1105	298	306	112.771	38.000	940	250	514	324
1916	1190	-----	346	122.235	38.029	987	234	578	322
1917	1298	-----	334	123.989	39.589	945	256	467	356
1918	1309	-----	326	99.098	42.210	908	258	529	321
1919	1390	-----	299	110.054	43.489	893	223	489	311
1920	1190	-----	277	124.438	45.469	876	289	550	305
1921	1289	-----	268	96.135	35.098	904	190	509	309
1922	998	-----	308	145.545	44.123	940	199	356	298
1923	970	-----	345	113.432	49.845	934	204	446	299
1924	1097	-----	369	163.765	45.754	905	205	388	258
1925	950	301	375	237.195	43.124	946	183	328	170
1926	988	-----	356	233.794	39.987	1011	187	436	234
1927	908	-----	411	235.987	57.345	893	188	478	188
1928	900	490	438	160.000	67.908	710	114	659	198
1929	1290	-----	432	189.942	68.190	889	134	578	199
1930	1189	-----	402	168.908	69.276	870	125	599	210

FONTE: ACMJF. Livros de Tombo n.ºs 1 e 2 da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora: 1910 a 1930.

ANEXO 9**RELAÇÃO DO NÚMERO DE ÓBITOS E OS QUE FORAM SACRAMENTADOS PELOS SACERDOTES DA CATEDRAL METROPOLITANA DE JUIZ DE FORA: 1900 A 1950**

DATA	Nº. DE ÓBITOS	SACRAMENTADOS	SACRAMENTADOS (%)
1900.....	102.....	043.....	42,2 %
1901.....	136.....	057.....	41,9 %
1902.....	096.....	056.....	58,3 %
1903.....	110.....	060.....	54,5 %
1904.....	115.....	065.....	56,5 %
1905.....	119.....	053.....	44,5 %
1906.....	117.....	049.....	41,8 %
1907.....	107.....	159.....	55,1 %
1908.....	084.....	039.....	46,4 %
1909.....	077.....	037.....	48,1 %
1910.....	078.....	040.....	51,3 %
1911.....	110.....	055.....	50,0 %
1912.....	146.....	077.....	52,7 %
1913.....	162.....	087.....	53,7 %
1914.....	176.....	090.....	51,1 %
1915.....	150.....	076.....	50,6 %
1916.....	138.....	061.....	44,2%
1917.....	108.....	060.....	55,5%
1918.....	175.....	089.....	50,8%
1919.....	122.....	059.....	48,4%
1920.....	142.....	070.....	49,3%
1921.....	146.....	075.....	51,4%
1922.....	144.....	069.....	48,0%
1923.....	160.....	088.....	55,0%
1924.....	171.....	083.....	48,5%
1925.....	163.....	088.....	54,0%
1926.....	170.....	075.....	44,1 %
1927.....	129.....	068.....	52,7 %
1928.....	116.....	061.....	52,6 %
1929.....	123.....	053.....	43,1 %
1930.....	S.R.....	S.R.....	S.R
1931.....	102.....	S.R.....	S.R
1932.....	102.....	S.R.....	S.R
1933.....	102.....	S.R.....	S.R
1934.....	102.....	S.R.....	S.R
1935.....	102.....	S.R.....	S.R
1936.....	S.R.....	S.R.....	S.R
1937.....	S.R.....	S.R.....	S.R
1938.....	094.....	055.....	58,5 %
1939.....	115.....	065.....	56,5 %
1940.....	092.....	059.....	64,1 %
1941.....	096.....	063.....	65,6 %
1942.....	100.....	054.....	54,0 %
1943.....	086.....	051.....	59,3 %
1944.....	101.....	056.....	55,4 %
1945.....	063.....	035.....	55,5 %
1946.....	049.....	032.....	65,3 %
1947.....	040.....	018.....	45,0 %
1948.....	043.....	017.....	39,5 %
1949.....	045.....	019.....	42,2 %
1950.....	048.....	020.....	41,6 %

OBS: S.R. = SEM REGISTRO.

FONTE: ACMAJF. Livros de registros de óbitos, nº.s 1, 2, 3 da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora: 1900 a 1950.

ANEXO 10
TESTADORES E TESTAMENTEIROS: GRAU DE PARENTESCO

TESTADOR	TESTAMENTEIRO	GRAU DE PARENTESCO
1. Elena Teodosia de São Joze	Antonio Theodoro Rodrigues	Sobrinho
2. Serafim Pereira de Bonfim	Antonio Jose Correia	Amigo
3. Anna Antonia	Francisco Teixeira Mendes	Esposo
4. Gertrudes Maria Thereza de Jesus	Marianna Thereza de Jesus	Filha
5. Francisco Alves Martins	Felicíssimo Jose de Oliveira	Amigo
6. Anna Francisca de Jezus	Joze Rodrigues Gomes	Filho
7. Maria Francisca da Conceição	Antonio da Costa Silva	N.E.
8. Francisco Antonio Teixeira Coelho	Claudina Celestina da Natividade	Mãe
9. Pe. Francisco Manoel de Mendonça	Antonio Luiz de Oliveira e Silva	Amigo
10. Sebastião Jose da Silva Queiros	Elias da Silva	Filho
11. Cesario Jose da Costa Lima	José Anastacio da Costa Lima	Irmão
12. Maria Jose Miquelina da Silva (Baronesa de Bertioiga)	Jose Antonio da Silva Pinto	Esposo
13. João da Silva Netto	Pe. Vicente Ferreira Passos	Amigo
14. Jose Francisco Teixeira Botelho	Francisco de Almeida Pavoas	Amigo
15. Anna de Jesus Hilaria	Manoel Ignacio de Almeida	Enteado
16. João Evangelista de Almeida	José Evangelista de Almeida	Filho
17. Jose Antonio da Silva Pinto (Barão de Bertioiga)	Gervasio Antonio da Silva Pinto	Irmão
18. Anna Angelica Pereira	Jose Miguel de Almeida	Filho
19. Cônego João Marciano Cerqueira Leite	Francisco de Paula Cerqueira Leite	Irmão
20. Jose Maria de Castro	Rita Claro de Castro	N.E.
21. Francisca Angélica de Moura	Manoel de Castro Guimarães	Genro
22. Egidio Ribeiro Andrade	Cônego José de Souza Silva Roussim	Amigo
23. Querubina Bernardina Teixeira Pimenta	Joaquim Rodrigues Xavier Pimenta	Esposo
24. Theodora Maria de Souza	Cap. Antonio José Roiz	N.E.
25. João Silveira Gomes	Antonio Francisco de Moraes	Compadre
26. Marianna Roza de Jesus Coêlho	João Coelho Dias	Esposo
27. Rita Esmeria Barbosa	Manoel Bernardino de Souza	N.E.
28. Anna Roza do Espirito Santo	Pe. João Sabino de Las Casas	N.E.
29. Rita de Cassia Tostes	Custodio da Silveira Tristão	N.E.
30. João Nogueira Penido	Feliciano Duarte Penido	Filho
31. Barbara da Cunha Horta	Feliciano Duarte Penido	N.E.
32. Miguel Teperini	Miguel Carvalho	Compadre
33. Maria Elisabeth Reimers (PROTESTANTE)	N.E.	N.E.
34. Ignacia Maria Corrêa	Benjamim Antonio Corrêa	Esposo
35. João Francisco Alves e Eliza Domingues da Silva Alves	Um é testamenteiro do outro	Esposo e Esposa
36. Salvina Maria de Jesus	Bertoldo José Soares	N.E.
37. Philomena Hereber	José Larcher	N.E.
38. Manoel Alves de Almeida	Jesuína Maria de Almeida	Esposa
39. Cel. Francisco Mariano Halfeld	Ten. Cel. Manoel Honório de Campos	Cunhado
40. Thereza Asnoni	N.E.	N.E.
41. Antonio Manoel Pacheco	Cel. José Manoel Pacheco	Filho
42. Jose Silva Lopes e Amelia de Azevedo Lopes	Um é testamenteiro do outro	Esposo e Esposa
43. Romão Tripp	Ricardo Augusto da Silva	N.E.
44. Militão Honorio Rodrigues e Gabriella Eugenia de Barros	Um é testamenteiro do outro	Esposo e Esposa
45. Joaquim Mendes Ferreira	Emilio Mendes Ferreira	Irmão

46.Benjamim Horta	Cesanina Verônica da Conceição	Esposa
47.Joaquim Augusto de Souza Barros	Francisco Borges de Mattos	N.E.
48.Manoel de Aquino Ramos	Maria Carlota de Aquino	Esposa
49.Maria Moreira das Neves	Thiago Borges de Mattos	Esposo
50.Jose Honorio Machado de Magalhães	Frauhlin Rodrigues de Moraes Jardim	Genro
51.Maria Augusta de Mello Pinto	Manoel José Antunes Pinto	Esposo
52.Luiza Adelaide de Miranda Nogueira da Gama	Cap. Antonio Caetano Horta Junior	Genro
53.Coronel Luiz Gomes Braga (Barão de Cataguases)	Anna Guilhermina de Castro Braga	Esposa
54.Maria Elisa Fernandes Carneiro	N.E.	N.E.
55.Anna Guilhermina de Castro Braga (Baronesa de Cataguases)	Dr. Braz Bernardino Loureiro Tavares	Amigo
56.José Leite Ribeiro	Antonio Bernardino Leite Ribeiro	Irmão
57.Luiz Mendes Ferreira	Prudente Corrêa Mendes	Irmão
58.Marianna Leite de Aquino Laranja	Joaquim Rodrigues de Aquino Leite	Irmão
59.João Evangelista Fernandes de Aguiar	João Gomes da Silva	Amigo
60.Lucas Augusto Monteiro de Barros	Maria Thereza Monteiro da Silva	N.E.
61.Maria Candida Perpetua	Joaquim Calixto Rodrigues	Irmão
62.Maria da Encarnação Teixeira Duarte	Cel. Custodio Ministerio	Amigo
63.Carlos Barroso	Dr. Francisco Augusto Pinto de Moura	Amigo
64.Felippe Henrique Mussel (PROTESTANTE)	Cap. José Marcelino de Oliveira	N.E.
65.Francisco Furtado de Mendonça	Maria Ignacia Pereira	Esposa
66.Cônego Flavio Ribeiro de Almeida	Monsenhor Manoel Nogueira	Amigo
67.João Coelho Dias	Joaquim Coelho Dias	Irmão
68.Ernesto Augusto de Alvarenga	Hipólito Baptista Pereira	Amigo
69.Jose Augusto Peixoto	Dr. Eugenio Teixeira Leite	Amigo
70.Constança Vidal Barbosa Lage	Oscar Vidal Barbosa Lage	Filho
71.Thiago Borges de Mattos	Dr. Celso de Ávila	Amigo
72.José Schelgshoren	Carlos Barbosa Leite	Amigo
73.Guilherme Bartels (PROTESTANTE)	Albertina Bartels	Esposa
74.Maria Ferreira da Ressurreição	Julia Ferreira Veloso	Irmã
75.Maria Ignacia Barbosa	Dr. Eduardo de Menezes Filho	Amigo
76.Joanna Francischeta	Francischeti Antonio	Esposo
77.Maria Perpetua Vidal de Lage e Silva	Francisco Bernardino Rodrigues Silva	Esposo
78.Major Antonio Augusto de Carvalho	José do Sul Ferreira	Amigo
79.Carlotta Joanna da Silva	Cap. Ivo José da Silveira	Amigo
80.Manoel da Silva Carneiro	Dr. Constantino Luís Paletta	Amigo
81.Laudelina de Souza Campos	Ibrahim de Souza Campos	Irmão
82.Christiano Horn (PROTESTANTE)	João Christiano Krambeck	Amigo
83.Manoel Balbino de Mattos	Joaquim Tiburcio de Mattos	Filho
84.Francisco José Kascher	Senhorinha de Resende Kascher	N.E.
85.Pedro Procópio Rodrigues Valle	Franklim Procópio Rodrigues Valle	Filho
86.Marianna Eugenia Monteiro de Barros	Dr. Laurindo Gomes de Souza	Amigo
87.Andrea Aprato	Dr. João de Resende Tostes	Amigo
88.Luiza Nunes Lima de Resende	Dr. Nizio Batista de Oliveira	Amigo
89.Virginia de Souza Araujo	Dr. Luiz Bonifácio de Araujo	N.E.
90.Francisco Leite de Oliveira	Lucia Teixeira de Oliveira	Esposa
91.Maria Antonia Penido Burnier	João Penido Burnier	Filho
92.Cel. Christovam de Andrade	Dr. Eduardo de Menezes Filho	Amigo
93.Cel. Manoel Francisco de Lima Mattos	Eurico Mattos de Souza	Neto
94.Rita Emilia de Castro	Sebastião Cesar de Castro	N.E.
95.Alfredo de Souza Bastos	Miguel Lamarca	Amigo
96.Evelina de Paula Machado de Oliveira	Antonio Martins de Oliveira	Esposo
97.Josephina Cândida Penido	Dr. João Nogueira Penido	Irmão
98.Monsenhor Domicio de Pula Nardy	Alcides Monteiro	Amigo

99.Maria Carolina de Assis Penido	Dr. Frederico Álvares de Assis	N.E.
100.João Nogueira Penido	Dr. Frederico Álvares de Assis	Amigo
101.Angelina Malvezzi	Vicente Nardelli	Amigo
102.Maria Augusta Teixeira	Cel. Álvaro Martins Vilella	Amigo
103.Maria José Monteiro Mendes	Dr. Onofre Mendes Junior	Enteado
104.Prisco Raymundo Gomes	Antenor Dunga	Amigo
105.Cel. João Carlos da Cunha Affonso	Severino José da Cunha Affonso	Filho

OBS: N.E. Não Especificado

QUADRO SÍNTESE DO ANEXO 10
GRAU DE PARENTESCO E AMIZADE / NÚMEROS E PERCENTUAIS

GRAU DE PARENTESCO / AMIGO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
1. AMIGO	30	28,57%
2. ESPOSO	13	12,38%
3. ESPOSA	10	9,52%
4. GENRO	03	2,85%
5. SOBRINHO	01	0,95%
6. FILHA	01	0,95%
7. FILHO	11	10,47%
8. MÃE	01	0,95%
9. IRMÃO	11	10,47%
10. IRMÃ	01	0,95%
11. ENTEADO	02	1,90%
12. COMPADRE	02	1,90%
13. CUNHADO	01	0,95%
14. NETO	01	0,95%
15. NÃO ESPECIFICADO PELO TESTADOR	20	19,04%
T O T A L	105	100 %

ANEXO 11**TESTADORES: ANO DE REDAÇÃO DO TESTAMENTO E ANO DA MORTE**

TESTADORES	ANO DE REDAÇÃO DO TESTAMENTO	ANO DE MORTE DO TESTADOR
1.Elena Teodosia de São Joze	1850	1855
2. Serafim Pereira de Bonfim	1850	1850
3. Anna Antonia	1850	1855
4.Gertrudes Maria Thereza de Jesus	1851	1851
5. Francisco Alves Martins	1851	1852
6. Anna Francisca de Jezus	1851	1855
7. Maria Francisca da Conceição	1851	1852
8.Francisco Antonio Teixeira Coelho	1853	1853
9.Pe. Francisco Manoel de Mendonça	1853	1854
10.Sebastião Jose da Silva Queiros	1853	1856
11.Cesario Jose da Costa Lima	1858	1859
12.Maria Jose Miquelina da Silva (Baronesa de Bertioga)	1859	1863
13.João da Silva Netto	1860	1870
14.Jose Francisco Teixeira Botelho	1861	1862
15.Anna de Jesus Hilaria	1861	1871
16.João Evangelista de Almeida	1864	1866
17.Jose Antonio da Silva Pinto (Barão de Bertioga)	1865	1870
18.Anna Angelica Pereira	1865	1867
19.Cônego João Marciano Cerqueira Leite	1868	1868
20.Jose Maria de Castro	1868	1868
21.Francisca Angélica de Moura	1870	1876
22.Egídio Ribeiro Andrade	1871	1875
23.Querubina Bernardina Teixeira Pimenta	1874	1879
24.Theodora Maria de Souza	1877	1878
25.João Silveira Gomes	1879	1883
26.Marianna Roza de Jesus Coêlho	1881	1910
27.Rita Esmeria Barbosa	1881	1882
28.Anna Roza do Espirito Santo	1884	1896
29.Rita de Cassia Tostes	1886	1898
30.João Nogueira Penido	1887	1901
31.Barbara da Cunha Horta	1893	1897
32.Miguel Teperini	1893	1909
33.Maria Elisabeth Reimers	1894	1912
34.Ignacia Maria Corrêa	1894	1921
35.João Francisco Alves e Eliza Domingues da Silva Alves	1894	1903
36.Salvina Maria de Jesus	1894	1895
37.Philomena Hereber	1894	1916
38. Manoel Alves de Almeida	1894	1905
39.Cel.Francisco Mariano Halfeld	1895	1903
40.Thereza Asnoni	1895	1896
41.Antonio Manoel Pacheco	1896	1901
42.Jose Silva Lopes e Amelia de Azevedo Lopes	1896	1897
43.Romão Tripp	1897	1897
44.Militão Honorio Rodrigues e Gabriella Eugenia de Barros	1898	1900
45.Joaquim Mendes Ferreira	1898	1906
46.Benjamim Horta	1898	1917
47.Joaquim Augusto de Souza Barros	1899	1899
48.Manoel de Aquino Ramos	1900	1900
49.Maria Moreira das Neves	1901	1901
50.Jose Honorio Machado de Magalhães	1902	1904

51.Maria Augusta de Mello Pinto	1902	1902
52.Luiza Adelaide de Miranda Nogueira da Gama	1902	1903
53.Coronel Luiz Gomes Braga (Br. de Cataguases)	1903	1904
54.Maria Elisa Fernandes Carneiro	1904	1904
55.Anna Guilhermina de Castro Braga (Br ^a . Cataguases)	1904	1904
56.José Leite Ribeiro	1904	1919
57.Luiz Mendes Ferreira	1904	1904
58.Marianna Leite de Aquino Laranja	1905	1908
59.João Evangelista Fernandes de Aguiar	1905	1905
60.Lucas Augusto Monteiro de Barros	1905	1906
61.Maria Candida Perpetua	1907	1918
62.Maria da Encarnação Teixeira Duarte	1910	1910
63.Carlos Barroso	1911	1914
64.Felippe Henrique Mussel	1911	1911
65.Francisco Furtado de Mendonça	1912	1912
66.Cônego Flavio Ribeiro de Almeida	1912	1913
67.João Coelho Dias	1913	1913
68.Ernesto Augusto de Alvarenga	1915	1918
69.Jose Augusto Peixoto	1915	1919
70.Constança Vidal Barbosa Lage	1915	1933
71.Thiago Borges de Mattos	1915	1915
72.José Schelgshoren	1916	1917
73.Guilherme Bartels	1918	1928
74.Maria Ferreira da Ressurreição	1918	1923
75.Maria Ignacia Barbosa	1918	1918
76.Joanna Francischeta	1919	1926
77.Maria Perpetua Vidal de Lage e Silva	1920	1928
78.Major Antonio Augusto de Carvalho	1920	1920
79.Carlotia Joanna da Silva	1921	1925
80.Manoel da Silva Carneiro	1924	1935
81.Laudelina de Souza Campos	1924	1931
82.Christiano Horn	1926	1926
83.Manoel Balbino de Mattos	1927	1928
84.Francisco José Kascher	1928	1931
85.Pedro Procópio Rodrigues Valle	1928	1934
86.Marianna Eugenia Monteiro de Barros	1929	1930
87.Andrea Aprato	1929	1944
88.Luiza Nunes Lima de Resende	1931	1934
89.Virginia de Souza Araujo	1932	1940
90.Francisco Leite de Oliveira	1932	1932
91.Maria Antonia Penido Burnier	1933	1946
92.Cel. Christovam de Andrade	1933	1933
93.Cel. Manoel Francisco de Lima Mattos	1934	1936
94.Rita Emilia de Castro	1936	1937
95.Alfredo de Souza Bastos	1936	1940
96.Evelina de Paula Machado de Oliveira	1938	1941
97.Josephina Cândida Penido	1940	1941
98.Monsenhor Domicio de Pula Nardy	1940	1940
99.Maria Carolina de Assis Penido	1941	1946
100.João Nogueira Penido	1941	1945
101.Angelina Malvezzi	1941	1945
102.Maria Augusta Teixeira	1943	1944
103.Maria José Monteiro Mendes	1944	1945
104.Prisco Raymundo Gomes	1944	1945
105.Cel. João Carlos da Cunha Affonso	1949	1949

TESTADORES: ANO DE REDAÇÃO DO TESTAMENTO E ANO DA MORTE (1850-1950)

QUANTO TEMPO MORREU APÓS FAZER O TESTAMENTO?	QUANTIDADE	%
EM MENOS DE 1 ANO	26	24,8 %
ENTRE 1 E 3 ANOS	34	32,4 %
ENTRE 3 E 5 ANOS	18	17,1 %
ENTRE 5 A 10 ANOS	12	11,4 %
ENTRE 10 A 20 ANOS	12	11,4 %
MAIS DE 20 ANOS	3	2,9 %
TESTADORES	105	100%

ANEXO 12

CONVITES PARA ENTERRO

Car



D. Maria Claudina de Jesus e seus parentes, convidão a V. S. de acompanharem as restos mortaes de seu sempre prezado marido Carlos José da Costa hoje 28 do corrente, ás 2 horas da tarde da casa de sua residencia á matriz e dahi ao cemiterio agradecendo desde já este acto de religião e caridade.

Juir de Fora, 28 de Setembro de 1878

AQUI TERMINA O VAMBE AS GALAS



Na sala de sepulchro, e adta, as 10hs,
Faremos todos: só o Sr. Caminha
Esta a virtude.

*Fra de de seus debaixo entamente, fiz convite
a V. S. D. D. Christina Maria de
C. e sua filha e sua filha*

*que foi para melhor vida de sua Mãe D.
Maria Propetua de Regueira,*

*e qual se ha de repatriar com a filha L.
de sua Mãe no Cemiterio de São
Cristovão, e com a filha de sua Mãe
e esposa de V. S. de São João em vida de
cidade - Religião, porque os restos tem
para os e parentes, Juir de Fora 18
de 28 de 1878*

4. LINDA NA AVENIDA DO CENTRO, 1.º ANDAR, JOIQUINHO & CIA., S. DE SÃO PAULO



Ignacio Ernesto Nogueira da Gama, D. Joana de Miranda Gama, Ernesto Yeloso Nogueira da Gama e D. Ludovina C. da Gama, pungidos da mais acerta dor pela passagem de sua innocente filha e nota, selegiu na Gama, convidão V. S. para acompanharem estes mortaes da mesma no cemiterio da cidade, o que terá lugar hoje, ás 2 horas da tarde e desde já se confessa grato por esta prova de unidade.

*Almoço Maria Lima, seu filho a
João 18 de Lima, Carlos Hor
de Lima, convidão a V. S. para
assistir a e acompanharem a
sua mulher Mãe e filha de
D. Maria e com a filha de Lima
hoje ás 5 horas da tarde na
Casa do Entorço e Parto e
acompanha-la ao cemiterio
e este acto de caridade e
religioso dos seus grato.*

Juir de Fora 11 de Setembro de 1878

ANEXO 13**SUFRÁGIOS PEDIDOS PELOS TESTADORES EM TESTAMENTO**

TESTADORES	MISSAS P/ SUA ALMA	MISSAS P/ ALMAS DE OUTRAS PESSOAS — OBSERVAÇÕES —
1. Elena Teodosia de São Joze	50*	NÃO PEDIU
2. Serafim Pereira de Bonfim	1*	NÃO PEDIU
3. Anna Antonia	1 Oitavario*	NÃO PEDIU
4. Gertrudes Maria Thereza de Jesus	30	NÃO PEDIU
5. Francisco Alves Martins	200*	50 Missas para os pais
6. Anna Francisca de Jezus	1 Oitavario*	NÃO PEDIU
7. Maria Francisca da Conceição	20*	4 Missas para os pais e 1 para o irmão
8. Francisco Antonio Teixeira Coelho	10	2 Missas para o pai
9. Pe. Francisco Manoel de Mendonça	200*	NÃO PEDIU
10. Sebastião Jose da Silva Queiros	10	NÃO PEDIU
11. Cesario Jose da Costa Lima	400*	NÃO PEDIU
12. Maria Jose Miquelina da Silva (Baronesa de Bertioğa)	1 Oitavario + 75	25 p/ os pais; 25 p/ irmãos; 50 para os escravos falecidos
13. João da Silva Netto	6*	NÃO PEDIU
14. Jose Francisco Teixeira Botelho	60	10 p/ com quem teve negócios com ele
15. Anna de Jesus Hilaria	2 Oitavarios	1 Oitavario p/ o marido e seus filhos; 10 pelas almas do Purgatório
16. João Evangelista de Almeida	50	25 p/ com quem teve negócios com ele
17. Jose Antonio da Silva Pinto (Barão de Bertioğa)	50	25 p/ os pais; 25 p/ irmãos; 50 para os escravos falecidos
18. Anna Angelica Pereira	1*	1 Oitavario. p/ sua mãe; 1 Oitavario. p/ seu marido
19. Cônego João Marciano Cerqueira Leite	100	100 p/ os pais; 50 p/ seus escravos falecidos
20. Jose Maria de Castro	1 Oitavario*	4 para seus pais
21. Francisca Angélica de Moura	100*	50 para os escravos falecidos
22. Egidio Ribeiro Andrade	NÃO	NÃO PEDIU
23. Querubina Bernardina Teixeira Pimenta	34	34 p/ com quem teve negócios com ele e teve algum prejuízo
24. Theodora Maria de Souza	10*	10 p/ os pais; 10 p/ marido; 5 p/ escravos falecidos
25. João Silveira Gomes	1	NÃO PEDIU
26. Marianna Roza de Jesus Coêlho	100	100 p/ seus pais; 50 p/ escravos falecidos
27. Rita Esmeria Barbosa	8	2 p/ seu pai; 4 p/ seu esposo
28. Anna Roza do Espírito Santo	10*	NÃO PEDIU
29. Rita de Cassia Tostes	20	NÃO PEDIU
30. João Nogueira Penido	NÃO	NÃO PEDIU
31. Barbara da Cunha Horta	NÃO	NÃO PEDIU
32. Miguel Teperini	1	NÃO PEDIU
33. Maria Elisabeth Reimers (PROTESTANTE)	NÃO	NÃO PEDIU
34. Ignacia Maria Corrêa	NÃO	NÃO PEDIU
35. João Francisco Alves e Eliza Domingues da Silva Alves	NÃO	NÃO PEDIU
36. Salvina Maria de Jesus	NÃO	NÃO PEDIU
37. Philomena Hereber	190	As 190 estão incluídas para a testadora e seu marido
38. Manoel Alves de Almeida	5	NÃO PEDIU
39. Cel. Francisco Mariano Halfeld	100	100 p/ sua esposa; 100 p/ escravos falecidos
40. Thereza Asnoni	1*	NÃO PEDIU
41. Antonio Manoel Pacheco	3 Oitavarios	NÃO PEDIU
42. Jose Silva Lopes e Amelia de Azevedo Lopes	NÃO	5 p/ sua esposa; 10 p/ outras duas pessoas, provavelmente, seus parentes
43. Romão Tripp	10	10 p/ seu pai

44.Militão Honorio Rodrigues e Gabriella Eugenia de Barros	NÃO	NÃO PEDIU
45.Joaquim Mendes Ferreira	50	NÃO PEDIU
46.Benjamim Horta	5	5 p/ sua mulher
47.Joaquim Augusto de Souza Barros	10	10 p/ seu pai; 10 p/ sua mãe
48.Manoel de Aquino Ramos	NÃO	NÃO PEDIU
49.Maria Moreira das Neves	200	400 p/ seus pais; 400 p/ irmãos; 50 p/ almas do Purgatório; 50 p/ seus parentes
50.Jose Honorio Machado de Magalhães	NÃO	NÃO PEDIU
51.Maria Augusta de Mello Pinto	SIM**	NÃO PEDIU
52.Luiza Adelaide de Miranda Nogueira da Gama	SIM**	10 p/ sua filha
53.Coronel Luiz Gomes Braga (Br. de Cataguases)	300*	300 p/ seus pais
54.Maria Elisa Fernandes Carneiro	200	20 p/ seus pais; 10 p/ seus irmãos
55.Anna Guilhermina de Castro Braga (Brª. Cataguases)	R\$ 1:000\$000	Este dinheiro é para celebrar missas p/ sua alma, p/ seus pais e p/ almas do Purgatório
56.José Leite Ribeiro	20	50 p/ seus pais; 20 p/ madrinha
57.Luiz Mendes Ferreira	10	NÃO PEDIU
58.Marianna Leite de Aquino Laranja	SIM**	NÃO PEDIU
59.João Evangelista Fernandes de Aguiar	25	25 p/ seus pais
60.Lucas Augusto Monteiro de Barros	1*	NÃO PEDIU
61.Maria Candida Perpetua	10	15 p/ seus familiares/ 5 p/ ex-escravos falecidos
62.Maria da Encarnação Teixeira Duarte	10	13 p/ seus familiares; 5 p/ almas do purgatório
63.Carlos Barroso	NÃO	NÃO PEDIU
64.Felippe Henrique Mussel (PROTESTANTE)	NÃO	NÃO PEDIU
65.Francisco Furtado de Mendonça	2	1 p/ seus antepassados; 1 p/ sua esposa
66.Cônego Flavio Ribeiro de Almeida	50*	20 p/ seus pais; 10 p/ os tios; 10 p/ sua ex-escrava
67.João Coelho Dias	100	100 p/ sua esposa; 100 p/ os pais; 100 p/ almas Purgatório
68.Ernesto Augusto de Alvarenga	50	50 p/ os pais e irmãos falecidos
69.Jose Augusto Peixoto	50	50 p/ seus pais e parentes falecidos
70.Constança Vidal Barbosa Lage	10	NÃO PEDIU
71.Thiago Borges de Mattos	1100	1000 p/ sua esposa
72.José Schelgshoren	1 por mês	1 p/ seus familiares
73.Guilherme Bartels (PROTESTANTE)	NÃO	NÃO PEDIU
74.Maria Ferreira da Ressurreição	NÃO	NÃO PEDIU
75.Maria Ignacia Barbosa	R\$200:000	Dinheiro para celebrar missas p/ sua alma, p/ seu marido e p/ almas do Purgatório
76.Joanna Francischeta	1 por ano	NÃO PEDIU
77.Maria Perpetua Vidal de Lage e Silva	1 por mês	Deixou R\$5:000\$000 para celebrar as missas
78.Major Antonio Augusto de Carvalho	500	200 p/ seus pais e parentes; 500 p/ sua esposa
79.Carlotta Joanna da Silva	200	50 p/ o 1º esposo; 40 p/ pais e sogros; 50 almas Purgatório
80.Manoel da Silva Carneiro	100	30 p/ familiares; 10 p/ esposa
81.Laudelina de Souza Campos	NÃO	NÃO PEDIU
82.Christiano Horn (PROTESTANTE)	NÃO	NÃO PEDIU
83.Manoel Balbino de Mattos	NÃO	NÃO PEDIU
84.Francisco José Kascher	NÃO	NÃO PEDIU
85.Pedro Procópio Rodrigues Valle	15	30 p/ familiares; 10 p/ esposa; 5 p/ almas Purgatório
86.Marianna Eugenia Monteiro de Barros	NÃO	NÃO PEDIU
87.Andrea Aprato	NÃO	NÃO PEDIU
88.Luiza Nunes Lima de Resende	SIM**	20 p/ o marido; 69 diversas (filhos; genro; pais...)
89.Virginia de Souza Araujo	30	NÃO PEDIU
90.Francisco Leite de Oliveira	NÃO	NÃO PEDIU

91.Maria Antonia Penido Burnier	SIM**	NÃO PEDIU
92.Cel. Christovam de Andrade	NÃO	NÃO PEDIU
93.Cel. Manoel Francisco de Lima Mattos	NÃO	NÃO PEDIU
94.Rita Emilia de Castro	NÃO	NÃO PEDIU
95.Alfredo de Souza Bastos	NÃO	NÃO PEDIU
96.Evelina de Paula Machado de Oliveira	30	NÃO PEDIU
97.Josephina Cândida Penido	SIM**	NÃO PEDIU
98.Monsenhor Domicio de Pula Nardy	300	NÃO PEDIU
99.Maria Carolina de Assis Penido	NÃO	NÃO PEDIU
100.João Nogueira Penido	NÃO	NÃO PEDIU
101.Angelina Malvezzi	NÃO	NÃO PEDIU
102.Maria Augusta Teixeira	130	400 p/ familiares; 100 p/ almas do Purgatório
103.Maria José Monteiro Mendes	SIM**	NÃO PEDIU
104.Prisco Raymundo Gomes	NÃO	NÃO PEDIU
105.Cel. João Carlos da Cunha Affonso	Cr\$10.000,00	Dinheiro para celebrar missas por sua alma

OBS: 1) * Os testadores pedem Missa de Corpo Presente.

2) ** Os testadores deixam a quantidade de missas por conta do testamenteiro / Há também pedidos de Missas Gregorianas.

3) 1 oitavário de missas corresponde a 1 missa celebrada por dia durante 8 dias seguidos, totalizando 8 missas para a alma

SÍNTESE DO QUADRO

SÍNTESE “A”: VISÃO GERAL

- 30 TESTADORES NÃO PEDIRAM NENHUM SUFRÁGIO PARA SUA ALMA..... (28,6%)
- 58 TESTADORES NÃO PEDIRAM NENHUM SUFRÁGIO PARA A ALMA DE OUTRAS PESSOAS.. (55,2%)
- 18 TESTADORES PEDIRAM MISSAS DE CORPO PRESENTE, DENTRE OUTRAS..... (17,1%)
- 07 TESTADORES DEIXARAM AS MISSAS A CARGO DOS TESTAMENTEIROS.....(6,7%)
- 04 TESTADORES PEDIRAM PARA SUA ALMA SOMENTE 1 MISSA DE CORPO PRESENTE..... (3,8%)
- 10 TESTADORES PEDIRAM SUFRÁGIOS, PORÉM NÃO MENCIONARAM A QUANTIDADE..... (9,6%)
- 03 TESTADORES PEDIRAM 1 MISSA POR MÊS / ANO..... (2,9%)
- 75 TESTADORES PEDIRAM MISSA (S) POR SUA ALMA.....(71,4%)

SÍNTESE “B”: TESTADORES E SUFRÁGIOS POR SUAS ALMAS

- 1 A 50 MISSAS: 41 TESTADORES..... (39,0%)
- 51 A 100 MISSAS: 07 TESTADORES..... (6,6%)
- 101 A 150 MISSAS: 03 TESTADORES(2,9%)
- 151 A 200 MISSAS: 05 TESTADORES..... (4,8%)
- 201 A 250 MISSAS: 0 TESTADOR..... (0,0%)
- 251 A 300 MISSAS: 02 TESTADORES..... (1,9%)
- ACIMA DE 301 MISSAS: 03 TESTADORES..... (2,9%)

SÍNTESE “C”: TESTADORES E SUFRÁGIOS PARA ALMAS DE OUTRAS PESSOAS

- SUFRÁGIOS PARA AS ALMAS DO PURGATÓRIO: 09 TESTADORES..... (8,6%)
- SUFRÁGIOS PARA OS PAIS: 27 TESTADORES..... (25,7%)
- SUFRÁGIOS PARA A ESPOSA: 08 TESTADORES..... (7,6%)
- SUFRÁGIOS PARA OS FILHOS: 02 TESTADORES..... (1,9%)
- SUFRÁGIOS PARA O MARIDO: 08 TESTADORES..... (7,6%) (01 PARA EX-MARIDO) (0,9%)
- SUFRÁGIOS PARA OS IRMÃOS: 05 TESTADORES..... (4,8%)
- SUFRÁGIOS PARA OS FAMILIARES: 06 TESTADORES..... (5,7%)
- SUFRÁGIOS PARA OS ESCRAVOS: 08 TESTADORES..... (7,6%)
- SUFRÁGIOS PARA OS PARENTES E ANTEPASSADOS: 07 TESTADORES..... (6,6%)
- SUFRÁGIOS PARA O SOGRO (A), GENRO, NORA: 02 TESTADORES..... (1,9%)
- SUFRÁGIOS PARA AS PESSOAS COM QUEM TIVERAM NEGÓCIO COM O TESTADOR: 03 TESTADORES..... (2,9%)

ANEXO 14**BENS DEIXADOS PELOS TESTADORES EM TESTAMENTOS E OS HERDEIROS**

TESTADORES	BENS	HERDEIROS
1.Elena Teodosia de São Joze	Dinheiro; escravos	Afilhados
2. Serafim Pereira de Bonfim	Terras; 2 escravas	Esposa e 7 filhos
3. Anna Antonia	Dinheiro	Esposo e afilhada
4.Gertrudes Maria Thereza de Jesus	Escravos	8 filhos
5. Francisco Alves Martins	Propriedade em terras	Neta e outros parentes
6. Anna Francisca de Jezus	1 fazenda; Terras; Dinheiro; 8 escravos; 1 Casa da fazenda para os filhos	8 Filhos
7. Maria Francisca da Conceição	1 fazenda com 1 casa	NÃO ESPECIFICADO
8.Francisco Antonio Teixeira Coelho	NÃO ESPECIFICADO	Mãe
9.Pe. Francisco Manoel de Mendonça	Dinheiro; escravos	O testamenteiro
10.Sebastião Jose da Silva Queiros	30\$000	1 filho
11.Cesario Jose da Costa Lima	Dinheiro	Afilhados
12.Maria Jose Miquelina da Silva (Baronesa de Bertiooga)	Dinheiro; terra; propriedades; jóias; escravos	Sobrinhos e afilhadas
13.João da Silva Netto	Terra; Dinheiro; 452\$000 em prata	Esposa; 3 filhos; testamenteiro
14.Jose Francisco Teixeira Botelho	NÃO ESPECIFICADO	Esposa
15.Anna de Jesus Hilaria	Dinheiro	Esposa; filhos; afilhados; testamenteiro
16.João Evangelista de Almeida	Dinheiro; 2 escravas	Filhos; netos
17.Jose Antonio da Silva Pinto (Barão de Bertiooga)	Dinheiro; ações; escravos; apólices da dívida pública	Sobrinhos
18.Anna Angelica Pereira	Dinheiro; escravos	2 filhos
19.Cônego João Marciano Cerqueira Leite	Dinheiro; terras e benfeitorias; 1 sítio; escravos	Irmã; sobrinha
20.Jose Maria de Castro	1 Sítio	NÃO ESPECIFICADO
21.Francisca Angélica de Moura	Dinheiro; terras	Filhos; netos
22.Egídio Ribeiro Andrade	1 chácara; apólices da dívida pública	Rita Brígida de Oliveira (amiga)
23.Querubina Bernardina Teixeira Pimenta	Dinheiro; escravos	Esposo; 1 filho
24.Theodora Maria de Souza	Dinheiro; escravos; terras	Irmã; compadre; sobrinhos
25.João Silveira Gomes	Escravos	Esposa; afilhado
26.Marianna Roza de Jesus Coêlho	Terras	Esposo
27.Rita Esmeria Barbosa	Dinheiro; escravos	Irmã; sobrinhos; afilhados
28.Anna Roza do Espírito Santo	1 Casa; móveis; 2 apólices da dívida pública	Afilhada
29.Rita de Cassia Tostes	Dinheiro; 1 casa	Sobrinhos; filho de sua ex-escrava
30.João Nogueira Penido	Dinheiro; casas; seguro de vida; fazenda / sesmaria; escravos; café; gado	11 filhos; netos
31.Barbara da Cunha Horta	NÃO ESPECIFICADO	3 filhos
32.Miguel Teperini	NÃO ESPECIFICADO	Esposa; 2 filhos
33.Maria Elisabeth Reimers (PROTESTANTE)	NÃO ESPECIFICADO	1 filho
34.Ignacia Maria Corrêa	Dinheiro; terras	Esposo; parentes
35.João Francisco Alves e Eliza Domingues da Silva Alves	NÃO ESPECIFICADO	Esposo e esposa
36.Salvina Maria de Jesus	NÃO ESPECIFICADO	Esposo; 6 filhos
37.Philomena Hereber	Dinheiro	Afilhados
38. Manoel Alves de Almeida	Dinheiro	Esposa; 4 filhos; ex-escrava
39.Cel.Francisco Mariano Halfeld	Dinheiro; fazenda; terras; casas; apólices da dívida pública	Irmãos; cunhados; sobrinhos; amigos;

		afilhados; ex-escravos
40. Thereza Asnoni	NÃO ESPECIFICADO	NÃO ESPECIFICADO
41. Antonio Manoel Pacheco	Dinheiro; apólices da dívida pública	4 filhos; 1 neta
42. Jose Silva Lopes e Amelia de Azevedo Lopes	NÃO ESPECIFICADO	Esposo; esposa
43. Romão Tripp	Dinheiro; terreno	Esposa; 4 filhos; irmã; sobrinhos
44. Militão Honorio Rodrigues e Gabriella Eugenia de Barros	Dinheiro	2 afilhados; sobrinhos
45. Joaquim Mendes Ferreira	Dinheiro	10 filhos que teve com uma ex-escrava
46. Benjamim Horta	NÃO ESPECIFICADO	Esposa; Irmandade de N. Sra. Do Rosário
47. Joaquim Augusto de Souza Barros	Dinheiro; terras em Portugal	Irmãs; afilhados
48. Manoel de Aquino Ramos	NÃO ESPECIFICADO	Esposa; 9 filhos
49. Maria Moreira das Neves	Dinheiro; terras em Portugal e no Brasil	Esposo; primos
50. Jose Honorio Machado de Magalhães	NÃO ESPECIFICADO	Esposa; 8 filhos
51. Maria Augusta de Mello Pinto	Fazenda	Esposo
52. Luiza Adelaide de Miranda Nogueira da Gama	Dinheiro; 4 prédios; 1 sítio; ações do Banco Real	Esposo; 4 filhos; neta
53. Coronel Luiz Gomes Braga (Br. de Cataguases)	Dinheiro; jóias; apólices da dívida pública	Esposa; irmã; sobrinhos; amigos; parentes; empregados
54. Maria Elisa Fernandes Carneiro	NÃO ESPECIFICADO	NÃO ESPECIFICADO
55. Anna Guilhermina de Castro Braga (Brª. Cataguases)	Dinheiro; apólices da dívida pública	Sobrinhos; testamentário; amigos
56. José Leite Ribeiro	Dinheiro	Esposa; 1 filho
57. Luiz Mendes Ferreira	Dinheiro; terras.	Empregados
58. Marianna Leite de Aquino Laranja	Dinheiro; 1 fazenda	2 filhos; irmãos; testamentário; netos
59. João Evangelista Fernandes de Aguiar	Dinheiro; 1 casa	Cozinheira; afilhados
60. Lucas Augusto Monteiro de Barros	NÃO ESPECIFICADO	Esposa
61. Maria Candida Perpetua	Dinheiro	Irmãos; sobrinhos
62. Maria da Encarnação Teixeira Duarte	Dinheiro	3 Filhos; afilhado; netos; criada
63. Carlos Barroso	Pediu para transformar seus bens (não especificados) em esmolas de 1\$000 (Um mil réis)	Pessoas pobres, católicas, protestantes e viúvas de maçons
64. Felipe Henrique Mussel (PROTESTANTE)	NÃO ESPECIFICADO	Esposa; 2 filhos
65. Francisco Furtado de Mendonça	Dinheiro; apólices da dívida pública	Esposa; irmão; sobrinhas; afilhada
66. Cônego Flavio Ribeiro de Almeida	NÃO ESPECIFICADO	NÃO ESPECIFICADO
67. João Coelho Dias	NÃO ESPECIFICADO	NÃO ESPECIFICADO
68. Ernesto Augusto de Alvarenga	Dinheiro; 1 casa; apólices da dívida pública	1 filho; amiga
69. Jose Augusto Peixoto	Dinheiro; casas, apólices da dívida pública	Familiares
70. Constança Vidal Barbosa Lage	Dinheiro; terras; propriedades	5 filhos
71. Thiago Borges de Mattos	Dinheiro; 1 prédio; 1 casa	Sobrinha; irmã
72. José Schelgshoren	5 casas; 1 prédio	Irmãos; sobrinhos
73. Guilherme Bartels (PROTESTANTE)	NÃO ESPECIFICADO	Esposa; filhos
74. Maria Ferreira da Ressurreição	1 casa	Parentes
75. Maria Ignacia Barbosa	Dinheiro; propriedades	Amigos
76. Joanna Francischeta	NÃO ESPECIFICADO	Esposo
77. Maria Perpetua Vidal de Lage e Silva	Dinheiro; apólices da dívida pública	Esposo; 5 filhos

78.Major Antonio Augusto de Carvalho	Dinheiro; 1 sítio; terras; máquinas	Familiares; amigos; empregados
79.Carlotia Joanna da Silva	Dinheiro	Parentes
80.Manoel da Silva Carneiro	Dinheiro	4 filhos
81.Laudelina de Souza Campos	Dinheiro	Irmãos; sobrinhos, afilhados
82.Christiano Horn (PROTESTANTE)	Dinheiro	1 filho
83.Manoel Balbino de Mattos	Dinheiro; terras; casas	Filhos e netos
84.Francisco José Kascher	Dinheiro	Esposa; irmã; sobrinhos; afilhado
85.Pedro Procópio Rodrigues Valle	Dinheiro; terras; benfeitorias; objetos; jóias; apólices da dívida pública	Esposa; 18 filhos
86.Marianna Eugenia Monteiro de Barros	NÃO ESPECIFICADO	2 filhos; Asilo de Mendigos de Juiz de Fora
87.Andrea Aprato	Dinheiro; 1 casa	Irmãos; sobrinhos; empregada
88.Luiza Nunes Lima de Resende	Dinheiro; jóias; relíquias sagradas	8 filhos
89.Virginia de Souza Araujo	1 prédio	Irmãs
90.Francisco Leite de Oliveira	Dinheiro	Esposa; filhos; afilhados
91.Maria Antonia Penido Burnier	Dinheiro; 1 casa; terreno	2 filhos; netos; irmã
92.Cel. Christovam de Andrade	Dinheiro	Irmãs
93.Cel. Manoel Francisco de Lima Mattos	Dinheiro; 38 apólices da dívida pública	Irmã; netos
94.Rita Emilia de Castro	Dinheiro	Familiares; amigos
95.Alfredo de Souza Bastos	Dinheiro; 1 casa; objetos; apólices da dívida pública	Esposa; 4 filhos
96.Evelina de Paula Machado de Oliveira	Dinheiro; imóveis; apólices da dívida pública	Esposo; 7 filhos
97.Josephina Cândida Penido	Dinheiro; apólices da dívida pública	Familiares
98.Monsenhor Domicio de Pula Nardy	1 casa	1 seminarista
99.Maria Carolina de Assis Penido	Dinheiro; benfeitorias; apólices da dívida pública	Esposo
100.João Nogueira Penido	NÃO ESPECIFICADO	Esposa
101.Angelina Malvezzi	Dinheiro; 1 casa	Sobrinhos
102.Maria Augusta Teixeira	Dinheiro; 1 casa; apólices da dívida pública	Sobrinhos; bispo diocesano; instituições
103.Maria José Monteiro Mendes	Dinheiro	5 filhos; afilhados; enteados
104.Prisco Raymundo Gomes	Dinheiro; ações; terreno; apólices da dívida pública	Irmãos; sobrinhos
105.Cel. João Carlos da Cunha Affonso	Dinheiro	Esposa; 8 filhos

ANEXO 15**IGREJAS E SANTOS QUE RECEBERAM DOAÇÕES**

IGREJAS E SANTOS	VALORES (EM RÉIS)	TOTAL
Capela de Santa Rita de Cássia — Juiz de Fora	30\$000	30\$000 Rs
Nossa Senhora — Juiz de Fora	20\$000	20\$000 Rs
Igreja de Nossa Senhora do Rosário — Juiz de Fora	20\$000 + 20 apólices (1 conto cada) + 1 apólice (1 conto cada) + 200\$000 + 100\$000 + 500\$000 + 1:000\$000 + 10:000\$000	35:820\$000 Rs
Capela em honra a Nossa Senhora das Dores ou Nossa Senhora da Glória — Juiz de Fora	1:000\$000 (Para iniciar as obras de construção); terra para a construção	1:000\$000 Rs
Capela do Espírito Santo — Juiz de Fora	1:000\$000 para as obras	1:000\$000 Rs
Igreja Matriz de Santo Antônio — Juiz de Fora	10\$000 + 200\$000 + 20\$000 + 200\$000 + 100\$000 + 60 apólices (1 conto cada) + 500\$000 + 100\$000 + 1:000\$000 + 10 apólices (1 conto cada) + 20:000\$000	92:130\$000 Rs
Igreja Matriz — Simão Pereira	200\$000	200\$000 Rs
Igreja em geral de Juiz de Fora	20 libras de cera	???
Capela de Santo Antônio — Pedro Alves	10\$000 + 100\$000	110\$000 Rs
Igreja Matriz — Chapéu D'uvas	20\$000	20\$000 Rs
Igreja de Nossa Senhora da Glória — Juiz de Fora	1:000\$000 + 200\$000 + 20 apólices (1 conto cada) + 500\$000 + 1 apólice (1 conto cada) + 200\$000 + 1:000\$000 + 1 casa em forma de chalet + 10:000\$000 + 10 apólices (1 conto cada) + 5:000\$000	48:900\$000
Igreja Matriz do Divino Espírito Santo — Piau	200\$000	200\$000 Rs
Igreja de São Sebastião de Barreira — Juiz de Fora	100\$000 + 1:000\$000 + 200\$000	1:300\$000 Rs
Igreja de Nosso Senhor dos Passos — Juiz de Fora	1:000\$000 + 100\$000 + 20 pólices (1 conto cada) + 1 apólice (1 conto cada) + 300\$000 + 1:000\$000	23:400\$000 Rs
Igreja de Sant'Anna — Vargem Grande	1:000\$000	1:000\$000 Rs
Capela de São Sebastião — Chácara	200\$000	200\$000 Rs
Igreja de São Sebastião — Juiz de Fora	100\$000 + 20 apólices (1 conto cada) + 1 apólice (1 conto cada) + 200\$000 + 1:000\$000 + 10:000\$000	32:300\$000 Rs
Casa para os sacerdotes da Igreja Nossa Senhora da Glória — Juiz de Fora	500\$000	500\$000 Rs
Missões na Diocese de Juiz de Fora	500\$000	500\$000 Rs
Igreja de São Francisco de Paulo — Juiz de Fora	50\$000	50\$000 Rs
Igreja de Santa Cruz — Juiz de Fora	50\$000	50\$000 Rs
Igreja de Nossa Senhora do Livramento — Sarandy	10 apólices (1 conto cada)	10:000\$000 Rs
Capela de São Pedro (Colônia de cima) — Juiz de Fora	100\$000	100\$000 Rs
São Sebastião — Juiz de Fora	200\$000	200\$000 Rs
Igreja Nossa Senhora da Piedade de Merles — Portugal	100\$000	100\$000 Rs
Igreja Matriz de Nazareth — São João D'el Rei	3:000\$000	3:000\$000 Rs
Igreja do Arraial de Grama — Juiz de Fora	500\$000	500\$000 Rs
Capela do Asilo Arquiepiscopal — São	100\$000	100\$000 Rs

José do Rio Preto		
Igreja de São Mateus — Juiz de Fora	100\$000 + 1:000\$000 + 5:000\$000 + Cr\$1.000,00	6:100\$000 Rs + Cr\$1.000,00
Igreja de Nossa Senhora do Carmo — S. João Del Rei	1 apólice (1 conto cada)	1:000\$000 Rs
Cristo Redentor — Juiz de Fora	50\$000	50\$000 Rs
Igreja de Nosso Senhor do Bonfim — Palmira	10:000\$000 + 10:000\$000	20:000\$000 Rs
Igreja do Bom Jesus — Tabuleiro do Pomba	1:000\$000	1:000\$000 Rs
Igreja de Conceição do Formoso	500\$000	500\$000 Rs
Igreja de São Manoel — Rio Pomba	500\$000	500\$000 Rs
Igreja Matriz da Vila de Mercês — Barbacena	500\$000 + 500\$000	1:000\$000 Rs
Igreja Matriz do Livramento — Barbacena	500\$000 + 300\$000	800\$000 Rs
Igreja de Ewbank da Câmara	5:000\$000	5:000\$000 Rs
Igreja Matriz — Desterro do Melo	200\$000	200\$000 Rs
Capela de N. Senhora da Piedade em Igrejinha — Juiz de Fora	500\$000	500\$000 Rs
Igreja de Piau	10 apólices (1 conto cada)	10:000\$000 Rs
Igreja de Coronel Pacheco	5 apólices (1 conto cada)	5:000\$000 Rs
Igreja de Goianá	5 apólices (1 conto cada)	5:000\$000 Rs
Sagrado Coração de Maria — Juiz de Fora	200\$000	200\$000 Rs
Santíssimo Sacramento — Juiz de Fora	200\$000	200\$000 Rs
Apostolado do Coração de Jesus — Juiz de Fora	1:000\$000	1:000\$000 Rs
Seminário Santo Antônio — Juiz de Fora	1:000\$000 + Cr\$20.000,00	1:000\$000 Rs + Cr\$20.000,00
Igreja de São Roque — Juiz de Fora	5:000\$000	5:000\$000 Rs
Igreja de São José — Juiz de Fora	5:000\$000	5:000\$000 Rs
Igreja da Comunidade de Penido — Juiz de Fora	Cr\$10.000,00	Cr\$10.000,00

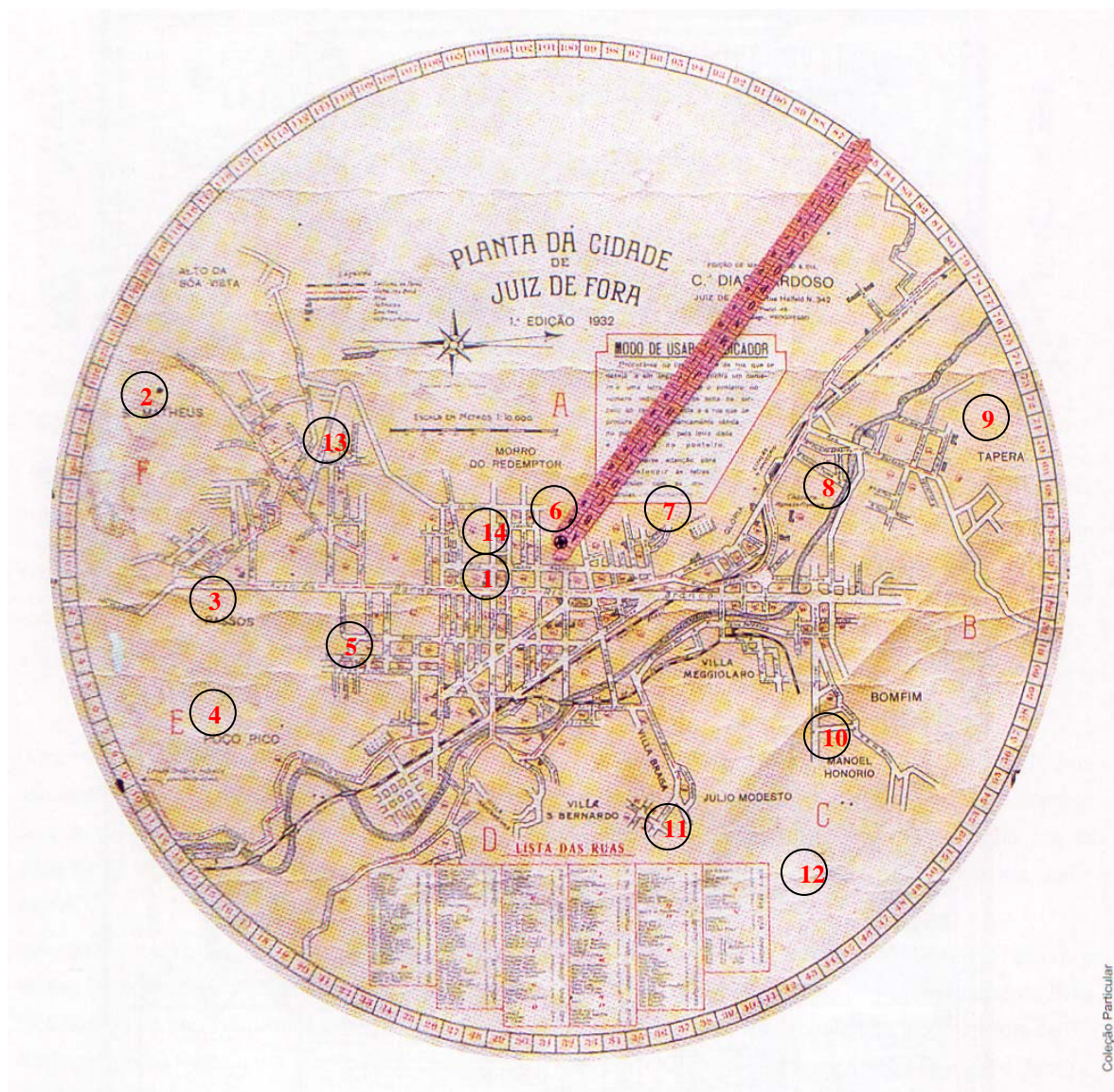
ANEXO 16**INSTITUIÇÕES QUE RECEBERAM DOAÇÕES**

INSTITUIÇÕES E PESSOAS	VALORES (EM RÉIS)	TOTAL
Órfãos e pobres — Juiz de Fora	20\$000 + 10\$000 + 500\$000 + 5\$000 + 500\$000 + 200\$000 + 2:000\$000 + 30\$000 + 50\$000 + 200\$000 + 100\$000 + 300\$000 + 100\$000 + 50\$000 + 300\$000 400\$000 + 300\$000 + 200\$000 + 100\$000 + 50\$000 + 100\$000 + 20\$000 + 50\$000 + 1:000\$000 + 300\$000 + 500\$000	10:085\$000 Rs
Casa da Caridade — São João Del Rei	Propriedade territorial	???
Irmadade do S.S. Sacramento da Matriz de Santo Antônio — Juiz de Fora	500\$000	500\$000 Rs
Santa Casa de Misericórdia — Juiz de Fora	140 apólices (1 conto cada) + 500\$000 + 100\$000 + 2 apólices (1 conto cada) + 1:000\$000 + 1:000\$000 + 50\$000 + 10 apólices (1 conto cada) + 2:000\$000 + 3:000\$000 + 850 ações (200\$000 cada uma) da Cia. Mineira de Eletricidade + 2275 ações (200\$000 cada uma) da Cia. Mineira de Eletricidade + 50 ações (200\$000 cada uma) do Banco do Brasil + 45 apólices da dívida pública federal (1:000\$000 cada uma) + 300 apólices da dívida pública do Estado de Minas Gerais (200\$000 cada uma) + 1050 ações da S.A. Fábrica de Tecidos São João Evangelista (200\$000 cada uma) + Cr\$5.000,00	1.108:650\$000 Rs + Cr\$5.000,00
Asilo de órfãos João Emílio — Juiz de Fora	80 apólices (1 conto cada) + 100\$000 + 2:000\$000 + 500\$000 + 1:000\$000 + 10:000\$000 + 20 apólices (1 conto cada) + 1:000\$000 + 500\$000 + 2:000\$000 + 20:000\$000 + 50:000\$000 + 39 ações (200\$000 cada uma) do Banco Mercantil do RJ + 25 apólices do tesouro nacional (1:000\$000 cada uma) + 675 ações (200\$000 cada uma) da Cia. Mineira de Eletricidade + Cr\$10.000,00 + Cr\$1.000,00 + Cr\$5.000,00	354:900\$000 Rs + Cr\$16.000,00
Obras do novo cemitério — Juiz de Fora	250 apólices (200 mil réis cada)	50:000\$000 Rs
Sociedade São Vicente de Paulo — Juiz de Fora	1 apólice (1 conto cada) + 50\$000 + 100\$000 + 1:000\$000 + 1:000\$000 + 50:000\$000 + 199 ações (200\$000 cada uma) do Banco de Crédito Real de MG + 275 ações (200\$000 cada uma) da Cia. Mineira de Eletricidade + 500 ações (200\$000 cada uma) da S. A. Fábrica de Tecidos São João Evangelista + Cr\$10.000,00 + Cr\$1.000,00 + Cr\$5.000,00	247:950\$000 Rs + Cr\$16.000,00
Associação Pão de Santo Antônio — Juiz de Fora	2 apólices (1 conto cada) + 100\$000 + 1:000\$000 + 20:000\$000 + Cr\$1.000,00	23:100\$000 Rs + Cr\$1.000,00
Obras da Av. dona Rita — Juiz de Fora	20 apólices (1 conto cada)	20:000\$000 Rs
Câmara Municipal — Juiz de Fora	3:000\$000 (para construir busto de bronze de seu finado pai Henrique G.	3:000\$000 Rs

	Fernando Halfeld)	
Associação Brasileira de Beneficência — Juiz de Fora	1 apólice (1 conto cada) + 30:000\$000	31:000\$000 Rs
Associação Beneficente Brasileira – Alemã — Juiz de Fora	1 apólice (1 conto cada)	1:000\$000 Rs
Associação Beneficente — Juiz de Fora	1 apólice (1 conto cada) + 30:000\$000	31:000\$000 Rs
Associação Auxiliadora Portuguesa — Juiz de Fora	1 apólice (1 conto cada) + 20:000\$000	21:000\$000 Rs
Irmandade do S.S. Sacramento da Freguesia de Merles — Portugal	200\$000	200:000 Rs
Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo — Rio de Janeiro	1 apólice (1 conto) A Ordem tem que mandar celebrar uma missa por ano pela alma do testador Coronel Luis Gomes Braga (Br. de Cataguases) no dia do aniversário de sua morte	1:000\$000 Rs
Asilo de Mendigos — Juiz de Fora	5:000\$000 + 50:000\$000 + Cr\$1.000,00 + Cr\$5.000,00	55:000\$000 Rs + Cr\$6.000,00
Santa Casa de Misericórdia — Palmira (Atualmente Santos Dumont)	10:000\$000	10:000\$000 Rs
Associação Damas da Caridade — Juiz de Fora	2:000\$000 + 175 ações (200\$000 cada uma) da Cia. Mineira de Eletricidade + 15 apólices (Cr\$1.000,00 cada uma)	37:000\$000 Rs + Cr\$15.000,00
Patronato São José — Juiz de Fora	50:000\$000 + 175 ações (200\$000 cada uma) da Cia. Mineira de Eletricidade + Cr\$10.000,00	85:000\$000 Rs + Cr\$10.000,00
Sociedade de Assistência aos Lázarus e defesa contra a Lepra — Juiz de Fora	50:000\$000 + 175 ações (200\$000 cada uma) da Cia. Mineira de Eletricidade + Cr\$5.000,00	85:000\$000 Rs + Cr\$5.000,00
Lactário São José — Juiz de Fora	50:000\$000 + Cr\$5.000,00	50:000\$000 Rs + Cr\$5.000,00
Maternidade Terezinha de Jesus – Juiz de Fora	50:000\$000 + 175 ações (200\$000 cada uma) da Cia. Mineira de Eletricidade	85:000\$000 Rs
Irmandade Sopa dos Pobres — Juiz de Fora	20:000\$000	20:000\$00 Rs
Escola Brasileira alemã — Juiz de Fora	10:000\$000	10:000\$000 Rs
Centro Espírita União, Humildade e Caridade — Juiz de Fora	5:000\$000	5:000\$000 Rs
Instituto Dona Eugênia Braga — Juiz de Fora	5:000\$000	5:000\$000 Rs
Policlínica — Juiz de Fora	5:000\$000	5:000\$000 Rs
Caixas Escolares de diversos grupos escolares — Juiz de Fora	35:000\$000 + 43 ações (200\$000 cada uma) do Banco de Crédito Real de MG	43:600\$000 Rs
Albergue São José — Bicas	2:000\$000	2:000\$000 Rs
Santa Casa de Misericórdia — Barbacena	175 ações (200\$000 cada uma) da Cia. Mineira de Eletricidade	35:000\$000 Rs
Obra Pontifícia para a propagação da fé no Brasil — Juiz de Fora	20 apólices (Cr\$1.000,00 cada uma)	Cr\$20.000,00
Associação dos Cegos — Juiz de Fora	Cr\$15.000,00	Cr\$15.000,00
Asilo dos padres inválidos e pobres — Juiz de Fora	Cr\$15.000,00	Cr\$15.000,00
Obra Tabernáculo — Juiz de Fora	Cr\$1.000,00	Cr\$1.000,00
Associação Lar e Amparo Feminino — Juiz de Fora	Cr\$1.000,00	Cr\$1.000,00
Ordem Terceira de N. Senhora do Carmo — Rio de Janeiro	1:000\$000	1:000\$000 Rs

ANEXO 17

PLANTA DA CIDADE DE JUIZ DE FORA 1932



FONTE: AGUIAR, Valéria Trevizani Burla de. *Atlas geográfico escolar de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2000, p. 27.

- 1)CENTRO.
- 2)SÃO MATEUS.
- 3)PASSOS.
- 4)POÇO RICO.
- 5)GRANBERY

- 6)SANTA HELENA.
- 7)JARDIM GLÓRIA.
- 8)MARIANO PROCÓPIO.
- 9)SANTA TERESINHA.
- 10)MANOEL HONÓRIO.

- 11)VITORINO BRAGA.
- 12)LINHARES.
- 13)PAINEIRAS.
- 14)CRUZEIRO.

ANEXO 18**PARÓQUIAS, CAPELAS E COMUNIDADES CUJOS PADROEIROS SÃO: SÃO SEBASTIÃO, SÃO ROQUE SÃO JOSÉ E NOSSA SENHORA – ARQUIDIOCESE DE JUIZ DE FORA**

PADROEIRO (A)	Nº P A R Ó Q U I A S	Nº C A P E L A S	Nº C O M U N I D A D E S	T O T A L	OBSERVAÇÕES
SÃO SEBASTIÃO	7	37	6	48	<ul style="list-style-type: none"> * Existem na Arquidiocese duas “Quase Paróquias” de São Sebastião. * A Comunidade de São Sebastião (Considerada também “Quase Paróquia) mais antiga está localizada no centro de Juiz de Fora. O templo foi inaugurado em 1878. * A capela na cidade de Santa Rita de Jacutinga foi inaugurada em 23/07/1937.
SÃO ROQUE	---	1	---	1	<ul style="list-style-type: none"> * A única capela erguida em homenagem a São Roque na Arquidiocese de Juiz de Fora foi fruto dos imigrantes italianos que chegaram em fins do século XIX. Para isso, fundaram em 1902 a Irmandade de São Roque.
SÃO JOSÉ	3	26	9	38	<ul style="list-style-type: none"> * A Paróquia de São José da cidade de Juiz de Fora foi instalada em 1932 no Bairro Costa Carvalho. * Existem duas nomeações para o santo: São José e São José Operário, uma forma de homenagear o santo da Sagrada Família e o santo trabalhador. *Existe na cidade de Bicas uma devoção ao Coração de São José. * Capela particular da Fazenda Capivari - Área Rural (Aracitaba)
NOSSA SENHORA APARECIDA	3	55	20	78	<ul style="list-style-type: none"> * Capela particular da Fazenda da Fortuna - Área Rural (Aracitaba) * Capela particular da Fazenda Santa Helena - Área Rural (Matias Barbosa) * Capela particular da Fazenda da Paciência - Área Rural (Matias Barbosa) *Comunidade Nossa Senhora Aparecida e São José, Vargem do Coxo - Área Rural. Observação: São José é o padroeiro principal desta Comunidade. (Passa Vinte) *Capela particular da Fazenda do Roldão (Santa Rita de Jacutinga)
NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	2	18	2	22	
NOSSA SENHORA IMACULADA CONCEIÇÃO	5	11	3	19	
NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	3	13	---	16	<ul style="list-style-type: none"> * Há uma capela Tombada pelo Patrimônio Histórico em Matias Barbosa. * Há uma capela construída em 16/04/1913 (Santa

					Rita de Jacutinga).
NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS		11	2	13	
NOSSA SENHORA DAS DORES	5	4	1	10	
NOSSA SENHORA ROSA MÍSTICA	---	8	2	10	
NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	2	5	---	7	
NOSSA SENHORA DE LOURDES	2	2	3	7	
NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO	2	4	1	7	
NOSSA SENHORA DA PIEDADE	1	3	---	4	
NOSSA SENHORA DA PENHA	---	3	1	4	
NOSSA SENHORA DO CARMO	---	2	1	3	
NOSSA SENHORA DA PAZ	---	1	2	3	
NOSSA SENHORA DA VISITAÇÃO	---	1	1	2	
NOSSA SENHORA AUXILIADORA	1	1	---	2	
NOSSA SENHORA DA CABEÇA	1	1	---	2	
NOSSA SENHORA DE GUADALUPE	---	1	1	2	
NOSSA SENHORA DO LÍBANO	1	1	---	2	
NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS	---	2	---	2	
NOSSA SENHORA DAS MERCÊS	1	---	1	2	
NOSSA SENHORA DO AMPARO	---	---	1	1	
NOSSA SENHORA DO MONTE SERRAT	---	1	---	1	
NOSSA SENHORA DAS ESTRADAS	1	---	---	1	
NOSSA SENHORA DO DESTERRO	---	1	---	1	
NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA	---	---	1	1	
NOSSA SENHORA MÃE DE DEUS	1	---	---	1	
NOSSA SENHORA DA VISITAÇÃO	---	---	1	1	*A capela está em construção (Rio Novo).
MÃE PEREGRINA	---	---	1	1	
SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA	---	1	---	1	
NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO	1	---	---	1	
NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	1	---	---	1	
NOSSA SENHORA DO BOM SUCESSO	---	1	---	1	
NOSSA SENHORA DA GUIA	---	1	---	1	
NOSSA SENHORA DAS VITÓRIAS	---	---	1	1	
NOSSA SENHORA APARECIDA DO MONTE CALVÁRIO	---	1	---	1	*A capela foi construída em 26/07/1912 (Santa Rita de Jacutinga).
NOSSA SENHORA SOLEDADE	---	1	---	1	
NOSSA SENHORA DA LAPA	---	---	1	1	
MARIA MÃE DE JESUS	---	---	1	1	
NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO	---	1	---	1	* Capela particular da Fazenda do Patrocínio (São José das Três Ilhas)
TOTAL PARA NOSSA SENHORA	33	155	48	236	

FONTE: www.arquidiocesejuizdefora.org.br. acesso em 20/04/2009.

ANEXO 19
DATAS DE CRIAÇÃO DAS PARÓQUIAS NA ARQUIDIOCESE DE JUIZ DE FORA EM
HOMENAGEM A SÃO SEBASTIÃO, SÃO ROQUE, SÃO JOSÉ E NOSSA SENHORA

PARÓQUIAS / PADROEIROS	LOCALIZAÇÃO	DATA DA CRIAÇÃO	OBSERVAÇÕES
SÃO SEBASTIÃO	1. Juiz de Fora 2. Juiz de Fora 3. Chácara 4. Maripá de Minas 5. Barreado 6. Santos Dumont 7. Senador Cortes	1. 1878 2. 1994 3. 1887 4. 1991 5. 1890 6. 31.05.1950 7. Sem data	1. Zona urbana (Centro) 2. Zona urbana (Barreira) 3. Zona urbana de Chácara 4. Zona urbana de Maripá 5. Distrito de Sta. Bárbara do Monte Verde 6. Zona urbana de S. Dumont 7. Zona urbana de Senador Cortes
SÃO ROQUE	1. Juiz de Fora	1. 1902 (?)	1. O santo não é padroeiro em nenhuma paróquia da Arquidiocese de Juiz de Fora. A única Capela existente pertence à Paróquia de Nossa Senhora da Glória.
SÃO JOSÉ	1. Juiz de Fora 2. Bicas 3. São José das Três Ilhas	1. 25/09/1932 2. 1921 3. 1850	1. Zona urbana (Costa Carvalho) 2. Zona urbana de Bicas 3. Distrito de Belmiro Braga
NOSSA SENHORA APARECIDA	1. Juiz de Fora 2. Juiz de Fora 3. Arantina	1. 09.07.1968 2. 1996 3. 15.08.1974	1. Zona urbana (Linhares) 2. Zona urbana (N. S. Aparecida) 3. Zona urbana de Arantina
NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	1. Juiz de Fora 2. Juiz de Fora	1. 1984 2. 1997	1. Zona urbana (Barbosa Lage) 2. Zona urbana (Sta. Cruz)
NOSSA SENHORA IMACULADA CONCEIÇÃO	1. Juiz de Fora 2. Matias Barbosa 3. Rio Novo 4. Conceição de Ibitipoca 5. Conceição do Formoso	1. 1943 2. 1922 3. 1850 4. 1768 5. 1887	1. Zona urbana (Benfica) 2. Zona urbana de Matias 3. Zona urbana de Rio Novo 4. Distrito de Lima Duarte 5. Distrito de Santos Dumont
NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	1. Juiz de Fora 2. Rosário de Minas 3. Bocaina de Minas	1. 1947 2. 1884 3. 1887	1. Zona urbana (Granbery) 2. Distrito de Juiz de Fora 3. Zona urbana de Bocaina
NOSSA SENHORA DAS DORES	1. Juiz de Fora 2. Bias Fortes 3. Lima Duarte 4. Dores do Paraibuna 5. Taruaçu	1. 1991 2. 1887 3. 27.06.1959 4. 1890 5. 1872	1. Zona urbana (Gramma) 2. Zona urbana de Bias Fortes 3. Zona urbana de Lima Duarte 4. Distrito de Santos Dumont 5. Distrito de S. João Nepomuceno
NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	1. Juiz de Fora 2. Simão Pereira	1. 1894 2. 1752	1. Zona urbana (Morro da Glória) 2. Zona urbana de Simão Pereira
NOSSA SENHORA DE LOURDES	1. Juiz de Fora 2. Pedro Teixeira	1. 09.02.1958 2. 1998	1. Zona urbana (Fcº. Bernardino) 2. Zona urbana de Pedro Teixeira
NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO	1. Juiz de Fora 2. Juiz de Fora	1. 09.07.1968 2. 09.07.1968	1. Zona urbana (Monte Castelo) 2. Zona urbana (Jardim Esperança)
NOSSA SENHORA DA PIEDADE	1. Rochedo de Minas	1. 1926	1. Zona urbana de Rochedo

NOSSA SENHORA AUXILIADORA	1. Juiz de Fora	1. 03/05/1974	1. Zona urbana (Mundo Novo)
NOSSA SENHORA DA CABEÇA	1. Juiz de Fora	1. 09.07.1968	1. Zona urbana
NOSSA SENHORA DO LÍBANO	1. Juiz de Fora	1. 02.02.1960	1. Zona urbana (Grajaú)
NOSSA SENHORA DAS MERCÊS	1. Mar de Espanha	1. 1851	1. Zona urbana de Mar de Espanha
NOSSA SENHORA DAS ESTRADAS	1. Juiz de Fora	1. 2004	1. Zona rural (Igrejinha)
NOSSA SENHORA MÃE DE DEUS	1. Juiz de Fora	1. 09.07.1968	1. Zona urbana (Lourdes)
NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO	1. Paula Lima	1. 1810	1. Distrito de Juiz de Fora
NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	1. Sarandira	1. 1888	1. Distrito de Juiz de Fora

ANEXO 20 - FOTOS

FOTO Nº. 01 - CEMITÉRIO PARQUE DA SAUDADE – FINADOS 2007 – JUIZ DE FORA



FOTO Nº. 02 - CEMITÉRIO NOSSA SENHORA DA GLÓRIA – FINADOS 2007 – JUIZ DE FORA

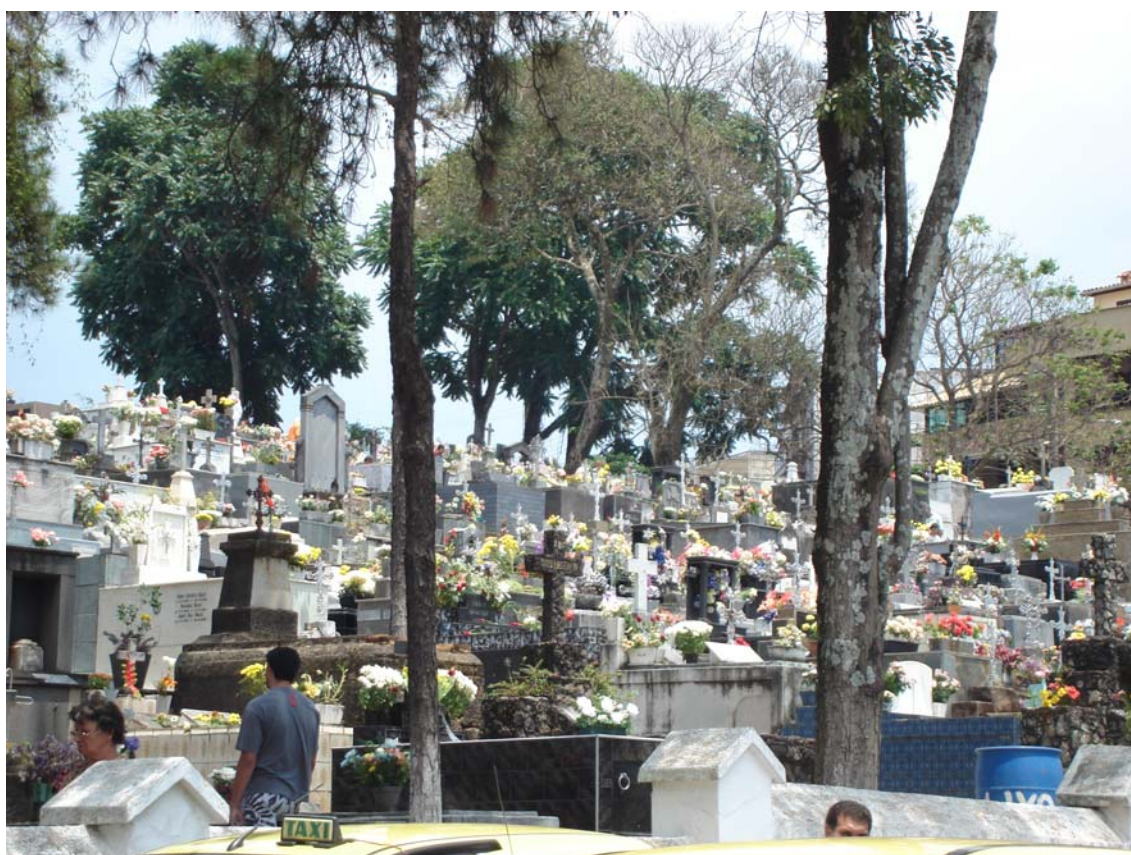


FOTO Nº. 03 - CEMITÉRIO MUNICIPAL – FINADOS 2007 – JUIZ DE FORA



FOTO Nº. 04 – PLACA DE MÁRMORE COM EPITÁFIO – CEMITÉRIO MUNICIPAL - SIMÃO PEREIRA



FOTO Nº. 05 – CRUZEIRO NO CEMITÉRIO DE TORREÕES - DISTRITO DE JUIZ DE FORA



FOTO Nº. 06 – INSCRIÇÃO NO TÚMULO DA FAMÍLIA CERQUEIRA LEITE – CEMITÉRIO DA ROCINHA DA NEGRA - SIMÃO PEREIRA



FOTO Nº. 07 – ARQUITETURA TUMULAR EM DESTAQUE - CEMITÉRIO DE SANTA BÁRBARA DE MONTE VERDE - DISTRITO DE JUIZ DE FORA



FOTO Nº. 08 – ARQUITETURA TUMULAR EM DESTAQUE – CEMITÉRIO MUNICIPAL – JUIZ DE FORA



FOTO Nº. 09 – EPITÁFIO ENTRE AS FIGURAS DE DOIS ANJOS – CEMITÉRIO MUNICIPAL – JUIZ DE FORA



FOTO Nº. 10 – ARQUITETURA TUMULAR COM DESTAQUE PARA SÃO JOSÉ, O PATRONO DA BOA MORTE – CEMITÉRIO MUNICIPAL - JUIZ DE FORA



FOTO Nº. 11 – EPITÁFIO ESCRITO EM ITALIANO – CEMITÉRIO NOSSA SENHORA DA GLÓRIA – JUIZ DE FORA



FOTO Nº. 12 – IMAGEM DE NOSSA SENHORA SOBRE TÚMULO – CEMITÉRIO NOSSA SENHORA DA GLÓRIA – JUIZ DE FORA



FOTO Nº. 13 – IMAGEM DO SENHOR MORTO – IGREJA NOSSA SENHORA DA GLÓRIA – SIMÃO PEREIRA



FOTO Nº. 14 – DETALHE DA IMAGEM DO SENHOR MORTO – IGREJA NOSSA SENHORA DA GLÓRIA – SIMÃO PEREIRA



FOTO Nº. 15 - ENCHENTE DE 1940. EM DESTAQUE A PRAÇA DO RIACHUELO E A AV. GETÚLIO VARGAS



FOTO Nº. 16 – DESENHO (PLANTA) DO TRAÇADO DAS RUAS DA VILA DE SANTO ANTÔNIO DO PARAIBUNA (JUIZ DE FORA) POR VOLTA DE 1840

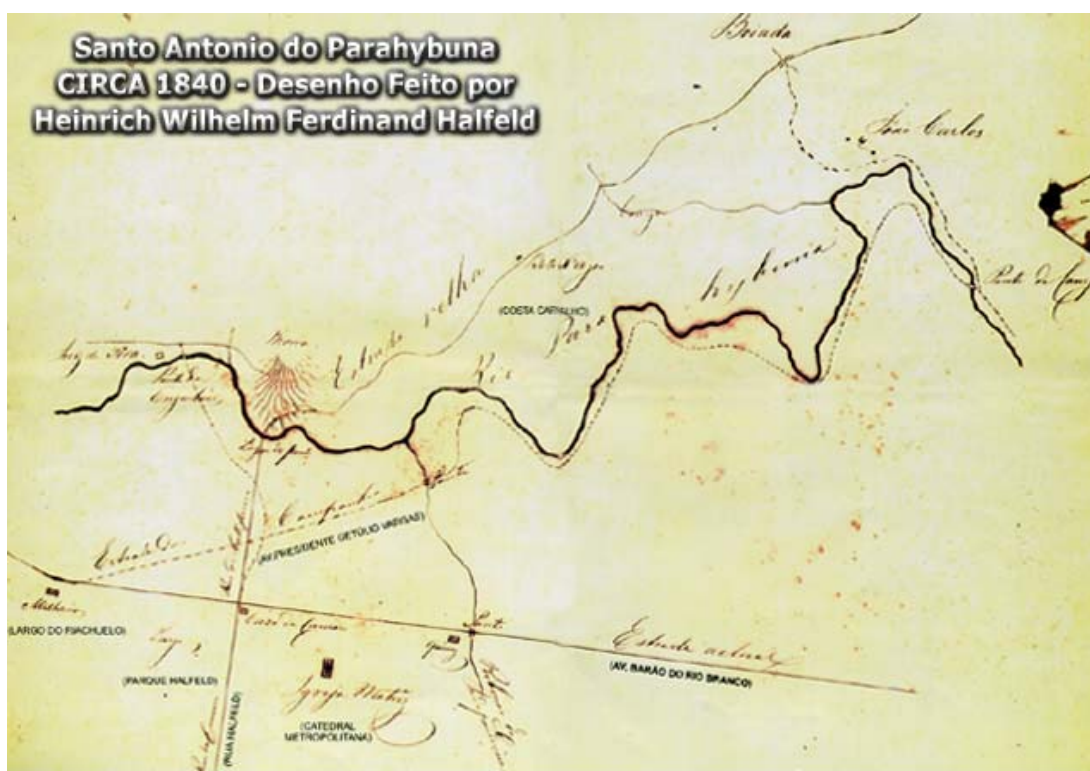


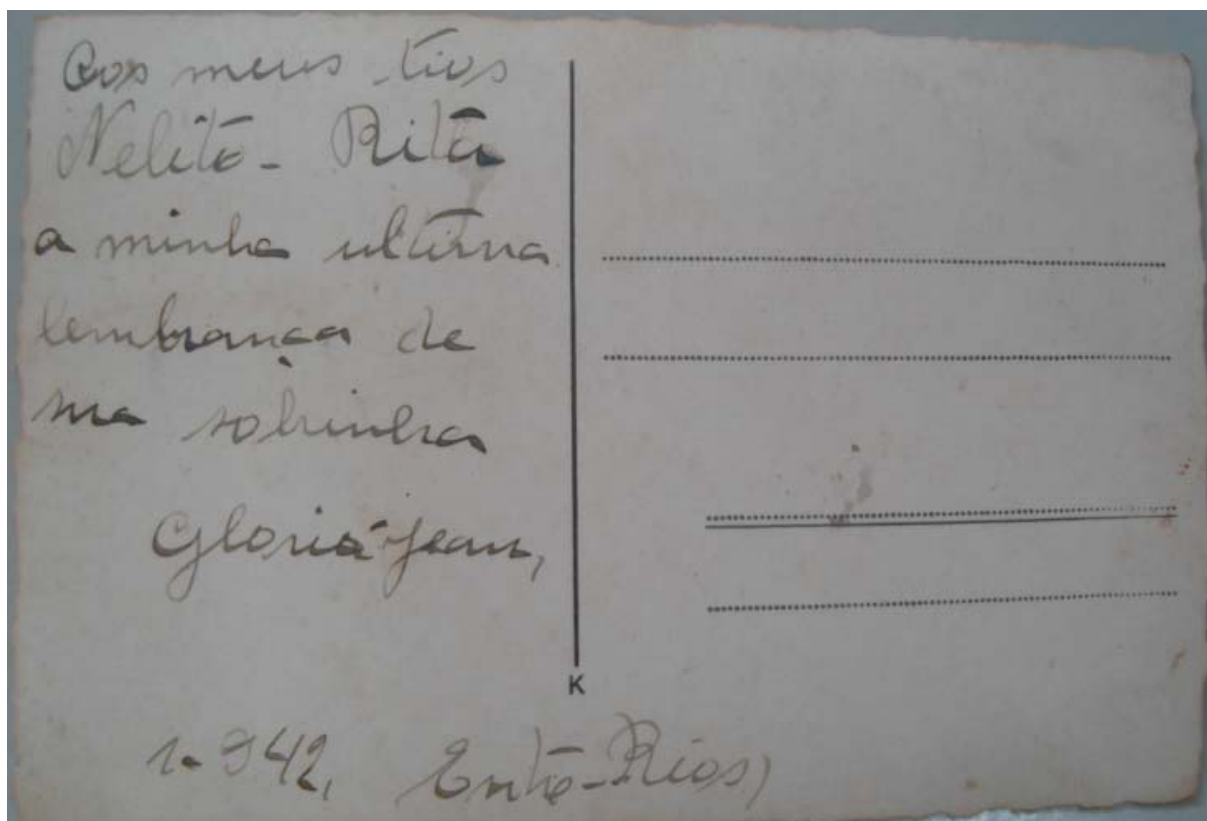
FOTO Nº. 17 – VELÓRIO DE INOCENTE



FOTO Nº. 18 – VELÓRIO DE INOCENTE



FOTO Nº. 19 – MENSAGEM ESCRITA ATRÁS DA FOTO Nº. 18 (LEMBRANÇA)



ANEXO 21
TESTAMENTO DA BARONESA DE BERTIOGA

“Em nome da Santíssima Indivisível Trindade = Eu abaixo assignado Dona Maria Miquelina da Silva, achando-me em meu perfeito juízo, mas ignorando quando será o termo da minha existência, e desejando regular os direitos de meus herdeiros, e beneficiar algumas pessoas com o intento de evitar questões e litígios para o futuro, tenho deliberado fazer meu testamento, que contém as disposições de minha última vontade, e que é da maneira seguinte = Sou católica Romana, creio e sempre acreditei nos dogmas da Santa Religião que professo, obedeci constantemente aos preceitos e disciplina da Igreja, e nestas disposições, confiada na Misericórdia Divina protesto continuar a viver e espero morrer. Nasci e fui batizada na freguesia de Nossa Senhora da Glória de Simão Pereira. Sou filha legítima de Francisco da Costa São Thiago, e de Dona Clara Maria de Barbosa, ambos já falecidos. Sou casada com o Comendador José Antônio da Silva Pinto, e nunca tive filhos, e não tenho já pai e nem mãe, não tenho descendentes ou ascendentes legítimos, que devão ser meus herdeiros. Sou Irmã terceira e remida da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo no Ouro Preto, e assim mais Irmã da Senhora Boa Morte em Barbacena, da mesma Senhora no Caraça, e do Senhor Bom Jesus de Mathosinhos em Congonhas do Campo e do Senhor dos Passos desta cidade. Se Deus for servido que eu acabe aqui minha existência, quero ser sepultada, revestida com o hábito de Nossa Senhora do Carmo em uma das catacumbas que temos no adro da Matriz de Simão Pereira. O meu funeral deverá ser feito com a possível decência, assistido pelo Reverendo Pároco e mais sacerdotes que possam concorrer a este acto, aos quais se convidará para dizerem missa de corpo presente com a esmola de três mil réis, e ao Reverendo Vigário, ou outro em seu lugar de dizer um oitavário com a esmola de três mil réis, e em seguida mandará meu testamenteiro dizer vinte e cinco missas com a esmola de dois mil réis. Quero que no dia de meu enterro se dê a cada um dos pobres, que concorrerem a este ato em Simão Pereira a esmola de cinco mil réis. Meu testamenteiro repartirá pelos pobres mais necessitados D’este outro lugar a quantia de quinhentos mil réis, conforme seu arbítrio. Ao meu testamenteiro encarrego de dar a dez órfãs D’esta Freguesia ou de Simão Pereira, com preferências as minhas afilhadas a quantia de dois contos, isto é, duzentos mil réis a cada uma, constando para documento a declaração por escrito de assim haver cumprido. Lego pelo amor de Deus às minhas afilhadas Anna Bernarda, órfã; Luciana, filha de Joaquim Novato, e Anna filha de Henrique e sua mulher Joaquina, a cada uma cem mil réis. Lego à minha antiga Matriz de Simão Pereira a quantia de duzentos mil réis para ajuda de conservação e decência da mesma, e bem assim duzentos mil réis para a Matriz de Santo Antônio D’esta cidade. Quero que mande dizer mais cinquenta missas por minh’alma, vinte e cinco por alma de meus pais, vinte e cinco por alma de meus irmãos e cinquenta por alma de meus escravos falecidos. Lego à minha afilhada Florinda Maria, casada com Lizandro Gonçalves Corrêa pelo amor de Deus o terreno de dez alqueires de planta de milho reservados na venda que fizemos da Fazenda da Soledade e em recompensa da fidelidade e obediência com que sempre me tratou assignada por meu por meu testamenteiro na extremidade da referida fazenda, sem prejuízo do comprador. Concedo liberdade às minhas escravas Vicência e Delfina crioulas; Maximiana cabra; Rosaura, parda: este recibo lhes servirá de título de liberdade. Peço a meu testamenteiro que se a escrava Maximiana procede bem e se casar, lhe dê uma esmola, conforme seu arbítrio.

Concedo liberdade a minha escrava parda, de nome Generosa, filha que dizem ser de Custódio Nogueira da Silva, a quem meu testamenteiro entregar por lhe assim haver pedido. Concedo igualmente liberdade às minhas escravas crias Beatriz e Pecedônia logo que completem quarenta anos. Declaro, que as minhas jóias, trastes e roupas de meu uso, deixo a minha afilhada Florinda Maria Diolinda da Silva, casada com Elias Antônio Monteiro da Silva. Declaro que de acordo com meu marido Comendador José Antônio da Silva Pinto, e debaixo de sua direção construímos nesta cidade a capela do Senhor Bom Jesus dos Passos, a qual acham de ser concluída e competentemente paramentada como se acha, e desejando que se mantenha para o futuro a devoção em conformidade do compromisso da Irmandade, de que é Perpétuo Provedor meu referido marido como constará da escritura que houvemos de passar da Casa da Misericórdia, terrenos, casas, como da mesma melhor se verá.

Não tenho herdeiros forçados, pois como disse não tenho descendentes e nem ascendentes, instituo por meus herdeiros aos filhos de minha sobrinha e afilhada Florinda Maria Diolinda da Silva, casada com meu sobrinho Elias Antônio Monteiro da Silva, isto é, assim aos que estão nascidos, que são José, Gervásio, e Elias, como os que houvessem de nascer dos mesmos Pais, ficando a seus Pais o uso e fructo, e administração de todos os bens enquanto vivos forem. Declaro que se acontecer morrer o pai de meus herdeiros, poder-se-há fazer a divisão dos bens, visto que ficão os memores amparados pelo Juízo de Órfãos, continuando a Mãe a ter o uso e fructo da parte respectiva dos bens, enquanto viver, e no caso contrário se fallecer a Mãe, conserva-se-hão todos os bens abaixo da conservadora administração do Pai, a quem fica o uso e fructo de todos os bens, por que tenho convicção de que bem os conservará e argumentará. Declaro que se o Pai de meus herdeiros julgar e achar conveniente a bem de meus herdeiros a venda ou troca de parte dos bens dos mesmos, e sendo de reconhecida vantagem, o poderá fazer, empregando o produto em outros bens de raiz ou em apólices visto que a minha intenção, que os meus herdeiros tenham rédito seguro; sendo esta autorização só concedida ao Pai dos meus herdeiros. Declaro que quero que meu testamenteiro dê inteiro cumprimento a uma carta fixada, caso me ocorra fazer novas declarações, e que ficará fazendo parte deste meu testamento, seja qual for o objeto quero que se cumpra. Declaro que nomeio por meu primeiro testamenteiro a meu marido Comendador José Antônio da Silva

Pinto, em segundo lugar a meu sobrinho Elias Antônio Monteiro da Silva, em terceiro lugar a meu irmão Domingos Antônio Lage, nos quais reconheço toda a probidade e inteireza para serem encarregados desta incumbência, e por isso os nomeio, e declaro por idôneos, pedindo-lhes pelo amor de Deus, que aceitem e fação cumprir todas as minhas disposições. Declaro que deixo de prêmio ao meu testamentário a quantia de dois contos de réis, e assim para dar contas em juízo. E por esta forma tenho concluído o meu testamento e declarado, digo, e declaração da última vontade. É pela dificuldade que tenho de escrever pedi a meu compadre José Joaquim Monteiro da Silva, digo, Monteiro de Castro, que por mim este escrevesse, o que fielmente cumpriu, por que lendo o achei conforme ao que ditei. Feito e assignado nesta cidade de Santo Antônio do Parahybuna, na casa de minha morada, aos dezesseis dias do mês de novembro de mil oitocentos e cincoenta e nove. Maria José Miquelina da Silva e vi assignar José Joaquim Monteiro de Castro.”